UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**O TRIBUNAL DA RAZÃO: UM ESTUDO HISTÓRICO E
SISTEMÁTICO SOBRE AS METÁFORAS JURÍDICAS NA
CRÍTICA DA RAZÃO PURA**

Diego Kosbiau Trevisan

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**O TRIBUNAL DA RAZÃO: UM ESTUDO HISTÓRICO E
SISTEMÁTICO SOBRE AS METÁFORAS JURÍDICAS NA
CRÍTICA DA RAZÃO PURA**

Diego Kosbiau Trevisan

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Fachbereich 5 – Philosophie und Philologie da Johannes Gutenberg-Universität Mainz, para obtenção do título de Doutor em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Ribeiro Terra e do Prof. Dr. Heiner F. Klemme.

São Paulo
2015

Índice

NOTA SOBRE AS CITAÇÕES E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO.....	14
1. Jurisprudência como modelo metodológico	14
2. <i>Status quaestionis</i>	18
3. Bases interpretativas	34
1. AS METÁFORAS NA FILOSOFIA KANTIANA	40
1.1. A “nova” terminologia crítica.....	40
1.2. Um panorama das metáforas jurídicas na filosofia crítica. A centralidade da metáfora jurídica.....	44
1.3. Kant e as metáforas. Os limites do modo estético de apresentação ou a <i>Grenzbestimmung</i> entre filosofia e literatura.....	52
1.4. Como interpretar as metáforas em Kant	59
1.4.1 A) Metáfora como figura mediadora da sensibilidade e do supracensível; meio de chegar à “intenção profunda” do autor; estilo e escrita – Leonel dos Santos	60
1.4.2. B) Metáfora como expediente heurístico de resolução de problemas – Suzuki e Oesterreich	62
1.4.3. C) Metáfora como instrumento de propagação polêmica; recorte sincrônico – Pietsch.....	63
1.4.4. D) Metaforologia do criticismo – Marcos	64
1.5. Relação de Kant com o direito	67
1ª PARTE - HISTÓRIA DAS FONTES DA METAFÓRICA JURÍDICA	74
2. A METÁFORA DO TRIBUNAL NA FILOSOFIA MODERNA E NO ESCLARECIMENTO – UM PANORAMA.....	75
2.1. O tribunal da razão	75
2.2. Bacon e a pesquisa da natureza como processo judicial	79
2.2.1. Bacon e as metáforas jurídicas	79
2.2.2. O significado das metáforas jurídicas em Bacon	83
2.2.3. A influência de Bacon sobre Kant.....	85
2.3. Leibniz e a balança da razão.....	89
2.3.1. O <i>Mittelweg</i> como motivo do Esclarecimento alemão.....	89

2.3.2. <i>Ars Characteristica</i> como método de solução de conflitos. O <i>judice controversiarum</i>	91
3. HISTÓRIA DAS FONTES DO CONCEITO JURÍDICO DE DEDUÇÃO	99
3.1. Fontes	104
3.2. Jurisprudência teórica e prática e <i>praxis</i> jurídica.	109
3.3. Dedução segundo Pütter e suas similaridades com a dedução na <i>KrV</i>	115
4. HISTÓRIA DAS FONTES DE ANTINOMIA COMO CONCEITO JURÍDICO.....	123
4.1. A origem retórica do conceito de antinomia	124
4.2. A reviravolta do conceito de antinomia na jurisprudência do início da modernidade	131
4.3. O ímpeto do período tardio do Esclarecimento por sistematização e simplificação da legislação e pela supressão das leis contraditórias entre si	143
4.4. Kant e as antinomias jurídicas – Baumgarten e Achenwall	147
2a PARTE - HISTÓRIA DO SURGIMENTO DA METAFÓRICA JURÍDICA DA CRÍTICA DA RAZÃO PURA.....	150
5. OS PRIMÓRDIOS DO MÉTODO JURÍDICO COMO MÉTODO CONCILIATÓRIO.....	158
5.1. Os <i>Pensamentos sobre a verdadeira estimação das forças vivas</i>	159
5.2. Outros escritos	169
5.2.1. <i>História Geral da Natureza e Teoria dos Céus</i>	169
5.2.2. <i>Nova dilucidatio</i>	172
5.2.3. <i>Monadologia physica</i>	176
6. MÉTODO POLÊMICO E MÉTODO CÉTICO.....	180
6.1. Esclarecimento conceitual	180
6.1.1. Ceticismo e método cético.....	180
6.1.2. Método cético como método jurídico.....	184
6.2. <i>Status quaestionis</i> e fontes. Ecletismo como possível predecessor do criticismo?	185
6.3. Etapas do Método polêmico e cético.....	192
6.3.1. Modo polêmico como <i>disputatio</i> ou <i>dialectica eristica</i>	192
6.3.2 Hume e o ceticismo mitigado	198
6.3.3. Ceticismo mitigado de Kant em relação à metafísica.....	204
7. A NOMOTÉTICA DA RAZÃO	211

7.1. <i>Dissertatio</i> e a subjetivação do conflito	211
7.1.1. <i>Dissertatio</i>	211
7.1.2. Subjetivação do conflito e da Crítica como metafísica negativa – de 1769 a 1772	216
7.2. Cético como juiz.....	220
7.3. A consciência moral como <i>forum rationis</i>	223
7.4. O tribunal da razão no processo do conhecimento	233
 3ª Parte - ANÁLISE SISTEMÁTICA DA METAFÓRICA JURÍDICA NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA	239
 8. A DISCIPLINA DA RAZÃO PURA – LEGISLAÇÃO NEGATIVA E POSITIVA DA RAZÃO.....	240
8.1. Disciplina da razão pura como uma legislação negativa.....	242
8.1.2. A Crítica como disciplina. A fonte lógica de “disciplina”	245
8.1.3. Disciplina como instrução e legislação negativa preparatória para a positiva. A origem de “disciplina” em Rousseau	250
8.1.4. Divisões da Disciplina da razão pura	255
8.2. Disciplina da razão pura no uso dogmático.....	258
8.2.1. Kant e a relação com a matemática	258
8.2.2. Disciplina da razão pura no uso dogmático – filosofia como ciência discursiva.....	261
8.3. Disciplina da razão pura em seu uso polêmico, em relação às hipóteses e às provas	270
8.3.1. Disciplina da razão pura em relação a seu uso polêmico	272
8.3.2. Disciplina da razão pura em relação às hipóteses.....	280
8.3.3. Disciplina da razão pura em relação às provas.....	283
 9. DEDUÇÃO JURÍDICA NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA	298
9.1. Dedução metafísica e transcendental na <i>KrV</i>	301
9.2. <i>Res facti</i> da <i>KrV</i>	308
9.2.1. Será que há um <i>Faktum</i> na <i>KrV</i>	308
9.2.2. Qual <i>Faktum</i> há na <i>KrV</i> ?.....	320
9.3. Círculo ou dialética do <i>Faktum</i> – Uma inconsistência do transcendental ou nova marca jurídica na base da <i>KrV</i> ?	325
9.4. Dedução metafísica e transcendental das categorias	334
9.4.1. Dedução metafísica dos conceitos puros do entendimento	334
9.4.2. Dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento.....	341
9.5. Dedução metafísica e transcendental das ideias	349

9.5.1. Semelhanças e diferenças entre razão e entendimento – a busca de um princípio para a dedução metafísica das ideias.....	350
9.5.2 Derivação subjetiva ou dedução metafísica? Alguns esclarecimentos conceituais	353
9.5.3 Sobre a derivação subjetiva ou dedução metafísica das ideias – a determinação da legitimidade em geral e indiscriminada das pretensões das ideias.....	356
 10. O TRIBUNAL DA RAZÃO NA DIALÉTICA TRANSCENDENTAL	365
10.1. Ilusão transcendental e a dialética transcendental	369
10.1.1. Ilusão Transcendental, <i>vitium subreptionis</i> e o conflito entre leis no tribunal da razão	369
10.1.2. As inferências dialéticas da razão – o surgimento da ilusão e do erro... ..	378
10.2. Os paralogismos da razão pura.....	379
10.3. A antinomia da razão pura.....	387
10.3.1. A antitética da razão pura – o livre jogo dos argumentos da razão pura	390
10.3.2. Método cético – a determinação das partes em conflito e o papel do juiz imparcial	396
10.3.3. Solução do conflito – a descoberta do “pressuposto equivocado” e idealismo transcendental.....	401
10.3.4. O “sentido” no qual a “razão concorda consigo mesma”	408
 Conclusão	415
 Bibliografia.....	419
 Zusammenfassung	451

Resumo

Kosbiau Trevisan, Diego. *O Tribunal da Razão: Um Estudo Histórico e Sistemático sobre as Metáforas Jurídicas na Crítica da Razão Pura*. 2015, 455 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente trabalho é uma investigação histórica, genética e sistemática sobre as metáforas jurídicas da *Crítica da Razão Pura*, contidas, implícita ou explicitamente, na imagem do tribunal da crítica como tribunal da razão. O objetivo de fundo é analisar como a terminologia jurídica e a jurisprudência influíram na estrutura metodológica da *Crítica da Razão Pura* e em seu surgimento no desenrolar da tradição filosófica da modernidade e, de forma mais específica, no desenvolvimento do pensamento do próprio Kant. De modo a investigar como as múltiplas metáforas jurídicas da *Crítica da Razão Pura* apontam, todas, para uma “origem metodológica jurídica” do criticismo, o presente trabalho divide-se em três grandes partes, cada uma delas abordando um dos três aspectos interpretativos mencionados, a saber, o histórico, o genético e o sistemático. Na primeira parte é apresentada a história das fontes e dos conceitos determinantes para a compreensão jurídica da *Crítica*, a saber, a ideia de um tribunal e legislação da razão e os conceitos jurídicos de dedução e de antinomia. Na segunda parte é esboçada uma reconstrução da história de surgimento da filosofia crítica cujo objetivo é ressaltar a gênese de alguns motivos críticos que dizem diretamente respeito à constituição jurídica da *Crítica* e se ligam à preocupação metodológica nela envolvida, a saber, a representação de um juiz que julga imparcialmente sobre as pretensões de conhecimento e a ideia de uma nomotética da razão pura. Na terceira e última parte do trabalho empreende-se uma análise sistemática da metafórica jurídica da *Crítica* cujas raízes históricas e genéticas foram reveladas anteriormente. Mediante a interpretação da Disciplina da Razão Pura, da dedução metafísica e transcendental como procedimento jurídico de justificação de pretensões além da resolução da antinomia como pressuposto para a validade da legislação da razão, mostra-se como a investigação sistemática das metáforas jurídicas da *Crítica da Razão Pura* permite compreender a filosofia crítica como a exposição da legislação negativa e ao mesmo tempo positiva da razão.

Palavras-chave: Kant, Crítica, Dedução, Antinomia, Legislação.

Abstract

Kosbiau Trevisan, Diego. *The Tribunal of Reason: A Historical and Systematic Study of the Legal Metaphors in the Critique of Pure Reason*. 2015, 455 f. Thesis. (Doctoral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

This thesis provides a historical, genetic and systematic study of the legal metaphors in the *Critique of Pure Reason*, which are, implicitly or explicitly, contained in the image of the Tribunal of the Critique as the Tribunal of Reason. The main purpose of this work is to examine how legal terminology and jurisprudence influenced the methodological framework of the *Critique of Pure Reason*. Furthermore, this study seeks to address how these elements played a role in the emergence of the *Critique* in the course of the philosophical tradition of modernity and, more specifically, in the development of Kant's thought. In order to investigate how the legal metaphors in the *Critique of Pure Reason* indicate a "legal methodological origin" of criticism, this work is divided into three parts. Each one of these parts addresses one of the three interpretative aspects mentioned above, namely, the historical, genetic and systematic. The first part deals with a history of the sources and of the concepts which underlie the legal understanding of criticism, namely, the idea of a tribunal and legislation of reason as well as the legal concepts of deduction and antinomy. The second part reconstructs the emergence of the critical philosophy. In this part, the goal is to highlight the genesis of some critical motives which have a bearing on the legal constitution of the *Critique* and express its methodological concern. More specifically, it addresses both the representation of a judge which reaches an impartial verdict on the pretensions of knowledge and the idea of a nomothetic of pure reason. The third and final part of the work undertakes a systematic analysis of the legal metaphors in the Critique relying on the historical and genetic roots described in the previous parts. It provides an interpretation of the Discipline of Pure Reason as the methodological core of the *Critique*, of the metaphysical and transcendental deduction as a legal procedure and of the resolution of the antinomy as a precondition for the validity of the legislation of reason. By doing so, this part shows how the systematic investigation of the legal metaphors of the *Critique of Pure Reason* allows for the understanding of the critical philosophy as the exposition of the negative and positive legislation of reason.

Key Words: Kant, Critique, Deduction, Antinomy, Legislation.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos orientadores deste trabalho: Prof. Ricardo Terra e Prof. Heiner Klemme. Ao Prof. Ricardo Terra por desde a graduação acompanhar, com interesse e entusiasmo, minhas pesquisas e inquietações kantianas e me instruir e apoiar em tantos momentos; além de muitas e divertidas conversas, devo a ele não só minha formação filosófica como também um modelo de generosidade intelectual que levarei por toda a vida. Ao Prof. Heiner Klemme por ter me acolhido em Mainz de forma calorosa e próxima, além de ter sempre lido e discutido com interesse meus textos e me apoiado em todos os momentos do doutorado; a ele devo ainda o contato com uma tradição filosófica propriamente alemã em um ambiente internacional e cosmopolita que me influenciou determinantemente e enriqueceu minhas pesquisas e interesses.

A todos os colegas e amigos do Brasil que discutiram comigo sobretudo as etapas iniciais da pesquisa: Bruno Nadai, Fernando Costa Mattos, Francisco Gaspar, Nathalie Bressiani; além destes, em especial Maurício Keinert e Monique Hulshof, que me fizeram valiosas críticas na banca de qualificação e com os quais dividi ótimos momentos na Europa durante o período da pesquisa. A todos agradeço pela amizade.

A todos os colegas e amigos da Alemanha que me ajudaram na adaptação a um novo país e discutiram comigo muitas ideias e partes da pesquisa: Akira Nishi, Julien Lacaille, Michael Walschots e Yeonhee Yu. Além destes, a *mis amigos argentinos*: Fernando Moledo, pela amizade e estimulantes conversas sobre Kant; e em especial Gabriel Rivero, por ter me ajudado tanto no começo, meio e final da minha peripécia alemã, pela amizade, bons papos e alguns pseudo-*asados alemanes*. A Antonino Falduto, por ter sempre lido com cuidado meus textos e, junto com Sandra Vlasta, pelas vezes que me recebeu carinhosamente em Halle e pela *amicizia*. Aos brasileiros que conheci em Mainz, pela amizade, papos kantianos e por me ensinarem tantos sotaques diferentes: Bruno Cunha, Charles Feldhaus, Ericsson Coriolano, Gabriel Valladão, Leandro Rocha, Olavo Calábria, Pedro Jonas de Almeida.

Partes do trabalho foram discutidas em Tiradentes, Salvador, Liège, Rennes e Halle. Agradeço as críticas e sugestões feitas em todas essas oportunidades.

Aos muitos amigos, feitos na Europa ou no Brasil, que de variadas formas foram importantes nos anos de trabalho: Ana Falcato, Ana Luíza Matos Oliveira, João Vicente Publio Dias, Loris Notturmi, Pedro Henrique Ribeiro, Tatiane Lopes.

Ao André Nunes Chaib, pelos longos papos, pela ajuda, pelas risadas e pela amizade nestes anos de Alemanha.

Ao Zé e à Rike, pela companhia na Alemanha, pela amizade sempre presente e pelos gostosos natais em Bayern.

A Matthias Emrich e Martina Kopf, pela correção de partes da tese, pelas muitas e contínuas ajudas com o querido idioma alemão e sobretudo pela companhia e amizade.

Aos muitos amigos do Brasil que, mesmo à distância, foram e são tão importantes para mim: Baby, Bueno, Catatau, Creek, Digão, Jão, Pacheco, Picareta, Suba, Várzea, Zaia; especial menção à comunidade do finado Indião, pela amizade e pelas divertidas e inesquecíveis acolhidas em SP: Balada, Brunão, Gué e Mineiro.

A todos os participantes do Oberseminar conduzido pelo Prof. Klemme, Neuere Forschung zur Philosophie der Neuzeit, tanto em Mainz como em Halle, pela leitura dos meus textos e sugestões.

A Margit Ruffing, pela contínua gentileza, ajuda em muitos momentos da minha vida em Mainz e pela amizade. Ao Juniorprofessor Christian Thein, pelo auxílio com os meandros burocráticos da universidade alemã. A Elisabeth Bodenstein, pela ajuda com todo o processo de doutoramento, e a todos da Uni Mainz que me auxiliaram no procedimento de dupla titulação.

A toda Secretaria do Departamento de Filosofia da USP, pelo suporte e ajuda, em especial à Marie Marcia Pedroso, por ter me ajudado tantas vezes no labirinto burocrático uspiano. À Regina Celi Sant’Ana da Pós-Graduação da FFLCH pelo auxílio com a dupla titulação.

À FAPESP e ao DAAD pelo financiamento desta pesquisa.

A M. Cecília, Eugênio, Flávia, Bruna e Fábio, pelo carinho e por serem uma família tão linda e especial da qual, como “agregado”, tenho a felicidade e o orgulho de agora ser parte.

A Bia, Henrique, Carlos e Maria Teresa, por estarem sempre por perto, mesmo que à distância, e pelo contínuo carinho.

Ao Rô, meu querido irmão, pelo amor que sempre teve por mim e por ter sido e continuar sendo tão importante na minha vida; à minha mãe, à qual devo tudo o que

sou, obrigado pelo amor contínuo e incondicional, pelas saudades suportadas, por sempre ter estado e ainda estar ao meu lado – eu não consigo expressar com palavras o quanto eu te amo e admiro.

À Roberta, meu amor, por tudo, absolutamente tudo. Obrigado pelo amor, pela amizade, pela companhia, pela paciência, pela compreensão e principalmente por ser você, do jeito que você é; obrigado por ter embarcado comigo nessa aventura, não apenas a da Alemanha, mas a maior delas, aquela que nos une daqui pra frente pela vida toda; com você tudo vale a pena e tem sentido.

NOTA SOBRE AS CITAÇÕES E ABREVIATURAS

As obras de Kant são citadas segundo a edição da Academia (*Kants gesammelte Schriften: herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften*, anteriormente *Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 29 vols. Berlin, Walter de Gruyter, 1902–) e de acordo com o seguinte modelo: GMS AA 04: 388, ou seja, a abreviação do nome da obra (com exceção das correspondências, presentes nos volumes X-XIII e, em alguns casos, XXIII da *Akademie Ausgabe*) seguida do volume e da página da edição da Academia. Nas citações da *Crítica da Razão Pura*, a página da edição da Academia é substituída pelas mais convencionais referências “A” e “B”, correspondentes à primeira e à segunda edições da obra, respectivamente.

As abreviaturas das obras citadas seguem a referência dos seguintes títulos em alemão:

AA	Akademie-Ausgabe
Anth	Anthropologie in pragmatischer Hinsicht (AA 07)
BDG	Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes (AA 02)
DfS	Die falsche Spitzfindigkeit der vier syllogistischen Figuren erwiesen (AA 02)
EACG	Entwurf und Ankündigung eines Collegii der physischen Geographie (AA 02)
FM	Welches sind die wirklichen Fortschritte, die die Metaphysik seit Leibnizens und Wolf's Zeiten in Deutschland gemacht hat? (AA 20)
GMS	Grundlegung zur Metaphysik der Sitten (AA 04)
GSE	Beobachtungen über das Gefühl des Schönen und Erhabenen (AA 02)
GSK	Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte (AA 01)
GUGR	Von dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume (AA 02)
IaG	Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht (AA 08)
KpV	Kritik der praktischen Vernunft (AA 05)
KrV	Kritik der reinen Vernunft
KU	Kritik der Urteilskraft (AA 05)
Log	Logik (AA 09)

MAN	Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften (AA 04)
MonPh	Metaphysicae cum geometria iunctae usus in philosophia naturali, cuius specimen I. continet monadologiam physicam (AA 01)
MpVT	Über das Mißlingen aller philosophischen Versuche in der Theodicee (AA 08)
MdS	Die Metaphysik der Sitten (AA 06)
RL	Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre (AA 06)
TL	Metaphysische Anfangsgründe der Tugendlehre (AA 06)
MSI	De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis (AA 02)
NEV	Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbenjahre von 1765-1766 (AA 02)
NG	Versuch, den Begriff der negativen Größen in die Weltweisheit einzuführen (AA 02)
NLBR	Neuer Lehrbegriff der Bewegung und Ruhe und der damit verknüpften Folgerungen in den ersten Gründen der Naturwissenschaft (AA 02)
NTH	Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels (AA 01)
OP	Opus Postumum (AA 21 u. 22)
Päd	Pädagogik (AA 09)
PG	Physische Geographie (AA 09)
PhilEnz	Philosophische Enzyklopädie (AA 29)
PND	Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio (AA 01)
Prol	Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik (AA 04)
Rx	Reflexion (AA 14-19)
RezHerder	Recensionen von J. G. Herders Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit (AA 08)
RezHufeland	Recension von Gottlieb Hufeland's Versuch über den Grundsatz des Naturrechts (AA 08)
RezSchulz	Recension von Schulz's Versuch einer Anleitung zur Sittenlehre für alle Menschen (AA 08)
RezUlrich	Kraus' Recension von Ulrich's Eleutheriologie (AA 08)
RGV	Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft (AA 06)
SF	Der Streit der Fakultäten (AA 07)
TG	Träume eines Geistersehers, erläutert durch die Träume der Metaphysik (AA 02)
TP	Über den Gemeinspruch: Das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht für die Praxis (AA 08)
UD	Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral (AA 02)
ÜE	Über eine Entdeckung, nach der alle neue Kritik der reinen Vernunft durch eine ältere entbehrlich gemacht werden soll (AA 08)
ÜGTP	Über den Gebrauch teleologischer Principien in der Philosophie

	(AA 08)
VAMS	Vorarbeit zur Metaphysik der Sitten (AA 23)
VARGV	Vorarbeit zur Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft (AA 23)
VARL	Vorarbeit zur Rechtslehre (AA 23)
VASF	Vorarbeit zum Streit der Fakultäten (AA 23)
VATL	Vorarbeit zur Tugendlehre (AA 23)
VAVT	Vorarbeit zu Von einem neuerdings erhobenen vornehmen Ton in der Philosophie (AA 23)
VAZeF	Vorarbeiten zu Zum ewigen Frieden (AA 23)
VNAEF	Verkündigung des nahen Abschlusses eines Tractats zum ewigen Frieden in der Philosophie (AA 08)
V-Anth/Busolt	Vorlesungen Wintersemester 1788/1789 Busolt (AA 25)
V-Anth/Collins	Vorlesungen Wintersemester 1772/1773 Collins (AA 25)
V-Anth/Fried	Vorlesungen Wintersemester 1775/1776 Friedländer (AA 25)
V-Anth/Mensch	Vorlesungen Wintersemester 1781/1782 Menschenkunde, Petersburg (AA 25)
V-Anth/Mron	Vorlesungen Wintersemester 1784/1785 Mrongovius (AA 25)
V-Anth/Parow	Vorlesungen Wintersemester 1772/1773 Parow (AA 25)
V-Anth/Pillau	Vorlesungen Wintersemester 1777/1778 Pillau (AA 25)
V-Lo/Blomberg	Logik Blomberg (AA 24)
V-Lo/Busolt	Logik Busolt (AA 24)
V-Lo/Dohna	Logik Dohna-Wundlacken (AA 24)
V-Lo/Herder	Logik Herder (AA 24)
V-Lo/Philippi	Logik Philippi (AA 24)
V-Lo/Pölit	Logik Pölit (AA 24)
V-Lo/Wiener	Wiener Logik (AA 24)
V-Mo/Collins	Moralphilosophie Collins (AA 27)
V-Mo/Mron	Moral Mrongovius (AA 27)
V-Mo/Mron II	Moral Mrongovius II (AA 29)
V-Met/Arnoldt	Metaphysik Arnoldt (K 3) (AA 29)
V-Met/Dohna	Kant Metaphysik Dohna (AA 28)
V-Met/Heinze	Kant Metaphysik L1 (Heinze) (AA 28)
V-Met/Herder	Metaphysik Herder (AA 28)
V-Met-K2/Heinze	Kant Metaphysik K2 (Heinze, Schlapp) (AA 28)
V-Met-K3/Arnoldt	Kant Metaphysik K3 (Arnoldt, Schlapp) (AA 28)
V-Met-K 3E/Arnoldt	Ergänzungen Kant Metaphysik K3 (Arnoldt) (AA 29)
V-Met-L1/Pölit	Kant Metaphysik L 1 (Pölit) (AA 28)
V-Met-L2/Pölit	Kant Metaphysik L 2 (Pölit, Original) (AA 28)

V-Met/Mron	Metaphysik Mrongovius (AA 29)
V-Met-N/Herder	Nachträge Metaphysik Herder (AA 28)
V-Met/Schön	Metaphysik von Schön, Ontologie (AA 28)
V-Met/Volckmann	Metaphysik Volckmann (AA 28)
V-MS/Vigil	Die Metaphysik der Sitten Vigilantius (AA 27)
V-NR/Feyerabend	Naturrecht Feyerabend (AA 27)
V-PG	Vorlesungen über Physische Geographie (AA 26)
V-Phil-Th/Pölit	Philosophische Religionslehre nach Pölit (AA 28)
V-PP/Herder	Praktische Philosophie Herder (AA 27)
V-PP/Powalski	Praktische Philosophie Powalski (AA 27)
V-Th/Baumbach	Danziger Rationaltheologie nach Baumbach (AA 28)
V-Th/Pölit	Religionslehre Pölit (AA 28)
V-Th/Volckmann	Natürliche Theologie Volckmann nach Baumbach (AA 28)
VT	Von einem neuerdings erhobenen vornehmen Ton in der Philosophie (AA 08)
VUB	Von der Unrechtmäßigkeit des Büchernachdrucks (AA 08)
WA	Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? (AA 08)
WDO	Was heißt sich im Denken orientieren? (AA 08)
ZeF	Zum ewigen Frieden (AA 08)

Sobre as obras de Leibniz, a menos que expressamente mencionado, a citação é feita segundo a edição da Akademie-Ausgabe (A) ou a edição de Carl. I. Gerhardt (GP)

INTRODUÇÃO

1. Jurisprudência como modelo metodológico

O presente trabalho é uma investigação sistemática, genética e de história das fontes sobre as metáforas político-jurídicas da *Crítica da Razão Pura* (KrV) contidas implícita ou explicitamente na imagem do *tribunal da Crítica como tribunal da razão*. Nesse sentido, ele pode ser considerado um grande comentário da seguinte passagem da *Disciplina da Razão Pura*:

Pode-se considerar a crítica da razão pura como o verdadeiro tribunal para todas as suas controvérsias; pois ela não está implicada nestas últimas, que se dirigem imediatamente ao objeto, mas está na posição de determinar e julgar, segundo os princípios de sua primeira instituição, as autorizações <Rechtsame>¹ da razão em geral (A 751/B 779. Cf. também A xi-xii).

Daqui resulta uma necessária delimitação temática. A discussão em torno de determinados aspectos doutrinários ou a elucidação de questões específicas de conteúdo da KrV não pertence ao escopo principal de nossa investigação, ainda que, decerto, dela não podemos fugir; o objetivo aqui é, antes de tudo, analisar o modo como a terminologia jurídica e, de modo geral, o direito influenciaram a estrutura *metodológica* da filosofia crítica em seu desenvolvimento e já no interior desta última. Considerando que Kant, como repetidas vezes discutiremos no presente trabalho, define a *Crítica da Razão Pura* como um tratado sobre o método (B xxii), à moda da discussão filosófica à época², tal indagação justifica-se por si mesma. O *problema do método*, portanto, permanece como pano de fundo do presente trabalho³, o que já nos impõe questões de partida. Não apenas há uma polissemia de sentidos de “método” na filosofia crítica, como, por exemplo, os métodos analítico, sintético, cético, dogmático, polêmico, etc., o

¹ Sobre a tradução de *Rechtsame* por “autorizações” e não, conforme a opção mais comum para o português, “direitos”, cf. abaixo Cap. 3.1.

² Cf. p.ex. Vleeschauwer, H. J. “Le sens de la méthode dans le Discours de Descartes et la Critique de Kant”. In: Gueroult, M. *et alli* (Hrsg.). *Studien zu Kants philosophischer Entwicklung*. Hildesheim: Olms, 1967.

³ Segundo Vaihinger, “o essencial e novo em Kant consiste em que ele tornou as perguntas de conteúdo <sachlichen Fragen> dependentes de problemas metodológicos: a metafísica adquire através dele uma função dependente da metodologia e da teoria do conhecimento. Tanto dos escritos mais antigos e das cartas conservadas de Kant como de toda a disposição da *Crítica* e das determinações e vocações <Bestimmungen> expressas na mesma decorre de forma clara que Kant apreendeu o conflito das orientações contrapostas de seu tempo e dos tempos mais antigos [scil. dogmatismo e empirismo, ou ainda, ceticismo] prioritariamente a partir de um ponto de vista metodológico, portanto menos como um conflito em torno de uma visão de mundo materialista ou espiritualista determinada, quanto, na verdade, como um conflito sobre a pergunta propedêutica do método”. Vaihinger, H. *Commentar zu Kants “Kritik der reinen Vernunft”*. Bd I. Stuttgart: Verlag von W. Spemann. 1881. p. 26.

que impede que se fale de um método crítico “unitário” em Kant⁴, como também todo o desenrolar do pensamento kantiano é marcado por uma intensa discussão, permeada de reviravoltas, sobre o método mais apropriado em filosofia. Como veremos na segunda parte do presente trabalho, já em sua primeira obra, os *Pensamentos sobre as Forças Vivas*, Kant busca um método que suprima a “tirania dos erros” (GSK AA 01: 95)⁵. Ao longo de nosso trabalho voltaremos continuamente a esse tópico e procuraremos, no desenrolar da argumentação, esclarecer seus pontos-chave. De modo geral, porém, é possível previamente afirmar que o vácuo metodológico aberto pela recusa completa de Kant da ideia de uma *identidade dos métodos da filosofia e da matemática* <identitas methodi philosophicae et mathematicae>⁶ (insinuada já no primeiro escrito de Kant, tornada uma tese estruturada no *Preisschrift* e consolidada no capítulo sobre a Disciplina da Razão Pura), pelas insuficiências da *lógica* geral como fio condutor metodológico (evidenciadas pela limitação imposta aos princípios lógicos de razão suficiente e de não-contradição já na *Nova dilucidatio* e a impossibilidade de inferir a existência a partir da mera possibilidade, patente já nas obras da década de 1750 e de 1760)⁷ e, por fim, pela designação da *física* como disciplina subordinada e não modelo metodológico (como, por exemplo, ocorre em Hobbes), e a insuficiência, em temas da

⁴ Cf. Brandt, R. “Philosophical Methods”. In: Haakonseen, K (Hrsg). *The Cambridge History of Eighteenth-Century Philosophy. Bd 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. pp. 150-155. Hinske, N. “Die Rolle des Methodenproblems im Denken Kants. Zum Zusammenhang von dogmatischer, polemischer, skeptischer und kritischer Methode”. In: Fischer, N. (Hrsg). *Kants Grundlegung einer kritischen Metaphysik*. Hamburg: Meiner, 2010.

⁵ Desde seu primeiro escrito encontra-se em Kant “a tendência de resolver problemas de conteúdo e casos conflitivos por meio do recurso a questões metodológicas” (Engfer, H-J. *Philosophie als Analysis. Studien zur Entwicklung philosophischer Analysiskonzeptionen unter dem Einfluß mathematischer Methodenmodelle im 17. und frühen 18. Jahrhundert*. Stuttgart-Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1982. p. 49). Para não mencionar as Reflexionen e as Vorlesungen, a busca pelo método mais apropriado em filosofia se prolonga pelo *Preisschrift*, o *Beweisgrund*, a *Dissertatio*, fica patente nas cartas a Lambert e Mendelssohn, antes de chegar à *KrV* (UD AA 02: 286; BDG AA 02: 71; MSI AA 02: 410ss; AA 10: 51-54; AA 10: 70). Cf. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Stuttgart: Kohlhammer, 1970. pp. 119ss. §8. Der Vorrang des Methodenproblems.

⁶ Wolff, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen (Discursus praeliminaris de philosophia in genere)*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2006. § 119. p. 84.

⁷ Cf. p.ex. Ciafardone, R. *La Critica della Ragione Pura di Kant. Introduzione alla lettura*. Roma: Carocci editori. 2007. pp. 27ss. Contra, pois, Tonelli, p.ex: “Argumento aqui que o tema mesmo da *KrV* não pode ser propriamente definido como uma teoria da conhecimento (gnosologia, epistemologia) e que definí-lo como metafísica é correto, mas apenas parcialmente: na verdade ela é, na minha opinião, um tratado sobre lógica tanto quanto sobre metafísica”. Tonelli, G. “Kant’s Critique of Pure Reason Within the Tradition of Modern Logic”. In: Funke, G. (Hrg). *Akten des 4. Internationalen Kant-Kongress, Mainz 6.-10. April 1974*, Vol. III. Berlin & New York: de Gruyter, 1975. S. 186. Wieder gedruckt in: Tonelli, G. *Kant’s Critique of Pure Reason Within the Tradition of Modern Logic*. Ed. Chandler, D. H. Hildesheim, Zürich & New York: Georg Olms Verlag, 1994. S. 1. Tonelli aproxima a lógica da época de Kant a uma instrução metodológica, como lógica *prática*. Embora seja certo, não se explica com isso o contínuo e crucial recurso de Kant à terminologia tomada de empréstimo à jurisprudência (e não apenas proveniente da lógica do século 18) em sua filosofia Crítica. O problema do método se põe não apenas no contexto da lógica, mas também no da ciência do direito. Voltaremos a Tonelli no capítulo 8.

filosofia pura, de seu expediente metodológico *par excellence*: o experimento⁸ – tudo isto abre a possibilidade e mesmo a necessidade de encontrar alhures um novo paradigma metodológico, a saber, na *jurisprudência*⁹.

O que levou Kant a se aproximar da jurisprudência como inspiração metodológica e não, decerto, diretamente conteudística? Talvez uma primeira razão repouse na íntima afinidade que filosofia especulativa e filosofia do direito viveram nos séculos 17 e 18, como será analisado no 2º capítulo do presente trabalho. O direito e suas estruturas metodológicas, ao lado, decerto, das ciências experimentais e das matemáticas, forneciam à filosofia da *Aufklärung* um possível modelo de tratamento de questões especulativas. Além disso, é possível conjecturar que o que chamou a atenção de Kant foi a forma como os juristas resolviam seus casos e, sobretudo, o modo como colocam em dúvida os casos e provas que lhe são apresentados. Ao passo que o matemático, o lógico e o físico devem ter sempre à mão procedimentos para demonstrar suas proposições e resolver seus problemas, ao jurista cabe o privilégio da *dúvida*. Ele tem de ouvir as partes, vasculhar por pistas, interpretar leis, encontrar pontos pacíficos, assumir compromissos - e sempre, por fim, o caso pode permanecer inconcluso ou, ao menos, não estritamente demonstrado como ocorre com uma conclusão de uma dedução lógico-matemática. Na crise metodológica que Kant enfrentou de forma aguda na década de 1760, mas cujas primeiras manifestações remontam até seu primeiro escrito sobre as *Forças Vivas*, o aporte da jurisprudência pode ter-lhe parecido de grande valor

⁸ Cf. B xviii-xix: “Este método, imitado do pesquisador da natureza, consiste portanto no seguinte: procurar pelos elementos da razão pura naquilo que *possa ser confirmado ou refutado por um experimento*. Ora, as proposições da razão pura, sobretudo quando se arriscam para além de todos os limites da experiência possível, não permitem que se faça qualquer experimento com seus objetos (tal como se faz na ciência da natureza): assim, só se poderá trabalhar com *conceitos e princípios* que assumimos a priori, na medida, de fato, em que eles sejam estruturados de tal forma que os mesmos objetos possam ser considerados por um lado como objetos dos sentidos e do entendimento para a experiência, mas por outro como objetos, próprios à razão isolada que ultrapassou todos os limites da experiência, que só podem ser pensados; os objetos são, portanto, considerados de dois lados distintos. Se se verifica então, quando as coisas são consideradas desse duplo ponto de vista, que ocorre uma concordância com o princípio da razão pura, ao passo que de um único ponto de vista surge um conflito inevitável da razão consigo mesma, então o experimento decide pela correção de tal distinção”. Kant se refere aqui à antinomia da razão pura ou às ideias cosmológicas, mas no capítulo sobre a disciplina da razão pura Kant limita a aplicabilidade do “método imitado do pesquisador da natureza” aos demais objetos da razão pura: alma e Deus (Cf. abaixo, cap. 8). Vale lembrar aqui que Kant concede que “todos os juízes fazem hipóteses” (V-Lo/Blomberg AA 24: 222), ou seja, as hipóteses e os “experimentos” não são de exclusividade dos “pesquisadores da natureza”. Cf. abaixo. 7.2.

⁹ Sobre isso, Cf. Henrich, D. “Die Beweisstruktur der transzendentalen Deduktion der reinen Verstandesbegriffe - eine Diskussion mit Dieter Henrich”. In: Tuschling, B. (Hg). *Probleme der 'Kritik der reinen Vernunft'*. Kant-Tagung Marburg 1981. Berlin & New York: De Gruyter, 1984. p. 89. Marcos, M. H. “Sobre el carácter jurídico de la razón crítica”. In: Daimon, 4, 1992. p. 64. Höffe, O. *Kants Kritik der reinen Vernunft. Die Grundlegung der Moderne Philosophie*. München: C.H Beck, 2003. pp. 328-331.

– não por acaso essa primeira obra de Kant contém em seu título a expressão *Streitsache*, ou seja, “litígio”, “caso controverso”, de inequívoca origem jurídica¹⁰. Significativamente, indícios de que Kant vislumbrava no procedimento dos juristas um possível substituto para o método matemático-dedutivo, sobretudo em temas de filosofia pura, remontam a meados da década de 1750:

É incerto se o mundo é finito ou infinito.

[p.ex. que não sabemos onde é o lugar dos bem-aventurados ou danados.]

Não é vergonha alguma para um jurista não ter certeza se no conflito das mônadas Leibniz ou seus adversários têm razão.

É necessário reconhecer às vezes a incerteza. Nocividade <*Schädlichkeit*> do método matemático. (Rx 2659. AA 16: 454-455 *b1*. L 50 (*Terminus ad quo* 1752; *Terminus ad quem* 1755-6).

A passagem dos *Auszuge* de Meier na qual Kant anotou esse comentário diz respeito justamente às incertezas a que o conhecimento humano está sujeito¹¹. Meier afirma que há incertezas que podemos evitar e das quais, portanto, devemos nos envergonhar. Kant certamente rebate essa ideia e ressalta a “nocividade do método matemático” ao sugerir que um “jurista” ou “juiz” não teria vergonha alguma em não saber quem tem razão no conflito metafísico entre os defensores e adversários das mônadas, caso este fosse apresentado a um “tribunal”, possivelmente o tribunal do conhecimento humano. Percebendo como Kant ao longo do período pré-Crítico lutou com suas próprias convicções metafísicas, podemos avaliar quão importante é essa valorização da dúvida do jurista ou juiz, o qual, como será o tema da 2ª Parte de nosso trabalho, guarda significativas semelhanças, para Kant, com o cético. As inúmeras metáforas jurídicas que aparecem em passagens estratégicas da Crítica atestam, de forma talvez indireta e carente de interpretação, essa marca “jurídica” de origem do pensamento crítico de Kant. Afinal, não nos esqueçamos que a filosofia é caracterizada como a *legislação da razão pura* (cf, entre outros, A 840/B 868) e a *Crítica da Razão Pura* como o *tribunal* da mesma (cf, entre outros, A xi; A 751/B 779).

¹⁰ O título completo da obra é: *Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte und Beurtheilung der Beweise, deren sich Herr von Leibniz und andere Mechaniker in dieser Streitsache bedient haben, nebst einigen vorhergehenden Betrachtungen, welche die Kraft der Körper überhaupt betreffen*.

¹¹ Cf. Meier, G. F. *Auszug aus der Vernunftlehre*, Halle, 1752. § 180. “Há no conhecimento humano uma incerteza 1) que é plenamente inevitável e que não nos envergonha nem nos honra; 2) que, ainda que possamos, não conseguimos evitar, pois seu objeto encontra-se fora de nosso horizonte ou aquém dele, e que honra um homem; 3) que um homem pode e deve evitar, pois a certeza contraposta pertence ao nosso horizonte. § 178. Essa última [incerteza] nos envergonha sempre, e quem pretende melhorar o máximo possível seu conhecimento erudito <*gelehrte Erkenntnis*> tem de procurar evitar apenas toda a incerteza do terceiro tipo”.

2. *Status quaestionis*

Desde a recepção inicial da *Crítica da Razão Pura*, sobretudo através de Herder e Hamann¹², o caráter jurídico e político da filosofia crítica kantiana tornou-se objeto de debates. Esses primeiros críticos, entretanto, não eram em absoluto simpáticos a esta visada: segundo eles, a linguagem marcadamente jurídica da *Crítica*, em particular a imagem do *tribunal da razão* que a retrata de modo exemplar (A XI; A 751/B 779), atestaria o estéril rigorismo do pensamento moral kantiano, assim como o vazo formalista que lastreia toda sua filosofia. O primeiro autor que questionou esse juízo de forma peremptória foi, talvez, Karl Jaspers. Já em 1957 ele não apenas reconhecia Kant como um autor político determinante¹³ como também ressaltava o essencial *significado político* de sua filosofia:

O *páthos* de Kant do pensamento racional é sua filosofia mesma, com a qual ele se sabe em um grande movimento histórico. Essa filosofia é filosofia *política* na medida em que ela mesma deseja ser um elemento da política, e é *filosofia política* na medida em que este pensamento político, no caminho do autodiscernimento livre e racional <freien vernünftigen Selbsteinsicht>, liga-se ao mais supremo <Höchste>, que é pensado especulativamente, e vivenciado <erfahren> no suprassensível através de fundamentos práticos. Neste pensamento reside a tensão entre a consciência da impotência imediata e a grande confiança que aponta para o sinal da trilha da razão¹⁴

Além dos críticos de primeira hora da *KrV* já mencionados, Hamann e Herder, e das discussões que imediatamente se seguiram à publicação da *KrV* reunindo defensores e detratores, hoje caídos no esquecimento, da redescrição metafórica em Kant dos questionamentos metafísicos a partir de imagens jurídicas e políticas¹⁵, alguns autores significativos da Kant-Forschung “moderna” anteriores a Jaspers haviam posto em relevo a importância da imagem processual da *KrV*. Entre eles destacam-se sobretudo Hans Vaihinger e Bruno Bauch. Vaihinger afirma que “essa imagem de *processo* serve de fundamento a toda a *Crítica*”¹⁶; Bruno Bauch, por sua vez, reconhece o *quid iuris*

¹² Hamann, J. G. *Schriften zur Sprache*. Frankfurt: Suhrkamp, 1967. S. 217-218. Herder, J. G. *Verstand und Erfahrung. Eine Metakritik der Kritik der reinen Vernunft I*. Leipzig: 1799. pp. 6-7. Cf. Pietsch, L-H. *Die Topik der Kritik. Die Auseinandersetzung um die kantische Philosophie (1781-1788) und ihre Metaphern*. Berlin & New York: De Gruyter 2010. pp. 200ss.

¹³ “A essência de uma filosofia cuja primeira e última pergunta é aquela sobre o homem tem de ser política. Kant é, de fato, um pensador político da mais suma grandeza”. Jaspers, K. *Die Größen Philosophen. Erster Band*. München: R. Piper & Co. Verlag. 1957. pp. 534.

¹⁴ Idem. p. 563.

¹⁵ Cf. Pietsch, L.H. *Die Topik der Kritik*. Op. cit. pp. 196-212.

¹⁶ Vaihinger, H. *Commentar zu Kants “Kritik der reinen Vernunft”*. Op. cit. p. 107. No Cap. 1 nos voltaremos à interpretação de Vaihinger.

como o genuíno tema crítico¹⁷, o que já havia sido admitido por Maïmon¹⁸. Contudo, essas referências esparsas tornaram-se interpretações estruturadas apenas nos últimos tempos, a saber, após a virada, ocorrida há poucas décadas, em direção à reabilitação da filosofia jurídica de Kant e, com ela, do surgimento de uma nova “*corrente político-jurídica*” da interpretação da filosofia crítica.

Essa coincidência não é decerto fortuita. Apenas há cerca de 30 anos um grupo significativa de intérpretes levou a sério a “observação críptica”¹⁹ de Jaspers e chamou atenção ao papel constitutivo e, cumpre ressaltar, *positivo* da metáfora político-jurídica para o projeto mesmo de uma *Crítica da Razão Pura*. A despeito de suas diferenças, esses comentários colocam em relevo o *valor prático* da problemática jurídica introduzida no seio de questões teóricas e metafísicas: para eles, o objetivo de fundo e até mesmo a superfície conceitual do projeto crítico somente podem ser adequadamente elucidados através do recurso ao pensamento político e jurídico kantiano, inclusive em momentos da *Crítica da Razão Pura* nos quais, aparentemente, apenas expedientes especulativos estariam atuantes. Adotando como ponto de partida seja o primeiro prefácio à obra e partes da Doutrina Transcendental do Método, nos quais Kant expõe uma breve “história política” da metafísica e seus estágios sucessivos de despotismo (racionalismo dogmático), anarquia (empirismo cético) e, enfim, a legalidade do estado civil sob a atuação do tribunal da *Crítica* (A IX-XII; A 751-753/ B 779-781), seja momentos estratégicos para a argumentação kantiana, como a dedução transcendental das categorias e as antinomias da razão pura, nos quais é evocada a imagética jurídica e política (cf, dentre outros, A 84/ B 116; A 423-425/ B 450-453), esses autores propõem uma interpretação do projeto kantiano que acentua a insuficiência do discurso estritamente teórico na iluminação da estrutura da *Crítica* e da maneira peculiar com que ela aborda os problemas fundamentais legados pela tradição filosófica. Com isso, para essa relativamente recente tendência interpretativa, trata-se, em última instância, de

¹⁷ Bauch, B. “Das Rechtsproblem in der Kantischen Philosophie”. In: Zeitschrift für Rechtsphilosophie, 3, 1921. Cf. Marcos, M. H. „Sobre el carácter jurídico de la razón crítica: Op. cit. p. 56n. Santos, L.R. “Da Linguagem Jurídica da Filosofia Crítica à Arqueologia da Razão Prática”. In: Santos, L. R. & André, J. G. (Hrg). *Filosofia Kantiana do Direito e da Política. Seminário Internacional*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007. p. 205.

¹⁸ Cf. Carta de Maimon a Kant AA 11: 15-17. Cf. Frank, M. „Unendliche Annäherung“: die Anfänge der philosophischen Frühromantik. Frankfurt a/M.: Suhrkamp, 1997. pp. 114-132. Bondeli, M. *Apperzeption und Erfahrung : Kants transzendente Deduktion im Spannungsfeld der frühen Rezeption und Kritik*. Basel: Schwabe Basel, 2006.

¹⁹ Shell, S. M. *The Rights of Reason. A Study of Kant's Philosophy and Politics*. Buffalo & London & Toronto: University of Toronto Press. 1980. p. 5.

reforçar e radicalizar o *primado da razão prática* em face da razão teórica para Kant²⁰, seguindo a intenção do projeto moral e político do Esclarecimento alemão e europeu.

A suposta homogeneidade sugerida pela rubrica comum e estratégica *leitura político-jurídica* que utilizamos para denominar essa linha de interpretação encobre, na realidade, uma multiplicidade de motivações e mesmo, por vezes, uma marcada dissonância sobre a visada interpretativa adotada em cada caso. Para todos esses intérpretes, no entanto, a leitura político-jurídica da *Crítica da Razão Pura* serve a um propósito bem definido e, de modo geral, desempenha papel central no interior do projeto interpretativo mais amplo de cada um deles. A ampla literatura sobre o tema de nossa investigação carece de uma classificação e seleção prévia. Nós não nos ocuparemos direta e intensivamente com todos os estudos a respeito da “constituição jurídica” da *KrV*, mas meramente com aqueles que consideramos os mais importantes e significativos.

Primeiramente mencionemos – e rejeitemos – o ramo francês da leitura político-jurídica da *KrV*, a saber, Jacques Derrida, Jean-Luc Nancy und Jean-François Lyotard. Seguindo o costume na literatura francesa sobre Kant, esses autores partem, implícita ou explicitamente, da interpretação de Heidegger sobre Kant e condenam a arbitrariedade da “juridificação kantiana do pensamento filosófico”. Tais autores falam de uma “violência sem fundamento” do tribunal da razão²¹, de uma “ficcionalização do jurídico”²² ou de uma “inesgotável heterogeneidade das proposições filosóficas” que impede e até mesmo torna impossível a “função pacificadora da razão”²³, remetendo a Kant e a seu tribunal da razão a origem desta nova e degenerada concepção de razão e do antigo projeto de um autoconhecimento desta mesma razão. Uma vez que a interpretação desses autores não encontra apoio nenhum no texto kantiano, devendo ser considerada antes como uma por vezes apressada instrumentalização de alguns pontos doutrinários da filosofia de Kant, deixamos aqui de lado essa corrente interpretativa²⁴.

²⁰ Gerd-Walters Kürsters nota que essa intenção já se encontra no artigo supracitado de Bruno Bauch: “Conforme B. Bauch já havia notado, com uma tal construção jurídica (...) completa-se, de forma específica, o primado da razão prática, pois com isso a crítica teórica da razão é, de partida, estruturada praticamente”. Kürsters, G-W. *Kants Rechtsphilosophie*. Darmstadt: WBG, 1988. p. 29.

²¹ Derrida, J. *Force de Loi*. Paris: Galilée, 1994. Idem. *Du Droit à la Philosophie*. Paris: Galilée. 1990.

²² Nancy, J-L. „Lapsus judicii“. In: *Communications*, 26, 1977.

²³ Lyotard, J-F. *L'Enthousiasme: La Critique Kantienne de l'Histoire*. Paris: Galilée. 1995; Idem. *Le Différend*. Paris: Minuit, 1983.

²⁴ Já nos reportamos a essa corrente francesa em Trevisan, D. K. “O problema da linguagem no discurso filosófico kantiano como questão político-jurídica”. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 20, pp. 81-100, 2012. Cf. também Baumgarten, H. M. “Die friedensstiftende Funktion der Vernunft. Eine Skizze”. In: Kato, Y. e Schönrich, G. (hrgs). *Kant in der Diskussion der Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996. Seba,

Outros autores oferecem interpretações que, embora plausíveis e bem argumentadas, infelizmente podem ser tidas por limitadas ou mesmo unilaterais. Por exemplo Hans Kiefner interpreta a *KrV* como um processo civil, não criminal²⁵. A interpretação que coloca o acento no processo inquisitório a que razão e entendimento submetem a natureza “verfehlt (...) den entscheidenden Gesichtspunkt des Kontradiktorischen im Zivilprozeß zwischen Kläger und Beklagtem”²⁶. No entanto, a prometida análise de Kiefner, que em seu artigo apresenta um sólido conhecimento da filosofia jurídica de Kant, de seus predecessores e da sua *Wirkungsgeschichte*, não foi publicada.

Fumiyasu Ishikawa identifica no procedimento de descoberta da “dialektischen Schein” a atuação do “Modelo do Tribunal” <*Gerichtshof-Modell*>²⁷ que constituiria a “camada mais profunda do mecanismo de pensamento da filosofia crítica”²⁸, a saber, a designação de um “Terceiro” <*Drittes*> a partir do qual se soluciona, ou ainda, se dissolve a “oposição-de-dois-membros” falsamente considerada como composta de afirmações contraditórias e não *contrárias* entre si²⁹. Ishikawa reconhece um método “cético-judicial” <*gerichtlich-skeptischen*> na antinomia da razão pura, ou seja, um método que “é definido fundamentalmente com os conceitos de legislação e de jurisprudência <*Rechtsprechung*>”³⁰ e que exige que “haja um terceiro ponto de vista a partir dos quais os primeiros [tese e antítese na antinomia da razão pura – D.K.T] possam ser primeiramente considerados de forma equitativa”³¹. Ishikawa afirma ainda que “terceiro” ponto de vista imparcial é inicialmente possibilitado pelo juízo infinito³². O autor vê o *Gerichtshof-Modell* presente não apenas na antinomia da razão pura, mas também na dedução transcendental, onde igualmente haveria uma “oposição-de-dois-membros” à qual subjaz um “Terceiro”³³. Ainda que seja seu mérito ressaltar a ligação

J-R. *Le Partage de L'Empirique et du Transcendental. Essai sur la Normativité de la Raison: Kant, Hegel, Husserl*. Bruxelles: Éditions Ousia, 2006. Twellmann, M. "Der (Anti-)Juridismus der reinen Vernunft. Zur Rechtsmetaphorik bei Kant". Weimar Beiträge, 55, 2009.

²⁵ Sobre a polémica entre um processo civil e/ou penal no tribunal da *KrV*, Cf. Cap. 1.

²⁶ Cf. Kiefner, H. „Ius Praetensum. Preußisches Zivil- und Zivilprozeßrecht, richterliche Methode und Naturrecht im Spiegel einer Reflexion Kants zur Logik“. In: Kaulbach, F & Krawietz, W. (Hrg). *Recht und Gesellschaft*. Berlin: Dunker & Humblot, 1978. S. 287. N. 2; S. 311 und *passim*.

²⁷ Ishikawa, F. *Kants Denken von einem Dritten. Das Gerichtshof-Modell und das unendliche Urteil in der Antinomie*. Frankfurt am Mainz, Bern, New York & Paris: Peter Lang, 1990. p. 1

²⁸ Idem. p. 2.

²⁹ Idem. p. 119.

³⁰ Idem. p. 9.

³¹ Idem. p. 13.

³² Idem. pp. 29-35 et *passim*.

³³ Cf. Ishikawa, F. "Zum Gerichtshof-Modell der Kategorien-Deduktion". In: Croitoru, R (Hrg.). *The Critical Philosophy and the Function of Cognition. Proceedings of the Fifth International Symposium of*

do *Gerichtshof-Modell* com o “caráter originariamente legiferante da razão”³⁴ e a identificação do “Terceiro”, ou ainda, “de um terceiro ponto de vista” no conflito da razão com um “juíz no tribunal”³⁵, a investigação de Ishikawa padece de um acento excessivo no aspecto *lógico* do modelo jurídico (o juízo infinito como base lógica e mesmo “ontológica” do “Terceiro”) e quase desprezo dos aspectos efetivamente jurídicos envolvidos em tal modelo, sejam eles extraídos diretamente da própria filosofia kantiana do direito ou, antes, da tradição jurídica ou jusnaturalista. A exigência de um terceiro ponto de vista imparcial que resolva um conflito de forma equitativa não precisa ser buscada na lógica, como é grosso modo a posição de Leibniz³⁶, mas pode, antes, ser facilmente identificada na jurisprudência da modernidade³⁷ e mesmo na tradição filosófica de início da *Aufklärung* alemã³⁸.

Mencionemos ainda Kurt Röttgers, que interpreta o tribunal da razão como marca do “conceito kantiano radical de crítica”³⁹. O tribunal pressuporia leis de acordo com as quais os conflitos devem ser julgados (são os “critérios da Crítica”), no entanto, não é permitido que haja leis prévias para a razão crítica. Daqui surge o conceito kantiano de crítica como *crítica radical*, pois suas normas não são extraídas de um sistema normativo preexistente. A posição de normas ocorre *no processo* da Crítica entendido, pois, como um processo normativo por excelência. Contudo, Röttgers apoia sua interpretação numa base histórica equivocada. Segundo ele, esse processo normativo da crítica assemelha-se ao método da “teoria dos precedentes judiciais anglo-saxã” <*angelsächsischen Präjudizien-Jurisprudenz*>, que deveria então ser evocado para compreender o tribunal da crítica⁴⁰. Ora, sabe-se que a tradição à qual Kant se refere com suas metáforas jurídicas não é a britânica, mas a do jusnaturalismo e do direito romano continental. É nas fontes destes que devemos procurar uma base

the Romanian Kant Society. Bucharest: Diogene, 1995. Idem. „Grundmotive des Gerichtshof-Modells der Kategorien-Deduktion Kants”. In: Mohrs, T. Roser, A. & Salehi, D. (Hrsg.). *Die Wiederkehr des Idealismus? Festschrift für Willhelm Lütterfelds zum 60. Geburtstag*. Frankfurt: Peter Lang, 2003. Cf. abaixo, cap. 9.

³⁴ “O método judicial é, portanto, o único apropriado e mesmo inevitável para uma crítica da razão em primeiro lugar por causa do caráter originariamente legiferante da razão e em segundo lugar em virtude do caráter dialético da mesma em relação ao incondicionado”. Ishikawa, F. *Kants Denken von einem Dritten*. Op. cit. pp. 10-11.

³⁵ Idem. S. 13. Cf. abaixo 7.1.

³⁶ Cf. Cap. 2.

³⁷ Cf. Cap. 3.

³⁸ Cf. Cap. 2 e Cap. 6.

³⁹ Röttgers, K. *Kritik und Praxis: zur Geschichte des Kritikbegriffs von Kant bis Marx*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 1975. pp. 25ss.

⁴⁰ Idem. pp. 39-40.

histórica para a metáfora kantiana do tribunal, como procuraremos realizar na primeira parte de nosso trabalho.

Para a classificação das restantes interpretações político-jurídicas da *KrV* que julgamos como mais rigorosas, completas e bem sucedidas, carecemos de alguns critérios mais definidos. Maximiliano Marcos apresenta três possíveis abordagens interpretativas que pode assumir uma investigação sobre o caráter jurídico da *KrV* e, de forma mais ampla, da filosofia crítica kantiana, a saber, a) sistemática, b) genética e c) histórica. O enfoque *sistemático* aborda a questão dentro do programa kantiano de uma “filosofia transcendental atendendo às conexões entre as diferentes peças doutrinárias e seu engate arquitetônico, tanto formal (...) como material (...), nas principais obras do denominado período ‘crítico’. O enfoque ‘*genético*’, pelo contrário, aborda a questão dentro da ‘história de desenvolvimento’ ou de formação do pensamento kantiano que se cristaliza em suas obras ‘críticas’. Por último, o enfoque ‘histórico’ enquadra a questão no mundo do direito da época (dogmática, práxis e legislação jurídicas), especialmente o prussiano, para desvelar não apenas a possível dúvida institucional da filosofia kantiana, como também – por assim dizer – sua unidade de ‘destino histórico’”⁴¹. A classificação de Marcos, ainda que acertada em seus traços gerais, é, talvez, excessivamente esquemática. Certos estudos como o de Brandt, Saner e do próprio Marcos englobam duas ou mesmo as três perspectivas. É possível, ademais, acrescentar novos tipos de abordagem: a *reatualização*, como a de Höffe e O’Neill, a *crítico-literária*, que ressalta sobretudo os aspectos tópicos das metáforas kantianas, como é o caso de Leonel dos Santos (e em menor medida de F. Kaulbach), e finalmente a *de história das fontes filosóficas*, não apenas jurídicas. Como discutiremos na sequência, o peculiar da primeira talvez seja o acento no aspecto político e nem tanto jurídico da filosofia kantiana, o da segunda no aspecto literário da *KrV*, e o da terceira, por fim, nos elementos na história da filosofia e no ambiente filosófico do pensamento kantiano que auxiliam na compreensão da moldagem jurídica da Crítica e seu ancoramento na tradição filosófica. Em todo caso, a classificação de Marcos é útil, talvez justamente por ser esquemática.

O primeiro comentador que propôs uma estruturada interpretação genética e sistemática da filosofia crítica à luz do pensamento político e jurídico de Kant foi, não por acaso, um aluno de Jaspers, Hans Saner. Em seu livro *Kants Weg vom Krieg zum*

⁴¹ Marcos, M. H. “Sobre el carácter jurídico de la razón crítica”. Op .cit. p. 56. n. 4.

*Frieden. 1 Bd. Widerstreit und Einheit: Wege zu Kants politischem Denken*⁴², publicado em 1967, Saner interpreta toda a filosofia de Kant, dos primeiros escritos até o *Opus postumum*, como uma filosofia marcada por um “modelo irênico”⁴³ de solução de conflitos, isto é, como uma filosofia que aborda suas questões mais importantes de uma maneira política descritível segundo a estrutura “do conflito à paz”. Segundo Saner essa marca característica não apenas definiria a filosofia política de Kant e a ideia de uma “paz perpétua” ou mesmo o objetivo da *KrV* de indicar à metafísica “o caminho seguro da ciência” (B IX), mas seria até mesmo uma, por assim dizer, “intuição originária” ou um motivo metateórico condutor de todo o pensamento de Kant e mesmo de sua personalidade. Saner escreve que a “inclinação pacifista” não apenas impregnaria determinados âmbitos da filosofia kantiana – como a história, na qual esse aspecto torna-se claro através da “insociável sociabilidade”, e também a ciência da natureza e os conceitos de “comunidade das substâncias”, “oposição real”, “repugnância real”, etc. –, mas também caracterizaria Kant como um “polêmico existencial” que teria coroado seu percurso filosófico com um “tribunal crítico”.

Centrando sua análise da *Crítica da Razão Pura* no embate de posições filosóficas exposto na Dialética Transcendental e o analisando à luz do “uso polêmico” da razão discutido no capítulo sobre a Disciplina da Razão Pura, Saner segue seu mestre Jaspers e conclui que, pelo fato de o conflito, o antagonismo e a solução pacífica para os mesmos marcarem o pensamento kantiano de modo definitivo e como um todo, incluindo, pois, a estrutura conceitual de sua obra mais importante, a filosofia kantiana é uma filosofia *política*, caracterizada pelo uso de categorias político-jurídicas mesmo lá onde isto seria menos claro: nos “objetivos metafísicos” que guiam seu pensamento⁴⁴. Em suma, “a política é o modelo concreto de sua metafísica” e o objeto *par excellence* de seu filosofar⁴⁵. O que pesa contra a interpretação de Saner é o fato de o autor tomar um conceito de “política” muito amplo e indefinido, a saber, a política tão-somente como o *locus* de solução de conflitos⁴⁶. Ademais, Saner não oferece uma análise das fontes jurídicas de Kant e tampouco um estudo sistemático sobre a filosofia jurídica e política de Kant pressuposta em seu livro. Saner poderia ter sanado esse problema caso

⁴² Saner, H. *Kants Weg vom Krieg zum Frieden. Widerstreit und Freiheit: Wege zu Kants politischem Denken*. München: R. Piper & Co. Verlag, 1967.

⁴³ O termo é de Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. pp. 123ss.

⁴⁴ Saner, H. *Kants Weg vom Krieg zum Frieden*. Op. cit. p. 4.

⁴⁵ Idem. p. 313.

⁴⁶ Valem aqui as críticas a Saner feitas por Orth sobre a “vagueza” do conceito de política com que opera Saner. Orth, E. W. “Kants Politikbegriff zwischen Existenzmetaphysik und kritischer Philosophie”. In: *Kant-Studien*, 64. 1973. pp. 103-119, esp. p. 107.

tivesse lançado o segundo volume de seu livro, em que prometia abordar de modo direto os temas políticos e jurídicos nas obras do próprio Kant sobre o tema, o que não acontece no primeiro volume; contudo, este segundo livro nunca foi publicado⁴⁷.

Leonel dos Santos e Friedrich Kaulbach compõem um grupo de intérpretes no interior da leitura política da *Crítica*⁴⁸. Os dois comentadores discutem as metáforas jurídicas da *Crítica da Razão Pura* no interior de uma intenção hermenêutica mais vasta, que ressalta a constitutiva dimensão simbólica ou analógica do discurso filosófico. Como instrumento de análise e de “legitimação transcendental do metafórico e de toda a linguagem enquanto forma significante”⁴⁹, ambos operacionalizam a teoria kantiana que vincula símbolo, analogia, esquematismo e juízo reflexionante, conforme exposta no § 59 da *Crítica da Faculdade de Julgar*.

Tendo esse propósito hermenêutico em vista, Leonel propõe algo que denomina “poética da razão”⁵⁰, a saber, uma investigação sobre o imbricamento entre expressão do pensamento e linguagem expressiva, conteúdo e forma do discurso filosófico, da qual emerge o emprego de teias alegóricas como o incontornável e constitutivo recurso do filósofo que se dissimula por detrás de uma aparência retórica e decorativa. A alegoria político-jurídica tem, aqui, lugar de destaque: segundo Leonel, ela fornece “a chave para a leitura da própria *Crítica* e de todo o empreendimento filosófico de Kant”, entendida como a alegoria da “República da razão” exposta de modo explícito na seção sobre a Disciplina da razão em relação a seu uso polêmico⁵¹. Como a “metáfora absoluta” que comporta o código hermenêutico para todo o edifício filosófico de Kant,

⁴⁷ O autor afirma no prefácio que a obra era “um livro de preparação para o pensamento político kantiano”, e que uma “apresentação e exegese” do mesmo seria “reservado ao segundo [livro]”. Saner, H. *Kant's Political Thought: Its Origins and Development*. Op. cit. p. v.

⁴⁸ Kaulbach, F. *Studien zur späten Rechtsphilosophie Kants und ihrer transzendentalen Methode*. Würzburg: Königshausen & Neumann. 1982. Santos, L. R. “Da Linguagem Jurídica da Filosofia Crítica à Arqueologia da Razão Prática”. In: Santos, L. R. & André, J. G. (orgs). *Filosofia Kantiana do Direito e da Política. Seminário Internacional*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007. Idem. *Metáforas da Razão ou Economia Poética do Pensar Kantiano*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.

⁴⁹ Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 90. Embora no livro mencionado Kaulbach não discuta de forma explícita o valor da dimensão simbólica do discurso jurídico kantiano, sua obra é marcada, dentre outras coisas, pelo relevo dado à forma analógica e simbólica da linguagem filosófica, em especial da metafísica: “O pensar filosófico e a linguagem que apresenta o pensado ocorrem na linguagem da significação simbólica (...). As significações dos enunciados metafísicos devem ser entendidas sob essa representação de uma mera validade analógica: elas têm um caráter meramente simbólico”. Kaulbach, F. *Philosophie des Perspektivismus. 1. Teil. Wahrheit und Perspektive bei Kant, Hegel und Nietzsche*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1990. pp. 102-103. Leonel discute de forma breve a apropriação da “doutrina kantiana do símbolo” por parte de Kaulbach, inclusive em sua relação com a filosofia jurídica de Kant. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 83; pp. 567-568

⁵⁰ Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 128.

⁵¹ Cf. Santos, L. R. “Da Linguagem Jurídica da Filosofia Crítica. Op. cit. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 567.

Leonel se propõe a inventariar de forma verdadeiramente exaustiva as várias metáforas político-jurídicas que são apresentadas ao longo de toda a obra kantiana, culminando naquela que sela e confere significado concreto às demais: a “instauração da república da razão” sob a égide do tribunal crítico⁵².

Kaulbach, por sua vez, defende que “a razão filosófica, segundo a concepção de Kant, é decisivamente determinada por meio dos elementos constitutivos do pensamento jurídico”⁵³, dito mais precisamente, a “razão filosófica” seria uma “razão jurídica”⁵⁴. O intuito de Kaulbach consiste em avaliar a impregnação do discurso jurídico no cerne mesmo da filosofia transcendental; para ele, ao invés de campo de aplicação da filosofia moral, o direito e mais especificamente a *Doutrina do Direito* de 1797 seriam o lugar onde “o método transcendental se sente originariamente em casa”⁵⁵. Partindo, pois, da constatação acerca de uma “raiz comum da razão jurídica e da razão filosófica”, Kaulbach busca elucidar traços constitutivos do método transcendental (tomado em uma ampla generalidade) em operação na *Crítica da Razão Pura* através de conceitos e procedimentos dispostos na *Doutrina do Direito*, sobretudo no que diz respeito ao sujeito transcendental como o legislador que, num ato de liberdade, instaura as leis que regem a experiência possível⁵⁶.

A investigação de Kaulbach e Santos, para além de seu intrínseco interesse filosófico, padece, como nos parece ser o caso também de Vaihinger⁵⁷, de um excessivo acento na dimensão metafórica ou figurativa na constituição do discurso filosófico

⁵² Cf. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. pp. 561-631.

⁵³ Kaulbach, F. *Studien zur späten Rechtsphilosophie Kants*. Op. cit.. p. 7.

⁵⁴ Idem. *Philosophie als Wissenschaft. Eine Anleitung zum Studium von Kants Kritik der reinen Vernunft in Vorlesungen*. Hildesheim: H.A. Gertenberg, 1981. p. 11.

⁵⁵ Kaulbach, F. *Studien zur späten Rechtsphilosophie Kants*. Op. cit.

⁵⁶ Idem. pp. 113-114. Cf. também pp. 78-87; 111-134 *passim*. O projeto de Kaulbach encontrou seguidores. David Roland Doublet reconhece explicitamente sua dívida com Kaulbach em seu *Die Vernunft als Rechtsinstanz. Kritik der reinen Vernunft als Reflexionsprozeß der Vernunft* Padeborn & Oslo: Verlag Ferdinand Schöningh & Solum Forlag A/S. 1989. No livro Doublet avança a tese segundo a qual Kant, com sua “filosofia transcendental concebida como um modelo jurídico-filosófico”, buscou “erigir a razão como instância jurídica <Rechtsinstanz> para a vida humana” (p. 10), e isto a partir do estabelecimento de um “forum jurídico da razão” <Richterstuhl der Vernunft> para a decisão a respeito dos partidos concorrentes em disputas metafísicas (p. 21). Para tanto, porém, é necessário um “processo reflexivo” da razão que estabeleça o primado da liberdade sobre a natureza (p. 22) e, com isso, a razão jurídica seja posta numa posição privilegiada para instituir as condições de avaliação das pretensões de validade dos juízos de conhecimento e julgar as posições metafísica (sobretudo, racionalistas e empiristas) em conflito. Contudo, diferentemente de Kaulbach, a tese de Doublet sofre de uma dupla deficiência: além de recorrer apenas à noção “negativa” de liberdade como espontaneidade, ou, mais especificamente, da “liberdade transcendental” (p. 196), o autor não discute a própria filosofia jurídica kantiana, e, assim, fracassa em fornecer um solo conceitual consistente a partir do qual se pode avaliar a constituição jurídica e política da *Crítica*.

⁵⁷ Cf. Vaihinger, H. *Die Philosophie des Als-ob : System der theoretischen, praktischen und religiösen Fiktionen der Menschheit auf Grund eines idealistischen Positivismus; mit einem Anhang über Kant und Nietzsche*. Neudr. d. 9./10. Aufl., Leipzig, 1927. Aalen : Scientia-Verl., 1986.

kantiano. A razão e outros conceitos centrais de sua filosofia podem, decerto, ser elucidados com auxílio de metáforas, mas nunca *definidos* a partir delas. Como argumentaremos em nosso 1º capítulo, não nos parece lícito extrapolar a função meramente heurístico-histórica das metáforas e atribuir-lhes um papel ontológico mais espesso – para usar um par conceitual kantiano, confundir seu papel regulativo no discurso filosófico com seu valor como elemento constitutivo do pensamento. Dito de forma conspícua: tomar o heurístico por ontológico, nivelar e desconsiderar a *Grenzbestimmung* entre filosofia e literatura. Leonel dos Santos, por exemplo, radicaliza a ideia da metáfora como mero expediente heurístico e aposta em uma função “metafísica” mais profunda desempenhada por ela: a de mediação entre sensível e suprasensível, expressão sensível e expressão discursiva. A matriz heideggeriana dessa função da linguagem impregna também a análise de Kaulbach, que atribui à “razão” predicados conceituais extraídos de constelações figurativas. Em ambos os casos extrapola-se o aspecto meramente *metodológico* do aporte jurídico, assim como suprime-se a *efetiva história dos conceitos*, tornada aprisionada no esquema metafísico que subjaz à interpretação de cada autor.

Um segundo grupo de intérpretes é composto por Otfried Höffe e Onora O’Neill. Em lugar de aterem-se ao registro metafórico da linguagem filosófica kantiana e da imagética político-jurídica da *Crítica da Razão Pura*, esses autores preferem defender uma reconstrução do pensamento kantiano ao insistirem no componente político mais profundo que anima o recurso de Kant a tal constelação alegórica, mais notadamente na Disciplina da razão pura. O alvo de ambos é claro: Höffe busca “defender” Kant das acusações de solipsismo lançadas pela ética do discurso⁵⁸, e O’Neill propõe um “construtivismo kantiano” mais radical e mais “kantiano” do que aquele de John Rawls⁵⁹. Nesse sentido, Höffe insere sua leitura “cosmo-política” da *Crítica da Razão Pura* no escopo mais amplo de uma interpretação do motivo cosmopolita presente em

⁵⁸ Cf. Höffe, O. “Eine republikanische Vernunft. Zur Kritik des Solipsismus-Vorwurf”. In: Kato, Y & Schönrich, G (orgs). *Kant in der Diskussion der Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996. Idem. “Kritik der reinen Vernunft. Eine kosmo-politische Lektüre”. In: Idem. *Königliche Völker. Zu Kants Kosmopolitischer Rechts- und Frieden Theorie*. Frankfurt: Suhrkamp, 2001. Idem. *Kants Kritik der praktischen Vernunft: eine Philosophie der Freiheit*. München: Beck, 2012. Höffe ataca as acusações de Habermas e Apel, segundo as quais a filosofia de Kant, ao ater-se a uma visada solipsista e subjetivista na fundação do conhecimento e da moral, teria perdido a radicalidade da perspectiva discursiva e intersubjetiva que culmina no *linguistic turn* do século 20; para tanto, Höffe insiste no “caráter republicano e democrático” da razão kantiana e, com isso, no âmbito intersubjetivo e cosmopolita tomado como seu pressuposto.

⁵⁹ O’Neill, O. *Constructions of Reason. Explorations of Kant’s Practical Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 206-218.

múltiplas esferas da filosofia kantiana⁶⁰. Ao elevar o procedimento jurídico a paradigma metodológico na Disciplina da razão pura em lugar do método geométrico⁶¹, Kant teria sinalizado que sua “razão republicana”, intersubjetiva e cosmopolita, exige que os esforços filosóficos sejam unificados e harmonizados não por meio de decretos que refletem a vontade unilateral de uma “razão despótica” como a dos racionalistas e suas ferramentas lógicas e matemáticas de conhecimento, mas antes através de processos públicos e discursivos de molde político que assumem por dado que a razão é compartilhada em proporções iguais por todos os homens⁶². Já Onora O’Neill torna explícita sua intenção de “levar a sério a ideia de uma crítica da razão” como o objetivo do empreendimento filosófico kantiano⁶³; para tanto, identifica na Disciplina da Razão Pura a exposição do processo coletivo e político de caráter “antifundacionalista” <antifoundationalist> de justificação de uma razão a ser aceita por todos os potenciais participantes de um espaço público de discussão; nesse sentido, o imperativo categórico, tomado agora como o “princípio supremo da razão”, deve ser inscrito na base “não apenas da ética, mas também de toda a filosofia kantiana”⁶⁴ entendida como a construção crítica de uma racionalidade ampla o suficiente para ser universalmente compartilhada. A imagem do tribunal ilustra o motivo que guia esse esforço prático: o debate livre e universal é a baliza de um procedimento construtivista da razão “aberto, plural e sem término”⁶⁵.

Por recusarem uma análise mais detida da dimensão propriamente metafórica das imagens jurídicas da *Crítica*, uma leitura mais apegada ao próprio texto kantiano e, por fim, uma abordagem histórica da metafórica jurídica da *Crítica da Razão Pura* que repousa prioritariamente na investigação das circunstâncias sociais, culturais e relativas à história da ciência jurídica e ao ambiente filosófico que em primeiro lugar possibilitaram essa alegoria, tais autores cometem, a nossos olhos, uma intromissão ou introdução forçada <Hineinlesen bzw. Hineininterpretieren> das próprias representações políticas contemporâneas na estrutura sistemática da *Crítica da Razão*

⁶⁰Cf. Höffe, O. *Kants Kritik der reinen Vernunft. Die Grundlegung der Moderne Philosophie*. München: C.H Beck, 2003. pp. 18-20. Idem. “Universaler Kosmopolitismus. Über die Einheit der Philosophie Kants”. In: Ottmann, H [org]. *Kants Lehre von Staat und Frieden*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2009. pp. 15-17.

⁶¹ Cf. Höffe, O. *Kants Kritik der reinen Vernunft. Die Grundlegung der Moderne Philosophie*. Op. cit. pp. 286-292. Cf. também O’Neill, O. *Constructions of Reason..* Op. cit. pp. 14-15; 19.

⁶² Cf. Höffe, O. *Königliche Völker*. Op. cit. pp. 247-250.

⁶³ O’Neill, O. *Constructions of Reason*. Op. cit. p. ix.

⁶⁴ Idem. pp. ix; 24.

⁶⁵ Idem. p 21.

*Pura*⁶⁶. O texto kantiano torna-se refém de estruturas conceituais e discussões que lhe são impingidas sem qualquer mediação⁶⁷. Tomemos o caso de Höffe. Discutindo a presença de temas críticos e pertencentes à imagem jurídica já no primeiro escrito de Kant (o qual será nosso objeto de análise no capítulo 5), como a recusa de preconceitos e a exortação ao livre exame das doutrinas filosóficas, Höffe escreve que aqui, “dito politicamente, irmanam-se direitos humanos e democracia. Ao princípio do ser humano, à liberdade do pensar por si mesmo, associa-se o princípio da democracia da igualdade de todos aqueles que pensam por si mesmos”⁶⁸. Tal juízo é histórica e geneticamente equivocado. Höffe não considera a própria concepção kantiana de democracia como

⁶⁶ R. Brandt escreve sobre os riscos de uma interpretação que apenas está disposta a encontrar no texto filosófico as “configurações de pensamento” <*Gedankenbildung*> do intérprete. Cf. Brandt, R. *Die Interpretation philosophischer Werke*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1984. pp. 11-63. Embora concordemos com as objeções de Brandt àquele por ele chamado “modo subjetivo-reflexionante de proceder” na interpretação, consideramos impossível e mesmo ilusória a alternativa por ele defendida, a saber, o “método objetivo-determinante”. Trata-se, a nosso ver, de uma falsa oposição, segundo a qual o texto filosófico - para, como Brandt, expressar-se em termos kantianos - é visto como uma “coisa-em-si mesma”, e por conseguinte o intérprete pretende para si um insustentável acesso “objetivo” aos pensamentos de um autor através de uma pretensa interpretação “objetiva”. Também a nosso ver, incorre num erro semelhante, a saber, tomar o texto filosófico como uma coisa em si mesma, D. Schönecker („Textvergessenheit in der Philosophiegeschichte”. In: Schönecker, D. & Zwenger, T. (Hrsg). *Kant verstehen. Understanding Kant. Über die Interpretation philosophischer Texte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2001), assim como a interpretação estruturalista ainda amplamente praticada no Brasil (Cf. próxima nota). Ora, como Kant nos ensina, é possível haver representações “subjetivas-objetivas” – ora, para tornarem-se objetivas, representações subjetivas precisam apenas ser capazes de uma comunicabilidade bem fundada, isto é, conseguir “convencer” o interlocutor (A 821/B 849 ss).

⁶⁷ Trata-se, curiosamente, de uma acusação próxima à que o intérprete estruturalista faz ao intérprete “genético”: “ora, as asserções de um sistema não podem ter por causas, tanto próximas quanto adequadas, senão razões conhecidas do filósofo e alegadas por ele”. Goldschmidt, V. “Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos”. In: Idem. *A Religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1970. p. 140. Recusamos, no entanto, a pretensão estruturalista de “reconstruir a lógica interna” ao texto e de respeitar apenas o “tempo lógico” de determinado pensamento, rejeitando tanto qualquer referência exterior ao texto mesmo, por exemplo apontamentos do próprio autor ou “notas preparatórias”, essas “léxis sem crença e, filosoficamente, irresponsáveis”, onde “o pensamento se experimenta e se lança” (Idem. p. 147), como uma perspectiva histórica e, para os estruturalistas, “não-filosófica”: “De um modo mais geral, repor os sistemas num tempo lógico é compreender sua independência, relativa talvez, mas essencial, em relação aos outros tempos em que as pesquisas genéticas os encadeiam. A história dos fatos econômicos e políticos, a história das ciências, a história das idéias gerais (que são as de ninguém) fornecem um quadro cômodo, talvez indispensável, em todo o caso, não-filosófico” (Idem. p. 144). Pretender tal distanciamento estruturalista significaria não apenas perder todo ancoramento histórico que torna possível (e de interesse) a obra analisada, como também, à semelhança do “método objetivo-determinante”, postular o pensamento de cada autor como “coisas em si” (“A validade lógica de cada sistema assume-o como sendo em si e por si, isto é, independente das condições contingentes pelas quais foi realizado”. Gueroult, M. “Lógica, Arquitetônica e Estruturas Constitutivas dos Sistemas Filosóficos”. In: *Trans/Form/Ação*, N. 30. 2007. p. 138) às quais o intérprete tem um acesso privilegiado e cuja “unidade indissolúvel” (Goldschmidt, V. “Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos”. Op. cit. p. 140) ele deve restituir em seus “movimentos concretos” (Idem. p. 141), isto é, internos à lógica do texto, ou como “mônadas” que não se comunicam entre si a não ser em virtude de “estruturas aparentadas” (Idem. p. 146). Seja como for, pretender interpretar a *KrV* sem referência seja às *Reflexionen* e às *Vorlesungen* seja à tradição filosófica é, no mínimo, indesejável, para não dizer impossível.

⁶⁸ Höffe, O. *Kants Kritik der praktischen Vernunft*. Op. cit. p. 20.

“despotismo da maioria” e – sendo mais indulgente a um possível sentido originário da teoria democrática contemporânea na concepção de Kant sobre a República – tampouco leva em conta que neste momento, 1747, Kant ainda não tivera seu “despertar” por Rousseau sobre o valor da humanidade e poderia ainda ser tido como “elitista” – basta ler a epígrafe dos *Pensamentos* (AA 01: 07)⁶⁹. O resultado mais imediato é uma certa “caricatura” ahistórica ou “estilização” de Kant que, ainda que possa agradar humores contemporâneos, faz perder o que há de genuíno tanto no Kant sistemático como no Kant histórico⁷⁰.

Reinhard Brandt defende uma interpretação que não se enquadra diretamente em nenhuma das anteriores. Sem se vincular a uma análise hermenêutica do discurso kantiano ou posicionar-se de forma explícita no interior do debate contemporâneo sobre as apropriações da filosofia kantiana, ele se interroga sobre o aspecto judicial e político do projeto de uma *Crítica da Razão Pura* tendo por fio condutor uma questão precisa da história da filosofia, a saber, a indagação sobre a destinação <*Bestimmung*> do homem como aquilo que confere unidade à obra kantiana em todos os seus âmbitos e que teria lastreado boa parte do debate filosófico nos séculos 18 e 19⁷¹. Nesse sentido, o caráter eminentemente prático e moral, e não teórico e especulativo, dessa interrogação⁷², a par com aquilo definido por Brandt como o *Aufklärung* tardio ou fase prática do *Aufklärung*⁷³, constrange Kant a uma mudança de paradigma em relação à tradição filosófica: com a *Crítica da Razão Pura* e seu recurso ao tribunal da razão pela razão, o modelo racionalista, de cunho teórico, cede lugar a uma filosofia crítica que instaura o primado da razão prática e seu lugar privilegiado na resposta à pergunta sobre a destinação humana; como consequência, escreve Brandt, o tribunal crítico e o procedimento jurídico representam a cristalização autoconsciente da necessidade do lastro moral que impregna todas as interrogações teóricas de uma filosofia que se

⁶⁹ Contra O'Neill poderíamos argumentar algo semelhante ao que objetamos a Höffe. De modo geral, contra a interpretação de O'Neill a respeito do imperativo categórico como princípio supremo da razão prática e teórica, Cf. Klemme, H. „Ist the Categorical Imperative the Highest Principle of *both* Pure Practical and Theoretical Reason ?“. In: *Kantian Review*. Vol 19. Issue 1. 2014.

⁷⁰ Sobre isso, cf. Lehmann a propósito da interpretação metafísica de Kant e as tentativas de prosseguí-la numa chave histórica: “Nenhuma interpretação que explora novas facetas de Kant é desprovida de valor. Contudo, há aqui um limite. Se Kant é tornado de tal forma multifacetado que seu caráter histórico é perdido, então a interpretação histórica perde também seu sentido”. Lehmann, G. „Kritizismus und kritisches Motiv in der Entwicklung der kantischen Philosophie“. In: *Kant-Studien*, 1957. p. 30.

⁷¹ Brandt, R. *Die Bestimmung der Menschen bei Kant*. Op. cit. pp. 31-32.

⁷² Idem. pp. 15-18.

⁷³ Cf. Brandt, R. *Immanuel Kant – Was bleibt?* Hamburg: Meiner, 2010. pp. 175-196.

admite como fundamentalmente submetida a um interesse prático⁷⁴. Reconhecendo a necessidade de que a “constituição jurídica” da primeira *Crítica* tenha como modelo a própria filosofia política e jurídica kantiana⁷⁵, Brandt assume duas bases interpretativas: por um lado, o assentamento da “constituição jurídica da *KrV*” na “doutrina da destinação moral do ser humano e em uma *teleologia rationis humanae*”⁷⁶ e, por outro, no paralelo entre a relação da Analítica Transcendental com a Dialética Transcendental e a divisão da *Doutrina do Direito* em direito privado e direito público, surgindo a imagem do tribunal como unificadora dessas duas dimensões do direito de Kant e de sua *Crítica*⁷⁷.

A despeito de assentar-se sobre bases filológicas mais consistentes e propôr na doutrina da *Bestimmung* uma dimensão prático-moral mais espessa e mais certa da constituição jurídica da *KrV*, a investigação de R. Brandt incorre, a nosso ver, em dois grandes erros.

Em primeiro lugar, Brandt sugere ter havido um “desinteresse em relação à concepção jurídica (...) na segunda edição da *KrV*”⁷⁸, e a marca mais clara disso seria o desaparecimento da imagem do tribunal da razão no prefácio B. O aparecimento de uma “guinada baconiana” na 2ª edição da *Crítica* tornaria patentes a “recusa à (...) jurisdição”⁷⁹ da filosofia transcendental, a nova direção tomada pela filosofia crítica e, assim, a formulação “do neokantismo do próprio Kant”⁸⁰. Acreditamos que se trata de um equívoco na compreensão do sentido e amplitude da constituição jurídica da *KrV*: as imagens jurídicas têm um papel metodológico que permanece *inalterado* em 1787. Como contraponto à interpretação de Brandt, além de propormos uma discussão do sentido jurídico da filosofia de Bacon como possível fonte de Kant, centraremos nossa

⁷⁴ Brandt, R. *Die Bestimmung der Menschen bei Kant*. Op. cit. pp. 336-339.

⁷⁵ Idem. pp. 281-286. Além da própria filosofia do direito de Kant, Brandt identifica outras três fontes para o modelamento jurídico da *Crítica*: 1) a *Allgemeinen Landrecht für die preußischen Staaten*, o então novo código civil da Prússia, promulgado em 1794; 2) a nova ordenação do direito processual civil prussiano, que teria influenciado a noção kantiana de “dedução”; e 3) a tradição do direito natural <*Naturrecht*> e direito político <*Staatsrecht*>, de Hobbes, Pufendorf, Achenwall e Rousseau.

⁷⁶ Idem. p. 340.

⁷⁷ Idem. p. 310.

⁷⁸ Idem. p. 343.

⁷⁹ Idem. p. 345.

⁸⁰ Idem. p. 272. A tese de Brandt é que ao longo do período crítico, mais precisamente entre 1781 e 1787, houve uma mudança no sentido mesmo da *KrV*. Ao passo que em 1781 Kant a entendia de fato como uma “*Crítica da Razão Pura*”, em 1787 haveria uma “*Crítica do Entendimento Puro*”, ou ainda, “*Crítica da Razão Especulativa Pura*”: “Em 1781 ocorreu um falso título, pois a faculdade legisladora então referida não é a razão pura, mas sim o entendimento puro”. Idem. p. 498. Voltaremos a esse ponto na conclusão ao presente trabalho.

análise na edição B para mostrar que as metáforas jurídicas aí permanecem, bem como seu sentido metodológico determinante para a filosofia crítica.

Em segundo lugar, Brandt incorre em um erro interpretativo em relação à “gênese da obra” <*werkgenetisch*>: como analisar a *KrV* à luz da *Doutrina do Direito* considerando os 15 anos que separam as duas obras não apenas temporal, como sobretudo “conteudisticamente”? Ainda que, contra certos comentadores⁸¹, possa ser afirmado com segurança que traços fundamentais da futura *Doutrina do Direito*, como a ideia de República, a distinção entre direito e ética, etc., já estavam suficientemente formulados em 1781 ou mais tardar em 1787⁸², é sabido que no momento da publicação da *KrV* a doutrina kantiana do direito ainda estava *incompleta*, sobretudo no que diz respeito ao *direito privado*, o que em grande medida explica a contínua postergação da parte de Kant na publicação de sua *Metafísica dos Costumes*, ocorrida apenas em 1797⁸³. Ora, como interpretar o modelamento jurídico da *KrV* a partir da relação entre direito privado e público exposta na *Doutrina do Direito* dado que *à altura ela ainda não estava formulada*?⁸⁴. Sob o risco de incorrer em equívocos genéticos, qualquer investigação cujo objetivo central seja interpretar a *KrV* à luz da *Doutrina do Direito* deve, portanto, enfrentar o problema, fartamente discutido na bibliografia secundária, sobre a gênese e etapas do desenvolvimento do pensamento jurídico de Kant, identificando nesse percurso o estágio preciso em que a *KrV* e sua moldagem jurídica inserem-se.

⁸¹ Como, por exemplo, Kleingeld, P. *Kant and Cosmopolitanism. The Philosophical Ideal of World Citizenship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Esp. 2o Capítulo. Sua tese sobre a “descoberta kantiana” do “Republicanism” apenas na década de 1790 é marcadamente ahistórica. Já na *KrV*, por ocasião da República platônica, Kant discute a “Ideia de uma constituição de Estado” que “serve de fundamento a todas as leis” e que permite “a mais alta liberdade humana segundo leis e que faz com que a liberdade de cada um possa coexistir com a liberdade de todos os outros”: A 316/B 372. Cf. também Rx 7536. 1764-1768. AA 19: 448-9. Com Kleingeld trata-se, a nosso ver, de mais um exemplo, comum na bibliografia de língua inglesa, de intérprete que, na sanha de atualizar um filósofo, se esquece de primeiramente interpretá-lo.

⁸² Cf. Busch, W. *Die Entstehung der kritischen Rechtsphilosophie Kants*. Berlin/New York: De Gruyter, 1979; Marcos, M. H. “La Formacion del Criticismo Juridico de Kant”. In: *Revista de Estudios Políticos* (Madrid), 89, 1995. Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants nach den frühen Quellen*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1971.

⁸³ Em 26/10/1794 F. Schiller escreve a Erhard para relatar a conversa que tivera então recentemente com Kant: “A derivação do direito de propriedade é, agora, um ponto com o qual muitas cabeças pensantes se ocupam, e de Kant mesmo escutei que devemos esperar algo a respeito em sua *Metafísica dos Costumes*. Ao mesmo tempo, contudo, escutei que ele ainda não está satisfeito com suas ideias sobre o tema, e, por isso, deixou a edição de lado”. Apud Ludwig, B. “Einleitung”. In: Immanuel Kant. *Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*. Hrsg. Ludwig, B. Hamburg: Meiner, 2009. pp. XIX-XX. Discutiremos mais longamente este ponto abaixo, Cap. 1.5.

⁸⁴ Deste problema padece também a interpretação de Ulrich Seeberg sobre a dedução transcendental à luz da *Doutrina do Direito* e mais especificamente da doutrina kantiana da propriedade. Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis. Eine Untersuchung Kants transzendentaler Deduktion der Kategorien*. Hamburg: Philo & Philo Fine Arts. 2006.

Por fim, Maximiliano Marcos apresenta a investigação mais completa sobre a imagem da *Crítica* como um processo civil, apoiando-se sobretudo nas fontes jurídicas da época de Kant e realizando a necessária investigação genética sobre a *Doutrina do Direito* a que fizemos referência acima⁸⁵. Sua análise tem como ponto de partida e pressuposto propedêutico a reabilitação do aspecto crítico da filosofia do direito de Kant contra certa escola neokantiana que afirmou o caráter pré-Crítico da *Doutrina do Direito* e, de modo geral, da filosofia jurídica de Kant⁸⁶. Assegurando-se que a filosofia jurídica do período crítico é, de fato, *crítica* em virtude de sua dependência sistemática e genética em relação ao idealismo transcendental⁸⁷, Marcos pode assumir a analogia entre o crítico e o jurídico como ponto de partida da investigação, o que significa ou que o jurídico constitui a estrutura profunda do transcendental (como crê Kaulbach, por exemplo) ou que a crítica apela num horizonte histórico ao direito como condição de sua “realização”. Marcos opta prudentemente pela última alternativa. Ele assume uma “íntima conexão entre a *KrV* como método de pensar e o Estado democrático de direito como horizonte histórico da vida humana”⁸⁸, recorrendo, para fundar sua tese, às discussões legislativas e processuais ocorridas na Prússia à época de Kant. Diferentemente dos estudos anteriores sobre a metáfora jurídico-política da *KrV*, que, segundo ele, propõem apenas um “deciframento *estrutural*” ou uma “fundação *sistemática*” dela⁸⁹, Marcos propõe reconstruir toda a densidade da “história social e

⁸⁵ Marcos, M. H. *La Crítica de la razón pura como proceso civil. Sobre la interpretación jurídica de la filosofía trascendental de I. Kant*, Salamanca: Universidad de Salamanca, Colección Vitor (Tesis doctorales en microficha), 1994. O próprio R. Brandt admite que a investigação de Marcos é a “mais completa” sobre o tema. Cf. Brandt, R. *Die Bestimmung der Menschen bei Kant*. Op. cit.

⁸⁶ Segundo Hermann Cohen, a filosofia moral kantiana renegou o “procedimento crítico”, a saber, partir de um *factum* da ciência e, deduzindo *post festum* suas condições de possibilidade, conceder-lhe justificação filosófica. Ao contrário do que ocorrera com a física newtoniana, Kant não teria encontrado em filosofia moral nenhuma ciência prática bem estabelecida da qual pudesse questionar os princípios que inicialmente a tornam possível, e teria recorrido, pelo contrário, ao juízo “fatual” sobre o entendimento comum dos homens (o “análogo” de um fato de que fala Cohen) para dele construir seu sistema. Cf. Cohen, H. *Ethik des reinen Willens*. Berlin, 1907. p. 227. A tese de Cohen seria, segundo K. Lissner, “natural” dado o “estágio histórico das ciências práticas” à época de Kant. Lissner, K. *El Concepto del Derecho en Kant*. México: Centro de Estudios Filosóficos, Universidad Autónoma de México, 1959. pp. 5-8. Cohen teria “corrigido” Kant, e, partindo do *factum* da ciência jurídica, concebeu sua “ética da vontade pura”. Num livro polêmico e que despertou inúmeras discussões na *Kant-Forschung*, Christian Ritter procurou fornecer uma prova histórico-genética da tese de Cohen *et alia*. Sobre toda essa discussão, Cf. Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants*. Op. cit.

⁸⁷ Cf. Marcos, M. „Sobre el carácter jurídico de la razón crítica” e *La “Crítica de la razón pura” como proceso civil*. Op. cit. pp. 239ss. Sobre isso, ver Klemme, H. „Der Transzendente Idealismus und die Rechtslehre. Überlegungen zum Zusammenhang von Pflicht, Recht und Ethik bei Kant“, in: Euler, W. & Tuschling, B. *Kants Rechtslehre*, Berlin, 2013. Brandt, R. „Rezension zu Christian Ritter. Der Rechtsgedanke Kants“. In: Philosophischen Rundschau, 20, 1974.

⁸⁸ Marcos, M. *La Crítica de la Razón Pura como Proceso Civil*. Op. cit. p. iii.

⁸⁹ Idem. p. v.

filológica” a partir da qual tais metáforas foram escritas⁹⁰. “O tratamento 'estrutural' e ‘sistemático’ da analogia é - que dúvida? - necessário porém insuficiente para compreendê-la [scil. a *KrV*] em seu esplendor histórico e filosófico”⁹¹. Dessa forma, Marcos analisa a *KrV* sobretudo da perspectiva da história do direito e do ambiente histórico em que a metafórica kantiana surgiu, sobretudo no que diz respeito à reforma prussiana da legislação civil e processual. Ainda que extremamente rica na investigação das fontes, profícua nas conclusões e resultados obtidos, e rigorosa na análise do pensamento kantiano, a obra de Marcos – na qual, em razão de suas muitas virtudes, iremos nos apoiar em diversas partes do presente trabalho – explicitamente deixa de lado a discussão da dedução como conceito jurídico⁹² e, com isso, não consegue fornecer um quadro completo da modelagem jurídica da *KrV* e tampouco estabelecer um “modelo judicial” unitário de toda ela. Ademais, se um dos objetivos do autor é o de reconstruir a “história social e filológica” da metáfora do tribunal, torna-se injustificável sua opção em ignorar a própria história “filosófica”, e não apenas “jurídica” de tal metáfora – pode parecer óbvio afirmá-lo, mas Kant, antes de ser um pensador que contribuiu para a história do pensamento jurídico, foi sobretudo um filósofo, um pensador imerso na tradição *filosófica* de então.

Ao mesmo tempo em que nos apoiamos no rico material bibliográfico secundário, nosso objetivo, como não poderia deixar de ser, é o de suprimir as lacunas por nós assinaladas com base na perspectiva interpretativa que discutiremos na sequência.

3. Bases interpretativas

Após essa passada em revista do *status quaestionis* da interpretação político-jurídica, cumpre elucidarmos os elementos centrais de nossa própria interpretação. Como já mencionado, adotamos três perspectivas para avaliarmos o aporte metodológico da metafórica jurídica na *KrV*: a) de história das fontes e dos conceitos filosóficos e jurídicos, b) de gênese da filosofia crítica e c) sistemática,. A cada um

⁹⁰ Idem. pp. iv-v.

⁹¹ Idem. p. iv.

⁹² Em lugar da investigação sobre a dedução como modo jurídico de prova, o autor limita-se a investigar o criticismo como *ars inveniendi*, isto é, “como caminho de descoberta de uma ilusão através da confrontação polêmica das opiniões e argumentos, à maneira das disputas jurídicas que ocorrem ante os tribunais cíveis” - ou seja, limita-se a investigar a antitética transcendental como cenário de um efetivo procedimento civil. Idem. pp. iv-v.

desses eixos interpretativos corresponde uma parte de nossa investigação. Não pretendemos, porém, estabelecer contornos muito fixos a cada uma dessas abordagens interpretativas, deixando propositalmente em aberto uma definição mais rigorosa do que seja a concepção por nós utilizado de história das fontes ou dos conceitos⁹³, de abordagem genética⁹⁴ e de recorte sistemático⁹⁵. No aspecto histórico e genético do trabalho, assumimos a dificuldade de determinar precisamente as fontes de Kant⁹⁶ e o ambiente filosófico preciso em que seus conceitos foram gestados⁹⁷, além da indeterminação de princípio do material do *Nachlass*⁹⁸; quanto ao aspecto sistemático, renunciamos a alguma espécie de tomada de posição definitiva do que seja o texto kantiano, procurando, antes, deixar que os fundamentos sistemáticos assumidos se confirmassem e se reforçassem ao longo da análise histórica. Voltaremos a esse pano de fundo interpretativo no nosso 1º capítulo. Importa ressaltar agora que o desejo normativo de nosso trabalho é o de *trazer à tona a necessária relação mútua das duas*

⁹³A concepção aberta de história dos conceitos que acolhemos poderia ser caracterizada como aquela abordagem interpretativa que “pertence, por conseguinte, não meramente a uma propedêutica filosofia; ela oferece algo mais do que um agregado de materiais históricos que se mostra, no final das contas, sem função; ademais, ela não se esgota de forma alguma em uma filologia erudita de termos técnicos. A história dos conceitos é uma parte integrante da filosofia mesma na medida em que esse apreender racional e conhecimento científico do mundo e da realidade natural e histórico-social em uma teoria geral e abrangente somente está em condição de ser bem sucedido quando cada uso conceitual dos conceitos utilizados é processado em sua efetividade histórica e o conceito torna-se, por meio disso, capaz de sistematização em um contexto de significado elucidado de forma inequívoca”. Meier, H. G. „Begriffsgeschichte“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 1. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001 pp. 788-789. Voltaremos a isso no capítulo 1. Para as várias formas de historiografia dos conceitos, Cf. Pozzo, R; Sgarbi, M (Hrsg). *Eine Typologie der Formen der Begriffsgeschichte*. Hamburg : Meiner, 2010.

⁹⁴ Na introdução à 2ª parte do trabalho discutiremos esse ponto.

⁹⁵ Sobre o que significa uma possível interpretação sistemática da *KrV*, Cf. Lehmann, G. “Voraussetzungen und Grenzer systematischer Kantinterpretation”. In: *Kant-Studien*, 49, 1958. Henrich, D. *Identität und Objektivität. Eine Untersuchung über Kants transzendente Deduktion*. Heidelberg: Karl Winter Verlag, 1976.

⁹⁶ Hinske, N. „Che cosa significa e a qual fine si pratica la storia delle fonti? Alcuni osservazioni di storia delle fonti sulla antinomia kantiana della libertà”, In: *Studi Kantiani*, 19, 2006.

⁹⁷ Cf. por exemplo, Erdmann, B. *Martin Knutzen und seine Zeit: ein Beitrag zur Geschichte der Wolfischen Schule und insbesondere zur Entwicklungsgeschichte Kants*. Leipzig, 1876. Tonelli, G. *Elementi metodologici e metafisici in Kant dal 1745 al 1768. Saggio di sociologia della conoscenza*. Turin: Edizioni di 'Filosofia', 1959.

⁹⁸ São bem conhecidos os problemas e méritos da datação de Adickes em comparação às tentativas anteriores de Erdmann, Haering e Reicke. Cf. Hinske, N. "Einleitung zur Neuauflage". In: *Reflexionen Kants zur kritischen Philosophie. aus Kants handschriftlichen Aufzeichnungen*. Hrsg. von Benno Erdmann. Neudr. der Ausg. Leibzig 1882/1884. Neu hrsg. und mit einer Einl. vers. von Norbert Hinske. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1992. pp. 7-14. Idem. "Prolegomena zu einer Entwicklungsgeschichte des Kantschen Denkens. Erwiderung auf Lothar Kreimendhl". In: Theis, R & Weber, C. (Hrsg). *De Christian Wolff à Louis Lavelle. Métaphysique et Histoire de la Philosophie. Recueil en hommage à Jean École à l'occasion de son 75e anniversaire*. Hildesheim, Zürich & New York: Georg Olms Verlag, 1995. S. 106-110. Klemme, H. *Kants Philosophie des Subjekts*. Hamburg: Felix Meiner, 1996. pp. 40-41. Vleeschauwer, H.J. *La Déduction Transcendentale dans l'Oeuvre de Kant. Tome I*. New York & London: Garland Publishing, Inc, 1976. Reimpressão de Antwerpen: De Sikkel, 1934. pp. 43-49.

abordagens, a histórica e a sistemática, algo que, a nossos olhos, é infelizmente raro na literatura sobre Kant no Brasil. Para utilizarmos uma conhecida imagem de Kant, entendemos que a interpretação sistemática ou imanente ao texto sem a interpretação histórico-genética é vazia, a abordagem de retrospecção histórica sem um claro ponto de ancoragem sistemático é cega⁹⁹. Assim, por um lado aceitamos o notório preceito interpretativo de K. Fischer: “elucidar Kant significa derivá-lo historicamente”¹⁰⁰; por outro lado, porém, compartilhamos as reservas de R. Brandt relativas às investigações que, excessivamente centradas nos aspectos históricos e genéticos da filosofia crítica, se esquecem de um preceito central do próprio Kant: a filosofia é ciência *racional* e, enquanto tal, possível apenas *sistematicamente*¹⁰¹, assim como a advertência de M. Campo para que os limites da retrospecção histórica sejam dados pelo *quid iuris* do problema tratado, o que, por sua vez, implica uma bem justificada tomada de *posição sistemática*¹⁰². Contudo, é certo que a interpretação não pode limitar-se ou encerrar-se na análise sistemática, muitas vezes redundante num comentário meramente parafraseante do texto (encontrado, sob a aura de uma leitura estruturalista ou analítica, com certa frequência na *Kant-Forschung* brasileira), ou numa “reconstrução analítica” à la Bennett e Strawson (comum entre os autores anglo-saxões), que tomam muita distância em relação ao percurso efetivo dos argumentos de Kant e lançam mão um material parco, se situado no vastíssimo conjunto da obra kantiana¹⁰³. Ora, deve-se sempre reter em mente o aspecto “aporético” do sistema e da sistematicidade em e para

⁹⁹ Concordamos, pois, com Lehmann: “uma reflexão mais cuidadosa não pode, todavia, deixar de trazer à tona que uma interpretação histórica de uma ‘doutrina’ filosófica não é possível sem pressupostos sistemáticos, que ela, sem uma compreensão do sentido dessa doutrina, não é uma interpretação”. Lehmann, G. „Kritizismus und kritisches Motiv in der Entwicklung der kantischen Philosophie“. Op. cit. p. 25. Porém, não temarizaremos em profundidade aqui os problemas que autor põe, a saber, como interpretar e “reconstruir” o Kant “crítico” à luz da tradição (metafísica e relativa à teoria do conhecimento) numa perspectiva ao mesmo tempo histórica e sistemática sem cair em “caricaturas”.

¹⁰⁰ “Elucidar Kant significa derivá-lo historicamente. Sem esta exata derivação histórica não são compreensíveis nem a filosofia crítica nem seu paulatino surgimento no Kant mesmo. Pois a filosofia crítica não veio à tona subitamente, mas antes surgiu paulatinamente, tanto na história como em seu próprio autor”. Fischer, F. *Geschichte der neuern Philosophie. Bd III. Kant's Vernunftkritik und deren Entstehung*. 2. rev. Aufl. Heidelberg: Verlagsbuchhandlung von Friedrich Bassermann. 1869. p. 29.

¹⁰¹ Brandt exprime reservas contra estudos, como o de Kreimendahl, que se centram de tal forma na gênese histórico-biográfica do pensamento kantiano que acabam por desprezar sua “forma condicionada sistematicamente”. Tais interpretações incorrem em um “círculo hermenêutico” e até mesmo não raro em um “círculo vicioso”. Segundo Brandt, elas pretendem “conhecer a gênese da obra a qual, porém, não podem conhecer sem sua gênese”, isto é, uma “jornada sem objetivo e sem direção através das *Reflexionen*, cartas e comentários colaterais de terceiros”. Cf. Brandt, R. „Rezension zu Lothar Kreimendahl, Kant - Der Durchbruch von 1769, Köln 1990“. In: Kant-Studien 83, 1992, p. 103.

¹⁰² Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Varese : Ed. Magenta, 1959. p. xvi.

¹⁰³ Cf. Henrich, D. *Identität und Objektivität*. Op. cit. pp. 9-10.

Kant¹⁰⁴, o que impede que alguma tomada de partido prévia defina, de início e de uma vez por todas, qualquer direção interpretativa.

Como, pois, escapar à aparente *Sackgasse* interpretativa escrita acima? Entendemos que uma possível forma seria escorar-se no *acordo mútuo de história e sistema*. Ao nossos olhos, a interpretação de Kant bem sucedida e mais desejável é aquela que não se pergunta pela *verdade histórica* ou *sistemática* da *KrV* ou da filosofia kantiana, mas, inversamente, procura resgatar a riqueza de suas inserções históricas, tensões e coesões sistemáticas e retrazar nela o trabalho vagaroso, inacabado e aporético de temas e problemas da época e da história da filosofia. *Sistema e história se entrecruzam e se apoiam mutuamente*. De resto, a tentativa de compreender o objetivo da *Crítica* a partir da metáfora do tribunal impõe ao intérprete a difícil tarefa adicional de construir uma passagem entre dois âmbitos discursivos diferentes, porém aparentados entre si, a saber, a filosofia especulativa e a filosofia do direito. Para cumprir tal tarefa – ao menos é este nosso norte hermenêutico – é tanto mais necessária a abordagem interpretativa múltipla acima aludida, isto é, realizar uma interpretação ao mesmo tempo filosófico-histórica <*philosophisch-geschichtlich*> e orientada no texto <*textorientiert*>¹⁰⁵, ao mesmo tempo de história das fontes <*quellengeschichtlich*> e imanente ao texto <*textimmanent*>¹⁰⁶. Nossa expectativa é que essas supostas oposições metodológicas possam ser suprimidas, se se consegue sucesso na interpretação do texto kantiano da forma que procuramos esboçar, defeituosamente, neste trabalho. O multifacetado discurso de Kant sobre o método em filosofia e sua *Aufhebung* e reconciliação no complexo método *crítico* deve nos lembrar que essa tarefa de conciliação de métodos não pode ser considerada *a priori* como impossível. Assim como a *Crítica* se propunha instaurar o estado civil na metafísica, inclusive no que diz respeito ao modo de exposição mais adequado em filosofia¹⁰⁷, um método que procure instaurar a concórdia entre interpretações pode visar façanha semelhante.

No decorrer de nossa argumentação tornam-se patentes os conceitos que nos servem de fio de condutor: *tribunal* e *legislação da razão* (caps. 2 e 8), *dedução* (caps. 3 e 9) e *antinomia* (caps. 4 e 10); a cada um deles corresponde, grosso modo, o

¹⁰⁴ Lehmann, G. “Voraussetzungen und Grenzer systematischer Kantinterpretation”. Op. cit.

¹⁰⁵ Klemme, H. “Perspektiven der Interpretation”. In: Schönecker, D. & Zwenger, T. (Hrsg). *Kant verstehen. Understanding Kant. Über die Interpretation philosophischer Texte*. Op. cit

¹⁰⁶ Hinske, N. “Che cosa significa e a qual fine si pratica la storia delle fonti?”. Op. cit.

¹⁰⁷ Cf. Trevisan, D. K. “O problema da linguagem no discurso filosófico kantiano como questão político-jurídica”. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 20, 2012.

desenvolvimento específico de um *motivo crítico*¹⁰⁸: respectivamente, nomotética da razão (cap. 7), orientação cética de um juiz (cap. 6) e exame imparcial de posturas filosóficas ou metodológicas contrárias (cap. 5). Quanto a isso, reconhecemos que os conceitos operativos de nossa investigação não encontram correspondências rigorosas na análise genética da filosofia crítica – aqui seria mais preciso falar de uma sobredeterminação conceitual ou temática entre os três elementos analisados. Nosso trabalho se articula, assim, em três eixos (histórico, genético, sistemático) e se apoia em três bases (tribunal e legislação, dedução e antinomia). Como tese sistemática a ser formulada, desenvolvida e fundamentada defendemos que a *KrV* e a filosofia crítica se apoiam na representação de uma legislação negativa e positiva da razão mais bem esboçada na dupla função detida pela Disciplina da razão pura entendida como um quase-sinônimo de Crítica¹⁰⁹ e à qual ligam-se os papéis metodológicos, de inspiração jurídica, desempenhados pela dedução e pela antinomia. Esta ideia fundante do projeto crítico, que passa por inúmeras mudanças e reformulações no período pré-Crítico e no próprio período crítico, deixa-se determinar com auxílio de imagens jurídicas e defender-se com conceitos e instrumentos metodológicos tomados por Kant da jurisprudência de sua época.

A partir da tripla perspectiva interpretativa adotada pretendemos também justificar um aparente desnível ou descompasso entre os capítulos. Enquanto que na primeira parte, dos capítulos 2 a 4, o objetivo é percorrer as fontes e retrazar a história de certos conceitos e temas jurídicos da *KrV* na tradição filosófica, nos capítulos 8 a 10 que compõem a terceira parte do trabalho propomos uma leitura mais atenta ao texto de partes da *Crítica* sob a perspectiva sistemática adotada e analisada historicamente. No *intermezzo* entre esses dois momentos, nos capítulos 5 a 7 da segunda parte, o objetivo é analisar o surgimento da constituição jurídica da *KrV* ao longo da história da concepção da filosofia crítica, procurando identificar e desenvolver aqui os *motivos críticos* que, de

¹⁰⁸ Cf. Introdução à 2ª parte.

¹⁰⁹ Acreditamos que aqui nossa tese toma um caminho marcadamente diverso ao de Marcos. Para ele, “o desenho jurídico da Crítica se articula basicamente sobre duas estruturas em última instância processuais, que de algum modo vêm a coincidir com as duas partes da Lógica Transcendental: a '*deductio iuris*' (Analítica) e o '*conflito cosmológico*' (Dialética). A primeira faz com que o método transcendental da argumentação filosófica tenha o sentido jurídico-judicial da *legitimação* de pretensões particulares (cognoscitivas, éticas, estéticas). O segundo, inversamente, nos situa diante da representação formalmente fiel de um *processo civil* contra a metafísica com a colocação de cena dos atores (o juiz e as partes), as provas dos contendores e a sentença do tribunal”. (Marcos, M. *La “Crítica de la razón pura” como proceso civil*. Op. cit. pp. 24-25. n. 23). Ainda que também aceitemos estas premissas, acreditamos que elementos adicionais devem ser tomados para que se entenda toda a dimensão jurídica da *KrV* e da filosofia crítica.

certa forma, cumprem uma função de transição ou tradução de elementos históricos em peças metodológicas de engate sistemáticos entre partes ou componentes doutrinários da filosofia kantiana. No primeiro capítulo, que de certa maneira permanece fora do esquema de partição acima descrito, abordaremos pontos centrais para nossa interpretação, a saber, como analisar as metáforas da filosofia kantiana, qual seriam os limites de uma interpretação que se apoia no aspecto imagético do discurso filosófico, além de apresentarmos um primeiro apanhado das metáforas jurídicas na filosofia kantiana.

1. AS METÁFORAS NA FILOSOFIA KANTIANA

1.1. A “nova” terminologia crítica

Um dos traços característicos da *KrV* que foi primeiramente notado e não raro repreendido pelos seus críticos de primeira hora é a introdução de uma nova e, segundo muitos, curiosa terminologia. Para eles o resultado seria: “força da linguagem, criação de novas palavras, obscuridade misteriosa e orgulho de gênio”¹¹⁰. Ora, dado Kant ressaltar que a nova filosofia crítica “carece, para sua fundamentação, até mesmo de expressões técnicas bem próprias” (Brief an Herz 24.11.1776 AA 10: 199), trata-se aqui de uma objeção de não pouca relevância. Não por acaso, a elucidação de termos centrais da filosofia crítica foi um dos esforços que os seguidores de Kant sentiram como mais urgente para a popularização e propagação da filosofia crítica¹¹¹. No *Wörterbuch zum leichtern Gebrauch der Kantischen Schriften* Schmid menciona como a “acusação mais altamente injuriosa” que se poderia fazer a Kant a de uma “inovação desabida <zwecklosen> ou até mesmo nociva da linguagem”, ou ainda que Kant tenha “sobrecarregado o pensamento com novas palavras inúteis e dificultado e confundido a reflexão filosófica”¹¹². Os dicionários, coletâneas de textos introdutórios e antologias

¹¹⁰ „[S]urgem sutilezas sem fim, a caça por conceitos transcendentais e pelo idealismo que se intensifica até a colocada em dúvida de nossa personalidade. Tanto lá como aqui [há] força da linguagem, criação de novas palavras, obscuridade misteriosa e orgulho de gênio que, com desprezo, olha para aqueles que não pertencem ao partido como se olhasse para brutos e homens simples”. Berg, F. “Rezension zu Johann Georg Heinrich Feder, Über Raum und Caussalität zur Prüfung der Kantischen Philosophie”. In: Wirzburger Gelehrter Anzeigen für das Jahr 1787, Stück 83, 17. Oktober 1787. p. 814. Neudruck: Landau, A (Hrgs). *Rezensionen zur Kantischen Philosophie 1781-1787*. Bebra: Landau, 1991. pp. 681-2. Mencionemos alguns outros exemplos: “Não menos irritado fica-se em termos formais a respeito da terminologia de Kant. Ora, diz-se, para quê tais expressões não-alemãs como anfibia, antinomia, catártico, númeno, etc., nas quais detém-se, a todo momento, o entendimento humano erudito que, embora sadio, não é grego”. Rosenkranz, F. *Geschichte der Kant'schen Philosophie*. Leipzig, 1840. S. 359. Cf. Segundo capítulo. “Die Bekämpfung der Kant'schen Philosophie”. Em sua resenha da *KrV*, Garve esclarece que “o autor, para tornar compreensível seu sistema, achou necessário introduzir também uma nova terminologia”. Garve, C. „Rezension zu der Kritik der reinen Vernunft“. In: Allgemeine deutsche Bibliothek, Anhang zum 37.-52. Band, Abteilung 2, Berlin u. Stettin, 1783. p. 839. Neudruck: Landau, A (Hrgs). *Rezensionen zur Kantischen Philosophie 1781-1787*. Op. cit. p. 35. Para outras citações na mesma direção, Cf. Hinske, N. “Kants neue Terminologie und ihre alten Quellen. Möglichkeiten und Grenzen der elektronischen Datenverarbeitung im Felde der Begriffsgeschichte”. In: Kant-Studien, 65, 1974. pp. 68-9; Idem. “Einleitung” em Schmid, C. C. E. *Wörterbuch zum leichtern Gebrauch der Kantischen Schriften*. (1798). Neu hrsg., eingel. und mit einem Personenreg. vers. von Norbert Hinske Darmstadt: Wiss. Buchges., 2005. p. viii.

¹¹¹ Cf. Hinske, N. “La tardía impaciencia de Kant. Un epílogo para los Prolegómenos de Kant”. In: Immanuel Kant. *Prolegómenos a toda metafísica futura que haya de poder presentarse como ciencia*. Madrid: Istmo, 1999.

¹¹² Schmid, C. C. E. *Wörterbuch zum leichtern Gebrauch der Kantischen Schriften*. Op. cit. p. 2.

sobre a filosofia crítica, como os de Mellin¹¹³, Beck¹¹⁴, do próprio Schmid e outros¹¹⁵, assumiam como objetivo explícito contribuir para popularização da filosofia crítica ao elucidar o sentido “claro e cristalino” que o próprio Kant havia dado a seus conceitos¹¹⁶, sem acrescentar-lhes algo desnecessariamente.

Kant devia mesmo estranhar a incompreensão por que passavam muitos conceitos de sua filosofia crítica. Ora, enquanto todos apontavam a novidade dos termos e construções lexicais do criticismo, Kant afirmava em mais de um momento que não procurara “introduzir uma nova linguagem” (KpV AA 05: 10), mas, antes, apenas resgatar sentidos perdidos de termos comumente empregados na filosofia, como, para mencionar alguns, *ideia* (A 312/B 368-9), *absoluto* (A 324/B 381), de preferência na sua forma germanizada¹¹⁷. Para Kant trata-se de um “esforço infantil (...) forjar novas palavras onde a língua não padece da falta de expressões para conceitos dados” (KpV AA 05: 10). Se com isso se procura popularidade, então o filósofo age mal ao ceder aos agrados da “multidão”; mais importante que a aprovação imediata do público é a consistência do pensamento apresentado, ao invés da “atração de uma recepção inicial favorável, [deve-se] perseguir a perspectiva de uma aprovação que, embora tardia, é duradora” (Prol AA 04: 262). Ora, “enquanto esses pensamentos ainda se sustentarem, duvido muito que se possa encontrar expressões que lhes sejam adequadas e todavia mais correntes” (KpV AA 05: 10-1). No entanto, ao longo da distendida redação da *KrV* na década de 1770, Kant percebeu bem claramente as dificuldades de várias naturezas, entre elas terminológicas, envolvidas na inédita empreitada crítica¹¹⁸. Na carta a Herz de final de 1773 Kant relata as dificuldades que encontrava na formulação da ciência que

¹¹³ Mellin, G. S. A. *Encyclopädische Wörterbuch der Kritischen Philosophie*. 6. Bände. Leipzig, 1797–1803.

¹¹⁴ Beck, J. S. *Erläuternden Auszug aus den kritischen Schriften*. 3 Bände. Riga. 1793-6.

¹¹⁵ Cf. Hinske, N. “Einleitung” em Schmid, C.C.E. *Wörterbuch zum leichern Gebrauch der Kantischen Schriften*. Op. cit. pp. x-xii.

¹¹⁶ Em *Kunstsprache der kritischen Philosophie* Mellin compara seu trabalho com aquele de Baumeister (*Philosophia definitiva*, Wittenberg, 1734) relativamente à filosofia de Wolff. Com sua “semelhante compilação de definições” de Kant Mellin pretendia colocar em dúvida a “queixa (...) de que Kant teria sido muito econômico em definições e teria se escondido por detrás de uma linguagem artificial estranha”. Mellin, G. S. A. *Kunstsprache der kritischen Philosophie*. Jena, 1798. p. i.

¹¹⁷ “Dentre todas as línguas eruditas vivas, a língua alemã é a única que tem uma pureza que lhe é peculiar. Todas as palavras estrangeiras são nela sempre reconhecíveis, contrariamente, pois, ao inglês e o francês, que estão repletos delas, sem que seja possível perceber que elas lhes tenham sido cedidas de alhures. Por isso vale o esforço de dirigir a atenção a isso e preferir servir-se em parênteses das palavras estrangeiras. Tal atenção torna pouco a pouco a língua rica e, ao mesmo tempo, mais significativa e determinada. É preciso colocar limites à composição de novas palavras. O universal de uma língua e o *idiotismus* “. Rx 5108. AA 18: 90.

¹¹⁸ Cf. entre outros, Arnoldt, E. “Die äussere Entstehung und die Abfassungszeit der Kritik der reinen Vernunft”. In: *Gesammelte Schriften*. Bd. IV. Teil I. Berlin: Cassirer, 1908. Erdmann, B. “Einleitung zu der Kritik der reinen Vernunft” in: Akademieausgabe. AA 04: 569ff.

repousa no “procedimento da razão que isola a si mesma”. A entrega da obra tardava por tratar-se de uma “ciência inteiramente nova segundo sua ideia”¹¹⁹, o que lhe tomava muito tempo e esforço na procura pelo “método, pelas divisões, [e] pelas denominações exatamente apropriadas” (AA 10: 144)¹²⁰. A crença de que a “ciência inteiramente nova” exigia não apenas uma grande aplicação de Kant em sua preparação, mas também um esforço mais detido do leitor em sua compreensão, prolongou-se até após a publicação da *KrV*. Em resposta a um dos primeiros críticos da *KrV*, Garve, que lhe chamara diretamente atenção para a “nova linguagem que domina por completo o mesmo [a saber, no sistema de Kant]” (AA 10: 331-2), Kant escreve em 7.8.1783 que “esse tipo de ciência” tem o peculiar de que “a exposição do todo é exigida para a retificação das partes” (AA 10: 339)¹²¹ e, recorrendo à “dificuldade do tema”, Kant justifica o “desagrado” <*Unannehmlichkeit*> provocado no leitor pela “obscuridade” do estilo e a “novidade da linguagem” (AA 10: 339-340). Por essa razão a *KrV* não poderia obter facilmente a “popularidade” exigida por Garve. Kant insistia estar fazendo uma “ciência completamente nova”: não mais um sistema metafísico, mas uma “Crítica da razão que julga a priori” (AA 10: 340).

Ora, “novidade” não significa necessariamente uma “nova” linguagem. O estranhamento dos primeiros leitores e críticos da *KrV* poderia em parte residir justamente em sua incapacidade de apreender o fundo originário dos termos e conceitos empregados por Kant, o que fazia, paradoxalmente, com que a “nova” terminologia da “ciência completamente nova” fosse, na realidade, em grande parte uma *terminologia antiga e modificada para os propósitos do Criticismo*¹²². Acrescentemos aqui: tal

¹¹⁹ Cf. também Prol AA 04: 262.

¹²⁰ Ou seja, aqui já há menção a três problemas centrais da então futura *KrV*: o do método ‘transcendental’, o ‘problema da organização sistemática’ e o da ‘nova terminologia’. Hinske, N. “La tardía impaciencia de Kant”. Op. cit. p. 341.

¹²¹ “Meu método não é o mais conveniente para reter o leitor e agradá-lo. É necessário que seu julgamento comece do todo e se dirija à ideia da obra. O resto pertence à execução. Aqui é possível que algo esteja faltando e que pode ser melhorado”. Rx 5025 AA 18: 64.

¹²² Segundo Tonelli, as fontes para os novos termos kantianos após 1769 poderim ser divididas em 2 grupos: a) termos tomados do *Essay* de Locke e dos *Nouveaux Essais* de Leibniz; b) termos que se originam da tradição alemã-aristotélica. Os termos de a) surgem prioritariamente entre 1769-1770 (Exemplos: “percepção” <*Wahrnehmung*>, “intuição” <*Anschauung*>, “puro” <*rein*>; o sentido lógico de verdade como “ausência de contradição independente da realidade”; já “subjetivo” <*subjektiv*> und “objetivo” <*objektiv*> originam-se de Baumgarten e da tradição moral britânica). Por sua vez, os pertencentes a b) aparecem prioritariamente a partir de 1770. “Após 1770 ressurgem em Kant toda uma série de termos aristotélicos que no século 17 na Alemanha haviam sido amplamente difundidos, como ‘categoria’, ‘transcendental’, ‘analítica e dialética’. Ademais, encontram-se termos de proveniência quase que exclusivamente grega, que no século 17 eram, decerto, conhecidos, porém relativamente raros, como ‘canon’, ‘antinomia’, ‘antítese’, ‘paralogismo’, ‘anfibia’ e as três formas do juízo, ‘problemático’, ‘assertórico’ e ‘apodítico’”. Tonelli, G. “Die Wiederaufleben der deutsch-aristotelischen Terminologie bei Kant während der Entstehung der ‘Kritik der reinen Vernunft’”. In: Archiv für Begriffsgeschichte, 9,

estranhamento não se prolongaria até os estudos atuais sobre Kant, resultando na incompreensão de certos conceitos centrais de sua filosofia, interpretados, erroneamente, como meros sinônimos daqueles hoje em dia mais comumente utilizados e não, pois, segundo seu uso e emprego “antigo”? Como exemplo, podemos mencionar previamente dois conceitos com os quais nos ocuparemos na maior parte de nosso trabalho: *dedução* e *antinomia*. Ora, como discutiremos no 3º capítulo de nosso trabalho, não se pode entender o conceito kantiano de dedução no significado atualmente dominante do termo, como a derivação de um enunciado qualquer em uma cadeia silogística, mas sim em seu sentido originalmente *jurídico*, nomeadamente a justificativa da aquisição ou defesa de um direito, autorização ou competência; da mesma forma, por mais que sejam louváveis as interpretações que procuram examinar a consistência lógica das antinomias kantianas, o sentido primeiro e prioritário deste termo não pode ser compreendido fora de seu lugar natural, a *jurisprudência*, onde designa um conflito de leis em uma legislação e não prioritariamente em um sistema lógico consistente, como veremos no 4º capítulo. O atual resgate do sentido peculiar de cada um destes termos equivaleria à elucidação dos conceitos centrais ao criticismo feita na época de seu surgimento e à qual Kant faz repetidas vezes menção. Da elucidação histórica e genética de certos termos resulta seu esclarecimento sistemático para a melhor compreensão da filosofia crítica.

Porém, é certo que estes dois exemplos, dedução e antinomia, são casos limites. No interior da “nova” terminologia crítica encontram-se *termini technici* que estão sujeitos a complicações análogas, mas não idênticas, como os de categoria, analítica, dialética, paralogismo, canon, organon, etc., e demais termos críticos pertencentes à tradição filosófica grega e latina; além destes, há outros cujo sentido corrente à época deve ser hoje certamente resgatado, mas que aos ouvidos dos contemporâneos de Kant não devia causar tanto embaraço, como transcendental, ontologia, metafísica, etc.¹²³. Contudo, os conceitos ou termos que pretendemos aqui abordar não são comparáveis a estes últimos. Ora, em relação a “antinomia” e “dedução” impõe-se um fator complicador: trata-se, ambas, de *quase-metáforas*, de transposições *conscientes* e

1964. p. 236. Tonelli desconsidera todavia todas as metáforas kantianas e todos os conceitos, igualmente centrais para o criticismo, tomados da *jurisprudência*. Contra Toneli, mencionemos *em passant* que por *Deduction* em Kant não podemos entender o sentido aristotélico do termo, como veremos no capítulo 3.

¹²³ Cf., por exemplo, o estudo de Hinske sobre o conceito de transcendental em Kant. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. Sobre o de ontologia, Cf. Rivero, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant. Eine entwicklungsgeschichtliche Untersuchung*. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2014.

intencionais de um âmbito (jurisprudência) a outro (filosofia) por meio das quais o conceito em questão retém seu núcleo significativo ao mesmo tempo, porém, em que ganha novo sentido ao ser inserido em um ambiente conceitual diverso. Da mesma forma, outros “novos” termos ou expressões empregados por Kant têm como origem uma clara transposição metafórica, nomeadamente o “território” do entendimento puro (A 235-6/ B 294-95), a unidade “arquitetônica” do sistema da razão pura (A 833/B 861), “epigênese” da razão pura (B 167), o “catárticon do entendimento comum” (B 78), entre outros, como veremos a seguir. Estas metáforas, entretanto, ainda que importantes para a elucidação de elementos doutrinários da filosofia crítica, não detêm o mesmo estatuto conceitual dos termos “dedução” e “antinomia”. Ora, é ponto pacífico que esses dois termos, ao lado e no interior do contexto de um tribunal da razão, são de significado sistemático central na *KrV*. Eles parecem ser, assim, *ao mesmo tempo* metáforas e *termini technici*. Ou seja, parecem ser *metáforas estruturantes* da filosofia crítica, o que lhes garante um papel metodológico mais espesso e, como contrapartida, dificuldades interpretativas maiores. Com esta constatação provisória e ainda a ser refinada somos levados forçosamente à discussão do problema do *uso de metáforas* por parte de Kant como pressuposto hermenêutico de nossa interpretação.

1.2. Um panorama das metáforas jurídicas na filosofia crítica. A centralidade da metáfora jurídica

Desde que Rudolf Eucken, ainda no século 19, dedicou um pequeno estudo às metáforas em Kant¹²⁴ ressaltando a sua importância¹²⁵, as investigações sobre os aspectos imagéticos da filosofia kantiana cresceram em número e profundidade¹²⁶. É significativo que Eucken tenha sido o precursor da moderna lexicografia de história dos conceitos que encontrou seu apogeu no século 20¹²⁷; para ele, que escreveu entre outros

¹²⁴ Eucken, R. “Über Bilder und Gleichnisse bei Kant”. In: *Beiträge zur Einführung in die Geschichte der Philosophie*. Leipzig: Verlag der Dürr'schen Buchhandlung, 1906. Publicado inicialmente no *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*. Bd 83. 1883.

¹²⁵ “Mesmo as imagens podem ser consideradas como um documento comprovador da completa especificidade de seu [scil. Kant] pensamento”. Idem. p. 82.

¹²⁶ Para um amplo panorama, cf. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. pp. 55-90.

¹²⁷ “Ao assumir a edição de um ‘Léxico histórico da terminologia filosófica’ em 1872 R. Eucken dá, no âmbito da lexicografia da história dos conceitos, um impulso decisivo para todos os esforços, presentes até os dias de hoje, de realização de uma empresa que compreende todas as palavras que ‘possuíram um significado filosófico significativo’ e as apresenta ‘em seu surgimento e desenvolvimento até o presente’”. Meier, H. G. „Begriffsgeschichte“. Op. cit, p. 792. Eucken foi aluno de Trendelenburg, o ilustre e altamente influente desconhecido do início do movimento neokantiano da segunda metade do

uma *Geschichte der philosophischen Terminologie*, uma “história global dos conceitos filosóficos fundamentais” é concebida para proveito da “filosofia sistemática”¹²⁸. O desenvolvimento histórico dos conceitos nos grandes sistemas filosóficos é enriquecido pelo progressivo acúmulo de *imagens* e *metáforas* que expressam, de diferentes formas, o que conceitualmente é acolhido por cada pensador¹²⁹. Em relação à filosofia kantiana, ele escreve que em Kant as imagens, representações sensíveis e círculos representativos “despertam novas conexões, mostram caminhos ainda não explorados”¹³⁰, ou seja, servem como “*direções metodológicas*”¹³¹; ademais, no contexto de uma história conceitual, serviriam como valiosos sinais de criações modificações ou extinções de conceitos, além de mostrar de forma oblíqua o *ancoramento histórico-social* da própria filosofia de Kant¹³². Neste mesmo espírito pretendemos conduzir nossa análise das metáforas jurídicas na filosofia de Kant.

Ainda que não pertença aos nossos objetivos a realização de um inventário exaustivo das metáforas político-jurídicas na filosofia crítica ou na *KrV*, convém apresentar uma breve classificação destas e das demais metáforas na filosofia crítica, mais especificamente na *KrV*, antes de passar à análise das possíveis formas de se interpretar a filosofia kantiana a partir de suas metáforas e ao esclarecimento das bases sob as quais se assenta nossa própria interpretação. Uma tal tentativa de tipologia das metáforas kantianas já foi realizada por alguns autores, aos quais, pois, nos remetemos nesse momento. D. W. Tarbet divide as metáforas da *KrV* em dois grandes grupos: as metáforas ilustrativas e as metáforas de analogia ou *simile*¹³³. Às primeiras, que “stand in conventional position outside the line of argument, and serve primarily as illustration

século XIX, que, como se sabe, reacendeu os estudos filológicos, genéticos e históricos sobre a filosofia kantiana. Cf. Köhnke, K. C. *Entstehung und Aufstieg des Neukantianismus: die deutsche Universitätsphilosophie zwischen Idealismus und Positivismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993. Eucken louva o “cuidado com a terminologia filosófica” de Trendelenburg como inspiração para seu próprio empreendimento de história da terminologia filosófica.

¹²⁸ Eucken, R. *Geschichte der philosophischen Terminologie*. Leipzig, 1879. pp. iii-iv..

¹²⁹ “Todas as expressões do âmbito espiritual e filosófico podem, por fim, ser consideradas como claramente surgidas de um emprego figurativo (...). Nós vemos sem cessar a terminologia enriquecer-se através da transposição do figurativo no conceitual”. Eucken, R. *Geschichte der philosophischen Terminologie*. Op. cit. pp. 178-9.

¹³⁰ Idem. “Über Bilder und Gleichnisse bei Kant”. Op. cit. p. 55

¹³¹ Idem. p. 57.

¹³² Ao se considerarem mais atentamente as imagens empregadas por Kant “perceber-se-ia quais círculos da cultura humana universal, quais interesses do tempo, quais partes da vida social e civil, etc., eram-lhe sobretudo presentes nas escolhas feitas; nós veríamos, por exemplo, de que forma ele utilizou pensamentos e avaliações políticas de seu tempo, quão peculiarmente ele, ainda que frequentemente em insinuações fugidias, encaixou em suas exposições representações retiradas da vida mercantil, como ele se voltou de bom grado à astronomia para elucidação de convicções fundamentais, etc.”. Idem. p. 80.

¹³³ Tarbet, D. W. „The Fabric of Metaphor in Kant’s *Critique of Pure Reason*“. In: *Journal of the History of Philosophy*, 6, 1968. p. 263.

of the text”¹³⁴, pertenceriam as “metáforas do voo”¹³⁵, as “metáforas militares” ou “belicistas”¹³⁶, as “metáforas geográficas”¹³⁷ e as correlatas de “cartografia”¹³⁸, “oceanográfica”¹³⁹ e de “viagem”¹⁴⁰. As metáforas de analogia, por sua vez, seriam aquelas pelas quais “Kant saw his work vis-à-vis other intellectual disciplines”¹⁴¹, como a biologia¹⁴², governo¹⁴³, astronomia¹⁴⁴, matemática¹⁴⁵, química¹⁴⁶, física¹⁴⁷ e medicina¹⁴⁸. Contudo, além das metáforas ilustrativas e de analogia, Taret lista ainda uma outra, mais importante que as anteriores e que nesta medida não encontra lugar na classificação: a metáfora *jurídica*. Esta constituiria o “molde metafórico que dá forma à Crítica” e “em torno da qual toda a obra foi construída”¹⁴⁹. Com efeito, “palavras e frases – como ‘tribunal’, ‘caso’, ‘validade’, ‘título legal’, ‘pretensão’, ‘exame’, ‘apelo à testemunha’, ‘fazer um julgamento’, ‘regra’, ‘lei’, ‘evidência’, ‘justificar’, ‘ilícito’, ‘direito’, ‘legislação’, ‘canon’, ‘legislador’ – são distribuídas ao longo do texto, conferindo cuidadosamente um padrão à nossa visão sobre a filosofia crítica”¹⁵⁰. Leonel Ribeiro dos Santos, responsável pelo estudo mais completo sobre as metáforas na filosofia de Kant e não apenas na *KrV*, reconhece igualmente a importância da metáfora jurídica em Kant. Além desta, dos Santos identifica na filosofia kantiana outras metáforas, ou melhor, alegorias, entendidas como “metáforas continuadas”, ou “série de metáforas interligadas”¹⁵¹, a saber, a alegoria da pureza da razão¹⁵², as alegorias geográfico-espaciais¹⁵³, da arquetônica da razão¹⁵⁴, orgânicas¹⁵⁵, cosmológicas¹⁵⁶,

¹³⁴ Idem. p. 257.

¹³⁵ B 8; A 591/B 619; A 563/B 591; A 638/B 666; A 689/B 717; A 569/B 597.

¹³⁶ A viii; B xxx; A 383-4A 420-1/B 448; A 740-7/B 768-75; A 756/B 784; A 768/B 796.

¹³⁷ A 235-6/B 294-5; A 255/B 310; A 760-2/B 788-90.

¹³⁸ B vii; A 238/B 297; A 255/B 310.

¹³⁹ A 235-6/B 294-5; A 395-6.

¹⁴⁰ A 235-6/B 294-5; A 644/B 672.

¹⁴¹ Taret, D. W. „The Fabric of Metaphor in Kant’s *Critique of Pure Reason*“. Op. cit. p. 263.

¹⁴² B 24; A 387; A 777-8/B 805-6; A 835/B 863.

¹⁴³ A 677/B 695; A 741/B 769; A 789/B 817.

¹⁴⁴ B xvi-xvii; A 179-B 221; A 211/B 257; A 213/B 260; B 277; A 662-3/B 690-91.

¹⁴⁵ A 234/B 287; A 295/B 351.

¹⁴⁶ A 842/B 870.

¹⁴⁷ B xviii-xix; A 295/B 351; A 662-3/B 690-1.

¹⁴⁸ A 53/B 78; A 486/B 514; A 824/B 852.

¹⁴⁹ Taret, D. W. „The Fabric of Metaphor in Kant’s *Critique of Pure Reason*“. Op. cit. p. 265.

¹⁵⁰ Idem. Ib.

¹⁵¹ Idem. pp. 92-3.

¹⁵² Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. pp. 131-251.

¹⁵³ Idem. pp. 252-337.

¹⁵⁴ Idem. pp. 336-402.

¹⁵⁵ Idem. pp. 403-446.

¹⁵⁶ Idem. pp. 447-506.

óticas¹⁵⁷ e relativas à trindade¹⁵⁸. Assim como Tarbet, dos Santos admite que dentre todas é a metáfora político-jurídica que tem precedência na moldura argumentativa da filosofia kantiana; diferentemente de Tarbet, todavia, dos Santos acrescenta uma dimensão política à metafórica jurídica: a *KrV* seria concebida como a *república da razão*¹⁵⁹. Para dos Santos a metáfora jurídica expandiria assim sua influência para além da *KrV*, atingindo todos os campos da filosofia transcendental como filosofia da razão pura. Neste contexto, cumpriria ressaltar “a importância central da metáfora jurídica, não só como a ‘metáfora fundamental’ segundo a qual se estrutura, se constrói e se expõe a primeira crítica, mas também como o paradigma ou o esquema de acordo com o qual se explicita a ideia da filosofia transcendental na filosofia prática e na crítica do juízo estético”¹⁶⁰. Com efeito, não apenas na *KrV* encontram-se inúmeras metáforas jurídicas. Mencionemos aqui a introdução à *KU*, onde Kant assinala a cada faculdade do ânimo um “Gebiet” onde pode é “a priori gesetzgebend” (*KU* AA 05: 171ff), o *Streit der Fakultäten*, onde Kant descreve o conflito entre as faculdades superiores e inferiores como um “processo” (*SF* AA 07: 33ff)¹⁶¹, o *Einige Bemerkungen zu Ludwig Heinrich*

¹⁵⁷ Idem. pp. 507-560.

¹⁵⁸ Idem. pp. pp. 633-666.

¹⁵⁹ “A imagem kantiana do ‘tribunal da razão’ (...) é elemento de uma constelação mais vasta, a concepção da razão como uma república, em que os três poderes diferenciados funcionam separadamente e, ao mesmo tempo, em organização orgânica, mantendo a autonomia, a autosuficiência e o bem-estar do todo”. O peculiar da interpretação de Leonel em relação a outros autores seria conceber a razão kantiana como uma “instituição republicana”, ligada, por meio desta metáfora, igualmente a uma concepção orgânica de seu funcionamento. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 562. Goetschel tem uma interpretação semelhante à de Leonel em seus resultados. Todas as diferentes metáforas da filosofia kantiana apontariam para uma esfera comum: a *esfera política*. Goetschel, W. *Constituting Critique. Kant's Writing as Critical Praxis*. Durham & London: Duke University Press, 1994. p. 139. Há uma “reciprocidade íntima da epistemologia e da teoria política”, assumindo a feição de uma “crítica do conhecimento”. “As metáforas legal, governamental, econômica, arquitetônica, entre outras, apontam, todas, para algo que as compreende, cujo contexto central e fundamental finalmente começa a revelar-se precisamente através delas – metafóricamente – em meio ao projeto político-epistemológico de Kant: o âmbito da político”. Idem. Ib. No entrelaçamento entre metafísica e política, observado ao longo da obra crítica (Saner), “a forma de procedimento político ganha uma nova virada: ele é não apenas um modelo de conhecimento, mas, ademais, um modo de representação”. Idem. p. 140. Como mencionaremos adiante, a interpretação de Goetschel padece de problemas análogos aos de que padece a de Leonel: nivelar filosofia e literatura.

¹⁶⁰ Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 567

¹⁶¹ “Este conflito [scil. das faculdades superiores com a inferior, a filosofia] não pode e não deve resolver-se por um acordo amigável (*amicabilis compositio*), mas exige (enquanto processo) uma sentença, i.e., o veredicto legal de um juiz (da razão); com efeito, só poderia ter lugar por falta de probidade, dissimulação das causas do pleito e por persuasão, mas uma tal máxima é de todo contrária ao espírito de uma faculdade filosófica que se propõe a exposição pública da verdade”. (*SF* AA 07: 33). “Este antagonismo, ou seja, este conflito de dois partidos entre si unidos para um fim definitivo comum (concordia discors, discordia concors), não é, pois, uma guerra, i.e., uma discórdia por contraposição dos propósitos finais no tocante ao meu e teu erudito <gelehrten Mein und Dein> que, como o [meu e teu] político, consiste na liberdade e na propriedade, em que aquela, como condição, deve necessariamente preceder esta; não pode, pois, conceder-se às faculdades superiores direito algum sem que, ao mesmo tempo, a inferior fique autorizada a apresentar ao público erudito as suas reservas”. (*SF* AA 07: 35-6).

Jakob's Prüfung der Mendelssohn'schen Morgenstunden, onde menciona novamente o tribunal da razão e as “atas” do processo (AA 08: 152; 155), o mesmo ocorrendo em *Über das Mißlingen aller philosophischen Versuche in der Theodicee* (MpVT AA 08: 255; 263)¹⁶², entre muitas outras passagens também do *Nachlass*, às quais nos voltaremos nos momentos propícios¹⁶³.

Como já alertado no início, nosso interesse é prioritariamente dirigido às metáforas na *KrV*, mais especificamente àquelas que cumprem uma função estrutural muito precisa no interior da representação de um tribunal da razão. Tarbet e Santos não foram os primeiros a notar a importância crucial das imagens jurídicas na economia metafórica da *KrV*. Já Eucken havia atestado a “próxima afinidade” da “filosofia transcendental com o direito”¹⁶⁴ expressa pelas múltiplas imagens jurídicas, para as quais seria possível obter “uma imagem razoavelmente coesa”¹⁶⁵. De modo a expôr um apanhado preliminar coerente das metáforas jurídicas da *KrV*, é prudente recorrer àquele que primeiramente apresentou sucinta e metodicamente o panorama destas metáforas aparentemente apoiado naquele de Eucken¹⁶⁶, a saber, Hans Vaihinger. Em seu *Commentar*, Vaihinger lista 7 momentos da metáfora do tribunal ao comentar a passagem do prefácio A em que Kant menciona a necessidade de a razão “erigir um tribunal”, nomeadamente a *KrV* (A xi-xii). Para Vaihinger a imagem de um processo „liegt der ganzen Kritik zu Grunde”¹⁶⁷. A tentativa de Vaihinger é sistematizar todas as ocorrências dessa imagem como pressuposto para a compreensão da transição, tomada subrepticamente como objetivo da *KrV*, da imagem de guerra para a de processo na solução de conflitos na metafísica (A 751-2/B 779-80). Ora, com seu objetivo processual a *Crítica* pretende estabelecer a tranquilidade do estado civil em metafísica, no qual os conflitos <*Streitigkeiten*> somente podem ser conduzidos através de um processo. No estado de natureza o conflito ou “guerra” é aplacado por meio de uma

¹⁶² “O autor de uma teodiceia consente, portanto, que esse pleito <*Rechtshandel*> seja encaminhado ao tribunal da razão e se compromete a defender, como advogado, a parte acusada através de uma retorsão formal de todas as queixas do adversário; ele não pode, pois, durante o processo legal recusar, através de um decreto, a competência do tribunal da razão humana (*exceptionem fori*)” (MpVT AA 08: 255). “O resultado desse pleito no tribunal da filosofia é o seguinte: que toda teodiceia até aqui não realiza o que promete, a saber, justificar a sabedoria moral no governo do mundo contra a dúvida em contrário que é feita a partir do que dá a conhecer a experiência neste mundo - embora, decerto, essas dúvidas enquanto objeções, na medida em que nosso discernimento da constituição de nossa razão não basta em relação a estas últimas, tampouco podem provar o contrário. (...). [I]sso precisa ser provado para encerrar-se de uma vez por todas esse processo” (MpVT AA 08: 263).

¹⁶³ Para um panorama completo, Cf. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. pp. 561-630.

¹⁶⁴ Eucken, R. „Über Bilder und Gleichnisse bei Kant”. Op. cit. p. 72. Cf. também p. 78.

¹⁶⁵ Idem. p. 73.

¹⁶⁶ Idem. pp. 73-8. Vaihinger não cita Eucken, porém.

¹⁶⁷ Vaihinger, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Op. cit. p. 107

vitória <*Sieg*>, o que torna frágil e insegura a paz obtida; já no estado civil uma *sentença* <*Sentenz*> assegura a paz perpétua, pois toca a fonte dos conflitos¹⁶⁸. É justamente tal paz perpétua em filosofia que a *KrV* desejava atingir. Os sete pontos elencados por Vaihinger são os seguintes:

I) É preciso primeiro saber qual é a função precisa da razão no *tribunal* instituído pela *KrV* e de qual tribunal se trata. O *Gerichtshof* é por vezes concebido como tribunal da *KrV* (A xi-xii), por vezes como tribunal de uma *razão crítica* (A 787/B 815) ou “tribunal supremo de todos os direitos e pretensão de nossa especulações” (A 669/B 697; Cf. A 740/B 769). A esse duplo sentido corresponde as duas funções atribuídas por Kant à razão no tribunal: “investigativa” e “judicativa”¹⁶⁹. Enquanto “investigativa” a razão é concebida como *partido*, enquanto “judicativa”, porém, como *juíza*. Kant é claro em assinalar que a razão que julga é superior à que investiga e é investigada (A 739/B 767). Portanto, no *tribunal da razão* em sentido fraco (*genitivus subjectivus*) a razão é uma das partes presentes diante do tribunal, já em sentido forte (*genitivus objectivus*) a razão é a *juíza* de tal tribunal. A tensão ou complementariedade desses dois sentidos perpassa toda a *KrV*¹⁷⁰.

II) Na sequência, cumpre interrogar-se sobre a *legislação* ou o “livro de leis” do tribunal. “O livro de leis de acordo com o qual esse tribunal julga é o das *leis do conhecimento* (conforme estão redigidas na Estética e na Analítica) por ele mesmo estabelecidas”¹⁷¹. Não se trata de *decretos*, mas de uma *legislação* racional. “O critério dessa razão crítica é o critério da possibilidade ou impossibilidade ‘de tais proposições sintéticas, que devem provar mais do que pode fornecer a experiência’”¹⁷².

III) Os *partidos* em litígio nesse processo são “em primeiro lugar as duas grandes escolas adversárias dos dogmáticos e céticos; em segundo lugar, as diferentes escolas dos primeiros”. O primeiro conflito é também qualificado como um “conflito da razão consigo mesma”. Ademais, em alguns momentos o conflito é designado como

¹⁶⁸ Idem. Ib.

¹⁶⁹ Cf. abaixo Cap. 8.

¹⁷⁰ "Der Terminus 'Richterstuhl der reinen Vernunft' ist bei K. alt, denn schon Herz, der ganz unselbständig an Kant sich anschliesst, gebraucht ihn in seinen 'Betrachtungen' 1771". Vaihinger também menciona outros momentos da obra kantiana em que esse contexto jurídico é mencionado. Idem. p. 108. Zur Vaihingers Deutung über die Schwierigkeiten der doppelten Genitiv, subjektiven und objektiven, in dem Ausdruck "Gerichtshof einer kritischen Vernunft", cf. Hirata, T. „Kants Modellwechsel im Hinblick auf die Kritik der reinen Vernunft. Vom Gerichtshofmodell zum Polizeimodell“. In: Gerhardt, V; Horstmann, R-P & Schumacher, R (Hrg). *Kant und die Berliner Aufklärung*. Akten des IX. Internationalen Kant-Kongresses. Berlin: De Gruyter, 2000. S. 749-752.

¹⁷¹ Vaihinger, H. *Commentar*. Op. cit. p. 109.

¹⁷² Idem. Ib.

entre as pretensões bem fundadas do entendimento e as presunções dialéticas da razão (A 768/B 796) e, em outros, entre entendimento e sentidos, entre os quais a razão deve mediar (A 465/B 493). Todos se encontram, porém, num mesmo conflito: entre dogmatismo e ceticismo ou empirismo (A 466-8/B 494-6). Vaihinger nota bem que o processo não é um processo penal, mas *civil*: “Trata-se de pretensões jurídicas a uma posse”¹⁷³.

IV) O *objeto ou posse em litígio* no processo são as “*pretensões jurídicas* <*Rechtsansprüche*> da razão a um conhecimento transcendente que são contestadas pelos cétricos”¹⁷⁴. A metafísica levanta pretensões que para seus adversários surgem como presunções <*Anmaßungen*>. Vaihinger conclui que a dedução e seu sentido jurídico se deixam elucidar no interior deste conflito entre cétricos e dogmáticos. A dedução transcendental dos conceitos a priori do entendimento seria a prova das pretensões jurídicas a seu uso¹⁷⁵. “Os dogmáticos devem demonstrar o ‘fundamento jurídico’ <*Rechtsgrund*> para todos os seus [da razão] presumidos conhecimentos. Esses conhecimentos são designados como a presumida posse da razão” (A 238; A 377-8; A 740/B 768; A 776-7/B 804-5)¹⁷⁶.

V) Como todo processo civil, também no processo conduzido pela razão pura são utilizados testemunhas (B xii; A 606/B 634; A 703/B 731), documentos (A 209-210/ B 255; A 751/ B 779) e creditivos (B 285; Prol AA 04: 278) como *provas*¹⁷⁷.

VI) Após percorridas todas as etapas do processo, chega-se a uma *decisão*, ou seja, à “sentença” (A 751/B 779). Para Vaihinger, “a decisão (‘sentença’) nesse grande pleito é dada na Dialética, [a decisão] é tomada definitivamente pela razão”¹⁷⁸. É na Dialética, mais precisamente na antinomia da razão pura, que seria obtida a decisão final sobre as pretensões de posse em litígio. A sentença concluiria a favor do entendimento e contra a razão nas pretensões ao conhecimento levantadas: “Pois aqui

¹⁷³ Idem. p. 110. Ou seja, Vaihinger antecipa e soluciona a questão posta recentemente por Brandt e Höffe sobre se o processo da *KrV* seria penal ou civil. Cf. Brandt, R. *Die Bestimmung des Menschen bei Kant*. Op. cit. p. 567. n. 3. Apoiados em evidências históricas, Brandt, Marcos e Kiefner defendem tratar-se de um processo civil. Baseado em Bacon, Höffe crê tratar-se sobretudo de um “processo penal”, pelo qual a natureza é inquirida a responder as perguntas postas pela razão.

¹⁷⁴ Idem. p. 111.

¹⁷⁵ “In der Analytik handelt es sich um die juristische Deduction der apriorischen Begriffe, d.h. um Erweis der Rechtsansprüche ihres Gebrauchs, um die Lösung der Frage: quid iuris”. Idem. p. 111.

¹⁷⁶ Idem. p. 111.

¹⁷⁷ Idem. p. 112.

¹⁷⁸ Idem. p. 113.

[na Analítica] trata-se da posse de um conhecimento certo, lá [na Dialética] da posse de uma suposta crença”¹⁷⁹.

VII) Finalmente, “para levar a imagem até as suas últimas consequência, esse processo tem também suas atas”¹⁸⁰. Ao final do Apêndice à Dialética Transcendental e, por extensão, da Doutrina Transcendental dos Elementos, Kant escreve que, de modo a proteger-se contra a ilusão transcendental, foi recomendável “redigir todos os atos desse processo, por assim dizer, e depositá-los no arquivo da razão humana de modo a evitar futuros erros de mesmo tipo “ (A 704/B 732).

Ainda que a interpretação de Vaihinger toque os pontos centrais da metafórica jurídica em Kant e os organize na imagem unificada e coerente de um processo conduzido pelo e diante do tribunal da razão¹⁸¹, defendemos que Vaihinger perde o alvo em momentos de crucial importância, mais precisamente os pontos II e IV, talvez em função da falta de uma investigação histórica mais aprofundada das imagens jurídicas utilizadas por Kant. Na legislação ou “livro de leis” em questão trata-se não apenas das leis do entendimento, mas, de modo mais amplo, das *leis da razão*, entendidas aqui as do conhecimento possível e também as da *moral*. Com a constituição jurídica da *KrV* Kant refere-se implícita e por vezes explicitamente à dupla dimensão da legislação da razão: negativa e positiva, que respectivamente restringe o uso especificamente *especulativo* da razão ao solo ou limites da experiência possível, para com isso ampliar de forma geral o uso da razão para além da experiência, a saber, através da possibilitação do uso *prático-moral*. Neste mesmo sentido, Vaihinger parece limitar muito a análise ao tomar o objeto em litígio no processo da *KrV* apenas no sentido de “pretensões jurídicas da razão a um conhecimento transcendente”. Como veremos ao longo do presente trabalho, a *Rechtsstreit* da *KrV* se estende até os objetos suprassensíveis para negar as pretensões dos metafísicos a um conhecimento especulativo do suprassensível e, ao mesmo tempo, rebater as pretensões dos céticos e empiristas em negar toda e qualquer expansão da razão para além da experiência possível, incluída aqui a ampliação prática da razão.

Compreender o objetivo de fundo do tribunal da *KrV* como a realização judicial da razão na salvaguarda de sua legislação negativa e positiva pressupõe, porém, uma

¹⁷⁹ Idem. Ib.

¹⁸⁰ Idem. p. 114.

¹⁸¹ Vaihinger elenca praticamente todas as passagens em que Kant utiliza imagens jurídicas na *KrV*. Idem. pp. 107-114. Infelizmente não é possível apresentar todas aqui, e tampouco necessário fazê-lo uma vez mais na *Kant-Forschung*.

relativização do papel das metáforas jurídicas no projeto crítico a uma mera (mas não por isso simples) função *metodológica*, e não “ontológica” no sentido de alguma “raiz comum e idêntica da razão teórica, que conhece, <Erkenntnisvernunft> e a razão jurídica <Rechtsvernunft>” elucidada pelo princípio do ficcionalismo ou “perspectivismo”¹⁸². Com estas restrições paradoxalmente amplia-se “criticamente” o papel da metafórica jurídica na *KrV*: ao mesmo tempo ela ilustra um modelo metodológico de exame e prova de pretensões, cumpre uma função polêmica contra a supremacia de um método matemático e garante a inserção histórica da *Crítica* em um ambiente marcado por discussões político-jurídicas. Ressalta-se, pois, o papel das metáforas jurídicas como *instrumentos heurísticos* e de *ancoragem histórica*.

1.3. Kant e as metáforas. Os limites do modo estético de apresentação ou a *Grenzbestimmung* entre filosofia e literatura

Já demos uma pista sobre como interpretaremos a metáfora jurídica na *KrV*. No entanto, a pergunta ainda precisa ser devidamente formulada e respondida com todo o vagar: como entender e interpretar o uso das metáforas por parte de Kant? Para responder essa pergunta a contento precisamos, no entanto, formular uma outra questão anterior e mais fundamental: até onde estender o valor e impacto das metáforas em sua filosofia? Ao contrário do que defendemos, seria o uso da metáfora na filosofia de Kant uma marca a tal ponto definidora de seu pensamento que seríamos então autorizados a decretar que Kant, à luz dos “grandes temas” tratados pela filosofia crítica, seria, ao invés de “metafísico”, um “metafórico”?

Sabe-se ser esta a interpretação de Vaihinger¹⁸³. Decerto, algumas passagens da *KU* dão prova de que, para Kant, na expressão figurativa, propriamente *poética* de conceitos deve fazer-se presente o recurso ao elemento analógico e *metafórico* como

¹⁸² Cf. Kaulbach, F. *Studien zur späten Rechtsphilosophie Kants und ihrer transzendentalen Methode*. Op. cit. p. 112.

¹⁸³ Vaihinger, H. "Kant als Metaphysiker?". In: Kant-Studien 7, 1902. Esse artigo de Vaihinger foi publicado 20 anos após o *Commentar* e cerca de 10 anos antes de *Die Philosophie des Als Ob*, onde a ideia de um Kant “metafórico” não é retomada. Marty segue a pista de Vaihinger e interpreta o projeto metafísico de Kant como um projeto metafórico-analógico de projeção do suprassensível na sensibilidade através de analogias. Neste sentido, a novidade da *KU* seria nem tanto a questão da conformidade a fins, presente desde a *KrV*, mas, antes, o encontro de “duas novas formas de manifestação da razão no sensível – e sabemos que é assim que se abre um novo espaço crítico -, aquela do juízo estético e aquela do conhecimento do vivente como ser organizado”. O tema de ambos pode ser resumido como aquele da “manifestação da razão, faculdade de princípios, do incondicionado, no nível mesmo da experiência sensível”. Marty, F. *La naissance de la métaphysique chez Kant : une étude sur la notion kantienne d'analogie*. Paris: Beauchesne, 1997. pp. 313ss.

condição de avivamento do ânimo e até mesmo para representar o irrepresentável: sensibilizar, analogicamente, as ideias da razão e os objetos suprassensíveis¹⁸⁴. Ou seja, as metáforas detêm, decerto, um determinado papel sistemático para Kant. A base para tanto encontra-se mais claramente na doutrina da hipotipose do § 59 da *KU*. Aqui haveria a colocação explícita do “problema da linguagem” em Kant¹⁸⁵ através da expansão da função crítica do esquema até a representação simbólica do suprassensível e, com isso, dos objetos da razão pura e, pois, da metafísica. Haveria duas formas de hipotipose, isto é, de *Darstellung* ou *Versinnlichung*: a esquemática e a simbólica. O esquematismo, que consiste em “dar ao conceito, apreendido pelo entendimento, uma intuição a priori que lhe corresponda” (KU AA 05: 351), fora exposto na *KrV*; na *KU* Kant se detém na outra forma de hipotipose, o símbolo. No procedimento do juízo reflexionante envolvido na representação simbólica há uma dupla operação <*Geschäft*> da faculdade de julgar: “primeiramente, [a faculdade de julgar] aplica o conceito ao objeto de uma intuição sensível e então, em segundo lugar, [aplica] a mera regra da reflexão <*blosse Regel der Reflexion*> acerca daquela intuição a um objeto inteiramente diverso, do qual o primeiro é apenas o símbolo” (KU AA 05: 352). Trata-se de “exposições indiretas segundo uma analogia” <*indirecten Darstellungen nach einer Analogie*>, através das quais a “expressão” <*Ausdruck*> adquire não um esquema próprio para o conceito, mas, antes, um “símbolo para a reflexão”. Num símbolo, ou ainda, na exposição indireta, realizada através de um juízo de analogia, envolvida numa representação simbólica, o que ocorre é uma “transposição <*Übertragung*> da reflexão acerca de um objeto da intuição para um conceito completamente diverso, ao qual talvez nunca uma intuição não pode corresponder diretamente”. De tal transposição da regra de reflexão a um conceito ao qual por direito não corresponde objeto algum resultariam representações analógicas ou metafóricas como as representações antropomórficas de Deus (KU AA 05: 353. Cf. Prol AA 04: 357).

Ora, desta função sistemática precisa muitos intérpretes retiram conclusões extremadas. Para eles, ao se expandir o campo de atuação deste procedimento a *todos os conceitos abstratos*, isto é, aqueles cuja hipotipose somente pode tomar a forma de

¹⁸⁴ “Tais representações da faculdade da imaginação podem chamar-se ideias, em parte porque elas pelo menos aspiram a algo situado acima dos limites da experiência, e assim procuram aproximar-se de uma apresentação dos conceitos da razão (das ideias intelectuais), o que lhes dá a aparência de uma realidade objetiva; por outro lado, e na verdade principalmente porque nenhum conceito pode ser plenamente adequado a elas enquanto intuições internas. O poeta ousa tornar sensíveis <*versinnlichen*> ideias racionais de entes invisíveis, o reino dos bem-aventurados, o reino do inferno, a eternidade, a criação, etc” KU AA 05: 314. Cf. V-Lo/Dohna AA 24: 698-699.

¹⁸⁵ Cf. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. pp. 81-2.

representações simbólicas, chegaríamos, enfim, à “metaforização” irrestrita do pensamento kantiano¹⁸⁶. Todos os conceitos centrais da filosofia crítica, aos quais não corresponderia imediatamente objeto algum na intuição, deveriam ser expressos com auxílio de imagens tomadas de empréstimo aos mais variados âmbitos da experiência; dentre estes conceitos incluiriam-se aqueles para cuja sensibilização devemos recorrer a disciplinas científicas “sensíveis”, como a geografia, química, etc., e sobretudo a *jurisprudência*. Todos os conceitos da filosofia kantiana, incluindo suas metáforas estruturais, seriam então símbolos, meras “ficções” utilizadas por Kant para atingir, indiretamente, seus objetivos¹⁸⁷. Se de fato assim o for e tais comentadores estiverem certos em suas interpretações, valeria então aquilo que Herder disse sobre a *KrV*: “por meio dela a filosofia tornou-se aquilo que nunca havia sido e nunca deveria ter sido, a saber, fantasia, i.e., má poesia, poesia de abstrações <*Abstraktionendichtung*>”¹⁸⁸?

Sabemos que Kant não entendia estar fazendo má poesia, apesar do que escreveu Herder. Muito já foi argumentado contra uma redução irrestrita do discurso filosófico ao metafórico e, através disso, ao literário¹⁸⁹. O próprio Kant se volta explicitamente contra

¹⁸⁶ Como exemplo da simbolização de conceitos abstratos, Kant menciona as palavras *Grund* e *Substanz*. “Nossa língua está repleta de semelhantes exposições indiretas por analogia, por meio das quais a expressão não contém o esquema próprio para o conceito, mas meramente um símbolo para a reflexão. Assim são as palavras ‘fundamento’ <*Grund*> (apoio, base), ‘depende’ <*abhängen*> (estar dependurado de cima), ‘decorrer disso’ <*woraus fließen*> (ao invés de seguir), ‘substância’ <*Substanz*> (como Locke diz: o portador dos acidentes) e um sem número de outras hipotiposes não esquemáticas, mas sim simbólicas” (KU AA 05: 352).

¹⁸⁷ Para Vaihinger haveria uma “atividade fictícia da função lógica [e] os produtos dessa atividade são as ficções. Nós tratamos dos conceitos artificiais do pensamento, da forma como ele é auxiliado para atingir indiretamente seu objetivo – nós tratamos dos conceitos e operações auxiliares do pensamento”. Vaihinger, H. *Philosophie des Als-Ob*. Op. cit. p. 18. Os principais conceitos da filosofia kantiana, incluindo não apenas as ideias teóricas e práticas (Idem. p. 628), mas também as categorias, o espaço e o tempo, como “representações auxiliares, das quais o ‘ânimo’ <*Gemüt*> se utiliza para processar sistematicamente o material da sensação”, seriam ficções (Idem. p. 619). Notemos que é certa utilização mais contemporânea do ficcionalismo de Vaihinger que o reduz ao aspecto meramente literário ou figurativo de tais ficções. Para Vaihinger, as ficções e sobretudo a necessidade de forjarmos tais ficções possuiriam uma base biológica, como formas de adaptações do organismo a circunstâncias externas visando à autopreservação. Para Vaihinger, o próprio pensamento humano seria uma função orgânica de caráter ficcional.

¹⁸⁸ Herder, J. G. *Kalligone*. In: *Sämtliche Werke zur Philosophie und Geschichte*. Bd 15. Stuttgart und Tübingen. 1819. p. viii.

¹⁸⁹ Por exemplo, a polêmica de Habermas contra Derrida: Habermas critica o filósofo e seu “nivelamento de filosofia e literatura”, afirmando, na esteira de Jakobson, que, em certos casos da comunicação cotidiana, a ênfase excessiva no caráter poético e ficcional da linguagem conduz ao soterramento da função comunicativa central sempre presente: aqui “a função linguística de abertura de mundo [própria à linguagem poética – D.K.T] não adquire autonomia diante das funções de expressão, de regulação e de informação da linguagem” (Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285). Transpondo essa ideia ao nível dos discursos especializados, deve resultar, segundo Habermas, uma autonomia tanto “do reino da ficção” quanto do “reino da filosofia” entendida na especificidade de sua capacidade de “solucionar problemas” (p. 287-291) e de mediar esferas distintas de saber (p. 292). Ainda que a filosofia “se irmane” com a literatura, trata-se aqui de um parentesco limitado,

o nivelamento de filosofia e literatura e a favor da explícita determinação de limites <*Grenzbestimmung*> entre filosofia e poesia¹⁹⁰. A *Grenzbestimmung* proposta por Kant entre as linguagens filosófica e poética é bem clara em suas recensões da *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* de Herder. Com sua linguagem excessivamente poética, este teria criado um “modo específico de pensar <*spezifische Denkungsart*> que se distingue perceptivelmente daqueles outros que fazem outras almas nutrirem-se e engrandecerem-se e torna-se menos capaz de comunicação <*Mitteilung*>”; com efeito, nas teses de Herder sobre a filosofia da história da humanidade falta “algo como a exatidão lógica na determinação dos conceitos ou a distinção cuidadosa e observância dos princípios”, em seu lugar surge “um olhar muito amplo, que não se demora muito tempo, uma sagacidade prontificada para a descoberta de analogias e no uso das mesmas, contudo, uma imaginação audaciosa ligada à habilidade em cativar-se por seu objeto, mantido sempre numa distância obscura, através de sentimentos e sensações, que, como efeitos de um grande teor dos pensamentos ou como acenos cheios de significado, deixam suspeitar por si mesmos mais do que o frio julgamento encontraria imediatamente neles” (RezHerder AA 08: 45). A oposição evocada aqui por Kant entre uma “exatidão lógica <*logische Pünktlichkeit*> e uma “sagacidade prontificada para a descoberta de analogias” <*in Auffindung von Analogien fertige Sagacität*> lembra a distinção feita estrategicamente no prefácio A da *KrV* entre distinção discursiva e distinção intuitiva, ou seja, entre “uma distinção discursiva (lógica) por meio de conceitos” e “uma distinção intuitiva (estética) por meio de intuições, isto é, exemplos ou outras elucidações *in concreto*” (A xviii). A primeira tenderia a um modo de exposição lógico, dogmático, escolástico, à moda do espírito de profundidade e rigor <*Geist der Gründlichkeit*> de Wolff¹⁹¹; a segunda, por sua vez, a um modo de exposição estético, galante, popular, à moda da beleza estética e

“visto que os meios retóricos estão subordinados (...) à disciplina de uma forma de argumentação completamente *diferente*” (p. 294).

¹⁹⁰ “Como Kant insiste ‘que os limites da ciência não sejam sobrepostos, mas antes assumam os campos que foram assinalados como pertencentes a ela’, como ele toma não por ‘um incremento, mas sim por uma deformidade das ciências’ que seus limites se sobreponham, ele considera então como um dever, impingido a ele pelos objetivos da crítica da razão, também apartar a filosofia o mais rigorosamente possível da poesia”. Rosikat, K. A. *Kants Kritik der reinen Vernunft und seine Stellung zur Poesie*. Königsberg, 1901. p. 15.

¹⁹¹ Kant louva Wolff por este ter fundado o “espírito de profundidade até hoje não extinto na Alemanha”, isto é, o “legítimo estabelecimento dos princípios, a clara determinação dos conceitos, a busca pelo rigor nas provas e a prevenção de saltos audaciosos nas inferências”. (B xxxvi).

frescor expositivo de Rousseau e Hume¹⁹². A dificuldade de atingir uma exposição elegante e ao mesmo tempo rigorosa exige que a distinção lógica, o rigor escolástico do exposto, seja preferida à exuberância imagética de um modo de apresentação poético. Segundo Kant, parece ter sido este o erro de Herder em suas *Ideen*. A exposição de Herder frequentemente confundiria e borraría os *Grenzen* e *Besitzungen* da “philosophische” e da “poetische Sprache”, levando, assim, ao bloqueio do pensamento:

Não pertence aqui a nosso propósito pinçar ou analisar as tantas belas passagens, repletas de eloquência poética, que por si mesmas se recomendam vivamente ao leitor de sensibilidade. Contudo, tampouco pretendemos investigar aqui se o espírito poético, que vivifica a expressão, também por vezes não se infiltra na filosofia do autor; se aqui e acolá sinônimos não valeram como definições e alegorias como verdades; se, ao invés de passagens próximas do terreno da filosofia para o distrito da linguagem poética, por vezes os limites e possessões de ambas não foram completamente removidos; e se em muitos lugares a teia de metáforas audaciosas, imagens poéticas e alusões mitológicas não serve antes para esconder o corpo dos pensamento como sob um vertugado do que para deixá-lo resplandecer agradavelmente como sob uma veste bem cortada (RezHerder AA 08: 60)¹⁹³.

Kant critica explicitamente apenas o *excesso* de metáforas e da linguagem figurativa para expressar aquilo que pode muito bem ser expresso com conceitos “lógicos” disponíveis num determinado idioma. A crítica de Kant não poderia se estender a todo e qualquer uso de metáforas – ora, Kant usa uma metáfora (“esconder o corpo dos pensamento como sob um vertugado do que para deixá-lo resplandecer agradavelmente como sob uma veste bem cortada”) para argumentar contra o uso de metáforas! –, mas apenas àqueles *desnecessários*, assim como sua crítica à introdução de novas palavras na terminologia filosófica se limita somente àquelas palavras introduzidas sem necessidade, para repor palavras já devidamente existentes no inventário conceitual de determinado idioma¹⁹⁴.

¹⁹² Kant diz sobre Rousseau: “Eu tive de ler Rousseau de modo suficientemente longo até não mais me perturbar com a beleza das expressões e então pude primeiramente estudá-lo com a razão”. (Bemerkungen AA 20: 30). E sobre Hume, declara: “Que outro escritor tratou da história e dos objetos filosóficos mais áridos com entendimento, profunda compreensão e, não obstante, tão belamente senão Hume?” (Rx 1355 AA 15: 592). “Se eu, como Hume, tivesse todo embelezamento <Verschönerung> em meu poder, teria ainda reservas em utilizá-lo. É verdade que alguns leitores são intimidados pela aridez. Porém, é necessário intimidar alguns nos quais o assunto <Sache> cai em más mãos?” (Rx 5040. AA 18: 70). Nos *Prolegomena* Kant acrescenta Moses Mendelssohn à lista de autores ao mesmo tempo “elegantes e rigorosos” (Prol AA 04: 262).

¹⁹³ Herder “responde” a esta objeção de Kant anos mais tarde ao reprochar-lhe, além de ter poetizado a filosofia, o uso de “substanciais palavras figurativas, *metáforas* amontadas a partir de todas as ciências e acopladas umas às outras, e, numa completa pobreza ou numa voluntária renegação de todos os dados da experiência, uma eterna ressonância do mesmo palavreado, dos mesmos nevoeiros”. Herder, J. G. *Kalligone*. Op. cit. p. vii.

¹⁹⁴ Rosikat nota bem que Kant “de forma alguma censura no Herder filósofo as metáforas e imagens em si mesmas, mas sim o seu abuso”. Rosikat, K. A. *Kants Kritik der reinen Vernunft und seine Stellung zur Poesie*. Op. cit. p. 22. Assim como, acrescentemos, Kant não rejeita *in toto* as ideias transcendentais, mas apenas o seu *abuso*. Veremos esse ponto no cap. 9.

Contudo, como pano de fundo da crítica de Kant aos devaneios poéticos de Herder podemos entrever sua reflexão mais fundamental sobre os limites e possibilidades dos artifícios poéticos ou estéticos em filosofia. O pano de fundo dessa querela é aquele, aludido acima, da distinção entre *Gründlichkeit* e *Popularität*, ou ainda, entre distinção lógico-discursiva e a distinção estético-intuitiva do conhecimento¹⁹⁵. Kant retoma esse tópico em *Sobre um Recentemente Enaltecido Tom de Distinção em Filosofia* (1796), obra na qual esclarece em que exatamente consiste o “perigo” da linguagem excessivamente estética e poética. Entre o rigor conceitual ou a beleza literária, o filósofo deve optar pelo menor dos riscos: soar dogmático e, assim, “intimidar” o leitor é melhor do que, ao “filosofar mediante o sentimento” (VAVT AA 08: 401), ser não só leviano como também agir contra a *finalidade comunicativa* da filosofia como conhecimento racional por *conceitos*. A ameaça à comunicabilidade do pensado, representada por uma linguagem excessivamente arrebatada, é o que impele o filósofo a preferir a compreensibilidade conceitual do seu discurso aos excessos figurativos de uma linguagem demasiado imaginativa. Segundo Kant, o “modo de representação estético” somente deve ser empregado

se pelo primeiro método [o método de ensino lógico <*logische Lehrart*>] os princípios já tiverem sido conduzidos à sua pureza, para vivificar aquelas ideias mediante uma apresentação sensível, ainda que apenas analógica, contudo sempre com algum risco de cair em uma visão exaltada <*schwärmerische Vision*>, que é a morte de toda a filosofia (VAVT AA 08: 405).

Ora, quanto mais distendida for a liberdade poética, tanto maior é o perigo de “descolamento da realidade”, ou, sendo mais fiel aos termos de Kant, de “exaltação”, “devaneio”, “fanatismo”, isto é, de *Schwärmerei*, um “salto moral de conceitos ao impensável, uma faculdade de lançar mão daquilo que nenhum conceito alcança, uma

¹⁹⁵ A origem dessa oposição (que, de resto, molda a divisão da Doutrina Transcendental dos Elementos em uma *Estética* e uma *Lógica* Transcendentais) é, como se sabe, Baumgarten e sua “reabilitação” do conhecimento sensível como conhecimento estético-intuitivo na *Aesthetica*: “O fim da estética é a perfeição do conhecimento sensível enquanto tal. Este é a beleza”. Baumgarten, A. G. *Ästhetik*. Lateinisch-deutsch. Hamburg: Felix Meiner, 2007. § 14. Daqui surge a ideia, impensável na tradição leibniziana e nos wolffianos ortodoxos, de uma perfeição de um conhecimento *estético* como perfeição “intuitiva”, radicalmente oposta à perfeição lógico-discursiva. Kant parece acolher essa concepção já na *Dissertatio*, onde distingue representações intuitivas e intelectuais segundo sua origem, e não segundo sua clareza (MSI AA 02: 394-5). De um só golpe Kant rejeita o paradigma racionalista dos graus de conhecimento e do critério lógico de distinção e indistinção para a determinação da especificidade, e também tornam-se possíveis a concepção de uma Estética transcendental como ciência “pura” da sensibilidade e o conceito de “perfeição estética do conhecimento”. Infelizmente não será possível estendermo-nos aqui. Sobre a estética de Baumgarten, cf., dentre outros, Tedesco, S. “A.G. Baumgartens Ästhetik im Kontext der Aufklärung: Metaphysik, Rhetorik, Anthropologie”. *Aufklärung*, 20, 2008. pp. 5-18. Idem. *L'estetica di Baumgarten*. Centro Internazionale Studi di Estetica. Palermo, 2000. Esp. pp. 11-16; 80-83. Trevisan, D. K. „Estética como ‘ciência do sensível’ em Baumgarten e Kant”. In: *ArteFilosofia*, 17, 2014. pp. 170-181.

expectativa de segredos ou, muito antes, [de] demorar-se neles, [uma] dissonância de cabeças até a exaltação <*Schwärmerei*>” (VAVT AA 08: 398).

O risco de incorrer na “linguagem divina do iniciado”¹⁹⁶ e, com isso, “matar toda a filosofia” pela *Schwärmerei* é descrito por Kant em termos, curiosamente ou não, *políticos* e *jurídicos*. Em filosofia, o resultado de uma linguagem excessivamente poética e imaginativamente exuberante é, em lugar de fazê-la reverberar de modo mais nítido e atraente, *calar* a “voz da razão (*dictamen rationis*), que fala a todos clara e distintamente e é apta a um conhecimento científico” (VAVT AA 08: 402). O filósofo que se demora numa linguagem obscura, como que na vã expectativa de que uma verdade mais elevada resida num pretenso “arcanato” filosófico, num “jargão da autenticidade”, silencia a voz da razão e se expressa “no tom de um senhor <*Gebiet*>, que está dispensado do trabalho de provar o título de sua posse (*beati possidentes*)” (VAVT AA 08: 395). Assim agindo, o filósofo toma a racionalidade como atributo de “iniciados”, a filosofia como um saber de seita, à maneira dos Pitagóricos, e não como um “afazer público”, compartilhado por todos os homens. A razão, assim, torna-se um *factum* incomunicável e incapaz de justificação.

Ora, a *Crítica da Razão Pura* como a instituição do tribunal da razão deve ser capaz de atingir todo e qualquer ser detentor de razão – os “direitos originários da razão humana” não “reconhecem nenhum outro juiz do que a *razão humana comum*, na qual todos têm a sua voz” (A 752/B 780). Uma linguagem lógica, e não estética, é o pré-requisito para essa comunicabilidade irrestrita do pensar; apenas após fixados os fundamentos “lógicos” do edifício crítico é que a popularidade, com sorte, poderia ser procurada através de uma linguagem mais “atraente”¹⁹⁷. Tomemos aqui mais uma pequena passagem em que Kant rejeita o caráter “literário” de uma *KrV* em virtude da natureza mesma de uma tal ciência “inteiramente nova”. Na Reflexão 5106, anotada no

¹⁹⁶ Em carta a Hamann, de 6 de abril de 1774, Kant pede ao então amigo, adepto de um “filosofar poético visionário e exaltado”, que responda sua carta expondo suas opiniões a respeito de determinado tema “na medida do possível na linguagem dos homens. Pois eu, pobre filho da terra <*armer Erdensohn*>, não sou em absoluto predisposto a uma linguagem divina da razão que intui <*Göttersprache der Anschauenden Vernunft*>. Mas posso muito bem atingir aquilo que me pode ser soletrado por conceitos comuns segundo regras lógicas”. AA 10: 156.

¹⁹⁷ Na carta a Garve citada acima, Kant expõe seu *desideratum* por uma obra ao mesmo tempo “popular” e “rigorosa”, para a qual ele dizia já ter um “plano”: “Se eu pudesse fazer com que as pessoas conseguissem me seguir em conceitos próprios às escolas, em meio a expressões bárbaras, então pretenderia, eu mesmo (outros, porém, seriam aqui mais felizes), realizar um esboço do conceito popular, porém rigoroso, do todo <*populären und doch gründlichen Begriff* (...) *vom Ganzen*>, para o qual já tenho um plano; por ora, chamemo-los, se pudermos progredir um pouco no discernimento, de estultos (doctores umbratici), em cujas laborações a parte mais sofisticada do público não pode claramente tomar parte, a menos até elas saírem de suas oficinas e, providas de todo o polimento, não precisarem temer o julgamento do público” (AA 10: 339-340).

período de redação da *KrV*, Kant alerta que os “produtos da razão pura” não se deixam avaliar pelo simples apelo literário, ou seja, pela mera erudição. Aquele que procura julgar eruditamente a razão pura deve antes submeter-se, ele mesmo, à *Crítica*. Ao recusar-se em fazê-lo, o pensador que filosofa pelo sentimento realiza uma “*idiotische Kritik*”, torna-se *Philodox* statt *Philosoph*:

Qualquer um que pretenda avaliar os produtos da razão pura de forma literária <*literarisch*>, isto é, por meio de erudição literária <*Belesenheit*>, realiza assim uma tarefa em vão. Ele pode prover-se dessa forma com objetos de julgamento. Contudo, visto que ele não submeteu seu próprio entendimento a uma crítica, então sua crítica é sempre idiota e não filosófica. Ela se utiliza dos princípios cujo exame é propriamente o fim. Filodoxo ao invés de filósofo (Rx 5106. AA 18: 89 (1776)).

Para Kant, exigir que se exponham os produtos da razão pura de forma literária, ou ainda, que se filosofe poeticamente equivaleria a pedir para que o comerciante escreva seu livro caixa não em prosa, mas em verso (VAVT AA 08: 406)¹⁹⁸. No entanto, o risco da poesia em filosofia é ainda maior do que apenas um idiotismo ou contraprodução. Nos *Fortschritte* Kant equipara o *Philodox* aludido acima ao filósofo dogmático, que não sujeita sua própria razão à crítica (FM 20: 329). Em outros momentos Kant define a *Philodoxia* como “instrução” da razão, ou seja, mero saber pragmático. Trata-se da oposição entre o filósofo como legislador do gênero humano e filodoxo como um mero “técnico” da razão (Cf. Rx 4970 AA 18: 44-45 (1778)), retomada na própria *KrV* (A 839/B 867). Todo cuidado é pouco, portanto, ao se sobrevalorizarem as metáforas na filosofia crítica. Kant faz filosofia para o mundo, não poesia para iniciados; o verdadeiro filósofo é legislador, não déspota da razão.

1.4. Como interpretar as metáforas em Kant

Como então interpretar as metáforas da filosofia kantiana e ao mesmo tempo respeitar a *Grenzbestimmung* entre discurso filosófico e discurso poético-literário? Na literatura secundária encontram-se basicamente 4 possíveis respostas a esta indagação¹⁹⁹. São elas: B) a metáfora como instrumento heurístico para a formulação e

¹⁹⁸ “No fundo, toda a filosofia é mesmo prosaica; e uma proposta para que, por sua vez, se filosofe poeticamente deveria ser acolhida como a proposta para o comerciante: de futuramente escrever seu livro-caixa não em prosa, mas em verso”. VAVT AA 08: 406.

¹⁹⁹ Nosso *status quaestionis* aqui é apenas cursório, limitado àqueles autores que realizaram um estudo mais sistemático das metáforas na filosofia kantiana. Para um apanhado mais amplo sobre a literatura secundária a respeito da linguagem e o estilo em Kant, Cf. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. pp. 55-90.

solução de problemas filosófico-conceituais; C) a metáfora como expediente de propagação e consolidação polêmica; D) A metáfora como pré-história do conceito, passagem da *Un-* à *Begrifflichkeit*, ou seja, a metáfora como metaforologia. Antes de abordar cada uma delas na expectativa de extrair daqui diretrizes interpretativas para a nossa própria investigação, vejamos primeiramente uma corrente interpretativa que, a nosso ver, *não* respeita tal *Grenzbestimmung* entre filosofia e literatura: A) a metáfora como transição do sensível ao suprassensível

1.4.1 A) Metáfora como figura mediadora da sensibilidade e do suprassensível; meio de chegar à “intenção profunda” do autor; estilo e escrita – Leonel dos Santos

Uma corrente interpretativa radicaliza a ideia da metáfora como mero expediente heurístico e aposta em uma função “metafísica” mais profunda desempenhada por ela: a de mediação entre sensível e suprassensível, expressão intuitiva e expressão discursiva. Segundo Leonel dos Santos, a linguagem de um filósofo é caracterizada como a maneira peculiar pela qual ele estabelece “a forma sensível que se adequa à forma inteligível, que exprime a legalidade própria desta, a potencia e inspira, a torna histórica e culturalmente significativa e fecunda (...). Em rigor, só as filosofias dogmáticas, que acreditassem ter acesso à essência real ou ideal das coisas, poderiam dispensar-se do uso de imagens e metáforas”²⁰⁰. Ora, o uso de metáforas é não apenas característico como mesmo *incontornável* à filosofia – isto é algo que está encravado no próprio registro metafísico em cujas fronteiras ela se vê presa. Com efeito, Leonel se move nos limites da conhecida ideia de Heidegger segundo a qual o “metafórico existe somente no interior da metafísica”²⁰¹. A clara matriz heideggeriana da investigação de Leonel surge em vários momentos de seu livro²⁰².

²⁰⁰ Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 33

²⁰¹ “Visto que nosso ouvir e ver nunca são um mero recolher <Aufnehmen> sensível, é insuficiente afirmar que o pensamento, como escutar e avistar <Er-hören und Er-blicken>, quer dizer apenas transposição <Übertragung>, a saber, como transposição do suposto sensível no não-sensível. A representação de ‘transpor’ e da metáfora repousa na distinção, quando não separação do sensível e do não-sensível como dois âmbitos por si mesmos existentes. A disposição <Aufstellung> dessa cisão <Scheidung> do sensível e não-sensível, do físico e do não-físico, é um traço fundamental daquilo que metafísica significa e que determina decisivamente o pensamento ocidental. Com o discernimento de que a chamada distinção de sensível e não-sensível se mostra insuficiente, a metafísica perde o posto de modo central de pensamento. Com o discernimento do limitado da metafísica <das Beschränkte der Metaphysik> torna-se frágil a representação central da ‘metáfora’. Com efeito, ela dá a medida para nossa representação da essência da linguagem. Com isso, a metáfora serve como um meio de ajuda muito

Assim, como figura central da metafísica e que “determina a essência da linguagem” como “manifestação do Ser”, Leonel dos Santos atribui à metáfora um “conjunto de funções múltiplas de natureza expositiva, didática, ilustrativa, apologética, crítica, heurística e hermenêutica, havendo mesmo metáforas que, pela sua pregnância, se revelam investidas de um caráter configurador e fundamentador das próprias teorias científicas ou filosóficas, constituindo-se como paradigmas ou arquimodelos de teorias e explicações racionais”²⁰³. As metáforas revelam horizontes de possibilidade expressiva anteriores à sua eventual consolidação conceitual: elas “definem o horizonte das significações, antes que a razão, de forma consciente e metódica, chegue a instituí-las e fixá-las, conferindo-lhes, ou tentando conferir-lhes, validade universal”²⁰⁴. No registro mais autêntico de “manifestação do Ser”, a linguagem, as metáforas e sua densidade ontológica suprem aquela urgência do “pensamento ocidental” de passagem entre o sensível e o suprassensível, o intuitivo e o racional.

Acreditamos que a base heideggeriana da análise de Leonel é desnecessária e a nosso ver perniciososa²⁰⁵. Ao expandir sobremaneira a função da metáfora na filosofia kantiana, fica-se na dúvida quanto aos limites precisos entre discurso conceitual e discurso literário. Se a metáfora cumpre tantos papéis na filosofia, o que lhe oporia à poesia? Os limites entre discurso filosófico e discurso poético-literário, ressaltados pelo próprio Kant, são assim borrados²⁰⁶.

utilizado na interpretação das obras poéticas e da figura artística em geral. O metafórico existe somente no interior da metafísica”. Heidegger, M. *Der Satz vom Grund*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1997. pp. 71-72.

²⁰² Por exemplo, para Santos “resgatar” a metáfora dos âmbitos da poética e da retórica e reinseri-la numa perspectiva filosófica significa readmitir sua função como mediadora analógica entre a descrição do Ser e o papel da sensibilidade no conhecimento, isto é, ressaltar a “relação (...) entre metáfora e analogia do Ser; ou, mais ainda, entre metáfora, analogia e função positiva da sensibilidade no processo do conhecimento”. Santos, L. R. *Metáforas da Razão*. Op. cit. p. 19.

²⁰³ Idem. p. 39.

²⁰⁴ Idem. p. 40.

²⁰⁵ Para as críticas à matriz heideggeriana da teoria da metáfora em Derrida e os “becos sem saída” a que esta chega, cf. Ricouer, P. *La Métaphore Vive*. Paris: Seuil, 1975. pp. 434ss; 475ss. Entendemos que um risco semelhante e desnecessário surge em Leonel dos Santos.

²⁰⁶ Desde mesmo problema padece, a nosso ver, a de resto estimulante investigação de Goetschel a respeito da filosofia kantiana, dos primeiros escritos pré-Críticos até as três Críticas, como um “projeto filosófico-literário”: “O inextinguível potencial da Crítica para interpretações a aproxima daquelas obras de arte que se distinguem por algo irreduzivelmente enigmático, que exige tentativas sempre novas de encontrar caminhos para abordá-las e explicá-las” Goetschel, W. *Constituting Critique*. Op. cit. p. 115. “Com a *KrV* Kant deu um passo além do ensaio <essay, Versuch> que ensaia literariamente, ou em todo caso deu a aparência de fazê-lo, em direção a uma nova forma de investigação. Essa forma transcende, de modo crítico, o modelo de uma investigação padrão, na medida em que reconhece e confere a todo âmbito individual de investigação seu modo próprio de proceder de acordo com suas próprias leis e possibilita um modo de representação em conformidade com estas. Portanto, a auto-reflexividade fundamental exigida pela filosofia não é aqui meramente reconhecida, como também percebida como um problema

1.4.2. B) Metáfora como expediente heurístico de resolução de problemas – Suzuki e Oesterreich

Segundo uma outra direção interpretativa representada por M. Suzuki e P. Oesterreich, além de R. Eucken, a utilização da metáfora para Kant sinaliza a existência de um “método heurístico” em sua filosofia, que consiste em tomar temas e procedimentos de outras disciplinas de modo a instituir e dar contornos mais claros às suas próprias inovações filosóficas. Para Suzuki, isso se mostraria de modo mais claro nas “representações imagéticas” e “simbólicas” utilizadas por Kant: estas seriam como que “quase esquemas”, isto é, expedientes heurísticos que serviriam nem tanto para a “exposição indireta” de um conceito racional quanto, na realidade, para a “execução” de um “projeto”²⁰⁷. O que está em jogo nesse procedimento crítico é o modo como determinados conceitos podem inventivamente “entrar” no sistema e tornar-se “operativos” para a solução de determinados problemas filosóficos, sem que, contudo, a ordem conceitual seja assim absorvida pela intuitivo-imagética.

Portanto, para esta vertente interpretativa a função principal da metáfora no discurso filosófico não seria a de expressar algo de maneira mais atraente ou persuasiva, tampouco realizar o trânsito do sensível para o suprassensível, mas, antes, “inventar pensamentos”²⁰⁸. Para Oesterreich, a função de *ars inveniendi* e não meramente ornamental da metáfora lhe confere certa prevalência diante do conceito. A metáfora deve não meramente seguir “a disposição dos conceitos” já colocados num determinado encadeamento discursivo, no que cumpriria sua função de ornamento, mas, pelo contrário, a metáfora, se deve desempenhar seu papel heurístico, “precede a construção lógica mostrando-lhe o caminho”²⁰⁹. Em Kant, esse aspecto heurístico da metáfora

formal em todas as suas consequências. Idem. p. 142. A “forma da filosofia” transforma-se num “problema estético-transcendental”, ie, a “crítica torna-se um gênero literário auto-suficiente”.

²⁰⁷ Suzuki, M. “A palavra como invenção. Heurística e linguagem em Kant”. In: *Studia Kantiana*, 6/7, 2008.

²⁰⁸ “O lugar primordial da metáfora no processo de produção do texto filosófico não é (...) a forma de expressão lingüística (*elocutio*), mas, antes, a de invenção de pensamento (*inventio*)”. Oesterreich, P.L. “Vom Vernunftgerichtshof zum Weltgericht. Gerichtliche Metaphorik bei Kant und Hegel”. In: Bowman, B. (Hrg). *Darstellung und Erkenntnis*. Paderborn: Mentis Verlag, 2007. p. 45.

²⁰⁹ “As metáforas pertencentes à invenção constituem, portanto, a base heurística para a figuração analógica do específico caráter conceitual <*Begrifflichkeit*> do discurso filosófico”. Idem. p. 46: Cf. também Goetschel. A função da metáfora na argumentação kantiana seria prioritariamente “antecipar”, no nível do imaginário, a síntese da reflexão: “uma função essencial da metáfora é permitir relações e contextos para mostrar o que não poderia ser formulado de outra forma. Dessa maneira, a metáfora

mostra-se de modo mais nítido justamente na metáfora do tribunal. Esta seria a “metáfora-chave“, que “determina todo seu estilo filosófico”²¹⁰, exprimindo a “problematização e prova crítica de todas as pretensões de validade”²¹¹ e uma “racionalidade procedimental análoga à judicial, que, como ‘afazer crítico’ da filosofia, prescreve um exame livre e público a todas pretensões de validade e de poder *de facto* levantadas no mundo da vida histórico e as submete à pergunta pela sua validade e justificação (*quaestio iuris*)”²¹². Em suma, a metáfora do tribunal serve de expediente heurístico para que Kant delimite e defina de modo mais preciso o objetivo e a própria disposição lógico-discursiva de toda a sua filosofia. Partindo de um âmbito de saber a princípio “estranho”, o direito, Kant determina e fixa os contornos de sua filosofia crítica - e isso a partir de uma transposição metafórica de função heurística. Aos autores mencionados aqui falta, contudo, uma análise sistemática e histórica mais espessa de modo a definir e delimitar com mais precisão o “material” a ser incorporado heurísticamente na filosofia kantiana através das metáforas, sobretudo a *jurídica*.

1.4.3. C) Metáfora como instrumento de propagação polêmica; recorte sincrônico – Pietsch

Uma terceira vertente, representada por Pietsch, busca reconstruir as controvérsias geradas no calor do momento da *Crítica* a partir das metáforas utilizadas pelos envolvidos²¹³. Sua análise parte do referencial interpretativo da *Konstellationsforschung*. Contudo, ao passo que o objetivo desta última é tanto reconstruir a elaboração dos problemas e posições de um determinado período histórico da filosofia, medi-lo teoricamente a partir de tal reconstrução ao mesmo tempo em que desenvolve seu potencial argumentativo para o presente, o livro de Pietsch se limita a “ancorar, de forma mais vigorosa do que até aqui aconteceu, a consolidação da doutrina kantiana no contexto histórico da discussão da época e apresentá-la a partir da perspectiva particular do tempo como um processo aberto”²¹⁴.

produz uma síntese que antecipa, no nível do imaginário, a síntese da reflexão”. Goetschel, W. *Constituting Critique..* Op. cit. p. 132.

²¹⁰ Oesterreich, P.L. “Vom Vernunftgerichtshof zum Weltgericht“. Op. cit. p. 46.

²¹¹ Idem. p. 47.

²¹² Idem. p. 49.

²¹³ Pietsch, L-H. *Topik der Kritik*. Op. cit.

²¹⁴ Idem. p. 5.

Para que sejam reconstruídas as controvérsias e, com ela, a luta polêmica pela consolidação e “apropriação” mais devida da filosofia crítica, é necessário levar em conta não apenas os argumentos lógicos, mas também as marcas retórico-estilísticas que impregnam o debate. Trata-se da tentativa de fornecer as fundações para uma “lógica e retórica do discurso intelectual agonal”. O uso das metáforas para tanto não é fortuito: “A pesquisa sobre as metáforas <Metaphernforschung> conheceu há muito o importante efeito persuasivo e normativo de desenvolver a conceitualização metafórica de temas e argumentos em debates públicos”²¹⁵. As discussões públicas em torno da filosofia kantiana são “concebidas como um contexto sincrônico discursivo, no qual os atores coletivos (sob a forma de partidos filosóficos) realizam uma luta pela consolidação <Durchsetzung> pública de suas posições co-estruturada por meio do inventário de metáforas típicas de uma cultura específica”²¹⁶.

A investigação de Pietsch é de grande valor por reconstruir com rigor e em detalhe o cenário histórico-cultural preciso em que as metáforas jurídicas (e demais metáforas) encontraram seu primeiro *Wirkung*. Contudo, como o próprio autor deixa claro, seu estudo se exime de resgatar todo o pano de fundo histórico anterior a Kant que em primeiro lugar possibilitou e tornou compreensíveis tais metáforas, além de uma investigação sistemática que elucide o papel das metáforas na filosofia kantiana, e não apenas em sua recepção imediata. Em todo caso, é significativa para nossos propósitos a ênfase de Pietsch no aspecto facilitativo das imagens e metáforas para a fixação e reprodução de uma teoria em um ambiente cultural e intelectual determinado.

1.4.4. D) Metaforologia do criticismo – Marcos

Maxiliano Marcos assume um triplo horizonte metodológico na sua interpretação da *KrV* como processo civil, a saber, 1) ligação sociopolítica; 2) metáfora; e 3) práxis jurídica²¹⁷. O estudo se apoia na articulação destes três planos metodológicos: “a implicação da ‘história social’ na ‘história do conceito’ (Koselleck), o serviço da metáfora na formação conceitual (Blumenberg) e a gênese jurídico-política das formas de verdade e de consciência (Foucault)”²¹⁸. Deixando de lado o eixo baseado

²¹⁵ Idem. p. 6. O autor se refere a Jürgen Link. Segundo este, os elementos figurativos do discurso têm uma alta capacidade de reprodução cultural e de paráfrase.

²¹⁶ Idem. p. 13.

²¹⁷ Marcos, M. H. *La Crítica de Razón Pura como Proceso Civil*. Op. cit. p. 3

²¹⁸ Idem. p. 4.

em Foucault, no que diz respeito ao aspecto propriamente metafórico de sua análise Marcos se apoia, pois, em Blumenberg e Koselleck e procura conduzir uma “metaforologia do Criticismo”. Nesta chave interpretativa, a metáfora se mostraria como a redescritção de uma ordem significativa em que o anômalo é assimilado ao “inventário de um mundo da vida” servindo de inventário aos processos significativos²¹⁹. Em conjunto com o tratamento histórico, a metáfora serviria, pois, ao objetivo de possibilitar o trânsito entre os conceitos e a realidade empírica²²⁰. Para Blumenberg as metáforas são consideradas relativamente à sua característica de fundar uma orientação filosófica nas perguntas metafísicas fundamentais, nas quais a formação de conceitos ainda não está estabelecida ou (no caso das ‘metáforas absolutas’) revela-se por princípio insuficiente²²¹. Às metáforas caberia a função de trazer à *Begrifflichkeit* aquilo que por circunstância ou por direito permanece *unbegreiflich*. Nessa medida, a metaforologia serve à história dos conceitos ao esclarecer a formação dos conceitos nas ciências humanas através de uma apresentação indireta de conteúdos a princípio recalcitrantes e impróprios a uma determinada ordem discursiva. Marcos assume, assim, a metaforologia enquanto hermenêutica dos conceitos históricos²²².

No que diz respeito especificamente às metáforas jurídicas, Marcos defende a necessidade da metáfora do tribunal para clarificar a introdução de um novo método na filosofia, “dado que o plano carecia de referentes histórico-culturais na tradição

²¹⁹ Idem. p. 9. Nesta mesma chave da metaforologia, M. Sommer, um aluno de Blumenberg, analisa as metáforas de Kant enquanto o modo como a razão “toma consciência de sua racionalidade”. Sommer defende a tese de que toda a filosofia kantiana articula-se em torno do princípio da “autoconservação” <*Selbsterhaltung*> da razão. Este princípio caracteriza-se como o princípio de uma “racionalidade antepredicativa, implícita”. Desta maneira, revelar este princípio implica revelar a forma como a razão toma consciência de sua própria racionalidade: “Ao fazer da autoconservação seu princípio, a razão também toma discernimento do que constitui sua própria racionalidade”. A convergência entre *Selbsterkenntnis* e *Selbsterhaltung* da razão é a *KrV*. Sommer, M. *Die Selbsterhaltung der Vernunft*. Stuttgart-Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1977. pp. 13-15. Neste momento Sommer deixa claro como se nutre da metaforologia de Blumenberg. A investigação das metáforas da filosofia kantiana tem por objetivo descobrir os interesses latentes por detrás desse recurso ao metafórico. Assim, “ela se interessa pela forma de pensamento gerador, pelo sistema de enunciados possíveis, não primariamente pelo que é faticamente enunciado. Ela busca – assim eu quase formularia – o paradigma para os sintagmas”. (Idem. p. 17). No “inventário”, “reservatório” da linguagem metafórica, isto é, no “inventário do traduzível, não adequado na pura logicidade e na conceitualidade seletiva <*trennscharfe Begrifflichkeit*> e o qual é tradicionalmente entregue aos objetos da retórica e da poesia, a razão recolhe suas provisões e seus pontos de apoio (...). Há, pois, uma conexão sistemática entre a utilização de metáforas e a autoconservação de uma razão que tem de estar pronta para seu fim com a deficiência de seus meios primários” (Idem. pp. 16-7). Sommer é claro na sua preferência pela metáfora biológica (com o que se aproxima de Vaihinger), relegando as metáforas jurídica a meras subsidiárias na explicação (biológica) da autoconservação da razão. Idem. pp. 233-6.

²²⁰ Marcos, M. H. *La Crítica de Razón Pura como Proceso Civil*. Op. cit. p. 43.

²²¹ Pietsch, L-H. *Topik der Kritik*. Op. cit.. p. 8.

²²² Marcos, M. H. *La Crítica de Razón Pura como Proceso Civil*. Op. cit. p. 10.

metafísica mais recente”²²³. Para tanto, nada mais natural que o âmbito jurídico apresentasse a imagem mais indicada para ilustrar a mudança em filosofia introduzida por Kant. Na Prússia discutia-se então vivamente as propostas de reforma processual e legislativa contidas na Gabinete-Ordre de 14.03.1780²²⁴, e o direito se apresentava além disso como um domínio de onde poderia ser antevista uma “alternativa moral ao absolutismo político”. Assim, “com o recurso à metáfora da instituição do 'tribunal' Kant queria deixar claro que sua crítica da razão pura tratava de realizar no âmbito da metafísica o mesmo que projetavam os intelectuais burgueses, os teóricos jusnaturalistas do esclarecimento no âmbito político: a fundação de um Estado *de direito* que suplantasse o Estado absolutista da força, a criação de uma ordem civil de *justiça pública* segundo leis que substituísse a administração autoritária e arbitrária dos direitos na ordem estamental”²²⁵. Como se percebe bem claramente, Marcos mescla o paradigma metaforológico à teoria de Koselleck sobre a história dos conceitos como história social²²⁶. À luz desta “hermenêutica histórica dos conceitos filosóficos” como investigação cujo objetivo é revelar no texto seu contexto, iluminar o discurso pelo contexto empírico em que foi forjado, as metáforas adquirem a capacidade de trazer à superfície um contexto histórico latente.

A interpretação de Marcos é bem sucedida na colocada em prática de seus pressupostos hermenêuticos. Porém, como já discutimos na introdução ao presente trabalho, a despeito de todas as suas qualidades o estudo de Marcos malogra em fornecer uma interpretação completa e unificada da metáfora jurídica ao renunciar à análise da dedução como paradigma jurídico de prova e também ao de certa forma desprezar a história filosófica em nome da história do direito. Ademais, acreditamos que em função disso e também da ênfase excessiva no aspecto histórico, a investigação de

²²³ Idem. p. 11.

²²⁴ Idem. Cap. 3b

²²⁵ Idem. p. 11.

²²⁶ “A história dos conceitos é portanto em primeiro lugar um método especializado de crítica das fontes que atenta para a utilização de termos social e politicamente relevantes e analisa particularmente expressões centrais que têm conteúdo social e político”. Koselleck, R. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995. p. 114. Cf. também “A história dos conceitos como disciplina histórica tem sempre por tema os eventos ou estados políticos ou sociais, por certo aqueles que na linguagem das fontes já foram anteriormente articulados e apreendidos de forma conceitual. Ela interpreta, num sentido estrito, a história por meio de seus conceitos já passados – mesmo se as palavras sejam ainda utilizadas hoje em dia –, assim como compreende historicamente os conceitos – mesmo se seu uso antigo tenha de ser redefinido para hoje. Nessa medida a história dos conceitos, formulado de forma radical, tem por tema a convergência de conceito e história”. Koselleck, R. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp an Main, 1995. pp. 120-1.

Marcos dá pouca importância ao aspecto sistemático, que deve prevalecer em toda exegese filosófica. Em todo caso, reconhecemos aqui o mérito de seu estudo como o mais completo realizado sobre a constituição jurídica da *KrV*.

Do material exegético apresentado até aqui gostaríamos de extrair a seguinte abordagem interpretativa: a metáfora deve ser considerada como um ponto de ancoragem histórica e sistemática que nos permite considerar como ocorre a transposição conceitual heurística de problemas e formas de solucioná-los, historicamente bem assentadas, entre o âmbito da jurisprudência e o da filosofia. Os capítulos sistemáticos e históricos sobre os conceitos de antinomia e dedução ilustram, assim esperamos, esse ponto. Compreender a posição sistemática da antinomia e da dedução na filosofia crítica à luz de suas origens jurídicas permite avaliar certas estruturas conceituais complexas que, fora desse registro, permaneceriam meramente latentes ou simplesmente ausentes. Questões sistemáticas como a da *Crítica* como legislação da razão que não aceita conflitos entre seus âmbitos de validade e o *Faktum* do qual parte o problema crítico da legitimidade do conhecimento a priori somente são apreendidas a contento sob tal pano de fundo histórico preciso, do qual são, de resto, seus espelhamentos. Escorados na compreensão acima delineada da função da metáfora no texto filosófico procuraremos fornecer uma confirmação de nosso norte interpretativo, a saber, que sistema e história se entrecruzam e se apoiam mutuamente.

1.5. Relação de Kant com o direito

Posto isso, resta uma última pergunta: como determinar a relação de Kant com a jurisprudência antiga e a de sua época, sobretudo no período que mais nos interessa, a saber, até a publicação da *KrV* em 1781? Muito já foi escrito sobre o significado das filosofias de Rousseau e Hobbes para a compreensão da doutrina do direito e do Estado de Kant²²⁷. Contudo, é certo que as fontes do pensamento jurídico de Kant não se esgotam aqui. Kant foi um autor que absorveu influências e leituras das mais variadas naturezas, também na sua filosofia do direito. A respeito da doutrina retórica antiga, intimamente ligada ao direito romano, é sabido que Kant, além da forte formação

²²⁷ Bärthlein, K. “Die Vorbereitung der Kantischen Rechts- und Staatsphilosophie in der Schulphilosophie”. In: Oberer, H. & Seel, G (Hrsg). *Kant. Analysen - Probleme - Kritik*. Würzburg: Königshausen u. Neumann, 1988. Bärthlein argumenta – acertadamente – que as fontes costumeiramente atribuídas, Hobbes e Rousseau, não bastam para explicar muitos pontos do pensamento jurídico de Kant, sobretudo a ênfase em um direito inato originário.

clássica que recebera no Collegium Friedericianum²²⁸, tinha especial predileção pela leitura dos clássicos²²⁹, em especial Cicero²³⁰ ainda que, é bem verdade, guardava reservas quanto ao caráter pernicioso da retórica quando ultrapassava a sua utilidade como arte do bem falar e argumentar (Cf. p.ex. KU AA 05: 327)²³¹. Já sobre a tradição jurídica moderna, é de se supor não apenas que Kant conhecia razoavelmente bem a tradição jusnaturalista do início da modernidade²³² e tenha observado de modo atento as

²²⁸ Cf. Schiffert, Chr. *Nachrichten von den jetzigen Lehranstalten des Collegii Friedericiani*, abgedruckt bei Klemme, H. (hrsg.). *Die Schule Immanuel Kants*. Hamburg: Meiner, 1994. S. 73-79. “O tempo de escola de Kant (1730-1740) coincide com um tempo anterior à fase do platonismo revivido. No Collegium Friedericianum, que Kant frequentou de 1732 a 1740, concentrava-se a leitura de autores latinos, sobretudo Cicero e Cornelius Nepos”. Santozki, U. *Die Bedeutung antiker Theorien für die Genese und Systematik von Kants Philosophie : eine Analyse der drei Kritiken*. Inauguraldissertation. Fachbereich Gesellschaftswissenschaften und Philosophie an der Philipps-Universität Marburg, 2004. p. 34.

²²⁹ “Através de estudos próprios, e raramente por meio da visita de colegas, ele [Kant] familiarizava-se cada vez mais com os romanos, menos com os gregos. Apesar disso, cresceu nele um grande apreço pelas *humaniora*, que mais tarde foi professado publicamente por meio desta definição: a cultura das forças do ânimo por meio de conhecimentos preparatórios que são denominados *humaniora* seria a propedêutica para todas as belas artes, aquelas que aspiram ao mais sumo grau de perfeição”. Arnoldt, E. “Kants Jugend und die fünf ersten Jahren seiner Privatdozentur”. Idem. *Gesammelte Schriften*. Bd. III. Berlin: Cassirer, 1908. p. 122.

²³⁰ Cf. Klemme, H. “Immanuel und seine Schule”. In: Klemme, H. (hrsg.). *Die Schule Immanuel Kants*. Op. cit. p. 49.

²³¹ “Ele [Kant] não pôde nunca ler o melhor discurso de um orador romano sem um sentimento desagradável de desaprovação de uma arte ardilosa. Eloquência e o bem falar seria partes constituintes das belas artes; mas a oratória (*ars oratoria*), i.e., a arte de utilizar-se das fraquezas dos homens para proveito próprio, teria atingido em Atenas e Roma seu estágio mais alto quando o Estado precipitou-se na corrupção”. Arnoldt, E. “Kants Jugend und die fünf ersten Jahren seiner Privatdozentur”. Op. cit. S. 123-124.

²³² Não se sabe com segurança se e qual das faculdades superiores (medicina, direito e teologia) Kant frequentou além da faculdade inferior, a de filosofia, na Universidade de Königsberg. Erdmann procura provar que Kant só frequentou sistematicamente as aulas da faculdade de filosofia. Cf. Erdmann, B. *Martin Knutzen und seine Zeit*. Op. cit. pp. 133-9. E. Arnoldt insinua que Kant também teria tido uma formação na faculdade de direito: “(...) e ele [Kant] não teria também assistido a aulas sobre direito natural, direito romano, sobre direito estatal?”. Arnoldt, E. “Kants Jugend und die fünf ersten Jahren seiner Privatdozentur”. Op. cit. S. 122. Erdmann relata que Knutzen, o professor que exerceu grande influência em Kant, inclui o direito natural entre as disciplinas por ele oferecidas entre 1740-1747, período em que, segundo Borowski, Kant “frequentou assiduamente” suas aulas (Borowski, L. E. *Darstellung des Lebens und Charakters Immanuel Kant*. In: Hoffmann, A (Hrsg.). *Immanuel Kant. Ein Lebensbild nach Darstellungen seiner Zeitgenossen*. Jachmann, Borowski. Wasianski. Halle, 1902. p. 156. Cf. também p. 16 e 125). Cf. Erdmann, B. *Martin Knutzen und seine Zeit*. p. 139. n. 29. Vorländer, K. *Immanuel Kant: der Mann und das Werk*. Mit einem Verzeichnis der Bibliographien zum Werk Immanuel Kants von Heiner Klemme. Hamburg: Meiner, 1992. p. 23. Com efeito, segundo o regulamento da Alma Albertina de 1735 „todo Professor publicus ordinarius (...) devia em suas Lectionibus publicis concluir todos os semestres uma Science publique, por exemplo, oferecer a Logica em um semestre, a Metaphysica em outro, da mesma forma o Ju Naturae em um, a Moral em outro”. Arnoldt, D. H. *Histoire der Königsbergischen Universität*. Bd. I., Beilage 54. p. 319. Apud Pozzo, R. *Kant und das Problem einer Einleitung in die Logik. ein Beitrag zur Rekonstruktion der historischen Hintergründe von Kants Logik-Kolleg*. Frankfurt am Main [u.a.]: Lang, 1989. p. 2. Sobre os conhecimentos de Kant a respeito da tradição jusnaturalista da modernidade, Cf. Bärthlein, K. “Die Vorbereitung der Kantischen Rechts- und Staatsphilosophie in der Schulphilosophie”. Op. cit. Busch, W. *Die Entstehung der kritischen Rechtsphilosophie*. Op. cit. Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants*. Op. cit. Por fim, sobre Kant e o direito natural, cf. entre outros, Hoffmann, T. S. “Kant und das Naturrechtsdenken”. *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, vol. 87, 2001.

propostas reformatórias da legislação prussiana e o movimento das codificações²³³, como também tinha bons conhecimentos da literatura jurídica de seu tempo²³⁴ e era mesmo familiarizado com detalhes processuais e, de modo geral, com a vida prática do direito²³⁵.

Sem considerar aqui as obras sobre direito publicadas ao longo do período crítico, uma dificuldade central relativamente às fontes diretas e ao material de investigação se apresenta na tentativa de avaliar a recepção e as modificações empreendidas por Kant na doutrina do direito privado, ao qual pertencem a discussão sobre *deductio in iure* e o direito de propriedade, e dos princípios do direito natural. O compêndio utilizado por Kant em suas *Vorlesungen* sobre direito natural foi o *Ius naturae in usum auditorum* do “reservado, determinado e modesto” (TP AA 08: 301) Gottfried Achenwall. A obra se dividia em duas partes, o *Iuris naturalis partis prioris* e o *Iuris naturalis pars posterior*, às quais precediam os *Prolegomena iuris naturalis*. Kant utilizou as duas obras em suas prováveis 12 lições de direito natural ministradas em sua vida, de 1766/7 até 1788²³⁶, mas apenas da segunda parte do *Ius naturae*, a *Iuris naturalis pars posterior*, foi conservado o seu exemplar pessoal, onde se encontram os

²³³ É sabido que Kant mantinha contato próximo com eminentes juristas envolvidos na redação do *Allgemeines Preußisches Landrecht*, como Ernst Ferdinand Klein. Cf. Brandt, R. “Das Erlaubnisgesetz in den *Metaphysischen Anfangsgründe der Rechtslehre*”. In: Idem (Hrg). *Rechtsphilosophie der Aufklärung*. Berlin & New York: De Gruyter, 1982. pp. 250-255. Marcos, M. *La Critica como Proceso Civil*. Op. cit.

²³⁴ Hruschka, J. “Die species facti und der Zirkel bei der Konstitution des Rechtsfalles in der Methodenlehre des 18. Jahrhunderts”. In: Schröder, Jan (Hrsg.): *Theorie der Interpretation vom Humanismus bis zur Romantik - Rechtswissenschaft, Philosophie*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2001. p. 210. Op. cit. Segundo o catálogo do leilão <*Versteigerungskatalog*> da biblioteca de Kant publicado por Arthur Warda (*Immanuel Kants Bücher*, Berlin, 1922), as obras sobre direito natural ou positivo publicadas até 1780 são: Bulamarqui, J. J. *Principes du droit naturel*, Gêneve, 1747. Huber, U. *Praelectionum juris civilis tomus III*, ed in Germania tertia, 1735; Vattel, Emmerich von. *Völkerrecht* (...). dts. von J. Ph. Schulin, 3 Teile, Frankfurt und Leipzig, 1760; Baco, *operum moralium et civilium*, Leipzig, 1751; Darjes, J. G. *Discours über sein Natur- und Völkerrecht*. 3 Teile, Jena, 1762/3; Nettelbladt, D. *Anfangsgründe der natürlichen Rechtsgelehrsamkeit*. Eine abgekürzte freye Übersetzung von Joh. Christ. Gottlieb Heineccius, Halle, 1779; Hufeland, G. *Lehrsätze des Naturrechts und der damit verbundenen Wissenschaften zu Vorlesung*, Jena, 1770. Como nota Ritter, a simples presença destes livros no catálogo compilado por Warda não implica que Kant os tenha lido e sequer que a sua aquisição tenha ocorrido perto da data de sua publicação, ou seja, pouco pode ser extraído daí. Cf. Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants*. Op. cit. pp. 32-33.

²³⁵ Kant esboça em um pequena escrito uma dedução estritamente jurídica no escrito sobre a impressão de livros, como veremos (VUB AA 08: 77-87). Como reitor da Universidade de Königsberg Kant teve atividades administrativas que pressupunham o conhecimentos processuais (Cf. AA 12: 421-442). Nesta correspondência profissional Kant menciona até mesmo uma “dedução das autorizações da faculdade filosófica” <*deduction der Rechtsame der Phil. Fac*>. (AA 12: 445). Ademais, Kant parece ter se envolvido uma vez em um processo civil - em AA 12: 375 parece haver um esboço de uma réplica a uma contestação contra o secretário do Collegii Medici de Königsberg, Burckhardt. Por fim, certas *Reflexionen* aludem a pontos específicos da legislação da Prússia (p.ex. Rx 3357. AA 16: 797). Cf. Kiefner, H. “*Ius Praetensum*”. Op. cit. Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants*. Op. cit.

²³⁶ Cf. Arnoldt, E. “Möglichst vollständiges Verzeichnis aller von Kant gehaltenen oder auch nur angekündigten Vorlesungen nebst darauf bezüglichen Notizen und Bemerkungen”. In: *Gesammelte Schriften*, Bd. V. Op. cit. p. 336-7.

Erläuterungen Kants zu G. Achenwalls Iuris naturalis Pars posterior (AA 19: 323-439) e suas *Reflexionen über Rechtsphilosophie* (AA 19: 443-613)²³⁷. Nas restantes partes do compêndio de Achenwall encontram-se as discussões acerca daquilo que em Kant corresponde ao direito privado (e, pois, sobre a dedução, o método jurídico de prova e o direito de propriedade), além da exposição sobre os princípios e fundamentos do direito natural²³⁸. Neste sentido, as anotações do curso de direito natural ministrado por Kant no semestre de verão de 1784, o *Naturrecht Feyerabend*, as únicas que foram conservadas até hoje, são um material precioso para o estudo da evolução e das fontes do pensamento jurídico de Kant por serem, em tese, as únicas fontes disponíveis hoje do confronto de Kant com as duas primeiras partes do *Ius naturae* de Achenwall. As anotações, defeituosamente transcritas por Lehmann para o volume 27 da *Akademie-Ausgabe*, ganharam recentemente um novo texto consolidado no quadro do *Kant-Index*²³⁹. Contudo, por mais significativas que sejam estas anotações, o fato é que na introdução à lição, correspondente grosso modo aos *Prolegomena iuris naturalis*, Kant se distancia muito de Achenwall e transmite, na verdade, sua própria doutrina sobre a fundação do direito segundo o estágio de então de sua filosofia moral²⁴⁰. Já em relação ao *Iuris naturalis partis prioris* ocorre o problema inverso: Kant se atém tanto ao texto de Achenwall que poucos comentários críticos ou variações podem ser daí extraídos. Além de Achenwall, uma outra significativa fonte direta para a formação do pensamento jusnaturalista de Kant são os *Initia Philosophiae Practicae* de Baumgarten,

²³⁷ Cf. Adickes, E. „Einleitung in die Abtheilung des handschriftlichen Nachlasses“. AA 14: XX e XXVII.

²³⁸ “Desde 1758 a obra principal de Achenwall sobre jurisprudência universal era composta por três livros diferentes, porém relacionados entre si, a saber, os *Prolegomena* e as duas partes do *Ius Naturae*. Os *Elementa Iuris Naturae*, Göttingen, 1750 (redigidos ainda conjuntamente com Pütter) eram considerados pelo autor como a primeira edição do *Ius Naturae*. Kant provavelmente utilizou a 2ª edição dos *Prolegomena* e a 5ª edição das duas partes do *Ius Naturae*, todas as três obras publicadas em Göttingen em 1773 (...). O exemplar pessoal de Kant dos *Prolegomena* e da primeira parte do *Ius Naturae* foram perdidos”. Hruschka, J. „Die Konkurrenz von Goldener Regel und Prinzip der Verallgemeinerung in der juristischen Diskussion des 17./18. Jahrhunderts als geschichtliche Wurzel von Kants kategorischem Imperativ“. In: *Juristen Zeitung*, 42. Jahrg., Nr. 20, 1987. p. 949. n.140. Cf. também Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants* Op. cit. pp. 68-70; Busch, W. *Die Entstehung der kritischen Rechtsphilosophie Kants*. p. 2. Marcos, M. H. *La Crítica da Razón Pura como Proceso Civil*. Op. cit. p. 242. Rauscher, F. „Review Essay: A New Resource for Kant’s Political Philosophy“. In: *Kantian Review* 17, 2, 2012. pp. 357-365.

²³⁹ *Kant-Index*. hrsg. von Norbert Hinske: Bd. 30.1-3: Section 2, Indices zum Ethikcorpus, Stellenindex und Konkordanz zum „*Naturrecht Feyerabend*“. Heinrich P. Delfosse; Norbert Hinske; Gianluca Sadun Bordoni. Stuttgart- Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 2012-4.

²⁴⁰ Cf. Terra, R. “História e Direito em 1784. Comentário sobre a interpretação da ‘Escola Semântica de Campinas’”. *Studia Kantiana*, v. 12, pp. 175-194, 2012. Bordoni, G. S; Delfosse, H. P. & Hinske, N. “Einleitung. Die Grundlegung zur Metaphysik der Sitten, das *Naturrecht Feyerabend* und die *Moral Mrongovius II* – drei Variationen eines und desselben Gedankens“. In: *Kant-Index*. Bd 30.1. Op. cit.

obra que “contêm em grande medida um tratado de direito natural”²⁴¹, e as *Reflexionen* e *Vorlesungen* de Kant a eles relacionados. Ainda que de serventia para elucidação de certos pontos doutrinários em maior ou menor medida importantes, sobretudo a relação entre direito e ética, o fato é que tampouco aqui é possível extrair um quadro completo do pensamento jurídico de Kant numa perspectiva genética e sistemática. Outras eventuais fontes serão mencionadas quando apropriado.

Tais dificuldades exegéticas são, aos nossos olhos, impeditivas de toda interpretação que procura examinar a constituição jurídica da *KrV* à luz da *RL* de 1797. Em virtude das inúmeras e determinantes lacunas no material exegético de apoio, não é tarefa simples determinar as *Stationen* da evolução do pensamento jurídico de Kant²⁴². Ainda que, decerto, seja possível identificar muitos pontos doutrinários da *RL* em *Reflexionen* do período pré-Crítico, isto não significa, em primeiro lugar, que o direito kantiano seja pré-Crítico – ora, não é possível conceber pontos centrais da *RL* fora do quadro do idealismo transcendental²⁴³ – e tampouco, em segundo lugar, que ele não tenha passado por mudanças e acréscimos fundamentais no período Crítico, isto é, após *a KrV* e a *formulação do tribunal da razão*. O exemplo mais significativo, já mencionado na introdução, é o direito privado. Momentos centrais (e dependentes do idealismo transcendental) da doutrina madura da propriedade em Kant, notadamente a distinção entre posse empírica e posse jurídica e o postulado da razão prático-jurídica, foram primeiramente formulado após *a Zum ewigen Frieden*, isto é, após 1795, a julgar pela ausência completa de menção a eles nas obras publicadas, no *Nachlass* manuscrito

²⁴¹ Scattola, M. “Die Naturrechtslehre Alexander Gottlieb Baumgarten und das Problem des Prinzips”. In: *Aufklärung* 20, 2008. p. 242. Cf. Baumgarten, A. *Initia Philosophiae Practicae*. Halle, 1760. §§ 60ss, 76ss, 87ss, 100ss, 149ss, 171ss, 186ss, e *passim* A forte pregnância “jurídica” da filosofia prática de Baumgarten se deixa explicar não apenas pela praxe na época de conceber o *jus naturae late dictum* como a filosofia prática *par excellence* (Cf. Scattola, M. “Die Naturrechtslehre Alexander Gottlieb Baumgarten”. Op. cit. pp. 240-245), como também pela influência de Heinrich Köhler. Segundo C. Schweiger, os compêndios de Baumgarten foram escritos sob o influxo das lições de direito natural de Köhler, ele mesmo, assim como Baumgarten, um wolffiano heterodoxo. Como consequência adquiriu “seu [de Baumgarten] esboço de filosofia moral (...) uma forte marca jurídica”. Cf. Schwaiger, C. *Alexander Gottlieb Baumgarten - Ein intellektuelles Porträt*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2011. p. 117. Cf. também p. 130: “uma forte envergadura jurídica”. Como exemplo disso, Schwaiger menciona dois elementos doutrinários presentes em Köhler, Baumgarten e também em Kant, a saber, o acento no conceito de obrigação e a distinção entre deveres coercitivos e não coercitivos. Para a doutrina de H. Köhler, Cf. Aichele, A. „Sive vox naturae sive vox rationis sive vox Dei? Die metaphysische Begründung des Naturrechtsprinzips bei Heinrich Köhler, mit einer abschließenden Bemerkung zu Alexander Gottlieb Baumgarten“. In: *Jahrbuch für Recht und Ethik*, 12, 2004. pp. 115-135.

²⁴² Cf. Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants*. Op. cit. Busch, W. *Die Entstehung der kritischen Rechtsphilosophie*. Op. cit. Marcos, M, H. “La Formacion del Criticismo Juridico de Kant”. Op. cit. pp. 243-280.

²⁴³ Cf. entre outros, Klemme, H. “Der Transzendente Idealismus und die Rechtslehre”. Op. cit. Brandt, R. “Rezension zu Christian Ritter. Der Rechtsgedanke Kants”. Op. cit. pp. 43-50.

e nas anotações de alunos²⁴⁴. Por exemplo, no *Naturrecht Feyerabend* lê-se sobre o ato jurídico de apreensão²⁴⁵, a partir do qual se explica a ilegitimidade de alguém que me toma o objeto que declarei como meu:

As coisas são produtos da natureza e da liberdade. Um produto da liberdade pertence à minha liberdade e é dela dependente; se me atacam, portanto, minha liberdade é atacada. Um produto da liberdade é um produto da natureza que, por meio da minha liberdade, é modificado no que diz respeito à forma; por exemplo: uma árvore que eu carpintejei. Quem se serve dessa coisa age contra minha liberdade porque impõe impedimentos aos produtos e às ações da minha liberdade, assim como ao propósito que eu tenha em relação a eles. Uma tomada de posse <Apprehension> não é todo uso da coisa, mas aquele em que a sua forma é modificada por meio da liberdade. *Apprehensio physica* [tomada física de posse] é uma *redactio in potestatem* [ocupação; Bemächtigung], mas a [*apprehensio*] jurídica é quando a coisa recebe uma forma que deriva da minha liberdade. Se alguém descobre uma terra pela primeira vez, hasteia uma bandeira e dela toma posse <*Besitz nimmt*>, ele não tem ainda, com isso, o direito a essa terra. Se ele, no entanto, trabalha a terra, aplica nela suas forças, então ele adquiriu sua posse ²⁴⁶ (V-NR Feyerabend AA 27: 1342).

Para que não haja dúvidas de que aqui Kant está expondo uma ideia sua e não apenas reproduzindo o que Achenwall escrevera, na continuação da passagem Kant critica Achenwall justamente por este não ter percebido que o trabalho ou a “cultura” (no sentido de cultivo de algo) são a *declaratio* da liberdade, declaração esta ausente onde há uma mera apreensão física sem “aplicação das minhas forças”²⁴⁷. Ora, nada mais

²⁴⁴ Segundo Ludwig, “de fato, se percorrermos as notas de Vigilantius, não encontramos nada que merecesse o nome de uma tal derivação. Mesmo já na *Gemeinspruch* (1793) esse problema [da derivação do direito de propriedade] é deixado completamente de lado, de modo que Kant – com plena consciência desse desiderato – precisava encetar novamente o trabalho”. Ludwig, B. “Einleitung”. In: Immanuel Kant. *Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*. Op. cit. p. xx. Os *Vorarbeiten zur Rechtslehre* (VARL AA 23: 271-336) contém as reflexões preparatórias de Kant sobre o tema. A doutrina kantiana do direito privado, à qual pertence a discussão sobre a propriedade, é, sem dúvida, a parte da *Doutrina do Direito* que, num nível mais específico, adota de forma mais clara a *démarche* transcendental do período crítico. Além do claro emprego das categorias de relação para a divisão do direito privado em direito real, direito pessoal e direito pessoal de caráter real (MS AA 06: 247-248), o “idealismo transcendental” e a doutrina dos dois mundos são centrais para a distinção entre posse “empírica”, ie, a mera detenção <*Inhabung*> de algo junto a alguém, e a posse “inteligível”, ie, a posse meramente jurídica de algo mesmo seu proprietário não estando em sua posse empírica atual (MS AA 06: 249-252). Conforme demonstram claramente os *Vorarbeiten*, os problemas envolvidos na “adaptação” dessas noções centrais do criticismo ao quadro estritamente jurídico podem ser, sem dúvida, contados como uma das causas do retardamento da MdS. Para uma exposição da doutrina kantiana do direito privado que fartamente lança mão dos *Vorarbeiten*, cf. Kersting, W. *Wohlgeordnete Freiheit. Immanuel Kants Rechts- und Staatsphilosophie*. 3. *Erweiterte und Bearbeitete Auflage*. Paderborn: Mentis Verlag. 2007. pp. 177-250.

²⁴⁵ Seeberg utiliza explicitamente os *Momenta* da tomada de posse descritos na *RL* para explicar a dedução em Kant. Cf. Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit. pp. 222ss.

²⁴⁶ Tradução, modificada, de Fernando Costa Mattos. “Direito Natural Feyerabend”. Manuscrito.

²⁴⁷ “O autor [scil. Achenwall] diz que a *apprehensio* [tomada de posse] é suficiente, pois por meio dela já se deu uma *tacita declaratio* [declaração tácita] de que pretendo conservar a coisa comigo – pois em ações conformes ao direito, diz ele, os outros têm de aceitar a minha vantagem. Desse modo, porém, ele já pressupõe que isso seja direito. Se o outro crê que não é direito, então isso não vale. – A vontade que tenho de conservar algo para mim tem de ser declarada por meio de um *effectus* [efeito] da liberdade, de modo que nenhuma outra declaração externa seja necessária. No *jure gentium* [direito das gentes] a *apprehensio* dos países só pode se dar na cultura. Se construí algo em uma parte {de uma terra}, então apenas ela me pertence, e a parte não construída, não”. V-NR/Feyerabend AA 27: 1342.

distante da concepção da *lex permissiva* e do acordo tácito e projetado de todos os homens na aquisição originária descritos na *RL*. Kant parece aqui mais próximo à concepção lockeana da propriedade pelo trabalho, a qual, de resto, Kant ainda defendia, com modificações, na década de 1760, mais explicitamente nos *Bemerkungen*²⁴⁸. Próximo, decerto, mas não completamente identificado. Assim como em 1797, Kant admite que não há direito em relação a coisas, mas apenas a homens; diferentemente de 1797, porém, Kant vê no *Actus* da liberdade que altera (fisicamente) uma coisa a marca de que ela não é mais *res nullius*, concepção também negada por ele em 1797 por meio do postulado da razão prático-jurídica.

Dado o estágio ainda intermediário da doutrina kantiana sobre a fundamentação da legitimidade da propriedade e *a fortiori* do direito inato na articulação dos dois momentos da *RL* (direito privado e público), como então interpretar a constituição jurídica da *KrV* à luz do direito privado e público da *RL*, como faz por exemplo Brandt, que vê na Analítica o momento do direito privado e na Dialética o momento do direito público da moldagem jurídica da *KrV*? Os pequenos exemplos por nós extraídos da *Naturrecht Feyerabend* já nos indicam ser impossível fazê-lo. Um desiderato não desprezível seria, a despeito das dificuldades elencadas acima, interpretar a constituição jurídica da *KrV* segundo o estágio de então do pensamento jurídico de Kant, possivelmente apontando as aporias surgidas no cotejo com sua *RL*. Contudo, trata-se de uma investigação que não será empreendida aqui.

²⁴⁸ Cf. “O corpo é meu pois ele é uma parte do meu eu e é posto em movimento pelo meu arbítrio. Todo o mundo animado ou inanimado que não tem um arbítrio próprio é meu na medida em que eu o coajo <zwingen> e ele pode ser posto em movimento de acordo com meu arbítrio. O sol não é meu”. *Bemerkungen* AA 20: 67. Sobre isso, Brandt escreve: “Kant defende no meio da década de 1760 a visão de que seria preciso fundar a filosofia moral de forma antropológica ou naturalista, que seria preciso levar em consideração o que acontece antes de indicar o que deve acontecer [(GSE AA 02: 311)]. A esse programa de uma fundação antropológica ou naturalista de direito e ética pertence a doutrina – considerada experimentalmente – de que a propriedade é fundada na vontade humana, na medida em que ela submete coisas da natureza por meio do trabalho”. Brandt, R. *Eigentumstheorien von Grotius bis Kant*. Stuttgart-Bad Cannstat: Frommann-Holzboog. 1974. p. 171.

1ª PARTE - HISTÓRIA DAS FONTES DA METAFÓRICA JURÍDICA

Nesta 1ª parte do presente trabalho será apresentada uma história das fontes e dos conceitos centrais para a compreensão da constituição jurídica da *KrV*. O 2º capítulo tem por tema as metáforas jurídicas e a ideia de um *tribunal da razão* na filosofia moderna e no Esclarecimento, uma época fortemente marcada pelo direito e pelo pensamento jusnaturalista. Nesse contexto, serão abordadas a filosofia de Bacon e sua metafórica jurídica a respeito do processo judicial a que o homem deve submeter a natureza, além da ambição do *Frühauflklärung* alemão em encontrar um *Mittelweg* entre os conflitos filosóficos, sobretudo através de Leibniz e sua ideia de uma “balança da justiça” como expressão de um “juíz das controvérsias”. No 3º capítulo será analisado o conceito histórico de *dedução* acolhido e aplicado por Kant em sua filosofia crítica. A partir de uma investigação do conceito jurídico de dedução desenvolvido por J. S. Pütter no interior do quadro de uma jurisprudência prática, procurar-se-á extrair um modelo metodológico a ser empregado na investigação sistemática das deduções da *KrV*, bem como compreender mais adequadamente a recusa kantiana da concepção lógico-matemática de dedução e do modelo axiológico-dedutivo. O 4º capítulo abordará, por fim, a história do conceito jurídico de antinomia, da retórica antiga até sua reformulação e modificação no interior dos movimentos de condificação no *Spätaufklärung* alemão. Também nesse âmbito a filosofia de Leibniz ganha relevo, indicando como a ideia de uma nomotética como ciência da legislação implica a rejeição principista de lacunas e conflitos de leis no interior de um conjunto qualquer de normas. Essa concepção chega a Kant através diretamente de Achenwall e Baumgarten e a ideia de um *completissimum ius*, marcando fortemente o conceito kantiano de razão e sobretudo de legislação da razão pura.

2. A METÁFORA DO TRIBUNAL NA FILOSOFIA MODERNA E NO ESCLARECIMENTO – UM PANORAMA

Esse capítulo tem por tema a história das fontes <*Quellengeschichte*> da metafórica jurídica na filosofia moderna e no Esclarecimento. Serão aqui discutidos não apenas o forte teor jurídico assumido pelo direito na época do Esclarecimento, refletido pela presença de imagens jurídicas em Hume, Bayle, Reimarus, etc. (2.1), como também - e sobretudo – Bacon e sua representação de um processo judicial na investigação sobre a natureza (2.2), além da ideia de uma “balança da razão” em Leibniz como reflexo da busca por um “caminho intermediário” no período inicial do Esclarecimento na Alemanha (2.3). O objetivo é reconstruir em linhas gerais a "problemática do tribunal" no decorrer da filosofia moderna, descrever o tratamento jurídico de temas filosóficos característico da época do Esclarecimento e avaliar as efetivas e prováveis influências no "tribunal da razão" de Kant.

2.1. O tribunal da razão

Uma das mais notórias metáforas da história da filosofia é sem dúvida a do "tribunal da razão" <*Gerichtshof der Vernunft*> utilizada por Kant para caracterizar a *Crítica da Razão Pura* no primeiro prefácio da obra. Esta cristalizaria

o apelo à razão para que assumia novamente o mais árduo de seus trabalhos, a saber, o do autoconhecimento, e instaure um tribunal capaz tanto de assegurá-la em suas pretensões legítimas como, por outro lado, de ajudá-la a livrar-se de todas as presunções infundadas; e isso não por meio de decretos arbitrários, mas segundo suas leis eternas e imutáveis; e este tribunal não é outro senão a própria *crítica da razão pura* (A xi-xii).

Kant reconhece no *Zeitalter der Kritik* e no “juízo maduro” do período, que sujeita à crítica a “religião, por meio de sua sacralidade, e a legislação, por meio de sua majestade” (A xi), o momento histórico mais apropriado para tal tarefa judicial de autoconhecimento da razão. Engana-se, contudo, quem pensa que esse recurso à imagética jurídica para ilustrar conceitos filosóficos foi uma excentricidade de Kant ou mesmo um fenômeno isolado no interior do Esclarecimento europeu e da filosofia moderna. Muito pelo contrário: é permitido afirmar que o Esclarecimento e parte significativa de sua filosofia foram *profundamente marcados pelo direito e pela filosofia jurídica*.

O uso metafórico de tribunais divinos ou terrestres aparece em antigos textos sagrados do judaísmo e do cristianismo²⁴⁹ ou até mesmo antes, entre os egípcios²⁵⁰. A metafórica forense²⁵¹ surge neste contexto sempre sob a forma de uma divindade representada na figura de um *juiz* que pune ou recompensa, dependendo da observância ou não dos mandamentos por ele formulados²⁵². O forte relevo *ético* da metafórica do tribunal divino passa, entretanto, por uma significativa modificação na filosofia moderna e no Esclarecimento europeu²⁵³, adquirindo também um sentido *teórico-especulativo*. Ideias prenhes de consequências como a da razão como *juíza* imparcial, o desenvolvimento e consolidação das ciências como um *processo*, a natureza enquanto um todo bem-ordenado sujeito a *leis* universalmente válidas, o conhecimento da natureza como resultado de uma *aquisição* análoga à tomada de posse de uma propriedade: todas essas imagens ganham força somente nesse novo contexto da cultura ocidental.

A ampliação e - poder-se-ia dizer - secularização da metafórica forense e suas representações aparentadas pode ser explicada por meio do profundo interesse por temas políticos e jurídicos observado no *Zeitalter der Aufklärung*, uma “época

²⁴⁹ Cf. Sterzenbach, G. “Die Welt als Tribunal. Der Gerichtshof als Metapher in Philosophie und schöner Literatur”. In: Kritisch Justiz, 31, 1988. As seguintes passagens da Bíblia são paradigmáticas a esse respeito: Gen 15, 18-21: “Naquele mesmo dia fez o Senhor uma aliança com Abrão, dizendo: ‘tua descendência tenho dado esta terra, desde o rio do Egito até ao grande rio Eufrates (...)’”. Sb 11, 10 “pois a eles os provaste como pai que corrige, mas a estes os castigaste como rei severo que condena”. Sam 24, 15: “O Senhor, porém, será juiz, e julgará entre mim e ti, e verá, e advogará a minha causa, e me defenderá da tua mão”. Sl 7, 2: “Deus é juiz justo, um Deus que se ira todos os dias”. Cf. também, entre outros, Mt 5, 25; 7, 1-5; Lc 18, 9-14.

²⁵⁰ Dierste, U & Pinomma, L. “Gericht (Gottes)”. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie Bd 3*. Op. cit. p. 338.

²⁵¹ Oesterreich, P. “Vom Vernunftgerichtshof zum Weltgericht. Gerichtliche Metaphorik bei Kant und Hegel”. In: Bowman, B. (Ed). *Darstellung und Erkenntnis*. Paderborn: Mentis Verlag, 2007. pp. 46-47. Oesterreich distingue entre uma metafórica “jurídica” <richterlichen bzw. iuridischen> e uma metafórica “forense” <gerichtliche bzw. forensische> no interior da tradição filosófica. A metafórica *jurídica* é enquadrada em um estilo caracterizado, via de regra, como “dogmático-metafísico”, referindo-se a figuras mitológicas ou religiosas, ao passo que a metafórica *forense*, pelo contrário, pertence a um estilo “crítico” de filosofia, cujo ponto central consiste na doação de sentido possibilitada por uma “racionalidade procedimental”. Na nossa análise concordamos com Oesterreich ao reconhecermos em Kant (e em Bacon) o uso “crítico” da metafórica jurídica, mas discordamos dele na medida em que invertermos os termos, preferindo o adjetivo “jurídica” para designar tal característica crítica da metafórica provinda do direito.

²⁵² Isso corresponde à representação kantiana da consciência moral <Gewissen> como o “forum internum” (V-PP/Herder AA 27: 13) ou “forum divinum” (V-PP/Powalski AA 27: 159), isto é, como um tribunal interno, em oposição ao “forum externum” ou “forum humanum” (V-Mo/Mron AA 27: 1444). No tribunal interno da consciência moral Deus é representado como um *juiz*. O significado do conceito de consciência moral no curso do desenvolvimento da metafórica judicial do pensamento de Kant será tema do cap. 7.

²⁵³ Para a identificação entre filosofia moderna e *Aufklärung*, à primeira vista não evidente, Cf. Hinske, N. “Die tragenden Grundideen der deutschen Aufklärung. Versuch einer Typologie”. In: Ciafardone, R. (Hrsg). *Die Philosophie der deutschen Aufklärung*. Stuttgart: Reclam, 1990. pp. 413-414.

profundamente permeada por problemas e estruturas jurídicas”²⁵⁴. Exemplos práticos disso são as radicais transformações políticas e sociais ocorridas nos dois lados do Atlântico - a saber, a *Revolução Gloriosa* na Inglaterra, a *Revolução Francesa* na França e a *Revolução Americana* nos Estados Unidos -, bem como as grandes codificações jurídicas, como o *Code civil français* e o *Allgemeine Landrecht für die preußischen Staaten*²⁵⁵. No plano estritamente teórico da ciência jurídica, é significativo que o direito natural tenha vivido nos séculos 17 e 18 sua idade de ouro²⁵⁶. No entanto, a íntima relação e parentesco entre filosofia e jurisprudência é aquilo com que nos ocuparemos neste capítulo, a saber, a influência recíproca entre essas disciplinas e sobretudo a presença de estruturas jurídicas na estrutura metodológica da filosofia teórica, da ciência da natureza e da metafísica.

Pierre Bayle²⁵⁷, por exemplo, escreve sobre a “*república das letras*”, “um *Estado* extremamente livre [onde] somente se reconhece o *império* da verdade e da razão”²⁵⁸, e utiliza a imagem, cara a Kant, de um tribunal da razão: “O *tribunal supremo* e que *julga* em última instância e sem apelo (...) é a *razão*, falando pelos axiomas da luz natural ou da metafísica”²⁵⁹. David Hume, logo no início do prefácio do *Tratado da Natureza Humana*, retoma essa ideia:

Nada é mais usual e mais natural para aqueles que pretendem descobrir algo novo para o mundo na filosofia e nas ciências do que insinuar louvores pelos seus próprios sistemas, censurando todos aqueles que vieram antes deles. E, de fato, estivessem eles satisfeitos em lamentar a ignorância que ainda temos nas questões mais importantes, que podem pôr-se diante

²⁵⁴ “Esclarecimento e filosofia jurídica encontram-se numa conexão íntima; em seu todo a filosofia do Esclarecimento é de tal modo perpassada por problemas e estruturas jurídicas que também outras disciplinas, que não a filosofia do direito de fato, são, em determinadas dimensões, campos de aplicação da filosofia do direito”. Brandt, R. “Einführung”. In: Brandt, R (Org). *Rechtsphilosophie und Aufklärung: Symposium Wolfenbüttel 1981*. Berlin: De Gruyter, 1981. p. 1. Cumpre observar aqui que assumimos um recorte da época do Esclarecimento que, sob certa perspectiva, pode parecer arbitrário: temas políticos e jurídicos não são as únicas marcas centrais do período, mas também o nascimento e consolidação de variadas ciências, a crítica e reformulação do papel e influência da religião, dentre muitos outros pontos. Para um panorama completo do período, Cf. Cassirer, E. *Philosophie der Aufklärung*. Hamburg: Meiner, 2007. Hazard, P. *La Crise de la conscience européenne*. Paris: Fayard, 1961. Idem. *La Pensée européenne au XVIIIème siècle. De Montesquieu à Lessing*. Paris: Fayard, 1990.

²⁵⁵ Cf. Cap. 4.3 abaixo.

²⁵⁶ “Por mais insistentemente que, na antiguidade e na idade média, se debruce na investigação do direito natural e sua real obrigação, os séculos XVII e XVIII são considerados como a época clássica do direito natural (...) [O] direito natural foi nesses dois séculos a ciência humana dominante (...). Ao mesmo tempo o direito natural foi, naqueles séculos, o método científico da jurisprudência”. Sauter, J. *Die Philosophischen Grundlagen des Naturrechts. Untersuchungen zur Geschichte der Rechts- und Staatslehre*. Frankfurt: Verlag Sauer u. Auvermann, 1966. p. 113.

²⁵⁷ Cf. Röttgers, K. *Kritik und Praxis*. Op. cit. pp. 20-1.

²⁵⁸ Bayle, P. “Catus”. *Dictionnaire historique et critique*. Cinquième édition, revue, corrigée et augmentée. Avec la vie de l’auteur par Mr. Des Maizeaux. 4 Volumes. Amsterdam, Leiden, La Haye, Utrecht, 1740.

²⁵⁹ Bayle, P. “Commentaire philosophique, sur ces paroles de l’evangile selon S. Luc, Chap. XIV. Vers 23. Première Partie”. *Oeuvres diverses de Mr. Pierre Bayle*. La Haye, 1737. Vol. 2. p. 368.

do *tribunal da razão humana*, haveria poucos entre aqueles que têm familiaridade com as ciências que não concordariam prontamente com eles²⁶⁰.

Ademais, Locke, na sua conhecida tese sobre a identidade pessoal, fala de um “conceito forense” do Eu para ilustrar a necessidade normativa de assumir a continuidade da personalidade do sujeito ao longo da sucessão de instantes como forma de concebê-lo enquanto “agente inteligente capaz de [reconhecer] uma lei”²⁶¹.

Elencamos aqui apenas alguns filósofos mais notórios que utilizaram em suas filosofias imagens cujo “lugar natural” é o direito. Poderíamos muito bem mencionar autores nem tão célebres, mas relevantes para o surgimento da filosofia crítica, como Reimarus, também empregou a metáfora do tribunal da razão²⁶², ou Meier, que preferiu a imagem de um juiz imparcial no julgamento do verdadeiro ou falso em questões especulativas²⁶³ e a da razão como uma juíza que decide com base em fundamentos diversos entre si²⁶⁴. Seguindo o caminho indicado por Reinhard Brandt²⁶⁵ discutiremos na sequência o surgimento da metafórica do tribunal em outros filósofos do Esclarecimento, ou ainda, da filosofia moderna. Será indicado como importantes conceitos e estruturas conceituais que têm na jurisprudência seu “lugar natural” foram transportados para a filosofia teórica. Os conceitos e imagens de “tribunais”, “juízes”, “processos”, “direitos”, “liberdade”, “soberania”, “aquisição”, etc., aparecem em contextos teóricos e práticos novos. A discussão histórico-filosófica aqui proposta fornece um fundamento para a investigação sobre o emprego kantiano das metáforas jurídicas na medida em que através disso são apresentados os pressupostos históricos e as presumíveis fontes diretas do próprio Kant. Essas imagens exemplificam em uma,

²⁶⁰ Hume, D. *A Treatise of Human Nature*. Oxford: Clearedon Press, 1896. p. xvii.

²⁶¹ Locke, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. London: 1824. Livro II, Cap. XXVII. § 26. p. 346.

²⁶² Reimarus, H. S. *Die Vernunftlehre, als eine Anweisung zum richtigen Gebrauch der Vernunft* (...) Hamburg. Erste Auflage, 1756. S.43. § 38. Zweite und dritte Auflagen, 1758, 1766. S. 15 § 21; vierte Auflage, 1782. S. 38. § 21. “*Richterstuhl der Vernunft*”. Cf. Hinske, N. “Reimarus zwischen Wolff und Kant. Zur Quellen- und Wirkungsgeschichte der Vernunftlehre von Hermann Samuel Reimarus”. In: Boronski L. & Walter, W. *Logik im Zeitalter der Aufklärung. Studien zur 'Vernunftlehre' von Hermann Samuel Reimarus*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht. 1980.

²⁶³ Meier, G. F. *Beyträge zu der Lehre von den Vorurtheilen des menschlichen Geschlechts. Contributi alla dottrina di pregiudizi del genere umano: Kritische Ausgabe - Edizione critica*. Delfosse, H. Hinske, N. Rumore, P (Hrsg). Pisa & Stuttgart-Bad Cannstatt: ETS & Frommann-Holzboog, 2006.

²⁶⁴ “Quando minha razão reflete sobre aqueles argumentos para a imortalidade da alma nos quais meu coração tem interesse e os quais ele sente de modo inflamado, ela [a razão] é então parecida a um juiz que se apaixona loucamente por uma bela querelante que apresenta um caso justo; ele lhe dá o direito sem ouvir direito seus argumentos (...). Contudo, nossa razão é frequentemente parecida a um juiz velho, que não tem outra emoção que não o sentimento pela justiça fundada nas Pandectas. Ela deseja apenas investigar a verdade sem ouvir os pedidos do coração”. Meier, G. F. *Beweis, daß die Menschliche Seele ewig lebt*. Zweite Auflage. Halle: 1754. S. 18-19.

²⁶⁵ Brandt, R. “Einführung”. Op. cit.

digamos, roupagem jurídica como lemas centrais do Esclarecimento, a saber, a libertação de preconceitos por meio de um escrutínio rigoroso do saber (a razão comum “imparcial”); o pensar livre e autônomo, que se coloca acima de todos os partidarismos (o pensar por si mesmo, a maioria), etc. Se de fato for possível encontrar um denominador comum para o movimento da *Aufklärung*²⁶⁶, todos os seus motivos condutores são ilustrados nessa bem conhecida passagem do prefácio A à *KrV*:

Nossa época é a verdadeira época da *crítica* a que tudo tem de submeter-se. A *religião*, por meio de sua *sacralidade*, e a *legislação*, por meio de sua *majestade*, querem em geral escapar a ela. Desse modo, porém, levantam contra si uma legítima suspeita e não podem aspirar ao sincero respeito que a razão dedica apenas àquele que pôde suportar o seu exame livre e público (A xi).

A rica pré-história dessas linhas, e impregnada de imagens jurídicas, será esboçada na sequência.

2.2. Bacon e a pesquisa da natureza como processo judicial

2.2.1. Bacon e as metáforas jurídicas

É conhecido que o *Motto* da segunda edição da *KrV* é retirado de um trecho da *Instauratio Magna* de Bacon:

De nossa parte silenciamos: quanto àquilo de que aqui se trata, no entanto, pedimos que os homens não o considerem uma opinião, mas um trabalho sério; e que estejam convencidos de que lutamos para assentar os fundamentos não de alguma seita ou opinião arbitrária, mas sim para a utilidade e o engrandecimento da humanidade. E, então, que se preocupem com o bem comum²⁶⁷ (...) segundo a medida de seus próprios interesses (...), e que por si mesmos tomem parte nele; além disso, que esperem o bem e não imaginem ou pensem que a nossa *Instauratio* [scil. a renovação das ciências] seja algo interminável e sobrehumano; pois ela é, na verdade, o fim e o legítimo término de um erro interminável²⁶⁸.

²⁶⁶ Cf. Hinske, N. „Die tragenden Grundideen der deutschen Aufklärung. Versuch einer Typologie“. Op. cit. Brandt, R. *Immanuel Kant – Was bleibt?* Op. cit. pp. 175-196.

²⁶⁷ “(...) *in commune consulant* (...)”. Na edição moderna em alemão do *Novum Organum* encontramos a seguinte tradução “gemeinschaftlich beratschlagen”. Bacon, F. *Neues Organon*. Hrsg. u. mit e. Einl. von Wolfgang Krohn. Übersetzung von Rudolf Hoffmann. Hamburg: Meiner, 1999. p. 35. Trata-se, decerto, de uma expressão de difícil tradução. Sobre isso, cf. Vaihinger, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Op. cit. p. 76. Vaihinger elenca outras possíveis traduções: “gemeinsam Rath pflegen” (Kirchmann), “gemeinschaftlich zu Werke gehen” (Bartoldy); ademais, propõe ele mesmo uma tradução: “auf das allgemeine Beste bedacht sei (...) und selbst Theil nehme”. Em discussões mais recentes, O’Neill propõe “discuss together” e Höffe, “to join in consultation for the common good” (Höffe, O. “Kritik der reinen Vernunft: Eine kosmopolitische Lektüre”. Op. cit. S. 245-246. O’Neill, O. *Constructions of Reason*. Op. cit. S. 6-7). Nem O’Neill nem Höffe mencionam Vaihinger e sua discussão, de resto mais criteriosa que a de ambos – trata-se de mais um sinal de sua falta de cuidado filológico mencionada na introdução ao presente trabalho.

²⁶⁸ Bacon, F. *Instauratio Magna. The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd. 1. p. 210.

Importantes motivos do projeto de uma *KrV* se encontram nesse *Motto*: a renúncia de uma tomada de posição parcial nas contendas filosóficas²⁶⁹, o trabalho comum e cooperativo em prol da ciência (incluindo a metafísica), a supressão final do erro que insiste em persistir, a ideia de uma renovação radical da filosofia, etc. Voltaremos a essas ideias; por ora nos limitemos a mencionar que a influência de Bacon sobre Kant pode ter sido maior do que aquela sugerida pela simples seleção de um *Motto*.

Francis Bacon foi o primeiro filósofo a utilizar de modo sistemático conceitos jurídicos para caracterizar seu próprio pensamento filosófico. No limiar do século XVII, com sua *Instauratio magna*, Bacon propõe uma redefinição completa dos objetivos e método da filosofia inspirada por imagens jurídicas, uma ruptura radical, ou ainda, uma libertação total das amarras da tradição²⁷⁰. É de responsabilidade de Bacon, por exemplo, o primeiro uso do termo "revolução" para designar uma reviravolta filosófica em relação ao pensamento precedente, ainda que presumivelmente não num sentido puramente político, mas astronômico, devedor de Copérnico, como ocorre também em Kant²⁷¹. A consideração crítica e, por muitas vezes, anuladora do passado e a exaltação quase irrestrita das ciências experimentais são, pois, motivos condutores de sua filosofia. No entanto, Bacon era jurista de formação e também atuou ativamente na política, deteve cargos elevados no reino inglês e, assim, possuía não menosprezáveis conhecimentos teóricos e práticos em jurisprudência. Talvez por esta razão as imagens jurídicas e políticas sejam tão frequentes em seus escritos filosóficos e de ciência da natureza²⁷².

²⁶⁹ Cf. Bacon, F. *Novum Organum. The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Vol 1. Livro I, Aforismo 77: "O verdadeiro consenso é, antes de tudo, aquele que surge da liberdade do juízo <ex libertate iudicii>, depois de uma questão ter sido investigada".

²⁷⁰ Rossi, P. *I filosofi e le macchine. 1400-1700*. Milano: Feltrinelli, 2009. p. 94: "Toda a obra de Francis Bacon é dedicada a substituir uma cultura de tipo retórico-literário por uma cultura de tipo técnico-científico. Bacon é perfeitamente consciente que a realização deste programa de reforma comporta uma ruptura com a tradição". Krohn, W. *Francis Bacon*. München: C.H. Beck, 2006. p. 7 "A filosofia de Bacon é uma filosofia revolucionária. Ela é uma libertação de todas as tradições filosóficas a que seu tempo voltava os olhos. Sobre as filosofias antigas de Platão e Aristóteles Bacon afirma que elas decerto dominam a faculdade de ter razão diante das outras, mas não de ampliar o conhecimento do mundo. À escolástica ele acusa a mistura do conhecimento de mundo e salvação divina para ruína de ambos. As filosofias da renascença eram para ele construções fantásticas que proviriam mais da poesia do que da experiência".

²⁷¹ Bacon, F. *Novum Organum. The Works of Francis Bacon*. Edição de Spedding 1857-1874. Volume I.. Livro I, Aforismo 92. p. 303. Cf. Krohn, W. *Francis Bacon*. Op. cit. p. 7. Kim, S-H. *Bacon und Kant. Ein erkenntnistheoretischer Vergleich zwischen dem Novum Organum und der Kritik der reinen Vernunft*. Berlin & New York: De Gruyter, 2008. pp. 20-22.

²⁷² Cf. Krohn, W. "Das Labyrinth der Natur. Bacons Philosophie der Forschung betrachtet in ihren Metaphern". In: Sandkühler, H. J. (Ed). *Interaktionen zwischen Philosophie und empirischen Wissenschaften. Philosophie- und Wissenschaftsgeschichte zwischen Francis Bacon und Ernst Cassirer*.

Por exemplo, em *Parasceve ad Historiam Naturalem et Experimentalem*, obra redigida por volta de 1622, Bacon afirma que a natureza, para se fazer valer os direitos do homem, precisaria ser *trazida diante de um tribunal*:

[...] ou antes (como se faz nos processos civis) nesta grande reivindicação à tomada de posse <*Vindicatione magna*>, autorizados e instituídos pela providência divina (por meio da qual o gênero humano procura recuperar seu *direito* sobre a natureza), examinemos a própria natureza e as artes conforme os artigos da lei²⁷³.

Para que o “gênero humano” possa recuperar seus “direitos sobre a natureza”, é necessário, por assim dizer, conduzi-la a um *interrogatório*. O filósofo deve assumir a posição de um juiz que questiona a natureza e mesmo a coage a fornecer respostas às suas perguntas²⁷⁴. Trata-se aqui de um *processo penal*²⁷⁵, ou ainda, *criminal*²⁷⁶, no qual se arrancam da natureza suas confissões através de medidas coercitivas, caso ela não esteja voluntariamente disposta a tanto. Contudo, isso não significa que neste processo o uso força seja inevitável. W. Krohn defende que a técnica de interrogatório imaginada por Bacon como meio de obter a verdade corresponde, na verdade, ao método que na Inglaterra fora designado como “*rules of evidence*”, isto é, aquelas regras de inquérito que consistem em interrogatórios principais e cruzados. Esse procedimento se apresenta como modelo para a metódica de Bacon e base de sua imagem sobre o interrogatório da natureza. Como resume Krohn, “perguntas particulares precisas e respostas correspondentes determinam o interrogatório. Longas explicações são raramente permitidas. O papel do juiz inglês como um observador das partes envolvidas o mais neutro possível se assemelha ao de um árbitro em um jogo de prós e contras”²⁷⁷.

No que diz respeito ao estilo e mesmo à estrutura literária das obras de Bacon, defende-se que também aqui seu pensamento carrega uma marcada influência jurídica. Brian Vickers afirma que Bacon utiliza em inúmeros escritos um instrumento estilístico comum na práxis jurídica de então cuja origem, porém, remonta à retórica clássica, a saber, a *partitio* ou *divisio*. Segundo a estrutura do discurso descrita na *Rhetorica ad*

Frankfurt [u.a]: Peter Lang, 1995. Brandt, R. *Die Bestimmung des Menschen bei Kant*. Op. cit. pp. 284-285. Idem. “Einführung”. Op. cit. pp. 4-5.

²⁷³ Bacon, F. *Parasceve ad Historiam Naturalem et Experimentalem*. In: *The Works of Francis Bacon*. Edição de Spedding 1857-1874. Volume I. p. 402.

²⁷⁴ “Talvez em nenhum outro lugar o programa de Bacon é melhor descrito do que na imagem forense do juiz rigoroso que dita suas questões de modo a extrair direções manipulativas com vistas tão somente a seus interesses práticos”. Pérez-Ramos, A. “Bacon’s Legacy”. In: Peltronen, M (Ed). *The Cambridge Companion to Bacon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 330.

²⁷⁵ Krohn, W. “Das Labyrinth der Natur”. Op. cit. p. 43.

²⁷⁶ Brandt, R. *Die Bestimmung des Menschen bei Kant*. Op. cit. p. 284.

²⁷⁷ Krohn, W. “Das Labyrinth der Natur”. Op. cit. p. 43.

Herennium, obra por muito tempo atribuída a Cícero, a *partitio* pertence à *inventio* de argumentos, seguindo-se à exposição do fato ou *narratio*²⁷⁸. Neste momento o orador torna claros os pontos pacíficos e explicita os pontos em conflito, anunciando de modo ordenado então o que virá a seguir em seu discurso. Esse uso da *partitio* originado na retórica jurídica de Cícero e Quintiliano era amplamente ensinado nos *Inns of Court*, instituição onde Bacon obteve sua formação jurídica. Vickers descreve da seguinte maneira a prática de estudos adotada nesses estabelecimentos: “no efetivo método de ensino dos *Inns of Court* (...) e nos escritos de alguns teóricos do direito, grande parte do tempo dos estudantes era tomado pelo estudo de estatutos e casos e pela participação em dois exercícios dialéticos, a "disputa" <*moot*> e o "escrutínio" <*bolt*>, que consistiam em opor entre si argumentos *pro* e *contra*. Porém, o método de ensino mais importante, a Leitura <*Reading*>, ocorria duas vezes ao ano, acrescentando a essa estrutura dialética um conceito bem definido de *partitio*”²⁷⁹.

Há marcas adicionais da presença do método jurídico da época em elementos centrais da filosofia de Bacon. Por exemplo, percebe-se uma analogia estrutural entre o procedimento presente na formação de “máximas jurídicas”, tema de um dos primeiros escritos de Bacon²⁸⁰, e o método indutivo que caracteriza parte fundamental de sua filosofia da natureza²⁸¹. Ambos partem de uma análise da experiência, recusando, pois, modelos axiomáticos ou silogísticos de dedução de princípios. No primeiro caso, o juiz deve aceder a certos princípios jurídicos gerais por meio da consideração de casos individuais julgados e, então, a partir desses princípios, obter premissas pelas quais novos casos podem ser decididos, contradições em casos existentes eliminadas, e analogias mais seguramente utilizadas; por sua vez, o cientista da natureza deve conduzir uma série de experimentos, colher um grande número de materiais, generalizar os resultados, obter certos princípios gerais, os axiomas, e então colocá-los à prova

²⁷⁸ [Anônimo] *Ad. C. Herennium. De ratione dicendi*. Cambridge: Harvard University Press, 1964. I, III. 4. p. 8: “A invenção é dividida em seis partes: em exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão”. Quintiliano, por sua vez, expõe um esquema mais elaborado, envolvendo sete elementos separados: *proemium*, *narratio*, *confirmatio*, *propositio*, *partitio*, *refutatio* e *peroratio*. Quintilian, M. F. *Ausbildung des Redners. Zwölf Bücher = M. Fabii Quintiliani Institutionis oratoriaes libere XII. Hrsg. u. übers. von Helmut Rahn. Bd. I u. II*. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2006. Lib.IV. I.I.

²⁷⁹ Vickers, B. *Francis Bacon and Renaissance Prose*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. p. 39. Sobre a influência do *partitio* na “renascença inglesa” e na ciência jurídica da época, Cf. Idem. pp. 41ss.

²⁸⁰ Bacon, F. *Maxims of the Law*. In: *The Works of Francis Bacon*. Edição de Spedding 1857-1874. Volume 15. A obra foi publicada apenas postumamente, em 1630, mas sua redação remonta a - assim especulam os editores - 1593-1597.

²⁸¹ Cf. p.ex. Bacon, F. *Novum Organum. The Works of Francis Bacon*. Edição de Spedding 1857-1874. Volume 1. p. 245. Livro I, Aforismo 19. Infelizmente não temos espaço aqui para fornecer uma exposição mais completo do método indutivo de Bacon.

mediante a sua aplicação bem sucedida a novos casos dados na experiência²⁸². Em ambos os procedimentos há como que uma “função regulativa” das máximas ou princípios obtidos, cuja utilidade central consiste na “descoberta de novas verdades” a partir da aplicação das normas gerais à experiência²⁸³. Por ser uma espécie de “regra legal secundária” que auxilia na formulação de novas leis - assim como analogicamente pode ser dito dos axiomas médios em seu método experimental - Bacon também denominava suas máximas jurídicas *legum leges*²⁸⁴.

2.2.2. O significado das metáforas jurídicas em Bacon

A metáfora do tribunal tem ainda um sentido mais profundo em Bacon. Ao novo *Organon* por ele proposto pertence a descoberta das causas do erro, dito mais precisamente, o desmascaramento dos *ídolos*, a saber, as “falsas aparências” <*false appearances*>²⁸⁵, ou ainda, “noções falsas” <*notiones falsae*>²⁸⁶, que desviam os filósofos e cientistas do correto caminho em direção à verdade e os conduzem, inversamente, aos preconceitos e erros²⁸⁷. Os juízos apressados, constituídos sem exame prévio e baseados em opiniões, devem ser combatidos por meio de uma postura ativa e dirigida contra esses “internal and profound errors and superstitions in the nature of mind”²⁸⁸.

Essa facilidade de crédito e de aceitar ou admitir coisas fracamente autorizadas ou garantidas é de dois gêneros, de acordo com o tema: pois ela é ou uma crença de história (como os advogados dizem, uma questão de fato <matter of fact>); ou ainda é uma questão de arte e opinião²⁸⁹.

²⁸² Kocher, P. “Francis Bacon on the Science of Jurisprudence”. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 18, No. 1 Jan., 1957. Cf. também. Krohn, W. *Francis Bacon*. Op cit. pp. 139-140.

²⁸³ Bacon, F. *Novum Organum. The Works of Francis Bacon*. Edição de Spedding 1857-1874. Volume 1. p. 246-247. Livro I, Aforismo 24.

²⁸⁴ Bacon, F. *Maxims of the Law*. In: *The Works of Francis Bacon*. Edição de Spedding 1857-1874. Volume 15. p. 180.

²⁸⁵ Bacon, F. *Valerius Terminus: of the Interpretation of Nature*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Volume 6. p. 66. Bacon, F. *The Advancement of Learning*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Volume 6. p. 276.

²⁸⁶ Bacon, F. *Novum Organum*. Op. cit. Livro I, Aforismo 38. p. 250

²⁸⁷ Cf. Schneiders, W. *Aufklärung und Vorurteilstheorie. Studien zur Geschichte der Vorurteilstheorie*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Fommann-Holzboog, 1983. p. 49-56.

²⁸⁸ Bacon, F. *Valerius Terminus: of the Interpretation of Nature*. Op. cit. p. 61.

²⁸⁹ Bacon, F. *Advancement of Learning*. Op. cit. pp. 125-126. O trecho prossegue: “Quanto ao primeiro [scil. a crença de história], nós vemos a experiência e a inconveniência desse erro na história eclesiástica, que muito facilmente recebeu e registrou relatos e narrações de milagres forjados por mártires, heremitas ou monges do deserto, além de outros homens santos e suas relíquias, relicários, capelas e imagens; embora todos estes tenham sido por certo tempo, pela ignorância do povo, pela simplicidade supersticiosa de alguns e a tolerância política de outros, tomados por poesia divina, depois de um período de tempo, quando a névoa começou a dissipar, eles começaram a ser considerados como fábulas de velhotas,

Para atacar as fontes do erro surgidas sobretudo das artes, história, etc., Bacon atribui à filosofia a tarefa de, com auxílio de um método rigoroso tomado de empréstimo às ciências naturais, encontrar a raiz dos erros e preconceitos e dessa forma combatê-los. Segundo Bacon, essa seria a pressuposição da “legítima interpretação da natureza” *<legitimam Naturae Interpretationem>*²⁹⁰, que permite, por sua vez, que o “gênero humana recupere aquele seu direito sobre a natureza que lhe compete por dotação divina” *<Recuperet modo genus humanum jus suum in naturam quod ei ex dotatione divina competit>*²⁹¹, renovando e ampliando o poder e a soberania do gênero humano sobre o conjunto da natureza²⁹².

A história natural dos ventos de Bacon fornece um exemplo de como esse método pode ser colocado em marcha. Após ter listado 33 “frontes de pesquisa ainda abertos” e antes de apresentar o que à época era conhecido sobre o vento, Bacon escreve sobre as tentativas de resposta ainda insuficientes:

Sem dúvida, muitas delas [scil. questões sobre os ventos] não podem ser respondidas com base de nossa experiência atual. Contudo, como em um caso judicial *<causis civilibus>*, o bom jurista *<jurisconsultus>* sabe como ele deve interrogar o caso de forma adequada, mas não sabe o que será respondido pelas testemunhas, assim também ocorre na nossa história natural. Os que vêm depois irão investigar o que resta²⁹³.

As metáforas jurídicas em Bacon (“processo”, “direitos”, “soberania”, “procedimento judicial”, etc.) aludem todas, como Blumenberg já notou, a uma modificação radical do lugar do homem no cosmo e da postura humano em relação à natureza e à verdade. Em lugar de assumir uma postura passiva como mero espectador em relação à natureza, o homem deve conceber-se como um ser ativo, agente – em lugar de um acusado, um *juíz*; em lugar do teatro, o *tribunal*²⁹⁴: “aqui [em Bacon] a antiga metáfora do mundo como teatro e o homem como expectador é explicitamente revogada; o mundo torna-se tribunal, o homem torna-se juiz e promotor de um duro interrogatório ao qual a natureza é convocada”²⁹⁵. Bacon expressa algo semelhante no *Advancement of learning*: “Mas não é bom permanecer muito longamento no teatro. Passemos agora ao fórum *<judicial*

imposturas do cléro, ilusões do espírito e emblemas do anticristo, para grande escândalo e detrimento da religião”.

²⁹⁰ Bacon, F. *Novum Organum*. Op. cit. p. 322. Livro 1, Aforismo 116.

²⁹¹ Idem. S. 337-338. Livro 1, Aforismo 129.

²⁹² Idem. S. 337. Livro 1, Aforismo 129.

²⁹³ Bacon, F. *Historia Ventorum*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Volume 3. p. 224.

²⁹⁴ Blumenberg, H. *Paradigmen zu einer Metaphorologie*. Frankfurt: Suhrkamp, 2013. pp. 38-41.

²⁹⁵ Idem. p. 38.

place> do palácio da mente. Dessa forma a natureza se exhibe de forma mais clara através de processos <*trial*>”²⁹⁶.

Esta última afirmação de Bacon aparece no segundo livro sobre as “as partes do conhecimento” <*Learning*>, mais exatamente na passagem da poesia e história – as quais, como mencionado acima, são fontes dos erros – para a filosofia. Na filosofia deve-se adentrar no *judicial place of mind*, onde a natureza se mostra de modo mais claro através de *trial*. Trata-se aqui de experimentos que o cientista deve conduzir e do trabalho propedêutico que o filósofo tem de assumir para *adquirir* a verdade da natureza²⁹⁷.

2.2.3. A influência de Bacon sobre Kant

É difícil de determinar com precisão em que medida Bacon influenciou em Kant²⁹⁸. Sabe-se que Kant possuía ao menos um livro de Bacon em sua biblioteca pessoal²⁹⁹. Ademais, Kant menciona em suas obras publicadas cinco vezes o nome de Bacon, a saber, na *KrV*³⁰⁰, na Lógica Jäsche³⁰¹ e na Antropologia³⁰². No *Nachlass* e nas

²⁹⁶ Bacon, F. *The Advancement of Learning*. Op. cit. p. 206.

²⁹⁷ Com essa soberania ou “posse” sobre a natureza Bacon se refere, implícita ou explicitamente, a *direitos de propriedade*: “O pano de fundo do conflito judicial são perguntas sobre propriedade. A natureza é questionada o direito de propriedade à posse de suas características. Ela procura manter isso sob segredo, mas diante do novo método de inquisição ela precisa confessar e o veredito exige sua restituição. Para a designação do objeto de todo esse processo Bacon utiliza a metáfora do poder, do direito de disposição da natureza. Tal direito é, contudo, limitado às características faticamente existentes, às formas conhecidas da natureza. O domínio não se expande para além dessas”. Krohn, W. “Das Labyrinth der Natur”. Op. cit. S. 48

²⁹⁸ O estudo mais completo sobre a relação entre Bacon e Kant é de Shi-Hyong Kim: *Bacon und Kant*. Op. cit. O autor elenca treze pontos de contato entre as filosofias de Bacon e Kant que já foram discutidos ou ao menos mencionados na bibliografia secundária, a saber: 1) O espírito de reforma compartilhado pelos dois filósofos; 2) a compreensão sobre a natureza e a consideração da natureza; 3) as semelhanças na nova compreensão sobre o conhecimento e o sujeito do conhecimento; 4) o propósito de uma superação de racionalismo e ceticismo; 5) a compreensão do conhecimento como atividade criadora; 6) a relação próximo entre a doutrina dos ídolos e a dialética transcendental, ou ainda, as antinomias; 7) as diferenças em relação à compreensão de cada qual sobre a metafísica; 9) a distinção em relação à compreensão da essência da religião; 10) as semelhanças em relação aos objetivos da filosofia e sua compreensão diferenciada do fim derradeira da ciência; 11) a tese de que Bacon teria sido um „preparador intelectual da filosofia kantiana“, ou ainda, um „pioneiro do Esclarecimento“; 12) a alternativa, colocada já desde Maïmon, entre Kant ou Bacon; finalmente 13) as metáforas jurídicas (Idem. pp. 40-44). Infelizmente não será possível voltarmos a cada um desses pontos.

²⁹⁹ Warda, A. *Immanuel Kants Bücher*. Op. cit. O livro de Bacon mencionado por Warda é: Baco de Verulam Franciscus, *operum moralium et civilium tomus. Qui continet ... Cura et fide Guilielmi Rawley ... In hoc volumne, iterum excusi, includuntur ...* Londini. 1638. Essa edição era composta por vários escritos de Bacon, a saber *History of the Reign of King Henry VII.*(1622), *Sermones fideles, sive Interiora rerum*, d. h. *Essays or Counsels Civil and Moral* (1597, 1612, 1625), *De Sapientia Veterum* (1609), *Dialogum de bello sacro*, d. h. *Advertisement Touching an Holy War* (verfaßt 1622, publiziert 1629) und *New Atlantis* (1624) *De Augmentis* (1623), *Historia Ventorum* (1622) e *Historia vitae et mortis* (1623). Cf. Kim, S-H. *Bacon und Kant*. Op. cit. pp. 59-61.

³⁰⁰ A epígrafe e B xii

Vorlesungen, entretanto, esse número é bem maior: quatorze vezes³⁰³. As referências a Bacon surgem em um amplo espaço de tempo: de acordo com a datação de Adickes, de 1752-1756³⁰⁴ até o final da atividade docente de Kant³⁰⁵. O contexto das menções é quase sempre um duplo: Bacon é referido como o primeiro filósofo da natureza e da experiência e como o reformador das ciências da natureza, da filosofia e da lógica³⁰⁶. Em todas as referências, portanto, o pano de fundo jurídico acima esboçado faz-se presente.

Os primeiros autores que compararam Bacon e Kant referiam-se, de fato, ao ímpeto reformista de fundo de ambos os filósofos. Maimon, por exemplo, denomina Kant e Bacon “os maiores filósofos de seu tempo”; ambos teriam “colocado em movimento uma re formação completa da filosofia (e, por conseguinte, de todas as ciências, na medida em que estas têm de tomar seus princípios da filosofia)”³⁰⁷. Com efeito, havia à época um desejo urgente de reforma. Vaihinger escreve:

Já em 1772 o ‘Frankfurter Gelehrten Anzeigen’, redigido pelo círculo de Goethe, dizia: ‘nossos tempos – temos de admiti-lo, e devem também reconhecê-lo alguns que são refratários a isso – precisam de um *novo Bacon* tão necessariamente quanto os temos de nossos pais’³⁰⁸.

O próprio Kant fala em uma carta a Lambert de 31.12.1765 a respeito de uma “revolução nas ciências” longamente esperada e, decerto, desejada.³⁰⁹ O contundente tom dessas linhas traz à memória o propósito de Bacon de dar à filosofia e às ciências uma nova direção, o qual, de resto, é expresso de forma bem clara também no Motto da *Instauratio Magna*

Sobre o estado das ciências, que nem é próspero nem conduz ao fortalecimento do conhecimento. Ao entendimento humano tem de ser franqueado um caminho inteiramente novo e até aqui não conhecido. Outros instrumentos têm de ser forçados para que a mente

³⁰¹ Log AA 09: 32;

³⁰² Anth AA 07 223; 405

³⁰³ AA 16: 48; 58; AA 18: 287. AA 24: 28; 37; 613; 804; AA 28: 539. AA 29: 103; 107. Logik Hechsel in: Kant, *Logik Vorlesung*, Hrsg. von Tillmann Pinder, Hamburg: Meiner, 1998, Band 2, p. 301.

³⁰⁴ Rx 1635 AA 16: 58.

³⁰⁵ Anth AA 07 223; 405; Log AA 09: 32.

³⁰⁶ Cf. Shi-Hyong Kim: *Bacon und Kant*. Op. cit. p. 50ss.

³⁰⁷ Maimon, S. “Bacon und Kant: Schreiben des H.S. Maimon an den Herausgeber dieses Journals”. In: *Berlinisches Journal für Aufklärung*. 1788-90. 1790. pp. 102-103.

³⁰⁸ Vaihinger, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Op. cit. pp. 76-77.

³⁰⁹ “Antes que a verdadeira filosofia ganhe vida é necessário que a antiga destrua-se a si mesma; como a putrefação é a dissolução mais perfeita que sempre precede o início de uma nova criação, assim encaro a crise da erudição <*Crisis der Gelehrsamkeit*> em um tal tempo onde faltam boas cabeças com a melhor esperança de que a logamente desejada grande *revolução* das ciências não esteja mais muito longe” (AA 10: 57). Sobre a “pronunciada consciência de *crise*” da filosofia kantiana pré- e crítica, Cf. Engfer, H-J. *Philosophie als Analysis*. Op. cit. pp. 51ss.

<mens> possa fazer uso do seu direito sobre a natureza das coisas <ut mens suo jure in rerum naturam uti possit>³¹⁰.

Para Bacon e para Kant a desejada reforma seria obtida apenas através de uma “mudança completa no modo de pensar” <eine gänzliche Veränderung der Denkungsart> (Carta a Herz 11/05/1781 AA 10: 269) que seria capaz de superar todos os conflitos filosóficos. As escolas filosóficas a serem superadas são, tanto em Kant como em Bacon, os “empiristas” ou “céticos” e os “dogmáticos”.

Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, apenas acumulam e gastam; os racionalistas, à maneira das aranhas, extraem de si mesmos o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente <mentis>, nem tampouco se limita a receber conservado intato na memória o material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, mas, antes, o modifica e elabora no intelecto <in intellectu>. Por isso muito se deve esperar da aliança <foedere> estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a saber, a experimental e a racional³¹¹.

A metáfora zoológica de Bacon torna-se em Kant uma explícita metáfora *político-jurídica*. Como mostram as já mencionadas passagens do prefácio A à *KrV* e também da Dialética Transcendental e da Doutrina Transcendental do Método (A 407/B 433-34 A 767/B 795), apenas para mencionar algumas, formigas, aranhas e abelhas cedem lugar a “anarquistas”, “despotas” e os “legalistas” críticos:

No começo, sob a administração dos *dogmáticos*, seu [scil. da metafísica] governo era *despótico*. Como, no entanto, a legislação continha ainda traços da antiga barbárie, ela degenerou gradativamente, por meio de guerras internas, em uma completa *anarquia*; e os céticos, uma espécie de nômades que abominam todo cultivo duradouro do solo, desfaziam de tempos em tempos a união civil (A ix).

Ora, para supressão da anarquia ou estado de natureza na filosofia é necessária uma *Crítica da Razão Pura*:

Sem esta, a razão está como que no estado de natureza, e só pode fazer valer ou assegurar suas afirmações e pretensões através da *guerra*. A crítica, pelo contrário, que extrai todas as decisões das regras fundamentais de sua própria instituição, cuja reputação não pode ser questionada, nos proporciona a tranquilidade de um estado sob leis, em que só podemos levar uma controvérsia adiante através do *processo*. O que encerra o litígio no primeiro estado é a *vitória*, de que ambas as partes se gabam, e na maioria das vezes o que se segue a ela é somente uma paz insegura, instituída pela autoridade que se interpõe às partes; no segundo estado, porém, é a *sentença* que, chegando à fonte das controvérsias, tem de garantir uma *paz perpétua*. As infundáveis controvérsias de uma razão meramente dogmática também fazem com que se termine por buscar repouso em alguma crítica dessa razão mesma, e em uma legislação que nela se funde (A 751-752/ B 779-780).

³¹⁰ Bacon, F. *Instauratio Magna*. Op. cit. p. 199.

³¹¹ Bacon, F. *Novum Organum*. Op. cit.. Livro I, Aforismo 95. p. 306

Entende-se assim por que Kant utiliza como *Motto* da *KrV* Bacon, o reformista “ecclético” da filosofia e das ciências³¹² atuante em uma época igualmente “crítica” como a do *Zeitalter der Kritik*. Certamente o impulso reformista de Kant se mostraria de forma mais clara e pregnante aos olhos de seus contemporâneos através da comparação e remissão a Bacon³¹³. É certo que esse espírito reformista ou revolucionário pode ser e de fato foi expresso com metáforas político-jurídicas mais numerosas do que em Bacon.

Deve-se por fim mencionar que na bibliografia secundária já foi discutido se Bacon pode ter sido uma fonte do pensamento da antinomia em Kant³¹⁴, mais precisamente no aforismo 48 do livro I do *Novum organum*, no qual “é abordada a problemática de todas as quatro antinomias”³¹⁵. Esse aforismo pertence à discussão dos ídolos, que, entendidos como fontes do erro ínsitas ao intelecto humano ou “sofismas,

³¹² Na *Logik Wiener* Kant se refere a Bacon como um “filósofo ecclético” que – de um ponto de vista lógico, não temporal – deveria vir depois dos dogmáticos e dos céticos. Os eccléticos eram aqueles filósofos que “não pertenciam a nenhuma seita”: “Por volta da época da reforma o resto dos escolásticos foi varrido. Pouco depois dos escolásticos elevaram-se como céticos Huetius, Bayle, Hume, que foram denominavam *antilogicos*. Depois vieram os eccléticos, i.e., filósofos que não pertenciam a nenhuma seita em particular. Essa melhora é mais bem atribuída a nenhuma outra circunstância do que ao estudo da natureza, ao qual se ligava a matemática. Por meio disso foi promovida a ordem no pensamento. Para esta contribuiu o grande chanceler Bacon de Verulâmio em seu *Organon* das ciências, ao chamar a atenção para o método na física, a saber, às observações e experimentos” (V-Lo/Wiener AA 24: 804). A denominação “ecclético” para designar Bacon vem de J. Brucker, como veremos no cap. 6.

³¹³ Brandt afirma que a escolha de Bacon para a epígrafe da 2ª edição da *KrV* alude a uma, por assim dizer, melhor compreensão da filosofia crítica como uma “revolução” ou “guinada”: “o prefácio todo contém uma verdadeira evolução, da qual ele, contudo, nada fala. O prefácio à primeira edição contém muitas alusões a John Locje e a sua virada subjetiva psicológica na teoria do conhecimento. O segundo prefácio, já em sua epígrafe, substitui John Locke por Francis Bacon e a teoria do conhecimento pelo programa de uma metodologia da ciência; a crítica reconfigurada através desta ‘revolução’ torna-se um ‘tratado do método’ – 1787, não 1781!”. Brandt, R. “Kant in Königsberg”. in: Brandt, R e Euler, W. (Hrsgs) *Studien zur Entwicklung preußischer Universitäten; Wolfenbütteler Forschungen Bd. 88*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1999. S. 300. Segundo Brandt, em 1781, ano da publicação da 1ª edição da *KrV*, Kant não ainda não tinha plena consciência de ter realizado uma verdadeira “revolução” na filosofia, por esse motivo a epígrafe de Bacon, ao lado das referências a “guinadas” e “revoluções”, somente surge na 2ª edição da *KrV*, de 1787.

³¹⁴ Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Köln : Dinter, 1990. S. 166-167. n. 64. Krohn, W. *Francis Bacon*. Op. cit. S. 104-105. Schmidt, G. “Ist Wissen Macht? Über die Aktualität von Bacons ‘Instauratio Magna’”. In: *Kant-Studien*, 58, 1967.

³¹⁵ Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Op. cit. p. 166. N. 64. Cf .Bacon, F. *Novum Organum*. Op. cit.. Livro 1, Aforismo 48. p. 322: “O intelecto humano está sempre em agitação, não se pode deter ou repousar, sempre procura ir adiante. Mas sem resultado. Daí ser impensável, inconcebível que haja um limite extremo e último do mundo. Antes, sempre ocorre como necessária a existência de mais algo além [4ª antinomia – D. K. T]. Nem tampouco se pode cogitar de como a eternidade possa ter transcorrido até os dias presentes [1ª antinomia – D. K. T], posto que a distinção geralmente aceita do infinito, como comportando uma parte já transcorrida e uma parte ainda por vir, não pode de modo algum subsistir, em vista de que se seguiria o absurdo de haver um infinito maior que outro, como se o infinito pudesse consumir-se no finito. Semelhante é o problema da divisibilidade da reta ao infinito, coisa impossível de ser pensada [2ª antinomia – D. K. T]. Mas de maneira mais perniciosa se manifesta essa incapacidade da mente na descoberta das causas: pois, como os princípios universais da natureza, tais como são encontrados, devem ser positivos, não podem ter uma causa. Mas, mesmo assim, o intelecto humano, que se não pode deter, busca algo [3ª antinomia – D. K. T] (...)”.

profundamente escondidos, com caráter de princípio”³¹⁶, pode ter influenciado a doutrina kantiana sobre a ilusão transcendental ou natural³¹⁷.

Embora estes e outros pontos de contato entre Bacon e Kant tenha de ser aqui infelizmente deixados de lado³¹⁸, todo o discurso metafórico sobre um tribunal na filosofia e o papel judicial que o “reformador-filósofo” eclético deve assumir são uma prova inquestionável das semelhanças entre ambos os autores e da influência que a filosofia de Bacon, recebida direta ou indiretamente, exerceu sobre Kant.

2.3. Leibniz e a balança da razão

2.3.1. O *Mittelweg* como motivo do Esclarecimento alemão

No parágrafo 58 dos *Prolegomena* Kant descreve a Crítica como a “verdadeira via média” ou “caminho intermediário” entre o dogmatismo e o ceticismo:

A crítica da razão indica aqui a verdadeira via média entre o dogmatismo, que Hume combatia, e o ceticismo, que ele, pelo contrário, queria introduzir; não uma via média como as outras vias médias, que são, por assim dizer, oferecidas mecanicamente (um pouco de uma, um pouco de outra) por si mesmas e pelas quais nenhum homem é esclarecido sobre uma melhor, mas, antes, uma tal via média que pode ser determinada de forma exata segundo princípios (Prol AA 04: 360. Grifos nossos)³¹⁹.

A entrada em funcionamento do tribunal da Crítica seria a única forma de conciliar os partidos filosóficos em litígio através de um veredito que instauraria, de modo inédito na história da filosofia, o termo médio entre as pretensões conflitantes. No entanto, a filosofia da *Aufklärung* esteve, desde antes de Kant, voltada à busca por um *Mittelweg*³²⁰. Já em 1688 Thomasius, o “pai” do *Aufklärung* alemão, atrela a busca por

³¹⁶ Schneiders, W. *Aufklärung und Vorurteilsthesis*. Op. cit. S. 51. Vgl. Brandt, R. „Über die vielfältige Bedeutung der Baconschen Idole“. In: Philosophisches Jahrbuch 83, 1976, pp. 42-70.

³¹⁷ Kim, S-H: *Bacon und Kant*. Op. cit. pp. 5-6. Schneiders nota que Martin Knutzen, o mais influente professor de Kant, interpretou e sistematizou em sua lógica (*Elementa Philosophiae rationalis seu logicae*, 1747) os ídolos de Bacon como “*idola logica*”. Cf. Schneiders, W. *Aufklärung und Vorurteilsthesis*. Op. cit. pp. 178-180.

³¹⁸ Sobre todos eles, cf. Shi-Hyong Kim: *Bacon und Kant*. Op. cit.

³¹⁹ “Entre o dogmatismo e o ceticismo [há] o modo de pensar intermediário e o único legítimo <mittlere und einzig-gesetzmäßige Denkungsart> [a saber, o] do Criticismo”. Rx 5645 AA 18: 93. 1785-1788. “A crítica é o único meio possível contra o risco do dogmatismo e do ceticismo (...). Descobrir a demanda de nosso tempo <Bedürfnis unseres Zeitalters> quanto ao risco de passar ileso pelos dois despenhadeiros do dogmatismo e do ceticismo e, assim, ao mesmo tempo determinar ambos os conceitos como adequados a esta demanda[;] temos de primeiramente estabelecer o caráter de tal demanda com vistas ao modo de pensar que torna tal precaução necessária”. Rx 5645 AA 18: 287. 1785-1788.

³²⁰ “Na busca pela assim chamada terceira via <dritten Weg> trata-se em geral de, pela prevenção de duas decisões incorretas, encontrar a única correta. Sob a pressuposição de uma figura de pensamento de tríade ou tricotômica (em lugar de uma meramente dicotômica ou de díade) trata-se de, mediante a defesa contra uma falsa alternativa (ne-utrum), encontrar entre dois falsos caminhos dados (extremos, riscos, etc) o

conciliação à tendência *aufklärerisch* de um compromisso entre partidos filosóficos opostos. Em seu *Philosophia aulica* Thomasius busca uma “via média” entre o cartesianismo e o aristotelismo dominantes então. Thomasius desejava “realizar uma tentativa de colocar diante dos olhos os erros evidentes da lógica comum e poder mostrar racionalmente um caminho plano e simples *<ebenen und leichten Weg>* para raciocinar que fosse livre dos viciados cardos e espinhos escolásticos *<Schulsüchtischen Dornen und Disteln>*”³²¹; em tal vício escolástico incorriam “tanto os cartesianos como os peripatéticos”³²².

A ideia de um caminho médio da verdade, equidistante dos erros de partidos opostos, já era presente na filosofia alemã até mesmo pouco antes de Thomasius e sua obra, “por assim dizer, inauguradora da *Aufklärung* alemã”³²³. Leibniz pode ser considerado como um exemplo precioso da tendência conciliatória da filosofia alemã pré-kantiana. Já K. Fischer ressalta como “Leibniz kam, die Philosophie aus dieser Stellung zu erlösen und zwischen Metaphysik und Erfahrung gleichsam den Mittler zu machen”³²⁴. Vaihinger também nota a tendência mediadora em Leibniz: mediação entre Platão e Aristóteles, antigos e modernos, catolicismo e protestantismo, etc³²⁵. O tom polêmico e conciliatório dos escritos leibnizianos assume um inequívoco caráter programático. Os escritos “Discours touchant la Méthode de la Certitude et l'Art d'inventer pour finir les disputes et pour faire en peu de temps des grandes progrès” (GP, VII, 174-183) e “Projet et essais pour arriver à quelque certitude, pour finier une bonne partie des disputes et pour avancer l'art d'inventer” (A VI, 4, A 963-970) são paradigmáticos a esse respeito. Leibniz propõe a compilação de um “inventário geral de todos os conhecimentos que se encontram entre os homens” (GP, VII, 182) que forneça

único em geral normativamente correto – e esta é, em todos os casos, o caminho intermediário (...). Com auxílio desta figura de pensamento também Kant pôde determinar o criticismo como a ‘verdadeira via média’ entre dogmatismo e ceticismo”. Schneiders, W. *Hoffnung auf Vernunft: Aufklärungsphilosophie in Deutschland*. Hamburg: Meiner, 1990. pp. 56-7.

³²¹ Thomasius, C. *Einleitung zur Hoff-Philosophie*. Berlin und Leipzig 1712. repr. Band 2 der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 1994. p vi.

³²² Idem. p. 7. Mais à frente Thomasius identifica seu propósito na obra com “tirar os preconceitos do caminho” *<die Vorurtheile aus dem Weg zu räumen>* (p. 8). Os preconceitos são classificados por Thomasius em preconceitos de precipitação *<Übereilung>* e preconceitos de autoridade. Cf. Thomasius, C. *Ausübung der Sittenlehre* (1710). Halle: 1726. repr. Band 9 der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 1998. Cap. 1. § 25.

³²³ Cf. Schneiders, W. *Hoffnung auf Vernunft*. Op. cit. p. 52: “(...) por assim dizer, a primeira obra da filosofia alemã do Esclarecimento”. M Wundt, em seu *Die deutsche Philosophie im Zeitalter der Aufklärung*, considera também Thomasius como o precursor da filosofia da Aufklärung na Alemanha. Cf. Wundt, M. *Die deutsche Schulphilosophie im Zeitalter der Aufklärung*. Tübingen, 1945. repr. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 1964.

³²⁴ Fischer, K. *Geschichte der neuern Philosophie*. Op. cit. p. 10

³²⁵ Vaihinger, H. *Commentar*. Op. cit. p. 58.

os elementos para uma lógica combinatória ou *characteristica universalis* por meio da qual são tornadas claras as verdades confusamente conhecidas, e descobertas as ainda desconhecidas³²⁶. Através dessa verdadeira “Science Generale” poderiam ser solucionadas as controvérsias nas mais variadas disciplinas científicas³²⁷. Bastaria aos filósofos em conflito pegar um abaco e dizer: “calculemos!”³²⁸ A *characteristica universalis* seria, em uma palavra, uma “juíza das controvérsias”³²⁹ A conciliação por um *Mittelweg* se mostra, na realidade, um método menos apaziguador entre pretensões opostas do que, ao contrário do que ocorre em Kant, suprimidor do conflito através de uma *evidência completa*.

2.3.2. *Ars Characteristica* como método de solução de conflitos. O *judice controversiarum*

À parte a exposição da *Characterística* como forma de resolver conflitos, Leibniz propõe em uma série de cartas e pequenos escritos seu “método de solucionar controvérsias”. Trata-se de certas instruções sobre como conduzir uma controvérsia científica, afastando, assim, os vícios que impregnam o bom andamento da discussão. Dentre outras coisas, esse método previne a confiança excessiva em citações e argumentos de autoridade, a exploração de supostas contradições do adversário, o enfraquecimento ou distorção dos argumentos do opositor, a repetição de razões já evocadas, argumentos *ad hominem*, digressões e confusão na ordem da exposição³³⁰. A

³²⁶ “Pois as verdades que ainda carecem ser estabelecidas são de dois tipos: umas somente são conhecidas confusa e imperfeitamente, outras não são de forma alguma conhecidas. Em relação às primeiras, é necessário empregar o Método de certeza ou a arte de demonstrar, as outras têm necessidade da arte de inventar”. GP, VII, 183.

³²⁷ Couturat, L. *La Logique de Leibniz : d'après des documents inédits*. Paris, 1901. pp. 97-98.

³²⁸ “Se controvérsias surgirem, não há maior necessidade de disputa entre filósofos do que entre dois calculadores. Bastaria tomar seus lápis à mão, sentar com seus abacos e dizer um ao outro: ‘calculemos!’” (GP, VII, 200).

³²⁹ “Os homens encontram assim um juiz de controvérsias verdadeiramente infalível” (Brief an Herzog von Hanover, 1690. GP, VII, 26. Cf. também outras referências no Livro do Couturat, L. *La Logique de Leibniz*. Op. cit. p. 98. n. 2

³³⁰ “A primeira [prática] consiste em que cada um dos que disputam escolhe uma ordem à sua maneira e classifica, tão bem quanto lhe pareça, os raciocínios do adversário e os próprios. Isso atrapalha tudo, na medida em que há tantas réplicas quantas são, frequentemente, as novas disposições do tema, o que confunde o leitor. É difícil relacionar tudo em conjunto, e é necessário ter memória, ou empenho, e mesmo julgamento para fazê-lo. A outra [prática] é: as disputas aumentam logo no início de tamanho e extensão, o que faz com que se desesperem aqueles que desejam examinar tudo com cuidado e que se veem na impossibilidade de fazê-lo sem renunciar a todas as outras ocupações. A terceira [prática] é que se dissimula ou se debilitam os argumentos do adversário. Isso é feito frequentemente sem malícia, pelo zelo que se tem em trazer tudo para vantagem própria. A quarta [prática] é a repetição das razões alegadas sem levar em conta as respostas que nosso adversário deu, o que acontece por esquecimento ou prevenção, pois frequentemente elas nos causam pena e nos parecem indignas de serem respondidas.

grande novidade do método proposto é a introdução de um “*rapporteur*”, que não faria às vezes de juiz, parte ou mesmo conciliador. Sua função se limita a expôr com “clareza e evidência” os argumentos dos debatedores de modo a afastar os “inconvenientes” ou “vícios” mencionados acima³³¹.

Em *Commentatiuncula de iudice controversiarum* (1669-1671) (A VI, 1, 548-559) Leibniz discute os diversos princípios então existentes para se avaliarem as controvérsias religiosas. O escrito assume uma espécie de caráter meta-lógico, na medida em que são discutidas as controvérsias em torno das controvérsias religiosas. Através de uma série de instruções sobre como resolver problemas exegéticos em passagens controversas, além de como selecionar e analisar fontes, Leibniz pretende obter um método para arbitrar os conflitos religiosos e, a partir destes, qualquer espécie de controvérsia. Tratar-se-ia do estabelecimento de um “juiz de controvérsias” em geral. O primeiro parágrafo do escrito torna isso claro:

A controvérsia das controvérsias é a questão do juiz das controvérsias, da qual dependem a decisão, a execução, sucesso e efeito de outras controvérsias (A VI, 1, 548).

No que toca às controvérsias religiosas, a Igreja católica argumenta que um juiz visível e infalível é necessário de modo a colocar um fim às controvérsias <*iudice quodam visibili infallibili, ut terminai controversiae possint*>, ou seja, o próprio Papa; os protestantes, por sua vez, dividem-se em textualistas e racionalistas. Os primeiros apelam ao texto sagrado como juiz das controvérsias. Leibniz rejeita essa corrente, argumentando que apenas certos temas doutrinários e teóricos (como a unidade de Deus e a trindade) podem ser respondidos mediante o recurso às Sagradas Escrituras, já outras questões práticas (como o da permissibilidade de casamento entre primos) não podem ser solucionadas através da mera exegese bíblica (A VI, 1, 549). Já os segundos podem ser racionalistas puros ou mistos (A VI, 1, 552). Ambos se apoiam no texto e na razão, afirmando ser possível deduzir racionalmente aquilo contido como verdadeiro nas Sagradas Escrituras. A divergência entre ambos surge quando o significado do texto é ambíguo ou quando nada pode ser determinado racionalmente, como em questões

Contudo, o adversário está convicto do contrário. A quinta [prática] é a digressão, quando nos entregamos com toda a energia a uma dificuldade qualquer ou cremos ter encontrado uma vantagem sobre nosso adversário, o que faz com que surjam sempre novas questões; as expressões singulares, duras, escandalosas; as condenações e heresias, as quais não são levadas em consideração no início da disputa; um não desejando ceder, os outros, sem sequer pensarem nisso, glorificando-se de sustentar o que lhes escapou” (A, IV, 3, 209-210).

³³¹ “[A]quele que se servirá deste método não será em absoluto juiz nem parte nem conciliador, mas, sim, raportador (...), [que] preservará uma certa ordem incontestável que trará consigo a clareza e a evidência”. (A, IV, 3, 212).

acerca de fatos - nesse momento “surge um conflito entre texto e razão” <*oritur pugna inter textum et rationem*>, e aqui as formas de resolver o conflito divergem radicalmente, indo na direção seja de manter fidelidade ao texto, seja de fiar-se na razão e contestar o que é expressamente dito (idem)³³².

Em todos os casos acima, as controvérsias religiosas pressupõem um juiz infalível, seja um homem que recebera de Deus o dom da infalibilidade, seja um texto que deve ser considerado em sua integridade, sem acréscimos, supressões ou reparos (A VI, 554. § 36). Por sua vez, para as controvérsias seculares não é necessária uma infalibilidade absoluta, basta apenas uma “certeza moral” <*certitudine morali*>, ou seja, *infalibilidade prática*. Algumas dentre essas questões permitem que o juízo do próprio sujeito as decida (por exemplo, que vida levar e se viajar é útil) - aqui a “razão de cada qual é o juiz das controvérsias”. Outras questões, que exigem o “consenso da sociedade”, devem ser decididas “pela autoridade e julgamento da sociedade” <*ex auctoritate sententiaeque societatis decidendae*>, como, por exemplo, “guerra, paz, administração pública” (A VI, 1, 554. §§ 37-39). Numa república bem-ordenada o juiz não deve estar sujeito a paixões³³³. Porém, Leibniz ressalta que esta não é a situação nas repúblicas de sua época, onde nas cortes os juízes são certos homens ou colegiados cujas decisões, quando há apelo, são julgadas por outros homens, de modo que todo o processo de decisão permanece permeado pelos sentimentos. Com efeito, dentre todos os juízes de controvérsias a maioria dos votos é a melhor; contudo, assim como nas decisões dos indivíduos, ela também é sujeita às paixões (A VI, 1, 555, §§ 45-47). Leibniz conclui que a mais apropriada juíza de controvérsias é a razão não sujeita às paixões, isto é, a “reta razão em abstrato” <*Recta Ratio in abstracto*>:

Considerando adequadamente a questão, enquanto o homem é sujeito às paixões, a sorte é também irracional, de modo que deve ser buscado um tipo de razão <Ratio> que não seja sujeita às paixões. Tal razão, contudo, não é encontrada em algum homem particular(a menos que Deus envie alguém milagrosamente); é antes a *reta razão em abstrato* assumida que deve ser, na minha opinião, o juiz das controvérsias no mundo (A VI, 1, 555. § 52).

³³² Ver a aplicação dos princípios à controvérsia sobre a ressurreição do corpo em A VI, 1, 553. § 35.

³³³ “Portanto, o juiz das controvérsias é uma coisa em um República sujeita às paixões e outra [coisa] em uma República não sujeita a ela. Um certo homem ou um certo coletivo [de homens] de cuja vontade depende o que deve ser feito está sujeito às paixões, se às vezes tal vontade é regida por afecções tais como amor, ódio, inveja, impulso; obedecer seus ditames é a maior [forma] de servidão” (A VI, 1, 554). Cf. também *De legum interpretatione, rationibus, applicatione systemate*: “Não obstante é preciso admitir que os afetos frequentemente se transformam em razões <*rationes*>, isto é, servem para estabelecer certos princípios, como ocorre sobretudo em assuntos morais e civis, na medida em que estes envolvem vantagens e desvantagens para ambas as partes e a maioria das pessoas normalmente não as ponderam ou comparam entre si de forma adequada, mas antes apenas examinam certas vantagens que se conformam a seu estado de espírito presente e se precipitam a segui-las” (A VI, 4C. 2784).

Em alguns casos a reta razão abstrata não é a melhor juíza de controvérsias, p.ex, em questões sobre algo apresentado diretamente aos sentidos ou que pode ser demonstrado de modo evidente:

Desse modo, é patente que o que é demonstrado de forma evidente deve ser suprimido da decisão do juiz e abandonado à *balança da razão* <*trutinae rationales*>; exprime-se a mesma coisa quando os juízes emitem uma sentença contra os termos da lei <*legem in terminis*> e se afastam da norma do texto <*norma textus*> (A VI, 1, 556. § 58).

É clara a ideia de que a discricionariedade do juiz deve ser evitada ao máximo, dado que ela pode dar ensejo a particularismos e interpretações enviesadas pelas paixões³³⁴. Decerto, como defende com sua *Característica*, se fosse encontrado um método de demonstrar de forma evidente, num símile da “infalibilidade teórica” possível numa ciência demonstrativa como a geometria, todas as questões controversas diante da “balança da razão”, haveria aí o mais perfeito juiz de controvérsias:

Se alguém descobrir uma via para que o gênero humana obtenha em todas as questões a mesma infalibilidade prática que a infalibilidade teórica obtida em questões sobre realização de cálculos, então ele teria, assim creio, mostrado como a reta razão deve ser estabelecida e ouvida como juíza de todas as controvérsias (A VI, 1, 556, § 59).

Essa “balança da razão” seria capaz de pesar todas as circunstâncias concernentes a uma causa, emitindo, de forma equitativa, um juízo em favor da parte a que pende³³⁵. A arte de obter um juízo equitativo por meio de rigorosas deduções é, segundo Leibniz, a *lógica* (A VI, 1, 556. § 61). O procedimento conduzido por essa “arte lógica” de resolver conflitos entre partes é descrito por Leibniz da seguinte forma:

Deve-se, contudo, limitar de alguma forma a exposição de razões opostas a um certo período de tempo no qual todas as razões de cada parte devem ser alegadas; uma vez feito isso, o recinto é fechado e o exame é feito pelo mais cuidadoso método: as partes atentam, entre si e junto ao juiz, ao raciocínio, observando o fio condutor da verdadeira lógica, de modo que nada obscuro e dúbio possa ser assumido e em nenhum lugar seja possível desviar-se das leis eternas do arrazoar <*perpetua ratiocinandi lege*> (A VI, 557. § 63).

Leibniz prossegue expondo as analogias entre o bom funcionamento de uma balança e a correta e justa consideração das razões avançadas pelas partes:

Assim como na pesagem é necessário atentar para que os pesos estejam colocado no lugar, que não estejam em excesso, que não estejam adulterados por outros metais nem mais pesados ou leves do que devem, que a balança esteja na posição correta, com os braços equidistantes, os

³³⁴ Cf. também *Disputatio inauguralis de casibus perplexis in jure*. § 6. A VI, 4C. 236.

³³⁵ “Assim como se houvesse uma tal balança da razão na qual em cada um de seus pratos as circunstâncias <*momenta*> das causas fossem expostas de forma cuidadosa e o exame pendesse para um lado, [e] o veredito tem de ser pronunciado em favor de uma parte. Se se devesse ensinar aos homens como fabricar uma tal balança, ser-lhes-ia ensinada uma ciência maior do que a fabulosa ciência de produzir ouro” (A VI, 1, 556. § 60).

pratos na mesma altura, etc.; assim também na balança racional devem ser considerados tanto as proposições como os pesos, tanto a balança como suas conexões, e nenhum peso ou proposição não examinado deve ser admitido. Assim como se deve estimar a gravidade dos pesos, também deve-se estimar a verdade da proposição; assim como a gravidade dos pesos mede a gravidade das coisas, também a verdade das proposições aduzida na prova mede a verdade da proposição principal da questão em discussão; assim como deve-se atentar para que nenhum peso seja omitido ou adicionado, também deve-se atentar para que nada desfavorável ou favorável ao tema examinado seja omitido ou que a mesma coisa, expressa em palavras distintas, seja repetida. O mecanismo da balança é similar ao da conexão das proposições: assim como um prato não deve ser mais leve do que outro, também o fato de uma das duas premissas ser mais fraca do que outra faz com que a conclusão tenha de seguir-se da mais fraca; assim como os braços precisam ser unidos entre si por uma viga, também de puros particulares <*puris particularibus*> nada se segue, pois eles são [como] areia sem cal; assim como os braços têm de estar a uma distância igual da viga, também o lugar da proposição precisa ser tal que o termo médio seja equidistante das premissas maior e menor, (A VI, 1, 557. § 65).

O bom apaziguador de conflitos deve ser tão praticamente infalível como o calculador o é teoricamente. Para tanto, a república que escolha um tal juiz de controvérsias deve redigir um livro no qual estabelece com precisão o significado de todos os termos a serem usados, determinar com rigor as *definições* dos elementos até os termos simples e indefiníveis <*terminos indefinibiles*> a serem pesados na balança de razão (A VI, 1, 558. § 66). Na sequência, um livro denominado *teoremas* deve conter uma lista com as proposições notoriamente reputadas como verdadeiras segundo as mais estritas regras lógicas, como ocorre com os *Elementos* de Euclides (A VI, 1, 558. § 67) e na *Tábua* de Pitágoras (A VI, 1, 558. § 69), um livro *histórico* com os fatos históricos mais importantes em ordem cronológica (A VI, 1, 558. § 68), um livro com todos os mais relevantes *experimentos* da natureza e da arte, e, por fim, um index alfabético com todos os livros compilados e com as correspondências entre as palavras contidas nos dois primeiros livros segundo a relação de gênero e espécie e entre as coisas elencadas nos dois últimos livros segundo a relação prática e nem tanto semântica entre elas (A VI, 1, 559. § 70).

A aplicação desse método é tão mais urgente em casos que tocam a república mesma, ou seja, nos casos em que um ou mais indivíduos são a parte e o todo é juiz. Nessas oportunidades um “procedimento formal rigoroso” deve ser adotado de modo a evitarem-se “fraudes”:

A República deve tomar conta do julgamento <*iudicandi*>, ao passo que a descoberta <*inveniendi*> deve ser delegada às partes o àqueles que a República designa para assistir as partes em um caso. Contudo, em casos que atingem a República mesma, nos quais os particulares são as partes e o todo é o juiz, deve ser adotada alguma forma rigorosa que exclua todas as fraudes. Isso pode ser primeiramente instituído numa sociedade de sábios e então paulatinamente extendida de forma cômoda às outras [sociedades] (A VI, 1, 559. § 70).

Percebe-se como Leibniz prevê uma espécie de institucionalização de sua *Characteristica universalis* em um procedimento decisório instaurado em comunidades políticas. Não por acaso, a ideia de decisões inapeláveis e infalíveis relativas a conflitos jurídicos é discutida em seus escritos sobre Direito Natural e permanece em estreita conexão com o plano de reforma do ensino e instituições jurídicas e de codificação do direito romano esboçado em seu período de Mainz³³⁶. O rigor matemático da justiça não permite que casos controversas permaneçam sem decisão.

Contudo, em outros escritos Leibniz assume a falibilidade de certas decisões relativas a “objetos contingentes”, isto é, que não dizem respeito a “verdades eternas”, como no caso de controvérsias religiosas ou relativas à justiça. Numa controvérsia relativa a tais verdades eternas são válidas as estratégias de ou 1) convencer o oponente por meio de uma prova consistindo em uma cadeia de silogismos, que devem ser prosseguidos até que encontre uma proposição não demonstrável e que, pois, deve ser assumida como verdadeira; ou 2) impôr ao oponente proposições inquestionáveis e, pois, levá-lo à “confissão”. No entanto, nas questões que tocam “matérias contingentes” vale também a estratégia formal de 3) atribuir ao adversário o ônus da prova:

Por diversas vezes refleti sobre o tema, fiz também alguns testes, e vejo agora que não pode haver erro quando alguém que pretende provar algo deva, por ocasião de uma proposição negada em parte ou em seu todo, formar um novo *silogismo*, e finalmente [a] ou desistir e reconhecer isso [scil. a negação da própria proposição] de forma necessária pela falta de prova ou [b] conduzir o adversário a proposições inegáveis, por conseguinte à confissão, ou [c] (como ocorre por vezes em matérias contingentes) colocar nele o fardo da prova. Portanto, a forma de disputação <disputir-form> faz-se decerto estritamente necessária em coisas que dizem respeito a verdades eternas, mas não em [coisas] contingentes, nas quais pode-se optar pelo mais provável <wahrscheinlichste> (GP VII, 521).

Leibniz prossegue discutindo dois problemas que essa terceira estratégia levanta: a presunção, isto é, se e quando é permitido liberar-se do ônus da prova e impô-lo ao adversário, e os graus de probabilidade de determinada prova que não pode arrogar-se evidência completa. Leibniz não se prolonga nesses dois pontos; ele apenas menciona ter refletido longamente sobre o problema e chegado na “arte da interpretação” <Auslegungskunst> e na Teologia a um método muito profícuo que contém um *idôneo árbitro das controvérsias* <untrüglicher Schiedesrichter der Streitigkeiten> - este, embora não nos faculte sempre a descoberta da verdade, pode ao menos nos indicar se determinada proposição ou questão pode ser completamente demonstrada³³⁷.

³³⁶ Cf. Cap. 4.2.

³³⁷ “Mencionemos na sequência duas coisas: primeiro, sobre a *presunção*, isto é, quando e se alguém desloca a prova de si para outrem, segundo, sobre os *graus de probabilidade*, [isto é,] como se deve

Para Leibniz, os juristas seriam aqueles que mais longe chegaram no exame do grau de certeza possível em matérias contingentes. Como afirmara em uma breve obra escrita sob um pseudônimo, *Ad Stateram Juris* [*Em direção a uma balança do direito*], “assim como os matemáticos sobrepujaram os demais mortais na lógica, ie., na arte racional das coisas necessárias, os juristas o fizeram na lógica das coisas contingentes”³³⁸. Com efeito, o processo jurídico nada mais é do que “a forma de disputação transferida das Escolas para a vida” <*processus judicarius [est] forma disputandi a scholis translata ad vitam*>³³⁹. O rigor <*akribeia*> com que os juristas tratam as menores questões que lhe são apresentadas “estabelece um exemplo para o uso da razão humana [que] deve ser seguido nas extremamente sérias deliberações sobre vida e saúde, sobre o Estado, sobre guerra e paz, a moderação da consciência e sobre o cuidado com a eternidade”³⁴⁰. O método dos juristas consiste em “julgar e pesar razões opostas entre si, como se fora uma balança” <*ratione inter se confligentes velut in bilance expediendi methodum*>. Em um fragmento do final da década de 1670, Leibniz reitera que o objeto próprio da jurisprudência, as leis, não é “absolutamente necessário, mas contingentemente verdadeiro”; no entanto, é possível aduzir uma prova exata e infalível, isto é, uma “demonstração na medida em que se busca não provar sua verdade absoluta, mas sua probabilidade”³⁴¹.

Na sequência veremos como Kant rejeita a ideia leibniziana de uma institucionalização da *Characteristica universalis* como procedimento de resolução

avaliar, poderar e decidir entre indicações das quais não se pode fazer nenhuma prova completa e as quais se anulam entre si (indicações e contraindicações, como falam os médicos). Pois de modo geral se diz: razões não devem ser numeradas, mas sim ponderadas [*rationes non esse numerandas sed ponderandas*]; é preciso não contar, mas sim ponderar as indicações, porém ninguém ainda mostrou a balança para tanto, assim como ninguém chegou mais longe e mais auxiliou [a questão] do que os *juristas*; por isso não refleti menos sobre a matéria e dessa vez não espero substituir essa falha por outra coisa. E isto serve também para a arte da interpretação <*auslegungskunst*> e, por conseguinte, para a teologia; aqui insinua-se um idôneo árbitro das controvérsias <*untrüglicher Schiedesrichter der Streitigkeiten*>, não porque ele nos permite sempre descobrir a verdade, pois disso Deus frequentemente nos priva nos grandes mistérios e nem sempre nos revela o que gostaríamos de saber, mas sim porque podemos ao menos fazer isso [scil. descobrir a verdade] quando provamos de forma completa a coisa, sobretudo onde não se acreditava poder fazê-lo” (GP VII, 521-522).

³³⁸ Leibniz, G. W. Couturat, L. (Hrsg). *Opusculs et fragments inédits de Leibniz : extraits des manuscrits de la Bibliothèque royale de Hanovre*. Paris, 1903. p. 211.

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ “Itaque a Jurisconsultis exemplum petere oportet instruendae rationis humanae in gravissimis de vita <et sanitate>, de republica, de belli pacisque negotiis, de conscientiae modernae, de aeternitatis cura, deliberationibus”. Idem pp. 212-213.

³⁴¹ “Tametsi autem pleraeque leges sint enuntiationes quae non habent absolutam necessitatem, sed quas ut plurimum contingunt, veras esse. Nihilominus locum circa eas habent probationes exactae sive infallibiles, id est demonstrationes, modo quis probare suscipiat enuntiationis hujusmodi non veritatem absolutam, sed ipsam probabilitatem” *De legum interpretatione, rationibus, applicatione, systemate*. A VI, 4C. 2786.

definitiva de controvérsias, aproximando-se, pelo contrário, da concepção a respeito de (usando termos de Leibniz, não de Kant) da “probabilidade” envolvida nas provas não definitivas, cuja força de convicção <Überzeugungskraft> não pode ser idêntica àquela de uma demonstração no sentido lógico-matemático. Ou seja, Kant adere à noção de *probatio*, rejeitando aquela de *demonstratio*. Isso se torna claro tanto no capítulo sobre a Disciplina da Razão Pura como na discussão sobre a dedução como procedimento direto de prova <*Beweis*> e na utilidade “positiva” da antinomia como procedimento “indireto” de prova não da verdade de determinada proposição, mas de sua possibilidade. Em todo caso, o ideal de um “caminho médio” conciliatório prossegue e, ousemos afirmar, encontra em Kant sua expressão mais bem acabada na filosofia do *Aufklärung*.

3. HISTÓRIA DAS FONTES DO CONCEITO JURÍDICO DE DEDUÇÃO

Logo no início do § 13 do Capítulo sobre a dedução transcendental das categorias, Kant torna bem clara a origem *jurídica* do conceito de dedução que assume em sua filosofia transcendental em oposição, pois, ao sentido lógico-matemático mais convencional do termo. Citemos a passagem:

Quando falam de competências <*Befugnissen*> e demandas <*Anmaßungen*>, os juristas distinguem, em um processo judicial, a questão sobre aquilo que é o direito (*quid iuris*) da questão relativa ao fato (*quid facti*) e, na medida em que exigem prova de ambos, denominam *dedução* à primeira, que deve provar <*dartum*> a competência ou a pretensão jurídica <*Rechtsanspruch*>. Nós nos servimos de uma variedade de conceitos empíricos, sem a oposição de ninguém, e nos julgamos autorizados, mesmo sem uma dedução, a atribuir-lhes um sentido e um pretensão significado porque temos sempre à mão a experiência para provar sua realidade objetiva. Há também conceitos usurpados, no entanto, tais como *felicidade* e *destino*, que circulam de fato com uma complacência quase universal, mas são por vezes questionados através da questão *quid iuris*; cai-se então num considerável embaraço, relativamente à dedução dos mesmos, pois não se pode oferecer um claro fundamento jurídico <*Rechtsgrund*>, nem a partir da experiência nem da razão, pelo qual a competência de seu uso ficasse clara (A 84-85/ B 116-117).

O modelo jurídico de dedução, cuja principal função na filosofia teórica é, como veremos em detalhe, justificar pretensões de posse e uso de objetos e/ou conceitos ao atribuir-lhes sentido e significado, foi desenvolvido por Kant em paralelo com a argumentação originalmente jurídica a respeito da justificativa da aquisição ou defesa de um direito, autorização ou competência e em lugar de um procedimento demonstrativo lógico-matemático que, como formula a segunda regra para a “direção do espírito” de Descartes, apoia-se em “puras derivações” enquanto caminho mais seguro para o conhecimento claro e distinto³⁴². Decerto, costuma-se compreender o termo “dedução” seja no sentido aristotélico de uma derivação do particular a partir do universal, em oposição, pois, à indução como o procedimento de universalização que parte do particular³⁴³, seja ainda no sentido lógico-matemático mais comum de uma

³⁴² „[O]bservemos que já uma dupla via que nos leva ao conhecimento das coisas, a saber, a experiência ou a dedução. É preciso notar, além disso, que as experiências acerca das coisas são muitas vezes enganadoras, ao passo que a dedução ou a ilação pura <*deductionem vero sive illationem puram*> de uma coisa a partir de uma outra se pode omitir quando não se divisa, mas nunca pode ser mal feita pelo entendimento, ainda o menos racional”. Descartes, R. *Regulae ad directionem ingenii. Regeln zur Ausrichtung der Erkenntniskraft*. Hamburg: Meiner, 2011. p. 11.

³⁴³ Comentando a oposição “dedução/indução” na apropriação medieval da filosofia de Aristóteles, escreve Seeberg: „A dedução mesma, no sentido moderno, significa ‘*apodeixis*’ ou – ocasionalmente limitada a deduções <*Ableitungen*> a partir de hipóteses – ‘*syllogismos*’”. Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit. pp. 167-8. No próprio Aristóteles, no entanto, “dedução” designa uma prova indireta, *apagoge*, que não reivindica uma demonstração rigorosa. Apenas a partir de Euclides “dedução”, ainda que mantendo seu caráter indireto, adquire maior pregnância demonstrativa:

“derivação de um enunciado (tese) a partir de outros enunciados (hipóteses) com ajuda das regras da inferência lógica (ilação lógica)”³⁴⁴, ou seja, algo aparentado ao sentido originalmente ligado ao método categórico-axiomático de Euclides, composto por definições, axiomas, postulados e princípios³⁴⁵, que em boa parte da filosofia moderna foi tomado como modelo metodológico para a argumentação filosófica. Não por acaso, portanto, o termo “dedução” está intimamente ligado a uma forma de filosofia que procura não meramente justificar ou legitimar o uso e emprego de seus princípios ou conceitos operatórios, mas sobretudo, espelhando-se no método matemático, fundamentá-los, *demonstrá-los* em um sistema silogístico-dedutivo, não raro identificando a própria razão à capacidade e possibilidade de um conhecimento dedutivo³⁴⁶. Para Wolff, por exemplo, a filosofia como ciência rigorosa deve ser capaz de provar ou *demonstrar* rigorosamente *todos* seus princípios:

Na filosofia é permitido empregar apenas aqueles princípios que são suficientemente demonstrados. Visto que a filosofia é uma ciência, é preciso que suas afirmações sejam derivadas de princípios certos e inabaláveis através de silogismos válidos³⁴⁷.

Provar rigorosamente um princípio significa deduzí-lo corretamente, isto é, atribuir-lhe os predicados que realmente lhe convêm numa rede silogística completa. Vale a pena reproduzir uma longa passagem dos *Elementa matheseos universae* de Wolff a respeito do procedimento silogístico como modo demonstrativo nas matemáticas:

O procedimento na inferência de conclusões a partir de princípios não é outro senão aquele que é exposto em todos os pequenos livros de lógica que tratam de silogismos. Pois as

„O ‘*apagoge*’ (*deductio*) em Aristóteles não significa, portanto, uma prova forte, mas antes uma estratégia argumentativa que opera com enunciados em maior ou em menor medida prováveis. Como prova forte, o termo surge na forma desde então mais corrente de uma prova indireta, portanto através da refutação do contrário de uma assunção, p.ex. por meio da inferência de consequências contraditórias, primeiramente em Euclides [[*Elementa*, Livro X, Proposição 27]]“. Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit. p. 168.

³⁴⁴ “Dedução denomina-se a derivação <*Ableitung*> de um enunciado (tese) a partir de outros enunciados (hipóteses) com auxílio das regras da ilação lógica (inferência lógica)”. Lorenz, K. „Deduktion“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd 2. Op. cit. p. 27.

³⁴⁵ “Nas ‘definições’ são elucidados os conceitos fundamentais, tais como ponto, linha e superfície; nos ‘postulados’ são formuladas as exigências de contrução e existência; e nos ‘princípios’ (também denominados ‘axiomas’ desde o notório comentário sobre Euclides de Proclo) são condensadas equações de natureza não especificamente geométrica. O método categórico-axiomático de Euclides consiste em fundar ‘teoremas’ de forma sistemática e remetê-los a axiomas autoevidentes”. Leibniz, G. W. *Frühe Schriften zum Naturrecht*: lateinisch-deutsch. Hrsg., mit einer Einl. und Anm. vers. sowie unter Mitw. von Hans Zimmermann übers. von Hubertus Busche. Hamburg: Meiner, 2003. Anmerkung des Herausgebers. p. 411.

³⁴⁶ “E podemos considerar na razão esses quatro estágios: 1º descobrir as provas; 2º colocá-las numa ordem da qual se possa ver a conexão; 3º aperceber-se da conexão em cada parte da dedução; 4º extrair a conclusão. E podemos observar esses estágios nas demonstrações matemáticas”. Leibniz, G.W. *Nouveaux essais sur l’entendement humain*. Paris: Flammarion, 1921. Livro 4, Cap. XVII. p. 424.

³⁴⁷ Wolff, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen..* Op. cit. § 117. p. 68.

demonstrações dos matemáticos são uma sequência de entinemas e, decerto, de tal forma [constituídas] que tudo pode ser inferido por força de silogismos (...). Uma demonstração é então completa quando as premissas de seus silogismos podem ser provadas por outros silogismos até que se obtenha um silogismo cujas premissas são ou definições cuja possibilidade já fora demonstrada ou outras proposições idênticas³⁴⁸.

Com efeito, a filosofia, por aspirar ao mesmo grau de certeza que as matemáticas, deve adotar o *mesmo método das matemáticas*³⁴⁹, mais bem corporificado no *intellectus systematici* de que dá exemplo o “velho geômetra Euclides”³⁵⁰. Ao assumir explicitamente não o sentido lógico-matemático, mas sim o *jurídico* de dedução Kant se afasta, assim, da compreensão wolffiana de filosofia como ciência objetiva demonstrada (*scientia obiective spectata*), implícita em seu emprego rigorosista de “dedução”³⁵¹. Trata-se de mais um passo explícito e consciente de Kant em sua recusa da *identitas methodi philosophicae et mathematicae*³⁵². Voltaremos a esse ponto no capítulo 8.

Antes de passar ao estudo das fontes do conceito jurídico de dedução adotado por Kant, cabem algumas palavras prévias sobre a relação, no próprio Kant, entre os dois sentidos, jurídico e lógico-matemático, de dedução mencionados até aqui. Ainda

³⁴⁸ Wolff, C. *Elementa matheseos universae. (Conspectus commentationis de methodo mathematica)*. Bd. 1. Hildesheim: Olms, 1968. § 45. Sobre Wolff e, de modo geral, o *mos geometricus* da filosofia moderna, Cf., dentre outros, Arndt, H. W. *Methodo scientifica pertractatum. Mos geometricus und Kalkülbegriff in der philosophischen Theorienbildung des 17. und 18. Jahrhunderts*. Berlin, New York: De Gruyter, 1971.

³⁴⁹ Wolff, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen*. Op. cit. § 139. pp. 84-85.

³⁵⁰ Wolff, C. *De differentia intellectus systematici & non systematici. / Über den Unterschied zwischen dem systematischen und dem nicht-systematischen Verstand*, übers., ein. und hrsg. von Michael Albrecht, in: *Aufklärung* 23, 2011. S. 253. Cf. Baum, M. “Systemform und Selbsterkenntnis der Vernunft bei Kant”. In: Fulda, H. & Stolzenberg, J. (Hrsg). *Architektonik und System in der Philosophie Kants*. Hamburg: Meiner, 2001.

³⁵¹ Cf. Bübner, R. “Selbstbezüglichkeit als Struktur transzendentaler Argumente”. In: Böhler, D & Kuhlmann, W (Hrsgs). *Kommunikation und Reflexion. Zur Diskussion der Transzendentalpragmatik. Antworten auf Karl-Otto Apel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982. Segundo Bübner, o sentido jurídico do termo “dedução” em Kant opõe-se explicitamente ao antigo procedimento de demonstração apodítica da *Schulmetaphysik*, em especial Wolff. No lugar de uma coerção por assentimento <*Zustimmungszwang*> ensejada pela correção formal de uma demonstração entra a “prova de uma legitimação” <*Nachweis einer Legitimation*>. O procedimento de dedução corresponderia assim à metáfora fundamental <*Leitmetapher*> do tribunal da crítica. O procedimento jurídico posto em movimento pela dedução preenche o “vazio metódico” <*methodische Lücke*> aberto pela recusa da filosofia transcendental em aceitar demonstrações “coercitivas” (Idem. p. 307). A novidade de Kant se relacionaria à autoreferencialidade <*Selbstbezüglichkeit*> envolvida no modo de prova. A dedução faz com que a consistência racional e formal de um enunciado lógico como fonte da força de assentimento seja substituída pelo “risco de perda da consistência do autoentendimento do sujeito racional” – na recusa de aceitar a prova de legitimação de uma dedução o sujeito também coloca em perigo o fundamento da aceitação da experiência possível: “O fundamento jurídico para tanto deve ser reconhecido por todos que em geral reivindicam uma consciência de si como sujeitos. Por consequente, diferentemente da prova forte, a força da dedução repousa não no fato de que a negação dos fundamentos racionais em quanto tais seria não-racional. Sob o risco de uma recusa paradoxal à racionalidade ninguém pode aqui ser coagido à aceitação. A dedução extrai antes sua força da ameaça de perda de consistência da compreensão de si <*Selbstverständnis*>, de modo que todos que entendem a si mesmo corretamente, não pode recusar a aceitação” (Idem. p. 308). Bübner, no entanto, não fundamenta sua tese numa análise mais aprofundada do modelo jurídico mesmo de prova, independente das consequências por ele inferidas.

³⁵² Wolff, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen*. Op. cit. § 119. p. 84.

que seja verdade que Kant por vezes menciona um sentido puramente lógico de *deductio* como uma *Ableitung*, isto é, “uma inferência *imediata (consequentia immediata)* (...) de um juízo a partir de outro sem um juízo intermediário (*judicium intermedium*)” (Log. AA 09: 114), tal sentido é atribuído sobretudo à lógica geral, não à transcendental, sendo designado, não sem motivo, pelo correlato latino do termo, *deductio*, e pelo termo alemão *Ableitung* em lugar de *Deduktion*³⁵³. Para Kant o termo *Deduktion* utilizado na filosofia transcendental significa, decerto, a “justificativa” da pretensão ou reivindicação de validade e autorização do uso de um conceito ou princípio, porém não prioritária ou unicamente sob a forma de uma inferência silogística. Que uma dedução (jurídica, transcendental) *possa ter* ou efetivamente *tenha* uma estrutura silogística básica (sobretudo o *modus ponens*) não implica, porém, que ela seja *idêntica ou redutível* a esta última³⁵⁴. Como veremos mais adiante, os juristas da época admitiam que o *resultado* de uma dedução jurídica poderia ser *formulado* de acordo com uma inferência silogística; porém, a marca característica de uma dedução jurídica, ou seja, a *formulação* da relação específica jurídica entre *fato* e *lei*, não pode ser *respondida* pelo procedimento lógico-matemático de prova dedutiva³⁵⁵. Se ao cabo

³⁵³ É certo que Kant não parece tão rigoroso nessa distinção. Em KrV B 119 uma “derivação ou dedução fisiológica <*physiologische Ableitung*>” é diferenciada de uma *Deduktion*, ao passo que nos *Prolegomena* ambas são tomadas por sinônimo: “(...) *Ableitung oder Deduction* (...)” (Prol AA 04: 324); ademais, como veremos no capítulo 9, Kant parece utilizar (subjettive) *Ableitung* para designar aquilo que corresponderia à dedução metafísica das ideias transcendentais (A 336/B 393). Sobre os usos de “dedução” em Kant, Cf. Henrich, D. „Die Deduktion des Sittengesetzes”. In: Schwan, A (Hrg). *Denken im Schatten des Nihilismus. Festschrift für Wilhelm Weischedel zum 70. Geburtstag*. Darmstadt: WBG, 1975. Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit. pp. 173-182.

³⁵⁴ É possível afirmar, com M. Baum, “que para Kant o modo jurídico de argumentação da dedução e a forma silogística de uma prova não permanecem de forma alguma em conflito (...). A dedução transcendental das categorias de Kant é ambos, uma inferência dedutiva e uma justificação ou prova de uma autorização”. Baum, M. *Deduktion und Beweis in Kants Transzendentalphilosophie. Untersuchungen zur Kritik der reinen Vernunft*. Königstein/Ts.: Hain bei Athenäum, 1986. p. 10. Cf. também Caimi, M. *Kant’s B Deduction*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. 15: “As prescrições retóricas dos juristas explicam a formulação textual <*wording*> externa da dedução transcendental. Mas isso não significa que a dedução kantiana de 1787 não tenha estrutura lógica para além desses elementos retóricos”. Contra Baum, porém, entendemos que em Kant a marca característica e definitiva da dedução consiste em ela ser uma “justificação de uma autorização”, e não uma “inferência dedutiva”; e contra Caimi defendemos que o modelo jurídico de dedução não é um simples elemento “retórico” a ser “preenchido” pelo que “verdadeiramente interessa”: “a estrutura lógica”. Voltaremos a isso mais adiante, na discussão da compreensão jurídica de dedução em Wolff e mais detalhadamente nos capítulos 8 e 9.

³⁵⁵ A. Aichele exprime algo semelhante ao restringir o alcance da ossatura silogística numa dedução jurídica: “A dedução jurídica mostra-se, portanto, como um procedimento lógico de análise das condições e dos conceitos, o qual possibilita uma decisão sobre a capacidade de subsumirem-se certas classes de acontecimentos sob regras extensionalmente superiores segundo o *modus ponens*. Tal procedimento realiza isso ao elucidar relações lógicas existentes entre a premissa maior e a menor. Em virtude da origem empírica dessas classes de acontecimentos, o resultado desse procedimento não pode, no entanto, reivindicar, como a prova matemática ou puramente teórica, validade objetiva, mas antes apenas certeza subjetiva, por conseguinte probabilidade para além de toda dúvida racional. Dessa forma, a decisão por

da dedução B Kant apresenta o “resultado dessa dedução dos conceitos do entendimento” sob a forma de um silogismo *modus ponens*³⁵⁶ e realiza uma dedução estritamente jurídica no escrito sobre a impressão de livros na forma de um silogismo (VUB AA 08: 77-87), o fato, contudo, é que a questão sobre a legitimidade da pretensão avançada em cada caso já fora definida segundo o modo propriamente *jurídico*, não lógico-matemático, de dedução. Portanto, mesmo que uma dedução jurídica tenha uma estrutura lógica ou mesmo siga um modelo geométrico³⁵⁷ a sua marca característica reside alhures, a saber, na sua distinção, que esclareceremos neste capítulo, entre *res facti* e *quid iuris*, à qual, conforme elucidaremos no capítulo 9, corresponde aquela entre *quaestio facti* e *quaestio iuris* a ser abordada na dedução kantiana³⁵⁸.

Dito isso, cumpre neste capítulo investigar esta peculiaridade do sentido jurídico de dedução e sua influência na (auto)compreensão jurídica da *KrV* e, de modo geral, do projeto crítico, contrapondo-o ao seu sentido lógico-matemático. *Somente sob esse pano de fundo histórico-filosófico preciso* a dedução kantiana pode ser considerada como uma dedução “despretensiosa”³⁵⁹. Com efeito, como veremos com mais detalhe no

fim tomada não permite nunca que se reivindique certeza ou verdade absoluta, embora ela seja, em última instância, válida”. Aichele, A. “Metaphysisches oder logisches Systemprinzip. Die Dynamik des Unbedingten und seine Deduktion in Schellings Naturphilosophie von 1799”. In: Danz, C. & Stolzenberg, H. (Hg). *System und Systemkritik um 1800*. Hamburg: Meiner, 2011. p. 132.

³⁵⁶ “Nós não podemos *pensar* nenhum objeto senão por meio de categorias; nós não podemos *conhecer* nenhum objeto pensado senão por meio de intuições que correspondam àqueles conceitos. Ora, todas as nossas intuições são sensíveis, e este conhecimento, na medida em que seu objeto seja dado, é empírico. O conhecimento empírico, porém, é experiência. *Consequentemente, nenhum conhecimento a priori nos é possível, a não ser apenas de objetos da experiência possível*”. (B 165-6).

³⁵⁷ Como, por exemplo, a dedução da lei moral ou do conceito de liberdade na Analítica da *KpV*. Cf. Wolff, M. “Warum das Faktum der Vernunft ein Faktum ist. Auflösung einiger Verständnisschwierigkeiten in Kants Grundlegung der Moral”. In: *Deutsche Zeitschrift für Philosophie* 57, 4. 2009. Wolff analisa de forma precisa o procedimento a *more geometrico* nesse momento da *KpV*, porém, na nossa opinião, perde totalmente de vista o sentido jurídico da dedução em Kant. Se se interpreta a Analítica da *KpV* como uma dedução geométrica, fica-se sem entender por que razão Kant não o fizera na *KrV*, na *KU*, etc. Acreditamos que a formatação geométrica da “dedução” na *KpV* tem um caráter em parte irônico (conforme a resposta de Kant no prefácio à acusação de não ter fornecido um novo princípio da moral, mas apenas uma nova formulação, cuja serventia pode ser atestada se comparada à de novos princípios na matemática. *KpV* AA 05: 08) e em parte comprobatório de que o conceito jurídico de dedução acolhido pode assumir uma estrutura lógico-matemática, sem que, para Kant, seja redutível a ela.

³⁵⁸ “Os elementos que surgem nas definições jurídicas de ‘deductio’ (distinção entre *quaestio facti* e *quaestio iuris*, tratamento de perguntas sobre fatos e perguntas sobre direitos com um propósito de prova, derivação dedutiva da pretensão jurídica) são totalmente adotadas por Kant”. Herberger, M. „*Quaestio iuris/quaestio facti*“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd 7. p. 1743.

³⁵⁹ Henrich interpreta essa inversão kantiana da tradição lógico-matemática através de sua nova “fundamentação jurídica” como uma “renúncia ao todo” e, de certa forma, uma moderação nas pretensões de prova em filosofia: “Em um conflito jurídico não é preciso dirigir-se ao contexto completo no qual são constituídas uma coisa em litígio e a pretensão a ela. De relevo é apenas a referência a alguns poucos aspectos da coisa e da pretensão que lhe concerne, a saber, a pretensão relativa àquelas circunstâncias da origem de ambos que decidem sobre a legitimidade da pretensão”. Henrich, D. “Systemform und Abschlussgedanke. Methode und Metaphysik als Problem in Kants Denken”. In: Gerhardt, V. (Hrsg).

capítulo 8 sobre a Disciplina da Razão Pura, Kant assume que na filosofia transcendental não são possíveis ou permitidas *demonstrationes*, mas apenas *probationes*. Apenas neste sentido determinado faz sentido falar de algo como “direito em lugar da matemática”³⁶⁰. No capítulo 9 discutiremos a função judicial da dedução na *KrV* de um ponto de vista sistemático; por ora nos limitaremos a descrever as fontes e a origem do conceito *jurídico* de dedução aludido e adotado por Kant, já fazendo, porém, algumas referências sobre as consequências sistemáticas que este estudo de fonte produzirá no âmbito mais amplo de nosso trabalho.

3.1. Fontes

Numa perspectiva puramente etimológica é permitido dizer que o sentido originário do termo germanizado, *Deduction* ou *Deduktion*, no idioma alemão é *jurídico*, não lógico ou matemático³⁶¹. A palavra germanizada é primeiramente documentada em meados do século 16 como transposição do termo latino *deductio*, designando “(escrito de) exposição, apresentação de um conflito jurídico, exposição” *<Darlegung(-sschrift), rechtsstreitliche Ausführung; Exposition>*³⁶²; apenas de forma

Kant und die Berliner Aufklärung. Akten des Kant-Kongresses Berlin. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2001. Bd. 1. p. 102. Aichele interpreta a “despretensão” da dedução jurídica como resultado da impossibilidade de se determinar com certeza absoluta a subsunção do singular (ação) sob um universal (lei jurídica): “A certeza visada [na dedução] somente pode ser, segundo a terminologia do século 18, subjetiva, pois aqui se trata sempre da compreensão conceitual de um indivíduo por meio de termos universais. Por esse motivo a sentença final não resulta de um procedimento lógico-matemático que é, por princípio, automatizado, mas antes exige, na figura do juiz, uma instância própria de decisão que não é decerto imune a erros”. Aichele, A. “Metaphysisches oder logisches Systemprinzip”. Op. cit. S. 130. Para Aichele há aqui a reprodução da relação circular da imputação da filosofia jurídica da modernidade. Ver, por fim, Ishikawa: “[Para Kant] uma demonstração rigorosa forte dos princípios supremos do conhecimento é, em virtude de seu caráter inevitável, por princípio impossível. Portanto, uma prova para tais princípios seria realizável não como tarefa de um fundamento de prova ou argumento *<Beweisgrund>* no sentido mais forte do termo, mas, antes, segundo o paradigma jurídico originário, uma tarefa de um fundamento jurídico *<Rechtsgrund>*”. In: Croitoru, R (Hrg.). *The Critical Philosophy and the Function of Cognition. Proceedings of the Fifth International Symposium of the Romanian Kant Society*. Bucharest: Diogene, 1995.

³⁶⁰ Cf. Höffe, O. *Kants Kritik der reinen Vernunft*. Op. cit pp. 286ss. Höffe menciona a substituição da matemática pelo direito como modelo de prova na Doutrina Transcendental do Método, porém, quando aborda a dedução metafísica e transcendental, se cala sobre o modelo jurídico de dedução. Fica-se, assim, sem qualquer referência a um elemento central do “método jurídico” em Kant, a saber, como a Disciplina se relaciona com o capítulo da dedução. Trata-se de uma das muitas consequências negativas da abordagem de Höffe que discutimos na Introdução ao presente trabalho.

³⁶¹ Em latim é mais difícil de afirmar com certeza a origem jurídica do termo *deductio*. Segundo a *Encyclopedia of Ancient History* “*deductio* tem muitos sentidos na cultura e direito romanos: parte das cerimônias de casamento romanas, a fundação de uma colônia, e a instituição do direito contratual romano. O primeiro desses [sentidos] é o mais provável”. Bagnall, R. S. et alli. *The Encyclopedia of Ancient History, First Edition*. Huebner, London [u.a.]: Wiley-Blackwell, 2012. p. 1959.

³⁶² Cf. *Deutsches Fremdwörterbuch Völlig neubearbeitet im Institut für deutsche Sprache*. Bd. 4. Gerhard Strauß (Leitung), Elke Donalies, Heidrun Kämper-Jensen, Isolde Nortmeyer, Joachim Schildt, Rosemarie

derivada *Deduktion* passa a designar a partir do final do século 16 também uma “derivação, ilação, inferência (do particular/individual a partir do universal)”, dedução <Her-, Ableitung, Folgerung (des Einzelnen/Besonderen aus dem Allgemeinen)’ *Schlußfolgerung*> (...) sobretudo na filosofia, matemática e lógica como designação de um modo de pensar e método científico de conhecimento”³⁶³. Conscientemente ou não, ao empregar o sentido jurídico de dedução Kant conserva também o sentido originário do termo alemão “prova”, *Beweis*, que tem sua sede na terminologia jurídica, designando uma “comprovação” judicial por meio de documentos, testemunhas, etc³⁶⁴. Para Kant, portanto, também num sentido *etimológico*, devemos entender prioritariamente por “dedução” algo próximo ao sentido de *apagoge* como uma “petição” ou “ação jurídica” <*Klageschrift*>³⁶⁵ e não, pois, um procedimento matemático-dedutivo de fundamentação no sentido de uma derivação de proposições a partir de axiomas.

Com efeito, dicionários da filosofia crítica contemporâneos a Kant documentam e comprovam também *conceitualmente* essa opção kantiana. No *Wörterbuch zum leichtern Gebrauch der Kantischen Schriften* de Schmid é ressaltado o sentido jurídico de dedução como uma prova cujo objetivo é prioritariamente justificar ou legitimar uma pretensão jurídica ou permissão relativa ao uso de uma representação (no caso das categorias, um conceito puro do entendimento, isto é, uma representação universal) ao indicar que ela não é “vazia”, mas, antes, refere-se a um objeto e, assim, possui significado, realidade objetiva:

Dedução (ou prova <*Beweis*>): 1) em geral: a prova de uma pretensão jurídica, de uma autorização <*Befugnis*>; 2) em particular: dedução (legitimação) de uma representação; prova dos direitos de utilizá-la; prova de que uma representação tem sentido, significado, realidade, validade objetiva, [de que] ela não é vazia, mas antes refere-se a um objeto³⁶⁶.

Schnerrer, Oda Vietze. Berlin & New York: de Gruyter, 1996. S. 67: “Primeiramente, baseado diretamente no latim medieval, como termo jurídico sob o significado de ‘exposição (escrita) de um estado-de-coisa relevante para a decisão de um caso controverso, de uma questão jurídica, execução ou apresentação (jurídica); reflexão detalhada, definição, elucidação, descrição, relato; confronto (jurídico); execução institucional’; em expressões como dedução sobre algo, como primeiro termo de um *composita* ou (mais raramente) raiz em: escrito, literatura, procedimento de dedução <*Deduktionsschrift*, -literatur, -verfahren>; dedução jurídica <*Rechtsdeduktion*>”.

³⁶³ Idem. Ib.

³⁶⁴ “‘Prova’ era utilizado na linguagem jurídica como ‘esclarecer através de juramento, testemunha, documentos e similares’ <*durch einen Eid, Zeugen, Urkunden u. dgl. klarlegen*>”. *Trübners deutsches Wörterbuch*. hrsg. von Alfred Götte. Berlin [u.a.] : de Gruyter, 1939.

³⁶⁵ Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit p. 169. Busolt, G. *Griechische Staatskunde*. 2. Hälfte: *Darstellung einzelner Staaten und der zwischenstaatlichen Beziehungen*. Register, München: C.H. Beck, 1976. p. 1108.

³⁶⁶ Schmid, C. C. E. *Wörterbuch zum leichtern Gebrauch der Kantischen Schriften*. Op. cit. p. 159

No *Enzyklopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie* de Mellin são igualmente salientados o sentido e a origem jurídicos do conceito kantiano de dedução. A dedução seria a *kritische Beweis* que “comprova” <darthun> a legitimidade ou correção de uma pretensão jurídica dada. Nesse sentido preciso ela seria sinônimo, pois, de uma *Rechtsdeduktion*:

[Dedução]: prova transcendental, também prova crítica, *deduction, deduction* (...). Kant tomou a palavra dedução de empréstimo aos juristas, que entendem por ela a prova <*Beweis*> que deve comprovar <darthun> uma pretensão jurídica. Assim, Caio levanta em um situação litigiosa a pretensão a um capital que alguém legou; a prova de que essa pretensão é fundamentada em seus direitos e por conseguinte o capital pertence a Caio chama-se *dedução*. É possível chamar de dedução jurídica <*Rechtsdeduktion*> essa dedução que prova ou certifica <*nachweist*> o que é de direito (*quid iuris*) em um caso particular³⁶⁷.

Resta aqui a pergunta sobre a *fonte concreta* de tal conceito jurídico de dedução tomado por Kant que, como veremos abaixo, sobretudo por ocasião de Wolff, guarda proximidade com o sentido lógico usual do termo, mas que, não obstante, possui uma especificidade compreensível apenas no interior da constituição jurídica da *KrV*.

D. Henrich foi o primeiro comentador a chamar a atenção à origem jurídica do conceito kantiano de dedução³⁶⁸. Segundo ele, toda a tradição da *Kant-Forschung* cometera o erro de interpretar a dedução transcendental enquanto o tradicional procedimento lógico-matemático ligado ao termo. “Contudo, ao adotar-se essa leitura aparentemente natural e quase irresistível já se perdeu aquilo que é distintivo à ideia metodológica que dá às deduções de Kant uma estrutura unitária”³⁶⁹. Ora, a correção desse equívoco implicaria levar a sério o “paradigma jurídico” de dedução ao elucidarem-se as fontes dessa prática que após a abolição do Sacro-Império Romano-Germânico tornou-se praticamente “extinto e praticamente incompreensível”³⁷⁰. D. Henrich mostrou como o paradigma jurídico-dedutivo de prova, enquanto um *Sachterminus* bem preciso, encontra suas raízes históricas numa modalidade de prática jurídica que, na Prússia, viria a ser codificada, sobretudo no século 18, nos assim chamados *Deduktionsschriften*. Outros comentadores deram continuidade às investigações de D. Henrich e aprofundaram direta ou indiretamente o estudo de fontes

³⁶⁷ Mellin, G. S. *A Enzyklopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie* Op. cit, pp. 37ss.

³⁶⁸ Henrich, D. “Die Deduktion des Sittengesetzes”. Op. cit. Idem. “Die Beweisstruktur der transzendentalen Deduktion der reinen Verstandesbegriffe”. Op. cit. Idem. “Kant’s Notion of a deduction and the Methodological Background of the First Critique”. In: Förster, E (Hrg). *Kant’s Transcendental Deductions*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

³⁶⁹ Henrich, D. “Kant’s Notion of a deduction and the Methodological Background of the First Critique”. Op. cit. p. 32.

³⁷⁰ Idem. p. 33.

por ele iniciado, sem, no entanto, modificá-lo significativamente³⁷¹. Quem foi mais longe na investigação sobre a história do conceito de dedução foi um aluno de Henrich, Ulrich Seeberg. De acordo com ele, a referência mais antiga às *Deduktionen* remonta ao final do século 15, quando ainda eram tomadas como sinônimos de “justificação” <Rechtfertigung> e “prova” <Beweis>³⁷². De modo geral, as deduções eram utilizadas em casos extra-jurídicos, em situações de litígio entre Estados e territórios germânicos e também em processos judiciais intraestatais. Elas eram em parte publicadas extrajudicialmente e em parte encontravam um uso intrajudicial como partes constituintes de um processo judicial, sendo mantidas posteriormente em atas de tribunal. Em todas as formas que assumiam e independente do tema específico que tratavam, esses escritos apresentavam uma “defesa ou contestação jurídica de pretensões”, que frequentemente se fundava em relações genealógicas que abarcavam muitas gerações ou resultavam de relações contratuais antigas³⁷³. Antes de discutirmos de forma mais detida o que seriam esses *Deduktionsschriften* e analisarmos os elementos centrais do procedimento dedutivo nele presentes, analisemos o conceito mesmo de uma dedução jurídica a partir de alguns *lexika* do período.

O significado jurídico do conceito de dedução é fartamente discutido em dicionários e *lexika* do período. No *Repertorium reale practicum Iuris privati Imperii Romano-Germanici* de Hellfeld, publicado primeiramente em 1755, as *deductiones* são definidas como as “apresentações ou execuções <Ausführungen> e provas jurídicas por meio de documentos e argumentos <Gründe> devido a uma certa pretensão ou a uma presumida autorização <Gerechtsame>”³⁷⁴. No entanto, não apenas no jargão jurídico a

³⁷¹ Mencionemos os nomes por nós consultados: Aichele, A. “Enthymematik und Wahrscheinlichkeit. Die epistemologische Rechtfertigung singulärer Urteile in Universaljurisprudenz und Logik der deutschen Aufklärung: Christian Wolff und Alexander Gottlieb Baumgarten“. In: *Rechtstheorie*: Vol. 42, Sonderheft – Rechtsrhetorik, 2011. Idem. „Metaphysisches oder logisches Systemprinzip“. Op. cit. Bübner, R. „Selbstbezüglichkeit als Struktur transzendentaler Argumente“. Op. cit. Frank, M. „Unendliche Annäherung“. Op. cit. Ishikawa, F. „Zum Gerichtshof-Modell der Kategorien-Deduktion“. Op. cit. Idem. „Grundmotive des Gerichtshof-Modells der Kategorien-Deduktion Kants“. In: Mohrs, T. Roser, A & Salehi, D (Hrsg). *Die Wiederkehr des Idealismus? Festschrift für Willhelm Lütterfelds zum 60. Geburtstag*. Frankfurt: Peter Lang, 2003. Kaulbach, F. "Die Rechtsphilosophische Version der Transzendentalen Deduktion". In: *Studien zur späten Rechtsphilosophie Kants*. Op. cit. Pievatolo, M.C. „The Tribunal of Reason: Kant and the Juridical Nature of Pure Reason“. In: *Ratio Juris*, 12, 1999. Proops, I. „Kant's Legal Metaphor and the Nature of a Deduction". *Journal of the History of Philosophy*. Vol 41. N. 2. 2003. Seeberg, U. „Kants Vernunftkritik als Gerichtsprozeß“. In: Bowman, B. (Hg). *Darstellung und Erkenntnis*. Paderborn: Mentis Verlag, 2007. Idem. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit.

³⁷² Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit. p. 199. n. 74

³⁷³ Idem. p. 200.

³⁷⁴ Hellfeld, J. A. *Repertorium reale practicum Iuris privati Imperii Romano-Germanici*. Bd 2. Jena, 1755. p. 1122.

Deduktion recebe o sentido de *Beweis* de uma determinada *Anspruch* ou *Gerechtsame*. Johann Christoph Adelung no Verbete “Deduction” presente no *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*, cuja primeira edição é de 1774, define “dedução” como “um escrito no qual são investigadas as pretensões e as autorizações, que naquelas se fundam, de um partido”³⁷⁵. Segundo o mesmo Adelung, as “autorizações” mencionadas por ele e por Hellfeld não seriam apenas simples “*Rechte*”³⁷⁶, mas antes “a *faculdade* ou *competência* <*Befugniß*> fundada em um direito”³⁷⁷, ou seja, “autorizações” ou “competências”, fundadas em um direito ou uma lei, de uso legítimo de determinado objeto. No *Allgemeine Encyclopädie der Wissenschaft und Künste*, de 1832, o uso de “dedução” é também distinguido de seu uso no plural: enquanto que o singular designa um “procedimento formal sob o qual se entende a posse litigiosa de uma coisa, sobretudo de um terreno”, as *Deduktionen* significam, no plural, mais especificamente as “apresentações ou execuções jurídicas, portanto escritos cuja tendência consiste em comprovar <*darthun*> convincentemente a legitimidade <*Rechtsbeständigkeit*> de um caso <*Angelegenheit*> controverso”³⁷⁸. As deduções seriam possíveis em questões tanto de direito privado como de público ou estatal. O peculiar das deduções seria o fato de que “por tal palavra [pensa-se] prioritariamente em um tratamento por escrito de controvérsias públicas e nesse sentido as deduções constituem nomeadamente para a história e para os anais jurídicos um elemento importante de nossa literatura alemã”. O verbete prossegue:

As diversas deduções constituíam um dos centros de gravidade mais reluzentes da atividade erudita de nossos antigos *Reichspublicisten* [ie., juristas especializados em direito público e estatal durante o Sacro Império Romano-Germânico]; sob um ponto de vista histórico, contudo, elas são geralmente e em parte documentos importantes para a história alemã geral e particular, levadas ao prelo por ocasião de esclarecimentos jurídicos³⁷⁹.

³⁷⁵ Adelung, J. C. “Deduction”. In: *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*. Bd. 1. 1. Aufl. Leipzig 1774–1786, 5 Bde.; 2. Aufl. Leipzig 1793–1801, 4 Bde., Supplementband 1818 p. 1433.

³⁷⁶ Como, de resto, se costuma traduzir o termo nas edições em português da *KrV* na passagem em que ele surge citada no início de nosso trabalho. A 751/B 779.

³⁷⁷ “A *Gerêchtsame* [são] as autorizações <*Befugnisse*> que se fundamentam em um direito ou uma lei. Sujeitar-se a *Gerêchtsamen*. Uma cidade que tem autorizações <*Gerêchtsamen*>. Observação: No *Oberdeutsch* apenas *Rechtsame*. Neste mesmo emprego, como advérbio ou adjetivo toma-se *gerecht* *sam* por *rechtmäßig*, além de *Gerechtsamkeit* por *Gerechtsame*. Não é justificado afirmar que *Gerechtsamen* não têm singular. No entanto, o plural surge mais frequentemente”. Adelung, J. C. Verbete “*Gerechtsame*”, *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*. Op. cit. Bd. 2, p. 582.. Cf. Zedler: “*Rechtsamen* oder *Gerechtsame*”. Estes “são tantos quantos forem os direitos ou competências específicos <*besondern Rechte* und *Gerechtlichkeiten*, oder *Befugnisse*> devidos a certas pessoas”. Zedler, J.H. *Großen vollständigen Universal-Lexicon* Bd. 30. 1731-1754. p. 1423.

³⁷⁸ *Allgemeine Encyclopädie der Wissenschaft und Künste*. Hg. von J. S. Ersch und J. G. Gruber. Leipzig: 1832. Bd. 23. pp. 316-7.

³⁷⁹ Idem. p. 317.

Por fim, no *Allgemeines Handwörterbuch der philosophischen Wissenschaften, nebst ihrer Literatur und Geschichte*, também de 1832, T.W. Krug define *Deduction* em seu sentido tanto jurídico como lógico e referida explicitamente à “escola crítica”:

Dedução (de *deducere*, derivar <*ableiten*>) é propriamente a derivação de uma proposição a partir de uma ou várias outras. Visto que, contudo, na prova deriva-se também algo a partir de uma outra coisa ou de uma certa coisa (ou de algo decididamente assumido), denominam-se frequentemente também *deduções* as provas. Em especial os juristas costumam denominar assim suas provas e, com efeito, na medida em que elas dizem respeito ao fato <*Thatsache*>, como *deductiones facti*; na medida, contudo, em que elas dizem respeito à pergunta propriamente jurídica, como *deductiones iuris*. Os filósofos, especialmente os da escola crítica, costumam igualmente denominar *deduções* suas provas a partir da legalidade originária do espírito humano <*ursprünglichen Gesetzmäßigkeit der menschlichen Geistes*> e, decerto, como [deduções] transcendentais. Todavia, eles não se põem de acordo quanto ao uso dessa palavra, já que muitos denominam toda prova filosófica uma *dedução* e a prova matemática, porém, uma *demonstração*.³⁸⁰

3.2. Jurisprudência teórica e prática e *praxis* jurídica.

A última definição de “dedução” fornecida por T.W. Krug, cuja intenção primordial era redigir um dicionário histórico-crítico da filosofia³⁸¹, denuncia a cristalização da modificação conceitual por que passou, através da filosofia crítica, o conceito de “dedução” em ambiente de língua alemã como modo de prova filosófica em oposição à demonstração própria às matemáticas. Na época de Kant, porém, o conceito jurídico de dedução era sobretudo pertencente ao conjunto de conceitos e *termini technici* de que se compunha tanto a “teoria do direito”, dividida, por sua vez, em jurisprudência teórica e prática, como a *praxis* jurídica³⁸². Essa distinção, insinuada por Kant na *RL* (MdS AA 06: 229-230), nos é aqui de grande valia pois justamente a partir dela podemos compreender melhor os contornos e escopo do procedimento jurídico de dedução no interior da jurisprudência de forma geral.

Daniel Nettelbladt e Johann Stephan Pütter teriam sido os primeiros autores a proporem uma distinção entre jurisprudência prática e teórica <*praktische und*

³⁸⁰ Krug, W. T. “Deduction”. In: *Allgemeines Handwörterbuch der philosophischen Wissenschaften, nebst ihrer Literatur und Geschichte*. Bd 1. Leipzig, 1832. p. 567

³⁸¹ “Seria muito instrutivo se houvesse uma obra que enfileirasse todos os conceitos e proposições filosóficos em ordem alfabética, que fornecesse um panorama de sua origem, seu desenvolvimento, suas modificações, suas contestações e defesas, desfigurações e correções, tudo com referência às fontes, autores e de todas épocas até o presente”. Krug, W. T. “Rezension des Mellinschen Encyclop. Wb. der krit. Philos. Neue Leipziger Lit.-Ztg. 22. Stück (1806) S. 346”. Apud. Meier, H.G. “Begriffsgeschichte”. Op. cit. p. 792.

³⁸² Cf. Schröder, J. *Wissenschaftstheorie und Lehre der 'praktischen Jurisprudenz' auf deutschen Universitäten an der Wende zum 19. Jahrhundert*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1979.

theoretische Rechtsgelehrsamkeit> ao lado de uma prática jurídica <*juristische Praxis*> oposta a ambas³⁸³. Os dois ramos da *jurisprudencia*, a *theoretica* e a *practica*, entendidos respectivamente como o tratamento teórico e prático dos direitos e obrigações, pertenceriam à *theoria iuris*, ao passo que a *praxis* jurídica, por tratar de casos particulares, permaneceria fora da teoria³⁸⁴. Segundo Nettelbladt, a “teoria do direito seria a doutrina mesma, que contém verdades sobre direitos e obrigações, ao passo que à *praxis* [jurídica] caberia a aplicação das leis a *facta*”³⁸⁵. A jurisprudência prática, em oposição à teórica, que trata de definições e formulações conceituais, “é a parte da jurisprudência que contém em si as verdades sobre o modo como os afazeres jurídicos têm de ser conduzidos”³⁸⁶. A *praxis jurídica*, por sua vez, consistiria “na aplicação de todas as verdades universais a casos jurídicos particulares” e seria “muito diferente da jurisprudência prática”³⁸⁷. Dito de outro modo, “a [jurisprudência teórica] contém verdades sobre direitos e obrigações, a [jurisprudência prática] verdades sobre como os negócios jurídicos devem ser conduzidos. Por exemplo: quem pode testar, [isto] pertence à jurisprudência teórica; como, porém, um testamento deve ser ordenadamente estabelecido, [isto] pertence à jurisprudência prática. O que é um contrato de venda, [isto] pertence à jurisprudência teórica, já como um contrato de venda deve ser redigido, à prática. Tanto a jurisprudência teórica como a prática pertencem, portanto, à *teoria* do direito e ambas devem ser claramente distinguidas da prática mesma, da condução concreta dos negócios jurídicos”³⁸⁸. Voltaremos a essas distinções por ocasião de Pütter. Por ora notemos que entre os conceitos que encontram lugar tanto nas obras filosóficas sobre direito natural (jurisprudência teórica) quanto nos escritos voltados à condução dos negócios jurídicos e aos casos particulares com que o jurista se confronta (jurisprudência prática e *praxis* jurídica) conta-se o de *dedução*. Voltemo-nos agora primeiramente à denominada jurisprudência teórica para então tratarmos da jurisprudência prática e da *praxis* jurídica, mais especificamente em Pütter e seu conceito de dedução.

C. Wolff define a dedução em contexto jurídico como um sinônimo da *demonstração* <*demonstratio*> de um direito adquirido:

³⁸³ Hufeland, outro autor certamente conhecido de Kant, também distingue jurisprudência teórica e prática - cf. S. 52.n 91. *Abriß der Wissenschaftskunde und Methodologie der Rechtsgelehrsamkeit*, Jena. 1797.

³⁸⁴ Nettelbladt, D. “De optima iurisprudentiam practicam docendi methodo”. In: *Sammlung kleiner juristischer Abhandlungen*, Halle, 1792. p. 92.

³⁸⁵ Idem. p. 9.

³⁸⁶ Nettelbladt, D. *Versuch einer Anleitung zu der ganzen Practischen Rechtsgelahrheit*. Halle, 1767. p. 3.

³⁸⁷ Idem. S. 3-4.

³⁸⁸ Schröder, J. *Wissenschaftstheorie und Lehre der 'praktischen Jurisprudenz'*. Op. cit. pp. 46-47.

A prova de que a alguém compete um direito adquirido costuma denominar-se *dedução*, de modo que *deduzir o seu direito ou o de outrem é o mesmo que provar que um direito compete a essa pessoa ou a outrem*, ou, visto que se trata aqui de um direito adquirido, *que por meio dessa ação ele mesmo ou outrem adquiriu esse direito*³⁸⁹.

Em sentido jurídico “dedução” apresenta, como no sentido lógico convencional do termo, um procedimento de prova ao qual liga-se uma pretensão de certeza: “quem pretende deduzir o direito de outrem precisa mostrar que este direito é certo”³⁹⁰. Com efeito, o procedimento dedutivo corresponde no direito ao procedimento lógico-matemático na filosofia³⁹¹. Provar a correção de um direito adquirido equivale à demonstração da verdade de uma proposição. É justamente a ossatura lógico-silogística da dedução jurídica que lhe garante a pretensão de certeza, mais especificamente a inferência *modus ponens*:

A certeza de um direito adquirido depende dessa forma silogística universal (syllogismo catholico), que orienta as reflexões daquele que pretende provar que a alguém compete um direito adquirido:

Se um fato <*factum*> é constituída de tal modo, por meio dela é adquirido um direito de tal modo constituído;

Ora, este fato foi assim constituída;

Logo um direito constituído de tal modo foi adquirido por meio dele³⁹²

É certo que o problema da *species facti* ou *momenta facti* na premissa menor (“Ora, esta ação foi assim constituída”), ou seja, o da determinação de se a ação em questão é subsumível sob a lei e, com isso, se ela de fato possui o significado jurídico assumido, precisa ser resolvido antes mesmo que a premissa maior, ou seja, a que enuncia a lei, seja formulada. Como veremos no capítulo 9, trata-se de um problema não trivial que de uma maneira ou de outra reaparece em Kant sob a forma do problema da dedução metafísica e a assinalação de um *factum* normativo originário não remissível a algo outro que o fundamento, a saber, a apercepção transcendental, como momento anterior ao da dedução transcendental propriamente dita, a saber, a prova da legitimidade do uso de determinado conceito. Mas voltemos a Wolff. Ora, uma vez solucionada a questão do caráter jurídico da ação, a dedução e, com ela, a *quaestio iuris* se desenrolam sem

³⁸⁹ Wolff, C. *Jus naturae methodo scientifica pertractatum. Pars tertia*. Frankfurt, Leipzig und Halle 1740. 2. Repr. Hildesheim: Georg Olms, 2003. § 443..

³⁹⁰ Wolff, C. *Jus naturae methodo scientifica pertractatum*. Op. cit. § 444.

³⁹¹ Wolff, C. *Jus naturae methodo scientifica pertractatum*. Op. cit. § 441: “Denominamos direito certo <*jus certum*> no mesmo sentido que denominamos, na lógica, proposições certas. Certa é a proposição que pode ser demonstrada <*demonstrari*> (§ 568. Log.). Portanto, certo é todo direito que podemos demonstrar que ele nos pertence. Naturalmente se diz: me compete esse direito e se tu podes demonstrar que ele te compete, então o teu direito é certo. No caso contrário denominamos direito incerto <*jus incertum*>”.

³⁹² Idem. § 442.

grandes problemas para um jurista versado em lógica³⁹³. Como no restante de sua filosofia, Wolff assume também no direito o paradigma de uma ciência objetiva demonstrada.

Quem também alude à dedução no contexto da determinação da *quaestio iuris* e da *quaestio facti* é uma fonte mais próxima a Kant, a saber, Gottfried Achenwall. Segundo ele, *probatio* é uma *deductio iuris* quando demonstra não que um caso ou *factum* existe (questão de fato), mas sim se ele é justo ou injusto, correto ou incorreto (questão de direito). Trata-se, aqui, da oposição, aludida em Wolff, entre os *momenta in facto* e os *momenta in iure*, ou seja, por um lado os elementos factuais que definem a instanciamento de uma regra ou lei jurídica numa ação dada qualquer e, por outro, os elementos normativos que compõem a lei e determinam se o fato em questão se deixa subsumir sob tal lei³⁹⁴. Justamente em relação a este último momento surge a *deductio iuris*:

Acerca da verdade do fato pode haver dúvida ou 1) se a existência do fato é verdadeira ou não; ou, 2) se consta a verdade do fato, se ele é justo ou não. A prova da existência ou não existência do fato é a prova do fato <*probatio facti*>, a prova da justiça ou injustiça do fato pertence à prova (dedução) jurídica <*probatorem (deductionem) iuris*>³⁹⁵.

A oposição de Achenwall entre uma *probatio facti* e *probatio* ou *deductio iuris* remete, à primeira vista, à distinção feita por Kant entre uma dedução transcendental e uma mera derivação fisiológica ou dedução empírica, ou seja, entre a *quaestio iuris* e a *quaestio facti*. A dedução ou prova jurídica só se coloca de forma adequada por ocasião da definição do que é de direito, e não de se determinado fato existe ou não. Contudo, como veremos no capítulo 9, essa identificação automática entre “*Faktum*” e “empírico” não pode ocorrer sem problemas para a compreensão do que seja a dedução jurídica. A determinação do *Faktum* (*res facti*, *species facti*) ocorre também por ocasião da dedução metafísica, que deriva as categorias das formas lógicas do juízo, sem que se determine ainda sua realidade objetiva (*quid iuris*, *quaestio iuris*). Por ora notemos apenas que, assim como em Wolff, também em Achenwall (e acrescentemos: em Baumgarten³⁹⁶) coloca-se o problema prévio (e normativamente relevante) da determinação dos

³⁹³ “Portanto, o sucesso do procedimento dedutivo jurídico depende completamente da exposição da premissa menor, que fundamenta a legitimidade da circunscrição ou compreensão <*Erfassung*> do ocorrido como um caso da regra, isto é, da premissa maior. Realizado isto, a *quaestio iuris* é respondida”. Aichele, A. „Enthymematik und Wahrscheinlichkeit“. Op. cit. p. 500

³⁹⁴ Veremos esse ponto no capítulo 9.3.

³⁹⁵ Achenwall, G. *Ius naturae in usum auditorum. Pars prior*. Göttingen, 1773. § 292. p. 262. Cf. Kaulbach, F. “Die Rechtsphilosophische Version der Transzendentalen Deduktion”. In: *Studien zur späten Rechtsphilosophie Kants und ihrer transzendentalen Methode*. Op. cit. p. 35, n. 39.

³⁹⁶ Cf. Hruschka, J. “Die species facti”. Op. cit.

momenta in facto ou *momenta facti* para que seja primeiramente possível abordar e resolver a *quaestio iuris*.

Wolff e Achenwall servem como significativos exemplos de que “dedução” pertencia também aos conceitos operatórios da jurisprudência teórica que lidava com formulação de direitos e obrigações. Contudo, a brevidade das discussões nestes autores a respeito da dedução nos dá uma pista de que o lugar mais apropriado da dedução como modo jurídico de prova ou justificativa de direitos não era exatamente a jurisprudência teórica. Com efeito, a prática jurídica das *Deduktionen* que surgiu em finais do século XV e encontrou sua codificação e acabamento metodológico em meados do XVIII nos *Deduktionsschriften*, pertencia prioritamente à *jurisprudência prática* ou *praxis jurídica*. Os *Deduktionsschriften* eram

escritos cujo objetivo consistia em desenvolver em detalhe a natureza de um caso jurídico controverso <*die Beschaffenheit einer streitigen Rechtsache*>, apresentá-lo ao público na forma mais proveitosa possível e, o tanto quanto possível, convencer o leitor sobre a justiça presente num determinado caso. No uso admitido do termo, dá-se a esses escritos o nome de *deduções*³⁹⁷

A despeito de diferenças formais menores, a estrutura dos *Deduktionsschriften* era a mesma. Deduções eram pensadas prioritariamente para a defesa, diante de um juiz, das razões de uma parte cujas pretensões são contestadas ou para a refutação das pretensões apresentadas por um outro partido por ocasião de um caso controverso particular³⁹⁸. Um dos objetivos implícitos das *Deduktionen* era, ademais, tornar públicas as principais controvérsias jurídicas, disponibilizando documentos e materiais para o “mundo erudito” ao invés de deixá-los “escondidos” do público³⁹⁹.

Há muitos indícios de que Kant conhecia bem esses escritos: além de ter sido bibliotecário da *Schloßbibliothek* de Königsberg e encarregado da revisão de seu acervo, onde certamente encontrava-se uma coleção das *Deduktionsschriften*, Kant menciona deduções no direito dos povos (MdS AA 06: 350 – há menções também na *Paz Perpétua* AA 08: 344; 382), no direito privado (p.ex. “dedução do conceito de aquisição originária”. MdS AA 06: 268; “Dedução do conceito de posse meramente jurídica”.

³⁹⁷ Holzschuher, C-S. *Deduktion-Bibliothek von Teutschland*. Bd. 1, Frankfurt u. Leipzig 1778. S. III. Apud Ishikawa, F. “Zum Gerichtshof-Modell der Kategorien-Deduktion”. p. 14.

³⁹⁸ Cf. Henrich, D. “Kant’s notion of a Deduction”. Op. cit. pp. 32-40; Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit. pp. 197-204.

³⁹⁹ “Deduções (...) são o único canal pelo qual documentos, que sem isso permaneceriam ocultos, são comunicados ao mundo erudito. Também cortes a cuja política pertence a máxima de deixar tudo em segredo para não tornar conhecido nada que possa ser desfavorável a alguém, são por vezes necessitadas por conflitos com vizinhos a retirar documentos da escuridão”. Reuß, J. A. *Deductions- und Urkunden-Sammlung: ein Beytrag zur Teutschen Staatskanzlei*. Ulm, 1785. pp. x-xi.

MdS AA 04: 249) e esboça, ele mesmo, como já mencionado, uma dedução estritamente jurídica no escrito sobre a impressão de livros (VUB AA 08: 77-87), em que segue algumas das orientações sobre como conduzir uma dedução jurídica que mencionaremos na próxima seção. Ademais, um dos autores mais destacados dos *Deduktionsschriften* era J. S. Pütter, que escreveu em conjunto com Achenwall a primeira edição do compêndio sobre direito natural utilizado por Kant como manual de seus cursos sobre o tema, o *Ius Naturae in usum auditorum*. O escrito mais conhecido de Pütter sobre a metodologia dos *Deduktionsschriften* chama-se *Anleitung zur juristischen Praxi wie in Teutschland sowohl gerichtliche als ausserrechtliche Rechtshändel oder andere Kanzley-Reichs- und Staats-Sachen schriftlich oder mündlich verhandelt, und in Archiven beygelegt werden*, publicado em 4 edições entre 1754 e 1780 e com cuja terminologia e estrutura a dedução transcendental das categorias apresenta muitas semelhanças, como veremos na próxima seção. Pütter se insere no movimento de fortalecimento especulativo e institucional (universitário) da jurisprudência prática⁴⁰⁰.

Até 1748 Pütter equiparava *Praxi* a *Prozeß*, “incluindo aqui o processo das cortes supremas do reino < höchsten Reichsgerichte>”⁴⁰¹, porém em 1754, com a *Anleitung zur juristischen Praxis*, Pütter opõe à *praxis* a teoria da jurisprudência (jurisprudência teórica e prática), à qual cabe o estudo dos processos. Teoria e *praxis* não se distinguiriam pelo fato de aquela tratar de obrigações e direitos e esta do modo de realizá-los⁴⁰²; à jurisprudência teórica pertence também o processo, isto é, o modo de colocar em prática direitos e obrigações⁴⁰³. Direitos e obrigações pertencem à *praxis* jurídica apenas na medida em que os “casos isolados” lhes dizem respeito⁴⁰⁴. A *praxis* jurídica se define, portanto, por lidar com os casos particulares e os instrumentos específicos da prática jurisprudencial (escritos, cerimoniais, arquivos); ela consistiria

⁴⁰⁰ Cf. Schröder, J. *Wissenschaftstheorie und Lehre der 'praktischen Jurisprudenz'* Op. cit. Sobre a relação no séc. XVIII entre a fundação de faculdades de direito e a formação voltada à prática, ie, à administração pública, Cf Scattola, M. *La nascita delle scienze dello Stato. August Ludwig Schlözer (1735-1809) e le discipline politiche del Settecento tedesco*. Milano: Franco Angeli, 1994. Sp. 18ff.

⁴⁰¹ Schröder, J. *Wissenschaftstheorie und Lehre der 'praktischen Jurisprudenz'* Op. cit. Idem. S. 49.

⁴⁰² “A diferença entre jurisprudência prática e teórica consiste, portanto, não no fato de que esta contém direitos e obrigações em si e aquela apenas a forma de realizá-los, sobretudo por processo. Pelo contrário, o processo pertence ainda à teoria, e ele consiste assim também meramente em uma determinada ordem por meio de leis que assinalam ao juiz, ao acusador e ao acusado os seus direitos e deveres”. Pütter, J. S. *Anleitung zur juristischen Praxi, wie in Teutschland sowohl gerichtliche als außergerichtliche Rechtshändel oder andere Canzley- Reichs- und Staats-Sachen schriftlich oder mündlich verhandelt und in Archiven beygelegt werden*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1789. § 4. p. 2

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem. ver Anmerkung II. § 4. p. 2

portanto numa espécie de *modus operandi* do jurista, o estudo sobre as formas concretas e particulares utilizados *na* colocada em prática de direitos e obrigações por meio de um processo.

Portanto, toda práxis jurídica consiste apenas no fato de que em casos particulares seja possível agir, por escrito ou oralmente, da forma que é sempre necessária e oportuna para o propósito de uma elucidação por escrito ou de uma apresentação oral <Erklärung oder Vortrag> para estabelecimento, supressão, julgamento ou manutenção de direitos e obrigações pretendidos; dito de forma sucinta: utilizar a boca e a pena da forma mais adequada para o propósito de um afazer qualquer para o qual se carece de juristas⁴⁰⁵.

Segundo Pütter, “a teoria dos direitos contém (...) as verdades gerais conforme elas são determinadas pelas leis naturais ou arbitrárias. Tão logo se trate de casos específicos, então isso pertence à praxis de um jurista”⁴⁰⁶. Justamente aqui, na práxis jurídica, inserem-se sobremaneira os *Deduktionsschriften* e de modo geral a dedução jurídica.

3.3. Dedução segundo Pütter e suas similaridades com a dedução na *KrV*

Antes de analisarmos em que consiste uma dedução jurídica para Pütter, voltemo-nos rapidamente uma vez mais aos *lexika* da época. Na *Allgemeine Encyklopädie der Wissenschaft und Künste* são mencionadas as principais coleções de *Deduktionenschriften*. Além da de Holzschuher já referida, são citadas a de Lünig (*Bibliotheca Deductionum*) (segundo o próprio Holzschuher, trata-se da primeira tentativa de compilação dos *Deduktionsschriften*⁴⁰⁷), Moser (*Sammlung der neuesten und wichtigsten Deduktionen*), Reuß (*Deductions- und Urkunden-Sammlung*) e, sobretudo, a coletânea de Pütter, *Auserlesene Rechtsfälle*, à qual nos dedicaremos mais à frente. Ainda na *Allgemeine Encyklopädie* lê-se sobre as “regras teóricas” a serem observadas na redação dos *Deduktionenschriften*: “aqui intervêm circunstâncias e relações de natureza múltipla”. A despeito disso, restam ainda algumas “indicações normativas (...) conforme nos legou o maior mestre das deduções da Alemanha”, nomeadamente Pütter⁴⁰⁸. As *Deduktionen* têm a forma seja de um escrito <Schreiben>, seja de uma petição <Bittschrift>, de um memorando <Promemoria> ou de uma ata

⁴⁰⁵ Idem. § 8. p. 3.

⁴⁰⁶ “A teoria dos direitos contém de ambas [jurisprudência teórica e prática] as verdades universais conforme elas são determinadas pelas leis naturais ou contingentes. Tão logo se trate de casos particulares, entra-se na práxis de um jurista”. Idem. § 4. p. 2.

⁴⁰⁷ Holzschuher, C-S. *Deduktion-Bibliothek von Teutschland*. Op. cit. p. VI.

⁴⁰⁸ *Allgemeine Encyklopädie der Wissenschaft und Künste*. Op. cit. pp. 316ss.

judicial verídica <wahrhaft gerichtlichen Actenstücks>, e no último caso pode ocupar o lugar tanto de um escrito de reclamação <Klage>, exceção <Exception>, réplica <Replik>, tréplica, e *Quadruplik*, como assumir o caráter de um escrito de prova <Probation>, defesa <Salvation>, reprovação <Reprobation>, apelação <Appelation>, revisão <Revision>, restituição <Restitution> e súplica <Supplication>. Além de uma forma específica de tratamento <Anreden> e cortesia <Courtoisie>, recomenda-se, dependendo do destinatário, acrescentar um memorando em que é comumente feita a divisão entre matéria fática ou histórica <faktischen oder geschichlichen Stoffs> e o desenvolvimento jurídico da questão. A distinção em duas partes principais não significa necessariamente “que no desenvolvimento histórico nenhum argumento jurídico possa ser aludido”⁴⁰⁹. Veremos como Pütter ressalta explicitamente esse ponto. A parte histórica, dependendo das circunstâncias, pode variar quanto ao uso de termos técnicos, “pois a parte histórica de uma dedução é em geral destinada a assinalar e limitar o campo no qual se opera e se deve operar”. Por fim, deve-se mencionar de modo claro e determinado as perguntas de cuja resposta e determinação <Beantwortung und Feststellung> sobretudo se trata. “Com outras palavras, deve-se fixar propriamente o *status causae et controversiae*”. Pode ser prudente não abordar <hinstellen> repetidamente as *Streitfragen*, “mas antes montar de tal forma a exposição que cada parte surja claramente diante dos olhos do leitor”⁴¹⁰. No que diz respeito à segunda parte de uma *Deduktion*, a saber, “à genuína discussão jurídica <die eigentliche Rechtserörterung>, devem ser aqui levados em conta, como nos argumentos de todo juízo jurídico <den Gründen eines jeden rechtlichen Urtheil>, tanto os argumentos da parte como os do opositor”⁴¹¹. Ao cabo do escrito “o resultado obtido tem de ser apresentado seja na forma de um requisição, seja sob as vestes de uma convicção legal <rechtlichen Überzeugung> ou de uma posição ou opinião jurídica”⁴¹². A respeito do “modo de escrita”, por fim, é recomendado “facilitar o panorama do todo através de uma divisão apropriada, títulos, índices e parágrafos, talvez também marginais e sumários, evitar o máximo possível observações abaixo do texto, nomeadamente deduções impressas no interior do texto, e por fim inserir rubricas ou o título do todo

⁴⁰⁹ Idem. p. 317.

⁴¹⁰ Idem. pp. 317-318.

⁴¹¹ Idem. p. 318.

⁴¹² Idem. Ib

conforme as especificidades técnicas <fachgemäß>⁴¹³. Em resumo, é válida a recomendação de Pütter de “resumir repetidamente o essencial”.

No *Repertorium Reale Practicum Iuris Privati Imperii Romano-Germanici* é sucintamente descrita a “*Formalität*” das Deduktionen, ou seja, o procedimento exposto acima, com exceção dos aspectos estilísticos, é resumido em 6 pontos:

O aspecto formal das deduções consiste: 1) na repetição dos fatos <Facti> e das controvérsias e questões jurídicas deles surgidos, 2) na enunciação dos argumentos de dúvida e 3) dos argumentos para a decisão, refutando aqueles e, assim, reforçando estes; 5) na resposta jurídica às perguntas jurídicas, e 6) inclusão dos documentos necessários como anexo⁴¹⁴.

Os *lexika* do período se limitam a resumir e condensar as recomendações e instruções do “grande mestre das deduções da Alemanha”, Pütter. No *Anleitung zur juristischen Praxi* ele descreve os *Deduktionsschriften* como escritos que “devem servir para a execução ou exposição <Ausführung> da justiça de um caso <Sache>”⁴¹⁵, sem consideração do que o ensejou, uma causa jurídica ou não jurídica, de seu conteúdo, “mundano ou espiritual”, “privado ou público”, e de sua forma, um escrito, uma petição <Bittschrift>, atos ou artigos <Aufsatz>⁴¹⁶. Pütter destaca que as deduções têm duas partes principais: uma histórico-factual e outra propriamente jurídica. Enquanto escritos “nos quais algo é exposto ou apresentado <vorgetragen> para uma finalidade jurídica última <juristischen Endzweck>, as deduções “contêm circunstâncias históricas <Geschichts-Umstände> (*res facti*)”⁴¹⁷, ou seja, assim como Wolff e Achenwall, Pütter admite que uma dedução diz respeito não apenas à determinação do que é de direito, *quid ius*, mas implica ou pressupõe a definição ou menção de *facta* que, como “condições históricas”, definem o próprio *ius controversum*. Em outras palavras, à dedução como *probatio iuris pertence a discussão prévia da quaestio facti* tocante à fonte ou origem do *ius* que é tomado, na dedução, como *controversum*. No entanto, Pütter recomenda que as circunstâncias histórico-fatuais devam ser cuidadosamente distinguidas das jurídico-normativas, por mais difícil que seja separar umas das outras no caso concreto apresentado ao jurista.

Pütter lista 12 pontos de ordem metodológica, formal e estilística a serem observados numa dedução bem sucedida. Ao lado da recomendação para que o redator das deduções distinga entre as circunstâncias históricas e pontos jurídicos <Rechts-

⁴¹³ Idem. Ib

⁴¹⁴ Hellfeld, J. A. *Repertorium reale practicum Iuris privati Imperii Romano-Germanici*. Op. cit. p. 1122

⁴¹⁵ Pütter, J. S. *Anleitung zur juristischen Praxi*. Op. cit. § 95.

⁴¹⁶ Idem Ib.

⁴¹⁷ Idem. § 77.

Puncten>, Pütter inclui ainda o conselho para que seja esboçada uma (1) tábua genealógica <*Stammtafel*> que apresente de forma gráfica e sintética as pessoas envolvidas e as relações genealógicas, de modo a utilizá-la como “fio condutor” <*Leitfaden*> na exposição⁴¹⁸. Quanto ao aspecto mais formal, após uma (2) apresentação preliminar <*Vorbericht*> ou um “breve conceito do conteúdo” <*kurzer Begriff des Inhalts*> do caso, assim como “marginálias” ou “sumários” redigidos ao final⁴¹⁹, deve ser fornecido um (3) “relato da história” <*Geschichts-Erzählung*>, ao qual se pode acrescentar um relato “daquilo que já foi julgado sobre o caso, por exemplo a história do processo, na medida em que este existe e contribui em algo para o julgamento deste caso”⁴²⁰. Na sequência é enunciada a (4) pergunta principal <*Hauptfrage*>, na qual o juízo deve concentrar-se como *status controversiae*⁴²¹, e são apresentados ademais (5) os fundamentos ou razões a favor do caso, as *rationes decidendi*⁴²², e então (6) os argumentos ou razões contrários ou que colocam em dúvida o caso, as *rationes dubitandi*⁴²³; contudo, quando se trata não de um “parecer” <*Gutachten; consilia; rechtliches Bedenken*> imparcial⁴²⁴, mas, antes, de defender a justeza <*Rechtlichkeit*> das pretensões próprias, ou ainda, de tornar convincentes as pretensões da parte defendida, não é necessário levar em conta todos os fundamentos ou razões da parte adversária⁴²⁵, cabendo ao redator, “segundo todas as regras da prudência e cautela, avaliar se é aconselhável enunciar tais razões de dúvida ou preferivelmente passar por cima delas em silêncio”⁴²⁶. Ao cabo do escrito deve haver uma (7) “conclusão” <*Schluß*> que “seja conforme ao propósito pretendido”⁴²⁷. Por fim, quanto ao aspecto mais estilístico, é desejável que o texto de uma dedução possua (8) “frequentes divisões”, seja por números, letras, capítulos, parágrafos, seções, etc.⁴²⁸ e contenha (9) observações que se diferenciem das “proposições principais” avançadas⁴²⁹; como

⁴¹⁸ Idem. § 99; § 122.

⁴¹⁹ Idem. § 115.

⁴²⁰ Idem. § 106.

⁴²¹ Idem. § 107.

⁴²² Idem. § 109.

⁴²³ Idem. § 110.

⁴²⁴ Um exemplo de parecer jurídico imparcial de Pütter: *Unpartheyisches rechtliches Bedenken über die zwischen der Krone Böhmen und den Herren von Zedtwitz wegen Mittelbarkeit oder Unmittelbarkeit der Herrschaft* Asch. Göttingen, 1772.

⁴²⁵ Pütter, J. S. *Anleitung zur juristischen Praxi*. Op. cit. §§ 124-126.

⁴²⁶ Idem. § 110. Ademais, “onde seja possível, preparar os argumentos próprios e sua apresentação de tal forma que a partir de sua conexão mesma os contra-argumentos e dúvidas sejam por si mesmos refutados, por conseguinte que não seja necessário sequer mencioná-los, muito menos respondê-los”.

⁴²⁷ Idem. § 111.

⁴²⁸ Idem. § 113.

⁴²⁹ Idem. § 114.

complemento em causas mais difíceis ou “amplas” <weitläufig>, (10) é possível acrescentar, ao lado da dedução principal, um artigo <Aufsatz> mais curto no qual é relatado o essencial, com o objetivo de fornecer um panorama facilitado do tópico⁴³⁰. Pütter recomenda ademais que a escrita seja (11) clara e compreensível, “para o convencimento (...) daquele a quem o escrito é dirigido”⁴³¹, e que (12) o título da dedução “expresse o conteúdo do escrito da forma mais clara e completa possível”⁴³².

Muitos exemplos da aplicação dessas instruções para a confecção de uma dedução jurídica são encontrados na coletânea de Pütter já mencionada, *Auserlesene Rechtsfälle*⁴³³, e em outros pequenos escritos, como o *Kurzer Begriff von der ganzen Zedtwitzischen Sache*⁴³⁴. Os exemplares compilados pelo próprio Pütter revelam uma notável variedade de apresentações e ordenação das partes de uma dedução, conforme a relativa liberdade formal contida nas instruções do *Anleitung zur juristischen Praxi*. A despeito das diferenças, no entanto, a estrutura geral dos escritos permanece basicamente a mesma. Tomemos como exemplo a dedução (que assume a forma de um *rechtliches Bedenken*) em que Pütter defende que a marquesa de Favras, embora filha natural do príncipe de Anhalt-Schaumburg, Carl Ludewig, não é sua herdeira legal e, portanto, não é princesa de Anhalt-Schaumburg, ao contrário do que reivindica o próprio príncipe. A dedução, feita a pedido do Marques de Favras, o então atual esposo da princesa, procura provar que o casamento do príncipe Carl Ludewig que lhe rendeu esta filha era nulo e, portanto, os descendentes que dele resultaram não são herdeiros legais, ainda que naturais⁴³⁵. O escrito assume a forma básica de uma dedução. Ele possui uma seção inicial (“*themata generalia*”) que contém uma apresentação preliminar ou “breve conceito do conteúdo” do caso⁴³⁶, assim como “marginálias”

⁴³⁰ Idem. § 120.

⁴³¹ Idem. § 112.

⁴³² Idem. § 117.

⁴³³ O título completo da obra é: Pütter, J. S. *Auserlesene Rechts-Fälle aus allen Theilen der in Teutschland üblichen Rechtsgelehrsamkeit in Deductionen, rechtlichen Bedenken, Relationen und Urtheilen theils in der Göttingischen Juristen-Facultät, theils in eigenem Namen ausgearbeitet. Bd 1-3*. Göttingen, 1760-1785.

⁴³⁴ O título completo da obra é: Pütter, J. S. *Kurzer Begriff von der ganzen Zedtwitzischen Sache die von der Krone Böhmens bestrittene Reichsunmittelbarkeit betreffend*. Göttingen, 1772. Sobre o procedimento de Pütter aqui, Cf. Aichele, A. “Metaphysisches oder logisches Systemprinzip”. Op. cit. pp. 130-1. Ao contrário de Aichele, contudo, não acreditamos que este escrito seja um exemplo significativo de dedução para Pütter. Nele faltam praticamente todos os pontos contidos nas instruções do *Anleitung*, inclusive – e sobretudo – a distinção entre *res facti* e *quid iuris*. Aichele parece ter selecionado esse escrito apenas para provar sua afirmação de que uma dedução jurídica segue uma estrutura silogística de imputação de fatos singulares sobre regras ou leis universais, à qual, no entanto, segundo nossa visão, não se limitam o método e o objetivo de uma dedução jurídica.

⁴³⁵ Pütter, J. S. *Auserlesene Rechtsfälle. Bd 3.1*. Göttingen, 1777. pp. 1-68.

⁴³⁶ Idem. pp. 1-2.

redigidos ao final sob a forma de “anexos” expondo documentos comprobatórios⁴³⁷; um relato da história <*Geschichterzählung*> de 29 parágrafos em que é exposto a genealogia do caso, relatando o casamento do Príncipe e apresentando a documentação da invalidade do mesmo⁴³⁸; uma discussão dos pontos jurídicos <*Erörterung der Rechtspunkte*> de 53 parágrafos em que são discutidos os elementos legais do caso e apresentadas razões em contrário e em favor da posição defendida⁴³⁹; ademais, por fim, o escrito é dividido em seções, parágrafos e, no interior das seções, em subseções numeradas e assinaladas com letras. Em outras deduções encontram-se itens adicionais das prescrições feitas por Pütter no *Anleitung zur juristischen Praxis*. Mencionemos apenas alguns exemplos: uma *Stammtafel*⁴⁴⁰ ou *genealogische Vorstellung*⁴⁴¹, sobretudo em casos de hereditariedade; a *Geschichterzählung* é por vezes denominada *res facti*⁴⁴² e os *Rechtspunkten, Rechtsfragen*⁴⁴³; as *ratio decidendi* e as *ratio dubitandi* são explicitamente mencionadas e diferenciadas em casos onde se trata de um parecer imparcial⁴⁴⁴; uma conclusão ou *Erfolg* do caso é redigida ao cabo da dedução⁴⁴⁵; a divisão das deduções ocorre seja em capítulos e partes⁴⁴⁶, seja em parágrafos e seções marcadas com letras ou números⁴⁴⁷; etc. Em suma, o que se vê é uma liberdade formal e expositiva na qual se percebem significativas *regularidades, sobretudo a distinção entre res facti e quaestio iuris*.

Os paralelos entre as recomendações de Pütter e o método e metodologia da dedução transcendental são tão flagrantes que não restam dúvidas que Kant não só conhecia o livro como, bem provavelmente, o tomou como modelo para sua própria dedução. Citemos na sequência as seguintes similaridades⁴⁴⁸:

Quanto ao aspecto (I) *estilístico*:

(a) Há a divisão por parágrafos e breves observações sob a forma de notas de rodapé, algo atípico no modo de escrita kantiano;

Quanto aos aspectos (II) *formais*:

⁴³⁷ Idem. pp. 43-68.

⁴³⁸ Idem. pp. 6-19.

⁴³⁹ Idem. pp. 19-43.

⁴⁴⁰ Pütter, J. S. *Auserlesene Rechtsfälle*. Bd 2. pp. 6-7.

⁴⁴¹ Pütter, J. S. *Auserlesene Rechtsfälle*. Bd 4. p. 932.

⁴⁴² Idem. p. 1041.

⁴⁴³ Pütter, J. S. *Auserlesene Rechtsfälle*. Bd 2. p. 241.

⁴⁴⁴ Pütter, J. S. *Auserlesene Rechtsfälle*. Bd 2. pp. 255; 257.

⁴⁴⁵ Idem. p. 253.

⁴⁴⁶ Pütter, J. S. *Auserlesene Rechtsfälle*. Bd 2. pp. 3ss.

⁴⁴⁷ Pütter, J. S. *Auserlesene Rechtsfälle*. Bd 3.4. pp. 1056ss.

⁴⁴⁸ Sobre isso, Cf. Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis*. Op. cit. pp. 206-211.

(b) O primeiro capítulo da dedução, sobre o "fio condutor" das categorias (A 67/B 92), pretende buscar sistematicamente os *Stammbegriffe* (A 81/B 107) do entendimento puro segundo um princípio, e, por fim, intitula a tábua das categorias como a "árvore genealógica do entendimento puro" (A 82/B 108), de acordo, portanto, com as indicações de Pütter;

(c) A dedução A se encerra com uma "Representação sumária da correção e única possibilidade dessa dedução dos conceitos puros do entendimento" (A 128), ao passo que a dedução B termina com um "resultado" (B 165) e um curto apêndice contendo o título "breve conceito desta dedução" (B 168), o que corresponde à recomendação de Pütter de fornecer ao cabo da dedução um panorama do que fora realizado;

Quanto aos aspectos (III) *metodológicos*:

(d) No § 14 sobre a "passagem para a dedução transcendental" há a apresentação do principal ponto de disputa, do *status controversiae*, na medida em que Kant o denomina o "princípio" da dedução das categorias (A 92-5/ B 124-9);

(e) Ainda no § 14, na parte modificada em B, há algo análogo à "história do processo" mencionada por Pütter, no momento em que Kant discute brevemente os tratamentos prévios do tópico, mais especificamente os de Locke e Hume (B 127-9);

(f) A ausência de argumentos contrários àqueles defendidos por Kant, a princípio algo desaconselhado em casos jurídicos (como o da antinomia, como veremos no próximo capítulo), também se explica pelo caráter específico dos *Deduktionsschriften* – trata-se, neste momento preciso da *KrV*, não de um parecer imparcial, como será o caso da antinomia, mas de uma defesa de uma "contestação" (Cf. *KpV* AA 05: 50) ou "ataque" (Cf. *Prol* AA 04: 257-8) aos direitos da razão a um conhecimento sintético a priori, constestação ou ataque este de responsabilidade sobretudo de Hume. Ademais, a refutação do adversário ocorre não pela demonstração de sua contradição, mas como consequência da prova direta de determinado argumento que torna, dessa forma, inválido o seu contrário, como é a orientação fundamental de Kant por ocasião da prova de proposições transcendentais (A 794/B 822), como veremos em detalhe no capítulo 8. Ou seja, na dedução trata-se de fundamentar a posição assumida (conceitos puros do entendimento são conceitos que tornam possível a experiência) por meio não de provas apagógicas, mas de provas diretas.

Por fim, devemos chamar a atenção para um ponto crucial e definidor da dedução jurídica (em oposição, pois, à dedução lógico-matemática) que reaparece em

Kant e, de certa forma, determina a própria posição do problema crítico a ser respondido nesse momento da Analítica Transcendental. Com a oposição entre dedução metafísica e transcendental, Kant alude à diferença entre “*Geschichts-Umstände*” e “*Rechts-Punkt*”, *res facti* e *quid iuris*, ou ainda, entre os dois momentos da dedução das categorias propriamente dita. O esclarecimento desse último ponto deve esperar o momento apropriado. O prosseguimento e aprofundamento da análise sistemática das semelhanças entre a dedução jurídica e a dedução em Kant é objeto do capítulo 9, onde abordaremos os dois momentos mencionados, a saber, a enunciação da *res facti* e a definição do *Rechts-Punkt*, como correlatos da distinção entre dedução metafísica e dedução transcendental. Dito de outra forma, a constatação <*Festellung*> do fato do qual surge um *ius controversum* (*quid facti* - dedução metafísica) e o exame jurídico <*Rechtsprüfung*> da legitimidade dos direitos e autorizações que decorrem do fato constatado (*quid iuris* – dedução transcendental). Para tanto, será preciso ainda diferenciar a *quaestio facti* empírica (como se obtêm os conceitos puros pela experiência – dedução empírica) da *quaestio facti* normativa (como se obtêm os conceitos puros pelas formas lógicas do juízo – dedução metafísica). Em todo caso, tomando a *quaestio facti* ou *res facti* no sentido de uma dedução metafísica seja no de uma dedução empírica, a distinção feita por Kant revela claramente a origem jurídica, não lógico-matemática, do conceito de dedução por ele adotado e operacionalizado.

4. HISTÓRIA DAS FONTES DE ANTINOMIA COMO CONCEITO JURÍDICO

Nesse capítulo pretendemos apresentar as fontes históricas da concepção kantiana de *antinomia*. De modo geral Kant entende por antinomia um “conflito de leis” (A 407/B 434). No entanto, é possível distinguir três sentidos de “antinomia” diferentes, porém aparentados entre si⁴⁴⁹. No *plural* o termo é encontrado sobretudo em *Reflexionen* tardias do *Nachlass* e em cartas⁴⁵⁰, designando via de regra todos ou alguns dos conflitos cosmológicos. No *singular* “antinomia” significa, de modo algo vago, um conflito ou divergência entre princípios ou conflitos, como p.ex. a antinomia do meu e teu exteriores (MS AA 06: 254-255) ou a antinomia entre política e moral (ZeF AA 08: 383). Por fim, o último e mais importante sentido de “antinomia” é encontrado também no singular como um determinado estado ou constituição da razão (A 340/B 398), designando assim a antinomia da *razão pura*. Sob esse último sentido a antinomia é entendida como um “fenômeno da razão humana” (A 407/B 433-434; Cf. Prol AA 04: 338) e, com efeito, como um conflito de leis da razão pura (A 407/B 434). Trata-se aqui das bem conhecidas “contradições da razão consigo mesma” (B 24) nas quais ela se enreda quando procura responder as perguntas cosmológicas fundamentais da metafísica. Os quatro “conflitos cosmológicos das ideias transcendentais” (a saber, a 1. limitação ou ilimitação do mundo segundo tempo e espaço; 2. a divisibilidade finita ou infinita das substâncias ou coisas; 3. a possibilidade ou impossibilidade de uma causa por liberdade; 4. a existência ou inexistência de um ser absolutamente necessário no ou fora do mundo) colocam a razão em um estado ou constituição em que ela pode avançar argumentos igualmente convincentes para tese e antítese.

Alguns autores concedem abertamente que a estrutura de pensamento por trás do conceito de antinomia tem não apenas uma origem teológica na teologia de controvérsia dos séculos 17 e 18⁴⁵¹, mas é também terminológica e metodologicamente enraizada na

⁴⁴⁹ Hinske, N.: *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. S. 99-106. Vgl. auch. Malkorn, W. *Kants Kosmologie-Kritik: Eine formale Analyse der Antinomienlehre*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 1999. pp. 91-97.

⁴⁵⁰ Por exemplo Rx 5412 AA 18: 175; Rx 5962 AA 18: 402; Rx 6418, Refl 6419 AA 18: 710; Rx 6421 AA 18: 711. Brief an Herz 26.05.1789 AA 11: 54; Brief an Beck 20.01.1792 AA 11: 314.

⁴⁵¹ Hinske, N. “Kants Begriff der Antithetik und seine Herkunft aus der protestantischen Kontroverstheologie des 17. und 18. Jahrhunderts. Über eine unbemerkt gebliebene Quelle der Kantischen Antinomienlehre”. In: *Archiv für Begriffsgeschichte*, 16. 1972. pp. 48-59. N. Hinske nota que o conceito “antitética” em Kant provém da teologia polêmica de P. Anton e F.A. Schultz, como veremos no capítulo 6. Deve-se no entanto notar que que isso não esgota o estudo das fontes da concepção kantiana de antinomia. Neste contexto, os conceitos de antitética e antinomia devem ser cuidadosamente

*jurisprudência*⁴⁵². Até mesmo N. Hinske, o primeiro a reivindicar a pretensa origem teológica da doutrina antinômica de Kant, menciona *en passant* que “o conceito de antinomia [em Kant] é originalmente um conceito jurídico”⁴⁵³; L.W.Beck segue Hinske ao afirmar que “a palavra ‘antinomia’, assim como muitos outros termos técnicos de Kant, foi derivada da jurisprudência, onde ela se referia a um conflito entre leis”⁴⁵⁴. Embora essa constatação pareça à primeira vista evidente e certamente frutífera para investigações sobre a origem e o significado sistemático da filosofia crítica de Kant, infelizmente nenhum Kant-Forscher a levou adiante⁴⁵⁵. Ao passo que o objetivo do capítulo 10 é discutir a função judicial da antinomia no interior da legislação negativa e positiva da razão, o presente capítulo pretende suprimir a lacuna de história das fontes relativa às antinomias.

4.1. A origem retórica do conceito de antinomia

O termo “antinomia” serve no âmbito da filosofia contemporânea prioritariamente para designar uma “contradição demonstrável com meios puramente lógicos, algo na forma de ‘A’ e não ‘A’”⁴⁵⁶. Entretanto, o termo, “tomado de empréstimo à língua grega”⁴⁵⁷, antinomia (*ἀντινομία*) significa comumente, ao menos

distinguidos. Ao passo que antitética designa a mera oposição de argumentos ou fundamentos (thesin cum antithesi), a antinomia é o estado em que a razão se encontra de (aparente) contradição consigo mesma. Essa distinção será trabalhada ao longo de nossa argumentação..

⁴⁵² Santos critica Hinske por este não ter analisado a origem jurídica da teologia de controvérsia no *genus judiciale* da retórica aludido por Melanchthon. *Elementorum rhetorices libri duo*. Witebergae, 1582. “Se, dando fé ao texto citado de Melanchthon, aceitarmos que a fonte comum desta teologia de controvérsia e da antitética é o *genus judiciale* da Retórica, então não é necessário apontar, como o faz Hinske, domínios de proveniência diferentes para os conceitos kantianos de antitética e de antinomia. Enfatiza Hinske, com efeito: ‘Ao passo que o conceito de antinomia é originalmente jurídico, o conceito de antitética em Kant provém do âmbito da teologia’”. Santos, L. R. “‘Uso polêmico da razão’ ou ‘paz perpétua em filosofia’?. Sobre o pensamento antinômico e o princípio de antagonismo em Kant”. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 37, p. 93-116, 2014. p. 95.

⁴⁵³ Hinske, N. “Kants Begriff der Antithetik”. Op. cit. p. 56.

⁴⁵⁴ Beck, L. W. “Antinomies of Pure Reason”. In: Wiener, P. P (Hrsg): *Dictionary of the History of Ideas*. Bd. 1. New York : Scribner, 1973.p. 91.

⁴⁵⁵ Z.B. Ertl repete quase *ipsis literis* os resultados obtidos por Hinske, não acrescentando assim nada de novo à discussão. Ertl, W. *David Hume und die Dissertation von 1770: eine Untersuchung zur Entwicklungsgeschichte der Philosophie Immanuel Kants*. Frankfurt am Main [u.a.]: Lang, 1999. S. 25-28. Como exceção deve-se mencionar, decerto, M. Marcos, que contudo menciona as fontes jurídicas do conceito de antinomia de finais do século XVII e início do século XVIII e ainda assim de forma não exaustiva. Cf. Marcos, M. H. *La Crítica de la Razón Pura como Proceso Civil*. Op. cit.

⁴⁵⁶ Kutschera, F. v. “Antinomie”. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie Bd I*. S. 396. Há também antinomias semânticas (como, p.ex., a proposição: “essa proposição é falsa”) e relativas à teoria dos conjuntos (como, p.ex., a pergunta se o conjunto de todos os conjuntos contém ele mesmo como elemento). Cf. Ertl, W. *David Hume und die Dissertation von 1770*. Op. cit. p. 25.

⁴⁵⁷ *Iustiani Digesta. Corpus Iuris Civilis. Constitutio deo auctore. De conceptione digestorum*. § 8.

desde os *Digesta* de Justiniano, o conflito de leis ou regras no interior de um *ordenamento jurídico, compilação de leis ou legislação*⁴⁵⁸.

De acordo com a introdução dos *Digesta*, na compilação de leis proposta não poderia haver espaço para antinomias; em lugar delas, deveria haver “completa concordância e plena consistência”⁴⁵⁹. Ora, todo ordenamento jurídico que se pretende válido tem de ser constituído como uma unidade livre de contradição da multiplicidade de suas normas⁴⁶⁰. A pretensão de ausência de contradição na legislação e no ordenamento jurídico é, de resto, válida até hoje⁴⁶¹ – e, poder-se-ia dizer, certamente para Kant.

O conceito de antinomia tem, todavia, uma história ainda mais longínqua⁴⁶². O termo pertencia originalmente à retórica e é brevemente mencionado já na Retórica de Aristóteles, onde aparece sob a rubrica de uma “retórica jurídica” e, junto com outros casos como o de ambiguidade, ilustra a necessidade, surgida por ocasião de algum caso controverso, de interpretação da lei escrita⁴⁶³. A breve menção de Aristóteles sofre um

⁴⁵⁸ No idioma alemão foi justamente esse sentido jurídico de antinomia que se consolidou. “Antinomia (...) no início do século 16 pelo latim medieval *antinomia*, ‘conflito de leis’, tomado de empréstimo ao grego (antinomia) ‘contradição da lei consigo mesma, de modo que ambos os partidos têm de interpretá-la para proveito próprio’ (do *anti-*, ‘dirigido contra si’ (...) e *nomos*, lei), inicialmente na forma latina (flexionada). Primeiramente no âmbito jurídico no sentido de ‘contradição de uma lei em si, contradição no interior de uma ou entre duas leis válidas e vinculantes, conflito de leis’ (...); desde o final do século 18, sobretudo como termo da filosofia, mais frequentemente sobre o sentido de ‘contradição de uma proposição em si’, também como ‘incongruência entre duas proposições válidas, contradição lógica entre dois enunciados válidos’ (...), p.ex. ‘antinomias da razão’; desde o século 19 também de modo mais geral e como termo técnico, empregado para ‘contraposição, contraditoriedade, discórdia, tensão não superável (...), p.ex. a antinomia da vida (...). Desde o início do século 18 a designação pessoal de ‘antinômico’ <*Antinomer*> (presumivelmente do latim medieval *antinomi*, inimigo do lei), também na forma plural do latim medieval, sob o significado de ‘adversário da lei’, ‘infrator da lei’, ‘-inimigo’ <*-feind*>, ocasionalmente para designar isso também (documentado até início do século 20) antinomista <*Antinomist*>”. “Antinomie”. In: *Deutsches Fremdwörterbuch Völlig neubearbeitet im Institut für deutsche Sprache*. Op. cit. p. 1.

⁴⁵⁹ *Iustiani Digesta*. Op. cit. § 8. “Assim, pois, em nenhuma parte do presente código há lugar para antinomia (como costuma-se denominar-se com esse antigo termo grego), mas, antes, tudo deve ser concorde e consequente, e ninguém deve opor-se a isso”.

⁴⁶⁰ Hans Kelsen exprime de forma exemplar essa exigência da ciência do direito: “Visto que a norma fundamental é o fundamento da validade de todas as normas pertencentes a um e mesmo ordenamento jurídico, ela constitui a unidade na multiplicidade dessas normas. Essa unidade expressa-se pelo fato de que um ordenamento jurídico pode ser descrito em proposições jurídicas que não se contradizem”. Kelsen, H. *Reine Rechtslehre*. Wien: Österreichische Staatsdruckerei Wien, 1992. p. 209.

⁴⁶¹ Cf. sobre isso os artigos contidos em Perelman, Ch. *Les Antinomies en Droit*. Bruxelles: Établissements Émile Bruylant, 1965. Weiss, A. *Widersprüche im Recht. Unter besonderer Berücksichtigung europarechtsbedingter Widersprüche im deutschen Zivilrecht*. München: Herbert Utz Verlag, 2011.

⁴⁶² R. Eisler menciona que o termo “antinomia” se encontra, se não expressamente, ao menos *de facto*, já em Platão e Zenão. Cf. *Phaedo* 102; *Rep.* 523 ff., *Parm.* 135. Cf. Eisler, R. “Antinomie”. In: Idem. *Wörterbuch der philosophischen Begriffe*. Berlin: Mittler, 1927.

⁴⁶³ “É necessário ainda examinar se, de algum modo, a lei é contrária a outra já aprovada ou a si mesma; por exemplo, por vezes uma lei determina que todos os contratos sejam válidos, e outra proíbe que se estabeleçam contratos à margem da lei”. Retórica 1375b. Aristóteles. *Rhetorik. Übers. und erl. von*

desenvolvimento inicial nos retóricos gregos e torna-se posteriormente, nos retóricos latinos, uma doutrina estruturada.

É com Hermagoras que a antinomia recebe seu lugar sistemático no interior da teoria dos *stasis* ou *status* <*Statuslehre*>, ou seja, da taxonomia das classes das “refutações de uma acusação, nas quais reside a rejeição de uma queixa”⁴⁶⁴ ou, ainda, da “primeira causa de conflitos” <*primam causarum conflictionem*> ou questões “que surgem de um primeiro conflito, a saber, 'você fez isso', 'não, não fiz', 'ele fez isso?’”⁴⁶⁵. Também tomado como sinônimo de constatação <*constitutio*>, questão <*quaestio*> ou tema ou parte principal <*caput*>,⁴⁶⁶ o conceito de *status*, de difícil tradução⁴⁶⁷, serve, de modo geral, para designar um conflito ou controvérsia em torno de algum fato, ação ou afirmação de um partido na medida em que outro partido procura refutá-lo ou simplesmente acusá-lo de algo em uma situação judicial ou em um embate de razões ou argumentos⁴⁶⁸. Como escreve Quintiliano, “não há pergunta alguma que não contenha um *status*” <*nam quaestio nulla non habet utique statum*>⁴⁶⁹. A própria origem do termo *stasis* ou *status* parece “mais provavelmente liga-se à concepção do procedimento judicial como uma luta”⁴⁷⁰, como relata muitos retóricos da antiguidade⁴⁷¹. No interior de sua teoria retórica, Hermagoras opõe *status legales* a *quaestiones legales*, ou seja, controvérsias a respeito de fatos e controvérsias a respeito da interpretação de um texto⁴⁷². Às questões de fato pertence os *status legales*, que decide se determinado fato é ou não justo, conforme ao direito, ao passo que nas *questiones legales* cabe decidir não

Christof Rapp. *Werke in deutscher Übersetzung. Begr. von Ernst Grumach. Hrsg. von Hellmut Flashar. Bd. IV.* Darmstadt: Wiss. Buchges., 2002.

⁴⁶⁴ Cf. Cícero. *Topica* 93. “A refutação de uma acusação, na qual repousa a rejeição da queixa <*depulsio criminis*>, pode ser chamado ‘status’ em latim, pois em grego se dizia ‘stasi’”. Cícero, M. T. *Topica. Die Kunst, richtig zu argumentieren. Übers. und erl. von Karl Bayer.* Darmstadt: Wiss. Buchges., 1993.

⁴⁶⁵ Quint. *Inst. Or.* III, 6, 4.

⁴⁶⁶ Quint. *Inst. Or.* III, 6, 2. Sobre a diversificada e por vezes confusa terminologia da doutrina do *status*, Cf. Martin, J. *Antike Rhetorik. Technik und Methode.* München: C.H. Beck, 1974. p. 27ss.

⁴⁶⁷ Em virtude das dificuldades de tradução e tendo em vista que em português o termo costuma ser insatisfatoriamente traduzido como “estado de causa”, preferimos reter o termo original ou simplesmente referir-se a ele – sem pretensão filológica, mas apenas conceitual – como “controvérsia”. Note-se que a opção do tradutor alemão para verter o termo em Quintiliano é *Rechtsfrage*.

⁴⁶⁸ “O *status* se desenvolve de um enunciado afirmativo de um partido (...) e do enunciado que lhe é contraditório de um outro partido (...), ou, quando se trata de um procedimento judicial, da contradição da *ratio*, [isto é.] da fundamentação de sua *affirmatio* por meio do querelante, e do *continens*, isto é, da fundamentação de seu ponto de vista por meio do querelado”. Martin, J. *Antike Rhetorik. Technik und Methode.* Op. cit. S. 28. Para uma discussão detalhada da doutrina dos *status* em Hermágoras e da tradição daí surgida, Cf. Vgl Patillon, M. *La théorie du discours chez Hermogène le Rhéteur.* Paris: Les Belles Lettres, 1988. Sobre tudo pp. 56-78.

⁴⁶⁹ Quint. *Inst. Or.* III, 6, 7.

⁴⁷⁰ Martin, J. *Antike Rhetorik. Technik und Methode.* Op. cit. p. 29.

⁴⁷¹ Idem. *Ib.*

⁴⁷² Cf. Hermagoras. *Fragments et Témoignages.* Paris: Les Belles Lettres, 2012. S. xv; 136-139. Patillon, M. *La théorie du discours chez Hermogène le Rhéteur.* Op. cit. p. 64-67.

se determinado fato é correto, mas sim em interpretar determinado texto (de uma lei, por exemplo) de modo a atribuir o direito a alguma das partes em conflito. A seguinte classificação das *quaestiones legales* de Hermagoras forma a base para classificações de autores posteriores⁴⁷³: 1. *quaestio scripti et voluntatis*, isto é, questão da letra e do espírito; 2. *ratio cinatum*, isto é, de analogia ou assimilação; 3. *quaestio ambiguitatis* ou anfibologia, isto é, questão de ambiguidade; e, por fim, 4. *quaestio legum contrariarum* ou antinomia, isto é, a questão das leis contrárias⁴⁷⁴.

Hermógenes de Tarso leva adiante o movimento de transporte da retórica aristotélica para a prática forense e aprofunda as classificações de Hermagoras, opondo, como este, questões lógico-argumentativas e questões legais⁴⁷⁵. A antinomia recebe a posição de uma *status legales* ou *constitutio legalis*, ou seja, como uma das controvérsias ou questões principais, “nas quais o orador se esforça para, através de uma interpretação, esclarecer um texto de lei obscuro em um determinado caso no qual cabe o ato e no qual este é fixado em sua denominação e qualidade”⁴⁷⁶. Nos *status legales* de Hermógenes trata-se não da legalidade de um ato, mas, antes, da interpretação de uma determinação legal dúbia ou, por eventuais mudanças nas circunstâncias, tornada incerta ou não mais sustentável⁴⁷⁷. A antinomia ou conflito entre leis é definida por Hermógenes como uma classe de questão jurídica ao lado da letra e do espírito, da assimilação ou analogia e da anfibologia ou ambiguidade, ou seja, como uma questão que diz respeito a conflitos de “instrumentos verbais” no contexto de um texto

⁴⁷³ Para as diferenças taxonômicas entre os autores clássicos, Cf. Martin, J. *Antike Rhetorik. Technik und Methode*. Op. cit. p. 44-46.

⁴⁷⁴ “A (1) ‘questão da letra e do espírito’ (...) remete a uma controvérsia na qual uma das partes se atém exatamente aos termos que foram escritos, ao passo que a outra exige que seja feita uma exceção (...) concerne ao texto da lei e [ela] apoia seu discurso sobre a intenção que ela atribui ao redator, interpretando a lei de uma maneira restritiva ou extensiva; (2) a ‘analogia’ remete a uma controvérsia na qual se extrai do que foi dito alguma parte de alguma coisa que não está em lugar nenhum; (3) a ‘questão da ambiguidade’ concerne uma controvérsia na qual a intenção do redator é obscura e na qual o texto apresenta dois ou mais sentidos; (4) a ‘questão das leis contrárias’ tem lugar quando duas ou mais leis estão em desacordo”. “Comentário do tradutor”. In: Hermagoras. *Fragments et Témoignages* Op. cit. p. 137.

⁴⁷⁵ Ver também Quint. Inst. Or. III, 6, 86: “a pergunta ou controvérsia central <status generales> que repousa na ponderação de razões e no texto da lei <rationale et legale>”.

⁴⁷⁶ Martin, J. *Antike Rhetorik*. Op. cit. p. 44

⁴⁷⁷ “Nos *status legales* trata-se não da legitimidade do ato, mas da interpretação de uma determinação legal não unívoca ou tornada insustentável por uma mudança nas circunstâncias. Trata-se portanto de, por meio de uma interpretação, conhecer segundo os princípios de equidade a vontade do legislador e pôr-se de acordo com as circunstâncias dadas ou, segundo uma analogia com outras determinações da lei, encontrar uma solução para o presente caso, que foi somente estabelecido mas ainda não legalmente circunscrito”. Martin, J. *Antike Rhetorik*. Op. cit. p. 46.

escrito⁴⁷⁸. Para Hermógenes, um conflito de leis “surge quando dois ou mais instrumentos verbais (ou um dividido em duas partes) que não são inerentemente contraditórios entram em conflito em razão de circunstâncias especiais”⁴⁷⁹. Essa definição de antinomia como um conflito de leis que caracteriza uma subclasse de questão legal na qual deve se determinar a qual das partes em controvérsia cabe o direito do fato em questão é a definição que será discutida e tematizada pelos retóricos latinos.

Em Cícero⁴⁸⁰ há um tratamento mais pormenorizado da antinomia que, como veremos na seção seguinte, encontrará ampla repercussão e impacto na modernidade. O conflito entre leis é caracterizado ao lado da ambiguidade, letra e intenção, analogia <*rationationem; analogie*> e - uma subcategoria não encontrada antes dele - definição como uma das classes de controvérsias atinentes à dubiedade da letra de um documento escrito <*scriptum*> em oposição a um raciocínio <*ratio*>⁴⁸¹. Cícero busca mostrar como cada um desses casos legais controversos⁴⁸² pode ser resolvido por meio da atenção aos termos empregados, ao contexto da utilização verbal, à intenção do redator da lei inferida de outros escritos, negligência de pontos relevantes na lei, etc⁴⁸³. No caso específico das antinomias, Cícero dá como exemplo a seguinte situação fictícia:

Esta lei (...): ‘depois da morte de um tirano, o magistrado deve ordenar a morte de seus cinco parentes mais próximos pelo sangue’. Alexandre [um célebre tirano] havia tomado o poder em

⁴⁷⁸ Para a compreensão da doutrina retórica de Hermógenes Tarsus, Cf. Patillon, M. *La théorie du discours chez Hermogène le Rhéteur*. Op. cit. e a introdução e comentários do tradutor de *Hermogenes' On issues: Strategies of argument in later Greek rhetoric*. Hrg und Übers. von Malcolm Heath. Oxford: Clarendon Press, 1995.

⁴⁷⁹ *De statibus* 41. 1-4. Como exemplo de antinomia Hermógenes dá o seguinte exemplo: Lei 1: Um filho sem direito a herança não deve ter parte da propriedade do pai. Lei 2: Um homem que permanece num barco abandonado durante uma tempestade deve se tornar seu dono. Fato: Um filho sem direito a herança permanece no barco abandonado de seu pai durante uma tempestade e é proibido de tomar posse dele.

⁴⁸⁰ *De Inventione* II, 144-147. Cf sobre isso Stroux, J. “Summum ius summa iniuria”. In: ders. *Römische Rechtswissenschaft und Rhetorik*. Potsdam: Stichnote, 1949.

⁴⁸¹ *De Inventione* II, 116. “A controvérsia diz respeito à letra do texto ou da lei <*scripto*> quando surge alguma dúvida quanto aos termos exatos da lei ou do texto <*ex scriptiois ratione aliquid dubii nascitur*>. Isto surge da ambiguidade <*ex ambiguo*>, da letra e da intenção <*ex scripto et sententia*>, de leis contrárias, do raciocínio [ou analogia] <*ex rationatione*>, e da definição”. Cf. auch *De Inventione* I, 17: “E deve haver cinco tipos [scil. de questões a respeito da letra da lei ou texto <*scripto*>] que são separados do enunciado da questão. Pois quando a letra do texto ou da lei <*scriptoris*> parece estar de acordo com a intenção <*sententia*>, então duas ou mais leis parecem diferir entre si e então a letra da lei ou texto parece significar duas ou mais coisas. Então, da letra da lei ou texto parece ser descoberta outra coisa que não está na letra da lei ou do texto; e, pois, as expressões utilizadas são investigadas como se fossem estabelecidas definitivamente. O primeiro tipo é aquele concernente a letra do texto ou da lei e a intenção <*scripto et sententia*>, o segundo é o das leis contrárias, o terceiro o da ambiguidade, o quarto do raciocínio [ou analogia] e o quinto o da definição”.

⁴⁸² Ainda que sem importância para nossa análise, cumpre notar que Cícero concebe as *quaestiones legales* como não pertencendo ao gênero do *status* ou *constitutio*, mas como um gênero à parte. Cf. *De Inventione* I 12. Patillon, M. *La théorie du discours chez Hermogène le Rhéteur*. Op. cit. p. 65; 68.

⁴⁸³ *De Inventione* II, 117-143.

Feras na Tessália: uma noite sua mulher, chamada Tebas, que dormia a seu lado, o assassina. Ela reclama, a título de recompensa, o filho que ela tivera com o tirano. Porém, alguns dizem que, segundo a lei, era necessário assassinar a criança. O caso passa a julgamento (De Inventione II, 144).

Neste tipo de caso os “mesmo preceitos e os mesmos lugares <loci> convêm às duas partes, pois cada uma deverá defender a lei que lhe é favorável e rebater aquela que lhe é contrária”. Na sequência Cícero discute 10 possíveis soluções para o conflito entre leis: Analisar (1) as duas ou mais leis examinando qual delas concerne as “coisas mais importantes, mais úteis, mais honráveis e mais necessárias”, de modo que esta deve ser respeitada; (2) qual foi promulgada mais recentemente, pois a última sempre tem mais peso; (3) qual ordena e qual autoriza, pois o que é comandado é necessário e o que é permitido é voluntário; (4) qual prevê uma punição mais severa em caso de não-observância, pois é sempre necessário respeitar aquela lei cujas sanções são mais severas; (5) qual ordena e qual proíbe, pois frequentemente a que proíbe parece corrigir a que ordena por meio de uma espécie de exceção, sendo, pois, privilegiada a última; (6) qual lei parece ter sido redigida para casos menos gerais ou mesmo específicos, pois essas últimas leis parecem ser “mais adequadas à causa da letra da lei” e devem ser respeitadas; (7) qual deve ser executada imediatamente e qual prevê postergação de sua aplicação; (8) qual manifesta sua força e validade de modo imediato, e não por meio de “equivoco, analogia ou definição” (ou seja, as outras classes de classes de controvérsias atinentes à dubiedade da letra de um documento escrito), pois a aplicação das leis que são redigidas de modo mais claro deve ser priorizada; (9) em qual lei a intenção corresponde mais exatamente ao texto e em qual é possível, por meio de uma interpretação mais precisa, retirar a aparente contradição com as outras; (10) se, após todas as alternativas anteriores, permanecer o conflito, uma das duas deverá ser deixada de lado⁴⁸⁴.

Outro autor repetidas vezes mencionado na modernidade como tendo exposto a doutrina das antinomias de forma clara e exemplar, ainda que menos detalhada do que a de Cícero, é Quintiliano. Ele retoma a taxonomia de Hermágoras e Hermógenes e, em oposição a Cícero, que incluía a subclasse *definitio*, divide as *quaestiones* ou *status legales* em cinco subclasses: a) letra e intenção <*scripti et sententiae vel voluntatis*>; b) leis contrárias entre si ou antinomia <*legum contrariarum, quae antinomia dicitur*>; c) a conclusão de um silogismo ou raciocínio por analogia <*collectivum vel ratiocinativum*>.

⁴⁸⁴ De Inventione II, 144-147. Uma exposição das antinomias encontra-se também em *Rhetorica ad Herennium* II, 15, um escrito apócrifo por muito tempo atribuído a Cícero. Entretanto, as passagens do escrito não apresentam nada de novo.

d) ambiguidade ou anfibologia <ambiguitatis ou ἀμφιβολία>; und e) translação <tralativam, transumptivam, transpositivam> (i.e., como Cícero escreve em *Inv. I*, ação de fazer recair em outrem uma acusação em uma dada controvérsia)⁴⁸⁵. Essas controvérsias “derivadas de algo escrito” <ex scriptio>⁴⁸⁶ que giram em torno não de *facta*, mas de *iura*⁴⁸⁷ assumem uma função análoga à que recebiam nos autores anteriores. A antinomia tem um parentesco mais próximo com a questão de letra e intenção, uma vez que ambas repousam “sobre as mesmas questões fundamentais”⁴⁸⁸, embora todas as quatro subclasses tenham uma certa familiaridade entre si⁴⁸⁹. Quintiliano argumenta que na antinomia “há dois *status* fundamentais de letra e intenção”, pois “quando uma lei se opõe a uma lei, os dois partidos argumentam contra a letra e na investigação das duas leis vale a intenção do legislador”⁴⁹⁰. Nas antinomias é controversa a questão sobre se as leis em questão devem ser em absoluto aplicadas ao caso, já que não se pode pressupor que uma lei segundo sua natureza jurídica mesma <iure ipso> possa contradizer uma outra. O conflito entre leis, pois, somente pode ocorrer *em virtude das circunstâncias de sua aplicação*.

Quintiliano distingue ademais entre diferentes tipos de leis entre as quais pode haver conflito e também - o que falta nos autores anteriores - se a “correção” <iure> da questão levantada por uma das partes é reconhecida pela outra. A respeito do primeiro ponto, é possível haver conflitos entre leis iguais entre si <pares inter se>, entre leis diferentes entre si <diversae, impares> e até no interior das leis mesmas <secum ipsae>, a saber, entre as partes delas. Quanto ao segundo ponto, é possível que as partes em conflito reconheçam ou não a correção da questão. Se não se reconhece a correção da questão, então as partes têm de argumentar contra a validade de uma ou ambas as leis. Se, pelo contrário, ela é reconhecida por ambas as partes, surgem então as seguintes questões:

Qual das duas leis tem maior peso? Qual se refere aos deuses ou aos homens, ao interesse geral ou a pessoas privadas? Qual se refere a uma distinção ou a uma pena? A coisas importantes ou desimportantes? Qual permite, proíbe ou ordena? (...). Qual exige o menor sacrifício? (...) Qual

⁴⁸⁵ Quint. Inst. Or. III, 6, 66; 68. Posteriormente Quintiliano exclui esta última subclasse.

⁴⁸⁶ Quint. Inst. Or. III, 6, 46.

⁴⁸⁷ Quint. Inst. Or. III, 6, 70.

⁴⁸⁸ Quint. Inst. Or. III, 6, 88.

⁴⁸⁹ “Entre os *status* há um certo parentesco. Pois na definição procuramos qual foi a intenção <voluntas> na denominação e no silogismo, que é próximo à definição, consideramos o que foi intencionado pelo autor do texto <quid voluerit scriptor>; nas leis contrárias são apresentados dois *status* de letra e intenção <scripti et voluntatis>. De modo inverso, também a definição é, por assim dizer, uma anfibia, pois o sentido da designação é dividido em dois”. Quint. Inst. Or. VII, 10, 1.

⁴⁹⁰ Quint. Inst. Or. VII, 7, 1.

a mais antiga? (...). O mais importante, contudo, é saber qual delas deixa-se executar de forma melhor e mais justa (Quint. Inst. Or. VII, 10, 7-8).

Ao contrário de Cícero, Quintiliano não fornece maiores instruções sobre como resolver as antinomias, limitando-se a notar que se deve atentar ao mérito <meritorium>, circunstâncias temporais <temporis> e benefícios, recompensas <praemii>⁴⁹¹.

4.2. A reviravolta do conceito de antinomia na jurisprudência do início da modernidade

À época de Kant, o uso comum de “antinomia” remontava à origem propriamente jurídica, não imediatamente retórica do termo, como mostra o verbete “antinomia” no *Großen vollständigen Universal-Lexicon* de J. H. Zedler⁴⁹². Ademais, como veremos na sequência, outros *lexika* e mesmo Leibniz, por exemplo, atestam o significado de antinomia como o conflito de leis forense, originalmente pertencente à retórica, mas que diz respeito sobretudo à *lógica jurídica*.

No século 17 a lógica jurídica começa a se distanciar da lógica aristotélica e escolástica e a reaproximar-se dos clássicos retóricos da antiguidade. A estrita lógica silogística cede espaço a uma tópica jurídica de clara matriz ciceroniana que se adequaria à natureza mesma do objeto jurídico, a saber, à apresentação de controvérsias e querelas diante de um juiz⁴⁹³. Contudo, já no século 18 se inicia o processo de sistematização e consolidação de procedimentos racionais de fundamentação que progressivamente afasta a jurisprudência da tópica de herança retórica⁴⁹⁴.

⁴⁹¹ Quint. Inst. Or. VII, 10, 2

⁴⁹² Zedler. “Antinomie”. Bd. 2. pp. 572-573: “A contrariedade de leis quando duas leis opõem-se entre si ou até mesmo se contradizem”.

⁴⁹³ “A base e ponto de partida dessa lógica jurídica que se desenvolveu com presteza é o discurso judicial, que é crucial para a argumentação e decisão jurídicas e, em sua substância, congênere à retórica. Ele oferece o ponto de ancoragem para a formação sistemática de uma doutrina jurídica da argumentação e do método, a qual, sob um ponto de vista metódico, não busca apenas deduções a partir de normas e princípios supostamente estabelecidos, mas antes esforça-se em ponderar no conflito de opiniões o pró e contra de argumentos fixados como opiniões para, assim, obter uma decisão jurídica adequada, razoável e justa”. Krawietz, W. “Juristische Logik”. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie Bd 5*. Op. cit. p. 431. Cf. também Schröder, J. *Recht als Wissenschaft. Geschichte der juristischen Methode vom Humanismus bis zur historischen Schule (1500-1850)*. München: Beck, 2001. pp. 23ss.

⁴⁹⁴ Cf. Schröder, J. *Recht als Wissenschaft*. Op. cit. pp. 119ss. Krawietz, W. “Juristische Logik”. Op. cit. S. 434: “Por meio dessa crítica da tópica não é atingida a genuína lógica jurídica, que, segundo sua autocompreensão, se conceitualizava, em inspiração direta da tradição da jurisprudência fundada como ciência específica nos séculos 18 e 19, como metódica jurídica, ou ainda, doutrina do método da jurisprudência prática e da práxis jurídica – e, pois, não como uma lógica formal, aplicável às normas do direito”.

Tal processo de sistematização e absorção pela jurisprudência de influências metodológicas advindas de outras disciplinas, como por exemplo a geometria, foi, no entanto, lento. Ao passo que durante o início do período moderno a influência da tópica de Cicero na lógica geral foi rapidamente sufocada pelas doutrinas aristotélicas e em nenhum lugar encontrou um acabamento sistemático frutífero, na jurisprudência sua influência propagou-se já a partir do século 17 como uma “lógica especial em sua substância congênere à retórica”⁴⁹⁵. Ora, “o discurso judicial não deve realizar deduções a partir de princípios estabelecidos, mas, antes, ponderar o pró e contra de argumentos e no conflito de opiniões encontrar a solução mais adequada, conforme ao objeto e justa possível”⁴⁹⁶. A lógica jurídica do período trata dos “pontos de apoio temáticos da argumentação” a saber, os *loci*, e não tanto das “pressuposições gerais e formais, [nem tratar] da conclusão”⁴⁹⁷. Os juristas buscavam não um princípio arquimediano interno a partir do qual os casos juridicamente relevantes podiam ser ordenados e classificados em um sistema bem acabado, mas, antes, um quadro externo, inspirado sobretudo na lógica de P. Ramus, em que pudesse ser feita uma classificação exaustiva dos *loci* jurídicos de clara inspiração ciceroniana⁴⁹⁸.

Rudolph Glocenius foi um exemplo de proponente desta lógica influenciada pela tradição ramista e mesclada a elementos retóricos. No *Lexicon philosophicum* (1613)⁴⁹⁹ ele distingue entre antinomia em sentido amplo e em sentido estrito. Antinomia em sentido amplo seria o conflito ou oposição de proposições ou enunciados e antinomia em sentido estrito, por sua vez, o conflito de *leis*. Glocenius diferencia ademais entre

⁴⁹⁵ W. Risse. *Logik der Neuzeit. Bd I 1500-1640*. Stuttgart -Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1964. p. 67. Cf. influência de Agricola, Ramus.

⁴⁹⁶ Idem. pp. 67-68

⁴⁹⁷ Idem. p. 68.

⁴⁹⁸ “Como uma teoria baseada na ideia dos *loci*, o primeiro tipo de doutrina legal antiga oferecia uma order externa, uma ordem que classificava o todo de uma disciplina a partir de um ponto de vista externo. Contudo, esse tipo de doutrina era, de fato, em sua maior parte interessada na descrição da realidade do direito através de uma lista completa dos argumentos jurídicos ou através de uma enumeração abrangente de seus elementos. Portanto, esse método, em seu esforço em reproduzir fielmente todo caso possível no interior de um quadro de *loci*, punha em marcha as rubricas utilizadas ao multiplicá-las, tendendo a fazê-las tão numerosas quanto eram as circunstâncias judiciais às quais elas aplicadas. À medida que novas categorias eram acrescentadas, sua extensão lógica encerrava um círculo cada vez mais estreito em torno da singularidade dos casos legais relativos, reduzindo-se, assim, a fissura entre a ilimitada variedade de materiais legais e sua descrição por meios jurídicos”. Scattola, M. “Scientia Iuris and Ius Naturae. The Jurisprudence of the Holy Roman Empire in the Seventeenth and Eighteenth Centuries”. In: Canale, D., Grossi, P., Hofmann, H., Riley, P. (Hrgs). *A History of the Philosophy of Law in the Civil Law World, 1600–1900*. New York: Springer, 2009. p. 11. Neste artigo Scattola dá vários exemplos de tais tábuas. Do mesmo autor Cf. “Models in History of Natural Law”. In: *Ius commune* 28, 2001. pp. 97ss. Sobre isso, Cf. Schmidt-Beggemann, W. *Topica Universalis. Eine Modellgeschichte humanistischer und barocker Wissenschaft*. Hamburg: Meiner, 1983.

⁴⁹⁹ Glocenius, R. *Lexicon philosophicum quo tanquam clave philosophiae fores aperiuntur*. 2., reprogr. Nachdr. der Ausg. Frankfurt 1613 und Marburg 1615. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1980.

antinomias verdadeiras e aparentes, sem, contudo, esclarecer pormenorizadamente esta distinção. Na oratória o *status* antinomia seria aquilo que contém controvérsias, que surgem exatamente quando escritos quaisquer se contradizem ou quando uma lei é considerada como oposta a uma outra. As regras para supressão ou resolução das antinomias são divididas por Glocenius em dois grupos, a saber, as regras gerais e as especiais. As primeiras pertencem à lógica e não são discutidas no verbete. Das segundas, às quais é dada maior atenção, são identificadas onze. As soluções propostas por Glocenius são aquelas em sua grande maioria já discutidas por Cícero e Quintiliano e que constituem o canon de prescrições para resolução de antinomias transmitido à filosofia e à jurisprudência moderna. Neste canon incluem-se indicações *pragmáticas*, isto é, de atenção ao contexto (1), e *interpretativo-hermenêuticas*, de atenção à natureza do discurso e dos tropos utilizados (2, 3), como também as tradicionais formas propriamente jurídicas de resolver conflitos normativos no interior de um mesmo ordenamento⁵⁰⁰, a saber, pelo critério de *especialização*: revogação de gerais em benefício de particulares (7); pelo critério *hierárquico*: revogação de leis inferiores em benefício de superiores, de leis humanas em benefício de divinas e de leis permissivas em benefício de prescritivas ou proibitivas (4, 5, 6 e 8); e pelo critério *temporal*: revogação de leis antigas em benefício de recentes e de leis prescritas em benefício de ainda vigentes (9, 10 e 11).

Como já mencionado, as prescrições de Glocenius para supressão das antinomias são precisamente aquelas que em grande medida são encontradas já em Cícero e que estão ancoradas na tradição jurídica que chegou até Kant. Na doutrina jusnaturalista do início da modernidade, mais precisamente em Grotius e Pufendorf, a antinomia é tratada no contexto da interpretação de textos de contratos e leis, numa clara alusão à doutrina das *status* e das *quaestiones legales*. Em ambos as regras para a supressão do conflito são explicitamente remetidas àquelas estabelecidas por Cícero⁵⁰¹. Grotius menciona 6

⁵⁰⁰ Vgl. Bobbio: “As situações em que os conflitos de critérios podem se produzir são três: 1) conflito entre os critérios cronológicos e hierárquicos; 2) conflito entre os critérios de especialidade e cronológico; 3) conflito entre os critérios hierárquicos e de especialidade”. Bobbio, N. “Des Critères pour résoudre les antinomies”. In: *Dialectica*. Vol. 18. Issue 1-4. p. 253. Cf. também Kelsen, H. *Reine Rechtslehre*. Op. cit. pp. 209-212.

⁵⁰¹ Grotius, H *De iure belli ac pacis libri tres*. II, 16, § 29: “Em um tal caso [scil. de um conflito de leis] qual lugar do escrito <pars scripti> deve ter a precedência – sobre isso Cicero estabeleceu algumas regras partindo dos escritores antigos”. Grotius, H. *De iure belli ac pacis libri tres. Drei Bücher vom Recht des Krieges und des Friedens*. Paris 1625. *Nebst einer Vorrede von Christian Thomasius zur ersten dt. Ausg. des Grotius vom Jahre 1707. Neuer dt. Text und Einl. von Walter Schätzel*. Tübingen: Mohr, 1950. Pufendorf. *De iure naturae et gentium libri octo*. V, 12, § 23. “[O] autor da [Retórica] ad Herennium [=

regras de solução de antinomias: a) “O meramente permitido deve ceder diante do que é ordenado”; b) “Portanto, o que deve ocorrer em um determinado momento precede o que pode ocorrer em qualquer momento”; c) “Da mesma forma, um contrato que proíbe precede, via de regra, um contrato que ordena”; d) “Entre os contratos igualáveis segundo as relações até aqui descritas, aquele que é mais específico e melhor reproduz o objeto deve preceder”; e) “Na sequência, o mais decente e útil precede”; f) “Finalmente, tem precedência aquilo que foi dito por último”⁵⁰². Pufendorf segue explicitamente Grotius e acresce algumas regras para supressão das antinomias, totalizando 11 preceitos: a) “Aquilo que é apenas permitido deve ceder diante o que é ordenado”; b) “O que em um certo momento deve ser feito é preferido àquilo que pode ser feito em qualquer momento”; c) “Um comando afirmativo deve ceder diante de um negativo”; d) “Naqueles acordos, convenções e leis que são iguais entre si é necessário preferir aos mais universais aqueles que são mais específicos e próximos ao objeto”; e) “Entre duas ações que ocorrem num mesmo tempo é racional preferir aquela que tem um motivo mais decente e útil”; f) Quando dois pactos ou contratos, dos quais um que vincula e outro que desvincula, não podem ser cumpridos ao mesmo tempo, aquele deve ceder a este”; g) “Uma obrigação imperfeita recíproca deve ceder a uma perfeita do mesmo tipo”; h) “A lei de benevolência deve ceder à de gratidão”; i) “Entre as leis que provêm de autoridades superiores e inferiores a lei da inferior deve ceder à superior”; j) “Se uma lei excede na matéria e outra na utilidade, necessidade e nobreza, é correto tomar esta como mais importante e preferí-la àquela”; k) “quanto mais próximo for a conexão que nos une, tanto mais importantes são as realizações dos deveres”⁵⁰³.

Decerto, a discussão sobre a existência e a necessidade de suprimir as antinomias ou colisão de leis ganha maior espaço na literatura especializada de direito da época. A dissertação *De collisione legum* (1688) daquele que é considerado o “fundador da deutsche Statutenlehre”⁵⁰⁴, Johann Nikolaus Hert, inicia-se com a constatação que o tema da colisão de leis ainda não fora bem “elucidado”⁵⁰⁵. Na obra

Cicero]”. Pufendorf, S. *Gesammelte Werke. Bd. 4. De jure naturae et gentium. Hrsg. von Frank Böhling u. Schmidt-Biggemann*, W. Berlin: Akademie Verlag., 1998.

⁵⁰² Grotius, H. *De iure belli ac pacis libri tres*. II, 16, § 29.

⁵⁰³ Pufendorf. *De jure naturae et gentium libri octo*. V, 12, § 23.

⁵⁰⁴ “A ‘*Dissertatio de collisione legum*’ de 1688 é o primeiro trabalho da história europeia do direito que é inteiramente voltada às colisões entre leis. As formulações anteriores sobre o direito de colisão <*Kollisionsrecht*> eram sempre parte de um tratado sobre um tema jurídico específico ou um comentário de um direito”. Hermann, G. *Johan Nikolaus Hert und die deutsche Statutenlehre*. Berlin: De Gruyter, 1963. p. 160.

⁵⁰⁵ “A discussão sobre as colisões entre leis não foi ainda resolvida, ela é difícil e vasta; eu não sei ainda se alguém já se pôs a esclarecê-la por completo” Hert *De Collisione Legum*. Sect. 1. § 1.

encontramos uma reflexão pioneira devotada exclusivamente ao conflito de leis⁵⁰⁶ em que são tratadas não apenas as razões do surgimento e formas de resolução das antinomias, como também as diferentes esferas normativas ou Statuten nas quais e entre as quais um conflito entre leis pode ocorrer⁵⁰⁷. Após um curto prolegômeno sobre as colisões em geral entre leis (Sectio I), na qual Hert lista algumas das regras de solução discutidas até aqui⁵⁰⁸, é tratado então o conflito entre leis e proposições do direito natural (Sectio II), entre direito natural e direito positivo (Sectio III) e, finalmente, entre leis especiais (Sectio V). Contudo, “o eixo central da investigação encontra-se na Sectio IV (...) a respeito da colisão de leis positivas entre si”⁵⁰⁹. Haveria duas alternativas por ocasião de uma colisão de leis em geral: ou uma lei pode colidir com uma “lex prior” e neste caso a lei mais antiga cede diante da mais recente, ou ocorre uma colisão de modo tal que “ambas as leis são válidas e mantidas são e salvo, porém não podem ser eficazes <wirken> no caso concreto”⁵¹⁰. A *Dissertatio* de Hert trata exatamente sobre esse último caso de conflito de leis ou antinomias, sobretudo na Sectio IV, na qual “distingue entre determinações opostas do mesmo legislador e tais colisões que surgem através de regulamentações divergentes de diferentes legisladores”⁵¹¹. Ele define a colisão entre leis positivas da seguinte forma:

Leis positivas colidem ou em virtude de um choque <concursum> das matérias, ou ainda, dos objetos, ou em virtude da intenção distinta do legislador. Isso ocorre quando há duas ou mais leis do mesmo legislador que no mesmo lugar e ao mesmo tempo não pode ser observadas; nestas circunstâncias o caso deve ser resolvido por uma interpretação justa <aequa interpretatione>⁵¹².

No caso específico das leis positivas falta uma clara hierarquia entre as normas, como ocorria por ocasião do conflito entre leis naturais entre si e com as leis positivas⁵¹³. Na

⁵⁰⁶ “Trata-se, de fato, do primeiro escrito de um alemão dedicado exclusivamente a questões a respeito de conflito entre leis e jurisdições”. Bar, C. & Dopffel, P. H. (Hrsg). *Deutsches Internationales Privatrecht im 16. und 17. Jahrhundert: Materialien, Übersetzungen, Anmerkungen*. Tübingen: Mohr, 2001. p. 583.

⁵⁰⁷ “Hert foi o primeiro e único alemão à época a empreender uma tentativa séria e ampla de resolver questões espinhosas de conflito de leis. A solução era formular regras de colisão. Hert complexificou o chamado método de estatutos, de acordo com os quais as regras de coalizão determinavam as jurisdições ao analisar a natureza dos estatutos envolvidos”. Teubner, G. “De Collisione Discursuum”. *Cardozo Law Review*. Vol. 17. S. 901

⁵⁰⁸ Hert, J. K. *De Collisione Legum*. Op. cit. Sect. 1. §§ 1-3.

⁵⁰⁹ Sobre isso, Hermann, G. *Johan Nikolaus Hert und die deutsche Statutenlehre*. Op. cit. p. 76.

⁵¹⁰ Hert, J. K. *De Collisione Legum*. Op. cit. Sect. 1. § 2. Hermann, G. *Johan Nikolaus Hert und die deutsche Statutenlehre*. Op. cit. p. 77.

⁵¹¹ Bar, C. & Dopffel, P. H. (Hrsg). *Internationales Privatrecht im 16. und 17. Jahrhundert*. Op. cit. p. 583.

⁵¹² Hert, J. K. *De Collisione Legum*. Sect. 4. § 1. Op. cit. Übers. *Internationales Privatrecht im 16. und 17. Jahrhundert*. p. 589.

⁵¹³ Hert propõe 3 princípios do direito natural propriamente dito <juris naturalis proprie> que seriam “a fonte de todos os deveres para com Deus e para com os homens <fontes officiorum omnium erga DEUM

falta de um critério mais unívoco, Hert, a exemplo de Grotius e Pufendorf, cita Cícero e as passagens de *De Inventione* que discutimos acima como ilustração da melhor reflexão sobre como resolver os conflitos entre leis dessa natureza⁵¹⁴. O problema do conflito entre leis positivas, para o qual uma “lógica jurídica” inspirada nos retóricos antigos se constituiria como a melhor ferramenta de solução, seria, prossegue Hert, muito comum na Alemanha. Ora,

que não sabe que cada território soberano ou cada Estado que é investido com poder e controle sob seu território tem suas próprias leis, costumes e hábitos, até mesmo que no interior desses Estados cidades e vilas costumam ser por vezes administradas segundo suas leis próprias⁵¹⁵.

Com efeito, a importância da obra de Hert somente pode ser devidamente compreendida se devotarmos maior atenção ao movimento de *sistematização* da jurisprudência em marcha na época⁵¹⁶ e à discussão de então em torno da consistência e bem-acabamento de ordenamentos jurídicos, à qual deram sua contribuição importantes juristas e filósofos da tradição alemã, dentre os quais destaca-se Leibniz. Seria dele o primeiro desenvolvimento filosoficamente consistente de uma concepção que exerceu uma profunda influência sobre a ideologia das codificações no século XVIII, a saber, da norma jurídica como uma proposição num sistema lógico-dedutivo, para o qual importa sobretudo a certeza e evidência do todo e de cada elemento do todo⁵¹⁷.

Em sua produção filosófica de juventude, época em que Leibniz se dedicou intensivamente à jurisprudência, encontramos uma interessante discussão sobre as antinomias em conexão com a exigência moderna de *sistematização* da jurisprudência

hominesque> e, pois, constituem uma clara classificação hierárquica de normas: a) “conhecer Deus, obedecer a ele apenas e adorar a ele apenas” (*De Collisione Legum*. Sect. 1. § 5); b) “Ama-te a ti mesmo, conserva-te” (idem. § 6); c) “Seja [um ser] social – fazer o possível para não prejudicar ninguém” (idem. § 7). Posto de modo simplificado, o princípio a) recebe precedência em relação aos b) e c), o c) em relação ao b), e os três princípios gerais do direito natural recebem precedência no conflito com os demais princípios especiais do direito natural e, com exceção de b), no conflito com as leis positivas. Cf. Hert, J. K. *De Collisione Legum*. Op. cit. Sect. 2 und 3. Hermann, G. *Johan Nikolaus Hert und die deutsche Statutenlehre*. Op. cit. pp. 78-81.

⁵¹⁴ Não nos interessa aqui discutir aprofundadamente a forma pela qual Hert procura solucionar o conflito entre leis positivas, a saber, afirmar que o “homem está sujeito ao poder estatal de um modo triplo: em relação à pessoa, às coisas e às ações. Por meio disso o conflito pode ser resolvido caso a caso” Cf. Hermann, G. *Johan Nikolaus Hert und die deutsche Statutenlehre*. Op. cit. pp. 81-96.

⁵¹⁵ Hert, J. K. *De Collisione Legum*. Op. cit. Sect. 4. § 2. Übers. Bar, C. & Dopffel, P. H. (Hrsg). *Internationales Privatrecht im 16. und 17. Jahrhundert*. Op. cit. p. 593.

⁵¹⁶ “Em sua obra Hert empenhou-se, de fato, por uma fundação sólida e ao mesmo tempo por uma sistematização do material; ele mostrou-se com isso um erudito de seu tempo, o qual foi, decerto, um membro no caminho da sistemática”. Hermann, G. *Johan Nikolaus Hert und die deutsche Statutenlehre*. Op. cit. p. 151.

⁵¹⁷ Tarello, G. *Storia della cultura giuridica moderna. I. Assolutismo e codificazione del diritto*. Bologna: Il Mulino, 1976. p. 133ss. Cf. também Kalinowski, G. “La Logique Juridique de Leibniz: Conception et Contenu”. In: *Studia Leibnitiana*, Bd. 9, H. 2, 1977.

enquanto um corpo de conhecimentos ordenado conforme padrões científicos e do ordenamentos jurídico enquanto um todo de normas unitário e livre de contradições. Com efeito, Leibniz representa um elo central da transição para o moderno do direito natural moderno, buscando uma “espécie de síntese do ‘direito natural cristão’ (...), a qual ligava o que era justo por natureza com a doutrina da justiça aristotélica-ciceroniana, por um lado, e com a doutrina do direito divino patrístico-escolástico, por outro”⁵¹⁸. À parte sua busca pela síntese das diferentes tradições do direito natural, interessa-nos aqui a forma como Leibniz pretendeu obter um princípio de sistematização dos temas e objetos jurídicos e um método para conferir ordem à jurisprudência, em uma palavra, pretendeu erigir um *sistema do direito*⁵¹⁹, no qual desempenhava um papel central a supressão de antinomias por meio de expedientes puramente lógicos.

Em uma série de escritos redigidos pouco antes e durante seu período residindo em Mainz (1666-1672) Leibniz discute possíveis critérios lógicos e hermenêuticos para a resolução definitiva dos conflitos entre normas de modo a trazer consistência à ciência jurídica. Num escrito de juventude, *Specimen quaestionum philosophicarum ex jure collectarum*, de 1664, Leibniz defende pela primeira vez em sua produção filosófica que sem o aporte da filosofia o direito permanece um “labirinto inextrincável” (A VI 1. 73). Nessa medida, o objetivo de Leibniz é identificar e trabalhar aspectos lógico-matemáticos e metafísicos no *Corpus iuris civilis* (Cf. A VI 1. 73). Nas 17 questões de que se compõe o escrito, Leibniz discute como problemas enfrentados pelos juristas na

⁵¹⁸ Busche, H. “Einleitung des Übersetzers”. In: Leibniz, G. W. *Frühe Schriften zum Naturrecht*. Op. cit. p. xvii. Os livros de Hans-Peter Schneider e Gaston Grua permanecem os melhores e mais detalhados estudos sobre a filosofia do direito de Leibniz. Grua, G. *La Justice Humaine selon Leibniz*. Paris: PUF, 1956. Schneider, H-P. *Justitia Universalis. Quellenstudien zur Geschichte des 'christlichen Naturrechts' bei Gottfried Wilhelm Leibniz*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1967.

⁵¹⁹ Sobre a exigência de sistematicidade presente na jurisprudência no início do período moderno, não raro ligada à busca pela síntese entre o direito natural antigo e humanista e a tradição cristã, Cf. Scattola, M. “Dialectics, topology and practical philosophy in early modern times”. In: Chang, H & Dascal, M (Hrsg). *Traditions of Controversy*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2007. p. 197. “Desde o final do século 17, princípio, sistema e método eram ligados estreitamente entre si e formavam uma espécie de ‘triângulo epistemológico’. Samuel Pufendorf explicou no *Eris Scandica* que uma genuína doutrina do direito natural precisa identificar um primeiro princípio que contém em si todas as conclusões possíveis. Por outro lado, todas as proposições de um sistema precisam ser ganhas através de uma dedução contínua desde seu primeiro primeiro princípio. É possível descrever essa dependência mútua dizendo que um princípio é um sistema condensado, ao passo que um sistema é um princípio expandido: ambos expressam o mesmo conteúdo em dois diferentes estados de agregação. O método é o instrumento para transformar um princípio em um sistema ou um sistema em um princípio. A respeito dos principais elementos desta doutrina, a maioria dos autores do final do século 17 e do século 18 tanto em filosofia prática como teórica, de Leibniz a Schelling, concordam. No século 20 encontramos a melhor definição dessa relação na teoria do positivismo legal, nos *Die philosophischen Grundlagen der Naturrechtslehre und des Rechtspositivismus* de Kelsen”.

resolução de conflitos podem ser resolvidos mediante esclarecimentos semânticos (questão I), lógicos (questão II), físico-matemáticos (questões III a VII) e metafísicos (questões XII a XVII). Numa obra de 1766, *Disputatio inauguralis de casibus perplexis in jure*, Leibniz retoma o mesmo intuito central de resolução de conflitos, controvérsias e *hard cases*, e expõe a ideia de que a jurisprudência pode também ser caracterizada como uma “lógica aplicada a questões morais”⁵²⁰. No escrito as antinomias são caracterizadas em oposição aos “casos perplexos”. Segundo Leibniz, diferentemente das antinomias, casos perplexos expressam uma contradição indireta ou acidental de leis quando aplicadas a um fato específico. Nas antinomias há por sua vez um “conflito imediato de leis” *<in Antinomia autem ipsarum immediate legum pugna est>*⁵²¹. Ou seja, as antinomias representam verdadeiras contradições entre as leis, não decorrentes de algum uso inadequado ou de alguma circunstância particular de sua aplicação, como nos casos perplexos, aos quais Leibniz dedica sua obra. Assim como no escrito anterior, Leibniz discute os conflitos aparentes entre as “disposições perplexas” e “concursos perplexos”⁵²² e propõe algumas regras para resolvê-los. Ele recusa o recurso ao *non liquet*, à solução pela sorte, pela descriconariedade livre ou regulada do juiz, e defende que para todo caso jurídico há apenas uma solução possível: aquela prescrita pela *lei*. O problema consiste em interpretar corretamente a lei positiva, que, baseada na “razão civil” *<civili ratione>*, limita a lei natural por meio de uma exceção ou restrição⁵²³. Todos os casos perplexos, porém, podem ser decididos a partir da “simples lei natural e das gentes, para a qual nada é incerto” *<Ita patet omnia ex mero jure naturae et gentium in effectum semper decidi, quibus nihil incertum esse>* (A VI 4C. 240).

Da casuística jurídica, passando pela arte de interpretação das leis, Leibniz progride pouco a pouco a uma reflexão mais completa sobre o fenômeno jurídico, em

⁵²⁰ “Da mesma forma que há uma lógica teológica, uma lógica médica, uma lógica matemática (ou seja, a álgebra), há também uma lógica jurídica, de forma que a jurisprudência é uma verdadeira dialética do direito”. Couturat, L. *La Logique de Leibniz. D'après des documents inédits*. Paris, 1969. p. 120.

⁵²¹ “Por conseguinte, defino o caso (propriamente) *perplexo* como (aquele que é realmente duvidoso em direito devido a) a reunião contingente, em um fato, de muitas coisas que têm efeito jurídico *<effectum iuris>*, o qual está impedido pelo concurso mútuo. Na antinomia, pelo contrário, há um choque imediato das leis mesmas *<ipsarum immediate legum pugna>*, embora uma perplexidade possa ser, ela mesma, considerada em certo sentido uma antinomia indireta” (A VI 4C. 240).

⁵²² Disposição é um ato juridicamente válido da vontade de uma das partes envolvidas por meio do qual ela torna explícitos seus interesses e concurso é o embate entre asserções válidas de direitos entre as partes.

⁵²³ Leibniz vê três possíveis cenários de conflito entre as leis: a) conflito entre lei natural e lei positiva; nesse caso a lei positiva, se estabelecida por um “pacto de todo o povo”, prevalece; b) se a interpretação da lei positiva não é clara, deve ser feito um apelo às “leis interpretativas da razão natural” *<regulae interpretandi rationis naturalis>*; c) se, por fim, tais leis dão razão às duas partes, então deve ser decidido contra a parte que não consegue provar ter sido promulgada a lei positiva sobre a qual funda sua pretensão.

uma palavra, a uma filosofia do direito, exemplificada pelo seu escrito sobre jurisprudência mais conhecido e que impulsionou o movimento de reforma dos estudos jurídicos do território alemão⁵²⁴, o *Nova Methodus Discendae Docendaeque Iurisprudentiae* (*Neuen Methode, Jurisprudenz zu lernen und zu lehren*). No escrito, publicado em 1767, Leibniz propõe uma reforma da jurisprudência em suas bases teóricas, práticas e didáticas e, em consonância a isso, a refundação, num plano sistemático, do direito civil e do direito romano⁵²⁵.

A “reforma da jurisprudência” exposta no *Nova methodus* tinha como condição *sine qua non* a modificação da estrutura dos cursos de direito e a proposta de reduzir o número enorme de leis a alguns poucos princípios⁵²⁶. O objetivo de Leibniz é delinear tudo aquilo necessário para a realização da ideia de um “jurista perfeito”, de modo análogo a Cícero em seu *de Oratore* e Platão na *Republica* (§ 1). A formação de um jurista perfeito é composta por quatro partes, assim como ocorre na teologia: a) parte *didática* ou positiva, que contém tudo o que está expressamente presente nas fontes escritas tomadas por verdadeiramente válidas e que pertencem ao direito “certo” <*certi juris*>; b) parte *histórica*, que arrola a origem, a redação, as modificações e abrogações da lei; c) parte *exegética*, que interpreta os escritos verdadeiramente válidos <*Libros Authenticos*>; e, finalmente, como culminação do precedente, uma d) parte *polêmica* ou controversa, que define os casos não decididos a partir de razões ou em conformidade à similitude <*ex ratione et similitudine*> (§ 2)⁵²⁷.

Por ocasião da parte didática, que deve tratar de definições e de prescrições dispostas de modo tabular (§ 7), em uma palavra, da determinação sistemática do objeto jurídico e do método de seu tratamento, Leibniz ressalta as falhas do método justiniano e a utilidade do novo método por ele proposto baseado em definições e divisões precisas. Ele censura, por exemplo, a divisão tripartite do objeto do Direito em pessoa, coisa e ação, argumentando que esta última pode ser absorvida nas duas outras subdivisões. Leibniz critica ainda o método justiniano por tratar majoritariamente de

⁵²⁴ “A partir de Leibniz se inicia o movimento de renovação dos estudos jurídicos na Alemanha e tal renovação é promovida sob o duplo aspecto do método e dos princípios”. Solari, G. *Studi storici di filosofia del diritto*. Torino: G. Giappichelli Editore, 1949. p. 181. Cf. também. Solari, G. *L'idea individuale e l'idea sociale nel diritto privato. Parte I. L'idea individuale*. Milano, Torino & Roma: Fratelli Bocca Editori, 1911. pp. 65ss, esp. p. 64. É significativo da importância da obra que o prefácio da edição de 1748 do *Nova methodus* tenha sido de autoria de Wolff.

⁵²⁵ Cf. Schneider, H-P. *Justitia Universalis*. Op. cit. Couturat, L. *La Logique de Leibniz*. Op. cit. p. 121ss.

⁵²⁶ Busche, H. “Einleitung des Übersetzers”. Op. cit. p. xxxvii.

⁵²⁷ Sobre as quatro partes de que se compõe a jurisprudência, ver Schneider, H-P. *Justitia Universalis*. Op. cit. pp. 48-50.

fatos, não de direitos (oposição entre *iuris* e *factum*)⁵²⁸ e por não ter realizado uma divisão exaustiva de coisas e pessoas, já que se decidiu pela exposição de *facta* - ainda que, de fato, uma divisão completa do empírico não seja possível (§ 10). O caminho para o novo método científico da jurisprudência passa, pois, pela redefinição do *Corpus iuris civilis*. A partir dessa redefinição do método obtém-se um novo Corpus para resolução de conflitos que deve ser “completo, breve e bem ordenado (...). Dessa forma desaparecem a contínua repetição, a obscuridade e as contradições” (§ 21).

As duas últimas partes do direito, a exegética e a polêmica, são em sentido genuíno os componentes do direito, as duas primeiras, a didática e a histórica, são suas meras condições - estas são teóricas, aquelas *práticas*. Assim como ocorria com Pufendorf e Grotius, a discussão das antinomias pertence à parte exegética, relativa à interpretação da lei. A jurisprudência exegética se ocupa com a interpretação dos códigos e compulações de leis e deve, com auxílio dos “métodos tradicionais (gramática, retórica, história, ética e política e lógica e metafísica), investigar qual foi de fato a intenção dos legislador <*quis de facto sensus fuerit sensus legislatoris*>”⁵²⁹. Persistindo o conflito quanto à aplicação ou mesmo validade de determinada lei ou parte de uma lei, é função da parte polêmica assumi-lo e resolvê-lo através de critérios bem claros⁵³⁰.

Que haja antinomias no direito, escreve Leibniz, é uma “questão mortificante” <*vexantissima Quaestio*> (§ 51) que deve ser respondida pelo jurista. Ao contrário de Grotius e Pufendorf, Leibniz trata a arte de resolver antinomias no capítulo sobre a *jurisprudencia exegetica* como pertencente não à arte retórica ou às classes tradicionais da *Statuslehre*, mas sim como uma atribuição da *lógica jurídica*, mais especificamente

⁵²⁸ Segundo Leibniz, em todas as tentativas anteriores de sistematização da jurisprudência repetiu-se um mesmo erro, a saber, “misturar fato e direito” <*factum iuri miscuit*>, p.ex em Althusius: “Pois mesmo a primeira divisão conceitual em Althusius afirma que a jurisprudência se subdivide em duas partes, uma parte que trata do que é de facto e outra que trata do que é de direito <*Jurisprudentiam esse duplicem, aliam de Facto, aliam de Jure*>. Ora, como se a tarefa da jurisprudência fosse tratar de fatos! Ou como se houvesse uma subdivisão da jurisprudência que não tratasse do direito!” (A VI I 300).

⁵²⁹ Schneider, H-P. *Justitia Universalis*. Op. cit. p. 49.

⁵³⁰ Na parte polêmica é exposta a conhecida doutrina dos três estágios ou degraus <*Drei-Stufe-Lehre*> do direito natural de Leibniz, a saber, o 1) direito estrito (*jus strictum*) ou direito de propriedade (*jus proprietatis*) como justiça comutativa, positivado no direito privado e resumido na fórmula *neminem laedere* de Ulpiano; 2) Equidade (*aequitas*) ou direito social (*jus societatis*) como justiça distributiva, positivado no direito público e resumido na fórmula *suum cuique tribuere* de Ulpiano; e 3) Piedade (*pietas*) ou direito interno (*jus internum*) como justiça universal (*iustitia universalis*), não passível de ser positivado e resumido na fórmula *honeste vivere* de Ulpiano. Cf. entre outros Busche, H. “Einleitung des Übersetzers”. Op. cit. pp. lxix-xcv.. Essa hierarquia de princípios ou normas deveria, segundo Leibniz, servir para resolução dos conflitos que persistiam após a etapa meramente exegética da atividade jurisprudencial. Infelizmente não é possível nos aprofundarmos nessa parte da filosofia leibniziana do direito.

sob rubrica de “lógica e metafísica”. Segundo Leibniz, “a tal lógica jurídica pertence a *conciliação das antinomias*” <*ad hanc Logicam Iudicam pertinet & Conciliatio Antinomiarum*>. Não por acaso Leibniz se remete não a Cícero, mas a Aristóteles para descrever em que consistiria tal arte de resolver antinomia:

A arte de resolver antinomias consiste em considerar que em uma lei ou proposição dada o sujeito ou o predicado não é o mesmo em uma e na outra ou que ele é o mesmo em ambas. Há tantos modos de solução de antinomias quantos são os métodos empregados por Aristóteles para provar a identidade ou diversidade. Nós mostraremos isso de forma mais completo num estudo específico, o *Commentario de Arte solvendi Antinomias* (A VI 1 329).

Infelizmente o escrito prometido por Leibniz não foi escrito. No entanto, a própria *Nova methodus* dá indicativos adicionais de como deveria constituir-se tal lógica jurídica de resolução de antinomias. Além de detectar e corrigir “erros lógicos nas leis” e ‘petições de princípio”, “em tal lógica jurídica cumpre aos juristas formar razões de defesa, de classificação e casos por meio da *arte combinatória*” (A VI 1 328).

Com efeito, outras obras e fragmentos do período mostram como o direito se torna para Leibniz um campo privilegiado para a aplicação da *arte combinatória*, permitindo que todos os casos conflituosos sejam enumerados e solucionados conforme o modelo de gêneros e espécies e mediante expedientes retirados da lógica. Ao intuito de precisão e completude se acresce o método geométrico de Euclides em virtude da afinidade existente entre o objeto matemático e o objeto jurídico⁵³¹. A certeza e evidência propiciadas pelo método geométrico e pela *ars combinatoria* se coadunam com a exigência de ausência de lacunas e antinomias presente no intuito sistematizador de Leibniz⁵³². Num escrito não publicado redigido entre 1677 e 1679, *De legum interpretatione, rationibus, applicatione, systemate*, Leibniz reforça a necessidade de uma sistematização das leis de modo a não haver lacunas e colisão entre elas - assim

⁵³¹ “A jurisprudência é similar à geometria no fato de que ambas têm elementos e casos. Elementos são o que é simples; na geometria: as figuras, triângulos, círculos, etc.; na jurisprudência: ação, promessa, alienação, etc. Casos: as combinações destes elementos, as quais em cada exemplo particular têm variáveis infinitas. Euclides compôs os elementos geométricos, os elementos jurídicos estão contidos naqueles *corpore* e os casos estão claramente misturados em cada exemplo”. *De arte combinatoria*. A VI 1 188, L 82.

⁵³² “Sob esta base se forma uma concepção nova, uma concepção segundo a qual as proposições jurídicas, isto é, as normas, são em seu conjunto um sistema potencialmente completo, já que cada caso tem sua regra (proposição jurídica verdadeira) sempre demonstrável sob o único fundamento das proposições jurídicas já conhecidas como verdadeiras. O modo de tornar mais simples o conhecimento do direito é aquele de construir o sistema das proposições jurídicas (verdadeiras) vigentes, mantendo-o em uma ordem. Tal ordem é aquela da lógica e da matemática, isto é, aquela na qual se prometem as definições dos termos, depois as regras gerais ou princípios, depois pouco a pouco as proposições mais particulares, por fim as exceções. Este modo sistemático de disposição é aquele proposto por Leibniz, que o considera o melhor modo para que seja possível encontrar com facilidade as regras de qualquer caso particular”. Tarello, G. *Storia della cultura giuridica moderna*. Op. cit. p. 139.

afastar-se-ia toda “dúvida”. Ele exprime a esperança de que, embora um conjunto harmonioso e bem-ordenado de lei ainda não exista, um verdadeiro *sistema* de leis possa ser obtido:

Neste sistema, o conteúdo são as leis mesmas, nas quais se tem como que as pedras para se contruir o edifício, isto é, elas precisam ser de tal modo moldadas que possam encaixar-se umas nas outras de forma confortável e firme, não deixando *nenhum espaço vazio entre elas*. *Da mesma forma, as leis devem ser coordenadas entre si de modo a que não entrem em conflito entre si e tampouco que seja deixada alguma margem para a dúvida a respeito de algum negócio jurídico possível* <in legibus coordinandis requiritur, tum ut ne pugnent inter se, tum et nullum negotium dubium relinquant> Tal sistema de leis ainda não está disponível, contudo creio que não há dúvida alguma de que ele seja atingível. As pessoas costumam pensar diferentemente, pois elas acreditam que há casos infinitos, de modo que a enumeração de todos eles estaria além das capacidades humanas. Isso seria o caso se nosso objetivo fosse enumerar todos os casos; porém, aquele que conhece os universais pode facilmente classificar as coisas em classes, de forma que nada permanece de fora (IV, 4C, 2791. Grifos meus).

A proposta de unir jurisprudência e geometria não era decerto sem precedentes⁵³³; o que era propriamente nova era a insistência de Leibniz em aplicar o método combinatório ao conjunto completo da matéria jurídica (incluindo aqui o *Corpus iuris civilis*) para calcular todos os casos legais possíveis a partir de um número limitado de elementos e, assim, remover o grau de incerteza na legislação e tornar inexistente a discricionariedade judicial⁵³⁴, tomada na tradição jurídica do início da modernidade como uma autêntica e legítima *Rechtsquelle* ligada à *aequitas*⁵³⁵. A ideia de que o direito natural deve ser capaz de uma evidência análoga à matemática e, pois, superior àquela possível nos demais juízos morais ou éticos, marca a filosofia da modernidade⁵³⁶.

Mencionemos por fim um pequeno escrito de C. Wolff publicado em 1729, *De differentia intellectus systematici & non systematici*. Wolff, que escreveu o prefácio da edição de 1748 do *Nova methodus*⁵³⁷, fala rapidamente sobre as antinomias jurídicas no contexto da necessidade de um sistema na jurisprudência. Assim como um sistema de verdades não permite nenhuma contradição, tampouco um sistema de leis comporta antinomias. A forma sistemática seria uma garantia contra erros e contradições na jurisprudência e por isso um desiderato do cientista do direito:

⁵³³ Röd, W. *Geometrischer Geist und Naturrecht: methodengeschichtliche Untersuchungen zur Staatsphilosophie im 17. und 18. Jahrhundert*. München: Verlag der Bayer Akademie der Wissenschaft, 1970.

⁵³⁴ Esse propósito de Leibniz fica claro nos esboços aos *Elemente des Naturrechts*, redigidos entre 1669 e 1671. Cf. Grua, G. *La Justice Humaine selon Leibniz*. Op. cit. p. 246ss. Schneider, H-P. *Justitia Universalis*. Op. cit. pp. 359ss. Há uma tradução alemã desses esboços em Leibniz, G. W. *Frühe Schriften zum Naturrecht*. Op. cit. pp. 90-319.

⁵³⁵ Cf. p.ex. Pufendorf. *De jure naturae et gentium libri octo*. V, 12, § 21. Cf. Schröder, J. *Recht als Wissenschaft*. Op. cit. pp. 15-16.

⁵³⁶ Cf. Idem. pp. 177ss.

⁵³⁷ Cf. Schneider, H-P. *Justitia Universalis*. Op. cit. p. 10.

Assim como em todo gênero de verdades as contradições podem ser evitadas da forma mais fácil trazendo-se as verdades em um sistema, também na jurisprudência as antinomias – caso eles seja engendradas – são descobertas de forma não dificultada e evitadas na redação de legislações quando as leis produzem um sistema⁵³⁸

Da mesma forma que Leibniz, Wolff considera uma tarefa possível sistematizar os *Digesta*. Contudo, o mesmo vale para “todo direito independente do lugar e do tempo em que ele é redigido”. Os ordenamentos jurídicos sistemáticos seriam comparáveis a corpos:

Quando o direito é trazido a um sistema que merece este nome, então é permitido denominá-lo genuinamente de um corpo, pois o corpo animal apresenta um sistema no qual os órgãos e suas partes são ordenados segundo a mesma lei pela qual as verdades têm de ser ordenadas em um sistema⁵³⁹.

Como esperado, o sistemático *par excellence*⁵⁴⁰ tinha algo a dizer sobre a supressão de antinomias.

4.3. O ímpeto do período tardio do Esclarecimento por sistematização e simplificação da legislação e pela supressão das leis contraditórias entre si

Leibniz dá o impulso decisivo para consolidar a pretensão, refletida nas *sistematizações* do direito à época, de encontrar mecanismos seguros para solucionar todo e qualquer problema ou conflito jurídico que se apresentasse a alguma instância normativa. Para a *Zeitalter der Aufklärung* a sistematização e consistência lógica do direito ligava-se, decerto, a uma nova reflexão sobre a legislação e unificação do direito. A filosofia jurídica do Esclarecimento deu inúmeros exemplos de um marcado “ímpeto para a legislação” <*Antrieb für die Gesetzgebung*>. Não, decerto, de legislações isoladas, mas uma *ciência da legislação* ou *nomotética* que pudesse unificar e simplificar um “direito muitas vezes fragmentado e tornado, assim, opaco”, em uma palavra, promover uma *codificação*⁵⁴¹ das espalhadas e muitas vezes disparatas leis

⁵³⁸ Wolff, C. *De differentia intellectus systematici & non systematici. / Über den Unterschied zwischen dem systematischen und dem nicht-systematischen Verstand*. Op. cit. p. 291.

⁵³⁹ Idem. p. 293.

⁵⁴⁰ Albrecht, M. “Einleitung des Übersetzers”. Idem. p. 235.

⁵⁴¹ “A adoção de uma noção de ‘código’ mais ampla serve, decerto, para considerar, no âmbito de todo o processo de codificação, também o processo de constitucionalização que se traduz em documentos normativos coerentes e unitários”. Tarello, G. *Storia della cultura giuridica moderna*. Op. cit. p. 20

municipais e regionais⁵⁴². No caso específico da Prússia de Kant, não havia ainda no século 18 um sistema centralizado, hierarquizado e bem-ordenado de cortes⁵⁴³. A competição e entrecruzamento de jurisprudências era o resultado de uma dispersão das instâncias de decisão e de tribunais das mais variadas naturezas e jurisdições. Em uma palavra, dominava um ambiente de *fragmentarismo* <Fragmentierung> ou *particularismo jurídico*⁵⁴⁴ em que se notava não apenas o conflito *objetivo* de competências entre sistemas de normas, como também a incerteza dos direitos individuais resultante da indefinição *subjetiva* das leis que deveriam regular determinado comportamento⁵⁴⁵.

Kant se refere implicitamente a esse contexto quando menciona, no início da Dialética Transcendental, o antigo desejo de "simplificar a legislação" ao reduzir as leis ao menor número possível.

É um antigo desejo, que talvez um dia – ninguém sabe quando – possa ser satisfeito, o de que, em vez da *infundável diversidade de leis civis, procurem-se enfim os seus princípios; pois pode estar aí o segredo para, como se diz, simplificar a legislação*. Mas as leis, aqui, são tão somente limitações de nossa liberdade às condições sob as quais ela possa concordar inteiramente consigo mesma; dizem respeito a algo, portanto, que é uma obra estritamente nossa e do qual nós mesmos podemos ser a causa por meio daqueles conceitos (A 301/ B 358. Grifos nossos).

Com efeito, a ideia de uma simplificação da legislação era um propósito muito presente à época e estreitamente relacionado ao intuito esclarecido que permeava e conferia

⁵⁴² Conrad, H. "Einleitung" zu Conrad, H. & Kleinheyder, G. (Hrg.). *Svarez, C. G. Vorträge über Recht und Staat*. Köln und Opladen: Westdeutscher Verlag, 1960. p. xi. Sobre todo a época das codificações, Cf. Tarello, G. *Storia della cultura giuridica moderna*. Op. cit.

⁵⁴³ "Havia uma vaga divisão entre cortes inferiores e superiores, mas não havia nenhuma relação nítida entre as cortes de cada grupo ou entre os grupos. Uma série de diferentes cortes haviam sobrevivido à idade média e à reforma, quando os princípios básicos de sua criação haviam sido o status social e os costumes territoriais. Para mencionar apenas algumas, havia as cortes eclesiásticas (*Consistorien*), cortes de reis e feudos (*Lehnsgerichte*), corte patrimoniais (*Patrimonialgerichte*), cortes municipais (*Stadtgerichte*), cortes reais (*Hofgerichte*) e cortes provinciais (*Regierungen*). No nível mais alto, havia, além do comitê judicial do conselho privado, que detinha a corte de apelação em certos casos, um número grande de cortes superiores de apelação. As duas mais bem conhecidas eram a *Kammergericht*, a corte de apelos da câmara e a corte de apelação mais antiga da Prússia, e o *Tribunal*, a corte superior de apelações dos territórios prussianos fora do *Mark*; contudo, havia ainda cortes territoriais de apelações que deviam ser garantidas pelo regente quando esses territórios eram adquiridos pela Prússia, tal como a corte de apelações de Ravensberg". Weill, H, "Judicial Reform in Eighteenth Century Prussia. Samuel von Cocceji and the Unification of the Courts". *The American Journal of Legal History*, Vol. 4, No. 3. 1960. p. 226.

⁵⁴⁴ Ver a definição de particularismo jurídico fornecida por Tarello: "Por particularismo jurídico se entende a falta de unidade e coerência no conjunto das leis vigentes em uma dada esfera espaço-temporal, identificada a um juízo de valor segundo o qual naquela mesma esfera 'deveria' haver, ou 'era esperado que houvesse', unidade e coerência das leis". Tarello, G. *Storia della cultura giuridica moderna*. Op. cit. p. 28.

⁵⁴⁵ "Tais inconvenientes (...) se resumem na extrema incerteza dos direitos de cada um, causada seja pelas frequentes dúvidas subjetivas acerca da lei reguladora das relações, seja do conflito objetivo de competências – positivas ou negativas – entre os sistemas de normas". Idem. pp. 32-33.

unidade ao período do governo de Frederico, o Grande (1740-1786). Por meio do grande projeto de codificação que percorreu décadas do século 18 e chegou até mesmo ao século XIX, o “Estado de Frederico torna-se legislador”⁵⁴⁶. O primeiro esboço de um novo código de leis prussiano foi levado a cabo por Samuel von Cocceji (1679-1755) com o assim chamado *Project des Corporis juris Friedericiani* (1749-1751), porém, apesar de certos avanços na gestão de Cocceji no intuito de diminuir a quantidade de instâncias legais⁵⁴⁷, o projeto não foi levado adiante⁵⁴⁸. Apenas perto do final do reinado de Frederico I os trabalhos de codificação na Prússia foram retomados com um duplo e explícito objetivo: *simplificar* e *unificar* a legislação de então:

A ordem do gabinete de 14 de abril de 1780 (...) decretou a elaboração de um código de leis abrangente para os estados prussianos. A aspiração do rei era a simplificação das leis (*Simplifizierung*), de modo que a lei fosse compreensível ao homem comum e as controvérsias e sutilezas jurídicas fossem afastadas. Ademais, o direito nos estados prussianos deveria também ser unificado (*Unifizierung*), sem que com isso as leis territoriais e provinciais devam ser eliminadas⁵⁴⁹

⁵⁴⁶ “O Estado de Frederico torna-se legislador. O espírito que preenche esse Estado, que era ativo nos órgãos do rei até o último funcionário público ou sub-oficial, que encontrou uma expressão literária livre nos escritos de Frederico, em pensadores como Christian Wolff e Kant, em juristas, teóricos do direito estatal e escritores políticos, esse espírito mesmo manifestou seu ser universal e duradouro no *Landrecht*”. Dilthey, W. “Das allgemeine Landrecht”. In: *Gesammelte Schriften. Bd. XII. Zur preußischen Geschichte*. Göttingen: Vandenhoeck u. Ruprecht, 1985. p. 131. Sobre os movimentos de codificação jurídica na Prússia no século 18, Cf. Marcos, M. H. *La Crítica de la razón pura como proceso civil*. Op. cit. pp. 526ss. Tarello, G. *Storia della cultura giuridica moderna*. Op. cit.

⁵⁴⁷ Cocceji diminui o número de cortes supremas na Prússia do Leste de 14 para 4: “Quando chegou lá, em abril de 1751, ele encontrou não menos do que 14 tribunais superiores em e em torno de Königsberg, incluindo o Tribunal Superior (*Obertribunal*) e o Governo (*Regierung*) da Prússia oriental, a Corte Real (*Hofgericht*), a Corte Real Lituana (*Litthauisches Hofgericht*), a Corte Geral do Consistório (*Kirchencollegium*), a Corte do Consistório de Sâmbia (*Samländisches Consistorium*), a Corte do Consistório da Pomerânia (*Pomesanisches Consistorium*), a Corte para os Menores (*Pupillencollegium*), a Comissão para os Feudos (*Lehnscommission*), a Comissão para Disputas Territoriais (*Landrechtscommission*), a Corte Superior dos *Burggraf* (*Ober-Burggräfliches Amt*), a Corte Criminal Real (*Hofhalsgericht*), o Senado Acadêmico da Universidade de Königsberg (*Akademischer Senat*), e a Corte Francesa (*Franzsisches Gericht*). Cocceji conseguiu reduzir esse colosso de jurisdições para 4 cortes. O Tribunal Superior tornou-se a corte suprema em direito civil e a Corte Real a segunda. O Governo julgava todos os casos de direito público e a Corte Criminal Real todos aqueles de direito penal”. Weill, H, “Judicial Reform in Eighteenth Century Prussia. Samuel von Cocceji and the Unification of the Courts”. p. 231.

⁵⁴⁸ Sobre a inspiração leibniziana de Cocceji, ver Dilthey: “Ele pretendia, assim, que seu *Landrecht* ‘perscrutasse os *principia iuris naturalis* escondidos no direito romano’ – ele acolhia aqui os profundos pensamentos de Leibniz sobre uma análise do direito romano, e dos princípios, o alfabeto do direito de Leibniz, ele pretendia derivar o sistema universal da razão jurídica”. Dilthey, W. “Das allgemeine Landrecht”. Op. cit. p. 139. Sobre o direito romano estar fundado nos mesmos princípios do direito natural e das gentes, Cf. Cocceji, S. *Novum Systema Justitiae naturalis et romanae*. Halle, 1750. I. § 2. A afinidade com Leibniz passa também pela rejeição da ideia de Grotius de que o direito natural seria válido mesmo se Deus não existisse. Para Leibniz e S. Cocceji a única fonte de validade da lei natural é a vontade divina. Cf. Trendelenburg, A. “Friedrich der Grosse und sein Grosskanzler Samuel von Cocceji. Beitrag zur Geschichte der ersten Justizreform and des Naturrechts”. In: *Kleine Schriften. Bd I*. Leipzig: 1871.

⁵⁴⁹ Conrad, H. “Einleitung” a Conrad, H. & Kleinheyer, G. (Hrg). *Svarez, C. G. Vorträge über Recht und Staat*. Op. cit. p. xii

A morte de Frederico I em 1786 não interrompeu os trabalhos de codificação. Em 20 de março de 1791 foi publicado o código (*Gesetzwerk* ou *Gesetzbuch*) como *Allgemeines Gesetzbuch für die Preußischen Staaten* e em 1 de junho de 1792 ganhou força de lei. Após algumas modificações e remoções de passagens mais complicadas, o código recebe sua forma e nome finais: *Allgemeines Landrecht für die preußischen Staaten*, entrando em vigor no dia 1 de junho de 1794. O código, de autoria sobretudo de Carl Gottlieb Svarez, “realiza as exigências da *Aufklärung* de compreensibilidade universal, transparência e popularidade <*Volkstümmlichkeit*> das leis, de contenção do direito romano e uma ampla consideração do direito natural e do direito nacional”⁵⁵⁰. Por exemplo, além da simplificação e unificação das cortes e instâncias de decisão, é colocado como preceito fundamental a completa ausência de arbitrariedade do governante na legislação e jurisdição na medida em que se previa que toda mudança constitucional deveria passar por uma *Gesetzcomission* formada de modo autônomo e independente⁵⁵¹.

Como mencionado, o ponto cardinal do novo código prussiano era claramente a simplificação da legislação⁵⁵². Svarez expõe esse intuito num escrito publicado na *Berlinische Monatsschrift* em 1788, *Inwiefern können und müssen Gesetze kurz sein?*. O artigo começa com uma afirmação clara a respeito da necessidade de simplificação das leis: “as leis precisam ser curtas – isto é um lugar comum dos mais habituais nas obras de nossos novos e antigos escritores sobre a ciência do Estado e da legislação”⁵⁵³. Ora, é certamente um “mal” que a determinação da clareza e certeza das leis seja entregue à descrição do juiz <*Befinden des Richters*>, “pois dessa maneira o juiz se torna legislador; e nada pode ser mais perigoso para a liberdade civil do que quando o juiz (...) é um servidor assalariado do Estado e ocupa vitaliciamente o cargo de magistrado”⁵⁵⁴.

À reforma da legislação deve presidir uma “lógica natural” e deve ser buscada a adequação das leis ao “correto entendimento humano sadio” <*richtigen gesunden*

⁵⁵⁰Idem. p. xiv.

⁵⁵¹ Cf. *Allgemeines Landrecht für die preußischen Staaten* §§ 7-8

⁵⁵² Tamanho era o ímpeto em tornar popular o novo código que Svarez publicou em 1793 um escrito em que expunha os elementos centrais do *Allgemeines Landrecht* ao povo: *Unterricht über die Gesetze für die Einwohner der preußischen Staaten von zwei preußischen Rechtsgelehrten*, seguindo o plano de ter “um duplo livro de leis (...): um para o juiz e os juristas e outro para o povo em geral”. Svarez, C.G. *Inwiefern können und müssen Gesetze kurz sein?*. In: Conrad, H. & Kleinheyer, G. (Hrg). Svarez, C. G. *Vorträge über Recht und Staat*. Op. cit. p. 629. Cf. idem. p. xviii

⁵⁵³ Svarez, C.G. *Inwiefern können und müssen Gesetze kurz sein?*. In: Conrad, H. & Kleinheyer, G. (Hrg). Svarez, C. G. *Vorträge über Recht und Staat*. Op. cit. p. 627.

⁵⁵⁴ Idem. p. 628.

Menschenverstandes>: redução das exceções, escrita precisa e curta, regras e prescrições, além de “conclusões determinadas segundo as regras filosóficas corretas”. Dessa forma, “deixa-se ao arbítrio do juiz o tanto menos espaço quanto possível”⁵⁵⁵.

O próprio Frederico II havia décadas antes dado expressão à necessidade de um todo coeso de leis no qual não sejam deixadas brechas para arbitrariedades. Em *Dissertation sur les raisons d'établir ou d'abroger les loix*, discurso proferido na Academia de Ciências de Berlim em 1750, Frederico descreve a urgência com que a Prússia esperava uma reforma legislativa que lhe proporcionasse aquela “obra prima” <*Chef-d'oeuvre*> do espírito humano, a saber, um “corpo de leis perfeitas”. Este

constituiria a obra prima do espírito humano no que diz respeito à política da governança <*Politique du Gouvernement*>: seria percebida uma unidade do plano e de regras tão exatas e proporcionadas que um Estado conduzido por estas leis seria parecido a um relógio, no qual todas as peças são feitas para um mesmo fim⁵⁵⁶.

Decerto, nesse “relógio” ou “corpo” sujeito a leis claras e harmônicas não deve haver espaço para leis que se contradizem entre si - em uma palavra, toda e qualquer *antinomia* deve ser *suprimida* como marca de um desvio em relação ao plano conjunto e comum expresso pela vontade do legislador:

Quando em um Estado as leis não são reunidas em um só corpo, é necessário que haja aí algo que se contradiga entre elas: como elas são a obra de diferentes legisladores que não trabalharam sobre um mesmo plano, falta-lhes aquela unidade tão essencial e tão necessária a todas as coisas importantes⁵⁵⁷.

Portanto, não apenas num plano teórico como também no plano prático a discussão sobre a necessidade de simplificar e racionalizar a legislação estava na ordem do dia. A ideia de suprimir leis contraditórias e conferir coesão e coerência à legislação era uma moeda comum à época de Kant e da redação da *KrV*. Não é exagerado afirmar, portanto, que a ideia kantiana de antinomia deve em muito à discussão exposta até aqui.

4.4. Kant a as antinomias jurídicas – Baumgarten e Achenwall

A despeito de toda a longa e significativa história das antinomias jurídicas, é permitido suspeitar que a fonte direta e mais verossímil do conceito de antinomia em Kant seja Baumgarten e Achenwall. No capítulo sobre obrigação dos *Prolegomena* ao

⁵⁵⁵ Idem. p. 629.

⁵⁵⁶ Friedrich II. *Dissertation sur les raisons d'établir ou d'abroger les loix*. Frankfurt u. Leipzig: 1752. p. 29.

⁵⁵⁷ Idem. p. 42.

Jus naturae Achenwall discute brevemente a antinomia. Um conflito de leis (*legum collisio, antinomia, legum pugna, conflictus*) ocorre quando duas ou mais leis ou obrigações devem ser observadas. Nestes casos é forçoso permitir uma exceção, ao fazer com que a lei “fraca” ceda diante da “forte”⁵⁵⁸. Um tratamento mais completo do tema encontra-se em Baumgarten. Ele define a antinomia nos *Initia philosophiae practicae primae* como um “conflito de leis morais oposta entre si” e distingue entre antinomias verdadeiras e aparentes. As primeiras seriam aquelas que afirmam ou negam o mesmo aspecto do mesmo estado-de-coisas, ao passo que as segundas seriam aquelas que, apesar da aparência, afirmam ou negam aspectos diferentes ou estados-de-coisas diferentes. Dessa maneira, não há antinomia quando as leis não tratam do mesmo tema, quando elas dizem respeito a aspectos morais ou normativos distintos de um mesmo tema, ou ainda quando possuem conteúdo deontológico distinto (isto é, afirmativo, negativo, prescritivo, proibitivo)⁵⁵⁹. A necessidade de supressão das antinomias através da prova ou assinalação de seu caráter aparente funda-se na exigência de que o direito natural *late dictum*, a saber, a filosofia prática⁵⁶⁰, seja *completissimum*, isto é, completo, não lacunar e livre de contradições⁵⁶¹.

Em todas discussões percebem-se claras ressonâncias para a doutrina da antinomia em Kant. É imprescindível para Kant provar que a contradição da razão consigo mesma é, na realidade, *aparente*. Kant deve demonstrar então que, embora repouse em uma ilusão natural e inevitável, dito mais exatamente, uma ilusão *transcendental*, a antinomia da razão pura pode ser suprimida ao se distinguirem fenômenos e coisas em si como dois âmbitos distintos de aplicação das leis supostamente contraditórias ou opostas entre si e, por conseguinte, desvelar-se o conflito como aparente (A 490-507/B 518-535). A supressão da antinomia pressupõe,

⁵⁵⁸ Cf. *Prolegomena Ius Naturae*. Op. cit. § 25. “Consequentemente, em uma colisão de leis e obrigações a mais forte vence, e a esta cedem a lei e a obrigação mais fracas”.

⁵⁵⁹ Baumgarten. *Initia philosophiae practicae primae*. Op. cit. § 85: “Leis morais contrárias que colidem, M. §. 97, uma tal colisão é *antinomia*. E sendo uma contradição ou verdadeira ou aparente, M. §. 12, as antinomias serão ou verdadeiras ou aparentes. Para uma verdadeira contradição são exigidas a afirmação e a negação de exatamente a mesma coisa e do mesmo sujeito, M. §. 7, 12. Portanto, [não há verdadeira antinomia] entre leis 1) que não tratam exatamente do mesmo sujeito, 2) que não enunciam exatamente a mesma determinação moral do seu sujeito, e, por certo, 3) uma é afirmativa, outra negativa, portanto, sendo uma preceptiva e outra proibitiva”.

⁵⁶⁰ Sobre a assimilação do direito natural *late dictum* à filosofia prática como *philosophia practica universalis*, Cf. Scattola, M. “Die Naturrechtslehre Alexander Gottlieb Baumgarten und das Problem des Prinzips”. Op. cit., sobr. pp. 240-245.

⁵⁶¹ Baumgarten. *Initia philosophiae practicae primae*. Op. cit. Idem. § 98. “O direito se diz completo quando ele basta para decidir todas as controvérsias acerca de fatos morais (ou absolutamente todos ou um certo gênero de fato moral). Portanto, o direito natural em sentido amplo, ou seja, a filosofia prática, que basta para decidir todas as controvérsias a respeito de fatos morais que a moralidade tem de decidir, pode ser denominado de direito completíssimo <*completissimum ius*>, §. 70, 82”.

portanto, a descoberta da ilusão. Já que o tribunal ou a legislação da razão deve ser *completissimum*, nenhuma antinomia é permitida:

É preocupante e entristecedor que haja, em geral, uma antitética da razão pura, e que esta, que representa o *tribunal supremo de todas as controvérsias*, entre em conflito consigo mesma. Acima nós tínhamos, de fato, tal antitética ilusória diante de nós; mas se mostrou que ela se baseava em um mal-entendido, na medida em que, de acordo com o preconceito habitual, tomavam-se fenômenos por coisas em si mesmas (...). Não havia, portanto, nenhuma *contradição da razão* consigo mesma (...)(A 740/B 768. Grifos nossos).

É possível até mesmo suspeitar que o próprio conceito de razão como a faculdade dos princípios surge desse contexto jurídico. No capítulo das antinomias, como ainda veremos no momento sistemático do presente trabalho, Kant liga a razão à ideia de uma *resolubilidade absoluta* de todas as tarefas e perguntas que lhe são apresentadas (Cf. A 477/B 505). Na *KpV* isso se torna ainda mais claro:

Aquilo que é requerido para a possibilidade de um uso da razão em geral, a saber, que seus princípios e suas afirmações *tenham de não se contradizer entre si*, não constitui uma parte de seu interesse, mas é *a condição de em geral ter razão*; será contada como interesse da razão apenas a ampliação, e não a mera consonância consigo mesma (*KpV* AA 05: 120. Grifos nossos).

Com efeito, o conceito mesmo de razão como um todo coerente, pressuposto tanto pela ideia de um processo conduzido diante do tribunal da *KrV*⁵⁶² como pela da filosofia como legislação do gênero humano, não comporta a possibilidade de que haja nela uma contradição interna. Daqui podemos apenas especular em que medida o próprio direito e a jurisprudência influíram na concepção de razão em Kant.

⁵⁶² M. Sommer ressalta esse ponto: “O procedimento da Crítica – um procedimento judicial é uma ‘*methodica imputatio legis*’ – pressupõe o modelo de um *consensus omnium*; o conflito das proposições da razão significa um desvio em relação a esse modelo; para afastar o risco, daí surgido, para a conservação do todo, a Crítica tem de levar os conflitantes a um consenso: a razão se conserva por meio da concordância [consigo mesma] <*Zusammenstimmung*>”. Sommer, M. *Die Selbsterhaltung der Vernunft*. Op. cit. p. 234.

2ª PARTE - HISTÓRIA DO SURGIMENTO DA METAFÓRICA JURÍDICA DA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Problema de uma *Entstehungsgeschichte* da Filosofia Crítica

Toda história de surgimento <*Entwicklungsgeschichte*> da filosofia kantiana padece de uma arbitrariedade de origem. Narrar o surgimento e consolidação da *KrV* à luz de um tema (antinomia⁵⁶³, problema do espaço⁵⁶⁴, dedução ou síntese transcendental⁵⁶⁵, causalidade⁵⁶⁶) ou mesmo da influência precisa de um autor (Hume⁵⁶⁷, Rousseau⁵⁶⁸ ou os “escoceses”⁵⁶⁹) coloca à sombra, forçosamente, toda a gama de temas e autores colaterais que, de uma forma ou de outra, influíram em partes doutrinárias precisas da filosofia crítica. Para não mencionar, decerto, a dificuldade de datação do material póstumo⁵⁷⁰, o desafio em conciliar datas, explicar reviravoltas radicais e afastar elementos que atrapalham o esquema interpretativo adotado. Eleger algum “*Grundantrieb*” de Kant tampouco auxilia no alijamento da arbitrariedade. Contudo, de certa forma, ao isolar seu objeto e por princípio colocar sob parênteses outras visadas concorrentes, *todo trabalho interpretativo* padece, a rigor, da pecha de arbitrariedade e unilateralidade. A questão é como lidar com tal arbitrariedade e como definir-lhes os limites e extensão.

K. Fischer foi quem colocou a pedra fundamental para toda a análise genética da obra kantiana que mobilizou o movimento neokantiano e que recentemente foi revivida⁵⁷¹. Em sua *Clavis Kantiana* (1858) Fischer vê na *Entstehungsgeschichte* do

⁵⁶³ Como veremos abaixo, sobretudo Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie”. In: *Reflexionen Kants zur kritischen Philosophie. aus Kants handschriftlichen Aufzeichnungen. Hrsg. von Benno Erdmann. Neudr. der Ausg. Leipzig 1882/1884. Neu hrsg. und mit einer Einl. vers. von Norbert Hinske.* Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1992.

⁵⁶⁴ Destaca-se aqui Fischer, F. *Geschichte der neuern Philosophie. Bd III. Kant's Vernunftkritik und deren Entstehung.* 2. rev. Aufl. Heidelberg: Verlagsbuchhandlung von Friedrich Bassermann. 1869.

⁵⁶⁵ P.ex. Vleeschauwer, H. J. *La Dédution Transcendentale dans l'Oeuvre de Kant.* Op. cit.

⁵⁶⁶ P.ex. Paulsen, F. *Versuch einer Entwicklungsgeschichte der Kantischen Erkenntnistheorie.* Leipzig, 1875.

⁵⁶⁷ P.ex. Idem.

⁵⁶⁸ Velkley, R. *Freedom and the End of Reason. On the moral foundations of Kant's critical philosophy.* Chicago & London: The University of Chicago Press, 1989.

⁵⁶⁹ Kuehn, M. *Scottish Common Sense in Germany. 1768-1800. A contribution to the history of critical philosophy.* Kingston [u.a.] : McGill Queens Univ. Press, 1987.

⁵⁷⁰ Cf. nota 97 acima.

⁵⁷¹ Para uma *Entwicklungsgeschichte* das “*entwicklungsgeschichtlichen Interpretationen*” da filosofia crítica, Cf. Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano.* Op. cit. pp. xxii e segs. E mais recentemente Kreimendahl, L. *Kant - Der Durchbruch von 1769.* Op. cit.

pensamento de Kant a chave para o entendimento de sua filosofia e interpreta os escritos pré-críticos como uma aproximação contínua da filosofia crítica⁵⁷². Para ele, que vê no problema do espaço e da matemática o fio condutor do desenvolvimento filosófico de Kant, haveria um estrito espelhamento do aspecto genético no aspecto sistemático, a saber, a *Entwicklungsgeschichte* da *KrV* teria percorrido suas etapas na mesma ordem das partes da *KrV*: 1) Estética; 2) Analítica e 3) Dialética⁵⁷³. Ao propósito interpretativo genético de Fischer se ligaram, dentre muitos outros, explicitamente Paulsen⁵⁷⁴, Riehl⁵⁷⁵ e Erdmann⁵⁷⁶. Este, no entanto, lançando mão de material póstumo até então não publicado, reverteu o princípio de espelhamento de Fischer e sugeriu que, na verdade, os temas da Dialética é que teriam recebido precedência no desenvolvimento do pensamento kantiano, mais especificamente a *antinomia*: a “descoberta” da antinomia teria levado à teoria da idealidade de espaço e tempo e, na sequência, à dedução transcendental⁵⁷⁷. Erdmann teria, assim, “provado de uma vez por todas”⁵⁷⁸ ou “mostrado de forma bem conclusiva”⁵⁷⁹ que a antinomia da razão pura foi o verdadeiro motivo desencadeador da filosofia transcendental no desenvolvimento intelectual de Kant⁵⁸⁰. Significativa parte da *Kant-Forschung* assumiu sua tese como uma *communis opinio*⁵⁸¹ e procurou segui-lo nessa “intuição histórica certamente válida”⁵⁸², buscando, com auxílio dos escritos pré-Críticos e do material póstumo, as

⁵⁷² Fischer, K. “Clavis Kantiana”. Übers. und einl. von Schmid, A. In: Busche, H. (Hrsg). *Kant als Bezugspunkt philosophischen Denkens : Festschrift für Peter Baumann zum 75. Geburtstag*. Würzburg : Königshausen & Neumann, 2010. p. 217.

⁵⁷³ “Na Estética Transcendental, portanto, a filosofia crítica ou kantiana é estabelecida <posita>. (Idem. p. 217). “A doutrina transcendental do tempo e do espaço é a descoberta de Kant que marcou época, o genuíno fundamento e pedra de toque da filosofia crítica”. Fischer, K. *Kants Leben und die Grundlagen seiner Lehre*. Mannheim: Verlagsbuchhandlung Friedrich Bassermann, 1860. S. vi-vii. Fischer vê, no entanto, uma distinção anterior à própria teoria idealista de espaço e tempo, a saber, a distinção entre entendimento e sensibilidade: “Entendimento e sensibilidade <mens et sensus> são fundamentalmente duas faculdades distintas do conhecer”. Fischer, K. “Clavis Kantiana”. Op. cit. p. 219; esta distinção teria ocorrido no *Über die falsche Spitzfindigkeit* (Idem. pp. 225-227).

⁵⁷⁴ Paulsen, F. *Versuch einer Entwicklungsgeschichte der Kantischen Erkenntnistheorie*. Op. cit.

⁵⁷⁵ Riehl, A. *Geschichte und Methode des philosophischen Kritizismus*. Bd I-II. Leipzig, 1876.

⁵⁷⁶ Erdmann, B. *Kants Criticismus in der ersten und zweiten Auflage der KrV*. Leipzig, 1878. Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie”. Op. cit.

⁵⁷⁷ Ao ressaltar o papel das antinomias no “despertar” de Kant Erdmann toma posição explícita contra Paulsen e Vaihinger, que atribuem respectivamente a Hume e Leibniz (dos *Nouveaux Essays*) o impulso do despertar de Kant. Cf. Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie”. a.a.O. S. xxiii-xxiv.

⁵⁷⁸ Vaihinger, H. *Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Bd.1. a.a.O. p. 436.

⁵⁷⁹ Kemp Smith, N. *A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. 2. ed., rev. and enl., reprinted - Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press Internat., 1993. pp. 431-432.

⁵⁸⁰ Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie”. Op. cit. xxiv e segs.

⁵⁸¹ Kreimendahl, L. *Kant - Der Durchbruch von 1769*. Op. cit. p. 69.

⁵⁸² “Deve ser considerado atualmente como um conhecimento <Einsicht> histórico certo que (...) a temática das antinomias também teve um significado determinante, até mesmo decisivo para a gênese da

causas da descoberta das antinomias e o momento preciso em que ela se deu⁵⁸³. Em relação a isso, os intérpretes dividem-se em dois grandes grupos: os que defendem que a descoberta da antinomia da razão pura ocorreu *antes* (na “grande luz” de 1769⁵⁸⁴) e aqueles que a localizam *depois* (em conexão com o esboço da problemática da dedução transcendental, em 1772, ou mesmo mais tarde, durante a formulação dos esboços mais concretos da *KrV* já na segunda metade da década de 1770⁵⁸⁵) da *Dissertatio* de 1770. Não há dúvida, porém, que para muitos dos autores envolvidos na controvérsia a complexidade do tema impõe obstáculos a juízos mais simplistas e inflexíveis sobre datas, momentos e contextos precisos. Segundo eles, para além de questões filológicas envolvidas na datação das reflexões por Adickes, não é tarefa simples determinar se houve de fato algo como um único “despertar” no pensamento de Kant a ser atribuído à descoberta da antinomia da razão pura e mesmo se esta e de modo geral a filosofia crítica se deixam interpretar como surgidas em um momento determinado, quase que *ex nihilo*. Mesmo se se admite a importância genética crucial da antinomia, não há consenso quanto a ela ter sido a primeira peça doutrinal da Crítica, propulsora do idealismo transcendental e, assim, anterior às demais partes da Dialética e mesma à Estética⁵⁸⁶. Ademais, também em relação a isso, há aqueles comentadores que

filosofia de Kant”. Heimsoeth, H. *Atom, Seele, Monade. Historische Ursprünge und Hintergründe von Kants Antinomie der Teilung*. Mainz/Wiesbaden, 1960. p. 263.

⁵⁸³ Erdmann estabelece como que o princípio metodológico das investigações posteriores: para ele, “o genuíno impulso” para as investigações metodológicas de Kant foram as antinomias, “cujos primeiros rudimentos podemos remeter até a primeira fase do dogmatismo [de Kant]”. Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie”. Op. cit. p. xxxix.

⁵⁸⁴ Ao primeiro grupo pertencem, além dos autores da “antiga corrente da Kant-Forschung”, como Adickes (“Einleitung”. In: *Immanuel Kants Kritik der reinen Vernunft mit einer Einleitung und Anmerkung*. Berlin, 1889), Vaihinger (*Kommentar*. Op. cit), Riehl (*Der Philosophische Kritizismus*. Op. cit) e o próprio Erdmann (“Die Entwicklungsperioden” Op. cit), também um pouco mais recentemente Vleeschauwer (“Les Antinomies Kantiennes et la ‘Clavis universalis’ d’Arthur Collier”. In: *Mind*, 47, 1938. *L’Évolution de la pensée kantienne*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1939. p. 58. *La Dédution Transcendentale dans l’Oeuvre de Kant. Tomes I*. Op. cit. S. 148-153), Schmucker (“Was entzündete in Kant das große Licht von 1769?”. In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 58, 1976), Kreimendahl (*Kant - Der Durchbruch von 1769*. Op. cit.) e Ertl (*David Hume und die Dissertation von 1770*. Op. cit).

⁵⁸⁵ A este segundo grupo incluem-se Reich (“Über das Verhältnis der Dissertation und der Kritik der reinen Vernunft und die Entstehung der kantischen Raumlehre”. Introdução de Kant, I. *Über die Form und die Prinzipien der Sinnen- und Geisteswelt. Lat.-deutsch*. Hamburg: Meiner, 1958), Fang (“Das Antinomienproblem im Entstehungsgang der Transzendentalphilosophie”. In: *Kant-Interpretation*. Münster, 1967), Heimsoeth, (*Atom, Seele, Monade*. Op. cit.) Hinske (*Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit), Baum (“Kritischer Rationalismus. Zur Entwicklung des Vernunftbegriffs nach 1770”. In: Fulda, H.F & Horstmann, R-P (Hrsg): *Vernunftbegriffe in der Moderne*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1994. p. 185f), Klemme (*Kants Philosophie des Subjekts*. Op. cit. pp. 42-43), Brandt (“Rezension zu Lothar Kreimendahl” Op. cit. Idem. *Die Bestimmung des Menschen bei Kant*. Hamburg: Meiner, 2007. p. 255) e B. Falkenburg, (*Kants Kosmologie. die wissenschaftliche Revolution der Naturphilosophie im 18. Jahrhundert*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2000. p. 172).

⁵⁸⁶ Refiro-me explicitamente a J. Schmucker. Ele por um lado defende, contra Hinske e Reich e a favor da antiga voga da Kant-Forschung, que o problema da antinomia é anterior à *Dissertatio* e, por outro, nega, agora contra os antigos kantianos, que a formulação da idealidade ou subjetividade de espaço e tempo

questionam a centralidade da problemática das antinomias no desenvolvimento da filosofia crítica⁵⁸⁷. Ora, pergunta-se: como inserir neste contexto a influência de Hume, repetidas vezes ressaltada pelo próprio Kant? O risco que estes últimos comentadores correm é, porém, o da caída no “dogmatismo” inverso: a influência de Hume seria a decisiva, a antinomia e mesmo outros motivos (Rousseau, problema do espaço, etc) seriam todos colaterais e secundários em relação ao verdadeiro “despertar crítico” por Hume.

Contra isso intérpretes, sobretudo mais contemporâneos, argumentam que faz mais sentido pensar no despontar da filosofia crítica como um longo processo, sujeito a pequenas mas numerosas reviravoltas e influências⁵⁸⁸, do que um brusco e repentino “despertar”, seja por Hume, seja pelas antinomias, seja, enfim (segundo uma ânsia de “harmonização” dos relatos autobiográficos de Kant) por ambos⁵⁸⁹. Nesse sentido,

tenha sido uma resposta à descoberta da problemática das antinomias. Segundo Schmucker, a solução da antinomia matemática esboçada na 1ª seção da *Dissertatio* não deve em nada à tese sobre a subjetividade de espaço e tempo, mas, antes, é limitada à distinção entre conhecimento sensível e conhecimento intelectual feita na seção. Na *KrV* o problema ganha em complexidade, através sobretudo da concepção de que a razão se enreda em contradição ao buscar um incondicionado, problema ausente na *Dissertatio*. Dessa forma, conclui Schmucker, a grande luz de 1769 – relativa, para ele, à descoberta da subjetividade de espaço e tempo – deve ser compreendida no interior das mudanças da concepção de espaço em Kant, a saber, como resultado da descoberta da nulidade ontológica do conceito newtoniano de espaço absoluto, ainda esposado por Kant em 1768, e não, pois, como resposta, consciente ou não, à problemática das antinomias. Cf. Schmucker, J. “Was entzündete in Kant das grosse Licht von 1769?” In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 58, 1976. De resto, em *Das Weltproblem in Kants Kritik der reinen Vernunft : Kommentar und Strukturanalyse des ersten Buches und des zweiten Hauptstücks des zweiten Buches der transzendentalen Dialektik*. Bonn: Bouvier, 1990. pp. 8-9; 188-234 e *Die Ontotheologie des vorkritischen Kant*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 1980 Schmucker argumenta que toda a Dialética, incluindo o capítulo sobre o Ideal, Paralogismo e a Antinomia, é “pré-crítica”, ou seja, anteriores cronológica e sistematicamente à formulação do “idealismo transcendental”. Acreditamos que a conclusão de Schmucker se baseia num conceito muito estreito de criticismo (identificação estrita entre “crítico” e “idealismo Transcendental”) e seja até mesmo, sobretudo em relação aos Paralogismos, sistemática e fatalmente errada. Cf. Klemme, H. *Kants Philosophie des Subjekts*. Op. cit.

⁵⁸⁷ Mencionemos aqui K. Reich e M. Baum. Reich parece preferir ver na oposição entre sensibilidade e entendimento o *Grundimpuls* crítico: “A ideia dessa desunião <Mißhelligkeit> [entre entendimento e sensibilidade] é, contudo, a concepção fundamental com a qual a *Dissertação* de 1770 levou Kant além do mero uso do método cético nas questões da metafísicas empregado por ele desde ao menos 1765”. Reich, K. “Über das Verhältnis der Dissertation und der Kritik der reinen Vernunft”. Op. cit. p. xv. A antinomia cosmológica surgiria apenas em meados da década de 1770 sob a influência do desafio cético de Hume (Idem. p. xv). Já M. Baum segue Reich e sugere que a “antinomia” que impulsiona o motivo crítico seria aquela não a antinomia da razão pura conforme esta surge no capítulo da *KrV*, mas a “antinomia” da razão como o *conflito das leis práticas e teóricas da razão ou do entendimento no interior da legislação da razão*. Baum, M. “Kritischer Rationalismus”. Op. cit. pp. 192-193.

⁵⁸⁸ Cf. sobre isso, Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. p. 12: “Um dos traços característicos do pensamento de Kant é o abandono de posições há muito fixadas, a atenuação de polêmicas acaloradas, a ‘revisão’ de programas revolucionários e a retomada de determinadas tradições; em uma palavra: a autocorreção tardia ou retrospectiva de ‘projetos’ antigos”.

⁵⁸⁹ Para uma tentativa de conciliar o despertar por Hume com o despertar pela antinomia, Cf. Kreimendahl, L. *Kant - Der Durchbruch von 1769*. Op. cit.; Ertl, W. *David Hume und die Dissertation von 1770*. Op. cit. De resto, o livro de Kreimendahl oferece uma exposição completa do *status quaestionis* sobre a história do surgimento da filosofia crítica e dos elementos que teriam aí desempenhado um papel central.

argumenta-se que as repartições do desenvolvimento da filosofia de Kant em momentos estanques – como o modelo padrão da historiografia kantiana de um início dogmático, seguido por um empirista, recaída cética e, então, o período racionalista e crítico, precedida por um inexplicável “intermezzo” dogmático na *Dissertatio*⁵⁹⁰ – são *insustentáveis* por serem, justamente, estanques e não fazerem justiça ao dinamismo e à aporética do pensamento kantiano. Tampouco auxilia aqui, a nosso ver, o recurso ao suposto espelhamento entre as etapas do desenvolvimento kantiano e o relato do próprio Kant sobre os “estágios” da metafísica: dogmatismo, ceticismo e criticismo (Cf. p.ex. FM AA 20: 264; A ix)⁵⁹¹. A história filosófica transcendental descrita *por* Kant não nos parece corresponder à efetiva história do pensamento *de* Kant. Motivos críticos se misturam a motivos “pré-Críticos”, elementos “progressivos e retardantes” <*progressive; retardierende*>⁵⁹² se apresentam em todos os escritos do período anterior à *KrV*. Com efeito, como já escreveu D. Henrich, Kant é um “pensador muito dinâmico”⁵⁹³. O problema para o historiador da filosofia kantiana “é frequentemente esta imensa dinâmica, que não raro torna difícil a compreensão de motivos e impulsos iniciais em virtude de múltiplas metamorfoses de pensamento quanto àquilo que Kant, por fim, enunciou”⁵⁹⁴.

O que não se pode negar nesse esforço interpretativo é a persistência de certos *motivos críticos* ao longo do desenvolvimento do pensamento de Kant até a formulação da filosofia crítica na *KrV*⁵⁹⁵. Que estes motivos críticos percorrem várias “etapas” e são

⁵⁹⁰ Como se sabe, esta é grosso modo a repartição de Erdmann. Cf. Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kants theoretischer Philosophie”. Op. cit.

⁵⁹¹ Kreimendahl, L. *Kant - Der Durchbruch von 1769*. Op. cit. pp. 104-105.

⁵⁹² Estes são os termos utilizados por Kreimendahl para designar o que entendemos por motivos críticos e pré-críticos.

⁵⁹³ Henrich, D. “Über Kants Entwicklungsgeschichte”. In: Philosophische Rundschau, 13. 1965.

⁵⁹⁴ Kreimendahl, K. *Kant - Der Durchbruch von 1769*. Op. cit. p. 76.

⁵⁹⁵ Quem fala de “motivos críticos” na *Entwicklungsgeschichte* da filosofia crítica é Adickes e Lehmann. Cf. Adickes, E. “Die Bewegenden Kräfte in Kants philosophischer Entwicklung und die beiden Polen seines System”. In: Kant-Studien, 1, 1897, onde Adickes identifica 2 grandes motivos críticos, a saber, “die Rettung der Wissenschaft durch Sicherstellung des Rationalismus und Schutz der religiösen Weltanschauung durch Zurückführung derselben auf den praktischen moralischen Glauben” (Idem. p. 10) e em *Kants Systematik als Systembildener Factor* (Berlin: Mayer & Müller, 1887) Adickes se aproxima de Erdmann ao atrelar a formulação genética da Estética e da Analítica à da Dialética e esta, por sua vez, à “descoberta” da antinomia, incluindo, no entanto, um “motivo crítico” adicional: o problema do infinito (Idem. pp. 60ss. Cf. também Adickes, E. “Einleitung” zu Kritik der reinen Vernunft. Op. cit. p. xv). Já em “Kritizismus und kritisches Motiv”. Op. cit. Lehmann interpreta o “nascimento e desenvolvimento” do “motivo crítico” à luz do nascimento e desenvolvimento do “motivo antropológico”: ao se investigar o modo como Kant concebeu o lugar do homem no cosmo ao longo de seu *Werdegang* seria possível avaliar o desenvolvimentos dos “temas críticos” – p.ex, primeiro um *Menschenbild* “objetivista, cosmológico e monista” (anos 50), depois a dissolução da antropologia em relação à cosmologia e concepção do homem como *Erdenbürger*, não *Planetenbewohner* (primeira metade dos anos 60) e, por fim, o *Durchbruch zur Anthropologie* a partir da tomada de consciência da impossibilidade de determinar

influenciadas por vários elementos, como Hume e a antinomia da razão pura, tampouco é algo que se pode seriamente colocar em dúvida. Ao invés, pois, do resultado de uma "descoberta" repentina, a filosofia crítica é melhor conceitualizada como o desdobramento de certos motivos críticos que percorrem várias etapas sucessivas, ou seja, como um surgimento gradual e não uma virada abrupta⁵⁹⁶. Nesse sentido, a análise do lento desenrolar de *certos* motivos críticos, desde o primeiro escrito de Kant até a sua forma final e crítica na *KrV*, revela-se ao intérprete como um *possível* fio condutor do desenvolvimento do próprio pensamento de Kant⁵⁹⁷. Nosso objetivo nesta parte de nosso trabalho não é empreender uma tarefa exaustiva de numeração de *todos* os motivos críticos, o que implicaria uma interpretação prévia de toda a filosofia crítica para determinar todos os seus motivos “determinantes”, e tampouco a tarefa igualmente pretensiosa de isolar *o* motivo crítico *par excellence* (antinomia, Hume, problema do espaço, da causalidade, possibilidade da metafísica, juízos sintéticos a priori, ou todos estes) e descrever-lhe o “nascimento”.

Dito tudo isso, justifiquemos o recorte que adotaremos nesse momento da nossa tese: nosso objetivo aqui consiste unicamente em traçar uma história do surgimento de *certos* motivos críticos, mais precisamente os atinentes à constituição jurídica da *Crítica*, a saber, a figura de um *juiz* que avalia as pretensões e a ideia de um *tribunal*, mas sobretudo a de uma *legislação* da razão, que engloba as anteriores⁵⁹⁸. Nosso percurso se limitará a retratar apenas os motivos críticos que dão o verniz jurídico daquela *Vermittlungstendenz* que marcaria a filosofia de Kant desde seu primeiro escrito

o homem a partir da física e, ao mesmo tempo, a insuficiência de uma determinação puramente metafísica da essência humana, o que implica uma nova designação do lugar, valor e relação da metafísica e da filosofia da experiência no sistema da filosofia e uma nova concepção sobre o “traçado dos limites” <*Grenzenziehung*> do conhecimento humano (segunda metade dos anos 60 e década de 70) (Idem. pp. 34ss.). Esse motivo crítico assume 5 grandes “formas”: *Unterscheidung*, *Begrenzung*, *Begründung*, além de (como mostra a *KU*) a *Übergangs- und Anwendungsproblematik* (Idem. p. 48).

⁵⁹⁶ Brandt, R. *Die Bestimmung des Menschen bei Kant*. Op. cit. p. 251. Cf. idem Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. Faulkenburg, L. “The Great Light of 1769 - A Humeian Awakening?. Comments of Lothar Kreimendal's account of Hume's influence on Kant”. In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 77, 1995. pp. 70-71. Zammito, J. *Kant, Herder, and the Birth of Anthropology*. Chicago: Chicago University Press, 2002. pp. 259-260.

⁵⁹⁷ Hinske realiza isso relativamente às antinomias: “Na doutrina das antinomias – nesse meio tempo essa concepção consolidou-se amplamente na *Kantforschung* – trata-se não de uma problemática que surgiu no pensamento de Kant antes ou depois de 1770 como que caída do céu. Pelo contrário, alguns dos fios de que se compõe o novelo do problema prolongam-se até os primórdios do pensamento de Kant”. Hinske, N. “Georg Friedrich Meier und das Grundvorurteil der Erfahrungserkenntnis. Noch eine unbemerkte Quelle der Kantschen Antinomienlehre. Zu den Grundimpulsen der Kritik der reinen Vernunft”. In: ders., *Zwischen Aufklärung und Vernunftkritik. Studien zum Kantischen Logikcorpus*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog. p. 118.

⁵⁹⁸ Eucken afirma que também as mesmas imagens empregadas por Kant perpassam o período crítico e o pré-crítico “e, por conseguindo, também aqui testemunham um nexos estreito entre ambos os períodos”. Eucken, L. “Über Bilder und Gleichnisse bei Kant”. Op. cit. p. 58.

e chegaria até o *Opus Postumum*⁵⁹⁹. Com essa limitação, renunciemos, portanto, a um relato exaustivo e com pretensão de completude sobre os pontos de viragem e constituição da filosofia crítica *per se*. Não procuramos concorrer com outras *Entwicklungsgeschichten*, mas apenas recontá-la sob um novo ponto de vista.

Escolhemos três momentos da problemática do tribunal ou da legislação da razão ao longo do desenvolvimento da filosofia de Kant⁶⁰⁰: a) Na década de 1740 e 1750 Kant procura *conciliar* posições filosóficas opostas que são identificadas por ele na tradição e que, no conflito concreto em que se encontram, incorrem em erros metodológicos a serem suprimidos na postura conciliatória do filósofo que busca o *Mittelweg* entre as partes; b) Na década de 1760 e início de 1770 a “radicalização” e delimitação sistemática do método cético por meio de Hume o leva à figura de um “juiz imparcial” que, no interior mesmo do processo de conhecimento, deve desvelar o erro que desvia o homem da verdade; c) por fim, perto da metade da década de 1770, a ideia de um “tribunal” do conhecimento e uma “legislação” da razão é obtida a partir de uma transposição conceitual do “tribunal da consciência moral”, onde há a representação de partes em conflito e a figura de um juiz ideal que julga sem o risco de incorrer em erro e em prol de uma legislação irretocável. A ideia de uma *nomotética* ou “ciência legislativa” da razão surge por volta de 1775, após todas essas etapas e não coincidentemente no mesmo período em que os termos “antinomia” e “dedução”

⁵⁹⁹ “A mediação entre proposições opostas é uma tendência muito destacada de Kant, sem a qual suas aspirações e ações não são compreensíveis”. Vaihinger, H. *Commentar*. Op. cit. p. 58. Como vimos no 2º capítulo, essa tendência encontra-se bem acentuadamente na filosofia alemã. Vaihinger menciona nove formas de “mediação” em Kant: (1) No *Erstlingsschrift* as doutrinas opostas de Descartes e Leibniz não unificadas. Já o (2) escrito sobre a *Naturgeschichte des Himmels* Kant busca unir Newton e Leibniz, mecanismo e teleologia: “Portanto, também aqui Kant assume o papel de árbitro <Schiedsrichter>; a decisão crítica – ao lado da determinação dos limites do conhecimento humano – é um lado da Crítica, e a decisão judicial, que se apresenta particularmente como mediação, é o outro lado do método crítico” (Idem. p. 59). Na *Monadologia physica* (3) Kant afirma desejar “conciliar <conciliare> as proposições opostas de geometria e filosofia transcendental (sobretudo Newton e Leibniz), mais especificamente a respeito da divisibilidade infinita da matéria”. Na *Nova dilucidatio* (4) Kant assume a mesma posição conciliatória no conflito entre Wolff e Crusius a respeito do princípio de razão suficiente e na mesma obra (5) procura unificar a doutrina wolffiana da harmonia do mundo <Weltharmonie> com a visada determinista de Newton. No *Preisschrift* (6) Kant deseja unir o método científico de Newton com o método filosófico de Leibniz de um modo ainda obscuro. A tendência de mediação aparece de modo ainda mais forte nos *Träume* (7), onde Kant, na primeira parte do escrito, nos caps. I-IV, concilia a posição da metafísica, do dogmatismo, racionalista ou “idealista”, com a da filosofia da experiência, ceticismo, empirismo ou “realista”, num “novo ponto de vista crítico”. “A esse método corresponde exatamente ao modo de proceder nas antinomias da *KrV*” (Idem). Na *Dissertatio* (8), Kant realiza a mediação entre a doutrina inglesa e alemã do espaço (§§ 14 e 15), isto é, entre Newton e Leibniz. Por fim, “toda a *KrV* (9) é uma mediação entre o empirismo inglês e o racionalismo alemão” (Idem. p. 59). Cf. também Hinske, N. *Kants Weg*. Op. cit. pp. 131-132

⁶⁰⁰ Com isso nos remetemos diretamente a N. Hinske. Ele defende a tese de que a história do surgimento da *KrV* pode ser lida à luz da história do surgimento da *problemática da antinomia* ou da descoberta do “preconceito fundamental” <Grundvorurteil> que levou à descoberta da antinomia. Nos capítulos a seguir discutiremos esse postura interpretativa de fundo relativo ao desenrolar da filosofia crítica.

aparecem e se consolidam na terminologia kantiana. Procuramos nessa parte de nosso trabalho concentrar-nos na *continuidade* destes motivos críticos, evitando demorar-nos nas descontinuidades ou rupturas, evidentes de resto, que ocorreram entre as *Forças Vivas* e a *KrV*.

5. OS PRIMÓRDIOS DO MÉTODO JURÍDICO COMO MÉTODO CONCILIATÓRIO

Neste capítulo discutiremos o surgimento dos motivos críticos do tribunal e da legislação da razão nos escritos de Kant da décadas de 1740 e 1750, época em que Kant, segundo uma historiografia inicial da moderna Kant-Forschung, grosso modo de K. Fischer até B. Erdmann, estaria mais próximo do “dogmatismo” e, assim, ainda muito longe do “criticismo”. Trata-se de *História dos Céus, Monadologia Física, Nova Dilucidatio* e, sobretudo, *Pensamentos sobre as Forças Vivas*, no qual centraremos nossa análise. Nosso intuito aqui é contestar a classificação das obras como pura e simplesmente “dogmáticas”, indicando como verdadeiros motivos críticos são encontrados mesmo nos primeiros escritos de Kant, dentre eles, como ficará claro sobretudo nas *Forças Vivas*, o de um exame imparcial dos conflitos filosóficos e a necessidade de conciliá-los através de uma “proposição intermediária”, “terceiro ponto de vista”, etc., no qual é solucionado o erro em que as partes incorrem. O desenvolvimento desses motivos críticos, pertencentes todos ao motivo superior jurídico da *Crítica*, serão aprofundados nos próximos capítulos. O recorte cronológico aqui adotado coincide com o daquela que N. Hinske denomina “1ª etapa da problemática da antinomia”, a saber, a etapa “irênica”⁶⁰¹ ou, segundo Vaihinger, da “tendência conciliatória” profunda da filosofia kantiana⁶⁰². Porém, apesar dessa coincidência cronológica e em parte temática, preferimos denominá-lo o *primeiro momento ou etapa da problemática do tribunal ou legislação da razão*. Ao invés de identificar os traços característicos do *Criticismo* aqui mencionados à temática mais ampla da antinomia da razão pura, como faz Hinske e outros, preferimos adotar uma abordagem interpretativa mais ampla e relacionar tais traços à ideia da *Crítica* como *tribunal da razão*. Veremos como desde o primeiro escrito de Kant (5.1), passando por outros escritos da década de

⁶⁰¹ N. Hinske argumenta haver três etapas, ou ainda, modelos da problemática da antinomia, a saber, a) o modelo irênico de solução <irensche Lösungsmodell> de 1747 a 1770, pelo qual a antinomia é tratada como „questões conflituosas concretas, de conteúdo“; b) o modelo de solução por separação <separierende Lösungsmodell> em 1770, mais especificamente acerca do “dissenso entre a faculdade sensível e a intelectual” (MSI AA 02: 389) e a “aguda e fundamental separação entre mundo dos sentidos e mundo do entendimento”. Hinske, N. “Georg Friedrich Meier und das Grundvorurteil der Erfahrungserkenntnis”. Op. cit. p. 122; c) e finalmente o modelo crítico de solução após 1770, quando a problemática das antinomias surge em toda sua força, isto é, “para designar a estrutura contraditória, justamente antinômica da razão”. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. pp. 106-112. Cf. também Idem. “Georg Friedrich Meier und das Grundvorurteil der Erfahrungserkenntnis”. Op. cit. No entanto, Hinske não esclarece com detalhes como e sob quais condições Kant chega à terceira etapa da problemática das antinomias.

⁶⁰² Vaihinger, H. *Commentar*. Op. cit

1750 (5.2), é possível perceber uma certa “tendência”⁶⁰³ em opôr posições filosóficas entre si e procurar uma solução metodológica conciliatória, no mesmo espírito que a filosofia crítica como tribunal da razão mais tarde traria à tona. No próximo capítulo analisaremos como essa tendência recebe um fundamento metodológico mais concreto na década de 1760 com o “método cético-polêmico”. Ao passo que a tarefa do próximo capítulo será o de uma elucidação conceitual mais cuidadosa do método em ação, neste capítulo nos limitaremos a expô-lo em ação.

5.1. Os *Pensamentos sobre a verdadeira estimação das forças vivas*

Logo no prefácio de seu primeiro escrito, *Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte*⁶⁰⁴, publicado em 1747, Kant, então um jovem estudante de 22 anos, prenuncia de forma explícita e autoconsciente a postura que adotaria em toda a sua obra filosófica:

Na sequência desse tratado não hesitarei em rejeitar de modo franco as proposições de homens tão célebres caso elas se apresentem ao meu entendimento como falsas (GSK AA 01: 09).

Talvez mais do que o arroubo intempestivo de um espírito ainda inexperiente e cheio de si, esse pequeno trecho do prefácio à obra constitui uma significativa carta de intenções de um ambicioso estudante e dá claro sinais da ode à liberdade de pensamento e da recusa a todo e qualquer dogmatismo ou partidarismo em filosofia que conduziriam Kant à *KrV*⁶⁰⁵. A imagem do tribunal presidido por um juiz imparcial é pressagiada nessa e noutras passagens de sua primeira obra, uma investigação de tom conciliatório sobre os conceitos opostos de força defendidos pelos “célebres” Leibniz e Descartes, em cujo título, não por acaso, figura o termo jurídico *Streitsache* ou causa controversa. Com efeito, muitos comentadores notaram que já nesta primeira obra de Kant se encontram elementos significativos da futura filosofia crítica. Esta conclusão, contudo, é relativamente recente. Para Erdmann, por exemplo, as *Forças Vivas* são na verdade

⁶⁰³Saner, H. *Kants Weg vom Krieg zum Frieden*. Op. cit.

⁶⁰⁴ Título completo é *Pensamentos sobre a verdadeira estimação das forças vivas e julgamento das provas das quais Leibniz e outros mecanicistas se utilizaram nessa causa controversa, ao lado de algumas considerações prévias que dizem respeito à força dos corpos em geral* <*Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte und Beurtheilung der Beweise, deren sich Herr von Leibniz und andere Mechaniker in dieser Streitsache bedient haben, nebst einigen vorhergehenden Betrachtungen, welche die Kraft der Körper überhaupt betreffen*>.

⁶⁰⁵ Adickes escreve que determinadas afirmações do prefácio “testemunham que certas tendências intelectuais que dominam o desenvolvimento futuro de Kant já são fortes no jovem de 22 anos: o ímpeto de verdade, o caminho para a independência em relação à coerção da escola”. Adickes, E. *Kant als Naturforscher*. Bd. I. Berlin: de Gruyter, 1924. p. 67.

um escrito “dogmático”⁶⁰⁶. Erdmann rejeita ver nas “afirmações de circunstância” da obra “pensamentos que prenunciam o futuro criticismo”: “elas não são nem tanto a expressão de discernimentos refletidos como, na verdade, arroubos juvenis de uma força intelectual extraordinária”⁶⁰⁷. Foram Cassirer, Vaihinger e B. Bauch aqueles que inicialmente questionaram esse juízo de Erdmann e ressaltaram o prenúncio claro de motivos críticos neste primeiro escrito de Kant supostamente pertencente a seu período “dogmático”, como, por exemplo, a procura por uma proposição intermediária <Mittelsatz> que “dê razão às partes” (GSK AA 01: 32)⁶⁰⁸. Mais recentemente, já no interior do movimento que rompe com a classificação estanque dos períodos do desenvolvimento da filosofia kantiana e procura motivos críticos *in nuce* em todos os escritos pré-críticos, comentadores como N. Hinske, R. Brandt, F. Kaulbach, G. Tonelli e tantos outros⁶⁰⁹ procuraram mostrar como não apenas um ou outro, mas vários motivos críticos se anunciam nesse primeiro escrito de Kant. É neste mesmo espírito que analisamos aqui a obra.

O escrito sobre as *Forças Vivas* parte de uma controvérsia científica que opunha cartesianos e leibnizianos, a saber, se a força deve ser avaliada segundo a fórmula cartesiana do produto da massa pela velocidade ($m v$) ou a fórmula leibniziana do produto da massa pelo quadrado da velocidade ($m v^2$)⁶¹⁰. Trata-se, grosso modo, do

⁶⁰⁶ “A caracterização do primeiro período do desenvolvimento [do pensamento de Kant] como dogmatismo (...) corresponde a uma concepção geralmente aceita (...). A localização de seu ponto de partida na época em torno de 1746, época da redação do primeiro escrito de Kant, não encontrará sérias reservas”. Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kants theoretischer Philosophie”. Op. cit. pp. xiii-xiv. Em *Martin Knutzen und seine Zeit* Erdmann escreve que em seu primeiro escrito “Kant surge como um decidido partidário daquela corrente independente do wolffianismo, à qual Knutzen pertencia como um de seus defensores mais importantes”. Erdmann, B. *Martin Knutzen und seine Zeit*. Op. cit. p. 143.

⁶⁰⁷ Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kants theoretischer Philosophie”. Op. cit. p. xv. Porém, Erdmann é um pouco ambíguo. Como já mencionado acima, algumas páginas mais adiante ele escreve que “o genuíno impulso” para as investigações metodológicas de Kant foram as antinomias, “cujos primeiros rudimentos podemos remeter até a primeira fase do dogmatismo [de Kant]”. Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie”. Op. cit. p. xxxix.

⁶⁰⁸ Cassirer, E. *Kants Leben und Lehre*. Berlin: 1921. S. 28-29. Vaihinger, H. *Commentar*. Op. cit. p. 58. Bauch, B. *Geschichte der Philosophie V. Immanuel Kant*. Berlin & Leipzig, 1916. pp. 25-26.

⁶⁰⁹ Brandt, R. “Philosophical Methods”. Op. cit. pp. 150-1. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. S. 42; 83-84; 96-97; 108-109; 119-123. Kaulbach, F. *Immanuel Kant*. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 1982. pp. 19-26. Petrocchi, I. *Lockes Nachlaßschrift Of the Conduct of the Understanding und Ihr Einfluß auf Kant*. Frankfurt: Peter Lang, 2004. Stentzler, F. *Die Verfassung der Vernunft*. Berlin: publica, 1994. pp. 7-27. Tonelli, G. *Elementi metodologici e metafisici in Kant dal 1745 al 1768*. Op. cit. pp. 1-42. Weber, L. *Das Distinktionsverfahren im mittelalterlichen Denken und Kants skeptische Methode*. Meisenheim am Glan: Verlag Anton Hain. 1976. pp. 94-105.

⁶¹⁰ Para uma investigação sobre o conteúdo científico mesmo da obra, e nem tanto o aspecto metodológico que aqui nos interessa. Cf. Adickes, E. *Kant als Naturforscher*. Op. cit. Arana, J. *Ciencia y Metafisica en el Kant Precritico*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1982; Kant, I. *Pensamientos sobre la verdadera estimacion de las fuerzas vivas*. Tradução, introdução e comentários por Arana, J. Bern [u.a.]: Peter Lang, 1988. Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. pp. 5ss.

conflito entre uma concepção *mecânica* ou *científica* de movimento e outra *dinâmica* ou *metafísica* (GSK AA 01: 19-20). Com o objetivo de conciliar essas concepções distintas, Kant divide o escrito em três partes: na primeira são estabelecidos alguns conceitos metafísicos sobre a força dos corpos em geral (GSK AA 01: 17-31); a segunda é um longo exame das concepções dos leibnizianos sobre as forças vivas (GSK AA 01: 32-138); na terceira, por fim, Kant expõe sua própria concepção sobre as forças da natureza (GSK AA 01: 139-181). Dessa forma, é possível distinguir nas considerações de Kant o aspecto filosófico ou metafísico (parte I) do aspecto científico (partes II e III) da questão; no interior da segunda parte, mais precisamente nos §§ 48-51 (GSK AA 01: 58-60) e §§ 88-90 (GSK AA 01: 93-101), surge, porém, um terceiro aspecto: o metodológico⁶¹¹, no qual nos concentraremos, ainda que não em toda sua extensão.

A tese conciliatória geral do escrito consiste em afirmar que a estimação das forças vivas, isto é, as forças que se apresentam na *natureza*, é feita a partir do quadrado da velocidade e nesse sentido os leibnizianos têm razão; contudo, estes erram ao expandir suas conclusões a todo o tipo de movimento e força e apoiá-las na matemática, já que esta, por sua vez, dá razão aos cartesianos. A forma de resolver o conflito ou *Streitsache*, como o título da obra testemunha, consiste em propôr uma correção metodológica pela qual se designam aos partidos em conflito os âmbitos de validade de suas proposições, desvelando o erro oculto em que ambos baseam suas provas e, assim, conciliando-os⁶¹². Há, assim, um “*Schema*” metodológico na obra que pode ser remetido ao futuro método crítico⁶¹³ e que se coaduna com o motivo do tribunal e da

⁶¹¹ Cf. Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. Op. cit. pp. 17-8

⁶¹² “The Living Forces was a sustained attempt to harmonize two distinct perspectives on nature”. Schonfeld, M. *The Philosophy of the Young Kant: The Precritical Project*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 56.

⁶¹³ Petrocchi resume da seguinte forma o “*Schema*” de resolução de conflitos filosóficos exposto nas *Forças Vivas*: “ele remonta em parte à ‘regra na investigação das verdades’ do wolffiano Bülfinger e em parte ao método de indiferença <*Methode der Gleichgültigkeit*> de Locke”. Petrocchi, I. *Lockes Nachlaßschrift Of the Conduct of the Understanding und Ihr Einfluss auf Kant*. Op. cit. pp. 155-6. Seguindo as indicações dadas por R. Brandt e A. Winter, Petrocchi analisa a influência que a recepção do escrito póstumo de Lockes, *Of the Conduct of the Understanding*, cuja tradução para o alemão foi iniciada por M. Knutzen e terminada por um aluno e conhecido de Kant, G. D. Kypke, pode ter exercido neste primeiro escrito de Kant, no qual, como resultado dessa influência, já estariam presentes elementos que apenas se cristalizariam ao longo do desenvolvimento da filosofia kantiana: a admissão de um ponto imparcial deajuizamento, a recusa de preconceitos, a necessidade de conciliar os esforços filosóficos e, assim, acabar com a “desunião” entre os filósofos, etc. “Neste escrito Locke fala ao menos doze vezes sobre argumentos e linhas de pensamento contrapostos entre si, em cujo exame é preciso ser o mais indiferente possível em relação aos dois lados e também se deve assumir a posição dos diferentes partidos para não deixar com que preconceitos e tomadas de partidos determinem o resultado”. Winter, A. „Seele als Problem in der Transzendentalphilosophie Kants“. In: Kremer, K. (Hrsg). *Seele: Ihre Wirklichkeit, ihr Verhältnis zum Leib und zur menschlichen Person*. Leiden & Köln: E. J. Brill, 1984. S. 109. Cf. também

legislação da razão⁶¹⁴. Entre os muitos motivos críticos da obra que desaguam no do tribunal encontram-se: a) a desconfiança em relação à metafísica e a limitação do conhecimento humano por meio de uma “coerção” <Zwang>, ligada, de resto, à insuficiência e má aplicação do método matemático; b) a necessidade de dissolver a “discórdia e desunião entre os filósofos de todas as nações” (GSK AA 01: 148), procurando uma conciliação através da reflexão sobre as “fontes” do conflito e do erro em que este se apoia; c) isso implica a busca de um ponto de vista “exterior” ao das partes, o que, por sua vez, implica uma luta prévia contra preconceitos de modo a atingir uma consideração imparcial do problema; d) por fim, há o interesse no problema metodológico para além de “inhaltlichen Fragen” específicas. Deixando ainda de lado ainda as possíveis fontes de tal postura metodológica de fundo⁶¹⁵, todos esses pontos sinalizam para o motivo crítico do tribunal da razão como instância de resolução dos conflitos da metafísica. Vejamos rapidamente cada um deles.

Como no prefácio à *KrV* e em outros escritos pré-Críticos, nas *Forças Vivas* Kant reconhece a falta de certeza e convicção pertencente à metafísica da época: “Como muitas outras ciências, nossa metafísica está, de fato, apenas no limiar de ser um conhecimento realmente rigoroso” (GSK AA 01: 30). A ausência de um tal conhecimento sólido radica no “preconceito” a que seus partidários estão sujeitos na tentativa de “ampliar” o conhecimento humano: “Encontra-se muito frequentemente o preconceito como a maior força da prova. Nada é mais culpado por isso do que a inclinação dominante daqueles que procuram ampliar o conhecimento humano” (GSK AA 01: 31). O entendimento é “inclinado à aprovação” <Beifall>; é difícil pedir-lhe que não confie em sua própria aprovação, se cale sobre as imperfeições de suas próprias descobertas e que não seja tão vaidoso para preferir a satisfação <Vergnügen> da fantasia ou imaginação <Einbildung> de uma ciência rigorosa <gründliche Wissenschaft> à verdadeira utilidade do conhecimento. Por essa razão cumpre exercer

Winter, A. “Selbstdenken - Antinomien - Schranken. Zum Einfluss des späten Locke auf die Philosophie Kants”. In: *Aufklärung*, 1, 1986. pp. 27-66.

⁶¹⁴ N. Hinske vê nas *Forças Vivas* um prenúncio do método cético. Assim como este, o “método” das *Forças Vivas* teria um parte negativa: descobrir o “fundamento do erro”, e outra positiva: encontrar uma “proposição intermediária” que concilie as partes em conflito. Como já dito, Hinske centra sua análise das *Forças Vivas* e dos demais escritos deste primeiro período do desenvolvimento da filosofia kantiana no horizonte da “problemática da antinomia” e da origem polêmico-teológica do conceito kantiano de antinomia; também como já mencionado, ainda que concordemos com muitas das conclusões de Hinske, rejeitamos essa dupla pressuposição: ao invés de problemática da antinomia trata-se da *problemática do tribunal ou legislação da razão*, e, ao invés de teologia, preferimos o *direito*. Hinske, N. „Kants Begriff der Antithetik“. Op. cit. p. 58.

⁶¹⁵ Cf. Cap. 6.

coerção <*Zwang antun*> no entendimento para que ele sacrifique tudo em nome de um “conhecimento bem fundado”: “O entendimento é bem inclinado à aprovação e é manifestamente muito difícil contê-lo; contudo, deve-se ao final exercer essa coerção, para que se sacrifique a um conhecimento rigoroso tudo aquilo que, em si mesmo, tem um grande atrativo” (GSK AA 01: 31). Percebem-se nestas e outras passagens os motivos críticos como o da falta de “cientificidade” da metafísica, o da necessidade de uma “coerção”, isto é, uma “disciplina”⁶¹⁶, e o da incerteza repousar em um “preconceito” que macula a tentativa de ampliar o conhecimento humano.

Para resolver o conflito entre leibnizianos e cartesianos, cumpre encontrar uma nova lei de medição das forças que unifique as “cabeças filosóficas”. A nova lei proposta por Kant é a seguinte: “um corpo que, num movimento livre, conserva sua velocidade constante até o infinito, tem uma força viva, isto é, uma tal força que é medida pelo quadrado da velocidade” (GSK AA 01: 148). Essa lei é o “fundamento da verdadeira dinâmica” e pode ser a responsável pelo término da “discórdia e desunião entre os filósofos de todas as nações”. Ora, a causa da confusão anteriormente existente é, segundo Kant, a aplicação da matemática à ciência da natureza (entendida aqui, porém, como uma disciplina da metafísica); sua “nova lei” poderia remover esse erro de base:

Essa lei é o fundamento primeiro da nova estimação das forças; eu colocaria tal lei no lugar das estimativas de Descartes e Leibniz caso a insignificância de meus juízos em comparação a homens tão grandes, dos quais aqui trato, me permitisse falar com tal autoridade. Todavia, não deixo de estar convencido de que tal lei possa, talvez, determinar aquele objetivo <*Ziel*> cujo lapso provocou a discórdia e desunião entre os filósofos de todas as nações. As forças vivas são acolhidas na natureza após serem expulsas da matemática. Não se deve em absoluto imputar o erro a nenhum dos dois grandes filósofos, nem a Leibniz nem a Descartes. Até mesmo na natureza a lei de Leibniz não seria em nenhum lugar encontrada se antes não fosse medida segundo a estimativa de Descartes (GSK AA 01: 148-149).

Com a formulação de uma nova lei que suprime o problema da aplicação da matemática à física, Kant procura encontrar o ponto de concórdia entre esses dois filósofos, isto é, obter um “ponto médio” em que os partidos se reencontram com a verdade comum a ambos, o que, por sua vez, significa defender a “honra da razão humana”, na medida em que ela é “unificada” ou “reconciliada” consigo mesma, numa clara alusão à futura antinomia:

Trata-se, por assim dizer, de uma defesa da honra da razão humana quando ela é unificada consigo mesma <*mit sich selber vereinigt*> nas diferentes pessoas de homens tão perspicazes e é encontrada a verdade (...) quando estes parecem contradizer-se (GSK AA 01: 149).

⁶¹⁶ Cf. abaixo. Cap. 8.

Assim como na doutrina da antinomia, Kant liga à “unificação” da razão consigo mesma e defesa de sua “honra” a descoberta da “fonte do erro”, para a qual devem valer os preceitos metodológicos de *imparcialidade*, *multilateralidade* e *moderação*. Kant ilustra o método por ele empregado voltando-se inicialmente à forma como os partidos em conflito procuram fundamentar suas asserções. O conflito radical na concepção de força assumida por cada partido baseia-se, de partida, num conceito de movimento não compartilhado pelo partido oposto. Ambos se recusam a encerrar suas concepções em certos limites, deixando valer assim a do partido oposto sob certas circunstâncias, mas antes negam *absolutamente* os argumentos do adversário. Kant dá o exemplo da lei de Leibniz:

Antes de Leibniz, o mundo cultuou aquela proposição de Descartes que, para a medida de sua força, atribuía aos corpos, mesmo àqueles que se encontram num movimento atual, apenas a mera velocidade. A ninguém ocorreu que fosse possível encontrar nela alguma dúvida; apenas Leibniz colocou de pronto a razão humana em alvoroço por meio da enunciação de uma nova lei que, com o tempo, tornou-se uma das que provocou as maiores disputas entre os eruditos. Descartes havia pura e simplesmente estimado as forças dos corpos moventes segundo as velocidades, apenas Leibniz colocou como medida o quadrado de sua velocidade. Ao contrário do que se deve pensar, ele não expôs essa lei apenas sob certas condições que concediam às anteriores algum espaço; não, ele negou a lei de Descartes de forma absoluta e sem restrições, colocando em seu lugar a sua própria (GSK AA 01: 33).

A postura “despótica” de Leibniz é denunciada por Kant. Não se deve negar pura e simplesmente a posição cartesiana, mas conceder-lhe “certa razão” e designar-lhe um âmbito preciso de validade.

A despeito do conflito, a convicção deve ser comum; ambos os partidos se puseram em conflito acusando os preconceitos do adversário e acreditando que seus próprios argumentos estariam livres de dúvida se o oponente os colocasse no “*reto equilíbrio*”⁶¹⁷ das “inclinações do ânimo”. Cada parte procurou fundamentar seus argumentos de maneiras distintas: os cartesianos a partir de “casos simples”, nos quais “a decisão sobre a verdade e o erro é fácil e certa”, já os leibnizianos por meio de demonstrações “complicadas e obscuras”, procurando, pela impressão de profundidade, vencer a contenda.

Relativamente à própria opinião, tanto o partido de Descartes como o de Leibniz encheu-se de toda convicção de que é comumente capaz o conhecimento humano apenas. De ambos os lados queixou-se somente do preconceito do adversário, e cada partido acreditou que seria impossível que sua opinião fosse colocada em dúvida caso o oponente apenas se esforçasse

⁶¹⁷ Sobre a tese do „reto equilíbrio” e a influência que o escrito póstumo de Locke exerceu sobre Kant, Cf. Petrocchi, I. *Lockes Nachlaßschrift Of the Conduct of the Understanding und Ihr Einfluss auf Kant*. Op. cit.

seriamente em considerá-la num reto equilíbrio das inclinações do ânimo. Entretanto, mostra-se uma certa diferença digna de nota entre o modo com que o partido das forças vivas busca sustentar-se e o daquele que defende a estimação de Descartes. Este refere-se apenas a casos simples, nos quais a decisão da verdade e do erro é fácil e certa; aquele, pelo contrário, torna suas provas tão complicadas e obscuras quanto possível e se salva, por assim dizer, com ajuda de um combate realizado à noite, no qual, fosse ele realizado com a devida luz da claridade, talvez eles levassem a pior (GSK AA 01: 15)

O tom exacerbado e agressivo da controvérsia impede que se analisem com calma e imparcialidade as teses e argumentos do adversário e retira do leitor o prazer de buscar, ele mesmo, o exame das razões em conflito; ora, quem acusa e ridiculariza o adversário pretende encontrar na sua própria tese um “estado de repouso” <*Ruhestand*> e aí permanecer, afastado de toda “meditação penosa” – a referência a um “estado de repouso” é uma constante nas discussões de Kant sobre o ceticismo, como veremos. Uma exposição “séria” do debate atrai o leitor e deixa a “alma” aberta a “todas as razões que podem, por um lado ou pelo outro, penetrar-lhe”. Discutindo os argumentos de uma partidária do leibnizianismo, a Marquesa de Châtelet, contra um do cartesianismo, Jean-Jacques d’Ortous de Mairan, Kant escreve:

Não posso aqui evitar de fazer uma observação sobre o modo como a Sra. Châtelet ataca os teoremas de seu adversário. Creio que ela não teria elegido método melhor para desferir nele o golpe mais sensível, na medida em que se ocupou em dar a suas conclusões o ar de algo estranho e extravagante. Uma apresentação séria atrai o leitor à atenção e investigação apropriadas e deixa sua alma aberta a todas as razões que podem, de um lado ou de outro, penetrar-lhe. Contudo, a curiosa figura na qual ela faz surgirem as opiniões do adversário apodera-se ao mesmo tempo do lado fraco do leitor e aniquila nele a vontade de toda ponderação adicional. A força da alma que rege a avaliação e a reflexão é de uma natureza calma e indolente; ela se satisfaz em encontrar o ponto de repouso e de bom grado permanece serenamente nele, o que a absolve de uma reflexão mais cansativa; por conseguinte, ela se deixa vencer por aquelas apresentações que de pronto rebaixam uma das duas opiniões à mera verossimilhança e definem como desnecessário o esforço de investigações adicionais. Nossa filósofa, portanto, teria podido empregar com mais justiça ou melhor sucesso seu *ridendo dicere verum*, ou seja, a sugestão de dizer rindo a seu adversário a verdade, caso seu adversário tivesse sido incapaz de razões mais sérias e se tivesse desejado fazê-lo sentir seu ridículo (GSK AA 01: 132-133).

Ora, o modo “sério” de conduzir as provas é aquele que faz o leitor “refletir” e investigar por si as razões avançadas. Kant é claro a respeito do modo de obtenção da lei que expressa a “verdade” comum à qual os partidos se referem sem sabê-lo: cumprir seguir o caminho daquele que futuramente seria denominado “método cético”, a saber, ouvir as razões contrárias, procurar examinar os argumentos opostos com indiferença e imparcialidade – ou seja, entrar num estado de “equilíbrio do entendimento” <*Gleichgewichte des Verstandes*>, unicamente no qual a verdade pode ser atingida, evitando, assim, os erros na filosofia.

O ideal de “equilíbrio” do entendimento é elucidado por Kant com auxílio de uma crítica ao modo como os leibnizianos evitam investigar as forças vivas a partir do choque dos corpos inelásticos pelo simples fato de isso depôr contra sua própria teoria:

Um pequeno subterfúgio, uma fria e desbotada desculpa é capaz de satisfazê-los, quando se trata de afastar uma dificuldade que impõe obstáculos à opinião por eles adotada. Muitos erros teriam podido ser poupados na filosofia se uma coerção tivesse sido exercida nesta parte. Se se está no caminho de aduzir todas as razões que o entendimento oferece para confirmação de uma opinião assumida, então se deve esforçar com toda atenção e empenho para fundamentar o contrário através de todas as provas que for possível, da mesma forma com que se procede com uma opinião pela qual se tem apreço. Não se deve menosprezar o que parece ser minimamente favorável à opinião contrária, e deve-se empenhar-se ao máximo na defesa da mesma. Em um tal equilíbrio do entendimento seria frequentemente recusada uma opinião que, do contrário, teria sido assumida como infalível, e a verdade, caso ela finalmente surgisse, seria exposta numa luz de convicção tanto maior (GSK AA 01: 68).

Assumindo uma posição que se silencia sobre os próprios erros cometidos e na qual os argumentos contrários são tratados com levandade, cada partido tornou difícil a obtenção de um ponto comum onde repousa a verdade em toda sua força de convencimento. Ao final do escrito, após julgar ter resolvido o conflito entre cartesianos e leibnizianos, Kant menciona que bastou uma “ausência de partidarismos” para atingir tal ponto comum:

Após os esforços dos cartesianos não era difícil prevenir, com a matemática, a confusão da estimativa pelo quadrado, e após as engenhosas medidas dos leibnizianos era quase impossível não encontrá-las na natureza. O conhecimento desses dois limites extremos teria de, sem dificuldade, determinar o ponto em que o verdadeiro coincidia nos dois lados. Para encontrá-lo não era necessário nada mais do que uma grande perspicácia, era preciso apenas uma pequena ausência de partidarismo e um leve equilíbrio das inclinações do ânimo; assim as queixas acabaram de imediato (GSK AA 01: 181).

Como ocorrerá com a representação do tribunal crítico enquanto uma instância imparcial de decisão, Kant defende que da “ausência de partidarismos” no exame da questão resulta a consideração de um “ponto intermediário” que “dê em parte razão aos dois partidos”. Kant ilustra isso com uma referência ao método de Georg Bernhard Bilfinger:

No tratado que o Sr. Bilfinger submeteu à academia de S. Petersburgo eu encontro uma consideração de que sempre me servi como uma regra na investigação das verdades. Quando homens de bom entendimento, nos quais a suspeita de propósitos escusos não é encontrada nem de um lado nem de outro, afirmam opiniões que se contrariam entre si, então é conforme à lógica da verossimilhança dirigir a atenção preferencialmente a uma *certa proposição intermediária* que, em certa medida, dá razão a ambos os partidos (GSK AA 01: 32. Grifo meu)⁶¹⁸.

⁶¹⁸ Cf. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. pp. 124-126. O livro de Bülfinger a que Kant faz referência é *De viribus corpori moto insitis et illarum mensura*. Aqui o autor defende uma “exposição imparcial das posições contrapostas ntre si (*alterius partis argumenta audias*)” onde é questionado se os argumentos são, em ambos os lados, plausíveis (Idem. p. 125). Kant se opõe a

No parágrafo seguinte Kant menciona a o “caso conflitivo” ou “caso controverso” <*Streitsache*> das forças vivas e afirma que ambos os partidos, “segundo parece, são igualmente fortes e igualmente corretos”. Kant assumirá ali o “caminho mais seguro pelo qual faz-se justiça a ambos os partidos” (idem). Tal “método mais seguro” é o “método do caminho intermediário”⁶¹⁹. Para alcançar a “ausência de partidarismos” e, assim, o “ponto intermediário”, é necessário, antes, questionar as capacidades do entendimento humano em obter respostas a todas as suas perguntas, ou seja, duvidar das próprias convicções, mesmo as mais arraigadas, deixando o entendimento em um “equilíbrio” suficiente até que ele possa analisar e examinar cuidadosamente as demonstrações e seus contrários:

Ele [scil. Bernouilli] fala: *não entendo o que o mais teimoso dos adversário, fosse ele até mesmo um cético, poderia opôr a tal demonstração completamente evidente*, e na sequência: *certamente não está em nosso poder forçar alguém a admitir que amanhece quando o sol surge no horizonte*. Consideremos esse desliz da razão humana na pessoa de um homem tão grande não com indiferença, mas aprendamos daí a colocar uma sábia desconfiança mesmo na nossa maior convicção e a supor em todos os casos que tampouco nos encontramos fora do perigo de nos enganar, para com isso manter o entendimento em seu equilíbrio ao menos até ele ganhar tempo para, num exame satisfatório, conhecer com as circunstâncias, a prova e seu oposto (GSK AA 01: 134)

Dessa forma, o “método do caminho intermediário” é o *Fazit metodológico* do escrito sobre as *Forças Vivas*. Kant exprime isso em uma passagem da obra: “Nós questionamos aqui não propriamente a coisa mesma, mas o modo de conhecimento” <*Wir bestreiten hier also nicht eigentlich die Sache selbst, sondern den modum cognoscendi*> (GSK AA 01: 60). O escrito sobre as *Forças Vivas* pode ser considerado, portanto, como uma reflexão sobre os motivos e método de resolver o conflito entre *modus cognoscendi* matemático e *modus cognoscendi* metafísico no que toca a questão sobre a natureza e modo de avaliação das forças vivas. O “novo” método proposto por Kant permite encontrar erros lá onde a mais estrita demonstração geométrica não os reconhece – em uma palavra, Kant, adiantando um de seus motivos críticos centrais, se volta contra a imitação do *mos geometricus* em filosofia:

Bülfinger ao rejeitar o seu modo de colocar os dois lados em acordo (“conceder, sob certa medida, direito a ambos os partidos” <*der beiden Parteien in gewisser Maße Recht lasset*>), a saber, por “distinções” ou “diferenciações” <*Distinktionen der Unterscheidungen*>. Essa rejeição se encontra também no período Crítico - B xxxii. (Idem. p. 125). Kant, em lugar disso, afirma que o conflito pode ser resolvido se se revela que ele parte de um pressuposto equivocado (cf. tbm B 556); nos *Gedanken*, essa pressuposição falsa é a de que as forças vivas são demonstráveis ou refutáveis por meios matemáticos. “Esse falso pressuposto é, na opinião de Kant, a verdadeira fonte da discórdia: portanto, sua descoberta significa a conciliação – ao menos em princípio – das controvérsias e a ‘reconciliação dos partidos adversários’”. (Idem. p. 126).

⁶¹⁹ Schonfeld, M. *The Philosophy of the Young*. Op. cit. pp. 56-62.

Em uma palavra, todo esse tratado deve ser pensado única e exclusivamente como o resultado desse método. Eu devo admitir sinceramente: no início eu considerei todas essas provas das forças vivas, cuja fraqueza eu agora creio apreender perfeitamente, como demonstrações geométricas nas quais não suspeitava do menor erro e talvez tampouco teria encontrado algum caso a ponderação geral das condições sob as quais a estimativa do Sr. Leibniz é realizada não tivesse dado a meu modo de ver um impulso completamente diferente (GSK AA 01: 94).

O “despertar por Leibniz” levou Kant a ver que as concepções matemáticas das forças vivas assumem um pressuposto equivocado, a saber, que “a força do corpo movido (...) deve ser estimada assim como a força do corpo posto em movimento” e, assim, que a lei da medição de todas as forças é a do quadrado de sua velocidade. Os geômetras utilizam então tal pressuposto equivocado como premissa menor e daí extraem conclusões equivocadas:

Discerni então com uma certeza que a geometria não permitia que a realidade do movimento não pode ser um fundamento suficiente para inferir que as forças dos corpos nesse estado têm de ser o quadrado de sua velocidade, pois elas não têm nada além da velocidade como medida em um movimento cuja duração é infinitamente pequena ou, o que dá no mesmo, na mera propensão a ele. Disso concluí que, se a matemática só tem a realidade do movimento como fundamento da estimativa pelo quadrado e nenhuma outra, então suas conclusões têm de ser bem capengas (GSK AA 01: 94-95).

A ausência desse método é, pois, o motivo para a persistência do erro:

A falta desse método foi a causa de que certos erros manifestos tenham permanecido por tanto tempo encobertos. Se se tivesse podido sempre aplicar esse modo de pensar, então teriam sido poupados muitos erros na filosofia, ao menos teria havido um meio de livrar-se deles muito mais cedo. Eu me atrevo a dizer que a tirania dos erros sobre o entendimento humano, que por vezes durara séculos inteiros, provém da falta desse método ou de outro que lhe seja aparentado, e que ele deve ser aplicado de agora em diante para prevenir futuramente todo o mal. Nós desejamos provar isso (GSK AA 01: 95).

Kant se refere à descoberta do erro escondido em determinada inferência para, assim, invalidar as provas que nela se baseiam: ora, enquanto o erro não for descoberto, a prova irá enganar perpetuamente. Porém, o problema maior ocorre quando o tal erro repousa justamente lá onde menos se suspeita que ele possa residir, ou seja, quando a prova baseada no erro é conduzida com “rigor e exatidão geométricos” <*geometrische Schärfe und Richtigkeit*>; pode ocorrer que ele “permaneça escondido por muito tempo antes de ser descoberto, pois esse afortunado acaso pode durar anos, até mesmo, não raro, séculos inteiros. Esta é, por assim dizer, a primeira origem dos erros que, para vergonha do entendimento humano, permanecem por muito tempo” (GSK AA 01: 95-96). À parte claras diferenças, às quais iremos nos voltar na sequência, o diagnóstico de Kant sobre a fonte do erro e os contornos do método para sua supressão permanece o mesmo até a *KrV*. Não é exagerado dizer, portanto, que um prenúncio do método do

tribunal da razão como motivo crítico se encontra já nas linhas do primeiro escrito kantiano. Nesse sentido, as *Forças Vivas* são também uma obra de caráter metodológico, ainda que não tão direta como, por exemplo, o *Preisschrift*. Nelas já está presente o “espírito conciliatório” de Kant, seu esforço em investigar a causa da discórdia dos esforços filosóficos, na medida em que ela é interpretada como repousando num “erro”, num “pressuposto equivocado” assumido por ambas as partes e que provoca o desacordo.

5.2. Outros escritos

Apesar de Kant parecer ter renegado o escrito sobre as *Forças Vivas* logo após sua redação e muitos dos temas ali presentes, sobretudo a concepção cartesiana de movimento, terem sido deixados de lado, sobretudo após Kant ter travado conhecimento com a filosofia de Newton⁶²⁰, e as concepções metafísicas de Kant terem, sob certa forma, avançado ao longo da década de 1750, os outros escritos desse período testemunham de forma inequívoca o mesmo impulso metodológico kantiano de “conciliação” de posições filosóficas em conflito. Não é possível entrar nos detalhes de cada uma das obras em questão, bastará para nossos propósitos um breve panorama antes de entrarmos na década de 1760 e a consolidação do método cético-polêmico como método filosófico para Kant.

5.2.1. História Geral da Natureza e Teoria dos Céus

A *História Geral da Natureza e Teoria dos Céus* (1755) se divide em três partes. A primeira⁶²¹ traça a estrutura do céu estrelado, concebendo o sistema das estrelas fixas segundo uma analogia com o sistema planetário e supondo muitos sistemas semelhantes na imensidão do espaço. A segunda parte⁶²², dividida em 8 capítulos, trata do estado primitivo da natureza, da formação dos corpos celestes, das causas de seu movimento e de suas relações tanto no sistema planetário como em toda a criação - os capítulos 7 e 8 são especialmente interessantes por defenderem a evolução infinita do universo no

⁶²⁰ Cf. Adickes, E. *Kant als Naturforscher*. a.a.O. Arana, J. *Ciencia y Metafisica en el Kant Precritico*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1982.

⁶²¹ Que, segundo Adickes, corresponde à "teoria do céu" - *Kant als Naturforscher*. Op. cit.

⁶²² Que, segundo Adickes, corresponde à "história natural do céu". Idem

espaço infinito segundo um modelo mecânico de expansão da matéria⁶²³. A 3a e última parte, breve como a primeira, permite-se algumas especulações e hipóteses sobre a possibilidade de haver habitantes em outros planetas e sobre a possível estrutura psico-física destes⁶²⁴.

A obra expõe o conflito entre uma concepção mecânica e outra teleológica da natureza, ou ainda, conflito entre o naturalista e o defensor da religião. A questão de fundo que Kant enfrenta é exposta claramente no prefácio à obra: como defender uma ordenação finalista do mundo, provinda de um criador sumamente inteligente, diante de uma explicação mecânica do surgimento do cosmo e das formações naturais?⁶²⁵ Por oferecer na obra uma explicação mecanicista do surgimento e formação do mundo, Kant sabe correr o risco de atingir os interesses da religião. Contudo, Kant apela ao mesmo "direito" que Descartes gozou diante de "juízes justos" <*billigen Richtern*> de poder apresentar sua teoria sobre a formação do mundo a partir de leis mecânicas (NTH AA 01: 228). Mais ao final do prefácio, Kant apela novamente aos *billigen Richtern* para examinar o presumível valor das proposições apresentadas pela teoria exposta no escrito (NTH AA 01: 235). O conflito jurídico apresentado é entre os "defensores da religião", que defendem uma concepção teleológica dos eventos naturais, e o "naturalista", que se basta com uma explicação estritamente mecanicista da formação do todo da natureza. De modo a que o processo seja efetivamente justo, "os argumentos do advogado da fé devem ser primeiramente ouvidos" <*Der Sachwalter des Glaubens mag demnach zuerst seine Gründe hören lassen*> (NTH AA 01: 222). Kant não procura tomar parte a favor de um dos lados, mas, antes, *conciliá-los*:

Eu apenas afirmo que, pelo fato de utilizar de forma equivocada seus argumentos [a saber, da necessidade de pressupor um criador divino dada a beleza e ordenação do todo do mundo], o defensor da religião perpetua o conflito com o naturalista, oferecendo a este, sem necessidade, seu lado fraco (NTH AA 01: 222).

Ora, o defensor da religião, isto é, "da boa causa", cai em "embaraço" quando procura negar que a natureza proporciona, mecanicamente, certos fins internos ou produtos ou eventos úteis ao homem; assim, ele dá, "por meio de uma má defesa, azo para que descrente triunfe" (NTH AA 01: 225). Já o "naturalista", que assume uma explicação

⁶²³: "Aquele [scil. a 1a parte] constitui a 'teoria do céu'. A primeira estende por analogia a estrutura de nosso sistema planetário a todo o universo estrelado; a segunda pretende demonstrar a origem mecânica do mundo, e particularmente do nosso sistema solar, do caos primitivo às formações celestes observadas hoje, unicamente segundo as leis mecânicas". Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. p. 54

⁶²⁴ Idem. p. 48.

⁶²⁵ Sobre outras instâncias desse conflito nas obras da década de 1750, Cf. idem. pp. 176-77.

meramente mecanicista da natureza, rejeita a necessidade de pressupor um autor divino e é igualado por Kant a um “Epicuro revivido em meio ao cristianismo” (NTH AA 01: 222). O argumento desse “espírito livre” é análogo àquele que, como veremos, Kant exporá no capítulo da antinomia da *KrV* por ocasião da identificação dos partidos filosóficos implícitos nas teses e antítese (Cf. A 471/B 499): “Não há necessidade de um governo específico de uma sabedoria superior quando é possível derivar constituições <Verfassungen> úteis e dirigidas a fins a partir das mais universais e mais simples leis da natureza” (NTH AA 01: 224).

De forma a conciliar o conflito entre partidários da religião e naturalistas, Kant sugere que as explicações mecanicista e teleológica do todo bem ordenado da natureza repousam sobre um mesmo fundamento, a saber, a pressuposição de uma “origem comum” <gemeinschaftlichen Ursprung> na qual todas as coisas estariam “traçadas” <entworfen> em suas características essenciais. O desdobramento <Auswicklung> mecânico natureza em toda sua beleza e ordem é dependente, por sua vez, de tal “ser originário” que é a “fonte dos próprios seres e de suas primeiras leis de ação” (NTH AA 01: 226). Ao contrário de Epicuro, que confiava no puro acaso na ligação dos átomos, para Kant a matéria está sujeita a certas leis que produzem “fins” de forma “mecânica” (NTH AA 01: 227). Ou seja, há como que um “finalismo intrínseco” à matéria e às leis da natureza, não é necessária a intervenção de um Deus *ex machina* para ordenar e “corrigir” os eventos naturais. A matéria “não tem liberdade para desviar-se desse plano de perfeição” (NTH AA 01: 228) - à matéria atribui-se força de atração e repulsão, e estas, por si mesmas, produzem a ordem do mundo (NTH AA 01: 230). Essas leis (como a de atração) que produzem a ordem e a beleza são instituídas conforme um “propósito supremamente sábio”, isto é, o propósito de Deus. “E há um Deus exatamente porque a natureza, mesmo no caos, não pode proceder de outra forma que não ordenadamente e conforme regras” (NTH AA 01: 228).

À parte a observação de que Kant posteriormente recusará por completo o argumento físico-teológico para a existência de Deus notemos apenas que há na figura de uma “causa sábia originária” como que uma “conciliação” da visão mecanicista com a teleológica da natureza e, com ela, a concórdia entre os defensores da religião e os “naturalistas”. Essa “conciliação” ou “decisão superadora”⁶²⁶ entre ordem mecânica e ordem teleológica da natureza num todo moral-natural percorre toda a obra *Crítica*, do

⁶²⁶ Cf. Idem. pp. 64-65.

KrV ao *Opus postumum*, passando, claro, pela *Crítica do Juízo*⁶²⁷. Com efeito, o sistema apresentado na *Teoria Geral da Natureza* “é o único meio dentre todos os possíveis para satisfazer os argumentos [ou fundamentos – *Gründen*] de ambos os lados [a saber, da doutrina mecânica e da ordenação teleológico-divina do cosmo]” (NTH AA 01: 240; cf. também NTH AA 01: 363-4). Como nas *Forças Vivas*, está presente aqui a ideia de um “terceiro termo” ou “proposição intermediária” – nem puro atomismo cego nem teologia pura sem leis mecânicas, mas um “finalismo imanente” advindo do criador da matéria.

Com efeito, Kant concebe o conflito entre partidários da religião e naturalistas como um *tribunal*, em que cada parte (“*Sachwalt des Glaubens*”) expõe seus argumentos diante de um “juiz” ou “observador imparcial” que ouve as partes, concede-lhes eventualmente razão e emite um veredito conciliatório. A teoria apresentada (a da origem comum de mecanicismo e teleologia, assim como ocorria nas *Forças Vivas* com a “lei intermediária” que conciliava leibnizianos e cartesianos) faz as vezes da base conciliatória em que o veredito do *juiz* deve apoiar-se, ou seja, um “terceiro termo” pelo qual “os argumentos contraditórios entre si segundo a aparência podem e devem ser conciliados”.

Vê-se numa reflexão imparcial que os argumentos <*Gründe*> de ambos os lados são igualmente fortes e que de ambos [scil. mecanicismo e intervenção de Deus] deve ser avaliada de forma igual uma certeza completa. No entanto, é igualmente claro que deve haver um conceito no qual, a despeito dessa ilusão <*Schein*>, os argumentos que entram em conflito entre si podem e devem ser unificados [ou conciliados – *vereinigt*], e que neste conceito o verdadeiro sistema precisar ser buscado (NTH AA 01: 262)

5.2.2. *Nova dilucidatio*

Como é conhecido, na 2ª seção da *Nova dilucidatio* (1755), sobre a redefinição do princípio de razão suficiente como princípio de razão *determinante* <*ratio determinans*> ou antecedente da *existência* de algo (oposição entre *ratio veritatis* e *ratio existentiae*)⁶²⁸ (PND AA 01: 391-410), Kant expõe o primeiro esboço do problema da 3ª antinomia da *KrV* sobre a oposição entre determinismo e liberdade. Kant argumenta *contra o fatalismo*, ou seja, a doutrina que afirma que todas as ações são determinadas

⁶²⁷ “Ora, o princípio comum <*gemeinschaftliche Princip*> da derivação mecânica, por um lado, e da teleológica, por outro, é o supracensível, que temos de subpor à natureza como fenômeno”. (KU AA 05: 412).

⁶²⁸ Cf. Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. p. 128. Schmucker, J. *Die Ontotheologie des vorkritischen Kant*. Op. cit.

por fundamentos <Gründe> antecedentes, e, ao mesmo tempo, *contra a doutrina da liberdade como indiferença*, ou seja, a doutrina que afirma que livre é a ação realizada sem um fundamento qualquer. Ora, ao passo que o fatalista “aniquila a liberdade e a moralidade” (PND AA 01: 389), a doutrina da liberdade como indiferença é insustentável, pois a ação livre também deve ter um fundamento (PND AA 01: 406). A solução de Kant para esse dilema repousa, de certa forma, sobre uma estrutura conceitual análoga àquela da 3ª antinomia da *KrV*: admitir que ações livres têm um fundamento e, nessa medida, são eventos naturais, ao mesmo tempo, porém, defender que elas têm, ademais, um fundamento “interno” (algo como o “caráter inteligível”), ele mesmo liberto da determinação natural.

O ensejo de Kant foi provavelmente o desafio lançado por Crusius sobre a possibilidade de ações livres sob a pressuposição da validade universal do princípio de razão suficiente. No § 126 do *Entwurf der nothwendigen Vernunft-Wahrheiten* Crusius discute se a busca por atribuir uma necessidade *hipotética*, e não absoluta, à imputação moral de nossas ações consegue, de fato, salvar a possibilidade de uma ação livre e, pois, imputável⁶²⁹. A exposição de Kant no final da 2ª seção da *Nova dilucidatio* se baseia nesse parágrafo da obra de Crusius e na preocupação em conciliar a validade do *principium rationis* e a possibilidade da ação imputável, porque livre, e, pois, da moral⁶³⁰. Segundo Kant, o fatalista baseia sua prova na seguinte proposição, apoiada, por sua vez, no princípio de razão suficiente: “se tudo o que acontece somente pode acontecer se houver uma razão <ratio> antecedente determinante, então se segue que tudo o que não acontece também não pode acontecer, pois claramente não há uma razão que o precede” (PND AA 01: 399). O raciocínio é simples: a ação livre pressupõe que seu contrário pudesse ter ocorrido; porém, se tudo o que ocorre só ocorre porque tem uma razão determinante antecedente, então o que não ocorreu não poderia ter ocorrido, já que se tivesse um fundamento anterior teria forçosamente ocorrido; donde se segue

⁶²⁹ Crusius, C. A. *Entwurf der nothwendigen Vernunft-Wahrheiten*. Leipzig, 1766. pp. 208-211.

⁶³⁰ Rx 3860 AA 17: 316. 1764-1768. 1769. “Para a liberdade é necessária: 1. *espontaneidade simplesmente enquanto tal* (o que é automático, espontâneo) <*spontaneitas simpliciter talis (automaton)*> (g independência em relação às causas subjetivas necessitantes (estímulo)) <*independentia a causis subiective necessitantibus (stimulis)*>, para que as determinações, como suas ações, possam ser atribuídas ao sujeito. 2. A faculdade do arbítrio intelectual <*arbitrii intellectualis*> de que isso possa ser-lhe imputado como um *factum*. Já que tudo o que ocorre pressupõe uma complacência <*Wohlgefallen*> segundo leis da faculdade de apetição, então a *complacentia* que é independente da necessitação subjetiva tem de ser intelectual, e, portanto, aquela pressupõe esta. A maior dificuldade se insinua aqui: como pode ser pensado um arbítrio subjetivamente incondicionado (g [que] é objetivamente hipotético <*est obiective hypotheticum*> no (g segundo) o nexo das causas eficientes ou determinantes <*nexu causarum efficientium sive determinantium*> ou, quando se abandona este, como é possível a imputabilidade das ações[?]”.

que o que ocorreu ocorreu de modo necessário, inclusive as ações que se reputam livres⁶³¹. Kant apresenta os argumentos de Crusius contra esse fatalismo - ora, se toda ação está determinada segundo o princípio de razão suficiente, o fundamento da ação deve ser remetido, numa longa cadeia de acontecimentos, às suas primeiras causas no “primeiro estado do mundo” <*primo mundi statu*> , em “Deus como autor” <*Deum auctorem*> (idem). Há, pois, a identidade de fundamento/razão e causa, isto é, entre *ratio* e *causa*, *Grund* e *Ursache*. Assim, tudo o que acontece (como ato livre ou evento natural) é previsto por Deus e as consequências não poderiam ser outras que não as que efetivamente tomaram lugar. “Portanto, a imputação de nossos atos não nos pertence” (PND AA 01: 399). Com a anulação da possibilidade da imputação anula-se também toda possibilidade da moral: como Deus pode nos punir ou recompensar se todas as nossas ações já são previstas por ele como absolutamente necessárias? (PND AA 01: 399-400).

Kant responde ao desafio de Crusius reinterpretando a distinção entre necessidade absoluta e hipotética; o que está em jogo nela não é o “*quão*” necessário é determinado evento, se hipotética ou absolutamente, mas “*de onde*” vem tal necessidade. Haveria, pois, uma “necessidade hipotética, sobretudo a moral” que advém de uma *certa classe* de “razões” ou “fundamentos”, a saber, os *motivos* <*motiva*> do *entendimento* aplicados à vontade <*motiva intellectus voluntati applicata*> (PND AA 01: 400). Esses motivos, tomados como razões ou fundamentos determinantes de um ato livre enquanto uma existência determinada que poderia ou não ter sido ou ocorrido, “propulsionam o querer e o desejar” <*volitionum appetituumque propensione*> e determinam a ação segundo um “certo, porém voluntário nexo de acordo com uma lei fixa” <*nexu, certissimo illo quidem, at voluntario, actiones stabili lege determinantur*> (idem). O grau de liberdade depende do grau de submissão a tal lei, definida, por sua vez, pela capacidade de o entendimento <*intellectus*> influenciar a vontade através de representações que a “incitam”. Percebe-se aqui um claro intelectualismo de matriz wolffiana em Kant. A possibilidade da ação livre respousa em fundamentos *intelectuais internos*: ação livre é aquela realizada a partir de *uma certa representação* (distinta) do

⁶³¹ “Visto que isso deve ser concedido de todos os fundamentos dos fundamentos <*rationum rationibus*> em ordem regressiva, segue-se que em toda conexão natural tudo está de tal forma ligado e relacionado que quem deseja o oposto de um evento ou também de uma ação livre representa em seu desejo algo impossível, pois o fundamento que é requerido para sua produção não está presente” (PND AA 01: 399).

entendimento que move inevitavelmente a vontade, isto é, serve-lhe como *motivum*⁶³². Com base nesse argumento Kant ataca a concepção de liberdade como indiferença, para a qual agir livremente significa não ter fundamentos para agir, já que estes, sendo fundamentos ou razões, são todos determinados e, pois, enquanto tais, não permitiriam ações livres, não-determinadas previamente. Ao rejeitar o determinismo ou fatalismo, o importante para Kant não é argumentar que livre é ação sem “fundamento” (liberdade como indiferença), mas sim que ação livre tem fundamentos ou *motiva internos* (PND AA 01: 401). Em resumo, no escrito está claramente posta a oposição e tentativa de resolução da “antinomia” entre determinismo ou fatalismo e a possibilidade da determinação livre de ações a partir de uma “terceira via” que rejeita a *tanto a liberdade como indiferença como o determinismo*.

Além da prefiguração da 3ª antinomia, Kant descreve na 3ª seção da obra, onde são expostos os princípios de sucessão e coexistência, uma nova tentativa de conciliar ou ao menos colocar um terceiro termo entre os pólos do idealismo e do materialismo, nas mesmas bases do que fizera na *Teoria Geral da Natureza*. Discutindo a ligação da alma com o corpo, Kant afirma que as mudanças internas da alma são devidas a causas ou fundamentos externos (conforme o enunciado do princípio de sucessão), ou seja, a corpos, e a percepção destes somente é possível através da anterior tomada de consciência do próprio corpo - ou seja, Kant não defende aqui nem um idealismo radical, que rejeita a realidade de corpos, nem um materialismo radical, que nega a possibilidade e existência da alma como substância simples e imaterial (PND AA 01: 412). Porém, quanto à demonstração do princípio de coexistência das substâncias, simples ou complexas, Kant não é aqui claro. Segundo Kant, já que a ação recíproca entre as substâncias não pode ser explicada (não pode ser-lhe fornecido o fundamento ou razão determinante) pelas substâncias isoladas (ie, a *Setzung* de uma substância não implica *per se* a *Setzung* de outra ou de seus predicados), a comunidade efetivamente observada entre substâncias depende então de sua origem comum em Deus, ou no *intelletus divini schema* (PND AA 01: 414; Cf. também PND AA 01: 412-3). Daqui Kant conclui que o espaço e demais leis dinâmicas da natureza são “fenômenos externos” dessa comunidade originária em Deus (PND AA 01: 415). Esse esquema do intelecto divino funciona de modo imanente nas coisas, como um *actus perdurabilis* e

⁶³² “A tendência <tendentia> do apetite ínsito por percepções ulteriores <ulteriores perceptiones> não permite que o ânimo <mentem> se detenha no mesmo estado. Portanto, se se altera o estado das representações internas, então o ânimo é necessitado a inclinar-se a algum lugar <Variato itaqü statu internarum repräsentationum mentem aliquorsum inclinari necesse est> (PND AA 01: 406).

não como um influxo ocasional⁶³³. A conciliação kantiana é refletida na tomada de posição diante do embate entre a harmonia preestabelecida de Leibniz, o sistema de causas ocasionais de Malebranche e a doutrina do influxo físico⁶³⁴.

É possível perceber na argumentação o mesmo difícil esforço de fundamentação que Kant enfrentou na determinação e justificação da categoria de comunidade a partir do juízo disjuntivo; ademais, a assunção de Deus para provar a comunidade de substâncias é análoga à assunção do espaço e tempo para demonstrar a comunidade dos objetos da experiência - sem espaço e tempo não seria possível saber se a substância A causa a B ou vice-versa, isto é, ainda se estaria no âmbito da lógica geral e não da transcendental. Contudo, o que nos interessa nesta seção é a busca de Kant por uma *conciliação* entre o monadismo leibniziano e o ateísmo atomista dos materialistas, uma “terceira via” que supere *<aufhebt>* os pólos em oposição e que é análoga à empreendida na Teoria Geral da Natureza entre defensores da religião e naturalistas, inclusive na resolução do conflito com a pressuposição de um “terceiro membro” que explique os partidos opostos: o intelecto divino ou a “origem comum”⁶³⁵.

5.2.3. *Monadologia physica*

Enquanto que nas *Forças Vivas* Kant falava de um conflito entre metafísica e matemática, Leibniz e Descartes, na *Teoria Geral da Natureza* de um embate entre defensores da religião e naturalistas e na *Nova dilucidatio* entre determinismo e liberdade como indiferença e idealismo e materialismo, no último escrito da década de 1750 que analisaremos, a *Monadologia physica* (1756), Kant menciona a oposição entre filosofia transcendental e geometria (MonPh AA 01: 475). A filosofia transcendental aqui deve ser entendida, certamente, não no sentido crítico, mas sim *cosmológico* do

⁶³³ “É como se o *schema* divino não fosse apenas como que o projeto do engenheiro, mas como a cascata que fornece incessantemente a energia ao maquinário: isto é, não apenas o [scil. o mundo] criasse, mas o constituísse intrinsecamente, como se ele mesmo fosse seu ato (...). Tal esquema divino é não apenas ideia, mas ato (criativo) e *actus perdurabilis* (da conservação do criado), não apenas prevê e escolhe e coordena, mas também ‘sustenta’”. Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. pp. 110-1.

⁶³⁴ “No fundo, Kant sublinha aqui, contra a harmonia preestabelecida e o ocasionalismo, a realidade do nexo, a eficácia da dependência, da ação e reação entre as substâncias. Contra o *Systema causarum efficientium*, o qual é exposto pelos defensores do influxo físico (lembre-se de Knutzen), ele mostra que o ato é um *se respicere*, uma *relatio*, fundada no esquema divino, e que a atração (e o choque) são um *phaenomenon* sob o plano do espaço”. Idem. p. 112.

⁶³⁵ “Observemos a posição de Kant: a afirmação da conexão entre as substâncias supera o isolamento monádico, afirmado por Leibniz a partir de fundamentos a priori, contra a experiência; a reivindicação de Deus como pressuposto de tal conexão e da mesma coexistência das substâncias finitas supera o ateísmo atomista”. Idem. Ib.

termo, introduzido por Wolff num passado então relativamente recente (“*Cosmologia transcendentalis* ou *generalis*”)⁶³⁶. Grosso modo, por filosofia transcendental, como ocorria já nas *Forças Vivas*, Kant entende aqui a “metafísica” ou “consideração metafísica” em oposição à “matemática” ou “consideração matemática”⁶³⁷. O conflito prefigura o segundo conflito antinômico da razão: trata-se do embate atinente à representação de espaço que cada uma dessas disciplinas, filosofia transcendental e geometria, pressupõe:

Pois, ao passo que aquela [filosofia transcendental] nega abruptamente que o espaço seja divisível infinitamente, esta [geometria] o afirma com sua costumeiras certeza e rigor (...). Esta [geometria] assegura de forma expressa que o espaço vazio é necessário para o movimento livre, aquela [filosofia transcendental] o rejeita. Esta [geometria] nos mostra da forma mais exata possível que a atração ou gravidade universal dificilmente pode ser esclarecida a partir de causas mecânicas, mas sim decorre de forças inerentes dos corpos que são ativos em repouso e à distância, aquela [filosofia transcendental] inclui tudo isso no interior das brincadeiras da imaginação (MonPh AA 01: 475-476).

O objetivo de Kant com esse pequeno escrito é ao menos realizar um esforço para resolver esse “conflito” <item> (MonPh AA 01: 476). A polêmica entre Wolff e os newtonianos sobre as teses “geométricas” (a saber, a divisibilidade infinita do espaço, o espaço vazio e a *gravitas universalis* mecanicamente inexplicável) provavelmente levou Kant a problematizar as relações entre matemática e metafísica⁶³⁸ e a distanciar-se da posição leibnizo-wolffiana. O que marca o escrito é a guinada de Kant a um “dinamicismo radical”: ao lado da *vis inertiae*, uma das forças fundamentais do corpo é designada como uma *vis motrix* (atração e repulsão, impenetrabilidade, etc), em oposição à tese das *Forças Vivas*, segundo a qual a força fundamental dos corpos era um força “ativa” (GSK AA 01: 18-23)⁶³⁹. Ao mesmo tempo em que Kant se distancia de Leibniz, ele se aproxima de Newton, ainda que mantendo a designação metafísica de

⁶³⁶ Cf. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. pp. 42ss.

⁶³⁷ Sobre a explícita oposição entre “consideração matemática” e “consideração metafísica” de movimento e tempo, Cf. ND AA 02: 168.

⁶³⁸ Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. p. 145.

⁶³⁹ “Portanto, deve-se denominar a força de um corpo antes como força ativa <vim activam>, do que como força motriz <vim motricem>” (GSK AA 01: 18). Na primeira edição dos *Pensamentos* lê-se – equivocadamente – *vim motricem* ao invés de *vim activam* como título do respectivo parágrafo. Kant toma de Leibniz o conceito de uma *vis activam*, Em *Specimen dynamicum* lê-se: “A força ativa é dupla”. (GP, I, 236). Também Wolff se refere a esse conceito na *Cosmologia generalis* e lhe dá até mesmo, segundo Arana, um “giro mecanicista”. Cf. Kant, I. *Pensamientos sobre la verdadera estimacion de las fuerzas vivas*. Op. cit. p. 334. Cf. Wolff, C. *Cosmologia generalis*: “a força ativa dos corpos é o princípio das mudanças <vis corporum activa es principium mutationum> (§ 136); “essa força dos corpos chamamos de força motriz” (§ 137). Apud Kant, I. *Pensamientos sobre la verdadera estimacion de las fuerzas vivas*. Op. cit. p. 334. Deve-se igualmente notar que M. Knutzen se apoiou na doutrina de Wolff a respeito da *vis activam*.

“elementos simples” aos quais uma força fundamental é ínsita. Portanto, uma *monadologia* (Leibniz) *física* (Newton).

No teorema da Prop. V da Sec. I Kant procura resolver a “antinomia” entre geometria e filosofia transcendental à luz dessa tentativa de conciliar mecanicismo newtoniano e vitalismo leibniziano. Segundo Kant, cada elemento simples ou mônada de um corpo não apenas está no espaço como preenche um espaço, a despeito de sua simplicidade (MonPh AA 01: 480). Cada corpo no espaço e que ocupa um espaço tem, *enquanto* um composto, um número finito de partes, porém, na medida em que ele está no espaço e todo espaço, ele deve ser divisível infinitamente. Decerto, cada elemento do corpo ocupa um espaço que é ulteriormente divisível; contudo, já que a divisão do espaço não é uma separação de algo no qual uma parte é separada da outra e tem “uma existência em si suficiente”, mas, antes, uma certa “pluralidade ou quantidade” em relação externa, então se segue que não há uma pluralidade correspondente de elementos substanciais. Disso se conclui que a divisibilidade do espaço não contradiz a simplicidade da mônada⁶⁴⁰.

No escólio à proposição Kant atribui a um “preconceito” o erro no qual se baseia a pretensa impossibilidade de resolução do conflito, a saber, que a divisibilidade do espaço ocupado por um elemento implica a divisibilidade deste próprio elemento:

Na investigação dos elementos nenhuma outra sentença obstrui mais o laço <connubio> entre geometria e metafísica do que aquela opinião preconcebida <praeconcepta (...) opinio>, ainda que não suficientemente examinada, de que a divisibilidade do espaço ocupado por um elemento prova a divisão do próprio elemento em partes substanciais (MonPh AA 01: 480)

Ora, a conciliação entre metafísica e geometria implica examinar esta opinião “pré-concebida” de que a divisão do espaço implica a divisão do elemento contido no espaço; há um *falso pressuposto* em que se apoiam os defensores das mônadas e os da divisibilidade infinita do espaço: ambos assumem equivocadamente que, se um elemento está no espaço, então a divisão deste representa também a divisão do elemento em partes substanciais⁶⁴¹. Esse preconceito levou a que os combatadores, se defensores da divisibilidade infinita do espaço (“Geômetra”), reputassem absurda a assunção de mônadas, ou, se defensores da simplicidade das partes de um composto (“Metafísico”), avaliassem as “características” do espaço geométrico como imaginárias <imaginaris>

⁶⁴⁰ “A geometria nos conduziu até a divisibilidade infinita do espaço, a metafísica às mônadas inextensas e de número finito. Como conciliar uma coisa com a outra?”. Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. p. 154.

⁶⁴¹ Cf. Hinske, N. *Zwischen Aufklärung und Vernunftkritik*. Op. cit. p. 120.

(idem). Ora, nenhum dos dois “se ilude” <*falli*>, o que “ilude” é a opinião que “se um elemento que, em relação à sua substância, é incondicionalmente simples, não preenche nenhum espaço a despeito de sua simplicidade” (MonPh AA 01: 480). O conceito-chave para a resolução do conflito é o de *espaço*: este não é uma substância, mas “uma espécie de fenômeno das relações externas entre substâncias” <*quoddam externae substantiarum relationis phaenomenon*> (MonPh AA 01: 480), de modo que é possível que uma substância simples e indivisível tenha relações externas que sejam infinitamente divisíveis. Na *Neuer Lehrbegriff der Bewegung und Ruhe* Kant confirma esta doutrina: O espaço é “apenas o fenômeno externo daquilo que ocorreu entre eles [os corpos moventes]” (NLBR AA 02: 24). Dessa forma, a revelação da opinião preconcebida e um novo conceito de espaço concilia as partes em conflito, geometria e metafísica, Newton e Leibniz⁶⁴².

⁶⁴² Cf. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. p. 42.

6. MÉTODO POLÊMICO E MÉTODO CÉTICO

Neste capítulo iremos delimitar conceitualmente o “método” de conciliação de conflitos exposto no capítulo anterior ainda de forma pouco precisa e também apresentar aquela que denominamos *segunda etapa* na problemática do tribunal e da legislação da razão. Trata-se aqui dos desenvolvimentos do método zetético, cético, polêmico, antinômico ou, de forma geral, “cético-polêmico” que, sob essas várias formas, percorre todo o período pré-crítico e chega à *KrV* como uma complexa constelação conceitual ligada à representação jurídica da Crítica. Em uma Reflexão de 1769 Kant explicita esse emaranhado conceitual ao opôr duas filosofias da razão pura: uma dogmática e outra “*crítica, por conseguinte subjetiva. Ela é zetética, cética, problemática*” (Rx 3957 AA 17: 366; Cf. também Rx 4455 AA 17: 557-558). Com efeito, uma das dificuldades que uma interpretação genética (e também sistemática) do “método cético” deve enfrentar reside no fato de que o termo é utilizado na *KrV* ao lado de outros conceitos de sentido sistemático e significado genético aparentados, a saber, o conflito antinômico e o uso polêmico da razão pura. Ao lado desses conceitos há, ademais, um outro: o de ceticismo, o qual, apesar da proximidade terminológica, se diferencia dos demais. Para tornar tudo mais complexo, essa constelação conceitual é enriquecida por um termo aparentemente mais originário, mas não mencionado na *KrV*: o de zetético. Neste capítulo procuraremos destrinchar esse emaranhado conceitual (6.1), identificando suas possíveis fontes e influências indiretas e diretas sobre Kant (6.2), em especial Hume (6.3), para, no próximo capítulo, aproximá-lo daquele procedimento que, a nosso ver, engloba os demais e fornece um fio condutor para a investigação sobre as afinidades e diferenças entre eles: o *método jurídico de um juiz*, com o que chegamos explicitamente à terceira etapa da problemática do tribunal e da legislação da razão. Para facilitar o decorrer da argumentação, referimo-nos a um método cético-polêmico, evitando assim a confusão com aquele conflito onde ambos, cético e polêmico, estão presentes, a saber, o conflito antinômico da razão pura, cujo valor sistemático será objeto do 10º capítulo.

6.1. Esclarecimento conceitual

6.1.1. Ceticismo e método cético

No contexto da antinomia da razão pura o método cético é explicitamente mencionado por Kant como a forma de descobrir o erro ou ilusão transcendental sobre o qual repousa todo o engano na metafísica. Ademais, o que aqui particularmente nos interessa, Kant aproxima o procedimento do método cético daquele de um “sábio legislador” que, diante da dificuldade de um juiz em decidir um caso controverso, como aquele das antinomias, extrai daí ensinamentos; esse proceder legislativo ou judicial seria, pois, “a melhor tentativa de provar a nomotética” da razão (A 423-4/B 451). Numa perspectiva genética, podemos dizer que Kant foi esse “sábio legislador” que retirou dos conflitos apresentados à razão lições sobre como resolvê-los no interior de uma nova nomotética da razão, como apresentaremos no próximo capítulo. Nesta passagem da *KrV* e, de modo geral, no desenvolvimento de seu pensamento que atingiu a filosofia crítica madura, Kant aproxima explicitamente *método cético e método jurídico*. Porém, o método cético é apenas uma das formas que o método do juiz, entendido num sentido amplo de modo zetético ou polêmico, assume na filosofia de Kant. Nos capítulos 8 a 10 discutiremos o significado sistemático desses conceitos na constituição jurídica da filosofia crítica; por ora nos concentremos no significado genético do método cético, zetético ou polêmico para a formulação da questão jurídica da *Crítica*.

O próprio Kant parece em várias oportunidades reconhecer que a dúvida ou suspensão do juízo cética foi crucial para o advento da filosofia crítica. Segundo os *Fortschritte*, por exemplo⁶⁴³, o estágio de “contenção cética” <*skeptischer Stillstand*> da metafísica foi “muito salutar” por evitar que a razão se enredasse em falsos “discernimentos” <*Einsicht*> dogmáticos e terminasse por abandonar seu fim derradeiro (FM AA 20: 329; Cf. Log AA 09: 084); afinal, como os “antigos” já sabiam, lê-se na *Philosophische Enzyklopädie*, o “fim de um método cético é a Crítica” (PhilEnz AA 29: 27-28)⁶⁴⁴. Não obstante, os limites do “ceticismo” são também claramente denunciados

⁶⁴³ “Esta contenção cética, que não contém nenhum ceticismo, isto é, nenhuma renúncia à certeza na extensão do nosso conhecimento racional para além dos limites da experiência possível, é muito salutar <*wohlthätig*>, pois sem ela ou teríamos de ter abdicado da maior questão <*Angelegenheit*> do homem, com a qual a metafísica se ocupa como seu fim derradeiro, e limitado o uso de nossa razão meramente ao sensível, ou teríamos de ter mantido em suspenso o pesquisador com insustentáveis ficções de discernimento <*Vorspiegelungen von Einsicht*> como durante tanto tempo aconteceu; se a Crítica da Razão Pura não tivesse aparecido nesse meio tempo, a qual por meio da divisão da metafísica legislante em suas câmaras remediou tanto o despotismo do empirismo como a desordem anárquica da filodoxia sem limites”. (FM AA 20: 329).

⁶⁴⁴ “Há uma parte dos conhecimentos que tem uma grande ilusão de verdade e portanto podem ser tido por dogmático. Entretanto, os antigos já discerniram que aqui o fim é um método cético: a crítica.

por Kant. No mesmo capítulo sobre a antinomia onde ressalta a importância do método cético Kant opõe a Crítica não apenas à “obstinação dogmática”, como *também* à “desesperança cética” (A 407/B 433-34), no qual, segundo os *Fortschritte*, o “desespero da razão consigo mesma” a leva a querer “abandonar todas as pretensões à certeza” (FM AA 20: 327) – em outras palavras, não é permitido à razão permanecer por muito tempo no estágio a princípio “salutar” de “contenção cética”. Ora, ainda que se utilize do *método cético*, a *Crítica não é ceticismo*⁶⁴⁵: assim como um juiz não pode renunciar à legislação pelo simples fato de haver problemas na aplicação da lei, a *Crítica* deve proteger os direitos da razão à verdade diante das dificuldades ao invés de renunciar “ceticamente” a eles. Essa dupla constatação, a saber, do valor crítico do método cético e a recusa igualmente crítica do ceticismo, nos impõe uma delimitação conceitual precisa como tarefa prévia para a investigação sobre o método cético-polêmico no surgimento da filosofia crítica e na formulação definitiva da problemática do tribunal e da legislação da razão.

Os cinco traços fundamentais do método cético-polêmico observados ao longo do desenvolvimento da filosofia kantiana podem ser previamente definidos da seguinte forma: a) a contraposição de proposições e seus contrários; b) a valoração equitativa dos argumentos das duas partes em oposição; c) a “suspensão do juízo” entendida como a colocada em dúvida das próprias convicções; d) referência implícita ou explícita aos limites do conhecimento humano; e) o objetivo é a descoberta da fonte do erro e, por conseguinte, a verdade, não a própria dúvida *per se*. Ao passo que a) e b) já estão claramente presentes nos escritos de Kant analisados no capítulo anterior, c) é formulado explicitamente a partir de 1758, enquanto que d) e e) são o tema explícito dos escritos da década de 1760. Justamente quanto ao ponto e) reside o ponto específico que opõe o método cético-polêmico crítico ao simples ceticismo que Kant recusa; em outras palavras, é aqui que em última instância repousa o caráter *positivo*, não meramente negativo do método cético para Kant. Assim, para compreender o valor da dúvida ou suspensão de juízo cética para a *Crítica* cumpre distinguir ceticismo e método cético, ou ainda, por um lado, *ceticismo dogmático* (p.ex. V-Lo/Philippi AA 24: 337; V-

Podemos obter certeza nesses conhecimentos quando não lhes atribuímos contradições”. PhilEnz AA 29: 27-28.

⁶⁴⁵ Kant chega mesmo a denominar o ceticismo dogmático uma “anticrítica”: Rx 5623. AA 18: 259-260 (1778-1781): “A anticrítica <Anticritick> é ou cética ou dogmática. A primeira condena toda ampliação [filosófica] do conhecimento por meio de conceitos puros e ao mesmo tempo a investigação dessa própria razão. A segunda afirma a primeira [scil. ampliação] e condena apenas a última [scil. a investigação da razão]. A primeira é misologia, a segunda *ignava ratio*”.

Lo/Blomberg AA 24: 208-209) ou *ceticismo absoluto* (Log AA 09: 84) e, por outro, *ceticismo mitigado*, *ceticismo problemático* (V-Lo/Blomberg AA 24: 214) ou *ceticismo crítico* (Rx 4164. AA 17: 440)⁶⁴⁶. Essa distinção está implícita, por exemplo, na conhecida reflexão sobre a “Grande Luz de 69”:

Eu procurei bem seriamente provar proposições e seu contrário não para instituir uma doutrina da dúvida, mas sim, já que suspeitava de uma ilusão do entendimento, para descobri-la onde ela se escondia (Rx 5037 AA 18: 69. 1776-1778).

O método cético serve não para “instituir uma doutrina da dúvida”, o resultado de um ceticismo dogmático que renuncia ao caminho da verdade, mas para distinguir o subjetivo do objetivo no conhecimento, descobrir a “ilusão do entendimento”, desabilitando a metafísica em suas pretensões desmesuradas e, assim, redefinindo-a como “ciências dos limites do conhecimento humano” (TG AA 02: 368) – ou seja, como ceticismo “mitigado” que tem em vista a supressão do erro e obtenção da verdade. Por exemplo, nas *Bemerkungen*, redigidos provavelmente entre 1764 e 1768⁶⁴⁷, Kant exprime esta ideia ao mencionar a existência de uma dúvida dogmática e outra de “suspensão” (*Bemerkungen* AA 20: 175); esta última não significa uma renúncia à busca pela verdade, como na dogmática, mas apenas um “colocar em parênteses”, que implica o exame atento dos fundamentos ou argumentos avançados como etapa *prévia e*

⁶⁴⁶ Kant introduz outras divisões do ceticismo: o ceticismo lógico, físico, moral, histórico. V-Lo/Blomberg AA 24: 215-216.

⁶⁴⁷ Sobre a datação desse manuscrito, ver a Apresentação de Brigitte Geonget à sua tradução para o francês (*Remarques touchant les Observations sur le Sentiment du Beau et du Sublime*. Paris: Vrin, 1994. e também Clemens Schwaiger. *Kategorische und andere Imperative. Zur Entwicklung von Kants praktischer Philosophie bis 1785*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1995. pp. 67-71. O autor duvida que boa parte do texto tenha sido redigida antes de 1766, sobretudo os trechos em latim, que apresentam aspectos doutrinários da filosofia kantiana em “estágio avançado”. *idem*. p. 69. No âmbito do Kant-Index, seus editores argumentam que os comentários anotados em latim poderiam até mesmo ser datados de início da década de 1770, como anotações preparatórias para uma pequena dissertação sobre filosofia moral que Kant anuncia em cartas, mas que nunca veio a público. “Coloca-se a pergunta: por quais motivos concretos Kant utilizou exatamente aqui o latim? Como resposta expressemos aqui a suspeita – não pode ser naturalmente nada mais do que uma suspeita – de que nessas anotação trata-se de trabalhos preparatórios para a Dissertação pro loco de 1770, decerto não para a Dissertação *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*, mas para uma Dissertação planejada para um propósito inteiramente diferente. Kant ainda não sabia nos primeiros meses de 1770 qual das duas cadeiras em questão ele eventualmente receberia, a cadeira de lógica e metafísica (que lhe deu na sequência ensino para a Crítica da Razão Pura) ou a cadeira de filosofia moral. Sua preferência era para a última. Em 16. de março de 1770 Kant esclarece: (...) ‘na solicitação para a cadeira de moral creio seguir minha genuína vocação <Bestimmung>’ (AA 10: 91). Contudo, antes que a decisão fosse tomada, Kant tinha antes de preparar-se para ambos os casos. Não lhe restava muito tempo. Esse pode ter sido o motivo concreto para aquelas anotações latinas sobre a fundamentação da ética. Visto que o ministério, quaisquer que tenham sido os motivos para tanto, tomou outra decisão do que aquela que Kant propriamente desejava, aquelas anotações do campo da filosofia moral permaneceram sem uso até o término da *Crítica da Razão Pura*”. Delfosse, H & Hinske, N. Kant-Index. Bd. 24: Section 2, Indices zum Ethikcorpus. Stellenindex und Konkordanz zu den ‚Bemerkungen zu den Beobachtungen über das Gefühl des Schönen und Erhabenen‘ mit einem Index und einer Konkordanz zu den ‚Beobachtungen‘ selbst als Anhang. Stuttgart-Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 2007. p. xxii-iii.

necessária da busca pela verdade. Nesse sentido o cético seria um “zetético”, um “*Sucher*” que responde aos dogmáticos com um *non liquet* que pode ele mesmo tornar-se, como Kant escreve por ocasião de Pirro, dogmático (V-Lo/Blomberg AA 24: 36)⁶⁴⁸. Dito em outros termos, o ceticismo clássico sofre uma modificação na filosofia crítica, a saber, ao invés da *Epoché*, há o retardamento <*Aufschub*> do juízo, a suspensão do juízo não é definitiva, mas sim temporária, considerada como um caminho para a descoberta do erro e obtenção da verdade. Nesta medida o “ceticismo” é ao mesmo tempo uma etapa no caminho da *Crítica* e uma parte negativa de seu método a qual, como preparação para a verdade especulativa ou “prática”, tem também valor positivo.

6.1.2. Método cético como método jurídico

Uma *Begriffserklärung* anterior e mais fundamental se impõe, com a qual tocamos mais diretamente nosso objetivo de aproximar método cético e método jurídico. Além da distinção explicitamente aludida por Kant entre ceticismo dogmático e ceticismo mitigado ou crítico é preciso explicitar outros conceitos conexos que são implícita ou explicitamente evocados por Kant em distintos momentos de seu *Werdegang*: i) *dialectica eristica, disputatio* ou procedimento de distinções <*Distinktionsverfahren*>; ii) modo ou método polêmico e iii) conflito antinômico. Ao lado do método cético, todos esses conceitos são abarcados no conceito mais amplo de modo de proceder investigativo e zetético <*forschende, zetetische Verfahrensweise*>, o qual, por sua vez, enquadra-se naquilo que, como veremos, Kant identifica ser o *procedimento de um juiz* que deve resolver um caso controverso (V-Lo/Blomberg AA 24: 210). De uma perspectiva genética, até meados de 1760 Kant não utiliza a expressão “cético” para designar explicitamente seu *próprio método* ou modo de proceder, mas, antes, “polêmico” (NLG AA 02: 25) e “zetético” ou “que investiga” <*forschend*> (NEV AA 02: 307)⁶⁴⁹. A primeira ocorrência explícita do termo, em 1766, para designar o procedimento por ele adotado em investigações filosóficas (Brief an Mendelssohn AA 10: 70-71), não implica, no entanto, que ele estivesse até aqui ausente “*der Sache nach*”.

⁶⁴⁸ “Pirro era um homem de grandes discernimentos, ele tinha o lema: non liquet, que ele evocava continuamente contra os audazes sofistas para atenuação de seu orgulho; ela era o fundador dos céticos, que se chamam também zetéticos. Porém, essa seita foi, por fim, muito longe no duvidar e se desregraram de tal modo que ao final começaram a duvidar de tudo, até mesmo das proposições matemáticas”. (V-Lo/Blomberg AA 24: 36)

⁶⁴⁹ Weber. *Distinktionsverfahren*. Op. cit. p. 78. Cf. Tonelli, G. “Kant und die antiken Skeptiker”. In: Heimsoeth, H. et alli (Hrsg.). *Studien zu Kants philosophischer Entwicklung*. Hildesheim: Georg Olms, 1967.

O surgimento explícito da expressão designa apenas a sedimentação de um longo movimento de depuração e refinamento conceitual que continua após seus primeiros empregos e é enriquecido e modificado no decorrer de todo o processo. O método cético-polêmico surge primeiramente sob a forma de uma *disputatio* polêmica. Ele serve para descobrir erros em argumentos e, assim, pavimentar o caminho para a verdade (6.3.1). Na sequência o método cético-polêmico é explicitamente adotado por Kant sob a provável influência dos *Philosophische Versuche* de Hume. Além do exame rigoroso dos argumentos em conflito sob uma perspectiva imparcial, ele exige sobretudo que a dúvida cética mitigada e salutar *preceda a investigação*. A passagem sobre a “dúvida cartesiana” de que, como veremos, fala o *Neuer Lehrbegriff der Bewegung und Ruhe*, de 1758, é testemunho deste momento de transição (6.3.2). Nesse instante o termo “cético” ainda não surge explicitamente; apenas ao longo da década de 1760, quando a dúvida cética mitigada atinge a própria possibilidade de um saber metafísico e define a metafísica como ciência dos limites do conhecimento humano, é que Kant utiliza explicitamente o conceito de “cético”, ligando-o a uma utilidade negativa como preparatória para a positiva, como será a tônica ao longo da década de 1770 e na própria *KrV*, como veremos no capítulo 8 por ocasião da *Disciplina* (6.3.3). Como Fazit deste percurso, na entrada nos anos 1770 retém-se a ideia de uma “dúvida mitigada” precedente que busca a verdade, ou seja, uma postura “cético-zetética” negativa e positiva que, no entanto, ainda não exclui de uma vez por todas o dogmatismo, como mostra a *Dissertatio*; a peculiaridade consiste em que, agora, a ela vem ligada explicitamente a ideia da *Crítica*. Neste último momento, tema do próximo capítulo, faz-se presente a “juridificação” do método de resolução dos conflitos. O “terceiro” da *disputatio* (*Magister*) ou o “terceiro cético” (*das Dritte*) se transforma em um “juiz” num tribunal da razão.

6.2. *Status quaestionis* e fontes. Ecletismo como possível predecessor do criticismo?

A definição, escopo, função, fontes e genealogia do método cético-polêmico é tema de discussão na *Kant-Forschung*. Klaus Reich escreve que na *Entwicklungsgeschichte* da filosofia crítica o método cético tem valor de um “princípio

heurístico bem geral”⁶⁵⁰, algo parecido ao que defende Gerhard Lehmann, para quem o método cético se apresenta inicialmente sob a forma de um “método zetético” e, nesta medida, pode ser considerado a “origem da Crítica” como *procedimento aporético*⁶⁵¹. Ambos os autores acertam nas conclusões, mas erram no ponto de partida: eles localizam a influência decisiva desse impulso heurístico, zetético ou aporético apenas em meados da década de 1760⁶⁵². Ora, como já vimos no capítulo anterior e veremos ainda neste, *Vorformen* do método cético, no sentido de um método cético-polêmico em geral, fazem-se presentes já nos escritos da década de 1750 e mesmo antes, nas *Forças Vivas*. Outros autores discutem em maior detalhe esse tema e para nossa análise são mais instrutivos, talvez sobretudo pelos equívocos que cometem.

Michael Forster distingue três formas de ceticismo discutidas por Kant: a) “ceticismo do véu de percepção” <*veil of perception skepticism*>, que se refere à dúvida no mundo extra-mental; um b) “ceticismo humiano” <*Humean skepticism*>, que se refere à existência de conceitos e conhecimentos a priori; e finalmente um c) “ceticismo pirrônico” <*Pyrhonian skepticism*>, que se refere à suspensão do juízo estabelecida por um balanço de argumentos opostos⁶⁵³. Segundo o autor, a primeira forma de ceticismo não teve influência alguma na formação da filosofia crítica, enquanto que o ceticismo humeano atuou sobre Kant após 1772 e o ceticismo pirrônico foi aquele que “em primeiro lugar realmente chacoalhou a crença de Kant em uma disciplina pré-crítica da metafísica, a saber, no meio da década de 1760, e, portanto, levou à reforma da metafísica empreendida pela filosofia crítica”⁶⁵⁴. A análise de Forster apresenta inúmeros problemas. Ao contrário do que defende o autor, o sentido humiano de ceticismo influi sobre Kant, como argumentaremos, já em finais da década 1750 com a publicação das *Philosophische Versuche*, mais precisamente a partir de 1755, e não

⁶⁵⁰ Cf. Reich, K. “Über das Verhältnis der Dissertation und der Kritik der reinen Vernunft“ Op. cit. p. xii. Para Reich, a menção de Kant a “proposições e seu contrário” na reflexão sobre a Grande Luz de 69 seria uma referência ao “método cético como um *princípio heurístico bem geral* em temas da metafísica em geral”.

⁶⁵¹ “A problemática dos limites [nos *Träume*] é aporética, a diferenciação e contraposição de ‘regiões’ é sistemática. Aquele pertence fundamentalmente ao método zetético, que se desenvolveu até o propriamente crítico”. Lehmann, G. “Kritizismus und kritisches Motiv”. Op. cit. p. 40.

⁶⁵² Esse mesmo erro é cometido por Erdmann. Erdmann insinua que o procedimento cético se inicia no *Beweisgrund* (Erdmann, B. “Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie”. Op. cit. p. xliii) e se prolonga pelos demais escritos da época, incluindo as *Beobachtungen* e os *Träume* (Idem. p. xlv). Erdmann concede que a extensão do método cético é maior do que a do problema das antinomias: “De modo característico para o significado originalmente bem geral do método, a extensão dos problemas não é agora, como ocorrerá mais tarde, limitada aos problemas cosmológicos e relativos à teologia racional” (Idem. pp. xlv-xlv).

⁶⁵³ Forster, M. *Kant and the Skepticism*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008, p. 4.

⁶⁵⁴ Idem. p. 5

apenas após 1770. Ademais, não é permitido afirmar que Kant tenha tido contato direto com o ceticismo pirrônico – como também veremos, a fonte mais provável para a representação kantiana do ceticismo pirrônico ou acadêmico é o Jakob Brucker, não a leitura direta dos escritos céticos, como também é o caso da recepção de Platão por Kant. Por sua vez Giorgio Tonelli⁶⁵⁵, que toma mais cuidados filológicos, despreza a influência do ceticismo como efetiva doutrina filosófica para a formulação do problema crítico em Kant. Tonelli identifica a verdadeira influência da dúvida cética nos *Träume*, onde são notados “traços da atitude zetética”, possivelmente influenciadas por Hume, sem ainda constituir-se como um efeito método cético⁶⁵⁶. Contudo, prossegue Tonelli, “Kant não deve ser visto à época como defensor de um ceticismo mitigado (menos ainda de um ceticismo radical) segundo o sentido tradicional do termo”⁶⁵⁷. O motivo de limitação do conhecimento humano, comumente atribuído ao motivo cético na filosofia kantiana, seria anterior à influência do ceticismo; ademais, ao contrário deste, Kant não teria renunciado à pretensão de atingir “algumas verdades metafísicas de validade absoluta e não meramente empírico-universal (...). Sua posição pertence ao círculo de problemas a respeito dos limites <*Grenzen*> do entendimento humano, e não ao do ceticismo (...). A orientação de Kant não pode assim ser considerada como uma orientação cética em sentido próprio”⁶⁵⁸. Como resultado Tonelli equipara a influência da filosofia empírico-cética à da escolástico-dogmática na formação da *Crítica*. Esta, como uma “síntese criadora” <*schöpferische Synthesis*> do “novo” e do “antigo”, seria tão tributária do dogmatismo quanto do ceticismo⁶⁵⁹. Apesar do rigor filológico e terminológico, acreditamos que a análise de Tonelli padece de problemas. Além de desconsiderar os elementos “cético-polêmicos” nos primeiros escritos de Kant e menosprezar a influência de Hume e seu ceticismo mitigado para o problema mesmo da determinação dos limites do conhecimento no *Werdegang* da filosofia crítica, Tonelli anula por completo o valor *crítico* tanto sistemático como genético do método cético-polêmico como modo jurídico de resolução de conflitos para o surgimento da *KrV*. Ademais, a *Crítica* é também a herdeira de uma tradição, o *ecletismo*, que se denomina

⁶⁵⁵ Tonelli, G. „Kant und die antiken Skeptiker“. Op. cit.

⁶⁵⁶ Idem. p. 110.

⁶⁵⁷ “Não é permitido considerar Kant nesse época como partidário de um ceticismo mitigado (menos ainda de um ceticismo radical) segundo o significado tradicional dessa designação, assim como tampouco ele era um empirista então”. idem.

⁶⁵⁸ Idem. Ib.

⁶⁵⁹ “A crítica era dogmática sem ter sido levada ao dogmatismo; e ela é agora também cética sem ser levada ao ceticismo. A *Crítica* é, finalmente, um *tertium* entre dogmatismo e ceticismo que acolhe o que há de bom em ambos os modos de pensar e rejeita o que há de ruim”. Idem. p. 96.

(auto)conscientemente *cética* sem pertencer ao ceticismo, um “*ecletismo cético*” <*skeptische Eklektik*>⁶⁶⁰. O que há de comum entre esse ecletismo e o criticismo é sobretudo a rejeição de todo dogmatismo, seja racionalista seja cético.

Com efeito, C. Thomasius e sua *philosophia eclecticica* como “caminho intermediário” entre cartesianismo e aristotelismo⁶⁶¹ pode ser considerado, na tradição alemã, como precursor da filosofia crítica como terceira via entre dogmatismo e ceticismo, e, nessa medida, serve-nos de auxílio para a compreensão do acolhimento explícito por Kant de um método “cético”. Assim como para Kant a dúvida de *Aufschub* tem importância capital para a formulação mesma do problema crítico, ainda que este não se encerre nela, Thomasius recusa o ceticismo acadêmico e sua *dubitatio cetica* ao mesmo tempo em que reconhece a importância central da dúvida para a filosofia enquanto uma salutar *dubitatio eclecticica* que ataca os preconceitos⁶⁶² no caminho à verdade:

Uma dúvida é ou cética ou eclética (...); aquela duvida para dar a verdade como completamente perdida e permanecer em uma certeza e dúvida que se prolonga continuamente; esta, porém, duvida para poder chegar de modo tanto melhor à verdade e à certeza e poder separar de modo tanto melhor os *Praejudicia erronea* dos verdadeiros juízos⁶⁶³

A *dubitatio sceptica* permanece na incerteza e a *dubitatio eclecticica* “analisa racionalmente e seleciona”⁶⁶⁴. A dúvida a ser acolhida pelo filósofo não deve ser aquela cartesiana, que toma “tudo por falso”, mas antes aquela dúvida que não renuncia à busca pela verdade e que permanece, pois, “a pressuposição e pedra suprema desse exame”⁶⁶⁵. A dúvida revela, decerto, uma imperfeição do homem, mas é ao mesmo tempo um mal necessário, pois sem ela não é possível obter um conhecimento seguro da verdade⁶⁶⁶. Na *Ausübung der Vernunftlehre* Thomasius modifica os termos e se aproxima daquela dicotomia que será retomada por Kant, a saber, entre *skeptischer* e *dogmatischer*

⁶⁶⁰ Cf. Brandt, R. *Universität zwischen Selbst- und Fremdbestimmung: Kants ‚Streit der Fakultäten‘*. Berlin: Akademie Verlag, 2003. p. 103: “Zetética, pensar por si mesmo <Selbstdenken>, liberdade da filosofia. Com estes lemas foi evocada uma tradição europeia (...): do *ecletismo cético*”.

⁶⁶¹ Cf. acima Cap. 2.

⁶⁶² Sobre os preconceitos, Cf. Schneiders, W. *Aufklärung und Vorurteilkritik. Studien zur Geschichte der Vorurteilstheorie*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1983.

⁶⁶³ Thomasius, C. *Einleitung zur Hof-Philosophie*. Op. cit. p. 150.

⁶⁶⁴ Idem. Ib.

⁶⁶⁵ Idem. Ib.

⁶⁶⁶ “Os que duvidam pressupõem uma imperfeição do homem em seu estado presente; contudo, eles são, por assim dizer, um mal necessário, pois sem eles não se pode chegar facilmente a um certo conhecimento da verdade”. Thomasius, C. *Einleitung zu der Vernunft-Lehre*. Halle 1691. Repr. Band 8. der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 1998. Cap. 3. § 73.

*Zweifel*⁶⁶⁷. Esta exclui a possibilidade da verdade, ao passo que aquela, pelo contrário, pressupõe a verdade enquanto um “*postulatum*”⁶⁶⁸, como Thomasius diz fazer ele mesmo:

Duvidar significa ou bem fraquejar em seu entendimento ou bem perguntar se algo no mundo é verdadeiro ou falso, ou se, antes, tudo é apenas duvidoso, ou, no máximo, apenas provável ou improvável; ou ainda [duvidar] significa: perguntar o que [é verdadeiro] ou se isto ou aquilo é verdadeiro ou falso, provável ou improvável. Para uma melhor distinção, desejamos denominar aquela uma *dubium Scepticum*, esta, porém, uma *dogmaticum*, pois o cético se serve de uma tal forma de duvidar, e todos os outros filósofos que contradisseram os céticos costumavam ser denominados com um nome geral: dogmáticos⁶⁶⁹.

Thomasius, assim, com sua oposição entre *dubitatio sceptica* e *dubitatio ecletica* ou *skeptischer* e *dogmatischer Zweifel*, pode ser tido como um dos predecessores (ao lado de outros, decerto) da distinção kantiana entre um ceticismo "mitigado" e um ceticismo "dogmático". O "ceticismo eclético" de Thomasius se assemelha ao de Kant em mais um aspecto, a saber, a serventia, para a formação filosófica e obtenção da verdade, da dúvida e do exame cético, que leva em consideração seriamente as partes em conflito. No discurso preliminar às *Institutiones*, em que redige um curto relato autobiográfico, Thomasius escreve como em sua própria formação intelectual teve de colocar em dúvida os saberes por ele admitidos e as autoridades de "filosofias sectárias" de modo a, refletindo os “argumentos de ambos os lados”, chegar àquela *libertas philosophandi* unicamente com a qual pôde formular sua filosofia madura, definida por ele em oposição à filosofia sectária como uma filosofia “eclética”⁶⁷⁰:

(...) [C]errei os olhos de meu ânimo para que o brilho da autoridade humana não os cegasse e não mais pensei em quem ou como um grande e distinto homem escreveu isto ou aquilo, mas

⁶⁶⁷ “Uma tal dúvida racional é denominada por Thomasius no *Ausübung der Vernunftlehre* como *dúvida cética*, para opôr-se de modo ainda mais clara ao ceticismo. Há uma dúvida dogmática (*dubium dogmaticum*), que duvida da verdade em geral, e uma dúvida cética (*dubium scepticum*), que pressupõe a existência da verdade”. Schneiders, W. “Vernünftiger Zweifel und wahre Eklektik. Zur Entstehung des modernen Kritikbegriffes”. *Studia Leibnitiana*, Bd. 17, H. 2, 1985. p. 147.

⁶⁶⁸ Kant menciona explicitamente que o ceticismo “absoluto” se contradiz pois “pressupõe o conhecimento da verdade” que ele nega. Cf. Log AA 09: 84.

⁶⁶⁹ Thomasius, C. *Ausübung der Vernunft-Lehre*. Op. cit. pp. 16-17.

⁶⁷⁰ Cf. Thomasius, C. *Einleitung zur Hofphilosophie*. Op. cit. § 90. “Eu chamo de filosofia eclética uma filosofia que exige que não se dependa da boca de um único filósofo ou que se deva estar obrigado às palavras de um único mestre por meio de um juramento, mas, antes, que da boca e escritos de todos os professores se tenha de recolher para a câmara de tesouro do próprio entendimento absolutamente tudo que seja verdadeiro e bom; ademais, que se pondere não a autoridade do professor, mas, antes, se investigue por conta própria se este ou aquele ponto teórico é bem fundamentado, e também acrescente algo da sua própria reflexão, e assim ver antes com seus próprios olhos do que com os de outrem”. E também Thomasius, C. *Drey Bücher der Göttlichen Rechtsgelehrtheit*. Halle, 1709. repr. Band 4 der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 2001. Vorrede. § 33: “(...) quando não se carece ver tudo com olhos estranhos, mas, antes, por meio de uma reflexão própria, descobrir aquilo que os outros desconsideraram e deixaram passar, e melhorar o que os outros estabeleceram de forma incorreta. E isso ocorre tão-somente na filosofia eclética”.

antes ponderei os argumentos de ambos os lados e considerei o que este levantava como pretexto, aquele contestava, o que esse afirmava e o outro, porém, respondia. De todas as coisas constitui-me o *Statum controversiae*⁶⁷¹.

Para compreendermos melhor a proximidade entre ceticismo e ecletismo e a relação entre dogmatismo e ceticismo cumpre voltarmos a Jacob Brucker, o grande historiador da filosofia do século 18, cuja *Historia critica philosophiae* foi consultada e utilizada por Kant nas suas exposições sobre a história da filosofia presentes nas *Vorlesungen über Logik*⁶⁷². Ele define aqui o ecletismo com auxílio de traços característicos ao ceticismo e, assim como Thomasius, como um combate contra os *preconceitos*:

Para mim é um filósofo eclético apenas aquele que, depois de ter eliminado todo preconceito de autoridade, decoro, antiguidade, seita (ou algo parecido), segue meramente o fio condutor da razão inata <*rationis connatae*> e extrai, da natureza, modo próprio e característica das coisas que ele se põs a considerar, princípios claros e evidentes a partir dos quais ele extrai conclusões relativas a problemas filosóficos, utilizando-se das leis corretas de inferência. Porém, quando essa lei é fixada e ele nada ‘recebe’ da leitura das reflexões de outros filósofos e na ponderação e exame das doutrinas, então não foram suficientes o rigor das razões e a rigidez da prova⁶⁷³.

Para Brucker, o ceticismo se aproxima do ecletismo na medida em que ambos se opõem ao dogmatismo e libertam a razão do imobilismo e paralisia sectária⁶⁷⁴. O ceticismo e o ecletismo, cada um à sua maneira, preconizam uma “liberdade espiritual” do pensador⁶⁷⁵. Contudo, em oposição ao ceticismo acadêmico, que se limitava à procura de erros nas doutrinas filosóficas e, assim, “anulava o uso da razão”⁶⁷⁶, o ecletismo se propunha, inversamente, a “buscar algo de verdadeiro em cada filosofia para realizar, com o verdadeiro de outras correntes filosóficas, uma nova composição”⁶⁷⁷. Segundo Brucker, como mostra o movimento de renascimento da filosofia no início da modernidade, encabeçado por Bacon, Bruno, Thomasius, entre outros, “seu fim [do ecletismo] era, portanto, reconstituir a unidade originária que se dispersou em correntes

⁶⁷¹ Thomasius, C. *Drey Bücher der Göttlichen Rechtsgelahrtheit*. Op. cit. Vorrede. § 11. p. 6.

⁶⁷² Longo, M. “All’origine della nozione kantiana di ‘idea’: il confronto con Johann Jakob Brucker”. In: *Philosophical Readings*, N. 3. 2011. Uma prova do conhecimento da parte de Kant da *Historia critica philosophiae* foi dada por Gerhard Mollowitz num artigo de 1935 em que mostrou que nas passagens onde discute Platão Kant se refere não aos diálogos platônicos, mas à reconstrução de seu pensamento presente no livro de Brucker. Mollowitz, G. “Kants Platoauffassung”. In: *Kant-Studien*, 30. 1935.

⁶⁷³ Brucker, J. J.; *Historia critica philosophiae*. Bd IV. Teil 2. Leipzig, 1743. p. 4. Apud Albrecht, M. *Eklektik: Eine Begriffsgeschichte mit Hinweisen auf die Philosophie- und Wissenschaftsgeschichte*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1994. pp. 546-547.

⁶⁷⁴ Cf. Brucker, J. *Historia critica philosophiae*. Bd I. Op. cit. p. 19. Apud Tomasoni, F. Christian *Thomasius. Geist und kulturelle Identität an der Schwelle zur europäischen Aufklärung*. Münster & New York & München & Berlin: Waxmann, 2009. pp. 17-19.

⁶⁷⁵ Idem. p. 17.

⁶⁷⁶ Idem. p. 18.

⁶⁷⁷ idem. Ib.

e escolas diversas”⁶⁷⁸, objetivo análogo, portanto, ao propósito kantiano de encontrar um “caminho médio” entre as doutrinas filosóficas em conflito e, desse modo, reconduzir a razão a seu posto central na história da filosofia.

Com efeito, a proximidade entre método cético e ecletismo (em oposição ao sincretismo) na filosofia de Kant é ressaltada por M. Albrecht, para quem, de resto, “o método de Kant de encontrar um erro comum a ambos os lados distingue, porém, a ‘*conciliatio*’ kantiana do sincretismo clássico do modo mais claro possível”⁶⁷⁹. O “impulso conciliatório” kantiano seria aparentado ao – quando não diretamente influenciado pelo – movimento da liberdade de pensamento e ausência de filiação a escolas e respeito desmedido à autoridade presentes no movimento eclético que marcou fortemente o século XVII e XVIII filosófico na Alemanha. A concepção kantiana de “pensar *por si mesmo*” <*Selbstdenken*> como “princípio (...) do modo de pensar livre de coerções” (Anth AA 07: 139) seria, pois, tributária direta do ecletismo⁶⁸⁰. Com efeito, na Log. Jäsche Kant exalta os ecléticos como *Selbstdenker* que buscavam a verdade em todos os lugares e a acolhiam tão-logo a encontravam e a examinavam sem preconceitos:

Esse método escolástico do *After-Philosophierens* foi sufocado à época da reforma, e havia então ecléticos na filosofia, isto é, tais *Selbstdenker* que não se reconheciam em nenhuma escolas, mas antes buscavam e assumiam a verdade onde eles a encontrassem (Log. Jäsche AA 09: 31).

Albrecht afirma equivocadamente que o termo “ecletismo” surge apenas 3 vezes no *Corpus* kantiano⁶⁸¹; na realidade, isto é verdade para o termo germanizado *Eklektik*, mas não para o latino *eclectici*. Este surge, por exemplo, na *Logik Wiener*, designando aqueles filósofos que, após a supressão dos escolásticos pelos céticos do início do período moderno (Bayle, Hume), “não se ligavam a nenhuma seita em particular” e representavam um “progresso” em relação a seus predecessores. “Não se mede esse progresso de forma mais apropriada do que pela situação do estudo da natureza, ao qual se ligava a matemática. Por meio disso a ordem no pensamento era fomentada” (V-Lo/Wiener AA 24: 804). Para Kant, dentre esses ecléticos contava-se –

⁶⁷⁸ Idem. Ib.

⁶⁷⁹ Albrecht, M. *Eklektik*. Op. cit. p. 598.

⁶⁸⁰ Albrecht, M. *Eklektik*. Op. cit. p. 599. Cf. também Brandt, R. *Universität zwischen Selbst- und Fremdbestimmung: Kants ‚Streit der Fakultäten‘*. Op. cit.

⁶⁸¹ Além da passagem da Log. Jäsche, também em WDO AA 08: 143, *Metaphysik Pölitz* AA 28: 539.

significativamente, para nossos propósitos – Bacon⁶⁸². De modo semelhante, em uma reflexão de lógica não mencionada por Albrecht Kant atribui aos filósofos que adotaram um modo eclético de pensar o feito de terem filosofado livres do “jugo” das escolas, embora tivessem recaído em uma “secura geral” após terem saído das “sociedades de eruditos e das escolas” e dado o “tom ao público”:

Apenas nas universidades dominavam os teólogos e as sutilidades. *Scholastici*. Aristoteles (g Fim de todo o gosto e da sã razão. literatura). Os filósofos que filosofavam fora do jugo das escolas trouxeram o modo eclético. Até que, quando finalmente o *publicum* deu o tom fora das escolas e das sociedades eruditas, uma secura geral tomou conta como antes (Rx 1636. AA 16: 60)⁶⁸³.

É certo que o fato de Kant não ter insistido no conceito de ecletismo em suas obras públicas, reservando-o, seguindo Brucker, para designar um grupo de filósofos em um determinado período histórico, é uma marca incontestável de que Kant via o ecletismo como uma peça do passado a ser suplantada ou complementada pela sua ideia de *Selbstdenken* como um novo *Denkungsart*⁶⁸⁴. No entanto, não é de se desprezar na discussão do início do período moderno sobre as relações entre ceticismo e ecletismo a continuidade histórica de temas que chegariam ao centro do debate filosófico na *Hoch- e Spätaufklärung* – e que, no interior da filosofia kantiana, encontram um ponto de apoio sistemático no método cético-polêmico. O lugar histórico dos ecléticos após os escolásticos e céticos lembra o do filósofo crítico após o dogmatismo e o empirismo-cético (Cf. B 884). Em ambos os casos a dúvida cética no início da investigação filosófica, como condição do progresso em direção à verdade, é pressuposição central e necessária. Para avaliar o surgimento deste novo “*kritische Denkungsart*”, aparentado ao do ecletismo, devemos centrar nossa análise no conceito conexo de “ceticismo” ou “método cético” ao longo de suas 3 primeiras formas mencionadas no início do capítulo.

6.3. Etapas do método polêmico e cético

6.3.1. Modo polêmico como *disputatio* ou *dialectica eristica*

⁶⁸² Jacon Brucker definia Bacon como um filósofo “eclético” pertencente ao movimento de “reforma” da filosofia. Cf. acima Cap. 2.

⁶⁸³ Sobre o tema da libertação do “jugo da escolástica” ou das “filosofias sectárias”, Cf., dentre outros, Thomasius, C. *Drey Bücher der Göttlichen Rechtsgelahrheit*. Op. cit. Vorrede. § 13.

⁶⁸⁴ Albrecht é certo: O ecletismo é “para Kant um tema do passado, o pensar por si mesmo um tema do presente que tem raízes mais antigas”. Albrecht, M. *Eklektik*. Op. cit. p. 599.

Na *KrV* Kant define o uso polêmico da razão pura como a “defesa de suas proposições contra as suas negações dogmáticas” (A 739/B 767). A proximidade e ao mesmo tempo distância do modo polêmico em relação ao modo cético serão o objeto de análise mais adiante. Notemos apenas, provisoriamente, o nítido parentesco de ambos e, decerto, o elemento crítico-jurídico que lhes é comum. O proceder polêmico encontra sua contraparte não-transcendental e origem numa prática acadêmica comum na idade média, mantida no início da idade moderna e utilizada na teologia polêmica: a *disputatio*⁶⁸⁵. N. Hinske, A. Winter e L. Kreimendahl já mostraram como esse procedimento polêmico dos primeiros escritos kantianos, mais precisamente ainda das *Forças Vivas*, têm origem na *teologia controversa*, provavelmente transmitida a Kant por Franz Albert Schultz, figura central do pietismo de Königsberg, através de Martin Knutzen, o “venerado professor de Kant”⁶⁸⁶ com o qual mantinha também laços pessoais⁶⁸⁷. A *Theologia thetico-antithetica* de Schultz tinha como particularidade o “modo típico de tratar os problemas em teses e antíteses <*typische Behandlungsart der Probleme in Satz und Gegensatz*>” que, segundo esses intérpretes, seria a fonte do conceito kantiano de “antitética”⁶⁸⁸. Já tratamos desse tema no capítulo 4 em relação ao conceito de antinomia na *KrV*. Agora cumpre testar essa fonte do método polêmico kantiano em relação mais particularmente aos primeiros escritos de Kant.

Como mostra A. Winter, o modo polêmico empregado na *teologia controversa* se origina numa modificação escolástica da dialética platônica e acolhe em seu exercício o “procedimento de distinções” <*Distinktionsverfahrens*> e as regras da *disputatio*, uma forma de ensino e exposição que encontrou seu apogeu na idade média⁶⁸⁹:

⁶⁸⁵ A. Winter identifica as raízes do método polêmico kantiano na teologia confessional de controvérsia “O conceito de método polêmico (lat. *methodus polemica*, do greg. *πολεμικός* = bélico) pertence ao âmbito da *literatura confessional polêmica* <*konfessionellen Kontroversliteratur*> que se conceitualizava nos séculos 17 e 18 preferencialmente como ‘Theologia polemica’ ou ‘elenc(h)tica’ (greg. *ἐλεγκτικός*, que serve para convencer, refutar ou censurar), na medida em que ela defendia o próprio conjunto de doutrinas contra as objeções do adversário e esforçava-se por enfraquecer as doutrinas contrapostas”. Winter, A. “polemische Methode”. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 5. Op. cit. p. 1365.

⁶⁸⁶ Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Op. cit. p. 170.

⁶⁸⁷ “[Knutzen era um] professor muito bem considerado por Kant, com o qual ele também tinha relações pessoais”. Winter, A. “Seele als Problem in der Transzendentalphilosophie Kants”. Op. cit. p. 101.

⁶⁸⁸ Hinske, N. “Kants Begriff der Antithetik”. Op. cit. p. 56.

⁶⁸⁹ Weijers, O. “The various kinds of disputation in the faculty of arts, theology and law (c. 1200-1400)”. In: Gindhart, M. & Kundert, U. (Hrsg.). *Disputatio 1200 - 1800 : Form, Funktion und Wirkung eines Leitmediums universitärer Wissenskultur*. Berlin. [u.a]: De Gruyter, 2010. Cf. também. Felipe, D. L. *Post Medieval Ars Disputandi*. University of Texas doctoral dissertation, 1991. Disponível em: <https://disputatioproject.files.wordpress.com/2011/01/post-medieval-ars-disputandi.pdf>.

A fundamental abertura, dada com a dialética platônica, a um conhecimento obtido por esse caminho era em princípio mantida no método escolástico que foi desenvolvido a partir dessa dialética (e da ‘disputatio in forma’ construída sobre ela) e que permanecia à disposição da teologia polêmica – havia também uma ‘escolástica protestante’ –, pois ela buscava fazer a mediação entre as oposições de, por um lado, *quaestio*, *propositio* ou *thesis*, e, por outro, *sententia contraria*, *objectio* ou (sobretudo no linguajar protestante) *antithesis*, ao encontrar uma terceira posição que bastasse às pretensões justificadas de ambas as partes – isso ocorria, por exemplo, através do procedimento de distinções⁶⁹⁰.

Kant se refere explicitamente ao *Distinktionsverfahren* das *disputatio* nas *Forças Vivas*. Kant se opõe a Bülfinger ao “precaver-se” diante de seu modo de colocar os dois lados em acordo, a saber, por “distinções” <*Distinktionen oder Unterscheidungen*>: “Nosso método se precavê diante das distinções do Sr. Bülfinger” (GSK AA 01: 100). Kant não assume as “distinções metafísicas” de Bülfinger por elas dificilmente deixarem-se harmonizar com as “provas matemáticas”, porém ao mesmo tempo admite que “as distinções metafísicas das quais esse filósofo se serviu podem, decerto, oferecer algo a partir de que, talvez, uma ponderação filosófica possa na sequência extrair algumas razões para proveito das forças vivas”. (idem). A precaução ou reservas em relação ao *Distinktionsverfahren* se encontram também no período crítico, mais especificamente na *KrV*, onde Kant denuncia as “sutis, porém impotentes distinções” do “dogmático inflexível” (B xxxii; Cf. V-Lo/Philippi AA 24: 335). Como mostrou L. Weber, a despeito dos seguidos reproches que lança ao método de distinções, Kant não deixa de utilizá-lo nas *Forças Vivas* e mesmo em outros momentos⁶⁹¹. Por exemplo, no objetivo dos *Distinktionsverfahren*, a saber, “conceder, do modo o mais abrangente possível, às diferentes posições a sua participação na verdade, para assim obter um juízo conclusivo”⁶⁹², o método cético-polêmico kantiano se aproximaria do de distinções; ademais, ambos compartilhariam uma estrutura tricotômica de fundo: nas distinções, além dos argumentos pró e contra, havia a resolução por um “*Magister*, portanto por uma terceira pessoa diante de oponente <*Opponens*> e defensor <*Defendens*>”⁶⁹³, assim

⁶⁹⁰ Winter, A. „polemische Methode“. Op. cit. S. 1366.

⁶⁹¹ Weber, L. *Das Distinktionsverfahren*. Op. cit. pp. 95ss. Cf. também Hinske, N. “Kants Auflösung der Freiheitsantinomie oder Der unantastbare Kern des Gewissens”. In: Yousefi, H. R (Hrsg.). *Interkulturelle Orientierung: Grundlegung des Toleranz-Diologs. 1. Methoden und Konzeptionen*. Nordhausen: Bautz, 2004. p. 617. Weber argumenta que a antitética kantiana é mais devedora do *Distinktionsverfahren* do que do próprio ceticismo: “No caráter definitivo de cada uma de suas formações de juízo, a antitética na *KrV* é menos influenciada pelo método dos céticos, que se aferram sempre à suspensão do juízo, do que do procedimento medieval de distinções. O criticismo vai além deste na medida em que a contraposição de posições é aqui identificada como surgindo da lei do conhecer humano”. Weber, L. *Das Distinktionsverfahren*. Op. cit. p. 4. Weber argumenta ainda que o peculiar da filosofia crítica de Kant é a introjeção do conflito no sujeito - a *disputatio* se dá no sujeito, no interior de sua razão. A “terceira parte”, o *Magister* da *disputatio*, é a própria razão.

⁶⁹² Idem. p. 3

⁶⁹³ Idem. p. 4.

como na *Crítica* com os argumentos em conflito mediados por uma “terceira” instância que ainda iremos discutir.

O método propriamente polêmico empregado nas *disputatio* ao lado do recurso às *Distinktionen* é discutido por Meier e comentado por Kant em algumas *Vorlesungen*. Ele consistia basicamente na defesa de uma proposição afirmativa contra uma negativa por meio de uma *refutação*⁶⁹⁴. Todo o processo era mediado, como dito, por um “terceiro”, o *Magister*, ao lado do respondente <*respondens*> e do oponente <*opponens*>. Meier definia a *disputatio* como uma das classes de *controvérsia erudita* <*gelehrte Streitigkeit* ou *controversia*>, ou seja, um conflito que “consiste na refutação e defesa de uma opinião”⁶⁹⁵. A especificidade da *disputatio* em relação às demais controvérsias consistia em ela ocorrer oralmente e na presença de ambos os partidos⁶⁹⁶. O *Opponente* iniciava expondo a *Streitfrage* e apresentava então um *Gegensatz*, cabendo ao *Respondente* avaliar os argumentos ou provas avançados e defender-se, mostrando “onde o *Opponente* cometera um erro, [se] na matéria ou na forma de sua demonstração”⁶⁹⁷. De modo a compreender o sentido genético e sistemático do modo polêmico posto em prática na *disputatio* cabe traçar algumas diferenças e semelhanças que ele guarda em relação ao método polêmico-cético em Kant

Uma passagem da Log. Philippi mostra como o método polêmico, sob a forma de uma *disputatio*, serve à descoberta do erro e obtenção da verdade “por meio de um acordo” <*durch Einigung*>⁶⁹⁸. Aqui Kant expõe também a ideia que será retomada na Disciplina: o conflito precisa ser resolvido não com a supressão do adversário, mas por meio de defesas e refutações que conduzem a uma *amicabilis compositio*, sempre com vistas à obtenção da verdade:

Aqui se pergunta qual método tem de ser utilizado para refutar alguém. São coisas diferentes apresentar uma opinião e refutar a opinião de alguém. No primeiro caso o sujeito é vazio, no segundo, contudo, ele tem de ser esvaziado. Antes de toda instrução tenho, primeiramente, de ter os dados nos quais o outro erra <*die Data haben worinn der andre irrt*>. É preciso considerar cada erro como um fenômeno que merece uma explicação. Eu tenho de primeiramente investigar como ele pôde ter chegado ao erro (...). Em todo conflito erudito o fim deve ser o *desvelamento da verdade* <*die Wahrheit herauszubringen*>. É absurdo que ela seja desvelada por meio de um conflito; apenas por meio do acordo que é mediado pelo conflito é que ela é desvelada. O modo de terminar um conflito é o arranjo ou conciliação amigável <*Modus litem finiendi est amicabilis compositio*> (V-Lo/Philippi AA 24: 489).

⁶⁹⁴ Felipe, D. L. *Post Medieval Ars Disputandi*. Op. cit. pp. 41-45. Zedler, J. H. “Polemische Demonstration”. *Großen vollständigen Universal-Lexicon*. Bd 28. Op. cit. S. 1079.

⁶⁹⁵ Meier, G. F. *Auszug aus der Vernunftlehre*. Op. cit. § 499.

⁶⁹⁶ Idem. § 514.

⁶⁹⁷ Idem. § 516.

⁶⁹⁸ Cf. também V-Lo/Blomberg AA 24: 296.

A *refutatio* pode ganhar a forma de uma defesa no interior de uma *disputatio* que, neste contexto preciso, também é denominada por Kant *dialectica eristica*. Nesta a parte “atacada” deve defender-se e revidar com “*retorsão, argumentação, questionamento*” <*retorsion, argumentation, questionieren*>. Kant acrescenta ainda que a *disputatio* teria uma grande utilidade se não fosse utilizada num “conflito entre pessoas” e se a verdade fosse buscada não “pelo conflito”, mas “pela conciliação”.

Uma disputação formal é um procedimento no qual pessoas eruditas, uma na presença da outra, dedicam-se a defender algumas proposições contra todas as objeções. O disputar pode ensejar uma grande utilidade, caso não seja um combate de pessoas <*certamen personarum*> e caso se pretenda *buscar a verdade não pelo conflito, mas antes pelo acordo*. É preciso fazer com que no disputar o oponente não se descole do *statu controversiae*. Pois do contrário cai-se em coisas secundárias. É possível, por meio de retorsão e argumentação, questionar ao oponente que ele deve explica-se [melhor], logo fazendo-o equivocar-se por meio de distinções. O oponente pode estar preparado para possíveis perguntas e respostas (...). Os antigos chamavam a arte de disputar de *Dialecticam eristicam*, die dialética erística <*kämpfende Dialectik*> (V-Lo/Philippi AA 24: 490).

Como as *Forças Vivas* e os escritos da década de 1750 comprovam, esse método polêmico típico às *disputatio* e a uma “dialética erística” é uma inspiração para Kant antes mesmo de travar contato direto com o “ceticismo” e, decerto, bem antes de que algo como um conflito antinômico da razão estivesse formulado – antes, pois, que uma dialética *transcendental*, não apenas *eristicam*, já estivesse constituída enquanto tal. Quando não é um “combate de pessoas” e por meio dela se busca “*a verdade não pelo conflito, mas antes pelo acordo*”, como será o caso na reformulação da *disputatio* em um modo polêmico ou método cético, a *disputatio* ou *dialectica eristica* traz, pois, grande serventia, inclusive na filosofia transcendental. Com efeito, como veremos por ocasião da discussão da Disciplina da razão pura e das antinomias, Kant retém a ideia de um confronto polêmico por meio de retorsões que serve não para fundar ostensivamente a verdade de alguma proposição, mas “fazer o oponente equivocar-se”, mantendo, assim, a ideia de uma refutação enquanto procedimento crítico de prova que, decerto, não pode ser confundido com uma verdadeira demonstração em sentido matemático.

A *disputatio*, embora utilizada na teologia polêmica, estava longe de ser exclusividade desta doutrina. Ela tinha originariamente lugar naquelas disciplinas que não eram capazes de uma evidência através de procedimentos dedutivos diretos. Dessa maneira, a estrutura básica da *disputatio* dos séculos 16 a 18 constituía a ossatura metodológica daquelas disciplinas tidas, numa tradição aristotélica, como “práticas”, a saber, aquelas disciplinas nas quais não é possível atingir um grau de certeza apodítico e

que portanto compunham um campo de saber, mas não uma ciência ou teoria em sentido estrito – em outras palavras, disciplinas como a política e o *direito*⁶⁹⁹. Neste contexto, C. Thomasius é novamente relevante. Hanspeter Marti mostrou como Thomasius deu a roupagem moderna à *disputatio* medieval tradicional, sobretudo através da introdução do “método socrático” e seu “proceder elêntico”⁷⁰⁰. Segundo Thomasius, a maiêutica socrática seria o meio mais apropriado “contra a supremacia dos *praeiudicia auctoritatis*”⁷⁰¹ e sob a forma de uma *ars disputatio* pode ser denominada “arte da refutação” <*Widerlegungskunst*>⁷⁰². Como consequência da pregnância socrática da nova “arte de disputação” thomasiana a demonstração lógico-matemática perde sua antiga precedência. Na apresentação das bases teóricas da *disputatio* na *Introductio in philosophiam aulicam (Einleitung zur Hof-Philosophie)* “a argumentação lógico-formal, sobretudo o silogismo, provindo do tradicional *processus disputandi*, encontra-se, pois, sem relação com o diálogo socrático como instrumento

⁶⁹⁹ Por um lado, nas universidades protestantes dos territórios germânicos a literatura legal e política do final do século 16 abandonou a forma estrita da *quaestio* medieval, mas manteve o padrão geral da *summa*. Nos trabalhos escritos neste contexto podemos encontrar uma sequência típica de tópicos e problemas que reflete a antiga divisão em quaestiones e articula, mesmo se a discussão de pontos específicos não seguisse os três passos canônicos (*pro et contra, arguitur, responditur*). As disciplinas práticas permaneceram assim uma arquitetura de questões e argumentos organizada em padrões topológicos, que eram por vezes chamados de *status*” (Scattola, M. “Dialectics, topology and practical philosophy in early modern times”. Op. cit. pp. 186-187). Scattola explica o funcionamento prático da *disputatio* no início da idade moderna: “Sem dúvida alguma, a prática da *disputatio* em muitas universidades, especialmente no Sacro Império Romano-Germânico, contribuiu para a persistência de esquemas antigos na literatura acadêmica do início da modernidade. Nos territórios alemães muitos gêneros de literatura acadêmica eram contruídos por sobre a disputação. O costume era que o professor então recentemente empossado em um campo filosófico qualquer (lógica, física, metafísica, política ou ética) dividisse suas aulas em uma série de tópicos, que eram como que capítulos de um livro ideal. Ele então dava cada um desses tópicos a um estudante, que tinha de defender as posições do professor em um exercício acadêmico ou em uma discussão pública para a obter um título acadêmico. Depois da discussão, o jogo dialético real, o texto da disputação, que era em grande parte escrito pelo próprio professor, era publicada em vários formatos. Algumas vezes cada dissertação era editada separadamente, mas os capítulos particulares eram quase todos editados conjuntamente, como um livro coletivo, que tinha um único título e saía sob o nome do professor”. Idem. p. 187. Cf também de Scattola: “As disputações e os manuais são os dois gêneros mais importantes da disciplina política universitária e eles correspondem alguns costumes particulares de produção literário e determinadas obrigações, também de natureza jurídica, nos confrontos de instrução acadêmica. Os professores trabalhavam frequentemente em série: dividiam a exposição de sua matéria em argumentos bem delimitados e atribuíam aos estudantes a discussão em seus *collegia*”. Scattola, M. *Dalla virtù alla scienza. La fondazione e la trasformazione della disciplina politica nell'età moderna*. Milano: Franco Angeli, 2003. p. 22..

⁷⁰⁰ Marti, H. “Kommunikationsnormen der Disputation. Die Universität Halle und Christian Thomasius als Paradigmen des Wandels”. In: Schneider, U. J. (Hrsg). *Kultur der Kommunikation*. Wiesbaden: Harrassowitz [u.a.], 2005.

⁷⁰¹ Idem. S. 325.

⁷⁰² “Quando, portanto, temos de avaliar se um escritor faltou com a verdade, ocorre também que nós o contradizemos e o refutamos ao colocarmos diante de seus olhos a falsidade da doutrina que foi por ele exposta. Isso ocorre seja mediante um discurso oral seja por escrito. No que diz respeito ao primeiro, uma tal refutação costuma-se ser denominada uma disputação”. Thomasius, C. *Einleitung zur Hof-Philosophie*. Op. cit. p. 282.

heurístico para a produção inovativa da verdade <innovativer Wahrheitsfindung>⁷⁰³. A *disputatio* em Thomasius serve nem tanto como prova ostensiva e direta da verdade de uma proposição como, na verdade, para o conhecimento, ou ainda, descoberta da “fonte do erro [de um doutrinário]” <Brunnquelles seines [eines Lehres] Irrthums>⁷⁰⁴

Não por acaso, pois, a *disputatio* é uma das bases da primeira fase da problemática do tribunal e da legislação da razão. No entanto, assim como Kant relata na *Log. Philippi*, a *disputatio*, pela ameaça de dogmatismo e ele ligado, deve ser suplantada pelo “ceticismo”, o qual, por sua vez, também corre o risco de cair no dogmatismo na ausência da contenção crítica⁷⁰⁵.

6.3.2 Hume e o ceticismo mitigado

No caminho até a transformação da técnica da *disputatio* em um modo polêmico ou cético empregado no conflito antinômico arbitrado por um juiz e, assim, a manifestação inequívoca da origem jurídica desse mecanismo kantiano de prova, há ainda muitas etapas decisivas, dentre elas a sua consolidação e modificação conceitual através da recepção kantiana de Hume e do ceticismo de forma geral. Ainda em meados da década de 1750 Kant parece ligar um sentido ainda vago de ceticismo ao modo polêmico de argumentação herdado da *disputatio* e presente no conjunto de escritos do período. Algumas *Reflexionen* datadas da década de 1750 por Adickes mostram que Kant via na dúvida cética (ainda não diferenciada entre dúvida dogmática e dúvida mitigada ou de suspensão) uma utilidade *indireta* na busca pela certeza ao exigir que se abstraísse da verdade do “oposto” e o “refutasse”; dessa forma se “descobria a falsa ilusão”⁷⁰⁶; ao mesmo tempo, contudo, o “pirronismo racional” <vernünftigen

⁷⁰³ Marti, H. “Kommunikationsnormen der Disputation“. Op. cit. p. 326.

⁷⁰⁴ Thomasius, C. *Einleitung zur Hof-Philosophie*. Op. cit. p. 253. Marti mostra ademais como Thomasius colocou em prática esta nova compreensão da *ars disputatio* através de reformas na universidade de Halle e por meio de inúmeras dissertações. A *Vernunftlehre* de Meier, redigida e publicada em Halle, traz marcas desse conceito thomasiano de *ars disputatio*.

⁷⁰⁵ Na “História da Lógica” da *Log. Philippi* Kant identifica os céticos como aqueles que retomaram o espírito inquiridor de Sócrates, aprofundaram a dialética platônica ao se voltarem contra o dogmatismo de Aristóteles e dos Acadêmicos recheado de “sutilezas” e “distinções”. Contudo, ao invés de seguirem no intuito de procurarem a verdade, os céticos antigos se aferraram à “dúvida dogmática”. Cf. V-Lo/Philippi AA 24: 337.

⁷⁰⁶ “Para responder [à dúvida] deve-se apresentar a dúvida em toda sua força, abstrair da verdade do contrário e então refutá-la. Anula-se a dúvida em seu fundamento ao descobrir-se a falsa ilusão <falschen Schein>. A dúvida contribui indiretamente para a certeza do conhecimento. Em uma coisa quanto à qual se pode ter dúvida, aquele que desde o início nunca duvidou dela não refletiu o suficiente sobre ela. Em uma coisa que exige regras de prudência para se agir segundo a probabilidade, é preciso deter-se na dúvida o menor tempo possível” (Rx 2656 AA 16: 453 (1752-1756)).

Pyrrhonismus> que surge da “discórdia de opiniões” <*Zwiespalt der Meinungen*> incorria num “vício por duvidar” <*Zweifelsucht*> que é prejudicial para a moral⁷⁰⁷.

O fato é que a referência explícita de Kant à necessidade de adoção uma dúvida como a cartesiana somente ocorre no final da década de 1750. Um escrito publicado em 1758, no final do período coberto pelo último capítulo, apresenta uma interessante transição para o “novo” método cético, a saber, o *Neuer Lehrbegriff der Bewegung und Ruhe* ao lado *Kolleganzeige* reproduzido ao final da obra. No prefácio à obra Kant expressa ideias semelhantes às que enunciara nos escritos da década e sobretudo nas *Forças Vivas*: a posição decidida contra as opiniões cristalizadas das escolas e apelo à “sadia razão” como pedra de toque para a legitimidade do tom polêmico empregado no escrito e para o trabalho de convencimento de um leitor imparcial – em outras palavras, repete-se aqui o mesmo motivo do *Selbstdenken* presente explicitamente no prefácio às *Forças Vivas*: liberdade de divergir de grandes filósofos, aqui mais especificamente do “juízo unânime dos filósofos” <*einstimmiges Urteil der Weltweisen*>. Numa clara linguagem jurídica, Kant escreve que a pretensa lei que afirma um “direito” sobre uma “posse indisputável” deve ser contestada pelo filósofo livre. Vale a pena reproduzir toda a passagem, pouco notada na *Kant-Forschung*.

Se em uma pergunta filosófica o juízo unânime dos filósofos <*Weltweisen*> fosse como uma fortificação e aquele que a ultrapassa precisasse ser acusado de um crime semelhante ao cometido por Remo, impingir-me-ia então de bom grado a audácia de, contra o decidido parecer técnico <*Gutachten*> de grandes e honráveis cabeças, conceder às minhas ideias uma liberdade que não é justificada senão através da *sadia razão* <*gesunde Vernunft*>. Se assim me calhasse, combateria uma lei que, segundo os direitos de estirpe, afirmou ter uma posse indisputável nos manuais dos filósofos desde séculos, ao invés de satisfazer-me com a ideia seja de que eu deveria ter vindo antes, seja de que devo permanecer como estou. Agora, contudo, vejo em torno de mim uma grande quantidade de tais cabeças empreendedoras que não quiseram ter com as leis da autoridade em relação às quais há muita leniência em colocar à prova suas opiniões e refletir sobre as mesmas; eu ousou então, em tal auspicioso destino, juntar-me àquelas cabeças, investigando e refutando os conceitos de movimento e repouso, bem como o de inércia, ligado ao último; é bem verdade que sei que aqueles senhores acostumados a jogar fora, quais farelos imprestáveis, todos os pensamentos que não passam pelo moedor do edifício wolffiano ou de algum outro de similar renome, tomarão, à primeira vista, por inúteis os esforços de prova e por incorreto todo o exame (NLBR AA 02: 15)

O embate contra opiniões cristalizadas de pretensas autoridades inquestionáveis e, em oposição a isso, o apelo à liberdade de pensamento são motivos críticos já presentes nas obras anteriores. A continuidade temática do escrito ganha, no entanto, um elemento

⁷⁰⁷ “Do vício de duvidar <*Zweifelsucht*> (...). Dogmáticos, céticos, Pirro. *Non liquet*. Negava a certeza dos dogmas, não da experiência (...). Nocividade do ceticismo na moral. Teologia (...). Razões que deram o ensejo para o ceticismo. Discórdia de opiniões. Do pirronismo racional. Regra fundamental segundo ele: onde as regras de prudência não exigem agir segundo certas regras, é preciso abortar do juízo decisivo enquanto houver razões contrárias evidentes”. Rx 2660 AA 16: 456-457. (1752-1756).

que aqui nos interessa em particular: a relação entre essa postura de imparcialidade e um sentido ainda vago de *ceticismo* como *modo polêmico*. Logo na sequência da passagem citada Kant pede ao leitor do escrito a mesma “constituição do ânimo” <*Verfassung des Gemüths*> que Descartes dizia ser incontornável para atingir um “discernimento correto” <*richtige Einsichten*>⁷⁰⁸ e na qual Kant diz então estar, a saber, “por quanto tempo que se prolonge essa investigação, *esquecer os conceitos que foram aprendidos* e adentrar no *caminho da verdade* sem nenhum outro condutor que não a mera *sã razão*” (NBLR AA 02: 06):

Eu desejo que meu leitor possa por um momento colocar-se naquela constituição de ânimo <*Verfassung des Gemüths*> que Descartes tomava por tão incontornavelmente necessária para a obtenção de discernimentos corretos <*richtiger Einsichten*> e na qual agora me encontro, a saber, enquanto durar esse modo de considerar as coisas <*Betrachtung*> tomar por esquecidos todos os conceitos aprendidos e por si mesmo, sem um outro condutor que não a mera *razão sã* <*gesunde Vernunft*>, adentrar o caminho para a verdade (NLBR AA 02: 06).

A referência a Descartes e explicitamente à “dúvida metódica” que Kant diz adotar e recomenda ao leitor como forma obedecer apenas à *sã razão*, é um indício inquestionável da influência incipiente da tradição cética em Kant. Não apenas Brucker, mas também, como veremos abaixo, Hume liga a Descartes uma posição cética *extremada* cuja oposição com a mitigada, como será o caso em Hume, Kant parece ainda não levar em conta. É curioso notar, ademais, que ao cabo desse escrito Kant expõe seu plano de aulas para o próximo semestre e ressalta que o método *polêmico* típico da *disputatio* é o melhor para obter o “discernimento” mais rigoroso, o mesmo que afirmara ser obtida através da “dúvida cartesiana”:

Nestas, considerarei de modo polêmico as proposições abordadas nos dias anteriores; esse modo polêmico, segundo minha opinião, é um dos meios mais excelentes para obter uma compreensão rigorosa <*gründlichen Einsichten*> (NLBR AA 02: 25).

A semelhança de objetivos do método cético e método polêmico é patente: tanto a “dúvida metódica” de Descartes como o modo polêmico da *disputatio* pressupõem uma mesma constituição de ânimo em que as certezas são colocadas temporariamente entre parênteses como forma de “obter um discernimento rigoroso” e adentrar no “caminho

⁷⁰⁸ Ver, pex., o primeiro dos “quatro précepts” de Descartes no *Discurso do Método*. “O primeiro era de nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal; ou seja, evitr cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse a meu espírito tão clara e tão distintamente que eu não tivesse ocasião para colocá-lo em dúvida”. Descartes, R. *Discours de la méthode: françaisch-deutsch* Übers. und hrsg. von Christian Wohlers. Hamburg: Meiner, 2011. p. 33. Mais adiante, na quarta parte, Descartes escreve: “[C]omo então desejava ocupar-me somente com a busca pela verdade, pensei que era necessário (...) rejeitar como absolutamente falso tudo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, depois disso não restava algo em minha crença que fosse inteiramente indubitável” (Idem. S. 57).

para a verdade”. As *Forças Vivas* e os escritos da década de 1750 adotam, como vimos, esse preceito metodológico. Presume-se, no entanto, que a referência explícita à dúvida cartesiana e à forma polêmica de considerar proposições dadas sinalizam, subrepticamente, uma aproximação ou transição entre a ideia de uma contraposição polêmica de teses e antítese que preside o ímpeto metodológico de fundo dos escritos juvenis de Kant e o futuro método cético. Trata-se, pois, de um momento de transição.

A alteração que o *Neuer Lehnbegriff* apresenta em relação aos escritos anteriores e a aproximação explícita de Kant com o ceticismo em sentido amplo (da dúvida metódica) aponta para a já aludida influência de Hume em um momento pouco considerado pela *Kant-Forschung*: entre 1755 e 1758⁷⁰⁹. No *Enquiry concerning human understanding* de Hume, publicado em alemão com o título *Philosophische Versuche* em 1755 como 2ª parte de uma coletânea de escritos detida por Kant, *Vermischte Schriften*⁷¹⁰, encontramos uma discussão sobre o ceticismo que sem dúvida repercutiu na adoção kantiana do “método cético” nesse momento inicial de seu desenvolvimento. É de se supor que Kant tenha tido contato com esse escrito já na década de 1750, logo após sua publicação⁷¹¹. Hamann menciona o “filósofo ático, Hume” numa carta

⁷⁰⁹ Apenas L. Robinson considera que a influência de Hume sobre Kant tenha se iniciado ainda na década de 1750 com a publicação das *Philosophische Versuche* em 1755. Cf. Robinson, L. “Contributions a l’histoire de l’évolution philosophique de Kant”. In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, T. 31, No. 2, 1924, pp. 269-353. Trata-se, contudo, de uma exceção na *Kant-Forschung*. Kreimendahl identifica na literatura secundária 4 grandes períodos da influência de Hume sobre Kant: a) entre 1762 e 1763; b) por volta de 1769, c) entre 1771 und 1772 e d) depois de fevereiro de 1772. Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Op. cit. pp. 28-50; Cf. Rivero, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant*. Op. cit. pp. 97-100. A possível influência de Hume “por volta do ano 1757” Kreimendahl rejeita devido à “grande distância temporal” em relação à *KrV* (Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Op. cit. p. 26). A recusa de Kreimendahl se explica pela sua insistência em identificar “o” momento “do” “despertar por Hume” – Kreimendahl defende explicitamente um “acontecimento momentâneo e afasta a possibilidade de um “processo de despertar” (Idem. p. 27), como é a tese de E. Cassirer (*Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit. Bd II*. Reprint der 3. Aufl. New Haven/Conn., 1922. Darmstadt: Wiss. Buchges., 1974. p. 609), M. Campo (*La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. pp. 374-375) e R. Brandt (“Einführung” In: Brandt, R. & Klemme, H. (Hrsg.). *David Hume in Deutschland*. Marburg, 1989. pp. 9 und 14) com a qual, de resto, concordamos. Não nos parece plausível identificar um momento preciso de reviravolta ou “despertar” influenciado por algum autor ou leitura precisa, mas, antes, as mudanças no pensamento de Kant nos parecem menos o resultado de “viradas bruscas” do que “uma ação lenta e contínua, talvez com manifestações variadas e sucessivas” (Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Op. cit. p. 274), como procuramos mostrar na introdução a esta parte do presente trabalho.

⁷¹⁰ Klemme, H. “Introduction” to *Philosophische Versuche*. In: Klemme, H (Hrsg.). *Reception of the Scottish enlightenment in Germany: six significant translations, 1755 – 1782*. Vol. 1. Bristol: Thoemmes Press, 2000. Klemme nota que Kant tinha os 4 volumes dos *Vermischte Schriften* de Hume. Cf. Warda, A. *Immanuel Kants Bucher*. Op. cit. p. 50. Para conservarmos as proximidades terminológicas, utilizaremos o texto da edição alemã da época e não o original em inglês.

⁷¹¹ “[Isso] permite a natural suposição (...) de que Kant tenha lido os *Essays* logo depois da publicação daquela tradução”. Erdmann, B. “Kant und Hume um 1762. Teile I-II”. In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 1, 1888. pp. 62-77; 216-230. p. 68.

endereçada a Kant em 1759⁷¹² e Borowski, que foi aluno de Kant desde a sua primeira Vorlesung em 1755 e durante toda a segunda metade da década⁷¹³, escreve que, “nos anos em que eu era seu aluno, Hutcheson e Hume, aquele na moral e este em suas investigações filosóficas profundas, eram-lhe [scil. para Kant] particularmente de valor. Por meio de Hume especificamente sua força de pensamento ganhou um impulso completamente novo”⁷¹⁴. Desse contato inicial de Kant com o pensamento de Hume, com o qual, de resto, Kant se ocupou durante as décadas seguintes, surge a ideia de um ceticismo anterior à investigação filosófica cujas características veremos agora.

Na última investigação do escrito, “Da filosofia acadêmica e cética, ou das seitas que de tudo duvidam”, Hume opõe duas formas gerais de ceticismo: um que *antecede* e outro que *sucede* toda “investigação e filosofia”. O ceticismo como aquele *Anliegen* que *precede* toda “investigação e filosofia” <*Untersuchung und Weltweisheit*> havia sido a forma adotada – justamente – por Descartes e outros como o “meio mais apropriado contra erros e juízos apressados <*bewährteste Mittel wider Irrthümer und übereile Urtheile*>:

Há uma forma de dúvida universal que *precede* toda investigação e filosofia que é fortemente inculcada por Descartes e outros como o meio mais eficaz contra erros e juízos apressados. Esse *ceticismo* nos recomenda uma *dúvida universal*, não apenas em relação a todas as nossas opiniões anteriores, mas até mesmo em relação às nossas forças e faculdades, de cuja veracidade, como dizemos, temos de nos certificar através de uma cadeia de inferências que são derivadas de um *único princípio originário* que não pode ser falso ou enganador ⁷¹⁵.

Contudo, como não existe um tal “princípio originário” absolutamente verdadeiro e único, a dúvida cartesiana seria, se alguém for capaz de atingi-la, incurável. Hume propõe então um *ceticismo mitigado* em oposição ao ceticismo radical ou “dogmático” de Descartes, um ceticismo que possuiria um “sentido racional” <*vernünftigen Sinn*> e que poderia ser tido como a “*preparação necessária* para o aprendizado da filosofia <*nothwendige Vorbereitung zu der Erlernung der Weltweisheit*>. Esse ceticismo mitigado seria marcado pelo cultivo da *imparcialidade* e ataque a todos os *preconceitos* advindos da educação e de opiniões adotadas apressadamente:

⁷¹² Hamann, J. G. *Hamann's Schriften*: Herausgegeben von Friedrich Roth. 9 Bde. Berlin; Leipzig bey G. Reimer, 1821-1843. Bd. 1. 1821. p. 442. Apud. Erdmann, B. “Kant und Hume um 1762. Teil I.”. Op. cit. p. 67.

⁷¹³ Kuhn, M. *Kant: Eine Biographie*. Op. cit. p. 131. Robinson, L. “Contributions a l'histoire de l'evolution philosophique de Kant”. Op. cit. p. 280. Erdmann, B. „Kant und Hume um 1762“. I. Op. cit. pp. 67-68.

⁷¹⁴ Hoffmann, A (Org). *Immanuel Kant. Ein Lebensbild nach Darstellungen seiner Zeitgenossen*. Jachmann, Borowski. Wasianski. Op. cit. p. 252.

⁷¹⁵ Hume, D. *Philosophische Versuche*. In: Klemme, H (Hrsg.). *Reception of the Scottish enlightenment in Germany: six significant translations, 1755 – 1782*. Op. cit. pp. 342-343.

É preciso no entanto admitir que *essa forma de ceticismo*, quando ele é *modesto* ou *mitigado*, pode ser entendido num sentido de fato racional e é uma *preparação necessária para o aprendizado da filosofia*, ao manter em nossos juízos uma correta *imparcialidade* e desacostumar nosso ânimo de todos aqueles *preconceitos* que nos são impingidos pela educação ou por uma opinião apressada. Começar com *princípios claros e em si distintos*; prosseguir com passos precavidos, mas seguros; rever nossas conclusões repetidas vezes e *investigar* de forma exata todas as consequências delas – é este o único modo pelo qual podemos esperar chegar à verdade e obter uma certeza durável em nossas decisões⁷¹⁶.

Já quanto ao ceticismo que *sucede* a investigação e a ciência Hume opõe também duas formas possíveis. Haveria um ceticismo “exagerado” que pressupõe que os homens “descobriram ou todo o caráter enganoso de suas faculdades de ânimo <Betrieglichkeit ihrer Gemütsfähigkeiten> ou sua inaptidão para certas e estabelecidas disposições ou determinações <Bestimmungen>”, colocando em dúvida, assim, não apenas as “conclusões da metafísica e da teologia”, mas até mesmo “nossos sentidos mesmos” e “as regras fundamentais da vida comum”⁷¹⁷. Hume nega a radicalidade desse ceticismo “exagerado”⁷¹⁸ na medida em que ele é contradito pelo próprio senso comum e pela necessidade de assumir certos princípios na conduta de vida. Já o outro ceticismo posterior à filosofia e à ciência seria aquele ceticismo não-dogmático no qual nossas crenças e dúvidas são cuidadosamente avaliadas e medidas pelas “reflexões e considerações da vida comum”⁷¹⁹. O ceticismo mitigado preconizado por Hume (tanto o que sucede como o que precede a investigação) pressupõe que os homens abandonem posições cristalizadas e sectárias e, inversamente, examinem seus juízos e opiniões não de “um só lado”, mas antes a partir de “razões contrapostas entre si” e, assim, evitem “princípios apressados” aos quais são “inclinados”⁷²⁰. Se a esses homens que se aferram a suas opiniões fossem mostradas de modo claro as “fraquezas do entendimento humano”, mesmo em seu estado mais perfeito, “então essa reflexão lhes inspiraria mais modéstia e contenção e diminuiria sua tola opinião alta sobre si mesmo e seus

⁷¹⁶ Idem. pp. 343-344.

⁷¹⁷ Idem. p. 344.

⁷¹⁸ Idem. p. 364.

⁷¹⁹ idem. p. 367

⁷²⁰ “Porém, há de fato também uma forma mitigada e atenuada da filosofia cética ou acadêmica, a qual pode ser tanto durável como útil e também em parte o fruto do pirronismo ou do ceticismo exagerado, quando a dúvida por ele trazida sem qualquer distinção é, em certa medida, melhorada pelo entendimento comum e pela reflexão. A maioria dos homens são inclinados por natureza a afirmar suas opiniões com obstinação, já que eles consideram os objetos de um lado e não fazem nenhum conceito dos argumentos <Gründe> contrapostos; dessa forma eles tomam posição de forma precipitada por aqueles princípios aos quais são inclinados, e eles não têm nenhuma indulgência para com aqueles que nutrem outras intenções <Gesinnungen> e opiniões que são contrapostas às deles”. Idem. p. 364.

preconceitos contra os adversários”⁷²¹. O ceticismo mitigado “racional” que sucede a investigação filosófica seria aquele que propõe, pois, uma “limitação <*Einschränkung*> de nossas investigações e considerações àquelas objeções que são as mais apropriadas para as limitadas capacidades do entendimento humano”⁷²², e que “impede toda investigação longínqua e grandiosa, limitando-se à vida comum e às objeções que as atividades e a experiência diária nos coloca diante dos olhos”⁷²³.

Hume, assim, une dois conceitos de ceticismo mitigado na última seção dos *Philosophische Versuche*: um que *antecede* e outro que *sucede* a investigação filosófica. O escrito de Hume parece ter conduzido Kant a uma orientação mais conscientemente “cética”, não apenas “polêmica”. Com efeito, com sua distinção entre ceticismo que *sucede* e ceticismo que *antecede* a filosofia e, em cada um deles, entre um ceticismo dogmático ou extremado e um ceticismo mitigado ou modesto, Hume replica a oposição entre, por um lado, um ceticismo dogmático e “exagerado” e, por um outro, um ceticismo mitigado e moderado, também encontrada em Brucker, Thomasius e, depois, em Kant. Nas passagens por nós citadas de Hume encontram-se quase todos os motivos críticos que discutimos anteriormente: imparcialidade, oposição de argumentos, combate contra preconceitos e limitação do conhecimento humano. Com efeito, Kant parece ter tomado elementos dos dois conceitos de ceticismo mitigado: tanto o que precede quanto o que sucede a investigação filosófica – por exemplo, a ideia de combate aos preconceitos e imparcialidade (ceticismo que antecede) e a ideia da limitação do conhecimento humano (ceticismo que sucede a investigação). Neste momento preciso de seu desenvolvimento filosófico, porém, Kant parece reter sobretudo os motivos ligados ao *ceticismo mitigado que deve preceder toda filosofia*. Esta ideia humiana pode ser até aproximada à ideia de *Crítica* como a ciência propedêutica que *precede toda metafísica*, como veremos na sequência.

6.3.3. Ceticismo mitigado de Kant em relação à metafísica

Nos escritos da década de 1760 surgem traços concretos dessa nova etapa do método conciliatório como “método cético” inspirado em Hume. Dada a menção a Descartes (ainda positiva, é verdade, ao contrário do que ocorre em Hume) no *Neuer*

⁷²¹ “Essa reflexão lhes incutiria mais modéstia e moderação e atenuaria suas grandiosas e tolas opiniões sobre si mesmo, além de seus preconceitos contra os adversários” Idem. p. 365.

⁷²² Idem. p. 366.

⁷²³ Idem. Ib.

Lehrbegriff, é de se supor que Kant tenha tido contato com os *Philosophische Versuche* ainda na segunda metade da década de 1750, mas que sua influência, inicialmente não muito significativa, tenha se intensificando ao longo da década de 1760, sobretudo no que diz respeito ao ceticismo humiano mitigado que sucede a investigação filosófica e sua exigência de contenção e limitação do conhecimento humano. Dito ainda de outra forma, inicialmente influi sobre Kant a ideia humiana de um ceticismo *anterior* à investigação filosófica que pressupõe imparcialidade, exame rigoroso e combate aos preconceitos, cujo *resultado* (sistemático e “*werkgenetisch*” pra Kant) é a consciência da limitação das capacidades humanas de conhecimento; apenas posteriormente, e aqui os juízos dos comentadores se opõem radicalmente entre si⁷²⁴, é que a “dúvida cética em relação às ações do entendimento”, entendida como “dúvida humiana”⁷²⁵ e como um “ceticismo” que é *consequência* da investigação filosófica e da consciência da *limitação* do entendimento humano, é que traz consequências significativas para o restante da filosofia kantiana, sobretudo quanto à possibilidade da relação causal e de modo geral da objetividade dos conceitos a priori. Neste momento a limitação do entendimento traz consigo uma reflexão metodológica ligada ora mais ora menos à desconfiança ou ceticismo quanto à *possibilidade da metafísica* como ciência.

Com efeito, nos escritos da década de 1760 reaparecem os mesmos motivos críticos presentes anteriormente. No prefácio ao *Beweisgrund*, de 1762, Kant escreve:

Se os juízos da razão imparcial <*unverstellten Vernunft*> de diferentes cabeças pensantes fossem levados ao exame sincero de um advogado idôneo, que ponderasse as razões <*Gründe*> das duas partes litigantes de modo a colocar-se em pensamento no lugar de ambas para, assim, fortalecê-las o máximo possível e apenas dessa maneira decidir-se a respeito de qual parte ele deseja tomar posição – se assim ocorresse, dizia eu, haveria então muito menos discórdia <*Uneinigkeit*> nas opiniões dos filósofos, e a equidade não dissimulada <*ungeheuchelte Billigkeit*> ao assumir, na medida do possível, a causa oposta, unificaria de pronto o caminho das cabeças investigativas (BDG AA 02: 67-68).

⁷²⁴ Kreimendahl identifica basicamente quatro interpretações sobre o “problema humiano” na literatura secundária: a) “o tratamento humiano do problema da causalidade” e, de modo geral, a “crítica humiana da metafísica” (...) [e também] da alma como substância” (Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Op. cit. pp. 21-23); b) um “problema de teoria do conhecimento”, mais especificamente o problema da pretensão de objetividade das representações que levou à dedução (Idem. pp. 23-24); c) um “problema metodológico”, mais especificamente o “método cético que fascinava Kant em Hume”; d) e, finalmente, a interpretação do próprio Kreimendahl, o “problema antinômico” tratado na conclusão do livro I do *Treatise* a que Kant teria tido acesso ainda em 1769 na tradução de Hamann. Cf. Rivero, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant*. Op. cit. p. 97ss. Entendemos, contudo, que todos esses “Humesche Problemen” não levam em conta a aqui discutida distinção entre ceticismo anterior e posterior à investigação filosófica.

⁷²⁵ Cf. Klemme, H. “Die Aufhebung von ‘Humes Zweifel’”. In: Holger Lyre und Oliver Schliemann (Hrsg.): *Kants Prolegomena. Ein kooperativer Kommentar*. Frankfurt a.M. 2012. p. 178.

Os termos de origem jurídica utilizados nos mostram o traço comum do método cético-polêmico que o liga à problemática jurídica da *KrV*. Contudo, à época a preocupação principal de Kant ainda era a questão metodológica como um problema da possibilidade da metafísica. Nos *Untersuchung*, redigidos em 1762 e publicados em 1764, reaparece esse motivo de união dos esforços filosóficos a partir de uma mudança no método em filosofia. Segundo Kant, a pergunta posta pela Academia⁷²⁶ é de caráter tal que, se respondida adequadamente, confere à “filosofia primeira” <höhere Philosophie> uma “forma determina” que daria termo à “eterna inconstância das opiniões e seitas escolásticas”: “Se for estabelecido o método pelo qual se pode alcançar a máxima certeza possível nessa espécie de conhecimento e a natureza dessa convicção for bem discernida, então em vez da eterna inconstância das opiniões e de seitas escolásticas, uma prescrição imutável do modo de proceder deve unir as cabeças pensantes em esforços idênticos” (UD AA 02: 275). O método da filosofia seria o método analítico, de decomposição de conceitos dados (UD AA 02: 276ss). Que esse novo método da filosofia não pode ser uma cópia do método matemático, que parte da síntese de conceitos, é um motivo crítico que Kant já havia insinuado nos escritos da década de 1750 e que prossegue, com alterações, decerto, até a *KrV*.

O fato é que ao longo da década de 1760 cresce a desconfiança de Kant em relação à possibilidade de uma metafísica de caráter científico. Nos escritos da primeira metade da década, o *Beweisgrund*, passando pela *Untersuchung* e chegando ao escrito sobre as *Negative Größe*, essa desconfiança ou ceticismo em relação à possibilidade da metafísica convive com um certo otimismo quanto à formulação de um método para obtenção de evidência da metafísica. Esses escritos tematizam, todos, problemas da metafísica tradicional que reaparecem na *KrV*: a impossibilidade das provas ontológica, cosmológica e físico-teológica da existência de Deus no *Beweisgrund* (BDG AA 02: 116ff), o da relação entre fundamento lógico e fundamento real como problema da causalidade nas *Negative Größe* (NG AA 02: 203-204); etc. Ao lado desses problemas há, porém, esboços de um possível método certo e seguro na metafísica. Na *Untersuchung* Kant é claro a respeito: o “verdadeiro método da metafísica” seria a “busca (...) por uma experiência interna certa” (UD AA 02: 286), ou seja, alguns

⁷²⁶ A saber, “deseja-se saber se as verdades metafísicas em geral e os primeiros princípios da teologia natural e da moral em particular são capazes das mesmas provas evidentes [de] que [são capazes] as verdades geométricas, e, caso não sejam capazes destas provas, qual é a natureza particular de sua certeza, a qual grau da dita certeza é possível chegar e se tal grau é suficiente para a convicção completa”. In: AA 02: 493.

“princípios materiais da razão humana” (UD AA 02: 295) que, enquanto “primeiros dados” <erste Data> (UD AA 02: 296; 281), servem como o “material <Stoff> para definições e como os dados a partir dos quais se pode concluir com certeza, mesmo se não houver definição alguma” (UD AA 02: 295. Cf. BDG AA 02: 77-78). Bem entendido, tais primeiros princípios materiais da razão humana não devem ser entendidos no sentido de axiomas autoevidentes de uma teoria “sintética”, ou seja, lógico-matemática para aumento do conhecimento, mas sim “no sentido de uma garantia da base de um saber apenas analítico”⁷²⁷. Ao lado, pois, das precauções “céticas” determinantes desde as *Forças Vivas* sobre a necessidade de um exame rigoroso e imparcial dos argumentos contrapostos, há a esperança de que um método que infere a partir de certos “primeiros princípios claros” (materiais, não formais) possa trazer “evidência” à metafísica. Ou seja, algo bem próximo àquele ceticismo mitigado *prévio* de que Hume falava nas *Philosophische Versuche*, a saber, ao mesmo tempo “manter em nossos juízos uma correta imparcialidade” e “começar com princípios claros e em si distintos; prosseguir com passos precavidos, mas seguros; rever nossas conclusões repetidas vezes e investigar de forma exata todas as consequências delas”⁷²⁸.

Na metade da década de 1760, porém, um ceticismo mais radical, ainda que não absoluto, dogmático ou “exagerado” contra a possibilidade de um saber metafísico começa a ganhar corpo. Os *Träume* são a marca principal desse movimento. Novamente aqui Kant enuncia aqueles motivos críticos que remontam até as *Forças Vivas*: a imparcialidade e necessidade de um exame rigoroso, o que, por sua vez, revela as *limitações das capacidades humanas de conhecimento*. Kant afirma ter chegado a esses preceitos a partir da “limpeza ou remoção dos preconceitos” <Reinigung der Vorurteilen>, o que o levou ao “caminho da sinceridade”. Essa ideia, prenúncio do que Kant escreve na *KrV* sobre a exigência de sinceridade para o progresso da metafísica, como veremos mais à frente (A 748/B 775), implica ouvir as “razões opostas”, mesmo se estas sejam contrárias às próprias convicções, e colocar-se no lugar “de uma razão externa e estranha” que coincide, de resto, com o do “entendimento humano universal” (TG AA 02: 348-349)⁷²⁹. A grande novidade do escrito é a redesignação porque passa a

⁷²⁷ Henrich, D. “Kants Denken 1762/3. Über den Ursprung der Unterscheidung analytischer und syntetischer Urteile”. In: Gueroult, M. et alli (Hrsg.). *Studien zu Kants philosophischer Entwicklung*. Hildesheim: Olms, 1967. p. 16.

⁷²⁸ Hume, D. *Philosophische Versuche*. Op. cit. p. 344.

⁷²⁹ Descobre-se o caráter enganoso <Trüglichkeit> de uma balança que, de acordo com leis civis, deve ser uma medida da ação, quando se mudam de prato as mercadorias e os pesos, e a parcialidade da balança do entendimento se releva pelo mesmo procedimento, sem o qual não se pode também em juízos filosóficos

metafísica como ciência *negativa* que prepara para a *positiva*. Na última seção do escrito, intitulada “Conclusão prática de todo o tratado”, Kant apresenta aquele que espera ser a utilidade de uma investigação meramente negativa sobre a metafísica: determinar seu papel como “*ciência dos limites da razão humana*” (TG AA 02: 368; Cf. também 369), torná-la uma disciplina “útil”, como “acompanhante da [verdadeira] sabedoria” que dirige os esforços filosóficos aos verdadeiros fins da reflexão - ou seja, a metafísica se apresenta aqui como precursora da ciência da “Crítica”, no sentido de uma *disciplina* que limita o campo de validade e aplicação. Numa intenção semelhante à de Hume com seu ceticismo mitigado posterior à ciência que limita a investigação filosófica às “estreitas capacidades do entendimento humano”, Kant escreve que não se deve lamentar a ignorância, mas, antes, alegrar-se com a delimitação dos limites do conhecimento, desocupando-se de questões inúteis porque indecidíveis. Nesse momento de “modesta desconfiança” a metafísica se religa a Sócrates: “Mas a razão, amadurecida pela experiência e que se torna sabedoria, fala serenamente pela boca de Sócrates em meio às mercadorias de uma feira: Quantas coisas há, pois, de que não preciso!” (TG AA 02: 369)⁷³⁰. O saber deve limitar-se ao “solo da experiência”; toda investigação que toca objetos (no jargão crítico) “suprassensíveis” tem, no entanto, a utilidade de “colocar as forças do entendimento em movimento” e conduzir a uma investigação que traça os limites do entendimento humano (TG AA 02: 369-370). Com efeito, a solução de Kant ao impasse a respeito do pensamento sobre objetos suprassensíveis se assemelha àquela do período crítico: *crença moral* ao invés de *vãs especulações*. A

obter jamais um resultado unânime a partir das pesagens comparadas. Limpei minha alma de preconceitos, eliminei toda e qualquer dedicação cega que porventura tenha se insinuado para deixar entrar em mim tanto de saber imaginário. Nada me interessa agora, nada me é venerável, a não ser aquilo que ocupa seu lugar pelo caminho da sinceridade em um ânimo tranquilo e aberto a todas as razões <Gründe>, quer confirmem, quer anulem, quer me deixem determinado, quer indeciso. Aproprio-me daquele que me instrui, onde quer que o encontre. O juízo daquele que refuta minhas razões é meu juízo, depois de tê-lo pesado contra o prato do amor-próprio e em seguida contra minhas supostas razões e encontrado nele uma maior consistência. Antes eu considerava o entendimento humano universal apenas do ponto de vista do meu entendimento; agora ponho-me no lugar de uma razão alheia e externa e observo meus juízos, junto com seus mais secretos motivos, do ponto de vista de outros. Por certo a comparação de ambas as observações resulta em fortes paralaxes, mas ela é também o único meio de evitar a lusão ótica <optischen Betrug> e de pôr os conceitos em seu devido lugar, nos quais se encontram em vista das capacidades cognitivas da natureza humana”. TG AA 02: 348-349.

⁷³⁰ Cf. Rx 4457. AA 17: 558 (1772). “Na metafísica aplicada muitas coisas são dogmáticas (g na transcendental tudo é crítico; será que algo pode ser encontrado através da metafísica? Sim, em relação ao sujeito, mas não em relação ao objeto.). Como crítica, ela tem uma utilidade. Ainda que religião e virtude não se fundam nela, tendo, antes, outras fontes, ela serve para remover impedimentos. Crítica da ciência e órgão da sabedoria (g que depende mais do que é prescindível do que do que pode ser adquirido. Sócrates). Ela é necessária; as questões são dadas como tarefas <aufgeben> a ela pela razão sábia e pelos assuntos morais <sittliche Angelegenheiten>. Ela é imprescindível (g uma propedêutica a ela; a moral é um órgão.).”

dúvida em relação ao saber metafísico leva à suspensão “cética” do juízo *especulativo* a respeito dos objetos suprassensíveis e à abertura de um uso moral dos mesmos que conduza o homem a seus “verdadeiros fins”⁷³¹.

Como mostra a passagem dos *Bemerkungen* aludidas no início do capítulo, escritos à época dos *Träume*, a “dúvida” que Kant dizia assumir com relação à possibilidade da metafísica é a dúvida de suspensão, como a de um *Sucher* ou *zetético*.

A dúvida que eu assumo não é dogmática mas sim um dúvida de retardamento <*Zweifel des Aufschubs*>. Zetéticos, investigadores <*Sucher*>. Eu irei alçar os fundamentos dos dois lados. É curioso que se tenha medo de fazê-lo. A especulação não é uma coisa de necessidade premente <*Sache der Nothdurft*>. Os conhecimentos com vistas a este último são certos. O método da dúvida é útil por preservar o ânimo a não agir por especulação, mas sim pelo entendimento sadio e pelo sentimento (*Bemerkungen* AA 20: 175).

A ideia da utilidade dupla: negativa e positiva, de limitação do conhecimento humano e abertura a um outro uso do “entendimento”, própria ao ceticismo mitigado entendido nesse sentido de um “método zetético” implícito nos *Träume* é evocada nas cartas a Lambert e Mendelssohn dessa mesma época, nas quais Kant centra sua atenção no problema mesmo de um método para a filosofia. A Lambert, em 31.12.1765, Kant escreve que buscara nos escritos anteriores o “o método peculiar da metafísica”, para o qual “voltaram-se minhas ponderações filosóficas os todos os lados concebíveis”, um método, enfim, que tivesse em vista as “fontes do erro ou do discernimento na espécie de procedimento”; o objetivo desse método, fruto de “variadas reviravoltas”, era propôr uma *Richtmaß* que acabasse com “corrosiva desunião dos supostos filósofos” (AA 10: 55-56)⁷³². Cerca de 4 meses mais tarde Kant escreve a Mendelssohn e repete a ideia de um “verdadeiro padrão de medido” para a metafísica que somente pode ser obtido depois de “despir-se” da roupagem dogmática e tratar “*ceticamente*” os discernimentos, um procedimento “apenas negativo”, mas que “prepara para o positivo”, “pois a

⁷³¹ “Assim também é constituída a *crença moral*, cuja simplicidade <*Einfalt*> pode dispensar muitas sutilezas da argúcia, sendo somente ela convincente ao homem em qualquer estado, na medida em que o conduz sem rodeios a seus verdadeiros fins” (TG AA 02: 373).

⁷³² “Ao longo de diversos anos voltei minhas ponderações filosóficas para todos os lados concebíveis, e finalmente, após várias reviravoltas, nas quais sempre buscava as fontes do erro ou do discernimento na espécie de procedimento, consegui me certificar de um método que tem de ser observado quando se pretende escapar àqueles embustes <*Blendwerke*> do saber que fazem com que em todos os momentos se acredite ter chegado à decisão, mas sempre é preciso retomar seu caminho, e dos quais surge a corrosiva desunião dos pretensos filósofos, pois não há nenhum padrão de medida comum para tornar unânimes seus esforços. Desde este tempo vejo sempre a partir da natureza de cada investigação que me aparece o que tenho de saber para obter a solução de uma pergunta específica, e qual grau de conhecimento é determinado a partir daquilo que foi dado, e, decerto, de maneira que o juízo frequentemente é mais limitativo, mas também mais determinado e certo, do que comumente acontece. Todos esses esforços redundam predominantemente no método peculiar da metafísica e por seu intermédio também de toda a filosofia”. (Brief an Lambert 31.12.1765 AA 10: 55-56)

simplicidade de um entendimento sadio e não instruído <*gesunden aber ununterwiesenen Verstandes*> carece apenas de um órganon para obter discernimento <*Einsicht*>; os discernimentos ilusórios de uma cabeça corrompida, contudo, [carecem] primeiro de um catártico” (AA 10: 70-71)⁷³³.

Ainda que apenas nessa carta Kant explicitamente liga uma intenção cética a sua orientação metodológica, ela já estava lá “*der Sache nach*”, como procuramos mostrar. Na sequência de seu desenvolvimento filosófico essa intenção cética fundamental irá sofrer novas modificações, agora já diretamente ligadas ao problema do método em filosofia. O que até aparecia de forma ainda pouco explícita com insinuações aos “advogados”, “juízes”, etc., ganhará corpo daqui para diante.

⁷³³ “No que diz respeito, porém, à provisão de saberes, que estão dessa forma publicamente à venda, não é resultado de algum capricho sem justificativa, mas sim o efeito de uma longa investigação, o fato de eu acreditar que nada é mais conveniente do que tirar as vestes dogmáticas e tratar os discernimentos dados de forma cética; a utilidade disso é certamente apenas negativa (*stultitia caruisse*), mas prepara para a positiva; pois a simplicidade de um entendimento sadio e não instruído carece apenas de um órganon para obter discernimento <*Einsicht*>; os discernimentos ilusórios de uma cabeça corrompida, contudo, [carecem] primeiro de um catártico. Se me é permitido mencionar algo de meus próprios esforços nesse âmbito, creio, desde o momento após o qual não apresentei nenhum escrito dessa natureza, ter obtido importantes discernimentos nessa disciplina, os quais estabelecem seu procedimento e não consistem apenas em visões gerais, sendo antes uteis na aplicação como o verdadeiro padrão de medida”. Brief an Mendelssohn 08.04.1766 AA 10: 70-71.

7. A NOMOTÉTICA DA RAZÃO

Neste capítulo temos como tema a *terceira etapa* da problemática do tribunal e da legislação da razão. Trata-se do momento de “juridificação” do método cético-polêmico sob a estrutura de um tribunal arbitrado pela razão e sua legislação no interior do próprio sujeito. Nesta etapa da problemática do tribunal e da legislação surge entre 1773-1775 os *termini technici* “antinomia” como o conflito entre leis da própria razão e “dedução” como procedimento de justificação das pretensões à objetividade das representações. Em relação ao momento anterior da problemática do tribunal, ocorre o movimento decisivo de “interiorização” da investigação zetética ou cética, acompanhada pela nova concepção da *Crítica* como uma “investigação do sujeito” ou “crítica do sujeito” enquanto etapa propedêutica à possibilitação da metafísica como ciência (7.1). Não por acaso o aprofundamento da subjetivação ou interiorização da investigação cético-crítica ocorre em simultâneo à juridificação das imagens que Kant utiliza para ilustrar traços fundamentais de sua filosofia, mais precisamente surge de forma explícita a ideia de um juiz na busca do erro em que incorre a metafísica (7.2) e uma legislação e nomotética da razão (7.4). Para tanto são fundamentais a “juridificação” da noção de *Gewissen* e a ideia correspondente de um juiz ideal no tribunal interno, o que sugere a recepção de Kant da doutrina da *Gewissen* da Aufklärung alemã, como por exemplo Baumgarten, mas sobretudo pela sua leitura de A. Smith no início da década de 1770 (7.3). Com os principais elementos de sua metáfora jurídica estabelecidos já na metade da década de 1770, dentre eles, decerto, os conceitos de dedução, antinomia, legislação e tribunal, Kant pôde então acomodar neste quadro jurídico os motivos críticos presentes desde o início de sua produção filosófica e conceber mais concretamente sua *KrV* como o tribunal da razão.

7.1. *Dissertatio* e a subjetivação do conflito

7.1.1. *Dissertatio*

Analisemos a *Dissertatio* numa linha de continuidade com as obras, cartas e Reflexões da segunda metade da década de 1760 em que Kant coloca como ponto central da reflexão o problema do *método*. Apesar de a leitura da *Dissertatio* permitir juízos completamente opostos entre si a respeito do caráter preciso da obra, se uma

recaída dogmática, a pedra fundamental do criticismo ou mesmo uma fase independente do desenvolvimento filosófico de Kant⁷³⁴, o problema do método apresenta-se como uma ponte segura entre os dois momentos, pré-crítico e crítico, do desenvolvimento do recorte conceitual por nós selecionado: a problemática do tribunal e da legislação da razão, colocada na *Dissertatio* nos termos de um “dissenso entre a faculdade sensitiva e a intelectual” (MSI AA 02: 389) ou entre as leis do intelecto e as leis da sensibilidade (MSI AA 02: 413ss), além da “exposição das leis da razão pura” <*expositio legum rationis purae*> (MSI AA 02: 411) como utilidade elêntica, ou ainda, *negativa* do conhecimento intelectual <*intellectualium*>“ (MSI AA 02: 395), enquanto uma questão *metodológica*. Na obra Kant admite que o método na metafísica deve preceder a investigação mesma, a parte “negativa” deve preceder a “positiva”, assim como, lembremos, era a postura de fundo da visada cética ou “proto-cética” que resultou da recepção de Hume por Kant. Antes de entrar na metafísica “propriamente dita” como ciência dos “primeiros princípios do uso do intelecto puro” (MSI AA 02: 395), cumpre empreender uma investigação metodológica propedêutica ou, segundo Hume, uma *preparação necessária* à filosofia⁷³⁵, que trace os “limites” e estipule um possível *Richtmaß* de toda ciência metafísica – qualquer paralelo com a ideia da *Crítica* como “*prolegomena* a toda metafísica futura possível como ciência” não é fortuita.

Na Seção V da *Dissertatio*, que junto com as seções 2 e 3 Kant posteriormente escreveu não ter renegado⁷³⁶, o problema do método na metafísica é posto de maneira explícita. Lembrando a ideia de um ceticismo mitigado que precede a investigação, Kant afirma que, contrariamente à matemática e à física, na metafísica o *método deve*

⁷³⁴ “A *Crítica da Razão Pura* é muito próxima e ao mesmo tempo muito distante da *Dissertação Inaugural*”. Lehmann, G. “Kritizismus und kritisches Motiv“. Op. cit. p. 40. A dificuldade central na análise da *Dissertatio* à luz do desenvolvimento da filosofia crítica é “mostrar como Kant chega aos questionamentos de uma crítica da razão a partir daqueles da *Dissertatio*” (Idem. S. 41). Evitamos aqui uma interpretação detalhada sobre o teor mesmo da *Dissertatio*, a saber, se se trataria do “escrito mais dogmático de Kant” (Vleeschauwer, H.J. *La Dédution Transcendentale dans l’Oeuvre de Kant. Bd 1*. Op. cit. p. 154), em que é afirmada “a possibilidade de da metafísica transcendente” (Idem. p. 163), ou se, muito pelo contrário, a *Dissertatio*, sobretudo com a distinção entre conhecimento sensível e intelectual e o esboço do problema antinômico da totalidade cosmológica, já sinaliza a rejeição crítica da metafísica dogmática através da concessão ao entendimento de um uso meramente empírico de seus conceitos (Cf. Licht dos Santos, P.R. “O conceito de mundo e conceito na Dissertação de 1770” Primeira e segunda partes. In: *Analytica*, vols 11 e 12. 2007 e 2008. Sala, G. “Der ‘reale Verstandesgebrauch’ in der Inauguraldissertation Kants von 1770“. In: *Kant-Studien* 69, 1978. Kreimendahl, L. *Kant – der Durchbruch von 1769*. Op. cit. pp. 213-46. Para uma discussão com a bibliografia secundária, Cf. Rivero, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant*. Op. cit. pp. 139-148 e Kreimendahl, L. *Kant – der Durchbruch von 1769*. Op. cit. pp. 213-218.

⁷³⁵ Hume, D. *Philosophische Versuche*. Op. cit. pp. 343-4.

⁷³⁶ Cf. Carta a Lambert de 02/09/1770 AA 10: 98. Kant confessa a Lambert que as seções I e IV deveriam ser “desconsideradas”, provavelmente porque nelas se encontram os traços mais claramente “dogmáticos” do escrito.

preceder o uso respectivo do intelecto. Já na seção II, onde opõe sensibilidade e intelecto e um uso real e outro lógico deste último, Kant afirma que à metafísica deve preceder uma ciência que ensine a “distinção entre conhecimento sensível e intelectual” <*Scientia vero illi propaedeutica est, quae discrimen docet sensitivae cognitionis ab intellectuali*> (MSI AA 02: 395). Em ligação a isso, Kant opõe 2 “fins” dos *intellectualium*: um *dogmático*, que diz respeito aos princípios gerais do entendimento puro, ou seja, a ontologia, psicologia racional e demais disciplinas da metafísica, além da moral; e um *elêntico*, de utilidade estritamente *negativa*, na medida em que mantém aquilo apreendido sensivelmente afastado do númeno, do objeto do uso real do intelecto, e assim mantém a ciência metafísica livre da influência dos erros advindos da mistura entre princípios sensíveis e intelectuais (MSI AA 02: 395-6). Nesse mesmo contexto de um fim “elêntico” do intelecto Kant introduz, na seção V, o problema do método em metafísica. Em todas as ciências em que os princípios são dados intuitivamente, isto é, na ciência da natureza e na matemática, o uso fornece o método, pois o uso do intelecto nessas ciências é apenas lógico, ou seja, ele se limita a subordinar os conhecimentos entre si em conformidade com o princípio de não-contradição e em relação à sua universalidade; por sua vez, na filosofia pura, como a metafísica, o uso do intelecto em relação aos princípios é *real*, isto é, os conceitos primitivos das coisas e das relações e os axiomas são dados pelo intelecto puro segundo sua *origem* mesma⁷³⁷. Aqui, por não haver intuição e, pois, o objeto não poder ser dado *in concreto*, não se está isento do erro; por esse motivo, o *método precede o uso*. “A *exposição das leis da razão pura é a gênese mesma da ciência* <*expositio legum rationis purae est ipsa scientiae genesis*>” e sua distinção em relação às supostas leis da razão é a marca distintiva da verdade (MSI AA 02: 410-11). Em outras palavras, na metafísica a parte “negativa” precede a “positiva”.

Kant se propõe a expor uma parte “não desprezível desse método” da metafísica, a saber, o contágio do conhecimento sensível no do entendimento <*sensitivae cognitionis cum intellectuali contagium*>, “não enquanto apenas engana os incautos na aplicação de princípios, mas enquanto excogita os próprios princípios espúrios sob a ilusão [*specie*] de axiomas” (MSI AA 02: 411). Com efeito, Kant reduz todo método da

⁷³⁷ Cf. MSI AA 02: 394-395 sobre a rejeição por Kant da propagada tese racionalista sobre distinção ou indistinção da representação como índice da diferença entre conceito, ou representação intelectual, e intuição, ou representação sensível. A sensibilidade se diferencia do intelecto não pela “indistinção” ou “confusão” da sua representação relativamente à “clareza” ou “distinção” da representação intelectual, mas antes pela radical separação que existe na fonte ou origem de ambas as representações.

metafísica a esse preceito: “*que os princípios próprios ao conhecimento sensível não ultrapassem seus limites e afetem o intelectual*”, caso contrário surge – justamente – um *dissensus inter facultatem sensitivam et intellectualem* (MSI AA 02: 389). Na utilização de conceitos sensíveis e intelectuais na filosofia não se deve atribuir predicados inteligíveis a conceitos sensíveis e vice-versa, caso se pretenda conhecer algo objetivamente (e não apenas subjetivamente) dos objetos expressos por meio desses conceitos; não se observando essa restrição surgem *vícios de subrepção* dos quais, por sua vez, resultam os “vícios” a que está sujeita a filosofia pura ou metafísica, como aqueles que respondem a “perguntas vazias” tais como o do lugar de substâncias imateriais no mundo corporal e sobre o lugar (físico) da alma (MSI AA 02: 414-5):

Ora, já que o vício de ilusão do entendimento, por contrabandear um conceito sensitivo como nota característica intelectual, pode ser chamado (por analogia com o significado aceito do termo) *vício de sub-repção*, permutar o que é intelectual e o que é sensível será *vício de sub-repção metafísico* (um *fenômeno intelectualizado*, caso se permita essa expressão bárbara), e, por isso, tal axioma *híbrido*, que procura oferecer o que é sensitivo como algo necessariamente aderente ao conceito intelectual, é por mim chamado *axioma sub-reptício* (MSI AA 02: 412).

*Axioma de subrepção*⁷³⁸ é, pois, aquele que procura atribuir ao objeto de um conceito intelectual uma nota característica que apenas cabe a um objeto sensível – por exemplo, ainda nos termos da *Dissertatio*, atribuir uma determinação espacial à substância pensante como objeto puramente intelectual, não sensível. Destes axiomas decorrem os princípios que colocam toda metafísica sob suspeita. Todas as ilusões ou embustes <*Blendwerke, praestigiae*> do conhecimento sensível sob a ilusão <*sub specie*> de conhecimentos intelectuais das quais surgem os axiomas de subrepção podem ser remetidas um único “princípio de redução”, a saber, “se se predica em geral algo que seja pertinente às relações de espaço e de tempo de qualquer conceito do entendimento, então não se deve enunciá-lo objetivamente, e ele não denota senão a condição sem a qual o conceito dado não é cognoscível sensitivamente” (MSI AA 02: 412-413). O erro ou ilusão de fundo consiste em menosprezar essa condição estritamente *negativa*, concebendo o sujeito do juízo *intelectualmente*, pertinente ao objeto, e o predicado *sensivelmente*, na medida em que se predicam determinações possíveis apenas no espaço e no tempo – um *fenômeno intelectualizado*, portanto. Como veremos, trata-se

⁷³⁸ Sobre o conceito de *vitium subreptionis*, Cf. Birken-Bertsch, H. *Subreption und Dialektik bei Kant Der Begriff des Fehlers der Erschleichung in der Philosophie des 18. Jahrhunderts*. Stuttgart- Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 2006 .A autora traça a história de surgimento do conceito na tradição e analisa suas várias ocorrências em Kant. É digno de nota que o conceito tenha também uma origem jurídica (Idem. pp. 27-34) que, no entanto, à época de Kant, já havia sido esquecida, ao contrário de antinomia e dedução. Voltaremos ao tema do *vitium subreptionis* no capítulo 10 sobre a antinomia da *KrV*.

aqui já da *Vorform* daquela ilusão transcendental que deve ser investigada e detectada pelo “juiz” do tribunal da *Crítica* como condição da objetividade do conhecimento e conciliação da razão consigo mesma.

Segundo Kant, haveria três “espécies” de ilusões nas quais radicam os axiomas subreptícios: “a) A mesma condição sensitiva unicamente sob a qual a *intuição* de um objeto é possível é a condição da própria *possibilidade do objeto*; b) A mesma condição sensitiva unicamente sob a qual *os dados podem ser relacionados entre si para formar um conceito intelectual do objeto* é também a condição de possibilidade do objeto; c) A mesma condição sensitiva unicamente sob a qual algum objeto apresentado pode ser *subsumido sob um conceito intelectual dado* é também condição da possibilidade do próprio objeto” (MSI AA 02: 413). Trata-se de equívocos a serem suprimidos pelos preceitos metodológicos necessários para evitar o “contágio” entre conhecimento intelectual e sensível de onde surge o erro e a ilusão. Para ilustrar esse “contágio enganador” tomemos um exemplo pertencente à segunda classe de axiomas de subreptição, a qual, segundo Kant, é aquela onde os “preconceitos mais se escondem” (MSI AA 02: 415). Kant discute algo muito próximo ao que será tematizado como o erro fundamental da razão na antinomia da *KrV*: “segundo os limites de nosso intelecto” *<secundum intellectus nostri limites>* uma série infinita de representações coordenadas (como marcas características de um conceito ou representações no espaço e no tempo) é dificilmente concebível, pois se confunde o que é exigido pelas “leis do intelecto puro” *<leges intellectus puri>* (finitude da série das causas numa *causa sui* como lei de dependência da série) e pelas “leis da sensibilidade” (finitude da série coordenada num começo espaço-temporal como mensurabilidade da série):

[U]ma série infinita de coordenados não pode, segundo os limites de nosso intelecto, ser compreendida distintamente e, por isso, por um vício de subreptição pareça impossível. A saber, segundo as leis do intelecto puro qualquer série de causados tem um princípio de si mesma, isto é, não há regressão sem limites na série dos causados, mas segundo as leis sensíveis qualquer série de coordenados tem um início de si mesma assinalável; essas proposições, das quais a segunda envolve a mensurabilidade da série, e a primeira, a dependência do todo, são incorretamente tidas por idênticas (MSI AA 02: 415).

Não vale a pena aqui prosseguir na análise. Da *Dissertatio* devemos reter o seguinte para a continuação de nossa investigação: o método “negativo” que deve *preceder* a metafísica “positiva” diz respeito ao desvelamento da ilusão e do erro por meio de uma cuidadosa distinção das leis da sensibilidade e do entendimento e através da designação do âmbito de validade a cada uma delas. Apesar das inúmeras alterações por que esse projeto passou na década silenciosa até atingir a forma crítica da *KrV*, sobre o que

falaremos na sequência e no cap. 8 sobre a Disciplina, a ideia de fundo manteve-se a mesma: uma “ciência” metodológica prévia é necessária para atacar a fonte do erro e do engano, origem do desacordo entre os filósofos e da suspeita que recobre a ciência racional *par excellence*, a metafísica. Como já notou N. Hinske e outros, na *Dissertatio* o conflito a ser arbitrado para prol de unificação dos esforços filosóficos reside nas “conciliação do conflito entre as leis da sensibilidade e do intelecto”, o qual, no entanto, não é ainda localizado no interior da própria legislação da razão, como será o caso do conflito antinômico. A continuação da reflexão de Kant sobre o tema irá conduzi-lo à nova etapa da problemática da constituição jurídica da Crítica.

7.1.2. Subjetivação do conflito e da Crítica como metafísica negativa – de 1769 a 1772

Para que ocorresse a “interiorização” do conflito na razão e, assim, ele fosse concebido como um conflito antinômico de leis no interior da legislação da razão e arbitrado por um juiz diante de um tribunal, foi necessário, no entanto, que ocorresse uma “virada subjetiva da metafísica”⁷³⁹, o que, por sua vez, levou não a uma “reapreciação fundamentalmente nova sobre o método”⁷⁴⁰, mas apenas ao aprofundamento do mesmo “método”, tomado no sentido amplo, observado já na década de 1760 ou mesmo antes e exposto de forma clara na *Dissertatio*. O que ocorreu de novo foi a identificação da *Crítica* a uma “crítica do sujeito” ou “metafísica negativa” cujo método é predominantemente um embate “cético” de proposições e contraposições. Com efeito, na passagem da década de 1760 para 1770 percebe-se um movimento de identificação entre a futura *KrV* ou filosofia transcendental com uma “filosofia do sujeito” de valor propedêutico e a “metafísica como ciência negativa”, numa intensificação da ideia expressa na *Dissertatio* sobre o fim “elêntico” ou negativo do “intelecto” como preparação para o positivo e, nesse mesmo contexto, da precedência do método em relação ao uso “real” ou “dogmático” deste mesmo intelecto. Em outros termos, aprofunda-se o movimento conceitual que, como discutiremos no

⁷³⁹ Rivero, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant*. Op. cit. pp. 79ss.

⁷⁴⁰ Como já mencionado, Kreimendahl data essa subjetivação da metafísica em 1769 como resultado da leitura da tradução de Hamann da conclusão do livro I do *Treatise* por Kant. A tese de Kreimendahl já foi repetidas vezes criticada e não nos cabe aqui retomar os pontos centrais desta crítica. Cf. Brandt, R. “Rezension zu Lothar Kreimendahl, *Kant - Der Durchbruch von 1769*”. Op. cit. Hinske, N. “Prolegomena zu einer Entwicklungsgeschichte des Kantschen Denkens. Erwiderung auf Lothar Kreimendahl”. Op. cit. Klemme, H. *Kants Philosophie des Subjekts*. Op. cit. pp. 38-46.

próximo capítulo, identifica *Crítica* e *Disciplina*, embora ainda não uma disciplina da *razão pura*. Nesse mesmo contexto, ao método cético é ligado por Kant um valor “propedêutico”. O movimento conjunto de interiorização ou subjetivação do método de resolução de conflitos conduzirá à concepção de um conflito da razão e à ideia de uma legislação (negativa e positiva) desta mesma razão.

O grupo de Reflexionen κ , que Adickes data como pertencentes ao ano de 1769⁷⁴¹, desenvolve a ideia de uma metafísica negativa e outra positiva. Na Reflexão 3943 (AA 17: 358) Kant fala de um uso positivo ou “objetivo” e outro negativo ou “subjetivo” da metafísica: o positivo-objetivo consistiria em “acrescer novos discernimentos”, e o negativo-subjetivo em “impedir a falsa metafísica” e conhecer as “fronteiras do conhecimento” <*Schranken des Erkenntnis*>. Sobre o que seriam os usos da metafísica a Reflexão 3946 (AA 17: 359-360) dá mais pistas ao contrapô-la à lógica: esta se limita a subordinar conceitos independentemente de onde eles venham, ao passo que a metafísica seria a ciência dos conceitos e leis não do conhecimento humano em geral, mas de uma faculdade específica, *a razão*⁷⁴². Na Reflexão 3948 (AA 17: 360-361) Kant identifica essa ciência das leis e conceitos da razão a uma “ciência do sujeito” <*wissenschaft des subjects*>, na medida em que a metafísica investiga quais “relações realmente se encontram nos primeiros fundamentos de leis universais”. Com efeito, a Reflexão 3952 (AA 17: 362-363) une explicitamente esses dois traços definidores da metafísica: “A metafísica é uma ciência das leis da razão humana e, portanto, subjetiva”. Na Reflexão 4007 (AA 17: 383)⁷⁴³ é mencionado um conflito de “leis” ou “regras” subjetivas da razão, o qual, segundo a Reflexão 3936 (AA 17: 354-355), surge “[quando] os *principia subjectiva* (...) são pensados como objetivos”⁷⁴⁴. Trata-se, pois, da mesma ideia discutida na *Dissertatio* sobre o *dissensus inter facultatem sensitivam et intellectualem* acrescida, porém, à concepção da metafísica como positiva e objetiva e também negativa e *subjetiva*. Ademais, o que aqui particularmente nos interessa, na Reflexão 3957 (AA 17: 364-366), já mencionada no início do último capítulo, Kant

⁷⁴¹ Ver Hinske sobre as dificuldades envolvidas nesse grupo de reflexões. Cf. Hinske, N. “Prolegomena zu einer Entwicklungsgeschichte des Kantschen Denkens”. Op. cit.

⁷⁴² Vgl. auch Rx 3946. AA 17: 359.

⁷⁴³ “Temos de conhecer um fundamento de tudo o que existe, quando pretendemos conhecer por meio da razão que isso existe; portanto, não podemos conhecer o absolutamente necessário. Em todas as subordinações temos de supor um primeiro <*ein erstes*>, que, pois, não é em si necessário; portanto, há um conflito de leis subjetivas [...]”.

⁷⁴⁴ Cf. Rx 3976. AA 17: 373. “Segundo a lei subjetiva da razão é necessário supor uma primeira ação por meio da qual todo o resto se segue; porém, é tanto mais necessário assumir um fundamento em geral para cada ação e, portanto, não assumir nenhum primeiro”. Cf. também Rx 3928, 4001, 4008, 4013, 4039, 4058.

assimila, por um lado, a metafísica (ou filosofia pura) positiva-objetiva a uma filosofia dogmática e, por outro, a metafísica (ou filosofia pura) negativa-subjetiva a uma filosofia crítica, cética, problemática e zetética: “a filosofia pura dogmática é a lógica teórica, a moral teórica e a ciência geral da natureza. Em segundo lugar, ela é crítica, por conseguinte subjetiva. Ela é zetética, cética, problemática”.

Nas Reflexionen do grupo λ, de 1769-1771, Kant prossegue discutindo os conflitos entre as “leis do entendimento” <*Gesetze des Verstandes*>, “regra[s] da razão” <*Regel[n] der Vernunft*> (Rx 4375 AA 17: 524-5), simplesmente “proposições” <*Sätze*> (Rx 4336 AA 17: 509-510) ou, ainda, um possível porém aparente conflito entre os “campos da experiência” e “da razão” <*Felde der Erfahrung e Felde der Vernunft*> (Rx 4336 509-510), todos eles de alguma forma ligados ao *vitium subreptionis* que faz com que “eu infira de um *sensitivum* um *intellectuale*” (Rx 4306. AA 17: 501). No contexto desta descrição conceitualmente ainda imprecisa dos possíveis conflitos tratados na filosofia, que faz, por sua vez, com que sejam impostos “Grenzen” aos princípios e conceitos da razão⁷⁴⁵, Kant opõe o ceticismo ao método cético e assimila explicitamente o *methodus sceptica* ao método próprio à “critic des subjects” como “método da razão” de descoberta das “oppositionem das leis subjetivas da razão” por meio de antíteses subjetivas:

Antítese: um método da razão de descobrir as oposições das leis subjetivas, as quais, quando são tomadas por objetivas pelo *vitium subreptionis*, é ceticismo (em sentido objetivo); se ele, porém, é uma [crítica do sujeito] propedêutica, então é método cético <*methodus sceptica*>. Para a determinação das leis subjetivas da razão. Antítese subjetiva <*Antithesis subiectiva*> (Rx 4275. AA 18: 491-492 (1770-1771)).

Segundo a Reflexão 4360 (AA 17: 519), essa crítica do sujeito seria uma “metafísica crítica”, em oposição à metafísica dogmática, e, decerto, como uma “crítica não apenas das proposições <*Sätze*>, mas da razão humana, por conseguinte também do contrário <*Gegenteil*>”. Dessa forma, a “crítica da razão humana” tem como particularidade ser não apenas uma mera “crítica das proposições” <*critick (...) der Sätze*>, como na mesma Reflexão Kant diz ser o caso da lógica, como também da razão humana e *por conseguinte* das “proposições contrárias” <*Gegensätze*>; ou seja, a “crítica da razão

⁷⁴⁵ Kant menciona os limites à compreensibilidade da liberdade como início absoluto: “Os conceitos e proposições da razão que são corretos *in concreto* relativamente aos objetos do mundo ou aos sentidos, tanto dos reais como dos possíveis, levam-nos, quando retornamos, a limites que não são compreensíveis segundo as mesmas leis; pois sua aplicabilidade <*Brauchbarkeit*> vale somente no interior desses limites. Da mesma forma, não podemos conhecer aquilo que esses limites encerram de outra forma que não segundo aquilo que as regras de nossa razão concreta <*concreten Vernunft*> nos oferece para esclarecer e confirmar o que está no interior dos limites. O resto é inútil. Dessa forma o primeiro na liberdade é incompreensível <*unbegriflich*>”. Rx 4379. AA 17: 526.

humana” se caracteriza a partir da especificidade do método cético-polêmico como embate de proposições contrárias. Com efeito, na Reflexão 4164 (AA 17: 440) Kant assimila a crítica enquanto “*metaphysica*” ou “*organon intellectus puri*” a um “*Scepticismus criticus*” em oposição ao dogmático.

No grupo ξ de Reflexões, redigidas em 1772, Kant parece abandonar a posição da *Dissertatio* e das Reflexões até então sobre um possível uso dogmático-positivo da razão no âmbito *teórico* após o sucesso da “metafísica negativa crítica”. Na Reflexão 4445 (AA 17: 552-553) Kant é explícito a respeito: apenas na *moral* existiria um uso positivo-dogmático da razão⁷⁴⁶, enquanto que no âmbito teórico ele seria meramente *negativo*: “O uso da metafísica em relação ao teórico é meramente negativo; ela não abre o conhecimento das coisas e não é dogmático; pois de onde ela deveria extrair o conhecimento das coisas sem os sentidos?”. A metafísica em relação à “especulação”, Kant continua, tem serventia meramente *catártica*, na medida em que “apenas evita o uso falso da razão que ocorre fora de suas fronteiras <*Schranken*>”, ao considerar os “*intellectualia* como objetos”. Em resumo, “a metafísica pretende, pois, colocar limites à razão em seu uso puro”. Ora, segundo a Reflexão 4454, nessa ciência meramente negativa ou “*Critik der Metaphysik*” o melhor método seria aquele próprio ao método cético-polêmico, a saber, avançar provas de proposições opostas, justamente pois a *Speculation* padece de um *vitium subreptionis*.

Na crítica da metafísica é possível servir-se de dois métodos. O primeiro é: examinar provas e desvendar seus paralogismos ou petições de princípio. O segundo: opôr a uma prova uma outra contraposta e, decerto, igualmente convincente. O primeiro método é o melhor. Pois, já que os erros das inferências metafísicas consistem predominantemente no fato de que aquilo que vale meramente para as condições subjetivas do conhecimento é enunciado do objetivo, então uma prova pode parecer tão rigorosa que se torna bem difícil proteger-se de um erro que é melhor descoberto por meio de uma demonstração dos opostos (Rx 4454 AA 17: 557).

Na metafísica o erro é difícil de ser descoberto; em virtude do *vitium subreptionis* as provas metafísicas parecem rigorosas e irretocáveis. A ideia de que à metafísica tomada como “filosofia transcendental”⁷⁴⁷ cabe, pois, a tarefa de uma investigação “subjetiva” sobre a *fonte* do erro a partir de uma consideração cético-polêmica dos conflitos fica bem clara na Reflexão 4455. A *filosofia transcendental é crítica (ou disciplina) da razão pura*, um “estudo do sujeito” <*studium des subjects*> e da confusão entre subjetivo e objetivo como confusão entre entendimento e sensibilidade:

⁷⁴⁶ “A razão pura é dogmática apenas com vistas aos objetos da vontade”.

⁷⁴⁷ Cf. Rx 4457 AA 17: 558. Traduzida acima, cap. 6.

(g Ela é disciplina da razão pura. Estética: crítica do gosto.)

Ideia da metafísica: ela é uma crítica ou doutrina: o seu procedimento é zetético ou dogmático? É a pergunta: o que é possível conhecer por meio da mera razão sem toda experiência (matemática, Moral)? Quais são as fontes, as condições e limites <Qvellen, die Bedingungen und grentzen>. A filosofia transcendental é crítica da razão pura. Estudo do sujeito <studium des subjects>, confusão do subjetivo com o objetivo, prevenção <Verwechselung des subiectiven mit obiectivem, Verhütung> (Rx 4455. AA 17: 557-558).

O estudo do sujeito ou Crítica seria justamente o “exercício preparatório” à metafísica (Rx 4466 AA 17: 562), a “demarcação da razão pura e a observação dos limites, para impedir que ela extravasasse seus limites, engane-se e inquiete a religião e os costumes com suas quimeras” (Rx 4464 AA 17: 562). Não há nesse período, contudo, a ideia central à Dialética Transcendental e à *KrV* de que a sede das “quimeras” e dos erros é a *própria razão e sua legislação*⁷⁴⁸. Ademais, não há a distinção entre Dialética e Analítica, além da diferenciação clara entre entendimento e razão. Para chegar a esses *Einsichten* Kant precisaria ainda avançar no processo de interiorização ou subjetivação do conflito: este precisa ser localizado na *razão* e em sua legislação. Procuraremos entender esse passo adicional a partir de uma pista dada na Reflexão que reproduzimos acima: o procedimento da crítica como “zetetisch”.

7.2. Cético como juiz

O aprofundamento da reflexão em torno do método zetético ou polêmico-cético levou Kant à sua concepção da *Crítica* como um tribunal e à função da razão como juíza e também legisladora cuja função é investigar, decidir e legislar sobre o saber humano. Para justificarmos essa afirmação analisaremos algumas passagens da *Log. Blomberg*, provavelmente do início da década de 1770⁷⁴⁹, nas quais Kant explicitamente aproxima, por um lado, o papel do cético na investigação própria à busca pela verdade e, por outro, a representação jurídica do tribunal e às funções e atribuições de um juiz.

Kant opõe primeiramente a dúvida dogmática à dúvida cética: aquela seria a “dúvida da decisão” <*Zweifel der Entscheidung*> e esta a “dúvida de retardamento” <*Zweifel der Retardation, des Aufschubs*>, daquela surge a “certeza”, decerto fictícia, de que não é possível chegar à verdade e, portanto, toda “pesquisa” <*Nachforschung*> é

⁷⁴⁸ Cf. Log Bauch (de 1770 a 1775): “Erro é um efeito híbrido, surgido em parte das sensibilidade (...) em parte do entendimento misturado à sensibilidade. Se tivéssemos um entendimento puro, não misturado com a sensibilidade, então não erraríamos”. Ainda não há ideia de que a razão pura é ele mesma dialética e induz ao erro.

⁷⁴⁹ Cf. *Kant-Index*. hrsg. von Norbert Hinske Index. Bd. 3.1, Stellenindex und Konkordanz zur "Logik Blomberg" Stuttgart- Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1989. S. xxvi.

“rejeitada”; desta, pelo contrário, resulta a “investigação e pesquisa aprofundadas, para se obter a certeza correta e indubitável do conhecimento” (V-Lo/Blomberg AA 24: 205)⁷⁵⁰. O “método da filosofia dogmática” <*Methodus Dogmatica Philosophiae*> obtém o inverso do que pretende: ao invés de certeza, o erro. Para ilustrar isso, Kant usa a imagem do tribunal da razão, ou ainda, *Richter-Stuhl der Vernunft*:

Nesta [scil. *Methodus Dogmatica Philosophiae*] colocamo-nos, por assim dizer, no tribunal da razão humana e emitimos a sentença, a saber, que deste ou daquele conhecimento não é possível de forma alguma obter certeza, toda pesquisa é, portanto, total e completamente em vão; desta forma são colocados, por assim dizer, limites e fronteiras ao entendimento humano. Toda reflexão, todos os esforços para proporcionar-se daí uma verdadeira certeza e obter convencimento são, assim, completamente banidos – e como pode surgir daí algo que não seja incerteza, e, decerto, até mesmo erro? (V-Lo/Blomberg AA 24: 206).

Curiosamente, o tribunal cético-dogmático impõe ao “entendimento humano” limites e fronteiras diversos daqueles que o verdadeiro tribunal da razão deve impôr, a saber, o cético dogmático nega a possibilidade da certeza e prescreve limites à investigação filosófica. Com efeito, os dogmáticos se opuseram historicamente aos céticos entendidos como “investigadores, pesquisadores, especuladores da verdade” <*Sucher, Forscher, Speculatores der Wahrheit*> (V-Lo/Blomberg AA 24: 207). Kant parece denominar como “dogmáticos” tanto os filósofos intelectuais (platônicos) como os filósofos sensualistas (epicuristas)⁷⁵¹, que afirmavam, respectivamente, que todo conhecimento certo é um *Einsicht der Vernunft* ou que por meio de um *Einsicht der Vernunft* na verdade absolutamente nada conhecemos⁷⁵². O cético não-dogmático, entendido como proponente do “ceticismo formal” <*förmliche Scepticismus*>, seria o “*Dritter*” que concilia o conflito e põe os debatedores em acordo – não por acaso, Kant identifica esse terceiro na figura de Sócrates.

Nessa ocasião veio um terceiro e instituiu paz entre esses dois árdios partidos combatentes ao clamar: ‘eu acredito pouco ou absolutamente nada em vocês dois. Nem o intelectual nem o sensitivo tem certeza. No entendimento humano nada mais há senão confusão’. E daí surgiu o ceticismo formal, que parece ter se originado de um homem tão notório e por todos os lados estimado, Sócrates (V-Lo/Blomberg AA 24: 207).

⁷⁵⁰ „Cf. também „Der Zweifel aber bey der Problematischen Art zu Philosophiren ist entweder ein Sceptischer, ein Forschender, untersuchender, prüfender, oder aber ein dogmatischer ausmachender, und entscheidender Zweifel“. V-Lo/Blomberg AA 24: 212.

⁷⁵¹ „Ferner gab es Intellectual Philosophen: unter welchen Plato sagte: ‚alles dasjenige, was wir gutes erkennen, und recht einsehen wollen, das muß a priori durch die Vernunft blos und allein geschehen. Die Sinne allein enthalten Lauter Blendwerck‘ [...]. Die Sensual Philosophen hingegen, unter denen man den Epicurus als den vornehmsten rechnete, sagten hinwiederum: ‚Alles das, was wir a priori durch die Vernunft zu erkennen im Stande sind, ist nichts als chimärisch. Die Sinne allein geben die rechte wahre gewisheit“. V-Lo/Blomberg AA 24: 207.

⁷⁵² Essa contraposição entre platônicos e epicuristas repete-se na *KrV*. Cf. abaixo Cap. 10.

O ceticismo formal com seu “método de dúvida cética” é um “catártico, o melhor meio de purificação <Reinigungs-Mittel> da razão”⁷⁵³ e, nessa medida, os céticos “proporcionaram de certa forma à filosofia uma utilidade muito maior do que os orgulhosos dogmáticos” (V-Lo/Blomberg AA 24: 208) ao impedir erros, conduzir os homens “a mais pesquisas” e colocá-los no “caminho para a verdade” que é obtido “não de um só golpe e de repente, mas devagar e paulativamente, através de um maior e mais minucioso exame” <mehrere und nähere Prüfung> (Idem).

Nos tempos modernos Kant atribui aos céticos uma tarefa análoga àquela que detinham em seus primórdios. Ao questionar a filosofia escolástica, desafiar suas proposições e mostrar seus erros e lacunas, o cético apresenta o “o modo de pensar livre em muitas nações” (V-Lo Blomberg AA 24: 217). Kant encontra em *Hume* aquele que melhor sintetizou o espírito cético, a saber, um exame imparcial e livre de preconceitos, o modo de pensamento livre, que não toma partidos de forma antecipada e precipitada. A seus alunos Kant recomenda, justamente, a obra que discutimos no capítulo anterior: as *Philosophische Versuche* e os *Vermischte Schriften*, onde haveria um “exame livre de preconceitos”. Como um exímio orador, Hume procura fazer justiça aos lados em debate, examinando seus argumentos de modo inteiramente “imparcial”⁷⁵⁴. Para Kant, porém, assim como ocorrera com a escola pirrônica, Hume cai num ceticismo dogmático. “Ele seria certamente um dos melhores autores e um dos mais dignos de serem lidos caso não tivesse tido a propensão predominante de duvidar de todo, mas, pelo contrário, tivesse pretendido buscar a obtenção da verdadeira certeza por intermédio do exame e da investigação dos conhecimentos” (V-Lo/Blomberg AA 24: 217). A dúvida cética não pode perder de vista a verdade e a certeza sem com isso perder também seu caráter crítico. Com efeito, a dúvida não-dogmática, isto é, a dúvida de “adiamento” da verdade é definida por Kant como marca do amadurecimento da razão, no mesmo papel que no prefácio A da *KrV* a “Crítica” ocupava⁷⁵⁵. Justamente ao conservar seu caráter crítico, perdido por Hume, é que a dúvida cética recebe seu sentido *jurídico*. Tal proceder cético não-dogmático é aproximado por Kant ao de um

⁷⁵³ Mais à frente Kant equipara o ceticismo a um “purgante” da razão humana: “este foi realmente uma espécie de purgante para a razão humana, que tinha como característica a de, após ter purificado por completo nosso entendimento de todas as impurezas, isto é, de todos os falsos devaneios, preconceitos, etc., realizar esse o trabalho consigo mesma”. Log. Blomberg AA 24: 210.

⁷⁵⁴ Sobre essa passagem, Klemme, H. *Philosophie des Subjekts*. Op. cit. pp. 43-44. Klemme usa essa passagem contra Kreimendahl e sua tese do „despertar“ pelo Treatise.

⁷⁵⁵ “A dúvida de retardamento é realmente, portanto, uma marca característica segura da maturidade da razão, e da experiência na verdade do conhecimento”. V-Lo/Blomberg AA 24: 207-208.

juiz - ele procura, investiga, questiona, interroga, com o intuito de emitir um *veredito*, com o propósito de chegar à *verdade*:

A origem da expressão ‘ceticismo’ é propriamente σκέπτομαι. Essa palavra significa em grego: persquisar, perscrutar, *investigare*, *indagare*. O cético, portanto, pesquisa sempre, ele examina e investiga, ele coloca em tudo uma desconfiança, mas nunca sem fundamento. Nisso ele se equipara, portanto, a um *juiz*, que pondera os argumentos <Gründe> tanto a favor como contra a causa, e escuta tanto o acusador <Kläger> como o acusado <Beklagten> antes de decidir a causa e emitir um julgamento. Ele protela longamente seu julgamento final até arriscar-se ter esgotado todo o assunto. Assim eram as antigas e puras características dos céticos e de um ceticismo não falsificado (V-Lo/Blomberg AA 24: 209-210).

O cético é um *juiz*; antes de emitir um *juízo* e decidir a questão, ele investiga, indaga, medita, ouve as partes, sempre com vistas à melhor e mais imparcial decisão possível. Ademais, os bons metafísicos e os bons *juízes* não fazem afirmações peremptórias e não examinadas, mas, antes, admitem hipóteses⁷⁵⁶, e ambos, se assim obtêm a verdade da forma correta, atingem algo certo e fundado. A decisão do *juiz* no tribunal é inapelável e constitui uma “verdade acordada”, “perfeita” <ausgemachte Wahrheit> cujo rigor é semelhante àquela atribuível à justiça comutativa. “Verdades acordadas são aquelas verdades que não podem mais ser objetadas. A elas pertencem, p.ex., a coisa julgada <Res judicatae>, isto é, as causas decididas através de um julgamento com força jurídica em um tribunal <durch ein Rechtskräftiges Urtheil abgemachte Sachen in foro>, isto é, depois de um processo já encerrado uma causa acordada <ausgemachte Sache> é aquela que foi decidida pelo *juiz* através de uma sentença de acordo com a qual este ou aquele tem de pagar uma correspondente certa soma de dinheiro a este ou àquele” (V-Lo/Blomberg AA 24: 203). Aproximando o terceiro cético de um *juiz* em um tribunal Kant avança na compreensão jurídica do método de sua filosofia crítica.

7.3. A consciência moral como *forum rationis*

Colocamo-nos agora uma nova pergunta: como Kant chegou à sua representação definitiva da *Crítica* como tribunal da razão? Para além dos já mencionados desenvolvimentos conceituais (distinção de razão e entendimento, posição do problema

⁷⁵⁶ “Na metafísica há muitas hipóteses. A prova da existência de Deus é primeiramente uma hipótese. Assume-se um ser que é o mais perfeito dentre todos os outros e então se investiga se daí podem ser derivados fundamentos de explicação <Erklärungs-Gründe> que nos instruem sobre a natureza, a experiência e as criaturas que existem na Terra. Platão e Malebranche assumem como uma hipótese que os homens estão em uma relação absolutamente particular com a divindade e consideram se daí poderiam ser esclarecidas as consequências que eles discernem. Porém, as hipóteses têm realmente uma utilidade muito grande e não podem nunca ser completamente banidas do conhecimento humano. Todos os *juízes* fazem hipóteses que eles descartam após um melhor exame. As hipóteses são o caminho para a teoria e frequentemente para uma verdade que lhe é completamente contraposta” (V-Lo/Blomberg AA 24: 222).

da dedução, oposição entre analítica e dialética, etc), avançaremos aqui uma hipótese sobre os motivos mais próximos para a adoção final e consciente dos termos “tribunal” e “legislação” e, com isso, a chegada da terceira e última etapa da problemática do tribunal e legislação da razão: a concepção de um *forum rationis* e da razão como juíza das pretensões de conhecimentos é tributária das modificações porque passou a concepção kantiana de consciência moral na primeira metade da década de 1770 sobretudo através de sua recepção da obra de A. Smith. A nova formulação da *Gewissen* como um *forum rationis internum* do qual Deus (ou a voz da razão) é o juiz perfeito seria a primeira representação concreta de um *Gerichtshof der Vernunft* em Kant⁷⁵⁷ e seria devedora não apenas de Baumgarten, mas sobretudo da concepção de Smith acerca do “espectador” ou “juiz imparcial” no *forum conscientiae*. Vejamos na sequência como isso se dá.

Numa carta de 9 de julho de 1771, Marcus Herz, antigo aluno e amigo de Kant, escreve sobre um encontro que tivera com David Friedländer, amigo comum de ambos, em que este lhe relatara quais eram as então recentes leituras de Kant:

Sobre o inglês [sic!] *Smith*, que, como me disse o Sr. Friedländer, é o seu predileto, tenho diversas observações a fazer. Também a mim esse homem me deleitou sobremaneira, não obstante, coloco bem à sua frente a primeira parte da *Crítica* de Home (AA 10: 126).

A obra de Henry Home mencionada por Herz são os *Elements of Criticism*, traduzida para o alemão como *Grundsätze der Kritik* em 1763, um ano após a publicação original em inglês, e recebida com vivo interesse na Alemanha⁷⁵⁸. Por sua vez, o escrito de Adam Smith que cativou a atenção de Kant, fazendo do “inglês (sic) Smith” o seu “predileto”, é certamente a *Theory of Moral Sentiments (TMS)*, publicada em alemão em

⁷⁵⁷ Cf. Brandt, R. *Bestimmung des Menschen*. Op. cit. p. 286. Brandt cita o *Philosophisches Lexikon* de Walch: “Pois a consciência moral nada mais é do que um juízo da razão sobre a racionalidade e irracionalidade <*Vernunft- und Unvernunftmäßigkeit*> de nossa conduta (...). Pois, por assim dizer, trata-se aqui de um tribunal ordenado, de um processo posto em funcionamento. O acusado é o homem; a contaparte, ou acusador, é a razão, na medida em que ela sabe como se agiu irracionalmente; o juiz é a razão novamente, na medida em que ela emite um julgamento de acordo com a acusação, de acordo com o entendimento de que o ato foi incorreto”. Walch, J. G. *Philosophisches Lexicon*, Leipzig. 1740. pp. 103-104. Apesar de notar semelhanças, Brandt opõe o Tribunal da *Gewissen* ao Tribunal da Crítica - aquele seria “natural”, “originário”, este seria “artificial”, “uma ‘instituição’ possível somente em uma determinada fase da história da razão” (A 751)“. Brandt, R. *Bestimmung des Menschen*. Op. cit. p. 286. Apesar dessa justa distinção, entendemos que nada se opõe a que o tribunal originário e natural da *Gewissen* tenha sido tomado como modelo para o tribunal “artificial” da Crítica; ora, toda transposição conceitual baseada em uma metáfora (como, de resto, as de antinomia e dedução da linguagem jurídica para a filosófica) padece dessa “arbitrariedade” ou “discrepância” sem que com isso seja negada a dívida de origem.

⁷⁵⁸ Sobre as diferentes traduções da obra para o alemão, resenhas e a recepção no ambiente intelectual alemão, Cf. Bachleitner, N. “Die Rezeption von Henry Homes Elementos of Criticism in Deutschland 1763-1793”. In: *arcadia* 20. 1985.

1771 como *Theorie der moralischen Empfindungen*⁷⁵⁹ na tradução de Christian Günther Rautenberg a partir da terceira edição do original em inglês, publicado originalmente em 1759⁷⁶⁰. Para além de sua influência para a concepção do imperativo categórico como um ponto de vista imparcial no julgamento moral a ser seguido por um sentimento de respeito pela lei (o que, por si só, já seria uma influência enorme⁷⁶¹), Smith, por meio da ideia do espectador imparcial como *juiz imparcial no tribunal da consciência moral*, influi na própria concepção kantiana de *razão* como *instância imparcial* de avaliação da correção de nossos juízos de conhecimento e, portanto, no posterior "tribunal da razão" da *Crítica da Razão Pura*.

Kant, é verdade, não menciona explicitamente Smith em nenhuma passagem que se refira a uma tese ou ideia defendida na *TMS*. Nas obras publicadas, o nome de Smith surge apenas em dois momentos em que Kant tem em vista a *Wealth of the Nations*⁷⁶² e

⁷⁵⁹ Smith, A. *Theorie der moralischen Empfindungen*. Braunschweig: 1771. Trad. Christian Günther Rautenberg. Rep. in: Klemme, H. (Org.). *Reception of the Scottish Enlightenment in Germany: Six Significant Translations, 1755-1782*. Bd 4. Op. cit.

⁷⁶⁰ Além da carta de Herz, de cuja resposta de Kant não se tem notícia, há outros apoios textuais - dos quais falaremos mais à frente - que apontam para a influência da *TMS* sobre Kant, obra que conferiu a Smith grande notoriedade na Europa e também na Alemanha antes mesmo da publicação de sua obra mais célebre, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, em 1776. Adam Smith publicou em vida 6 edições da obra, tendo modificado significativamente a última versão, publicada em 1790. Como Kant teve acesso apenas à 3ª edição na tradução de Rautenberg, todas as citações da *TMS* serão feitas aqui a partir dessa edição. Sobre as diferentes edições da *TMS*, Cf. Eckstein, W. "Einleitung": In: Smith, A. *Theorie der ethischen Gefühle*. Über. mit Ein. Anm. und. Reg von Eckstein, W. Hamburg: Meiner, 1926. S. xxxiv-lII. MacFie, A. L e Raphael, D. D. "Introduction". In: *The Theory of Moral Sentiments. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*. Bd I. Indianapolis: Liberty Fund, 1984. Rep. Oxford: Clarendon Press, 1976. Sobre a recepção inicial do *TMS* na Alemanha através de Lessing e Herder, Cf. Ballestrem, K. G. *Adam Smith*. München: Beck, 2001. Eckstein, W. "Einleitung". Op. cit. p. xxxii e segs. MacFie, A. L e Raphael, D. D. "Introduction". Op. cit. pp. 30-31. Klemme, H. "Introduction" to *Theorie der moralischen Empfindungen*. In: Klemme, H. (Hrsg.). *Reception of the Scottish Enlightenment in Germany*. Op. cit. p. vi.

⁷⁶¹ Sobre as influências de Smith sobre Kant, H. Klemme enumera 4 pontos: "(1) Kant estava simplesmente impressionado pela amplitude do material, pela observação cuidadosa e as análises acuradas do autor da *TMS*, mesmo se estas não pertencessem ao campo da filosofia moral pura. (2) Em Smith se encontram importantes referências à problemática da motivação moral. (3) Com sua teoria sobre o observador imparcial e sua discussão sobre o 'sentimento de dever' <Sense of Duty> Smith deu a Kant importantes estímulos para sua formulação do imperativo categórico. (4) Smith estimulou Kant sob um ponto de vista terminológico" Klemme, H. "Resenha de 'Clemens Schwaiger, *Kategorische und andere Imperative. Zur Entwicklung von Kants praktischer Philosophie bis 1785*. Stuttgart-Bad Cannstatt 1999'" in: *Journal of the History of Philosophy* 38, 2000. S. 445). S. Fleischacker acrescenta mais 3 pontos: (5) A tese sobre o respeito pela lei como sentimento de dever em Smith é bem próxima à de Kant, e por momentos parece até haver uma coincidência textual; (6) a impossibilidade de um *Einsicht* nos verdadeiros motivos da ação moral, ressaltada por Kant, é similar ao natural "autoengano" <Selbstbetrug> do homem ao avaliar sua conduta apontado por Smith. E, por fim, o ponto de contato sobre a qual nos debruçaremos aqui: (7) ambos autores defendem a tese de uma dupla personalidade na consciência moral. Fleischacker, S. "Philosophy in Moral Practice: Kant and Adam Smith". In: *Kant-Studien*, 82, 1991. pp. 249-269. Cf. também Ballestrem, K. G. *Adam Smith*. Op. cit. p. 181. Krause, J. P. *Immanuel Kant und Adam Smith. Präsenz, Wirkung und Geltung der 'Theory of Moral Sentiments' in Kants Werk*. Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades der Philosophischen Fakultät der Universität zu Köln. 1997.

⁷⁶² MdS AA 06: 289; Anth AA 07: 209.

em uma Reflexão em que elogia o estilo de Smith ao tratar do “conhecimento moral do homem”⁷⁶³ - passagem em que, decerto, Kant se refere à *TMS*. No entanto, além da exposição da *Doutrina da Virtude* sobre a consciência moral, à qual voltaremos mais adiante, uma série de Reflexões e mesmo uma passagem do parágrafo inicial da primeira seção da *GMS*⁷⁶⁴ discutem, *der Sache nach*, teses da *TMS*, fazendo, todas elas, alguma menção ao “espectador imparcial”⁷⁶⁵, termo que surge na *TMS* no contexto da consciência moral. Com efeito, uma das Reflexões em que Kant menciona explicitamente Smith e, conforme ocorre por vezes na tradução alemã da *TMS*, troca “espectador” por “juiz imparcial”⁷⁶⁶, foi redigida à margem do § 201 dos *Initia philosophiae practicae primae*, o compêndio de Baumgarten utilizado por Kant em conjunto com o *Ethica Philosophica*, do mesmo Baumgarten, em suas aulas sobre filosofia prática a partir de 1760⁷⁶⁷. Nesse parágrafo Baumgarten discute justamente a *consciência moral*, definida por ele como tribunal interno de imputação de ações. Antes de vermos a doutrina de Smith, voltemo-nos rapidamente à de Baumgarten.

Por *forum* Baumgarten entende o “estado de uma pessoa” <*Status personae*> no qual certos “atos ou leis” são validamente imputados⁷⁶⁸. Ele distingue inicialmente um tribunal *externo*⁷⁶⁹, que subsume atos externos sob leis externas, e um tribunal *interno*, que subsume atos internos sob leis internas⁷⁷⁰. Haveria ainda uma distinção adicional, a saber, entre 1) tribunal *humano* e 2) tribunal *divino*⁷⁷¹. O 1) tribunal humano se distinguiria em três sentidos: a) *amplo*, como tribunal da consciência moral, ou seja, o tribunal que examina e julga os atos internos do próprio sujeito de acordo com leis internas⁷⁷²; b) *estrito*, como tribunal humano que examina e julga as ações exteriores dos demais homens de acordo com leis externas coercitivas e leis interiores e persuasivas <*suadentibus*>⁷⁷³; c) *mais estrito*, como tribunal que julga as ações externas dos demais homens de acordo apenas com leis externas coercitivas⁷⁷⁴. Nos sentidos a) e

⁷⁶³ Rx 1355 AA 15: 592 (1773-1775) (1776-1778) (1772-1773).

⁷⁶⁴ *GMS* AA 04: 393.

⁷⁶⁵ Cf. Rx 6628 AA 19: 117: “unpartheische Zuschauer”. A datação de Adickes, 1770, é, a nosso ver, equivocada – Kant só teve acesso ao *TMS* em 1771, de onde vem sua concepção de “unpartheische Zuschauer”.

⁷⁶⁶ Rx 6864 AA 19: 184-185 (1770-1771): “Unpartheyische richter”.

⁷⁶⁷ Schwaiger, C. *Kategorische und andere Imperative*. Op. cit. pp. 34-38

⁷⁶⁸ Baumgarten, A. G. *Initia philosophiae practicae primae*. Op. cit. § 180.

⁷⁶⁹ Idem. § 186-199

⁷⁷⁰ Idem. § 180.

⁷⁷¹ Idem. § 182; 185.

⁷⁷² Idem. § 182.

⁷⁷³ Idem. § 183.

⁷⁷⁴ Idem. § 184.

b) o tribunal humano é o *tribunal da razão* <*forum rationis*>, ou seja, “o estado dos homens no qual os atos conhecidos pela razão sem a fé podem ser validamente subsumidos sob as leis conhecidas pela razão sem a fé”⁷⁷⁵. Se coincide com a), o tribunal da razão é o *tribunal interior da razão*; se coincide com b), é o *tribunal externo da razão*⁷⁷⁶. Disso se segue que o *tribunal da razão em sentido amplo* coincide com o tribunal da *jurisprudência natural em sentido amplo*⁷⁷⁷ e assim é mais compreensivo que o tribunal da consciência, na medida em que julga tanto as ações interiores do próprio sujeito como as exteriores dos demais. O 2) tribunal divino, por sua vez, é ou i) a *omnisciência* divina, “na medida em que ela pode imputar da maneira mais distinta e da mais justa possível (...) entre todas as pessoas, todos os atos, mesmo os íntimos, e todas as leis”⁷⁷⁸; ou ii) os *tribunais interiores da razão e da consciência*, e nesse sentido o tribunal divino é interior; e, finalmente, iii) “*todos os tribunais*, na medida em que eles dependem em última medida de Deus”⁷⁷⁹. Haveria assim três concepções ou níveis do tribunal interior, a saber, consciência, razão (ambos o tribunal humano em sentido amplo e estrito) e Deus, em que o último, em sua omnisciência, engloba os demais sem se confundir com eles. Em resumo, *não há* para Baumgarten uma *coincidência completa* entre *tribunal da razão e tribunal divino* e nem entre o último e o *tribunal da consciência moral*.

A. Smith realça, não sem motivo, a função do espectador imparcial em seu sistema em relação à consciência moral, o “tribunal supremo” <*höhern Richterstuhl*>⁷⁸⁰ do comportamento moral diante do qual deve ocorrer a “autoaprovação” <*Selbstbilligung*> e a “concordância consigo mesmo” <*Zusammenstimmung mit sich selbst*>. Nesta parte do *TMS* a imagética jurídica surge de modo decisivo: o julgamento moral ocorre numa analogia com o julgamento judicial, diante, pois, de um juiz e opondo entre si defensores e acusadores <*Verteidiger; Angekläger*>. A “*conscience*” ou “*Gewissen*” é tema da terceira parte da *TMS*, mais especificamente do 2o capítulo. Smith trata aqui sobretudo do autojulgamento moral do agente, dos motivos da autoaprovação ou autoreprovação, do sentimento de dever e, por fim, da consciência moral como o verdadeiro tribunal que julga o valor moral das ações. Nesse momento da *TMS*, Adam Smith introduz e determina a posição sistemática do espectador imparcial,

⁷⁷⁵ Idem. § 182.

⁷⁷⁶ Idem. § 183.

⁷⁷⁷ Idem; §§ 65; 183.

⁷⁷⁸ Idem; § 185.

⁷⁷⁹ Idem. Ib.

⁷⁸⁰ *TMS*. p. 279.

definido como um “juiz imparcial” que avalia, julga e emite um veredicto a respeito das ações do agente. A primeira ocorrência do espectador imparcial se dá no contexto do julgamento a respeito do louvor <Lob> ou censura <Tadel> do comportamento do próprio agente. Sob o ponto de vista de um espectador imparcial julgamos a correção ou incorreção de nossa conduta. Quando nos colocamos em seu lugar e consentimos com os motivos e paixões que nos levaram a agir, então aprovamos a ação “a partir da simpatia com a aprovação desse juiz imparcial assumido”; do contrário, reprovamo-na:

Quando me esforço em investigar meu próprio comportamento, quando me esforço em emitir um juízo sobre ele e aprová-lo ou condená-lo, é então bem claro que, nesses casos, por assim dizer me divido em duas pessoas, e também que eu, o investigador e o juiz, represento um caráter completamente diferente que o outro: o eu, a pessoa cujo comportamento é investigado e julgado. O primeiro é o espectador em cujos sentimentos procuro embrenhar-me com vistas a meu próprio comportamento, colocando-me eu mesmo em seu lugar e refletindo sobre como isso me apareceria, caso eu o considerasse a partir desse ponto de vista específico; o outro é a pessoa agente, aquela que chamo, propriamente, de eu mesmo e a respeito de cujo comportamento me esforço em emitir um juízo sob o caráter assumido do espectador⁷⁸¹

Há, pois, uma espécie de *duplicação de nossa personalidade moral*: por um lado, como agentes, envolvidos e interessados e, por outro, como espectadores-juizes, distantes e desinteressados, refletimos sobre os motivos que nos levaram a agir e emitimos um veredito sobre o louvor ou censura a que devemos estar sujeitos. Sob a perspectiva desse tribunal o homem é considerado como um “ser moral” que deve “prestar contas de suas ações” para “Deus e os demais homens”⁷⁸². Como se percebe, surge aqui em toda a sua força a tradicional imagem da consciência moral como um tribunal divino em que Deus assume a figura de um juiz imparcial:

Pelas causas mais sábias, o grande juiz do mundo achou por bem ocultar o trono de sua justiça eterna dos olhos fracos da razão humana em uma certa escuridão e trevas que, decerto, não esconde por completo dos olhares do homem esse grande tribunal⁷⁸³

Como, numa perspectiva cronológica, é a seus semelhantes que o agente deve primeiramente prestar contas e diante de cujos olhos suas ações são louváveis ou reprováveis, os outros homens constituem-se como o “representante” desse tribunal divino interiorizado e refletido em seus juízos e sentimentos⁷⁸⁴. Enquanto uma espécie de sentença de um tribunal inferior, no entanto, o veredito do mundo, o julgamento dos

⁷⁸¹ TMS. p. 276.

⁷⁸² TMS. pp. 277-278.

⁷⁸³ TMS. p. 278.

⁷⁸⁴ “Já que, entretanto, os homens não podem deixar de ter nem um padrão de medida que regule suas ações e nem um juiz que possa inculcar a observância de um tal padrão de medida, o criador da natureza fez do homem um juiz imediato do homem, criando-o nesse respeito, assim como em muitos outros, à sua imagem e decretando-o, em seu lugar, como seu observador <Ausseher> sobre o comportamento de seus irmãos”. TMS S. 279.

demais homens não pode ser considerado a última instância de apelação; é ao julgamento de Deus como juiz imparcial do tribunal supremo da consciência moral que os homens devem, em última análise, fiar-se⁷⁸⁵. A aprovação ou reprovação da consciência moral é, pois, o padrão último e natural de medida da aprovação ou reprovação, censura ou louvor do comportamento do homem:

[o verdadeiro objeto de louvor e censura é para o homem] aquilo que nos olhos desse espectador imparcial é o objeto natural e próprio de aprovação <*Billigung*> ou reprovação. O julgamento desse juiz supremo de seu comportamento é a aprovação <*Beifall*>, para a qual ele está acostumado principalmente a aplicar-se, e a censura, para a qual ele está acostumado principalmente a temer. Em comparação com esse veredito decisivo os julgamentos dos demais homens não lhe parecem, decerto, sem nenhuma importância, mas têm pouquíssimo valor⁷⁸⁶.

Smith defende, pois, a ideia da consciência moral como uma instância interna em que o agente *representa a si* um “homem completamente imparcial e justo” que avalia “com indiferença” nossas ações⁷⁸⁷, em uma palavra, um juiz análogo a Deus, “o juiz interno (...). Este morador do corações dos homens, esse homem abstrato, o substituto do homem e principal representante da divindade, o qual a natureza decretou como juiz supremo de todas as ações humanas”⁷⁸⁸. Para Smith, haveria uma coincidência entre a imparcialidade e racionalidade do juiz divino da consciência moral⁷⁸⁹.

A representação de um tribunal interno em que Deus atua como um juiz racional e diante do qual surgimos como que em dupla personalidade, agentes e juízes, acusadores e defensores, é semelhante à que Kant defende na *Doutrina da Virtude*. Com efeito, há quase que uma coincidência literal na exposição de partes de ambas⁷⁹⁰. Já

⁷⁸⁵ “Independente de quão grande possa ser a autoridade desse tribunal inferior [scil. o juízo dos outros homens] que permanece sempre diante de seus olhos, ele não pode nunca decidir contrariamente aos princípios e regras que a natureza instituiu para a condução de seus vereditos sem que os homens, assim, deixem de imediatamente sentir que podem apelar de essa decisão injusta e remeter-se a um tribunal superior <*höhern Richterstuhl*>, àquele que é erigido em seus próprios coração, de modo a assim compensar a injustiça desse veredito fraco e parcial”. *TMS* pp. 279-280.

⁷⁸⁶ *TMS* pp. 285-286.

⁷⁸⁷ “Nós pensamos <*stellen (...) vor*> que realizamos nossas ações diante dos olhos de um homem completamente imparcial e justo, um homem que não se relaciona particularmente nem conosco nem com os outros dos quais espera-se vantagens em nosso comportamento e que para nós e para eles não é nem pai, nem irmão, nem amigo, mas apenas um homem em geral e um observador imparcial, que considera nosso comportamento com a mesma indiferença com que consideramos o comportamento dos outros”. *TMS* pp. 283-284.

⁷⁸⁸ “(...) O juiz interior (...). Esse morador dos corações, esse homem abstrato, o substituto dos homens e representante da divindade, convocado pela natureza para ser juiz supremos de todas as nossas ações”. *TMS* pp. 284-285.

⁷⁸⁹ Smith identifica a razão à consciência moral: “Razão é o impulso fundamental, consciência moral, o morador de nossos corações, o homem em nós, o grande regente e arbítrio de nosso comportamento”. *TMS* p. 291.

⁷⁹⁰ Já Onckel notara tal coincidência “É francamente surpreendente quão idêntica a teoria da consciência [de Kant e Smith] é em seus detalhes. Quando o filósofo moral britânico descreve a autoresponsabilidade

transcrevemos acima a passagem da TMS em que Smith menciona a dupla personalidade do agente. Por sua vez Kant, na *Doutrina da Virtude*, escreve,

Para que a razão não caia em contradição consigo mesma, é preciso uma explicação sobre a dupla personalidade com a qual o homem, que se acusa e se julga na consciência moral, tem de pensar a si mesmo; sobre este duplo eu mesmo, que, de um lado, deve tremer perante as barras de um tribunal, que é todavia confiado a ele próprio, mas, de outro lado, também deve ter às mãos o ofício de juiz enquanto autoridade inata. Eu, o acusador e todavia também o acusado, sou um e o mesmo homem (*numero idem*), mas enquanto sujeito da legislação moral, proveniente do conceito de liberdade, em que o homem está submetido a uma lei que ele dá a si mesmo (*homo noumenon*), deve ser considerado como diferente do homem sensível dotado de razão (*specie diversus*), mas apenas do ponto de vista prático – pois não há nenhuma teoria sobre a relação causal do inteligível com o sensível – e essa diferença específica é aquela das faculdades do homem (das superiores e inferiores), que o caracterizam. O primeiro é o acusador, contra quem é consentido um defensor jurídico do acusado (seu advogado). Após a conclusão dos autos o juiz interior, enquanto pessoa dotada de poder, profere a sentença sobre a felicidade ou a miséria, como consequências morais do ato; nesta qualidade nós não podemos mais, pela nossa razão, indagar o poder deste juiz (enquanto senhor do mundo), mas apenas venerar seu incondicionado *iubeo* ou veto (MdS AA 06: 439).

Diante da consciência moral o homem se divide “como que em duas pessoas” ou se representa numa “dupla personalidade”. Para Kant, de modo a que a razão não entre em contradição consigo mesmo, é necessário assumir que o mesmo homem é, ao mesmo tempo, “acusador” e “acusado”, ao mesmo tempo *homo phaenomenon*, como ser sensível dotado de razão, e *homo noumenon*, como sujeito da legislação moral. Em Smith, o homem é, ao mesmo tempo, o agente, por um lado, e o *Untersucher* e o *Richter*, por outro; ao mesmo tempo o *Zuschauer*, que investiga e julga, e a pessoa agente, cujo comportamento é julgado e investigado. Ademais, assim como em Smith, Kant assume Deus como a representação ideal desse juiz (Cf. MdS AA 06: 439), que, agora contrariamente a Smith, coloca-se de forma mais clara como um “terceiro” para além de acusador e defensor, e não um desdobramento da dupla personalidade do homem.

Todos esses elementos estão presentes apenas em Kant e Smith. Por exemplo, em Wolff surgem algumas características da consciência moral que reaparecem em Kant, como a conexão entre consciência moral e razão⁷⁹¹, mas a representação de um

<Selbstverantwortung> exatamente segundo o modelo de um processo judicial público e fala de um acusado e um juiz que são unificados, ambos, na personalidade pensada como dividida, então aqui a exposição do filósofo alemão corresponde quase literalmente [à de Smith]”. Onckel, A. *Adam Smith und Immanuel Kant. Der Einklang und das Wechselverhältnis ihrer Lehren über Sitte, Staat und Wirtschaft*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1877.. p. 93. Cf. também Ishikawa, F. “Das Gerichtshof-Modell des Gewissens”. In: *Aufklärung*, 1992. p. 47: “(...) [U]ma transposição literal de Adam Smith (...)”.

⁷⁹¹ Cf. V-MS/Vigil. AA 27: 616

tribunal interno está totalmente ausente⁷⁹². Também como Kant⁷⁹³, Crusius define o *forum conscientia* como um “Gewissenstrieb”, como um “impulso natural” <*natürliches Grundtrieb*> da vontade humana “em conhecer uma lei moral divina” <*ein göttliches moralisches Gesetz zu erkennen*>, ou ainda, uma “inclinação em julgar sobre a moralidade, isto é, sobre a justiça ou injustiça de seus atos” <*Neigung über die Moralität, das ist, über die Gerechtigkeit oder Ungerechtigkeit seiner Thaten zu urteilen*>⁷⁹⁴, contudo, assim como Wolff, falta-lhe a imagem do tribunal. Em Baumgarten, como vimos, a *conscientia* é de fato caracterizada como um *foro interno* no qual nossas ações são primeiramente tornadas imputáveis; no entanto, não há a coincidência plena entre tribunal consciência moral e tribunal divino ou tribunal da razão e tampouco uma menção à duplicação da personalidade moral do agente⁷⁹⁵. Ora, a interiorização da representação da *duplicidade da natureza humana* sob a forma de partes envolvidas e um *juiz imparcial e racional* que decide a questão em litígio – presentes apenas em Smith – é um elemento *central* para a formação da ideia de um *tribunal* da razão, o tribunal onde é decidido o conflito *antinômico* da razão consigo mesma e diante do qual, como *imputatio facti*, *imputatio legis ad factum* e *imputatio iuris*, são julgados e *deduzidos* os atos de aquisição e usos legítimos e ilegítimos de conceitos⁷⁹⁶. Há aqui, pois, um elemento determinante para a *Entstehungsgeschichte* não apenas da filosofia moral crítica, mas também da *KrV* e a imagética político-jurídica nela presente.

Como prova adicional de que é a influência da teoria da consciência moral de Smith que faz Kant “interiorizar” o juiz imparcial, vejamos a seguinte passagem da *Vorlesung über Praktische Philosophie Herder* a respeito do autojulgamento moral presente na *Gewissen*:

⁷⁹² Wolff, C. *Vernünfftige Gedanken von der Menschen Thun und Lassen*. Frankfurt und Leipzig, 1736. repr. Hildesheim [u.a.]: Olms, 1976. § 90: “A consciência moral é o julgamento que o homem emite sobre suas ações, a saber, se elas são boas ou más (§ 73). Se as ações são boas ou más, isto é julgado a partir do seu estado interior ou exterior ou também do estado interior ou exterior dos outros homens (...). Pelo fato de a razão consistir no discernimento do nexos das verdades <*Einsicht in den Zusammenhang der Wahrheiten besteht*> (...), a consciência moral provém da razão. O homem tem uma consciência moral por ele ter razão”.

⁷⁹³ V-PP/Powalski. AA 27: 162. V-Mo/Collins AA 27: 351.

⁷⁹⁴ Crusius, C. A. *Anweisung, vernünftig zu leben*. Leipzig, 1767. § 132.

⁷⁹⁵ Baumgarten opõe radicalmente o *forum humanum* e o *forum divinum*. De uma coincidência completa entre *forum divinum* e *forum conscientia* só poderia ser o caso se o último coincidissem absolutamente com o *forum rationis*, o que não ocorre devido à indecidibilidade radical envolvida no julgamentos morais da *Gewissen*. Vgl. Aichele, A. “Die Ungewißheit des Gewissens. Alexander Gottlieb Baumgartens forensische Aufklärung der Aufklärungsethik”. in: *Jahrbuch für Recht und Ethik* 13, 2005. pp. 26-27.

⁷⁹⁶ Cf. Capítulo 3 acima e 9 abaixo.

Se nós, homens, aqui no mundo não estamos sempre sob paixões, estamos, sim, sempre sob impulsos; em um temperamento que tem paixão ao julgar sobre coisas <in einem Temperament, das die Leidenschaft hat von Sachen zu urteilen>; dessa maneira, o julgamento em toda a vida não é completamente imparcial: ele [o homem] é juiz sobre si mesmo. Banida a paixão após a morte, somos então juízes imparciais de nós mesmos, de nossa moral; o julgamento sobre nossa vida será aqui bem mais vívido e verdadeiro; nós discerniremos a abjeção de modo mais claro. Contudo, permanecendo a paixão, o julgamento é ainda parcial (V-PP/Herder AA 27: 43)

Ora, em 1763/1765, data em que essas lições foram transcritas por Herder⁷⁹⁷, Kant parece admitir que um juízo imparcial sobre as próprias ações é primeiramente possível não numa *conscientia consequens*, que julga nossas ações após já estas terem sido realizadas, mas, na realidade, *somente após a morte*, com a supressão completa das paixões. Como Baumgarten, Kant crê que, enquanto vivermos, isto é, enquanto nossas ações e seus efeitos forem influenciadas pelas paixões, não é possível julgar imparcial e, pois, objetivamente as próprias ações. Há, pois, além da tese baumgartiana sobre a absoluta falta de certeza objetiva no autojulgamento moral, *a ausência da tese sobre a duplicidade do homem e do juiz ideal diante do forum conscientia*. Já na Reflexão 6815 da fase *r* (1773-1775) redigida à margem dos §§ 198-199 dos *Initia*, relativos ao *forum externum*, surge pela primeira vez a explícita partição do sujeito diante de um juiz, ainda não, contudo, dele mesmo enquanto acusador e acusado, mas, como também ocorre na *Doutrina da Virtude*⁷⁹⁸, de suas faculdades como as partes envolvidas no processo conduzido no tribunal interno:

Consciência moral é a consciência <*Bewusstseyn*> do dever, de ser sincero na imputação de seus próprios atos. Sincero é aquele que professa seu julgamento sempre segundo a consciência do mesmo. A consciência moral é, portanto, um tribunal no qual o entendimento é o legislador, a faculdade de julgar é o acusador e o advogado, e a razão, contudo, é o juiz. Na segunda instância é exigida sinceridade (Rx 6815. AA 19: 170).

Percebe-se aqui a ainda embrionária divisão das faculdades-de-conhecimento de Kant e sente-se a ausência da duplicação do próprio homem como acusador e acusado no *forum conscientia* como exposto na *Doutrina da Virtude*; no entanto, é significativo que o discurso sobre “legislação”, “advogado” <*Sachwalter*>, “acusador”, “juiz” em conjunto

⁷⁹⁷ Sobre a datação precisa, Cf. Schwaiger, C. “Die Vorlesungsnachschriften zu Kants praktischer Philosophie in der Akademie-Ausgabe”. In: Kant-Studien, 91, 2000.

⁷⁹⁸ “Todo conceito de dever contém uma necessitação objetiva por meio da lei (enquanto imperativo moral que limita nossa liberdade) e pertence ao entendimento prático que fornece a regra; a *imputação* interna de um ato, enquanto de um caso submetido à lei (*in meritum aut demeritum*), pertence à *faculdade de julgar* (*iudicium*), que, como princípio subjetivo da imputação da ação, julga com força de lei se ela ocorreu ou não como ato (como ação submetida a uma lei); de onde se segue a conclusão da *razão* (a sentença), isto é, a conexão do efeito jurídico com a ação (a condenação ou a absolvição), tudo ocorrendo perante a *corte* (*coram iudicium*), que, enquanto uma pessoa moral que torna a lei efetiva, é denominado *tribunal* (*forum*). A consciência de um *tribunal interno* ao homem (‘perante a qual seus pensamentos se acusam ou se desculpam entre si’) é a *consciência moral*”. (MdS AA 06: 437-438).

com a distinção entre entendimento, razão e faculdade de julgar surja no contexto da *Gewissen* e, decerto, após a leitura da *TMS* por Kant. Como veremos agora, a juridificação do julgamento moral apresentado na consciência moral nos termos colocados na Reflexão acima se espelha na paralela e contemporânea juridificação do processo do conhecimento ocorrida no *Werdegang* da filosofia de Kant.

7.4. O tribunal da razão no processo do conhecimento

Perto da metade da década de 1770, momento em que os planos da futura *Crítica da Razão Pura* já estavam suficientemente consolidados, ao menos segundo as divisões que a obra efetivamente teria⁷⁹⁹, a imagem de um tribunal interno ao homem, em que este se vê duplicado e percebe em sua razão uma inevitável divisão ou fratura a ser saturada, parece ter sido decisiva para a concepção da *Crítica* como um tribunal da razão. Não parece ser por acaso, portanto, que o termo "antinomia", cujo uso é originariamente jurídico, apareça em contexto especulativo pela primeira vez numa reflexão de Metafísica datada por Adickes entre 1773-1775⁸⁰⁰. Ora, o uso do termo *jurídico* "antinomia" para designar o conflito entre proposições surge no momento em que o "dissenso" entre princípios de faculdades distintas, descrito na *Dissertatio* (Cf. MSI AA 02: 389; 392), se transforma num conflito de leis no interior da *legislação* da razão e diante de seu *tribunal*. Em outras palavras, o exame cético, polêmico ou zetético de proposições contrárias é então e *apenas então* enriquecido com o do conflito antinômico da razão. Nesse instante do desenvolvimento da filosofia kantiana surge de forma explícita e já bem estruturada o aporte terminológico jurídico e, coincidentemente ou não, o aparente fascínio sobre Kant do tribunal da consciência moral de Smith. Resta

⁷⁹⁹ Em carta a Herz de 24/11/1776, Kant esboça um plano mais concreto acerca do que viria a ser sua futura "filosofia transcendental" ou "Crítica da Razão Pura". Respondendo àqueles que o acusavam de "inatividade", Kant replica que, pelo contrário, estava então mais envolvido em "ocupações constantes e sistemáticas" do que nos anos precedentes. Esse cansativo trabalho consistia em percorrer todo o "campo dos juízos independentes de princípios empíricos, isto é, [o campo] da razão pura, que reside a priori em nós e cuja revelação não pode ser esperada da experiência" (AA 10: 199). O esboço da obra provinda dessa "ocupação sistemática" era composto por uma "*crítica, uma disciplina, um canon e uma arquitetônica*" da razão pura, partes essas necessárias para indicar "com certeza a extensão, as divisões, os limites e todo o conteúdo" dos princípios da razão pura (idem).

⁸⁰⁰ "Nos fenômenos não se pode encontrar nenhum absolutamente primeiro <*absolut Erstes*>. Mas, sim, na síntese do entendimento. Portanto, não há, decerto, um primeiro começo, mas há, sim, uma primeira causa, parte, ação, etc, etc. Um primeiro como fenômeno apareceria <*würde (...) erscheinen*>, como limite, do nada. A antinomia da razão nada mais é, portanto, do que a diferenciação dos princípios da razão, na medida em que os dados <*data*> são sensíveis, isto é, dependentes de objetos, ou intelectuais, isto é, dados a partir do ânimo mesmo, os quais concordam, decerto, em relação às experiências possíveis, mas não em relação aos limites delas. Por conseguinte, consideradas a posteriori, as ações dos homens são determinadas empiricamente, [mas] a priori [são] indeterminadas e livres". (Rx 4742. AA 17: 694).

agora ver como ocorreu a transposição, na filosofia teórica ou no processo do conhecimento, da estrutura do *forum rationis* ou consciência moral pertencente à filosofia moral ou à imputação e julgamento das ações.

Na *Vorlesung über Anthropologie Parow*, do WS 1772/1773, Kant define explicitamente o processo de conhecimento como um processo judicial, no qual se fazem presentes advogados, partidos e um juiz:

Na investigação [distinção – Ham] do verdadeiro e do falso ocorre em nós um processo ordenado, o entendimento é o juiz, ambos os juízos são os partidos conflitantes e os critérios que cada juízo aduz para si são os advogados. No momento em que o entendimento ouve os dois partidos, não raro encontram-se contraditores que, no entendimento, procuram obter por meio do favor [arte – Euc] o que eles não obteriam pelo processo. Contudo, o entendimento, por não gostar de permanecer por muito tempo em dúvida, encerra logo as atas e chega a uma decisão, e então ocorre frequentemente, como nas cortes <Gerichten> mundanas em que o partido mais fraco ganha apenas pelo fato de que o mais forte apega-se e obstina-se com muito orgulho a seu direito, pois o homem é sempre inclinado a contradizer aquele que desafia seu direito; isso significa amiúde que o entendimento é muito apressado em sua decisão. É o que acontece com frequência: o bandido é rapidamente condenado à força porque o juiz quer ir comer (Anth Parow AA 25: 268. WS 1772/1773)⁸⁰¹.

Outras *Vorlesungen über Anthropologie* da mesma época⁸⁰² ou mais tardias, como a *Menschenkunde*⁸⁰³, reproduzem a mesma ideia, assim como uma Reflexão de lógica que liga à atuação do entendimento como juiz a tarefa de combater os preconceitos⁸⁰⁴. Com

⁸⁰¹ Há uma reflexão contendo um conteúdo semelhante Rx 198 AA 15: 75-76. Cf. Erdmann, B. *Reflexionen zur Anthropologie*. In: *Reflexionen Kants zur kritischen Philosophie*. Op. cit. Reflexion N. 218. S. 110-111): “Convicção, persuasão, propensão à aprovação (s. à dúvida e retardamento). Subjetivamente persuasão e convicção não se distinguem senão quanto ao grau (...). Aprovação decidida, adesão não decidida <Entschiedener Beyfall. Unentschiedene Beypflichtung>. O entendimento é juiz, e as coisas com seus fundamentos são as partes judiciais; elas têm seus advogados <advokaten>. Advogado <Sachwalter> e também intercessor <Fürsprecher>”. A datação de Adickes (1769 ou mesmo antes, 1764-1768), nos parece equivocada. Em nenhum outro fragmento do período Kant concebe o processo de conhecimento como um tribunal, e tampouco Baumgarten na passagem da *Metaphysica* à margem da qual a reflexão foi redigida (§ 531). Esperamos que o argumento avançado até aqui sirva de Beleg para nossa discordância em relação à datação de Adickes.

⁸⁰² Anth Brauer S. 16. Grupo de 1772/1773 (não publicado).

⁸⁰³ “O que determina o valor relativamente à convicção e persuasão? O entendimento é o juiz; mas nós temos também advogados <Advocaten> de nossa causa, onde constituímos dois partos. O julgamento mais conveniente <zweckmäßige Beurtheilung> de uma causa é de incumbência do entendimento, mas temos também partidos de nossas inclinações, que pende ora para um ora outro para o outro lado, e contradiz nosso entendimento e lhe dirige objeções. Assim ocorre com um sistema (um sistema é um todo articulado de nossos conhecimentos). Quando um erudito faz um sistema ou adota um de outrem, ele adquire uma predileção por ele e parece ser-lhe impossível encontrar algo que não esteja encadeado no todo de nossos conhecimentos. Quando se reflete sobre coisas, é preciso, num sistema já feito, não meramente ouvir a si mesmo, mas também deixar o exame a outros, pois o forte pendor ao sistema faz com que não sejamos tocados pelos mais fortes motivos para abandoná-lo [o sistema]. Para erigir um sistema são exigidos muito tempo e um homem de talento; o que um não pode realizar o outro realiza, incluídas aqui as gerações seguintes. Todas as coisas mais importantes que foram incluídas em um sistema produzem solidez e ocupam um grande espaço no ânimo”. (*Menschenkunde* AA 25: 904-905. WS 1781-1782).

⁸⁰⁴ A última *Schriebphase* de Adickes nos parece a mais provável: Rx 2521 AA 16: 403-404 (γ? η? κ-λ? (v-ξ?) - 1760-1764? 1764-1768? 1769-1770? 1770-1771?). “Nós julgamos apenas por meio do entendimento. Em um preconceito, portanto, ao juízo, isto é, à comparação com o entendimento tem de

efeito, a comparação do cético com um juiz, feita na Log. Blomberg em 1771, e da *Gewissen* como *forum rationis* em que há um juiz infalível, entre 1771/1772, resulta nesse momento, 1772/1773, na representação de um tribunal interno às faculdades de conhecimento do sujeito que, contudo, como mostra a passagem da *Vorlesung über Anthropologie* Parow citada, ainda não realiza a distinção clara entre razão e entendimento.

Não por acaso, a partir desse instante do desenvolvimento da filosofia de Kant surgem as primeiras referências explícitas ao filósofo como *legislador* da razão e não meramente um “artista da razão”⁸⁰⁵. A Reflexão de lógica 1652 atribui à filosofia <Weltweisheit>, em oposição à cosmologia ou “ciência do mundo” <Weltwissenschaft>, o conhecimento da “destinação do homem” “segundo o entendimento e a vontade [ie] metafísica e moral” e, assim, ao verdadeiro filósofo o papel de “legislador” <Gesetzkundiger>, em oposição a um mero “artista da razão” <Vernunftkünstler>, numa ideia apresentada na Arquitetônica da KrV (B 867):

É possível distinguir ciência do mundo e filosofia; a primeira é erudição, a segunda conhecimento da destinação do homem segundo o entendimento e a vontade. Metafísica e Moral. Assim, Hume é o maior filósofo <Weltweise> (g Com outras palavras, ciência filosófica <philosophische Wissenschaft> (g Erudição) e sabedoria filosófica <philosophische Weisheit> (...).

s [1] O filósofo é ou artista da razão ou [2] o legislador da razão humana. [1] É uma proposição da filosofia <Vortrag der philosophie> cujo efeito foi sentido de pronto na Escola; contudo, toda a sua influência cessa no uso humano da razão. A outra [2] não tem na Escola nenhum efeito peculiar, mas, sim, [um efeito] tanto maior na vida. Ao primeiro [1] pertence mecanismo, ao segundo [2] cultura do gênio (Rx 1652. AA 16: 67. 1760 a 1775).

A representação do filósofo como legislador da razão se repete em outras Reflexões de lógica e metafísica do mesmo período⁸⁰⁶; ademais, é contemporâneo um *Kollegentwurf*

preceder algo que contém o fundamento <Grund> para enviesar a ação do fundamento, assim como juízes parciais que sabem, antes mesmo de ouvir os argumentos <Gründe>, o que devem dizer”.

⁸⁰⁵ R. Pozzo discute as passagens das *Reflexionen über Logik* em que aparece a oposição entre *Vernunftkunst* e *Gesetzgebung der Vernunft* e surpreendentemente escreve que essa oposição é tomada “claramente de Reimarus” aufgenommen. Ele admite na sequência que “a contraposição referida por Kant torna-se assim clara: de um lado há lógica, metafísica [sic!], matemática, física, etc., de outro, ‘filosofia’ <Weisheitslehre>, ‘a ciência dos fins definitivos <Endzwecke> da razão humana” (Pozzo, R. *Kant und das Problem einer Einleitung der Logik*. Op. cit. p. 69); Pozzo, no entanto, sequer cogita a origem jurídica ou política dessa escolha conceitual por parte de Kant.

⁸⁰⁶ Rx 4467. AA 17: 562 (etwa 1772): “A erudição e a sabedoria racionais <Vernunftgelehrsamkeit und Vernunftweisheit>. A primeira é especulativa e é uma habilidade em resolver as questões da razão; a segunda é uma determinação <Bestimmung> do valor dessas execuções <Ausübungen> do entendimento e de seus limites. A filosofia <philosophie> contém aquela; o filósofo, que contém em si o fim da filosofia, é o último. Ele não é um artista da razão, mas sim um legislador da razão humana”. Rx 1694. AA 16: 85-6 (etwa 1773-7): “Na medida em que considera objetos, a filosofia pertence à série de todas as ciências e distingue-se apenas segundo a forma, a saber, seu conhecimento é um conhecimento racional por conceitos. Na medida em que considera o conhecimento dos objetos em geral, a filosofia é o conhecimento supremo de todos os conhecimentos e a legislação do entendimento e da razão. Lógica

de antropologia em que Kant utiliza uma imagem retirada da *trias politica* clássica (executivo, legislativo e judiciário) para caracterizar o caráter legiferante da razão em oposição ao mero “administrativo” ou “executivo”⁸⁰⁷. De modo geral, na segunda metade da década, após a estrutura da *Crítica* em analítica e dialética, além da necessidade de uma dedução e presença de uma antinomia da razão já terem sido determinadas, o uso do termo “legislação” da razão para opor-se à simples “arte racional” torna-se cada mais frequente⁸⁰⁸.

Como resultado desse movimento conceitual, a ideia de uma nomotética da razão na filosofia ganha força nesse período. Com efeito, a filosofia é a ciência da legislação da razão pura, ou ainda, a *nomotética da razão pura*⁸⁰⁹. Em duas Reflexões de 1778 Kant explicita esta ideia:

Filosofia é a legislação (nomotética) da razão humana. A arte da razão <Vernunftkunst> é a doutrina da habilidade da razão segundo regras (não leis). O filósofo é neste conhecimento um ideal assim como o sábio o é no uso de sua vontade livre. Ele é o modelo de todo uso da razão (Rx 4925 AA 18: 30. (1778)).

A filosofia é a legisladora da razão humana. O artista da razão <Vernunftkünstler> carece de regras, o mestre ou teórico da razão <Vernunftlehrer>, de leis. Legalista ou Jurista <leguleius>. Ela é nomotética da razão humana. A ciência das regras da razão humana é a lógica (Rx 5007. AA 18: 58. (1778)).

(...). Cf. também V-Lo/Blomberg AA 24: 52: “Há eruditos que propriamente nada mais são do que artistas da razão, e tais imitadores de filósofos <nachahmende Philosophen> são comumente obstinados na manutenção de suas opiniões já constituídas. Pelo contrário, de outros eruditos pode-se dizer que eles são os mestres e legisladores da razão”.

⁸⁰⁷ Rx 1486. AA 15: 714 (etwa 1775-7): “(...) Razão é a faculdade de encontrar regras para conhecimentos específicos do entendimento nas quais estes estão contidos. Portanto, [é] a faculdade dos princípios ou máximas no uso do entendimento. (s. [ela] dirige o uso do entendimento segundo princípios (não regras empíricas)). *Razão legisladora e executiva*”.

⁸⁰⁸ Rx 1663. AA 16: 69-70 (1776): “A filosofia é a legislação da razão; o filósofo descarta frequentemente as especulações mais sutis. Leis e regras da execução; o gênio permanece sob regras, do mesmo modo a habilidade. Habilidade e sabedoria. Leis subjetivas (g Máxima é uma lei subjetiva), na medida em que ela concorda com as objetiva (...). Leis ordenam categoricamente, regras, hipoteticamente (sob uma condição problemática”. Rx 1667. AA 16: 71 (1776-1783) (1773-1775) (1764-1768): “A filosofia é o caminho para a sabedoria (...). A arte da razão e a legislação da razão são muito distintas em seu valor. No primeiro a matemática é o mais destacado; na segunda há muitas coisas filosóficas <viel philosophisches> que pertencem à habilidade do entendimento”. Rx 4902. AA 18: 23-24. (etwa 1776-78): “Todos os conhecimentos são filosóficos, isto é, pertencem à filosofia como materiais (...). A filosofia mesma, contudo, como a legislação da razão humana, é composto de metafísica e moral. O resto pertence à erudição”. PhilEnz AA 29: 7-8 (1777-1782): “Um homem que se utiliza da razão e se ocupa com ela pode ser considerado: 1) como um artista da razão; 2) como um legislador da razão, isto é, que ensina <lehrt> não as normas, mas as máximas, independente do objeto. Um artista da razão é aquele que meramente especula. O matemático é um verdadeiro artista da razão e, decerto, em sumo grau, um verdadeiro artista de mil truques. O filósofo pode também representar um artista, contudo, sua obra não é tão durável como a do matemático. Quando o filósofo crê ter erigido seu edifício de modo verdadeiramente artístico, vem então um outro, que é mais artístico, e o põe por terra. Entretanto, a filosofia pode atingir um alto grau em ser a legisladora da razão humana. Enquanto tal, ela é a doutrina da sabedoria e tem a posição mais alta no conhecimento humano”.

⁸⁰⁹ “A ciência da legislação denomina-se nomotética” (V-PP/Powalski AA 27: 147).

A ideia de uma ciência da legislação em geral deve compreender, como vimos até aqui, dois momentos: um negativo, de limitação, e outro positivo, de ampliação. Neste mesmo contexto, surge agora a oposição entre uma mera *philodoxia* e a filosofia propriamente dita. A *Reflexion* 4970 antecipa o § 83 da KU, com um conceito amplo de “cultura” do homem ao qual estariam subordinadas uma cultura da razão a “quaisquer fins”, entendida no sentido da cultura da habilidade da KU, e uma “cultura da *Zucht* (*Disziplin*)”, ou seja, o que prepara o homem a ser, respectivamente, “fim último” <*letzter Zweck*> e “fio derradeiro” <*Endzweck*> da natureza (KU AA 05: 429-35). Ora, na linguagem utilizada na *Reflexion*, o filósofo não pode ser um mero *philodoxo*, mas, antes, deve ser um legislador da razão humana e propor aquelas leis que “limitem as presunções da razão relativas ao fim da humanidade”. Em outras palavras, faz-se presente a ideia de uma legislação negativa como uma “disciplina limitante” que possibilita a “fundação das máximas supremas tanto do uso especulativo como do prático da razão”:

A filosofia é a ciência da adequação <*Angemessenheit*> de todos os conhecimentos com a destinação do homem. A isso pertence, primeiramente, filodoxia como cultura e instrução de todos os talentos, isto é, a adequação dos conhecimentos com todos os fins. Em segundo lugar, a adequação dos mesmos com o uso ampliado da razão. Em terceiro lugar, a fundação das máximas supremas tanto do uso especulativo como do prático da razão; aqui cai por terra a grande erudição, até mesmo a arte racional <*Vernunftkunst*> de notórios homens, e é sem filosofia. O filósofo não é um misólogo, mas sim um legislador da razão humana, e as leis mais distintas <*vornehmste Gesetze*> são aquelas que limitam as presunções da razão relativas ao fim da humanidade <*die Anmaßungen der Vernunft auf den Zweck der Menschheit einschränken*> (Rx 4970. AA 18: 44-45 (1778))⁸¹⁰.

Neste momento do desenvolvimento da filosofia de Kant encontramos uma prova genética para nossa hipótese sistemática. Segundo reflexões da segunda metade da década de 1770, a legislação ou nomotética (como ciência da legislação) da razão compreende duas partes: uma negativa e outra positiva, uma limitadora e outra ampliadora do uso da razão, ou ainda, uma *disciplina* e um *canon* da razão pura. Replicando as divisões da futura *KrV*, Kant escreve:

Divisão. As leis. Nomotética (legislação) da razão pura: 1. parte negativa, disciplina; 2. parte positiva, Canon. Por fim, arquetônica. 1. Filosofia transcendental. 2. Metafísica. Organon. (Rx 5039 AA 18. (1778)).

⁸¹⁰ A *Reflexion* continua: “Primeiramente um amplo conhecimento histórico e racional, assim como antes de um legislador primeiro multiplicidade dos cidadãos e das artes. Para prescrever leis à razão, é preciso conhecê-la. Contudo, apenas nas máximas da filosofia inclui-se filosofia; os outros conhecimentos são filosóficos, isto é, pertencem àquela (...). História e descrições precisam, em primeiríssimo lugar, ser tratados em adequação à razão (...). Depois [vem] seu nexo segundo máximas da razão; pois seu sistema [é] de acordo com a ideia legiferante da razão <*Gesetzgebenden idee der Vernunft*>”.

O conceito à primeira vista puramente jurídico de nomotética se faz pois presente na própria filosofia. Ora, a razão como juíza e a legislação da razão pura exigem, pelo seu conceito mesmo, que todo caso conflituoso possa ser pacificamente resolvido. A razão é uma unidade, um todo coeso que não permite contradições, sedições internas (A xiii)⁸¹¹. É “condição mesma de se ter razão” que “os princípios e afirmações dela não se contradigam entre si” (KpV AA 05: 120). Ademais, assim como toda legislação que regula a liberdade, também a *KrV* deve ter uma parte negativa e outra positiva. Em torno de esse ponto específico e o método jurídico aqui envolvido girará a próxima parte do nosso trabalho.

⁸¹¹ Sobre isso, Cf. Prefácio A: “[M]e arrisco a dizer que não deve haver uma única tarefa metafísica que não tenha sido aqui solucionada, ou para cuja solução eu não tenha pelo menos fornecido a chave. Na verdade, a razão pura é uma unidade tão perfeita que, se um princípio seu fosse insuficiente para uma única de todas as perguntas que lhe são postas por sua própria natureza, seria preciso descartá-lo, pois já não poderia ser aplicado, com plena confiabilidade, a nenhuma das demais” (A xiii).

3ª Parte - ANÁLISE SISTEMÁTICA DA METAFÓRICA JURÍDICA NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Com a 3ª Parte do presente trabalho chegamos finalmente ao momento propriamente sistemático da interpretação da constituição jurídica da *KrV*. Apoiando-se nas bases históricas e genéticas estabelecidas nas partes anteriores do trabalho, o objetivo aqui é compreender como Kant estabelece sua *KrV* como um tribunal e uma legislação da razão pura. No 8º capítulo a Disciplina da Razão Pura será analisada como o momento em que são expostos o duplo caráter da legislação da razão e as formas de executar as tarefas examinatória e judicativa (*prüfende* e *richterliche*) da da razão. A disciplina da razão em seu uso dogmático fundamenta sistematicamente a recusa da imitação do procedimento matemático em filosofia e estabelece os limites a serem respeitados por uma prova direta e ostensiva na filosofia pura. Nesse respeito, a disciplina da razão em seu uso polêmico, relativo a hipóteses e às provas apresenta os mecanismos disponíveis à razão para a defesa e justificação de suas proposições, resultando daí um quadro mais completo sobre o modo de instituir e efetivar os aspectos negativo e positivo da legislação da razão pura. O 9º capítulo analisará o procedimento dedutivo da *KrV*, tanto das categorias como das ideias transcendentais, com base no modelo metodológico de dedução jurídica discutido numa perspectiva histórica e nos motivos críticos desenvolvidos no interior do quadro genético de nosso trabalho. A dedução kantiana se releva, assim, como um procedimento probatório que respeita os limites impostos à validade das proposições da razão pura, desvelando, sob nova perspectiva, o duplo caráter da legislação da razão. No 10º e último capítulo a Dialética Transcendental e mais especificamente a Antinomia da Razão Pura serão investigadas à luz da legislação *completissima* da razão. Nesse contexto e em consonância com o objetivo negativo/positivo da legislação da razão pura, as pretensões da razão pura em relação a seus objetos por excelência, Deus, Alma e Mundo, são conciliadas com as pretensões de um uso imanente das proposições transcendentais no interior da experiência possível. Ao invés de uma recusa indiscriminada das pretensões da razão pura, o procedimento probatório e polêmico previsto pela legislação da razão pura possibilita a coexistência de seus diversos usos, dentre os quais o uso prático-moral.

8. A DISCIPLINA DA RAZÃO PURA – LEGISLAÇÃO NEGATIVA E POSITIVA DA RAZÃO

Kant ressalta ao final da seção introdutória à Disciplina da Razão Pura que esta parte da Crítica trata não do *conteúdo* <Inhalt>, tema da Doutrina Transcendental dos Elementos, mas sim do *método* do conhecimento <Methode der Erkenntnis> (A 711/B 739). Não da matéria, materiais ou elementos do edifício do conhecimento puro da razão especulativa (Cf. A 62-63/B 87-88; A 707/B 735), mas da *forma* do mesmo. É justamente este o tema da Doutrina Transcendental do Método, parte da *KrV* na qual se encontra o capítulo sobre a Disciplina da razão pura. Kant a caracteriza como a contraparte *transcendental* da lógica prática ou disciplina geral do método da tradição racionalista (A 708/B 736), ou seja, como o *Pendant* transcendental de uma divisão pertencente à lógica geral⁸¹². Trata-se de um termo de difícil definição, como se ressaltou recentemente na *Kant-Forschung*⁸¹³. Grosso modo, a doutrina transcendental do método para Kant é um misto de lógica prática (doutrina geral do método), lógica particular (de um uso particular do intelecto, no caso o da razão pura) e daquilo que compõe a parte da *Vernunftlehre* de Meier dedicada à “Lehrart der gelehrten Erkenntnis”⁸¹⁴, com especial predominância desta última, como veremos⁸¹⁵. Meier

⁸¹² Cf., dentre outras, Rx 3332 AA 16: 783; Rx 3333. AA 16: 784; Rx 3325. AA 16: 781; V-Lo/Busold. AA 24: 682. A identificação de uma doutrina geral do método como parte da lógica geral coaduna-se, de resto, com a concepção de lógica herdada por Kant, que incluía ainda doutrinas do conceito, do juízo e da inferência. Cf. Brandt, R. *The Table of Judgments: Critique of Pure Reason A 67-76; B 92-101*. Atascadero. Ridgeview Publishing Company. 1995. pp. 67-110. Capozzi, M. *Kant e la Logica. Vol I*. Napoli. Bibliopolis. 2002. pp. 271-310. Além das três *operationes mentis* (envolvidas em conceitos, juízos e silogismos), Kant segue seus predecessores e inclui uma doutrina do método - que se dirige apenas ao estatuto epistemológico do conhecimento - no interior da lógica geral. Brandt inclusive chega a utilizar esse dado histórico para demonstrar a “certeza pragmática” (Capozzi, M. Op. Cit. p. 301) da completude da tábua kantiana do juízo: “A tábua dos juízos, com seus quatro títulos [quantidade, qualidade, relação e modalidade], de fato formula os elementos essenciais das doutrinas dos conceitos, juízos, inferências e método, e dessa forma exemplifica de uma maneira inteiramente nova a estrutura da mais recente lógica aristotélica (especialmente desde a lógica de Port-Royal) com seus livros-texto divididos em quatro partes. E a Crítica mesma, com suas categorias (conceitos), princípios (juízos), dialética (silogismos), e, finalmente, doutrina do método, assume a estrutura quadripartite da tábua dos juízos” (p. 7). Como argumentaremos na sequência, essa “origem lógica” da Doutrina Transcendental do Método não basta e sequer é fundamental para compreender as especificidades desse momento da *KrV*.

⁸¹³ Cf. Rivero, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant*. Op. cit. p. 16.

⁸¹⁴ Meier, G. F. *Vernunftlehre*. Halle, 1752. §§ 449ss; Meier, G. F. *Auszug aus der Vernunftlehre*. Op. cit. §§ 414ss.

⁸¹⁵ Segundo La Rocca, a dificuldade de identificar de modo inequívoco a Doutrina Transcendental do Método de Kant com as disciplinas correlatas de seus precedentes (lógica prática, doutrina do método, etc) radica no fato de, para Kant, a questão metodológica vir ligada de modo agudo à questão da ordem e organização do conhecimento. Ao contrário do que ocorre, por exemplo, com Wolff e Meier, “o método torna-se em primeiro lugar aquela da construção – e não apenas de exposição ou de aperfeiçoamento”. La Rocca, C. “Instruzione per costruire. L’ Dottrina del metodo nella prima Critica”. In: *Soggetto e mondo. Studi su Kant*. Venezia: Marsilio, 2003 p. 196. Cf. também Stuhlmann-Laeisz, R. *Kants Logik. Eine*

prescrevia uma lógica prática para cada âmbito específico do saber⁸¹⁶, no interior da qual a “disciplina” como prescrição para a prevenção do erro constituía uma das partes cruciais do método científico⁸¹⁷. Ora, sendo a *KrV* um “tratado do método” (B xxii), causa surpresa que esse capítulo crucial para o intuito metodológico da *Crítica* não tenha despertado tanto interesse na *Kant-Forschung*. Por certo, a Doutrina Transcendental do Método não é apenas uma “porta de ingresso” no edifício da *Crítica*, como também seu “primeiro núcleo teórico”⁸¹⁸, ou dito mais precisamente, *metodológico*. Com efeito, a compreensão de temas importantes como a delimitação do método matemático em relação ao método filosófico realizada na Disciplina da razão pura em seu uso dogmático, ao lado das instruções para o uso polêmico da razão e as limitações às hipóteses e provas <*Beweise*> transcendentais da razão pura, tópicos tratados nos demais capítulos da Disciplina da razão pura, é pressuposto para a investigação da Analítica e da Dialética Transcendentais. Por essa razão fazemos preceder aos capítulos sobre a dedução e a dialética uma longa análise dessa parte da *KrV*, onde, não por acaso, inúmeras metáforas político-jurídicas são utilizadas, como veremos.

Como já dito, a Disciplina da razão pura constitui um raro objeto de preocupação na bibliografia secundária se comparada às demais partes da *KrV*. Giorgio Tonelli, que procurou compreender a *KrV* no interior da tradição lógica do século XVIII, reconheceu a importância da Disciplina mas evitou discutir em detalhe a “relação entre a Dialética Transcendental como uma disciplina da razão, e a Disciplina

Interpretation auf der Grundlage von Vorlesungen, veröffentlichten Werken und Nachlaß. Berlin/New York: Walter de Gruyter. 1976. p. 10; Brandt, R. *The Table of Judgments*. Op. cit. Capozzi, M. *Kant e la Logica*. Op. cit.. Pozzo, R. *Kant und das Problem einer Einleitung in die Logik*. Op. cit. Tonelli, G. *Kant's Critique Within Modern Logic*. Op. cit. Riedel, M. *Urteilkraft und Vernunft. Kants ursprüngliche Fragestellung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

⁸¹⁶ Meier, G. F. *Vernunftlehre*. Op. cit. § 451. “A ordem e sua natureza [scil. do modo de ensino <*Lehrart*>] dependem da natureza da coisa (...). Por conseguinte, há tantos modos de ensino quantos são os modos de conhecimento”.

⁸¹⁷ Sobre as divisões da lógica e o distanciamento de Kant em relação à divisão wolffiana da lógica em parte teórica e prática, Cf. Rumore, P. “Logica e Metodo. La presenza di Georg Friedrich Meier nella ‘Disciplina della Ragion Pura’”. In: *Studi Kantiani*, 24, 2011. p. 94. Rumore defende ter sido Meier, e não Baumgarten ou Wolff, quem ligou explicita e enfaticamente a parte prática da lógica a problemas de *método*. S. 95. Com efeito, para Meier, a lógica prática seria uma *ausübende Vernunftlehre*, ou seja, algo como uma “lógica executiva”. Meier, G.F. *Vernunftlehre*. Op. cit. § 13. “Eu divido também a lógica <*Vernunftlehre*> em teórica e prática ou lógica instrutiva e executiva <*lehrende und ausübende Vernunftlehre*>. Naquela as regras do conhecimento erudito e da apresentação erudita <*gelehrten Vortrags*> são tratadas não de maneira que elas sejam aplicadas a modos particulares de conhecimento e de apresentação – isso ocorre na lógica prática”.

⁸¹⁸ “Portanto, a despeito do desinteresse demonstrado desde uma longuíssima tradição exegética, a *Methodenlehre* são representaria apenas – como se pretendeu sustentar recentemente – a ‘porta de ingresso’ no edifício da *Crítica*, mas até mesmo o seu primeiro núcleo teórico”. Rumore, P. “Logica e Metodo”. Op. cit. p. 93.

da Razão na Doutrina Transcendental do Método”, argumentando que aqui surgem “vários problemas complexos e de amplas consequências”⁸¹⁹. Não seria exagerado afirmar que praticamente todos os comentadores seguem Tonelli nesse juízo e não realizam uma investigação sobre o relacionamento entre estas partes da *KrV*, incluindo também a Analítica Transcendental, sequer mencionada por Tonelli na passagem acima. Nosso objetivo aqui é justamente enfrentar esses problemas e preparar o terreno para a discussão sobre como as seções do capítulo da Disciplina relacionam-se com o capítulo sobre a Dedução na Analítica Transcendental e a Dialética Transcendental, com ênfase sobretudo no capítulo sobre a Antinomia da Razão Pura. Argumentamos que sem uma leitura prévia desse importante capítulo da Doutrina Transcendental do Método não é possível compreender a contento o duplo objetivo de Kant na Dialética e, podemos afirmar, na própria *KrV*: disciplinar o uso especulativo da razão para permitir seu uso prático, ou ainda, instaurar uma legislação *negativa* e *positiva* da razão pura. Ao contrário, portanto, de certa literatura recente sobre a Doutrina Transcendental do Método e mais especificamente a Disciplina da Razão Pura⁸²⁰, preferimos analisar essa importante parte da *KrV* não prioritariamente à luz de seu ancoramento na tradição *lógica*, mas como solo para uma compreensão *jurídico-política* da Crítica. Não por acaso é nesta parte da *KrV* que as metáforas políticas, jurídicas e bélicas se fazem mais presentes. Entendemos que nesta parte da Crítica se articulam os dois momentos da legislação da razão cujo sentido genético já forma discutidos nos capítulos 5 a 7: o *negativo* e o *positivo*, para cuja devida expressão o jargão jurídico e político é exigido, inclusive no que diz respeito aos procedimentos de prova em jogo aqui.

8.1. Disciplina da razão pura como uma legislação negativa

8.1.1. *Die (Selbst)Disziplin der Vernunft*

Por repetidas vezes Kant ressalta que os erros da metafísica tradicional têm como origem a desconsideração das “advertências” ou do “controle” <*Zügelung*> da Crítica (p.ex. A 295-6/B 352). Com efeito, Kant inicia o capítulo da Disciplina discutindo os juízos negativos, que teriam, segundo ele, uma função própria: *prevenir o erro*. Essa função é tanto mais urgente quando se constata que nosso conhecimento está

⁸¹⁹ Tonelli, G. *Kant's Critique Within Modern Logic*. Op. cit. p. 101.

⁸²⁰ Destaquemos aqui Pozzo, Rumore, Tonelli e Brandt. Cf. nota acima.

encerrado em limites estreitos e sujeito a ilusões “muito enganadoras” <*sehr betrüglich*>. A referência à Dialética Transcendental é clara. Nesse caso, onde o erro é comum e mesmo natural, a instrução negativa assume mais importância do que a positiva, ela mesma ocasionadora de novos erros, apesar de sua intenção de ampliar o conhecimento:

Onde, porém, as fronteiras <*Schranken*> de nosso conhecimento possível são muito estreitos, onde o impulso de julgar é muito forte, a ilusão que se apresenta muito enganosa, e o prejuízo causado pelo erro considerável, aí o *negativo* na instrução, que serve apenas para prevenir-nos dos erros, tem ainda mais importância do que muitos ensinamentos positivos pelos quais nosso conhecimento poderia crescer (A 709/B 737).

Denomina-se “disciplina” essa “coerção” <*Zwang*> pela qual “limita-se e finalmente elimina-se a contínua propensão em descumprir certas regras” (idem)⁸²¹. Que a razão precise de uma disciplina que a impeça de prosseguir na sua “propensão a estender-se para além dos estreitos limites da experiência possível” <*Hang zur Erweiterung, über die engen Grenzen möglicher Erfahrung*> e assim enredar-se em “extravagâncias e erros” <*Ausschweifung und Irrtum*>, continua Kant, é algo que a “humilha” (Cf. também B 823) - por esse motivo é a própria razão que deve empreender essa difícil tarefa de (auto)limitação e (auto)censura. Em uma palavra, a razão pura carece, em seu uso especulativo, de uma *Crítica*.

Nas doutrinas particulares onde há equívocos esparsos, como na matemática ou na ciência da natureza, basta uma “censura”, já na ciência da razão pura, porém, onde não é possível a construção do conceito na intuição pura e onde falta a “pedra de toque da experiência” <*Probierstein der Erfahrung*>, cumpre empreender uma “crítica” que atinja as “causas” de tais erros (A 711/B 739)⁸²². Na ideia de *crítica* está contida a de uma “legislação negativa” da razão que, como um “sistema de cautela e auto-exame” <*System der Vorsicht und Selbstprüfung*>, consiga preveni-la do “sistema de enganos e

⁸²¹ Na sequência Kant opõe disciplina, por um lado, e cultura e doutrina, por outro - aquela é meramente negativa e estas, pelo contrário, têm uma contribuição positiva, por exemplo, “para a formação de um talento” (KrV A 710/B 738). Lembre-se aqui da oposição de cultura da disciplina e cultura da habilidade na *KU*. Se como momento propedêutico a Crítica é uma (auto)disciplina da razão pura, a metafísica, como momento propriamente científico da razão pura (“Sistema da razão pura (ciência)” (A 841/B 869)) é, pois, a “cultura da razão humana” (A 850/B 878). Voltaremos a isso adiante.

⁸²² Sobre a oposição entre “censura” e “disciplina” ou “crítica”, Cf. A 760-1/B 788-9. A censura é um procedimento “que submete os *facta* da razão ao exame e, após os resultados, à repreensão”, enquanto que na disciplina ou crítica não são os *facta* da razão que se tornam objeto de exame e escrutínio, mas antes “a razão mesma, segundo a sua faculdade como um todo e sua aptidão para conhecimentos puros a priori; e isso não é uma censura, mas a crítica da razão, através da qual são provados a partir de princípios (não apenas presumidos) não somente as *fronteiras* <*Schranken*>, mas os *limites* <*Grenzen*> determinados da razão”. Na mesma passagem Kant atribui a Hume e a uma vertente do “ceticismo dogmático” a censura da razão pura, que leva à “desesperança cética”, não à crítica como legislação negativa e positiva. A 767/B 795.

embustes” <*System von Täuschungen und Blendwerken*> que ameaça seu uso especulativo puro, substituindo-o por um "sistema de prevenção e autoexame" <*System der Vorsicht und Selbprüfung*>:

Onde se pode encontrar, porém, como na razão pura, todo um sistema de enganos e embustes, bem ligadas entre si e unificadas sob princípios comuns, aí parece necessária uma *legislação* inteiramente própria, e de fato *negativa*, que sob o nome de uma *disciplina* erige, a partir da natureza da razão e dos objetos de seu uso puro, como que um sistema de cautela e auto-exame face ao qual nenhuma ilusão sofística falsa pode subsistir (711/B 739. Grifo meu).

A (auto)disciplina da razão entendida como crítica e legislação negativa ataca as causas do erro, sua raiz profunda, e assim descobre e neutraliza a ilusão transcendental. Como a Dialética Transcendental torna claro, a autodisciplina da razão ataca em primeiro lugar as pretensões da metafísica a um conhecimento sintético a priori, sua pretensão de tornar-se uma efetiva ciência da razão pura. Esta é a utilidade negativa da crítica, a função própria de sua legislação *negativa*. Decerto, caso a crítica parasse por aqui, a imagem de Kant como *Allzermalmer* da metafísica seria acertada. Contudo, em imediata continuidade a essa tarefa negativa ou de “purificação” <*Läuterung*> (A 11/ B 25)⁸²³, a Crítica assume também um papel positivo, revela sua legislação *positiva*: com o desvelamento da fonte do erro, a crítica entendida como (auto)disciplina da razão impõe uma determinação de limites <*Grenzbestimmung*> às pretensões da razão pura especulativa *ao mesmo tempo* em que restringe as “presunções sofísticas” daquele que rejeita a possibilidade mesma de um uso sintético a priori da razão, colocando-a a salvo de “todos os ataques” injustificados:

É humilhante para a razão humana que ela não consiga realizar nada em seu uso puro, e chegue ainda a precisar de uma disciplina para conter seus excessos e evitar as fantasias daí decorrentes. Por outro lado, isso a eleva novamente, e lhe dá uma confiança em si mesma, para que possa – e deva – exercitar ela mesma essa disciplina, sem temer uma nova censura sobre si; e os limites que ela é forçada a colocar para seu uso especulativo também limitam as presunções sofísticas de todos os adversários e, portanto, asseguram contra toda forma de ataque o que tenha restado de suas exageradas exigências anteriores (A795/ B 823).

A “maior e talvez única” utilidade de “toda filosofia da razão pura” é, decerto, negativa: “a de que ela serve não como órganon para a ampliação, mas como disciplina para a determinação de limites, e, em vez de descobrir a verdade, tem o silencioso mérito de impedir os erros” (idem). Contudo, como contraparte à delimitação das pretensões

⁸²³ “Tal ciência não seria uma *doutrina*, mas teria de denominar-se apenas *crítica* da razão pura, e sua utilidade seria de fato, no que diz respeito à especulação, meramente negativa, servindo não para a ampliação, mas somente para a purificação de nossa razão e para mantê-la livre de erros, o que já constitui um grande ganho” (A 11/B 25). É significativo que o trecho “no que diz respeito à especulação” seja um acréscimo da edição B.

especulativas da razão surge a necessidade de que seus adversários restrinjam, eles mesmos, suas pretensões inicialmente acertadas contra a ampliação do conhecimento especulativo da razão, mas posteriormente tornadas desmesuradas quando ampliadas à presunção de *demonstrar* tal impossibilidade e *concluir* pela impossibilidade de *todo* uso sintético a priori da razão. Com a delimitação disciplinar da razão especulativa, que restringe a ela e a seus adversários, torna-se bem fundado e legítimo o uso *prático* da razão. O tribunal da razão, ao restringir negativamente a liberdade da razão no âmbito especulativo, possibilita, ao mesmo tempo, a ampliação desta mesma liberdade, agora no campo prático. Em outras palavras, a crítica é uma *disciplina*, no sentido genuíno de um saber *negativo*, mas também na necessária contraparte positiva de possibilitar a ampliação do uso da razão para além do especulativo⁸²⁴. No final do capítulo da Disciplina Kant explicita essa ideia:

[A] crítica descobrirá com facilidade a ilusão dogmática e forçará a razão pura a desistir de suas excessivas presunções no uso especulativo e recolher-se aos limites de seu solo próprio, qual seja, aquele dos princípios práticos (A 794/B 822).

À razão especulativa cabe a tarefa negativa, ou seja, “não ampliadora, mas sim purificadora” *<nicht erweiternd, sondern läuternd>* (KpV AA 05: 135)⁸²⁵, de limitar as “suas excessivas presunções” da razão pura em seu uso teórico, permitindo, assim, o uso positivo desta mesma razão em outro terreno: o moral.

8.1.2. A Crítica como disciplina. A fonte lógica de “disciplina”

⁸²⁴ Tonelli reconhece a identificação de crítica e disciplina “negativa” sem, contudo, dar a devida atenção à contraparte “positiva”, que não se identifica imediatamente com uma “doutrina”: “Disciplina é um termo pertencente à metodologia, e ele é pois aplicado a algumas seções sobre os elementares da crítica. De fato, toda a lógica transcendental, em conexão com o uso especulativo da razão pura, é uma disciplina. Contudo, parece que a disciplina da lógica transcendental é centrada na dialética transcendental. A filosofia não é um *órganon* para a extensão de conhecimentos, mas, sim, basicamente uma disciplina para a limitação da razão pura. Algumas vezes os termos disciplina e censura parece ser sinônimos”. Tonelli, G. *Kant's Critique of Pure Reason Within Modern Logic*. Op. cit. pp. 116-117. Cf. também pp. 100-101.

⁸²⁵ “Mas uma vez a razão estando em posse deste acréscimo, ela precisará, enquanto razão especulativa, trabalhar com essas ideias de maneira negativa (propriamente apenas para assegurar o seu uso prático), isto é, não para uma ampliação, mas para uma purificação, para afastar, de um lado, o *antropomorfismo* como fonte da *superstição* ou como a ampliação aparente desses conceitos pela presumida experiência, e, de outro lado, para afastar o *fanatismo*, que promete a ampliação desses conceitos por meio da intuição suprassensível ou de sentimentos semelhantes; todos esses consistem em obstáculos ao uso prático da razão pura, obstáculos cuja supressão portanto pertence, sem dúvida, à ampliação de nosso conhecimento em um propósito prático, sem que seja contraditório a este propósito ao mesmo tempo confessar que a razão, no propósito especulativo, não ganhou nada com isso”. (KpV AA 05: 135-6).

As primeiras referências de Kant ao par disciplina/doutrina em meados da década de 1760 são, de certa forma, imprecisas e sem grande rigor conceitual⁸²⁶. À medida, porém, que a nova filosofia crítica foi sendo formulada no final da década de 1760 e ao longo da de 1770 os termos adquirem um sentido mais preciso e próximo àquele que assumem no período crítico, ligando-se a ideias conexas, nutridas por Kant desde a segunda metade de 1760, sobre a necessidade de uma preparação negativa (e cética) para “retirar os trajes dogmáticos” da metafísica e dispô-la para um uso positivo⁸²⁷. Como atestam por exemplo as *Reflexionen* 3388⁸²⁸, 1579⁸²⁹, 4455⁸³⁰, entre outras, desde as primeiras reflexões de Kant sobre o tema a ideia inicial de uma *crítica* da razão pura esteve não por acaso, o que ressalta acertadamente Tonelli, relacionada a uma “disciplina” <Disziplin>, uma *Lehre* negativa, um mero “canon” do correto uso da razão, e não a uma “doutrina” <Doktrin>, uma *Lehre* “positiva”, um “organon” do conhecimento intelectual⁸³¹. A própria ideia de que a disciplina deve vir *antes*, ou seja, *preceder* a doutrina é uma reversão de Kant da ordenação da tradição da *Schulphilosophie*, conceitualizada mais especificamente em Baumgarten⁸³² e Meier.

⁸²⁶ NEV AA 02: 307; 310. AA 10: 70. Tonelli reivindica que nas primeiras ocorrências dos termos disciplina e doutrina Kant os utiliza como sinônimos de “ciência”; contudo, as passagens não parecem permitir essa conclusão. Tonelli, G. *Kant's Critique of Pure Reason Within Modern Logic*. Op. cit. p. 38.

⁸²⁷ Cf. a carta a Mendelssohn de 1766 (AA 10: 70-1) já citada acima.

⁸²⁸ Rx 3388. AA 16: 809 (1770-1776): “A instituição é ou doutrina (positiva) ou disciplina (negativa). O organon da última é crítica”.

⁸²⁹ Rx 1579 AA 16: 21 1760-1775: “(...) Crítica (disciplina) (...); como catárticon ela atinge sua maior utilidade; como crítica (disciplina)”.

⁸³⁰ Cf. Rx 4455. AA 17: 557-558 1772, já citada no capítulo 7. “(g Ela é disciplina da razão pura. Estética: crítica do gosto.) Ideia da metafísica: ela é uma crítica ou doutrina: o seu procedimento é zetético ou dogmático? É a pergunta: o que é possível conhecer por meio da mera razão sem toda experiência (matemática, Moral)? Quais são as fontes, as condições e limites <Quellen, die Bedingungen und Grenzen>. A filosofia transcendental é crítica da razão pura. Estudo do sujeito <studium des subjects>, confusão do subjetivo com o objetivo, prevenção <Verwechslung des subjectiven mit objectivem, Verhütung>”.

⁸³¹ Tonelli, G. *Kant's Critique of Pure Reason Within Modern Logic*. Op. cit. pp. 37-59. Esp. p. 41: “Dessa forma, parece que, de fato, [para Kant por volta de 1770] três diferentes níveis são distinguidos no interior da filosofia: (1) propedêutica ou ciência do método, que é meramente refutatória ou negativa, sendo ocasionalmente chamada de disciplina; (2) metafísica como um organon para conhecimentos intelectuais contendo os primeiros princípios do uso puro do entendimento, e correspondendo à ontologia e à psicologia racional, e (3) uma ciência dogmática de Deus e da Moral”.

⁸³² Cf. Baumgarten, A. G. *Acroasis logica in Christianum L. B. De Wolff*, Halle, 1761, Nachdruck Hildesheim: Georg Olms, 1973. Esta obra consiste em um comentário da Lógica latina de Wolff que Baumgarten utilizara em suas aulas na Universidade de Halle. Vgl § 356: “A doutrina disposta metodicamente sob a forma de uma disciplina – e a disciplina demonstrada é trazida sob a forma de uma ciência – *uma *Lehre* é apresentada de forma ordenada; **[ela] recebe a forma de uma ciência” <Doctrina methodice proposita, in formam disciplinae* – et disciplina demonstrata in formam scientiae redigitur** – *eine Lehre wird ordentlich vorgetragen **bekommt die Gestalt einer Wissenschaft>. Na edição da *Acroasis* publicada por Johann Gottlieb Töllner em Halle em 1773 lê-se (§513): ““De uma proposição conhecida a partir das características internas da verdade é dito ser um dogma; portanto, toda proposição comum é um dogma. O conjunto de dogmas de um mesmo tema ou objeto é doutrina: se é apresentada de forma metódica, ela é trazida para a forma de uma disciplina. Uma disciplina demonstrada

Este, por exemplo, escreve claramente que a disciplina vem *depois*, ou seja, *sucede* a doutrina:

Uma doutrina <Doktrin>, uma Lehre (doutrina) é o conjunto de verdades dogmáticas que têm um e o mesmo objeto. Uma disciplina <Disziplin> (disciplina) é uma Lehre na medida em que ela é conhecida metodicamente. Uma disciplina demonstrada é uma ciência (scientia obiective spectata). O conhecimento erudito é sempre em seu início uma doutrina, na sequência se lhe dá a forma de uma disciplina e, finalmente, a forma de uma ciência, e então ele atinge sua maior perfeição (Auszüge §.434. Grifo meu).

Com efeito, se se procura erigir uma ciência dedutiva e “demonstrada”, como dão prova as obras de Wolff⁸³³, um “conjunto de verdades dogmáticas” deve *preceder* a disciplina entendida como o conhecimento metódico dessas verdades dogmáticas, para, por fim, chegar-se à ciência, uma “*disciplina demonstrada*”. Em suma, a disciplina é a montagem sistemática que precede a ciência, mas nunca uma “propedêutica” à doutrina, nunca um saber não-dogmático ou *crítico*. Para Kant, contudo, que rejeita diretamente não o método dogmático mas o dogmatismo (Cf B xl-xli), a disciplina *precede* a doutrina, a crítica *precede* a metafísica, a legislação *negativa* da razão precede a *positiva*⁸³⁴. Como já vimos, essa ideia é apresentada pela primeira vez na Seção V da *Dissertatio*, onde Kant descreve a peculiaridade da metafísica em relação à matemática e às ciências da experiência como residindo na precedência do método em relação ao

é uma ciência (considerada objetivamente). O conjunto de doutrinas conectadas em um todo único é um sistema”. Além das referências a Baumgarten e Meier, Rumore nota que o termo “disciplina” falta completamente nas *aeta wolffiana*. Rumore, P. “Logica e Metodo”. Op. cit. p. 97

⁸³³ Referimo-nos aos próprios títulos das obras, muitos dos quais possuem o termo *spectata*, designando o caráter de uma “disciplina objetivamente demonstrada” ou *scientia obiective spectata*. Cf. Arndt, H. W. *Methodo scientifica pertractatum*. Op. cit.

⁸³⁴ Encontra-se um comentário crítico a essa passagem de Meier na Logik Pölitiz, de início dos anos 1780, em que Kant rejeita a definição de ciência como disciplina (ou doutrina) demonstrada e onde, ademais, o termo crítica surge como a disciplina que precede a doutrina: “É preciso distinguir doutrina e disciplina. Toda instituição <Institution> pode ser negativa, isto é, proteger de erros, e então ela é disciplina, ou positiva, isto é, ampliar conhecimento, e então ela é doutrina. Crítica é aquilo que precede antes de eu apresentar conhecimentos como doutrina ou disciplina. Ela é a investigação das fontes de onde surge o conhecimento, ela é, contudo, para o *Lehrer*. O autor [scil. Meier] diz que ciência é disciplina demonstrada; isto é falso, ela pode ser doutrina e pode ser ciência sem demonstração, como, p.ex., a história”. V-Lo Pölitiz AA 24: 600. É significativo que no comentário à mesma passagem de Meier na Log Blomberg AA 24: 293, provavelmente de 1771, o termo “crítica” ainda não surja ainda como correlato de “disciplina”, como será o caso a partir da metade da década de 1770, mas antes com o sentido de uma doutrina ordenada segundo um método, ou seja, no sentido que Meier dava ao termo. Já na Lógica Bauch, provavelmente da primeira metade da década de 1770 e posterior à Log. Blomberg, surge a distinção já “crítica” de disciplina e doutrina, incluindo a menção à necessidade de uma “disciplina da razão pura”, sem que, entretanto, haja a assimilação ou aproximação de disciplina e crítica: “Cada todo de conhecimento pode ser um doutrina ou disciplina. Há ciências nas quais não há doutrina, mas apenas pura disciplina. Toda disciplina é um tipo de formação do sujeito <Bildung des Subjects>, na medida em que lhe é exercida uma certa coerção <Zwang>. Uma disciplina serve para impedir que nossos conhecimentos fiquem desregrados. Ela é sempre negativa (...). A faculdade da razão a partir da experiência carece de muito pouca disciplina; entretanto, a razão pura, onde julgamos sobre os limites da razão, precisa de uma disciplina da razão humana”. Kant, I. *Logik Bauch* in: *Logik Vorlesung*, Hrsg. von Tillmann Pinder. Hamburg: Meiner, 1998. p. 208. Cf. Rumore, P. “Logica e Metodo”. Op. cit. p. 101.

uso (MSI AA 02: 410-11) ou do uso elêntico (negativo) do intelecto precedendo um possível uso dogmático (positivo) (MSI AA 02: 395-6)⁸³⁵. A *Crítica* reverte o quadro racionalista: o que era doutrina tem de ser considerado disciplina:

O que foi inicialmente tomado como uma doutrina da razão pura é agora sua disciplina, isto é, seu cultivo ou disciplinamento e animadversão <*Zucht und animadversion*>. A disciplina é a limitação das forças do ânimo ou inclinações às suas fronteiras apropriadas. A disciplina é negativa. Não dogmática. O espírito não tem apenas de ser instruída <*unterwiesen werden*>: instituição, mas também ser disciplinado, isto é, desacostumá-lo de seus máus hábitos <*seine unarten ihm abgewöhnt werden*> (Rx 5044. AA 18: 71 (1776)).

A ideia de uma disciplina da razão pura está, de resto, estreitamente ligada à concepção de uma metafísica negativa já discutida anteriormente. A ideia inicial da *Crítica* como uma ciência propedêutica à metafísica confunde-se, sob certa medida, com a designação da *Crítica* como (auto)disciplina e legislação negativa da razão⁸³⁶.

A disciplina se identifica a um outro termo utilizado por Kant no período que a liga ao conceito de ilusão transcendental, a saber, a *Phaenomenologia generalis* que Kant menciona na carta a Lambert de 02/09/1770 (AA 10: 98) e reaparece, sob a forma germanizada, na carta a Herz de fevereiro de 1772 (AA 10: 129)⁸³⁷. Na carta a Lambert, Kant descreve a *phaenomenologia generalis* como “uma ciência meramente negativa que precisa preceder a metafísica para que sejam determinados os limites e a validade dos princípios da sensibilidade e, com isso, a metafísica não se equivoque nos juízos sobre os objetos da razão pura, como até aqui quase sempre ocorreu” (AA 10: 98. Cf. Rx 4163. AA 17: 440 1769-1770). Kant relata ainda na mesma carta que havia preparado um “apanhado da metafísica (...) na medida em que ele contém a natureza desta, as primeiras fontes de todos os seus juízos e o método” (AA 10: 97). Num olhar prospectivo, esta *phaenomenologia generalis* seria algo próximo do significado

⁸³⁵ Cf. acima Cap. 7.

⁸³⁶ A noção da *Crítica* como ciência propedêutica ao “verdadeiro sistema da razão pura” e canon dos princípios pelos quais conhecimentos puros a priori podem ser “adquiridos” e “obtidos” surge em diversos momentos da *KrV*, como na introdução B: “então podemos considerar uma ciência do mero julgamento da razão pura, de suas fontes e limites, como propedêutica a um sistema da razão pura. Tal ciência não seria uma doutrina, mas teria de denominar-se apenas crítica da razão pura” (B 25). Na sequência Kant admite que o valor dessa ciência crítica propedêutica será apenas negativo para a especulação, isto é, não para a “ampliação”, mas apenas para a “purificação” <*Läuterung*> de nossa razão, de modo a “libertá-la dos erros”. Ou seja, algo bem próximo ao sentido de Disciplina como legislação negativa.

⁸³⁷ Cf. Hinske, N. “Terminologie”. Op. cit. p. 70. n. 6. Lewis White Beck escreve que esta “fenomenologia” seria apenas uma “teoria das aparências” (Beck, L. W. *A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago, Ill. [u.a.]: Univ. of Chicago Press, 1966. Op. cit. p. 8), assim como E.W. Orth (“Der Terminus Phänomenologie bei Kant und Lambert und seine Verbindbarkeit mir Husserls Phänomenologiebegriff”. In: *Archiv für Begriffsgeschichte*, 1982. p. 236-7). Não nos parece, contudo, que essa designação explique toda a função “negativa” de tal fenomenologia, ligada, como veremos abaixo em Lambert, a uma doutrina da “ilusão” e não apenas da “sensibilidade” enquanto tal.

assumido por *Crítica* em um sentido estrito de “disciplina” e ciência de limitação de âmbitos de validade; num olhar retrospectivo, o fim *elêntico* do uso do intelecto, isto é, negativo, que mantém a “ciência” “imune do contágio pelos erros” <*ab errorum contagio immunem*> ou, ainda, a *ciência propedêutica* <*propaedeutica*> à metafísica discutida na *Dissertatio* e que, segundo Kant, teria sido desempenhada justamente por “esta nossa *Dissertatio*” (MSI AA 02: 395)⁸³⁸.

O que é certo é que em 1770 e mesmo antes, como discutido no capítulo 6 e 7, Kant já tinha plena consciência da necessidade de uma “ciência propedêutica” negativa para a metafísica no sentido de uma “disciplina”, ainda que não uma *autodisciplina* da *razão*. Ademais, ao mencionar a *phaenomenologia generalis*, Kant já refere implicitamente à doutrina da ilusão, ainda que seus contornos precisos e seu lugar sistemático determinado não estivessem à altura, 1770, bem definidos. Auxilia no esclarecimento deste último ponto uma breve menção à *phaenomenologia* de Lambert, a quem Kant se dirigia na carta em que menciona o termo. Em *Neues Organon oder Gedanken über die Erforschung und Bezeichnung des Wahren und dessen Unterscheidung von Irrthum und Schein*, publicado em 1764, Lambert redige um capítulo sobre a “fenomenologia ou teoria da ilusão” <*Phänomenologie oder Lehre von dem Schein*> em que discute as diferentes classes de ilusão a que as “faculdades de conhecimento superiores”, razão e entendimento, estão sujeitas ainda que elas mesmas não sejam a fonte dessas ilusões.

As faculdades superiores de conhecimento, o entendimento e a razão, não devem nos dar propriamente nenhuma fonte da ilusão, pois elas são aquelas que dão cabo a todo embuste da ilusão <*Blendwerk des Scheins*>, e pois apenas por possuírmos entendimento e razão é que de fato podemos pensar e inferir de forma exata e correta⁸³⁹

Lambert distingue 6 tipos de ilusões⁸⁴⁰: a) ilusão *patológica* (quando a coisa está ausente, como, por exemplo delírios, etc); b) ilusão *física* (“pois a impressão é, de fato, física, e o conceito que é ensejado pela sensação não apreende as coisas do modo como elas são, mas apenas as representa como eu elas me são percebidas” <*wie mir sie empfinden*>⁸⁴¹); c) ilusão *idealista* (como, por exemplo, a confusão entre sonho e o que

⁸³⁸ “A filosofia que contém os *primeiros princípios* do uso do *intelecto puro* é a metafísica. Mas a ciência *propedêutica* para ela é a que ensina <docet> a distinção entre conhecimento sensitivo e conhecimento intelectual; dessa ciência, apresentamos uma amostra nesta nossa dissertação” (MSI AA 02: 395).

⁸³⁹ Lambert, J. H. *Neues Organon oder Gedanken über die Erforschung und Bezeichnung des Wahren und dessen Unterscheidung von Irrthum und Schein*. Leipzig, 1764. Bd II. S. 228. § 19.

⁸⁴⁰ Cf. Orth, E. W. “Der Terminus Phänomenologie bei Kant und Lambert”. Op. cit. pp. 245-6.

⁸⁴¹ Vê-se como Lambert está muito distante de Kant. Para ele seria possível conhecer “a coisa-em-si mesma”, a coisa “aparente” é a que nos chega pela sensação.

“vemos acordados”⁸⁴²; d) ilusão *psicológica* (por exemplo, quimeras, fabulações <Hirngespinnste>, “quando não nada verdadeiro ou real em seu fundamento”); e) ilusão *moral* (isto é, a ilusão “provacada pelas paixões e afetos”)⁸⁴³; f) ilusão *hermenêutica* ou *semiótica* (“a primeira [surge] na interpretação dos signos, discursos e escritos de outre; a última, contudo, [surge] com relação ao uso de signos em geral”. As causas frequentes destes últimos são as “alegorias, metáforas, ambiguidade, etc”)⁸⁴⁴. Podemos dizer que, na perspectiva da Disciplina, todos esses “erros e enganos” discutidos por Lambert são “equívocos isolados e dispersos”, sujeitos apenas a uma simples censura, não a uma disciplina - trata-se de “ilusões empíricas” ou “lógicas” (A 295/B 351-352), e não de uma ilusão “transcendental”, cuja “sede”, ao contrário do que defendia Lambert, é a *razão* mesma. É mérito de Kant, como o próprio ressalta, ter descoberto uma “ilusão transcendental”, para a qual deve ser erigida uma *crítica* da razão, uma autodisciplina propedêutica da própria razão por meio da qual esta evita os erros a que naturalmente está submetida. À altura da carta a Lambert em que menciona a *phaenomenologia*, isto é, 1770, a ilusão ou *vitium subreptionis* descoberta era, decerto, a confusão entre sensibilidade e entendimento, e a *phaenomenologia generalis* no sentido de ciência negativa que Kant discute no § 24 da *Dissertatio*⁸⁴⁵. Para que essa ciência negativa e propedêutica para a metafísica se tornasse uma legislação negativa foi necessário que Kant concebesse sua Crítica como a legislação e tribunal da razão, algo que em 1770 ainda não ocorrera.

8.1.3. Disciplina como instrução e legislação negativa preparatória para a positiva. A origem de “disciplina” em Rousseau

Seria essa origem “lógica” a única ou, ao menos, a determinante na concepção kantiana e crítica do conceito de *disciplina*? De onde se origina o impulso que leva Kant

⁸⁴² Idem. p. 222.

⁸⁴³ Idem. pp. 229-230.

⁸⁴⁴ Idem. p. 236.

⁸⁴⁵ No *Menschenkunde* Kant utiliza a expressão “disciplinar a sensibilidade” num sentido próximo à precaução metodológica explicitada na *Dissertatio* de evitar o “contágio o contágio do conhecimento sensível no do entendimento <*sensitivae cognotionis cum intellectuali contagium*>” (MSI AA 02: 411): na “filosofia abstrata”, ou seja, onde não há um “contrato comum” entre sensibilidade e entendimento como no caso do conhecimento da experiência, é preciso disciplinar a sensibilidade para que ela não se “oponha” ao entendimento “Aqui há, pois, um contrato comum entre ambas as faculdades, e uma não pode ser utilizada sem a outra (...). Isto se percebe pelo fato de que na ciência em que a sensibilidade não é utilizada, p.ex. na filosofia abstrata, o custo de tal situação é a suma dificuldade em investigar algo. A sensibilidade, portanto, é algo que, ao não ser disciplinado, pode por acaso ir de encontro ao entendimento” (*Menschenkunde* P 41). Na sequência trataremos dessa vertente “antropológica” ou “pedagógica” do conceito de disciplina.

a modificar o quadro racionalistas relativo à disciplina como problema de método? Os estudos sobre o tema parecem concluir pela influência exclusiva da tradição lógica nesse ponto da filosofia kantiana⁸⁴⁶. No entanto, um olhar mais abrangente nos dá indícios de que, assim como em outras partes da filosofia crítica⁸⁴⁷, Rousseau pode ser considerado uma fonte crucial para a compreensão da origem e função sistemática da disciplina no interior dos fins e objetivos da Crítica. Com efeito, a relação entre legislação negativa e positiva e a necessidade de uma disciplina como "warnende Negativlehre" (A 712/B 740; Cf. também KpV AA 05: 107) é evocada por Kant na *Anthropologie Dohna*, de 1772/3, momento em que a ideia da Crítica como Disciplina estava consolidada. Kant discute essa ideia mencionando explicitamente Rousseau, de quem bem possivelmente tomou a sua noção de disciplina como legislação negativa que, num intuito de instrução propedêutica ao correto uso das próprias faculdades no contexto pedagógico, deve preceder o exercício de aquisição e ampliação do saber:

Rousseau diz: 1. A educação <Erziehung> tem de ser negativa. Ele trata disso também em seu livro já mencionado, o *Emílio*. 2. A legislação tem de ser *negativa e positiva*. 3. A instrução religiosa tem também de ser negativa (Antr. Dohna Ko 373).

Com efeito, a necessidade de uma “disciplina” é central na pedagogia de Kant inspirada no *Emílio* de Rousseau⁸⁴⁸. Segundo Kant, a “arte” ou “instrução” pode assumir dois sentidos: um negativo e outro positivo, respectivamente “abster-se” ou “aplicar-se” <abzuhalten; hinzusetzen>. O negativo consiste em ensinar o aluno a “evitar cair em erro” e o positivo em “aplicar-se para aumentar os conhecimentos” - o negativo é a disciplina e o positivo é a doutrina, de modo que aquela deve preceder esta. A disciplina <Disziplin>, que também pode se chamar “cultivo” <Zucht>, objetiva apenas “limitar a liberdade sem regras” do aluno e prepará-lo para um uso autônomo e emancipado de

⁸⁴⁶ Cf. Rumore, P. “Logica e Metodo”. Op. cit. p. 102: “A reflexão de décadas sobre a distinção de Meier entre as noções de doutrina e de disciplina e a exigência de sublinhar de maneira bem clara a natureza prescritiva das regras do método provavelmente representou para Kant a ocasião para elaborar um significado completamente novo de ‘disciplina’, até transformá-lo em um dos termos técnicos da nova filosofia crítica”.

⁸⁴⁷ Cf. Ferrari, J. *Les Sources Françaises de la Philosophie de Kant*. Op. cit. Brandt, R. Einführung” In: Brandt, R. & Klemme, H. (Hrsg.). *David Hume in Deutschland*. Op. cit. Velkley, R. *Freedom and the End of Reason*. Op. cit.

⁸⁴⁸ “Disciplina impede que o homem, por meio de seus impulsos animais, não se desvie de sua destinação, da humanidade. Ela tem de limitá-lo, [a saber,] que ele não se envolva em riscos de forma selvagem e irrefletida. Cultivo <Zucht> é, pois, meramente negativa, a saber, a ação pela qual se retira do homem seu caráter selvagem. Instrução <Unterweisung>, pelo contrário, é a parte positiva da educação” (Päd AA 09: 442). Kant denomina “Bildung” a educação que contém disciplina, isto é, *Zucht* e *Unterweisung* (Päd AA 09: 443). Sobre a pedagogia de Kant, Cf. Santos, R. *Moralität und Erziehung bei Immanuel Kant*. Diss. Kassel. Kassel: Kassel Univ. Press, 2007.

suas próprias faculdades⁸⁴⁹. Kant usa a ideia de uma instrução negativa e positiva relacionada ao conhecimento na mesma *Anthologia Dohna*.

O conhecimento é 1.) positivo, quando ele se amplia. Nessa ampliação podem muito bem imiscuir-se erros. 2.) negativo, quando ele tem em vista meramente defender-se de erros. Uma tal educação negativa que consiste meramente na expulsão do mal é recomendada por Rousseau (e também Sócrates) (*Anth Dohna* P 18).

Ainda relativamente à dupla utilidade do conhecimento, numa Reflexão provavelmente de 1772 Kant liga à razão a necessidade de um “cultivo” para ser “governada”, sem o qual ela não concordaria com a religião e os costumes e “desorientaria” o entendimento comum e “orientado na experiência”⁸⁵⁰. Nesse sentido preciso devemos entender a admoestação de Kant no capítulo da Disciplina relativamente ao mau uso do termo “disciplina” na *Schulphilosophie* e sua insistência em reter o significado negativo de disciplina como “*Zucht*” deixando o positivo, de “*Belehrung*”, para outro termo relacionado, a saber, o de “cultura”. Com todas as ambiguidades que o termo carrega na filosofia de Kant (cf. KU AA 05: 429-34), a cultura tem o sentido positivo de aquisição de uma habilidade e exercício de uma faculdade, sem, contudo, deter o significado dogmático-positivo de uma doutrina. Ilustremos esse sentido aparentemente ambíguo - mas central para a Crítica - de cultura como legislação positiva, mas não doutrinal, com auxílio de uma ampliação do âmbito de aplicação do conceito.

No contexto aberto por Rousseau, Kant ressalta que a disciplina é uma condição necessária para o uso correto da razão e da liberdade não apenas num intuito estritamente pedagógico, mas também no sentido de uma educação “negativa” do cidadão para uso de sua liberdade e de uma “instrução religiosa negativa” para a religiosidade <*Frömmigkeit*> autônoma. Kant expressa essa conexão entre educação, política e religião em um *Collegentwurf* para suas lições de Antropologia dos anos 1780, ligando a cada uma das modalidades de disciplinas uma minoridade respectiva: a

⁸⁴⁹ “A arte de ensinamento <*Belehrung*> pode ser dupla, negativa e positiva, abster-se e aplicar-se, o negativo do ensinamento é que ele impede que erros se imiscuam; o positivo, que seja acrescido algo mais de conhecimentos. O negativo tanto da formação <*Bildung*> como do ensinamento da criação <*Belehrung des Geschöpfes*> é a disciplina. O positivo do ensinamento é a doutrina. A disciplina tem de preceder a doutrina, por meio da disciplina o temperamento e o coração são formados <*gebildet*>. O caráter é formado tanto mais pela doutrina. Disciplina <*Disziplin*> diz-se também cultivo <*Zucht*>; por meio do cultivo, porém, nada de novo é ensinado à criança, mas apenas limitada a liberdade sem regras <*regellose Freyheit*>”. (V-Mo Mrongovius AA 27: 1579).

⁸⁵⁰ Rx 4468. AA 17: 562-3. 1772: “Que a razão careça de um cultivo <*Zucht*>. Que, quando ela não é cuidada, mas antes seus ramos crescem selvagememente, ela produza flores sem frutos. Que, pois, um cultivador <*Meister der Zucht*> (e não censor <*Zuchtmeister*>) seja necessário para governá-la. Que ela sem esse cultivo não concorde com religião e costumes, monopolize a palavra e, ao não conhecer a si mesma, confunda o entendimento sadio e exercitado na experiência”.

minoridade doméstica <hauslich>, civil <bürgerlich> e religiosa <fromm>: o pressuposto para o uso (positivo) da razão em cada um desses casos é uma disciplina que corrija os erros e previna os preconceitos. Vale a pena transcrever toda a passagem:

Os meios para o melhoramento são a educação (g. cultura <Cultivirung>), a legislação (g. civilização <Civilisirung>) e a religião (g. moral). Todos os três publicamente, para com isso aumentar a perfeição do todo. Todos os três livremente, pois nada coagido tem perenidade. Todos os três em adequação com a natureza, por conseguinte *negativamente*.

1. A educação *negativa* pressupõe que o homem é bom enquanto criança, que nós temos de priorizar a não corrupção dos talentos por meio de imitação, de suas inclinações e escolhas por meio de coerção e de seus costumes por meio de exemplos e incitações.

2. A legislação *negativa* procura não manter, por assim dizer, as crianças passivas [e cuidar delas], (...) mas, antes, cuida apenas de sua liberdade sob leis simples e extraídas da razão natural – sobretudo aquelas que promovem a moralidade.

3. A religião *negativa* remete tudo ao simples conceito de uma mudança de vida que compraz a Deus. Ela suprime os padres <Priester> e deixa apenas os clérigos <Geistlichen>. Ela afasta todos os dogmas <Satzungen> e deixa apenas a prescrição da razão, e é tão clara aos mais simples como aos mais eruditos (...).

Nós estamos em uma tripla minoridade <dreyfachen Unmündigkeit>:

1. A minoridade *doméstica* <häuslichen> enquanto crianças, e somos criados de modo a que tenhamos de permanecer menores pelo tempo de nossas vidas, não pensar por si mesmos, mas, antes, seguir sempre o juízo dos outros, de não escolher por nós mesmos, mas, antes, por meio de exemplos (não ser condenado ou absolvido por um juízo de nossa própria consciência moral, mas, antes, por meio da sentença dos clérigos).

2. Em uma minoridade *civil* <bürgerlichen>. Nós somos dirigidos por leis que não podemos conhecer e por livros que não entenderíamos. Nossas liberdade e propriedade está sob o arbítrio daquele poder que somente está aí para conservar a liberdade e torná-la concordante apenas por meio da lei. Nós nos tornamos de tal modo menores <unmündig> que, quando cessa essa coerção, não poderíamos nos reger a nós mesmos.

3. Em uma minoridade *religiosa* <frommen>. Outros que entendem a linguagem dos escritos sagrados nos dizem aquilo em que devemos crer; nós mesmos não temos aqui nenhum julgamento. Em lugar de uma consciência moral natural surge uma artificial, que se dirige pela sentença dos eruditos; em lugar dos costumes e da virtude surge observâncias <observanzen>.

A condição de uma melhora universal é a liberdade da educação, a liberdade civil e a liberdade religiosa, mas nós não somos ainda suscetíveis a elas (AA 15: 898-9).

Kant reserva aqui a expressão “legislação negativa” apenas para o âmbito político-civil, não para o conceito geral de disciplina. Contudo, a ideia mesma de disciplina como legislação (uso) negativa que prepara para a (uso) positiva está presente nas três classes mencionadas: a educação negativa deve fomentar os talentos e faculdades naturais da criança de modo a que ela possa alcançar a determinação positiva de “pensar por si mesma”; a legislação negativa procura limitar a liberdade natural de modo a preparar os cidadãos para que eles possam buscar e cuidar por si mesmos de sua liberdade civil positiva; a religião negativa, por fim, elimina os intermediários entre o indivíduo e a espiritualidade e submete todos os preceitos religiosos às prescrições positivas da razão individual. Transpondo esse esquema para a *KrV*, a disciplina (transcendental) da razão pura tem de ser incumbência da própria razão pura como condição negativa para o seu uso “emancipado” <mündiger Gebrauch>: a limitação das pretensões e usos

especulativos da razão (legislação negativa) é condição para o desenvolvimento de suas pretensões e usos práticos (legislação positiva). A condição dos três processos limitador/ampliadores, negativos e positivos, da educação, legislação e religião é a liberdade. Ora, também na disciplina “transcendental” da razão pura a liberdade é *condição sine qua non*, sobre a qual “repousa até mesmo a existência da razão” (A 738/B 766).

Com efeito, a concepção de uma legislação negativa preparatória para a legislação positiva da razão caracteriza de forma exemplar o intuito de Kant com o capítulo sobre a Disciplina da Razão⁸⁵¹. Numa Reflexão de 1778 já citada Kant inclui a Disciplina na parte negativa da legislação ou nomotética da razão

Divisão. As leis. Nomotética (legislação) da razão pura: 1. parte negativa, disciplina; 2. parte positiva, Canon. Por fim, arquetônica. 1. Filosofia transcendental. 2. Metafísica. Organon. (Rx 5039 AA 18. (1778)) (Refl 5039 AA 18: 70. (1778)).

Trata-se do primeiro passo no caminho para a “realização da autodeterminação” ou “legislação positiva” da razão, sua “autodisciplina”⁸⁵² isto é, uma doutrina negativa para evitar erros, ilusões e enganos. De modo a que a razão possa pôr em prática sua legislação positiva, relativa a seu uso prático-moral, é necessário antes “preparar, e deixar firme para a construção, o solo para esses majestáticos edifícios morais” (A 319/B 375-6. Cf. A 794/B 822). Kant reforça a ideia de uma “utilidade negativa” da Crítica no prefácio B, a saber, que “nunca se ouse, com a razão especulativa, ir além dos limites da experiência” (B xxiv), ao mesmo tempo, porém, em que aponta para a “utilidade positiva” que esse trabalho propedêutico “sanitário” proporciona. Os princípios da razão especulativa não propiciam inicialmente nenhuma “ampliação” <Erweiterung> do conhecimento, mas antes um “restrição” <Verengung>, que, por sua vez, possibilita um “alargamento” posterior: o do uso prático da razão:

Assim, uma *Crítica* que limita aquele primeiro uso [scil. o especulativo] é realmente *negativa*, mas, na medida em que suprime ao mesmo tempo um obstáculo que limita o segundo uso [scil. o uso prático puro da razão], ou mesmo que ameaça destruí-lo, ela tem de fato de uma utilidade

⁸⁵¹ A ideia de uma disciplina como parte preparatória para a “passagem” de um âmbito do conhecimento para outro é mais explícita no *Opus Postumum*, onde aparece como preparação para a passagem da doutrina pura do direito para a empírica (OP AA 21: 178) e da física pura para a empírica: “A *Lehre* da passagem da metafísica para a física é o princípio de, com conceitos a priori das forças moventes da matéria, proceder sistematicamente ao conhecimento empírico da natureza; essa *Lehre* é uma *disciplina especial e propedêutica* para instituir a física como sistema do estudo da natureza <Naturkunde> tanto empírico como racional. Apenas por meio de tais conceitos preliminares à física se está em condição de investigar o sistema da física metodicamente” (OP AA 22: 265. Grifo meu).

⁸⁵² Cf. Gerhardt, V. “Die Disziplin der reinen Vernunft, 2. bis 4. Abschnit (A 738/ B 766 - A 794/ B 822). Die Selbstdisziplin der Vernunft”. In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Berlin: Akademie Verlag, 1998. p. 574.

positiva e muito importante, reconhecível tão logo se esteja convencido de que há um uso prático absolutamente necessário da razão pura (o moral) (B xxv).

Não por acaso, pois, após essa etapa disciplinar vêm o Canon, a Arquitetônica e a História da Razão Pura, onde Kant (ao menos na *KrV*), apresenta a contraparte positiva da legislação da razão. Assim como na pedagogia, a Crítica primeiro restringe algo para, na sequência, poder ampliá-lo. A Crítica como “propedêutica” da metafísica prepara esta para sua função de “realização de toda a *cultura* da razão humana”, isto é, primeiro a restringe (em suas presunções especulativas) para depois ampliá-la (permitir o uso prático). Numa clara metáfora jurídica Kant assinala à crítica o papel de “censora” na “república científica” que deve garantir o “bem-estar geral” e não desviar a comunidade de seu “fim derradeiro”, ou seja, a “felicidade geral” – em termos especulativos, a moral como filosofia da “completa destinação <*Bestimmung*> do homem” (A 840/ B 868):

Justamente por isso, a metafísica é também a consumação de toda *cultura* da razão humana, que é indispensável mesmo quando se deixe de lado a sua influência, como ciência, sobre certos fins determinados. Pois ela considera a razão segundo seus elementos e suas máximas supremas, que têm de servir de fundamento à própria *possibilidade* de algumas ciências e ao *uso* de todas. Que ela, como mera especulação, sirva mais para prevenir erros do que para ampliar o conhecimento, não diminui em nada o seu valor, mas antes lhe dá dignidade e respeito pelo ofício de censor, que assegura a ordem e a harmonia universais, e mesmo o bem-estar da comunidade científica, e impede que os trabalhos desta, laboriosos e frutíferos, se distanciem do fim principal, qual seja, a felicidade universal (A 850/B 878-9).

No prefácio B Kant equipara a utilidade positiva da Crítica decorrente de sua negativa à função positiva da política de manter a ordem resultante de sua atuação negativa de “impor freios à violência que um cidadão teme dos demais” (B xxv). A mesma ideia de fundo poderia ser descrita em termos não policiaiscos, mas puramente jurídicos. Toda legislação restritiva da liberdade tem como *pendant* uma ampliação da “verdadeira” liberdade, a troca de uma liberdade sem freios, violenta, que na realidade representa a anarquia, por uma liberdade regulada, regrada por leis, que proporciona a mais ampla harmonia entre os cidadãos. Sob essa chave entende-se melhor a representação da Crítica como o “estado civil” que deve pôr um termo ao estado de natureza em filosofia. Na Crítica haveria a conjunção de liberdade, lei e Gewalt (no sentido de “uso da força”) como elementos necessários para o estado civil perfeito: a República (Cf. p.ex., Anth AA 07: 330-1).

8.1.4. Divisões da Disciplina da Razão Pura

Após termos elucidado em que consiste a Disciplina e sua função no interior da filosofia crítica, dediquemo-nos agora às suas divisões. Mellin em seu *Enzyklopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie* expõe uma interessante e útil divisão das formas de prova para Kant:

- 1) Segundo sua natureza lógica, ou ostensivas ou apagógicas;
- 2) Segundo sua natureza metafísica, ou discursivas, acroamáticas ou também dogmáticas, ou intuitivas; as primeiras são os provas acroamáticas da experiência ou provas a priori (apodífticas), e estas últimas ou metafísicas ou transcendentais, denominadas também dedução;
- 3) Segundo sua natureza transcendental, ou dogmáticas ou críticas, também denominadas deduções⁸⁵³.

Como veremos, de modo a que seja demonstrada a *verdade* de algo Kant admite na filosofia transcendental apenas provas discursivo-acromáticas diretas a priori, ou seja, apenas *deduções* metafísicas ou transcendental. A discussão sobre as provas acroamáticas e a especificidade da dedução como prova filosófica em distinção às demonstrações <*Demonstrationen*> matemáticas é o objeto inicial da disciplina da razão em seu uso dogmático, onde filosofia e matemática são distinguidas e contrapostas. Contudo, de modo a “provar” não a verdade especulativa de algo, mas a *possibilidade* específica de determinada proposição não passível de ser provada pelos parâmetros acima a partir da falsidade de outra proposição, Kant admite também a *refutação* ou *retorsão* da proposição contrária e por conseguinte a *defesa* da própria sem com isso demonstrá-la direta ou indiretamente. O conceito de retorsão, não por acaso, tem uma origem *jurídica*, conforme mostraremos abaixo (8.3.3). De modo a ilustrar provisoriamente essa forma argumentativa, vejamos o 4o conflito antinômico da razão, ao qual voltaremos no capítulo 10. Na resolução da 4ª antinomia não se prova (ostensivamente) a existência incondicionada de um ser necessario fora do mundo como sua causa, mas apenas deve-se provar que a razão não pode afirmar nada teoricamente para além das condições empíricas e “também do outro lado limitar a lei do uso meramente empírico do entendimento, impedindo-a de decidir sobre a possibilidade das coisas em geral, [e fazendo com que] *o inteligível não seja explicado como impossível* <*nicht für unmöglich erkläre*> [só] por ele não nos ser útil na explicação dos fenômenos” (A 562/B 590. Grifo meu). Da mesma forma, como Kant escreve na *GMS* por ocasião da “prova” da possibilidade da liberdade transcendental, “lá onde cessa a determinação segundo leis da natureza cessa também toda explicação, e nada resta

⁸⁵³ Mellin, G. S. A. *Encyclopädische Wörterbuch der Kritischen Philosophie*. Bd. I. Abtei II. Op. cit. p. 668.

senão a *defesa* <Vertheidung>, isto é, a repulsão das objeções <Abtreibung der Einwürfe> daqueles que pretendem ter enxergado mais profundamente na essência das coisas e, por isso, tiveram o atrevimento de explicar a liberdade como impossível <die Freiheit dreust für unmöglich erklären>” (GMS AA 04: 459). Trata-se aqui, se se deseja, de uma “dedução *negativa*” que não funda a verdade de algo, mas apenas defende contra presunções contrárias ilegítimas a “autorização” de algo cuja possibilidade em geral fora justificada previamente⁸⁵⁴. No caso dos conceitos puros, do entendimento e da razão, sua possibilidade em geral é, como veremos no próximo capítulo, justificada pela dedução metafísica, ao passo que à dedução transcendental cabe assinalar um âmbito de validade específico – o uso constitutivo e um uso regulativo da experiência, no caso, respectivamente, das categorias e das ideias. O tema da disciplina da razão em seu uso polêmico, em relação às hipóteses e às provas, é mais específico e se liga diretamente à passagem da *GMS* citada acima: trata-se da defesa das *ideias da razão* contra afirmações dogmáticas contrárias, possibilitando (e não ainda justificando) um uso outro que não o especulativo, a saber, o *prático*. Às duas possíveis formas de prova em filosofia transcendental correspondem duas instâncias do procedimento jurídico do tribunal da razão: a) a dedução metafísica deve fundar a legitimidade em geral de determinada pretensão de conhecimento e a dedução transcendental deve justificar a aplicação ou adequação desta pretensão a um campo específico de validade; b) a refutação de uma proposição transcendental contrária pela qual se nega a aplicabilidade desta proposição num âmbito específico de validade, demonstrando-se a impossibilidade da prova contrária, e, por meio disso, defende-se a própria posição. Não por acaso essas duas formas de argumentação jurídica são conduzidas nos dois momentos em que centramos nossa análise, a saber, a dedução e a antinomia da razão pura. Ambas constituem os dois momentos, negativo e positivo, da legislação da razão.

⁸⁵⁴ “Uma dedução negativa ou indireta tem como objeto rejeitar objeções contra uma pretensão faticamente levantada e em um certo âmbito já justificada. A dedução positiva realizada anteriormente seria incompleta sem a dedução negativa, pois esta tira do caminho as objeções contra a dedução positiva que esta, por determinadas razões, não pode rechaçar”. Klemme, H. „Freiheit oder Fatalismus? Kants positive und negative Deduktion der Idee der Freiheit in der Grundlegung (und seine Kritik an Christian Garves Antithetik von Freiheit und Notwendigkeit)“. In: Puls, H (Hrsg.). *Kants Rechtsfertigung des Sittengesetzes in Grundlegung III: Deduktion oder Faktum?*. Berlin: De Gruyter, 2014. S. 3-4. M. Wolff interpreta a *Verteidigung* aludida enquanto defesa <Abwehr> de objeções; já a dedução (“fraca”) como a explicação <Erklärung> (e não discernimento <Einsicht>) da possibilidade de um conhecimento a priori. Cf. Wolff, M. “Warum das Faktum der Vernunft”. Op. cit. p. 541ss.

8.2. Disciplina da razão pura no uso dogmático

8.2.1. Kant e a relação com a matemática

A Disciplina da razão pura no uso dogmático apresenta a primeira forma verdadeiramente crítica da recusa kantiana de aplicação do método matemático em filosofia. O resultado do capítulo, dentro do espírito da tarefa autodisciplinar da razão, é primariamente *negativo*: a filosofia não pode imitar o método matemático na esperança de obter conhecimentos dogmáticos sobre seus próprios objetos. Nesse sentido, a expectativa de tornar a filosofia e, com ela, a metafísica uma ciência especulativa rigorosa, baseada em um procedimento lógico-dedutivo, deve ser abandonada – em outras palavras, Kant recusa a *identitas methodi philosophicae et mathematicae* de Wolff⁸⁵⁵ e de boa parte da tradição filosófica da modernidade. Em seu lugar entra um procedimento de prova de matriz e inspiração jurídica, que se limita a justificar a pretensão de objetividade dos conceitos e rebater as presunções desmesuradas não justificadas. No entanto, esse *déplacement* metodológico não surge na *KrV* de um só golpe; pelo contrário, ele teve uma longa gestação no *Werdegang* da filosofia kantiana pré-Crítica, como vimos, e, de resto, continuou até o *Opus Postumum*, o que mostra o intenso e contínuo confronto de Kant com a matemática⁸⁵⁶.

Desde as *Forças Vivas* até início da década de 1760 Kant procurou uma “conciliação” entre matemática e filosofia como ciências que, embora distintas, põem-se uma ao lado da outra de modo legítimo⁸⁵⁷. Como já vimos, no escrito sobre as forças vivas há uma reflexão sobre os motivos e método de resolver o “conflito” entre *modus*

⁸⁵⁵ Wolff, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen*. Op. cit. § 139. p. 84. “As regras do método filosófico são as mesmas do matemático. Pois no método filosófico não pode ser empregada nenhuma expressão que não tenha sido explicada através de uma definição exata; tampouco é admitido como verdadeiro algo que não tenha sido suficientemente provado, nos teoremas são determinados de forma exata tanto o predicado quanto o sujeito, e tudo é ordenado de forma que seja primeiramente fornecido aquilo de que o que se segue pode ser demonstrado e compreendido”

⁸⁵⁶ “Em correspondência ao significado central que Kant atribui à matemática para as investigações epistemológicas críticas, os estudos matemáticos e de disciplinas aparentadas em seu desenvolvimento e as discussões matemáticas em seus escritos adquirem um amplo espaço, como em poucos outros filósofos mesmo da época da mecânica clássica. Do escrito sobre a estimação das forças e do ensaio cosmológico sobre o sistema newtoniano do mundo até o final dos anos noventa, onde o filósofo de idade já avançada presta contas com o tom filosófico elevado <vornehmen philosophischen Ton>, as perguntas matemáticas ocuparam [Kant] de forma penetrante”. Menzer, A. *Die Stellung der Mathematik in Kants vorkritischer Philosophie*. Halle a. S: Hofbuchdruckerei C. A. Kaeramerer & Co, 1911. S. 3.

⁸⁵⁷ Sobre isso e, de modo geral, a relação do Kant pré-Crítico com a matemática, Cf. Tonelli, G. “La Disputa sul Metodo Matematico”. In: *Da Leibniz a Kant: saggi sul pensiero del Settecento*. Napoli: Prismi, 1988. Wolff-Metternich, B-S. *Die Überwindung des mathematischen Erkenntnisideals : Kants Grenzbestimmung von Mathematik und Philosophie*. Berlin [u.a.] : de Gruyter, 1995. Menzer, A. *Die Stellung der Mathematik in Kants vorkritischer Philosophie*. Op. cit.

cognoscendi matemático e *modus cognoscendi* metafísico quando colocados diante do problema da natureza e modo de avaliação das forças vivas. Kant ressalta a diferença entre o conceito matemático e o conceito físico de corpo, argumentando pela insuficiência daquele ao mesmo tempo em que sustenta que a metafísica deveria chegar à mesma evidência e rigor demonstrativo da matemática (GSK AA 01: 60; 168; 94-95). Da mesma forma, em escritos da década de 1750, como *Allgemeine Naturgeschichte*, *Monadologia physica* e *Nova Dilucidatio*, Kant emprega o método matemático na filosofia da natureza segundo o modelo newtoniano. Na *Allgemeine Naturgeschichte*, por exemplo, Kant descreve a matemática como a ciência capaz de uma “prova rigorosa” <*strenges Beweis*> e exalta o alto grau de certeza matemático, de demonstração rigorosa e inquestionável, ou seja, o ideal da “grande acuidade geométrica e infalibilidade matemática” (NTH AA 01: 235). No *Beweisgrund*, de 1762, Kant menciona também a “acuidade de uma demonstração” unicamente possível na matemática (BDG AA 02:162); contudo, o escrito já apresenta elementos da rejeição de aplicação do método matemático à filosofia que seria exposta de modo estruturado no *Preischrift*, escrito na mesma época do *Beweisgrund*. Aqui Kant afirma que é impossível se servir na filosofia do método matemático, o método *sintético* por excelência, em função de os conceitos metafísicos não terem sido até então suficientemente *analisados*. Nesse sentido Kant opõe matemática e filosofia sob a chave da oposição entre, respectivamente, método sintético e analítico. Na década de 1760 e início de 1770, na *Dissertatio*, a oposição entre matemática e filosofia se intensifica e Kant distingue claramente matemática e filosofia. Como já mencionamos, o “novo em Kant”⁸⁵⁸ consiste não em ele ter concentrado seus esforços filosóficos na questão do método, algo que representava uma forte tendência da filosofia europeia em meados do séc. 18, mas, antes, em ter recusado a transposição do método matemático a objetos filosóficos, a “danosa imitação da matemática em seu método”. Essa recusa de Kant é resultado de sua reflexão a respeito da peculiaridade do objeto filosófico em relação ao matemático. É aqui - e nem tanto na rejeição da imitação do método matemático, de resto presente em outros autores da época - que reside a “diferença decisiva” de Kant em relação à filosofia racionalista⁸⁵⁹.

⁸⁵⁸ Vaihinger, H. *Commentar. Bd I*. Op. cit., p. 26

⁸⁵⁹ Engfer, H-J. *Philosophie als Analysis*. Op. cit. pp. 62-63. Tonelli atribui a Crusius uma influência “determinante” sobre a modificação da postura de Kant diante da matemática. Para Crusius os conceitos matemáticos são arbitrários e imaginários; é possível obter a definição de um objeto matemático abstraindo-a de um único exemplo, algo impossível na filosofia; a matemática exclui “qualquer

Dito de modo esquemático, são três os textos decisivos para entender o motivo filosófico kantiano central de recusa da aplicação do método matemático: *Preisschrift*, *Dissertatio* e *Disciplina da Razão Pura da KrV*.

No *Preisschrift* Kant resume o procedimento matemático como *sintético* (UD AA 02: 308). Isso leva a que - erroneamente - se identifique a teoria matemática do *Preisschrift* com o modelo metodológico sintético de Wolff, isto é, a ordenação sistemática de definições, axiomas, postulados, etc. Segundo Engfer, o núcleo da crítica de Kant reside, na verdade, no caráter sintético das próprias proposições matemáticas, em especial as definições, e não na sua ordenação sintética num sistema dedutivo – ora, o caráter sistemático e rigoroso da matemática nunca foi verdadeiramente rejeitado por Kant, mas apenas o modo como ela alcança isso em função da especificidade de seu objeto⁸⁶⁰. Os objetos matemáticos são construídos sinteticamente, por uma ligação arbitrária de conceitos (linha, superfície, etc), ao passo que os objetos da filosofia não possuem essa peculiaridade, eles são “dados”, sem que se disponha da sua definição. Desse modo, a *análise* do conceito, de modo a torná-lo menos “confuso”, é uma primeira etapa do método filosófico, que, posteriormente, respeitada essa orientação metodológica fundante, poderia aspirar à mesma evidência possível na matemática.

Na *Dissertatio* as condições para a formação de conceitos matemáticos são explicitadas: não a ligação arbitrária de conceitos, mas a sua apresentação na intuição pura de espaço e tempo. O caráter sintético de proposições matemática é devido à sua apresentação *in concreto* na intuição espacial (MSI. AA 02: 402). Isso marca de modo mais distinto a posição específica da matemática em relação à ciência natural, cujas leis são apresentadas em intuições empíricas, e à metafísica, cujos princípios são estabelecidos pelo “uso real do entendimento” (MSI AA 02: 410ss)⁸⁶¹. Com isso, entretanto, a especificidade do método filosófico e sobretudo dos princípios transcendentais discursivos ainda não estava clara.

consideração moral das causas, o que, inversamente, é essencial na filosofia”; a matemática procede no modo demonstrativo, o que é impossível na filosofia; a matemática tem por fundamento o princípio de contradição, ao passo que a filosofia carece de outros princípios; a matemática utiliza apenas silogismos, enquanto a filosofia faz uso também de outros tipos de argumentação (analgica e indutivas) (Cf. *Entwurf der notwendigen Vernunft-Wahrheiten*. Leipzig [1745] 1766. § 115ss). Disso tudo resulta, segundo Crusius, que a matemática é aplicável à filosofia apenas em determinados casos (*Weg zur Gewissheit und Zuverlässigkeit der menschlichen Erkenntnis*. Leibzig [1747], 1762. § 10). Tonelli, G. “La Disputa sul Metodo Matematico”. Op. cit. p. 88.

⁸⁶⁰ Engfer critica Wolff-Metternich por esta não ter ressaltado a relativa dependência de Kant em relação às matemáticas mesmo depois da rejeição da imitação do método matemático em filosofia. Cf. Engfer, H-J. *Philosophie als Analysis*. Op. cit. p. 63.

⁸⁶¹ Idem. p. 65

O terceiro texto, a Disciplina da razão pura no uso dogmático da *KrV*, onde Kant aprofunda e refina criticamente os temas tratados até aqui, é nosso tema na sequência.

8.2.2. Disciplina da razão pura no uso dogmático – filosofia como ciência discursiva

Na Disciplina a especificidade da matemática é definida pelo fato de ela “construir” seu conceito ao apresentá-lo na intuição pura. A construção matemática une dois momentos distintos entre si: a intuição não-empírica e um objeto singular cujo conhecimento, não obstante, é universal (A 713-4/ B741-2). A filosofia não pode obter conhecimento sintéticos a partir de meros conceitos ou da construção de seus conceitos na intuição pura. Tentar fazê-lo através da imitação do método matemático (axiomas, definições e demonstrações) resulta em *dogmata* (A 737/ B 765), ou seja, em uma suposta e não em efetiva ampliação do conhecimento sintético a priori. A marca distintiva essencial entre matemática e filosofia consiste em aquela ser um conhecimento sintético a priori intuitivo, ao passo que esta é um conhecimento sintético a priori *discursivo*. Nesta marca distintiva repousa a peculiaridade do procedimento de prova da filosofia, por meio do qual ela pode atingir a verdade de suas proposições: na filosofia a certeza e evidência de seus princípios não depende apenas do “rigor” lógico-matemática dos mesmos, mas exige a remissão a um elemento exterior a elas: a experiência possível. Pode-se afirmar, sob certa perspectiva, que o problema ocasionado por este procedimento é a progressiva distância entre certeza e evidência, que aumentaria na mesma medida em que se avança na objetivação dos princípios transcendentais. É esse o preço que Kant paga por ter abandonado as concepções racionalistas de uma filosofia apoiada na matemática e o entrelaçamento entre intuição e existência presente nestes⁸⁶². A filosofia não *produz* ou *constroi* seu objeto, mas apenas as condições pelas quais algo pode ser denominado um “objeto”. Kant alerta, portanto, para a distinção *essencial* entre esses dois conhecimentos racionais que, apesar do trabalho conjunto que eles podem realizar em certos âmbitos do saber, como a física racional⁸⁶³, devem ser cuidadosamente demarcados em seus princípios metodológicos. Em uma palavra, a filosofia não é *mathesis universalis*:

A observância do método matemático nesse tipo de conhecimento [scil. o filosófico] não pode proporcionar a mínima vantagem, a não ser a de revelar ainda mais claramente a sua própria vacuidade; e que a geometria e a filosofia são duas coisas inteiramente diferentes, ainda que se

⁸⁶² Cf. Vuillemin, J. *Physique et métaphysique kantienne*. Paris: PUF, 1955.

⁸⁶³ Cf. MAN AA 04: 471.

ofereçam as mãos na ciência da natureza, e o procedimento de uma não pode jamais, portanto, ser imitado pela outra (A 726/B 754).

Da oposição fundamental entre matemática e filosofia, para além da insuficiência da lógica geral para a constituição da objetividade do conhecimento e da física como um âmbito preciso da filosofia e não um modelo a ser seguido, resulta a validade do direito como modelo metodológico a ser seguido na Crítica, como fica mais claro nos demais capítulos da Disciplina.

Para refinar essa análise é necessário entrar com mais vagar no texto da Disciplina da razão pura no uso dogmático. É possível dividi-lo em três partes⁸⁶⁴: a) na primeira a distinção entre matemática e filosofia é constatada (A 712-7/B 740-5); b) na segunda se determina esta distinção (A 717-26/B 745-754); c) na terceira, por fim, Kant expõe as marcas centrais do método matemático, definições, axiomas e demonstrações, e argumenta pela impossibilidade de aplicá-lo à filosofia, colocando em seu lugar as exposições, deduções e provas acroamáticas (A 726-38/B 754-66).

a)

A matemática dá “o exemplo mais brilhante de uma razão pura bem sucedida na aplicação por si mesma sem o auxílio da experiência” (A 712/B 740; Cf. B x-xi). Por essa razão, procurou-se sempre aplicar o seu método a outros “usos transcendentais” da razão pura, aspirando também aqui obter o sucesso que a matemática obtinha com seu método. Na filosofia o método que procura obter a mesma certeza apodítica possível na matemática é o método *dogmático*⁸⁶⁵. Contudo, para além da semelhança de ambos serem “conhecimentos racionais” (A 714/B 742), aos filósofos dogmáticos “nunca lhes veio à mente a diferença específica entre esses usos da razão [scil. o filosófico e o matemático]” (A 725/B 753): a matemática é o conhecimento por *construção* de conceitos, ao passo que a filosofia é o conhecimento *por* conceitos. No primeiro caso o objeto do conceito é dado no momento mesmo de sua construção, na medida em que a intuição que lhe corresponde é apresentada de modo a priori no ato mesmo de construção, enquanto que a filosofia deve esperar que o objeto de seus conceitos venha de outro lugar: de uma intuição empírica possível apenas através da experiência possível.

⁸⁶⁴ Cf. Rohr, P. “Die Disziplin der reinen Vernunft, 1. Abschnitt (A 707/B 735-A738/B 766)“. In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Op. cit.

⁸⁶⁵ Kant propõe avaliar, assim, “se o método de chegar à certeza apodítica, a que na última ciência se denomina *matemático*, é idêntico àquele com que se busca a mesma certeza na filosofia e que, assim, teria de denominar-se *dogmático*” (A 713/B 741).

A “distinção essencial” entre método matemático e método filosófico seria o seguinte: “o conhecimento filosófico considera (...) o particular no universal, o matemático, o universal no particular, ou até mesmo no singular” (A 714/B 742). Ora, enquanto que na matemática o conceito (como o de triângulo) é construído no momento em que a intuição pura é apresentada e, com ela, o objeto do conceito (universal no particular), na filosofia o conceito antecede a possível intuição que faz corresponder um objeto a tal conceito (particular no universal), dito de outra forma, a matemática considera o universal *in concreto* (na intuição particular) e a filosofia *in abstracto* (por meio de conceitos) (A 734/B 762). Assim, a matemática tem como objeto apenas aquilo que pode ser construído a priori numa intuição sensível: o conceito de grandeza <Größe>⁸⁶⁶, e a filosofia, por sua vez, tem como objeto próprio aquilo que é possível de ser dado numa intuição pura *para além* de sua construção a priori, ou seja, algo *real* dado numa experiência possível:

Um conhecimento racional das mesmas, assim, só é possível por conceitos. Uma intuição correspondente ao conceito de realidade, portanto, não pode ser obtida em parte alguma a não ser na experiência, e ninguém pode jamais tomar parte nela, a partir de si mesmo, a priori e anteriormente à consciência empírica da mesma (A 715/B 743).

b)

Afirmar que a filosofia somente pode obter seu objeto para além dos conceitos ainda não explica como ela pode fazê-lo. Tomemos o caso do conceito de uma causa. Este não pode ser apresentado numa intuição a priori a não ser por meio um exemplo que a experiência possível me fornece e que representa uma determinação sintética a priori acrescida ao conceito. A filosofia trata, pois, de uma “*síntese* transcendental a partir de meros conceitos” (A 719/B 747) que diz respeito à “existência” dos objetos referidos por tais conceitos. Do conceito de causa interessa ao filósofo não uma análise <Zergliederung> que arrole as notas características contidas em tal conceito, pela qual o conhecimento do conceito não é aumentado, apenas melhor clarificado, mas, antes, um conhecimento sintético da causa como algo *real*, em outras palavras, um conhecimento sintético do objeto designado pelo conceito de causa como um objeto *real*, *efetivo* ou *existente*. “Nos problemas <Aufgaben> matemáticos, contudo, não está nunca em questão a existência, mas sim as propriedades dos objetos em si mesmos somente na medida em que estejam ligadas ao seu conceito” (A 719/B 747). Os dois

⁸⁶⁶ Cf. A 162/B 203, A 168/B 210, B 201Anm.

conhecimentos, matemático e filosófico, trabalham com os mesmos elementos, mas de forma inversamente oposta⁸⁶⁷.

Uma vez, pois, que a filosofia não pode apresentar na intuição pura seu objeto, seus conceitos são apenas *regras* da “síntese de intuições possíveis, que não podem ser dadas a priori” (A 719/B 747), da “síntese da intuição empírica” (A 722/B 750; A 723/B 751), ou ainda, da “síntese de sensações possíveis, na medida em que elas pertencem à unidade da apercepção (em uma experiência possível)” (A 723/B 751). Justamente aqui reside a causa da oposição entre o conhecimento *discursivo* da filosofia e o conhecimento *intuitivo* da matemática. A filosofia como discurso trata de conceitos como regras para síntese de possíveis intuições empíricas (como universais que não são imediatamente instanciados em particulares), ao passo que a matemática lida com seus conceitos como apresentações sensíveis a priori de objetos (de particulares que são ao mesmo tempo universais). À filosofia restam “proposições transcendentais” (A 721/B 749) ou “princípio[s] da síntese de intuições empíricas possíveis” que, como regras da síntese, apresentam as condições da objetividade de algum diverso que deve ser dado ou procurado alhures <*anderorts*>, e não por meio dessas mesmas proposições:

Proposições sintéticas sobre coisas em geral, cuja intuição não pode ser dada a priori, são transcendentais. Por isso proposições transcendentais não podem jamais ser dadas a priori por meio da construção de conceitos, mas apenas segundo conceitos. Elas contêm apenas a regra segundo a qual uma certa unidade sintética deve ser empiricamente buscada para algo que não pode ser representado intuitivamente a priori (as percepções) (A 720-1/B 748-9).

A proposição ou princípio transcendental é um “conhecimento racional sintético a partir de meros conceitos” e, dessa forma, um princípio discursivo, nunca intuitivo. Os conceitos com que se ocupa a filosofia tornam possível a “unidade sintética do conhecimento empírico”, mas não produzem a intuição que deve apresentar o objeto que lhes corresponde (A 722/B 750)⁸⁶⁸. A filosofia deve buscar uma determinação para

⁸⁶⁷ “Existem dois usos da razão, portanto, que, independentemente da universalidade do conhecimento e de sua origem a priori, que ambos têm em comum, são extremamente diferentes no procedimento; e isso porque há, no fenômeno por meio do qual todos os objetos nos são dados, dois aspectos distintos: a forma da intuição (espaço e tempo), que pode ser conhecida e determinada inteiramente a priori, e a matéria (o elemento físico) ou conteúdo, que significa um algo que se encontra no espaço e no tempo e, portanto, contém uma existência e corresponde à sensação” (A 723/B 751).

⁸⁶⁸ Vale lembrar aqui a oposição de Kant entre um entendimento humano discursivo e um entendimento divino intuitivo. Ao contrário do entendimento humano, este seria capaz de produzir por si mesmo o objeto de seus conceitos, de modo analítico. B 145: “Se eu quisesse pensar um *entendimento que intuisse por si mesmo* (como, digamos, um *entendimento divino que não se representasse objetos dados, mas tivesse os próprios objetos dados ou produzidos através da sua representação*), então as categorias não teriam *absolutamente nenhum significado* em relação a tais conhecimentos. Elas são apenas regras para um entendimento cuja faculdade consiste inteiramente no pensar, i.e. na ação de trazer à unidade da

seus conceitos alhures, em “algo diverso” <etwas Anderes>⁸⁶⁹, em um “terceiro” <drittes>⁸⁷⁰.

Por assim dizer, a *exterioridade* do objeto do conhecimento filosófico em relação os princípios por meio dos quais os conhecemos impõe a necessidade de investigação dos *limites* do conhecimento sintético da razão especulativa. Kant coloca mesmo como um “dever” o trabalho crítico de “determinar de forma exata e com certeza os limites da razão pura em uso transcendental” (A 726/B 754). Ao invés de enganarem-se na aplicação do método matemática a seus objetos, por meio do qual creem tornar-se “mestres da natureza” (A 725/B 753) e imperceptivelmente “saem do campo da sensibilidade e entram no campo inseguro dos conceitos puros e mesmo transscendentais” (A 725-6/B 753-4), Kant exorta os filósofos a “investigar a *origem* dos conceitos puros do entendimento e, com isso, também a extensão de sua validade” (A 725/B 753). À filosofia deve caber, pois, a tarefa de, através de uma investigação da origem dos conceitos puros do entendimento, precisar o âmbito de validade das regras sintéticas pelas quais se autoriza o uso imanente (e, assim, objetivo) de certo conceito como unidade sintético de um diverso. Dito de outra forma, Kant exorta os filósofos a empreenderem uma dedução metafísica (investigação da origem) e transcendental dos conceitos puros do entendimento e da razão (investigação da validade) como forma de delimitar a “extensão de sua validade”. Como já mencionamos no capítulo 3 e aprofundaremos no próximo, ao invés da matemática surge o *direito*.

c)

Explicadas as peculiaridades do conhecimento filosófico e do matemático e exposta a causa da distinção essencial entre ambos, resta discutir os princípios metodológicos de cada um deles. Kant realiza essa tarefa apresentando os três elementos nos quais repousa o “rigor da matemática <*Gründlichkeit der Mathematik*>, a

apercepção a síntese do diverso, que lhe foi dado de outra parte na intuição”. Cf. também, entre outras, KU AA 05: 405-406. Trataremos esse ponto no cap. 9 abaixo.

⁸⁶⁹ “Considerar algo que existe (uma coisa no espaço ou no tempo) no que diz respeito a se e quanto ele é ou não um *quantum*; se uma existência tem ou não de ser nele representada; até que ponto esse algo (que preenche o espaço ou o tempo) é um substrato primeiro ou uma mera determinação; se ele tem uma referência de sua existência a outra coisa como causa ou efeito; e, finalmente, se está isolado ou em dependência recíproca com outrem quanto à existência; considerar a possibilidade dessa existência, sua realidade e necessidade, ou os contrários destas: tudo isso pertence ao *conhecimento racional* por conceitos, que é denominado *filosófico*” (A 724/B 752).

⁸⁷⁰ “Agora, um conceito não pode estar ligado a outro sinteticamente e, ao mesmo tempo, imediatamente, pois para sair de um conceito é necessário um terceiro conhecimento que seja mediador <ein drittes vermittelndes Erkenntnis>” (A 732/B 760).

saber, definições, axiomas e demonstrações⁸⁷¹. Nenhum dos três pode ser utilizado na filosofia “no sentido em que o matemático os toma” (A 726/B 754); em lugar deles Kant admite, respectivamente, apenas *exposições*, *deduções* e *provas acroamáticas*.

Sobre *definição*, há basicamente dois tipos possíveis: analíticas e sintéticas (Log Jäsche AA 09: 141)⁸⁷². As definições <*Erklärungen*>⁸⁷³ analíticas são definições de conceitos *dados* a posteriori (como o de ouro) (A 727-8/B 755-6) ou a priori (como os de “substância, causa, direito, equidade”) (A 728/B 756) e são mais bem denominadas respectivamente explicação <*Explikation*> e exposição <*Exposition*> (A 730/B 758). Já as definições sintéticas são definições de conceitos *feitos* a posteriori (como o de cronômetro naval) (A 729/B 757) ou a priori (como o conceito de triângulo) e são mais bem denominadas, respectivamente, declaração <*Deklaration*> e definição <*Definition*> (A 730/B 758). Como se percebe, Kant reserva a designação “Definition” apenas aos conceitos matemáticos, não aos filosóficos⁸⁷⁴. Com efeito, apenas estes satisfazem o sentido mesmo de *definir*: “como a própria expressão indica, definir <*definieren*> deve significar apenas, em sentido próprio, expor o conceito completo <*ausführlich*> de uma coisa, originariamente, no interior de seus limites” (A 727/B 755), ou seja, na definição coincidem a descrição de todas notas características que pertencem ao conceito e a

⁸⁷¹ Para a imitação do método matemático em filosofia, Cf. Wolff, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen*. Op. cit. Cap. 4. §§ 115-134. pp. 67-85.

⁸⁷² É claro que essa distinção é complexificada por uma subdivisão adicional: entre definição nominal e definição real. As definições nominais “(I) contain the meaning arbitrarily given to a certain name (Logik § 106), i.e, give a ‘conventional meaning’ to a name (...); (II) are those whose concept sufficiently indicates all that one subjectively knows of a certain thing; (III) indicate only the logical essence (logische Wesen) of the concepts they define (...)”. As definições reais “(I) like all definitions perform the primary function of ‘giving a name’ to concepts in order to distinguish them one from the other (...); (II) are capable of expressing all that objectively belongs to the defined concepts; (III) contain the real essence (Realwesen) of the defined concepts and are sufficient for the knowledge of the object (Object) according to its internal determinations (Bestimmungen) insofar as they exhibit the possibility of the object (Gegenstand) on the basis of its internal characteristics (Merkmale) alone (...)” (Capozzi, M. “Kant on Mathematical Definition”. In: Chiara, Maria Luisa Dalla (ed.). *Italian Studies in the Philosophy of Science*. Dordrecht: Springer, 1981. S. 426). Com base nisso, Kant afirma que conceitos dados são capazes apenas de definições nominais, já que nem nos conceitos empíricos nem nos conceitos a priori é possível saber se a “essência real” pode ser completamente exaurida pelas notas características arroladas na definição; já conceitos feitos a priori, como os matemáticos, são capazes de uma definição real: a definição do objeto coincide com sua construção, por meio da qual ele é conhecido de modo completamente evidente. Para um quadro dos tipos de definição que inclui as classes de definição real e nominal às de definição analítica e sintética, Cf. Beck, L. W. “Kant’s Theory of Definition”. In: *The Philosophical Review*. Vol. 65, No. 2, 1956, pp. 179-191.

⁸⁷³ *Erklärung* é o conceito superior de todas as demais “definições”, das quais *Definition* compõe um membro específico: as *Erklärungen* pertencentes à matemática. Não é possível reproduzir em português a distinção conceitual realizada por Kant a não ser mantendo-se os termos em alemão ao lado dos possíveis correlatos em português.

⁸⁷⁴ Ao contrário, pois, de Wolff, que admite *definitiones* em filosofia como o ponto de partida da investigação, e não, como em Kant, um possível resultado da mesma. Cf. Wolff, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen*. Op. cit. § 119. p. 69.

descrição completa do objeto. No caso da declaração falta um detalhe central, a saber, que por meio dela “o objeto e sua possibilidade não são (...) ainda dados” (A 729/B 757). No caso da explicação, sempre é possível que o conceito empírico dado contenha notas características adicionais, atuais ou a serem descobertas com o progresso da pesquisa empírica, que lhe pertencem essencialmente (A 728/B 756). Por fim, no caso da exposição, a classe de *Erklärung* própria à filosofia racional pura, “eu não posso estar certo de que a representação evidente de um conceito (ainda confusamente) dado possa ser completamente desenvolvida a não ser quando sei que ela é adequada ao objeto” (A 728/B 756), ou seja, na exposição falta a determinação sintética que dá realidade ao conceito e, assim, lhe faz corresponder um objeto. Essa determinação sintética tem sempre de vir de outro lugar, nunca da definição mesma ou do ato de produção do conceito, como no caso dos conceitos matemáticos, por exemplo o de triângulo. Temos aqui novamente a distinção entre conhecimento filosófico como conhecimento racional por conceitos e conhecimento matemático como conhecimento racional por construção de conceitos. A filosofia, segundo Kant, deve abdicar da esperança de definir seus conceitos como faz a matemática, contentando-se em “expô-los”, ou seja, “analiticamente por meio da análise ou decomposição <Zergliederung> (cuja completude <Vollständigkeit> não é apoditicamente certa)” (A 730/B 758)⁸⁷⁵. Disso resulta que as “definições” ou exposições dos conceitos puros podem ser equivocadas, na medida em que incluem notas características que podem ou não estar de fato contidas no conceito, e incompletas, pois não há nunca a certeza sobre a completude da Zergliederung (A 732/ B 760). Dessa maneira, segundo Kant a filosofia somente pode lançar mão de *Erklärungen* no início da investigação como “bloße Versuche” (A 730/B 759), para, no decorrer da exposição, determinar de modo mais preciso os conceitos “definidos” de partida⁸⁷⁶. De modo que, dito mais precisamente, “na filosofia a definição, como uma evidência adequada <abgemessene Deutlichkeit>, tem antes de concluir do trabalho do que iniciá-lo” (A 731/B 759). A crítica ao *mos geometricus* é patente.

⁸⁷⁵ Para uma tentativa de aplicar à *Vernunftkritik* esse preceito estabelecido aqui por Kant, Cf. Caimi, M. “Application of the Doctrine of Methode in the critical examination of reason”. In. *Studia Kantiana* 13, 2012.

⁸⁷⁶ “Uma vez que elas são aí decomposições de conceitos dados, estes conceitos é que vêm antes, ainda que de maneira confusa, e a exposição incompleta antecede a completa” (A 730/B 758). Como exemplo claro disso é a discussão de Kant sobre as leis da razão empreendida na Dialética. Como mostraremos no capítulo 10, a definição precisa das leis da razão somente se realiza *ao longo* da exposição do capítulo sobre a Dialética.

Sobre os *axiomas*, Kant afirma que estes são proposições sintéticas a priori que são diretamente evidentes. Ora, sendo a filosofia pura o conhecimento sintético a priori por conceitos, tal evidência nunca pode ser imediata. Para ligar sinteticamente um conceito a outro é preciso “ir além de um conceito” e para isso “é necessário um terceiro conhecimento mediador” (A 732/B 760). A matemática pode ter proposições imediatamente certas por construir seus conceitos na intuição pura e, assim, ligar de modo sintético a priori uma determinação ao conceito construído, como, por exemplo, a proposição que afirma que os três ângulos internos de um triângulo somam 180°. Nessa medida, axiomas são possíveis na matemática. Na filosofia, por sua vez, a ligação sintética exige sempre algo “externo” aos conceitos ligados. Por exemplo, a proposição “tudo o que acontece tem uma causa”, como proposição sintética, não pode nunca ser imediatamente certa, “pois eu preciso providenciar um terceiro, qual seja, a condição da determinação temporal em uma experiência” (A 733/B 761). A experiência possível ou uma intuição empírica determinada permanece como o “terceiro” que permite a ligação sintética dos conceitos e, assim, a ampliação do conhecimento. Ao invés de axiomas, a filosofia tem princípios para a justificação dos quais é necessária uma *dedução*:

A filosofia, portanto, não tem axiomas e nunca pode impor os seus princípios a priori de maneira tão absoluta, mas tem antes de contentar-se em justificar, por meio de uma rigorosa dedução, a sua prerrogativa em relação a eles (A 733-4/B 761-2).

A respeito das demonstrações <*Demonstrationen*>, Kant escreve que é digna dessa designação apenas uma prova <*Beweis*> apodítica *intuitiva a priori*, ou seja, não apoiada em intuições empíricas (A 734/B 762). Ou seja, de meros conceitos a priori não é possível uma “certeza que se intui” <*anschauende Gewißheit*> e, pois, nenhuma “evidência” <*Evidenz*>, mas apenas a partir da construção de conceitos na intuição pura – em outras palavras, demonstrações são permitidas na matemática, não na filosofia. A esta são possíveis apenas “provas *acroamáticas* (discursivas)”, mas nunca demonstrações⁸⁷⁷. Tais provas são conduzidas a partir de “meras palavras (o objeto no

⁸⁷⁷ Acroamático designava o modo de apresentação dirigido unilateralmente a um ouvinte: “Acroamático (ἀκροατικός) denomina-se na antiguidade tardia os manuais de ensino <*Lehrschriften*> ‘destinados ao ouvinte’ ou originados de exposições orais <*Vorträgen*> (ἀκροάσεις) (como sobretudo os de Aristóteles); em oposição a isso ‘erotemático’ (ἐρωτηματικός) designava um ‘modo de ensino de perguntas e respostas’, isto é, ‘dialógico’” Waldenfels, B. “Akroamatisch/eromatisch”. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 1. Op. cit. p. 128. Com efeito, nas lições de Lógica e na *Tugendlehre* Kant opõe o método acroamático ao método erotemático de exposição, incluindo neste tanto o método <*Lehrart*> dialógico como o catequético (Cf. MdS AA 06: 478). Ainda segundo Kant, o método erotemático-dialógico seria o “método socrático”, ao passo que o acroamático seria o “platônico” (Vgl. V-Lo/Dohna AA 24: 780). Como mostra a *Log. Pölitz*, Kant se via como o primeiro filósofo a ter introduzido na lógica o

pensamento)”, e nunca a partir de um ato de construção na intuição pura do objeto cuja prova de existência e realidade objetiva se pretende fornecer⁸⁷⁸. As (supostas) proposições sintéticas a priori diretas a partir de conceitos seriam os *dogmata*, em oposição aos *mathemata*, entendidos como proposições sintéticas a priori diretas a partir da construção de conceitos; contudo, contrariamente ao que acontece quanto à matemática e suas proposições a partir da construção de conceitos, “toda a razão pura não contém em seu uso meramente especulativo sequer um único juízo diretamente sintético a partir de conceitos (A 736/B 764). Ora, em relação às ideias não há proposições sintéticas a priori especulativas com realidade objetiva e em relação às categorias todas as “princípios seguros” ocorrem de modo indireto, a partir da referência a “algo completamente contingente. a saber a *experiência possível*”⁸⁷⁹ (A 737/B 765) – o princípio de causalidade, por exemplo, não pode ser “discernido” a partir tão-somente de uma análise do conceito de causa, mas exige uma intuição empírica que o “confirme”, “portanto, ele não é nenhum dogma”; ele é um “princípio” entendido como regra de síntese de intuições empíricas, und não um “teorema” <Lehrsatz> (idem). Os “dogmas” ou “sentenças” <Lehrsprüchen> (A 736/B 764) são, pois, o artifício dos filósofos que tentam imitar o procedimento matemático ao invés de empreender uma investigação crítica cujo objetivo é “descobrir os embustes de uma razão que desconhece seus limites e, por intermédio de um esclarecimento <Aufklärung> suficiente de nossos conceitos, reconduzir a arrogância da especulação <Eigendünkel der Spekulation> ao modesto, porém rigoroso autoconhecimento [scil. da razão]” (A 735/B 763), ou seja, descobrir os embustes daqueles filósofos que adotam um “método dogmático” (A 737-8/B 765-6) e não empreendem uma (auto)disciplina do uso dogmático da razão pura. Quais seriam as provas ou demonstrações possíveis numa filosofia da razão pura, este é um tema que Kant irá tratar nos próximos capítulos da Disciplina.

Dessa maneira, recusando a imitação do método matemático em filosofia e propondo a substituição das definições, axiomas e demonstrações por exposições, deduções e provas acromáticas, Kant rompe com significativa parte da tradição

conceito de acroamático em oposição ao conhecimento intuitivo: “Essa distinção em axiomata e acroamata não havia nunca sido feita na lógica antes do Professor Kant”. (V-Lo Pölitz AA 24: 582).

⁸⁷⁸ “Princípios intuitivos e discursivos: axiomas e acroamas <Akroame>. Princípios são ou intuitivos ou discursivos. Os primeiros podem ser expostos em uma intuição e se chamam axiomas (*axiomata*), os segundos são expressos apenas por meio de conceitos e podem ser denominados acroamas (*acroamata*)”. (Log AA 09: 110).

⁸⁷⁹ Cf. abaixo Cap. 9.3.

racionalista. Ao contrário destes, ao identificar matemática como ciência intuitiva e filosofia como ciência *discursiva* Kant assume na filosofia uma impossibilidade de princípio de fazer coincidir originariamente pensamento e coisa por meio de símbolos (uma representação universal) que designem imediatamente o objeto. Por exemplo, Lambert, com quem Kant dividia na década de 1760 o intento de uma refundação metodológica da filosofia, admite que na matemática entendida como *characteristica* “a teoria da coisa e a teoria de seus signos <die Theorie der Sache und die Theorie ihrer Zeichen> podem confundir-se uma com a outra”, de modo que aquela pode ser reduzida a esta⁸⁸⁰. Ora, em virtude de a filosofia ser uma ciência discursiva e não intuitiva, a identidade entre conceito e objeto e a consequente redução de símbolo e coisa não é possível ao homem, detentor de um entendimento discursivo, mas apenas a Deus e seu entendimento intuitivo⁸⁸¹ – nesse contexto entende-se melhor todo esforço kantiano de realizar “passagens” ou propôr elementos mediadores, como o esquema, de modo a ultrapassar a heterogeneidade radical das “duas fontes fundamentais do ânimo”: sensibilidade e entendimento, receptividade e espontaneidade (A 50/B 74). O compromisso de “conciliação” de ambas para produção do conhecimento objetivo implica o abandono do ideal de evidência apodítico-intuitiva da matemática, em cujo lugar aparece o procedimento crítico mais despretensioso de justificação e “conciliação” de inspiração jurídica, como veremos no próximo capítulo⁸⁸².

8.3. Disciplina da razão pura em seu uso polêmico, em relação às hipóteses e às provas

⁸⁸⁰ “Os signos dos conceitos e das coisas são, ademais, em sentido estrito científicos quando representam não apenas os conceitos ou coisas, mas também indicam tais relações, de modo que a teoria da coisa e a teoria de seus singos podem confundir-se uma com a outra”. Lambert, J. H. *Neues Organon*. Op. cit. p. 16. Cf. também p. 25ss. Cf. Simon, J. *Kant: die fremde Vernunft und die Sprache der Philosophie*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 2003. pp. 568-569.

⁸⁸¹ Lambert lembra aqui Leibniz e a ideia de que apenas o intelecto divino poderia obter um conhecimento absolutamente claro e distinto. Cf. Leibniz, G.W. *Nouveaux essais sur l'entendement humain*. Op. cit. Livro 4, Cap. XVII. § 15.

⁸⁸² Segundo M. Riedel, o uso de Kant do termo “acroamático” para designar o modo de prova propriamente filosófico refere-se ao resultado da Crítica que “Kant apresenta sob o título de uma ‘Disciplina da razão pura no uso dogmático’, um resultado que detém a *forma de um juízo* no sentido por Kant conotado de um *juízo* ou *sentença* juridicamente tomado pela razão”. Riedel, M. *Urteilkraft und Vernunft*. Op. cit. p. 11. Para ele, a disciplina da razão pura substitui o “procedimento da razão que fundamenta a priori” <Verfahren der a priori begründenden Vernunft>, exemplificado pela aplicação irrestrita e enganadora da matemática em filosofia, pelo ideal da “razão que ajuíza a priori” <a priori urteilenden Vernunft>, ilustrado pelos procedimentos jurídicos expostos na Disciplina (Idem. p. 17).

Como introdução lapidar aos restantes capítulos da Disciplina da razão, que pertencem certamente às partes menos estudadas da *KrV*, ainda que, não obstante, sejam centrais para a compreensão do método crítico de Kant, vale o que Heimsoeth escreveu sobre eles:

Assim como a doutrina do método da lógica entende a si própria como ‘prática’ (práxis das ciências), também a doutrina transcendental do método de Kant, no tema do uso ‘polêmico’ da razão, adota uma *virada para a práxis da vida social* – no sentido da liberdade de expressão de pensamento e de discussão exigida para o ‘Esclarecimento’. Em tal liberdade repousa a ‘existência’ e possível efetividade da razão em nós como ‘cidadãos’ de um contexto de existência em relações recíprocas, onde se trata de um ‘acordo’ a partir do discernimento <*Einsicht*>. Cada pensador ‘deve poder exprimir as suas reservas e mesmo exercer seu *veto* sem impedimentos’ (KrV A 738/ B 767). Em todos os empreendimentos, e também naqueles mais elevados, a razão entre os homens precisa submeter-se à crítica, a um escrutínio minucioso de proposições e argumentos⁸⁸³.

Com efeito, o restante da Disciplina compõe um grupo harmônico e unitário de capítulos. Ele expõe o modo *jurídico-polêmico* que, após a medida disciplinar de limitação do método matemático na filosofia, restou à razão pura para *defender* suas “hipóteses” na medida em que “contesta” ou “redargue” seus oponentes num espaço público, livre e aberto à razão de todos os homens. Como em última análise o objetivo de fundo da Disciplina é permitir o uso prático da razão, os capítulos aqui tratados cumprem uma função crucial nesse sentido.

Como veremos com mais detalhes nos próximos capítulos, na Dialética o modo ostensivo e apagógico de prova falha, mas nem por isso a legitimidade da “posse” e “uso” de certos conceitos, a saber, os conceitos puros da razão, pode ser refutada dogmaticamente, ou seja, através de provas ostensivas ou apagógicas contrárias. Tal procedimento de defesa vale não só para as ideias cosmológicas, mas também para os demais objetos da razão, Deus e alma, em relação aos quais a razão não se enreda em uma antinomia. Em relação às pretensões especulativas em torno dos objetos da razão o mais importante é compreender a ilusão transcendental ou *Vitium subreptionis* a que estão sujeitos, fazendo com que as provas diretas sejam impossíveis e as apagógicas (*modus tollens* e *modus ponens*) inválidas como demonstração ou prova da verdade da posição assumida. O que resta à filosofia transcendental quanto à prova das proposições da razão pura é um uso *polêmico* da própria razão que, para desmontar a “arrogância dogmática” do adversário, assume provisoriamente *hipóteses* transcendentais e *defende* a possibilidade de um uso específico das ideias da razão através de refutações ou

⁸⁸³ Heimsoeth, H. *Transzendente Dialektik. Ein Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft. Bd IV.* Berlin: De Gruyter, 1971. p. 691.

retorsões que se limitam a “provar” (indiretamente, negativamente) a impossibilidade de se afirmar ou negar categoricamente algo nesse campo do conhecimento humano.

O tema do 2o Capítulo da Disciplina, do uso polêmico da Razão Pura, “consiste em resistir à negação dogmática de juízos metafísicos (sobre Deus, liberdade e imortalidade da alma)”⁸⁸⁴. A razão não pode nem ceder a tentações dogmáticas e nem abdicar, ceticamente, de pretensões a um saber metafísico, como Kant já anunciara no início do capítulo da Antinomia da razão pura (A 407/B 434). No 3o Capítulo da Disciplina, do uso de hipóteses, trata-se de mostrar que as hipóteses em metafísica, inversamente ao que ocorre na ciência natural, não podem ser assumidas com a finalidade de esclarecimento, mas antes para rebater provas aparentes e dogmáticas e resistir a “presunções transcendentais” (A 781/B 809). O 4o Capítulo da Disciplina, o das provas, retoma o que Kant havia deixado em aberto no final da Disciplina da razão pura no uso polêmico, indicando como as provas discursivas da razão pura têm recorrer às condições sintéticas da possibilidade daquilo que deve ser provado, abrindo espaço para um verdadeiro embate de razões e argumentos diante de um tribunal. Aqui Kant apresenta as três regras ou marcas características da “disciplina da contenção” ou “abstinência” <*Disziplin der Enthaltensamkeit*> (A 786ss/B 814ss): 1) É necessário refletir sobre as fontes dos princípios que se procura demonstrar; 2) Há apenas uma única prova para cada proposição transcendental e, decerto, uma intuição sensível ou pura ou a referência à experiência possível; 3) A prova precisa ser conduzida “ostensiva” (diretamente) e não “apagógicamente” (indiretamente). Dessas medidas disciplinares resulta um uso crítico, porém provisório, do modo indireto de prova enquanto defesa dos objetos da razão pura.

8.3.1. Disciplina da razão pura em relação a seu uso polêmico

Nesse capítulo é decisiva a representação da dupla função da razão no contexto do tribunal da crítica: a razão que examina <*prüfende*> e a razão judicial <*richterliche Vernunft*>. Por esse motivo as metáforas jurídicas estão por toda parte e é difícil falar algo sobre o capítulo sem recorrer a uma linguagem jurídica – já discutimos parte delas, sobre o estado civil, a paz perpétua, etc., no 1º capítulo de nosso trabalho. Reencontramos aqui a dupla função do juiz no *forum internum* ou *forum rationis*: examinar e julgar as partes de modo imparcial. Cabe ao juiz descobrir o erro sobre o

⁸⁸⁴ Gerhardt, V. “Die Disziplin der reinen Vernunft”. Op. cit. p. 576.

qual as partes baseavam seus argumentos e desvelar como ilusório e aparente o conflito da razão consigo mesma. Para tanto, contudo, têm de ser concedida às partes a maior liberdade possível em colocar seus argumentos e tentar fundamentar os próprios e refutar os do adversário. Em relação às proposições que, no tribunal, dizem respeito aos objetos da razão, é necessário recorrer a um uso *polêmico* da razão, ou seja, a *defesa* de suas proposições contra *negações contrárias dogmáticas* no contexto de um conflito determinado (do grego *polemos*, conflito, guerra). Já discutimos no 6º capítulo a origem e traços gerais do método cético-polêmico como procedimento zetético e judicial em Kant. Ressaltemos que, na Disciplina, não se trata de provar que essas proposições transcendentais sejam verdadeiras, mas, antes, de sustentar que o seu contrário nunca pode ser afirmado com certeza apodíptica. Temos aqui uma “posse” cujo título é insuficiente, mas cuja *ilegitimidade em geral* não pode ser *provada* ou *demonstrada*. Kant distingue, ademais, os conflitos da razão consigo mesma relativos à cosmologia, a *antinomia* da razão pura em sentido próprio, e aqueles relativos à teologia e à psicologia racionais, que não chegam a constituir propriamente um conflito ou uma antinomia (aparente) da razão consigo mesma. Nos conflitos cosmológicos a razão está sujeita a uma “ilusão bilateral”, que atinge os partidários da afirmação e os da negação da existência do objeto da razão pura (o incondicionado); já quanto aos objetos da psicologia e teologia racionais há apenas uma “ilusão unilateral”, em que incorrem os partidários da afirmação da existência de tais objetos. Da mesma forma que no conflito cosmológico a contradição da razão consigo mesma é revelada como ilusória, em questões relativas à existência de Deus e da alma tampouco há um verdadeiro conflito da razão consigo mesma. Ambos os lados podem ser conciliados pelo juiz crítico, que examina e decide, no momento em que este delimita o âmbito de validade de cada pretensão oposta avançada.

A razão como examinadora é enunciada já no início do capítulo, numa passagem que se assemelha à famosa definição do *Zeitalter der Kritik* feita no prefácio A e que reproduzimos no 2º capítulo:

A razão tem de submeter-se à crítica em todos os seus empreendimentos, e não pode comprometer a liberdade desta, através de proibições, sem prejudicar-se a si mesma e levantar uma suspeita desvantajosa contra si. E não há nada tão importante, no que diz respeito à sua utilidade, nem nada tão sagrado, que pudesse eximir-se dessa *inspeção de exame e controle* <*prüfenden und musternden Durchsuchung*> que não leva em conta a autoridade das pessoas. Nessa liberdade está baseada a própria existência da razão, que não tem uma autoridade ditatorial, e *cuja sentença*, pelo contrário, nunca é outra senão o *livre consenso dos cidadãos*, que têm de poder sempre, cada um deles, expressar tanto suas reservas como também seu *veto* sem qualquer resistência (A 738-9/B 766-7. Grifos nossos).

Kant não menciona a razão, mas apenas a *Kritik* como *prüfende Durchsuchung*, porém é clara a ideia de que é à razão que cabe tal tarefa de exame e investigação. Para isso, ela deve ser investida da mais ampla liberdade. Qualquer barreira a tal exame - seja a autoridade inquestionável de alguma doutrina ou a inviolabilidade de algum tema - representa a “morte” especulativa da razão. A existência desta repousa, pois, na *liberdade do exame*, na “concordância de cidadãos livres”. Com efeito, é possível aproximar esta passagem daquela em que Kant afirma que a antitética é “eutanásia” da razão (A 407/B 434). Ora, a censura ou a limitação da crítica representa a morte “vinda de fora”, a perda da liberdade na qual repousa a razão; a persistência da antitética, por sua vez, representa a morte “vinda de dentro”, a impotência da razão diante de suas contradições e com isso a invalidade de sua legislação⁸⁸⁵. Em ambos os casos a legislação da razão está em jogo: a contradição entre as leis representa a invalidade da legislação e a falta de liberdade, o despotismo (Anth. Mrongovius 129) ou tirania (Anth. Dohna 323)⁸⁸⁶.

Após a “inspeção de exame” da razão no tribunal da Crítica vem sua decisão, seu veredito. Há aqui, pois, a ideia de uma “razão judicial”. A razão não pode evitar, mas tampouco tem motivo para temer a crítica (A 739/B 767)⁸⁸⁷. A razão em seu uso dogmático (não matemático) não tem consciência da estrita observância de suas “leis supremas”, de modo que tem de comparecer com “timidez” e “despida de toda pose dogmática” diante do “olhar crítico de uma razão mais elevada e que julga” (A 739/B 767). Contudo, justificar-se diante da censura de um juiz não é o mesmo do que

⁸⁸⁵ Kant menciona outras possíveis “mortes” da razão. Na *Anthropologia Dohna* Kant refere-se à “morte da razão sadia” por ocasião da “imitação” acrítica de doutrinas filosóficas recebidas (Ko 152). No *Religionsschrift* Kant escreve que a “o delírio exaltado ou fanático religioso” <der schwärmerische Religionswahn> representa a “morte moral da razão” <der moralische Tod der Vernunft> (RGV AA 06: 175).

⁸⁸⁶ Sobre o tópico da liberdade de pensamento, Kant afirmava já em início da década de 1770 ser estritamente necessária a liberdade de expressar seus pensamentos, opiniões, etc., como forma de progresso do “conhecimento humano”. Cf. “A liberdade da comunicação de seus pensamentos, juízos, conhecimentos é, porém, com certeza o único meio mais seguro para examinar e verificar corretamente seus conhecimentos <seine Kenntniße recht zu prüfen und zu verificieren>, e quem retira essa liberdade deve ser considerado como o adversário mais odioso da difusão do conhecimento humano e até mesmo [o adversário mais odioso] do próprio homem (...). A privação da liberdade de pensar sem coerção e de trazer à luz esses seus pensamentos é realmente uma privação dos primeiros direitos das maiores prerrogativas do gênero humano e sobretudo do entendimento humano. Os homens são por assim dizer convocados para utilizar comunitariamente sua razão e dela se servir. Estes são, pois, os bens temporais <zeitliche Güte> desta vida”. V-Lo/Blomberg AA 24: 150-151. Grifo nosso. Cf. também V-Lo/Philippi AA 24: 391. (SS 1772); Rx 2566 AA 16: 419-420. (1769-1776). Cf. Hinske, N. “Das starke Kriterium der Wahrheit”. In: *Zwischen Aufklärung und Vernunftkritik*. Op. cit.

⁸⁸⁷ Há aqui mais um motivo pertencente ao tribunal da *Gewissen*. Kant escreve que a consciência moral é inescapável e que seu juízo não deve ser temido (cf. MdS AA 06: 438. também V-Mo/Collins AA: 27: 356).

defender-se diante das “pretensões dos concidadãos”. Se estes são dogmáticos tanto na afirmação quanto na negação, ou seja, um racionalismo dogmático e um ceticismo dogmático, a defesa se baseia em uma prova *ad hominem*, evitando toda “ingerência” externa e propiciando uma “posse legítima” que não deve temer nenhuma “usurpação” alheia - ainda que, é bem verdade, essa posse não seja demonstrável “segundo sua verdade”. Kant exorta aqui, pois, ao uso polêmico da razão em prol de seus fins supremos contra ataques dogmáticos, mais exatamente daqueles “céticos dogmáticos” que não se contentam a simplesmente afirmar a *impossibilidade* de um *conhecimento* dos objetos da razão, mas procurar demonstrar a *impossibilidade* mesma e *irrestrita* desses objetos. À razão cabe *defender-se* contra tais ataques dogmáticos:

Por uso polêmico da razão pura eu entendo, pois, a defesa de suas proposições contra as negações dogmáticas das mesmas. Aqui não se trata de saber se as suas afirmações não poderiam talvez ser falsas, mas de que ninguém pode afirmar o contrário com certeza apodítica (ou mesmo com maior plausibilidade). Pois a nossa posse de algo não é precária quando temos um título diante de nós, ainda que insuficiente, e sendo inteiramente certo que ninguém poderia jamais provar a ilegitimidade dessa posse (A 739-40/B 767-8).

O jargão jurídico é claro: o título da posse (dos conceitos da razão pura) não é provado, mas isso não significa que seja possível demonstrar ou provar a “ilegitimidade” dessa posse. Em outras palavras, embora não seja possível deduzir transcendentemente os conceitos da razão pura, a dedução metafísica prova que eles não são conceitos ilusórios e, assim, não é possível demonstrar a impossibilidade de um *uso em geral deles*. Veremos isso com mais detalhes no próximo capítulo.

Kant retoma primeiramente a antitética da razão pura e o conflito cosmológico da razão de modo a ilustrar em que consiste o uso polêmico da razão. Kant escreve que é, decerto, triste e desolador que haja uma antitética da razão pura e que esta, que representa o “*tribunal supremo*” sobre todas as contendas, entre em conflito consigo mesmo (A 740/B 769). Contudo, mostra-se na Dialética que esta antitética aparente repousa num “mal-entendido” pelo qual, segundo um preconceito comum, se tomam fenômenos por coisas em si e que, uma vez descoberto, desvela o conflito como ilusório. Esse mal entendido não pode ser utilizado como alegação e, por meio disso, resolver o “conflito da razão” quando se opõem entre si alegações teístas e ateístas na teologia racional ou quando se afirma ou se nega, na psicologia racional, a imaterialidade e, pois, imortalidade da alma – ou seja, nas questões em torno da existência dos objetos das outras disciplinas da *metaphysica specialis*. Isto pois o objeto está aqui “livre” de tudo o que lhe é estranho e o contradiz - o entendimento lida aqui

apenas com coisas em si, não com fenômenos *e* coisas em si. Portanto, haveria aqui um verdadeiro conflito *somente* caso a razão tivesse algo a dizer do lado da negação que se aproximasse dos fundamentos em que se apoia a afirmação. Pode-se criticar aquele que neste âmbito afirma algo dogmaticamente, sem, contudo, exigir que ele abandone suas afirmações, que ao menos têm a seu lado o interesse da razão, coisa com que o seu adversário não pode contar (A 741/B 769).

Contra Sulzer, Kant expressa sua certeza de que as proposições a respeito dos dois “proposições cardeais da nossa razão pura”, a saber, “há um Deus, há uma vida futura” (A 741-2/B 769-70), a despeito de todo progresso no conhecimento humano, não poderão *nunca* ser provadas ou demonstradas, menos ainda com a mesma evidência das proposições da geometria⁸⁸⁸. Tal impossibilidade radica não numa falha ou insuficiência do intelecto humano que pudesse ser suprimida, mas numa limitação estrutural do entendimento discursivo humano, o qual, para conhecer seu objeto, precisa de uma intuição sensível possível, completamente ausente no caso dos objetos transcendentais da razão pura. *Ao mesmo tempo*, contudo, é apodicticamente certo que “nunca surgirá um homem qualquer que possa demonstrar o oposto com a mínima plausibilidade, menos ainda de forma dogmática” (A 742/B 770). Este é o resultado mais importante da Crítica relativamente à metafísica: não apenas puramente *negativo*, na medida em que prova a impossibilidade de conhecer os objetos da razão, mas também *positivo* em prol do “interesse prático” da razão, já que se “prova” a igual impossibilidade de que a impossibilidade de tais objetos em si seja apodicticamente provada e, assim, a impossibilidade de um uso deles para *além daquele* ligado à razão especulativa. Portanto, para o adversário da metafísica temos pronto o *non liquet*, termo jurídico que designa o “não claro” da prova por ele avançada. O *non liquet* coloca-nos sob proteção suficiente para não temermos, indiferentes, seu golpes, na medida em que nos apoiamos numa máxima subjetiva da razão (A 742-3/B 770-1).

Como em outros momentos da *KrV*, Kant joga aqui com o duplo sentido do “ceticismo” que investigamos no capítulo 6. Após rebater os céticos dogmáticos, Kant retoma a utilidade de um ceticismo mitigado para colocar a razão pura dentro de seus

⁸⁸⁸ Vgl. Sulzer, J. G. “Gedanken über einige Eigenschaften der Seele, in sofern sie mit den Eigenschaften der Materie eine Ähnlichkeit haben, zur Prüfung des Systems des Materialismus”. In: *Vermischte philosophischen Schriften*. Leipzig, 1773. p. 349. “Duas das mais sumamente importantes verdades são (...): a existência de Deus e a imortalidade da alma. É ponto pacífico que o entendimento sadio basta para conhecer essas duas verdades (...). Ele pode ajudar a filosofia a ver, em algum momento, um grau maior de perfeição lá onde ela pode dar para tais verdades provas tão óbvias quanto as da geometria em sua evidência mais perfeita”.

“limites”. No contexto do uso ou modo polêmico de argumentar da razão Kant alude uma vez mais à utilidade do método cético como forma de mitigar a arrogância dogmática da razão e reenviá-la a seu campo originário: o *prático*. O argumento de Kant é teleológico: tudo na natureza é ordenado de modo a contribuir para um propósito bom. Mesmo um veneno serve para produzir antídotos a outros venenos. Da mesma forma, as objeções contra as convicções e a arrogância de nossa razão especulativas são dispostas *<aufgegeben>* pela própria natureza desta e devem ter uma “boa destinação”, servindo assim a um bom propósito. Ora, as objeções céticas às afirmações relativas aos objetos da razão pura servem ao propósito crítico de *autoexame* da razão. Por esse motivo, já que mesmo as afirmações dogmáticas contra os interesses da razão servem para levá-la a procurar meios mais adequados de nutri-los e fomentá-los, a liberdade mais completa deve ser-lhe concedida: é necessário “colocar tanto a razão investigadora como a examinadora *<forschende, prüfende Vernunft>* na mais plena liberdade para que ela possa cuidar de seus próprios interesses de forma desimpedida” (A 744/B 772). Kant repete uma vez mais a ideia sobre a dupla utilidade ou duplo aspecto da legislação da razão: mesmo a utilidade aparentemente *negativa* da crítica serve a um fim *positivo*. Na mesma medida em que “coloca fronteiras *<Schränken>* a seus [da razão] discernimentos *<Einsichten>*”, a crítica “conduz a razão de volta a seu caminho natural” (A 744/ 772): a saber, o seu uso *prático*.

O conflito polêmico também tem uma utilidade adicional, contida na ideia de uma disciplina ou *cultura* da razão, conforme exposto acima⁸⁸⁹. Kant exorta a que se deixe o adversário evocar a razão e o combata apenas com as armas da razão. Ao fazê-lo, o conflito “cultiva” *<cultivieren>* a razão por meio de uma consideração de seu objeto de dois lados e corrige seu juízo na medida em que o limita (A 744-5/B 773). A razão carece de um tal conflito e é de se desejar que ele seja realizado com “ilimitada permissão pública” *<uneingeschränkter öffentlicher Erlaubnis>*, pois assim teria surgido anteriormente uma “crítica madura” e, com ela, as contendidas *<Streithändel>* teriam sumido, na medida em que os combatentes teriam aprendido a compreender a

⁸⁸⁹ Essa ideia Kant a repete em outros momentos, quando exalta os gregos e a “cultura da razão” que estes professavam ao discutir publica e polemicamente os temas de interesse para a razão. Não por acaso, Kant liga a essa prática uma marca jurídica: a discussão diante de um tribunal: “Os antigos gregos (...) filosofavam diante da legislação e do Estado. A mesma eloquência, arte [como] diante do tribunal em processos (...). Os gregos não tinham escolas superiores. Os gregos ensinavam a filosofia não como uma instrução de escola *<Schulunterweisung>*, mas como uma mera *cultura da razão*; portanto, por eles não terem escolas superiores, faltava à sua filosofia exatidão disciplinar, método. Para proveito dos advogados e oradores, dialetica. Nenhuma observação *<Beobachtung>*” (Rx 1639 AA 16: 62. (1760-1764, 1764-1768, 1769-1770, 1773-1778)).

cegueira e os preconceitos que os desuniram (A 747/B 775). A “cultura da razão” expõe aos combatadores o erro comum e lhes revela o interesse pelo qual ambos lutam. Nos ataques céticos à religião e à moral, como os de Hume e Priestley (A 745/B 773), não há que temer uma ameaça ao “bem comum” (A 746/B 774): em uma “razão não coagida” <zwanglose Vernunft> não se coloca em questão se o conflito é proveitoso ou danoso ao bem comum, mas apenas “quão longe” a razão pode ir no seu uso especulativo, assegurado, como está, que o campo de seu uso prático não é afetado por tais investigações (A 747/B 775).

O terreno em que Kant parece mover-se, a julgar pelos conceitos empregados, é o da *moral*. Decerto, o uso polêmico da razão tem uma serventia eminentemente moral, expressa por termos mais apropriados à filosofia prática, na medida em que possibilita, contra pretensões especulativas, um uso prático da razão. O restante do capítulo confirma essa suspeita. Kant reclama de uma “insinceridade” <Unlauterkeit> da natureza humana, que, contudo, auxilia os homens a saírem da “rudeza” ao cultivá-los, na esperança de, assim, “moralizá-los” (A 748/B 775). Kant lamenta encontrar essa insinceridade, dissimulação e hipocrisia também nos enunciados do modo de pensar especulativo <spekulative Denkungsart>, onde os homens teriam, em princípio, menos dificuldades em expor o que realmente pensam. Ora, isso impede o progresso do conhecimento, na medida em que pensamentos intimamente tomados por falsos são enunciados como verdadeiros, provas insuficientes como evidentes, etc⁸⁹⁰. Uma certa “ vaidade pessoal” <Privateitelkeit> evita que se expressem as dúvidas que sentimos em nosso íntimo. Contudo, à medida em que se resiste à vaidade dos demais “com permissão pública” <mit öffentlicher Genehmigung> virá um momento em que as “coisas” chegarão lá onde a mais genuína “Gesinnung” e “sinceridade” as teriam colocado – haveria, pois, uma *revolução* no modo de pensar especulativo⁸⁹¹. Se os

⁸⁹⁰ Cf. Rx 5028. AA 18: 65-66 (1776): “Nosso método exige também em grande medida a sinceridade <Aufrichtigkeit>. Do contrário seria necessário esconder da filosofia as dificuldades contra proposições sobre a fé <Glaubenssatz> e mencionar apenas o que seja proveitoso. Um autor paradoxo poderia ser facilmente refutado, pois ele não precisa ser mais respondido. Aquele que se atém à opinião comum permanece sozinho em sua posto. Atualmente o método cético dá azo a todo pensamento e ele mesmo serve, com a retorsão a suas objeções, para determinar de forma mais exata as fronteiras do entendimento. É também uma *fallacia ignorationis elenchi* [conclusão sofística] iniciar da nocividade de uma proposição quando se deve investigar sua correção. Quando iremos colocar de lado os grandes resto de uma constituição bárbara [da] razão, a qual, contudo, é a única que pode nos levar a indicar o caminho de forma imperiosa <gebieterisch>. Em tais controvérsias tem sempre o direito aquele que tem a última palavra. Porém, tem sempre a última palavra aquele que afirma [sua] proposição de forma ortodoxa”. “.

⁸⁹¹ Além da conhecida imagem de uma “revolução” proposta análoga à de Copérnico (B xv-xvi), a mudança no “modo de pensar” ou “conduta do pensamento” <Denkungsart> necessária para o sucesso da *Crítica*, mencionada na Disciplina (A 748-751/ B 775-779), assemelha-se a uma “conversão radical” ou

homens tivessem sido sinceros nos confrontos especulativos em torno dos objetos da razão, as questões mais importantes em pauta no conflito da razão especulativa <*Streit der spekulativen Vernunft*> sobre a alma, Deus e liberdade, já teriam sido resolvidas ou ao menos estariam prestes a sê-lo. A exortação de Kant é clara: a *cultura* da razão, o cultivo ou, se se prefere, o seu progressivo “civilizar-se”, somente pode ocorrer com a sinceridade de todos os envolvidos, que, ceticamente, assumem dentro de si as objeções às posições assumidas e polemicamente, após mostrados os erros, defendem a razão.

É justamente neste contexto de uma cultura da razão pura na qual estão implícitos os aspectos negativo e positivo da legislação da razão pura que Kant escreve a conhecida passagem, também presente no prefácio A, sobre a *KrV* como o “verdadeiro tribunal de todas as controvérsias da razão pura”

Pode-se considerar a crítica da razão pura como o verdadeiro tribunal para todas as suas controvérsias; pois ela não está implicada nestas últimas, que se dirigem imediatamente ao objeto, mas está na posição de determinar e julgar, segundo os princípios de sua primeira instituição, as autorizações <*Rechtsame*> da razão em geral (A 751/B 779).

É digno de nota que Kant afirme que a razão não está envolvida nos conflitos que dizem respeito imediatamente aos objetos (ie, existe Deus, a alma é imortal, somos livres), mas antes às *permissões* e *autorizações* do uso legítimo de tais objetos (ou conceitos) segundo os princípios estabelecidos pela *gesetzgebende Vernunft* e observados pela *rechtliche Vernunft*. Trata-se aqui dos *Rechtsame* da razão, que, como já vimos, no jargão jurídico da época designavam não propriamente direitos <*Rechte*>, mas sim *autorizações* <*Befugnisse*> fundadas em direitos ou leis⁸⁹². Por sua vez, a ideia de uma

“revolução” análoga àquela descrita na *Religião* (RGV AA 06: 47). A respeito da exigência de “sinceridade” <*Aufrichtigkeit*> envolvida nessa conversão do modo de pensar e pressuposta para os objetivos da *Crítica*, ver também *Anúncio do término próximo de um tratado para a paz perpétua em filosofia* (VNAEF AA 08: 421-422). Sobre as ressonâncias religiosas deste tópico e sua relação com o *tribunal* da consciência moral <*Gewissen*>, cf. Santos, L. R. “Da Linguagem Jurídica da Filosofia Crítica à Arqueologia da Razão Prática”. Op. cit. Mencionemos aqui que Kant também enfatiza na própria *KrV* a conexão entre a mudança no modo de pensar e a exortação ao embate público de ideias e posições filosóficas propiciado pela *Crítica* e sua imagem do tribunal (*KrV* A 750/ B 778) e vê na sua própria atividade de escritor uma função de desencadeador de tal revolução: “Meu escrito [*KrV*] (...) não pode produzir outra coisa senão uma *completa mudança do modo de pensar* <*eine gänzliche Veränderung der Denkungsart*> nessa parte do conhecimento humano tão intimamente instalada em nós”, a saber, a metafísica (Carta a M. Herz. 11/05/1781. AA 10: 269).

⁸⁹² Como já mencionado acima, no *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart* de Adelung lê-se “A *Gerêchtsame* (...), as autorizações que se fundamentam em um direito ou uma lei. Sujeitar-se a uma autorização <*Gerêchtsamen*>. Uma cidade que tem autorizações <*Gerêchtsamen*>. Observação: No *Oberdeutsch* apenas *Rechtsame*. Neste mesmo emprego, como advérbio ou adjetivo toma-se *gerechtsam* por *rechtmäßig*, além de *Gerechtsamkeit* por *Gerechtsame*. Não é justificado afirmar que *Gerechtsamen* não têm singular. No entanto, o plural surge mais frequentemente”. Adelung, J. C. Verbete “*Gerechtsame*”, *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*. Op. cit. Bd. 2, p. 582. Cf. também Zedler: *Gerechtsame* ou *Rechtsame* “são tantos quantos forem os direitos ou

autorização está estreitamente ligada à noção de um *dedução* que investiga as pretensões e “Gerechtsame”, ou seja, as “Befugnisse” envolvidas⁸⁹³. Uma comprovação adicional para a relação entre dedução e autorização de algo encontra-se nos *Fortschritte*. Kant fala aqui de uma *Deduktion der Rechtsame der Vernunft zur Bestimmungen a priori*, isto é, uma dedução das autorizações para “determinações” a priori ou das “posses a priori” de conceitos, independente do uso preciso que dele se fará, para o quê, contudo, novas deduções são necessárias⁸⁹⁴. A *KrV* é assim o tribunal que julga as permissões ou autorizações da razão pura em seus usos especulativo e *prático*. Na falta de uma dedução transcendental das ideias que autoriza o uso de seus conceitos no campo especulativo, resta à razão um uso polêmico que defenda, contra presunções especulativas cético-dogmáticas indevidas, a permissão de um uso prático dos objetos da razão pura. O modo como essa defesa se dá é determinado mais precisamente nos capítulos seguintes da Disciplina.

8.3.2. Disciplina da razão pura em relação às hipóteses

Sabendo que não podemos conhecer nada no uso puro e especulativo da razão, restar-lhe-ia um campo de hipóteses “no qual seja permitido, se não afirmar, ao menos inventar e opinar”? (A 769/ 798). Decerto não. Kant estabelece algumas condições a serem satisfeitas por uma hipótese que pode ser verificada: a) elas não devem ultrapassar o “solo da experiência” (A 771-4/B 799-802); b) ademais, a hipótese admitida deve bastar para determinar as consequências que dela decorrem (A 774-5/B

competências específicos <besondern Rechte und Gerechtigkeiten, oder Befugnisse> devidos a certas pessoas”. Zedler, J. H. *Großen vollständigen Universal-Lexicon*. Bd. 30. p. 1423.

⁸⁹³ É o próprio Adelung que nos indica essa conexão: “A dedução (...), do latim *deductio*, um escrito no qual são investigadas as pretensões e as autorizações aí fundadas, dos partidos conflitantes” <Die *Deductio* (...) aus dem Lat. *deductio*, eine Schrift, worin die Ansprüche und darauf gegründeten Gerechtsame einer streitenden Parthey untersucht werden>. Idem. Bd. 1. p. 1433.

⁸⁹⁴ “Contra esse mal nenhum remédio existe a não ser o de submeter a própria razão pura, isto é, a faculdade de conhecer algo a priori em geral, a uma crítica minuciosa e completa, de modo a discernir-se a possibilidade de uma extensão real do conhecimento por meio desta mesma [faculdade] em relação ao sensível e ao suprassensível ou então, quando isto não for aqui possível, a limitação de tal extensão em relação ao suprassensível; e, no que diz respeito a este último, como fim da metafísica, que seja garantida a posse da qual ela é capaz não por meio de provas, que tão frequentemente se mostram enganadoras, mas por meio de uma *dedução das autorizações da razão* a determinações a priori. A matemática e a ciência da natureza, na medida em que ela contém o conhecimento puro da razão, não carecem de nenhuma crítica da razão humana em geral. Pois a pedra de toque da verdade de suas proposições reside não mesmas, pois seus conceitos só vão até onde podem ser dados os objetos que lhes correspondem, ao invés disso a metafísica eles são destinados a um uso que deve ultrapassar esses limites e alargar-se até objetos que não podem ser dados ou, pelo menos, não opodem na medida em que exige o uso intentado do conceito, isto é, ser-lhe conformes” (FM AA 20: 319-320. Grifos meus)

802-3). Ora, as hipóteses transcendentais, ou seja, aquelas que se apoiam numa ideia transcendental da razão, não satisfazem essas condições: a) todas as ideias ultrapassam o campo da experiência possível e não servem para determinar nada empiricamente; b) as hipóteses transcendentais exigem, no ponto de vista especulativo, hipóteses transcendentais adicionais que, elas mesmas, carecem de justificação - como os epiciclos de Ptolomeu. Porém, Kant não conclui daqui a recusa das hipóteses transcendental, apenas sua *delimitação* em relação ao objetivo de conhecimento envolvido nas hipóteses “físicas”. No uso polêmico da razão o uso de hipóteses é permitido não com o intuito de verificar ou provar alguma proposição, mas apenas como *defesa* contra proposições dogmáticas contrárias. As hipóteses transcendentais, assim, não servem para conhecer ou esclarecer <erklären> algum fenômeno, mas antes, de par com o caráter problemático e meramente heurístico das ideias (A 771/B 799), meramente para *defender* algo, não para provar ou demonstrar uma verdade (indutivamente ou como quer que seja), mas *permitir* ou *autorizar* uma possibilidade.

Embora no uso especulativo não se possa esperar que a razão empregue hipóteses para *fundar* <gründen> uma afirmação ou negação, é permitido utilizá-las para *defender* <verteidigen> uma proposição, não decerto no uso dogmático, mas sim no uso polêmico da razão. “Por defesa eu não entendo, contudo, uma multiplicação dos argumentos <Beweisgründe> para afirmá-la, mas sim a mera anulação dos conhecimentos aparentes <Scheineinsichten> com que o adversário deveria, supostamente, refutar a proposição por nós afirmada” (A 776/B 804). Com efeito, em todas as proposições sintéticas da razão há um fato peculiar, a saber, que aqueles que as afirmam não conseguem aduzir provas suficientes para suas posições, mas os que as negam “sabem tão pouco para afirmar o contrário”. “Essa igualdade na sorte da razão humana, com efeito, não favorece nenhum dos dois no conhecimento especulativo, que é, todavia, o verdadeiro campo de batalha dessas controvérsias <Fehden> que nunca cessam de enfrentar-se” (A 776/B 804).

Porém, em relação ao *uso prático da razão* esta tem um *direito* <Recht> de assumir algo que, no campo especulativo, ela não teria de forma alguma a autorização <befugt wäre> de pressupor na ausência de “argumentos suficientes” <hinreichende Beweisgründe>. Essas assunções prejudicam, de fato, a perfeição da especulação, mas isso não preocupa em nada o interesse prático, pois aqui – ressaltamos novamente –, no campo especulativo, a razão está numa “posse cuja legitimidade <Rechtmäßigkeit> ela não precisa provar” – e sequer poderia. É o adversário que deve, pois, provar sua

posição (A 776-7/B 804-5). Na falta de provas teóricas de ambos os lados, a vantagem é de quem tem a "pressuposição [ou posse] praticamente necessária" e o ônus da prova é daquele a quem falta esta – isto é, vale a máxima jurídica enunciada já nos *Digesta: melior est conditio possidentis*⁸⁹⁵. O uso polêmico da razão no tribunal da crítica baseado nas hipóteses transcendentais intercede em seu favor para defender, no âmbito especulativo, as autorizações fundadas, por sua vez, no direito da razão de assumir as ideias no âmbito prático.

O uso de hipóteses é assim legitimado não para fortalecer alguma prova, mas apenas para mostrar que o adversário sabe igualmente pouco do objeto de conflito para querer arrogar-se alguma vantagem de seu discernimento especulativo <*spekulativen Einsicht*>. O parágrafo de A 777-778/B 805-806 condensa tudo o que foi dito aqui. Vale a pena reproduzi-lo integralmente:

As hipóteses só são permitidas no campo da razão pura, portanto, como armas de guerra que não servem para fundar aí um direito, mas apenas para defendê-lo. Mas aqui temos sempre de procurar o adversário em nós mesmos. Pois em seu uso transcendental a razão especulativa é em si dialética. As objeções que se poderia temer estão em nós mesmos. Temos de procurá-las como pretensões antigas, mas nunca prescritas, para em sua negação fundar uma paz perpétua. A tranquilidade externa é apenas aparente. É preciso extirpar o germe dos ataques, que reside na natureza da razão humana; como podemos extirpá-lo, no entanto, se não lhe damos liberdade, e nem mesmo nutrição, para germinar e assim revelar-se, de modo que possamos depois arrancá-lo pela raiz? Imaginem vocês mesmos, a partir disso, objeções que ainda não ocorreram a nenhum adversário, e lhes emprestem armas ou lhes concedam o lugar mais favorável que ele possa desejar! Não há nada aqui a temer, mas sim algo a esperar, qual seja, que vocês se proporcionem uma posse que em futuro algum poderá ser atacada (A 777-778/B 805-806)

As hipóteses são armas de guerra, utilizadas não para fundar um direito (ie, deduzir, legitimar uma pretensão), mas para defendê-lo (ie, mostrar a nulidade das contestações adversárias a uma posse já estabelecida). Ademais, Kant alude aqui a outros *Leitmotive* do método crítico: a) O adversário encontra-se em nós mesmos – trata-se do preceito central do método cético em sua vertente crítica: interiorização, "subjettivação" do conflito na própria razão. b) A razão em seu uso especulativo é dialética, isto é, tanto as afirmações quanto as negações de suas proposições devem ser encontradas na razão do próprio sujeito, de modo que a filosofia e sua história é reflexo da estrutura mesma da razão, os conflitos filosóficos são a manifestação externa dos conflitos internos à e da razão. c) Como condição da paz perpétua na filosofia vale a busca, na própria razão, dos argumentos contrários e, assim, a fonte do erro. Com isso, “extirpar o germen dos

⁸⁹⁵ D. 50, 17, 128: “Em uma causa parelha o possessor deve ser considerado como o mais forte”. D. 50, 17, 154: “Quando as duas partes estão em falta, o conflito sempre falha e a causa do possessor é preferida”.

ataques” e garantir uma “posse peremptória”, que não poderá ser contestada. d) Tal posse é a das ideias e cujo título legítimo só pode ser encontrado no uso prático da razão.

Contudo – e isto é importante – o uso desses “remédios hipotéticos” *<hypothetische Gegenmittel>* deve ser limitado: tão logo o adversário abandona sua soberba dogmática também devemos deixar de lado tais hipóteses:

Quem emprega tais remédios hipotéticos contra as suposições do adversário, que nega tudo de maneira arrogante, não deve ser tomado por alguém que quisesse assumi-los como suas próprias opiniões verdadeiras. Ele os abandona tão logo tenha repellido a arrogância dogmática do adversário. Pois, ainda que ele pareça modesto e temperado quando se comporta de maneira meramente refratária e negativa em relação a afirmações alheias, a sua pretensão não é menos orgulhosa ou arrogante se ele pretende que essas objeções sejam válidas como provas do contrário, como que abraçando o partido afirmador e suas afirmações (A 780-1/B 808-9).

Vê-se, portanto, que no uso especulativo da razão as hipóteses não têm, digamos, validade em si mesmas, seja como “opiniões” (elas não são “opiniões privadas” *<Privatmeinungen>* – A 781-2/B 809-10) seja, menos ainda, como um meio de prova apodíptico (não é permitido atribuir-lhes “validade absoluta” *<absoluten Gültigkeit>* – 782/B 810); muito antes, elas são admitidas meramente em relação às presunções transcendentais *<transzendente Anmaßungen>* opostas. Tais presunções são transcendentais e, assim, refutáveis pois “a extensão dos princípios da experiência possível à possibilidade das coisas em geral é tão transcendente quanto a afirmação da realidade objetiva daqueles conceitos que só podem encontrar seus objetos fora dos limites de toda experiência possível” (A 781/B 809). Ao passo que o racionalista dogmático é desmentido em suas pretensões ao provar-se a impossibilidade de deduzir transcendentemente as ideias, o cético ou empirista dogmático é contestado no uso polêmico da razão através de refutações, às quais nos voltamos agora.

8.3.3. Disciplina da razão pura em relação às provas

A especificidade das provas da razão pura em relação às demais provas ou demonstrações da verdade de um conhecimento puro, como as da matemática, reside no fato de elas não deverem “orientar-se diretamente” para o objeto, mas “primeiro demonstrar a priori a validade objetiva dos conceitos e a possibilidade da sua síntese” (A 781/B 810). Trata-se do caráter específico das provas acroamáticas, as únicas possíveis no conhecimento filosófico discursivo, já discutidas acima. Mais especificamente quanto às provas das proposições da razão pura (A 784-785/ B 812-

813), estas não devem ser dirigidas diretamente ao predicado a ser demonstrado (p.ex, a simplicidade da alma), mas *indiretamente*, através da referência ao “princípio de possibilidade de estender nossos conceitos dados a priori até as ideias, e, assim, de realizá-las” (A 785/ B 813). Através da ideia de que a prova transcendental deve primeiramente dirigir-se às *condições de possibilidade* de um conhecimento, Kant se refere àquela que denomina “disciplina da abstinência” <*Disziplin der Enthaltensamkeit*> da razão pura, ou seja, o preceito que diz que não devemos exigir da razão o conhecimento daquilo que se sabe que ela não é capaz de conhecer:

Se essa cautela for sempre adotada; se, antes que a prova seja buscada, houver sempre uma sábia ponderação sobre como, e com que grau de esperança, se pode mesmo esperar por tal extensão através da razão pura, e sobre onde se pretende obter, em semelhantes casos, esses discernimentos que não podem ser desenvolvidos a partir de conceitos, nem tampouco antecipados em relação à experiência possível: então se podem poupar esforços penosos e infrutíferos, na medida em que não se atribua nada à razão que vá claramente além de sua capacidade, ou antes se a submeta – a ela que, em seus impulsos especulativos de ampliação, não aceita limites de bom grado – à *disciplina da abstinência* (A 785-6/B 813-4)

As regras de tal disciplina da abstinência são três:

a) “A *primeira* regra (...) é a seguinte: não buscar provas transcendentais sem ter antes *refletido*, e sem ter *justificado* de onde se pretende extrair os princípios sobre os quais se conta tê-las estruturado, e com que direito se pode esperar deles o sucesso das inferências” (A 786/B 814. Grifos nossos). Essa primeira regra, como insinua o termo “reflexão” nela utilizado, refere-se à *tópica transcendental* (A 268/B 324), que discutiremos no capítulo 10. A designação do lugar tópico dos conceitos, de modo a evitar a subreção transcendental e, com ela, a ilusão transcendental, é pressuposto para a prova das proposições transcendentais, sejam elas atinentes ao entendimento puro (Sistema dos Princípios), sejam elas atinentes ao uso especulativo da razão pura (Sistema das Ideias). Ao passo que no caso das proposições transcendentais do entendimento puro, como por exemplo o princípio de causalidade, uma prova ostensiva é não só possível como efetivamente disponível, a saber, a dedução transcendental das categorias, em relação às proposições transcendentais da razão pura tal prova é impossível. O filósofo crítico, como juiz do tribunal da razão, pode opor o *non liquet* às supostas provas das proposições transcendentais da razão pura e exigir “com pleno direito” uma “dedução” de tais proposições (A 787/B 815). Junto à *tópica transcendental*, a *reflexão transcendental* (Cf. A 295/ B 351) é o instrumento para corrigir a influência indevida da sensibilidade sobre o entendimento e, assim, para

combater a ilusão transcendental e permitir que se refutem em bloco as provas transcendentais relativas ao uso especulativo da razão pura “diante do tribunal de uma razão crítica” (A 787/B 815), na medida em que se aponta a falsa pressuposição em que se baseava o argumento empregado pelas partes e se comprova a impossibilidade (ideias) ou possibilidade (categorias) de uma prova ostensiva.

b) “A *segunda* propriedade das provas transcendentais é a seguinte: que para cada proposição transcendental só pode ser encontrada *uma única* prova” (A 787/B 815). Ora, há apenas uma única prova para cada proposição transcendental pois sua verdade depende da existência do objeto ao qual se refere e este é dado numa intuição pura ou empírica ou na referência à experiência possível. A prova a partir tão-somente de conceitos, sem recurso a uma intuição qualquer, é falaciosa, como no caso das provas ontológicas relativas à simplicidade da alma ou à existência necessária de Deus, assim como na prova da necessidade e realidade objetiva de uma relação causal entre eventos ou acontecimentos no mundo sensível que parta de simples conceitos, como o de contingência. Por exemplo, na Analítica Transcendental o princípio de causalidade fora provado partindo-se da “única condição da realidade objetiva de um conceito daquilo que em geral acontece”, a saber, “que a determinação de um acontecimento no tempo – e, portanto, esse acontecimento mesmo enquanto pertencente à experiência – seria impossível se não estivesse sob uma regra dinâmica” (A 788/B 816). Assim, o dogmático que tenta provar suas asserções com dezenas de argumentos, multiplicando o número de provas de suas proposições, tenta apenas lograr o adversário, conferindo um enganoso lustro de rigor e exaustão às suas falácias. Agindo dessa maneira, o dogmático assemelha-se aos “*Parlamentesadvokaten*”, que, apoiando-se nas fraquezas do juiz, utilizam argumentos diversos para provar a mesma coisa. Assim procedendo, reproduzem o abuso que o retórico faz da arte do bem falar: com sua eloquência vazia, ele aposta em argumentos específicos para cada interlocutor, caindo assim em uma verborragia que oculta a inocuidade do seu discurso (A 789/ B 817)⁸⁹⁶. O propósito de

⁸⁹⁶ Na *Anthropologie Mrongovius* é mencionada e aprofundada a ideia da inocuidade do discurso dos “advogados do parlamento francês”: “Nur in einer Demokratie blüht Beredsamkeit wo alles unordentlich ist und das Volk Recht spricht, welches durch die Blendwerke der Beredsamkeit nicht durch schauen kann. Im englischen und französischen Parlamente ist Beredsamkeit noch gebräuchlich. Im Französischen Parlament halten die Advocaten vor Gericht lange Reden. Als ein solcher auch einmal redete so rief ihn der Praesident des Parlaments Harley zu sich und sagte ihm: Sie haben auch lauter schwache Argumente und so gar einige Sophistische angebracht. Er antwortete: Eins ist für diesen das andere für ienen. Als es hierauf zum votiren kam gewan der Advocat und der Praesident sagte zu ihm: Mein Herr ihre Pakete sind alle richtig an den rechten Mann gekommen - Auf Kanzeln ist Beredsamkeit höchst schädlich”. Na *Anthropologie Dohna* Kant é mais claro: a eloquência se refere ao “engano”, desviando o interlocutor da “verdade”: “Beredsamkeit bezieht sich auf Täuschung und ist die Kunst seine Zuhörer nicht durch

fundo de Kant é alegar que o “veredito da razão” é emitido pelo juiz com apoio apenas no argumento direto e certo, sem necessidade de que o discurso seja enfeitado com palavras grandiloquentes ou atulhado com inúmeras “provas” de uma mesma proposição:

O advogado que evoca muitos argumentos que devem confirmar sua afirmação dificulta a sentença <Sentenz> do juiz, pois ele mesmo apenas anda a palpadelas; contudo, se depois da explicação do que ele deseja, ele saber chegar ao ponto (pois este é sempre um só) do que se trata aqui, então o tema é encerrado rapidamente e a sentença <Spruch> da razão segue-se por si mesma (Anth AA 07: 228).

Em suma, neste momento da Disciplina Kant retoma a ideia do caráter danoso dos “argumentos dos advogados” expressa já na observação à tese da primeira antinomia, na qual acresce outra razão de suspeita. Kant menciona que as “provas de advogados” meramente procuram embustes <Blendwerken>, aproveitando-se da desatenção do adversário e do apelo a uma “lei mal interpretada” para fundar suas próprias “pretensões ilegítimas” sobre simples *refutationibus*

Nesses argumentos contrapostos uns aos outros eu não procurei embustes para, digamos (como se costuma dizer), aduzir uma prova de advogado, que tira proveito do descuido do oponente, e se compraz em deixar valer o apelo a uma lei mal compreendida, para sobre a sua refutação edificar suas próprias pretensões ilegítimas. Cada uma dessas provas foi extraída da natureza da questão, e foi deixada de lado a vantagem que poderiam dar-nos os sofismas <Fehlschlüsse> dos dogmáticos de ambas as partes (A 430/B 458).

A ideia de que não se pode *provar a verdade* de uma proposição transcendental a partir de meras *refutatio* é discutida na 3ª regra.

c) Por fim, “a terceira regra própria à razão pura, quando ela está submetida a uma disciplina relativamente às provas transcendentais, é a seguinte: que suas provas nunca sejam *apagógicas*, mas sempre *ostensivas*” (A 790/ B 818). O modo apagógico de prova, que procura provar *indiretamente a verdade ou falsidade* de determinada proposição, é um “auxílio” <Nothilfe>, nunca um procedimento que satisfaça os propósitos da razão. Ele tem a vantagem de proporcionar maior evidência <Evidenz>, já

Wahrheit, sondern durch allerlei Kunstgriffe zu seinem Vorteil zu bewegen. [Sie gehört daher nur für Advokaten, nicht † für die Würde der Religion aber und [für] Philosophie schickt sie sich gar nicht.]” [Ko 119]. Kant menciona os argumentos enganadores e sofísticos dos advogados também no contexto da consciência moral e do autoengano do homem, provocado pelo amor próprio, que procura justificar desvios em relação à lei moral com base em argumentos ludibrianes: “Es giebt Sophisterey in dem menschlichen Moralischen Gerichtshoff, welche die Eigenliebe anrichtet. Dieser Advocat, wenn er die Gesetze zu seinem Vortheil sceptisch erklärt, ist ein Rabulist, auf der andern Seite aber ist es auch betrügerisch, das factum zu leugnen. Allein der Mensch findet doch, daß sein Advocat, obgleich er noch so sophistisch ist, bey ihm im schlechten Credit stehet, er sieht ihn vielmehr als einen Rechtsverdrehen na” (V-Mo/Mrongovius AA 28: 1494).

que a contradição apresenta maior clareza <Klarheit> do que a melhor “conexão” <Verknüpfung>, isto é, um encadeamento silogístico, aproximando-se assim do “intuitivo” <Anschaulichen> de uma demonstração em sentido próprio, matemático do termo (A 790/B 818). Porém, de modo a provar a verdade de algo e obter maior grau de certeza relativamente a tal verdade é necessário ir às “fontes” de tal conhecimento, o que apenas o modo direto de prova é capaz. Ora, “as provas positivas me mostram não apenas a coisa <Sache>, como também as fontes da verdade” (Log Pölitz AA 24: 561), a prova apodítica liga à convicção da verdade um “discernimento nas fontes da mesma” (A 789/B 817). A prova direta mostra direta e positivamente que determinada proposição é *verdadeira*, ao passo que a apagógica apenas diz que determinada coisa é falsa para *então* inferir a verdade (ou falsidade) de outra proposição – ou seja, a verdade de uma proposição é provada indireta e negativamente⁸⁹⁷. Como todavia o modo apagógico de prova encontra uma função *crítica* no uso polêmico da razão, é a ele que Kant se dedica aqui.

O modo apagógico é utilizado na filosofia em virtude da frequente dificuldade de remontar-se aos “fundamentos” dos quais determinados conhecimentos são inferidos. Diante dessa dificuldade, pretende-se inferir apagógicamente a verdade de determinado conhecimento a partir de suas *consequências*, e não de suas causas (ou fontes). Kant opõe dois modos de modo apagógico de prova: o *modus ponens*, que “infere a verdade de determinado conhecimento da verdade de suas consequências” (A 790/B 818), e o *modus tollens*, que da *falsidade* de uma única consequência de uma proposição infere pela verdade da proposição contraditória (A 791/B 818)⁸⁹⁸. Kant rejeita por completo o

⁸⁹⁷ “As provas são ou diretas, isto é, positivas, ou apagógicas, isto é, negativas. A prova direta mostra que uma proposição é verdade, a apagógica, que o contrário não é verdadeiro. Ela refuta apenas o contrário. Na matemática ela é bem óbvia, mas na filosofia é preciso utilizá-la de forma bem econômica. Pois a prova apagógica nunca realiza tanto quanto a prova direta. Esta remonta às fontes de onde provém uma proposição. A apagógica, porém, mostra-me apenas um erro, e [também] que eu topo com algo absurdo caso não assumo a proposição. Eu provo com isso a proposição, mas não a apreendo <aber nicht begriffen>. Na filosofia elas não devem ser adotadas pois posso refutar meu adversário ao julgar ambos como falso.

Der Beweis ist ein directer, d.i. ein positiver Beweis, oder er ist apagogisch, d.i. negativ. Der directe zeigt, daß der Satz wahr sey, der apagogische, daß das Gegentheil nicht wahr sey. Er refutirt bloß das Gegentheil. In der mathematic ist er sehr einleuchtend, aber in der philosophie muß man ihn sehr sparsam gebrauchen. Denn der apagogische thut nie so viel, als der directe Beweis. Dieser geht auch auf die Quellen zurück, woraus ein Satz herkommet. Der apagogische aber zeigt mir nur einen Fehler, und daß ich auf eine Ungereimtheit stossen würde, wenn ich den Satz nicht annähme. Ich habe den Satz dadurch wohl bewiesen, aber nicht begriffen. Sie sind in der philosophie aber auch deswegen nicht zu nehmen, weil ich meinen Gegner oft [Textlücke] widerlegen kann, indem wir deshalb beyde [Textlücke: AA: falsch] urtheilen. Wir haben beyde Unrecht, und wenn ich den Andern widerlegt habe, kann er mich eben auch so gut ohne allen Widerspruch apagogice widerlegen, und keiner kann seinen Satz dadurch beweisen. V-Lo/Wiener. AA 24: 893.

⁸⁹⁸ Cf. Grandjean, A. *Critique et réflexion: essai sur le discours kantien*. Paris: Vrin, 2009. p. 138ss.

modus ponens: ora, ele seria possível apenas se se pudesse determinar que “todas as possíveis consequências [de determinado conhecimento] são verdadeiras”, o que é “inexequível” <untunlich>, já que “ultrapassa nossas forças” determinar se *todas* as consequências de uma proposição assumida são verdadeiras. Segundo Kant, tal procedimento *modus ponens* proporciona apenas “hipóteses”, “admitindo-se a inferência <Schluß> por uma analogia” (A 790/B 818; Cf. Log AA 09: 84-5): se um determinado número de consequências são verdadeiras, então é de se supor que também o sejam todas as demais e, por conseguinte, o conhecimento do qual elas são inferidas como consequência. O *modus tollens* do modo apagógico de prova, por sua vez, que se baseia não na verdade, mas na *falsidade* de uma proposição, apresenta-se como um procedimento de prova mais seguro e nele repousa o modo apagógico também conhecido como *reductio ad absurdum*: ora, se de um conhecimento assumido se extrai uma *única* consequência falsa, então o conhecimento do qual ela é inferida é também falso e, *por conseguinte*, seu contraditório é verdadeiro⁸⁹⁹. Em poucas palavras, por meio do modo apagógico de prova procura-se fundamentar determinado conhecimento ou proposição a partir da prova da impossibilidade do conhecimento ou proposição contraditória⁹⁰⁰.

Apesar dessa vantagem relativamente à evidência proporcionada e de sua utilidade no sentido de facilitar a prova de conhecimentos sem o recurso à remissão aos seus fundamentos, Kant impõe limites à utilização do modo apagógico na filosofia. Ele seria possível apenas nas ciências nas quais *não* há o risco de um *vitium subreptionis*:

⁸⁹⁹ "Em vez, pois, de percorrer a inteira série dos fundamentos em uma prova ostensiva, que poderia conduzir à verdade de um conhecimento por meio do discernimento completo de sua possibilidade, pode-se encontrar somente uma única consequência falsa, dentre todas as que decorrem do oposto desse conhecimento, para que esse oposto seja falso e, portanto, verdadeiro o conhecimento que se queria provar". A 791/B 819.

⁹⁰⁰ Sobre a origem do modo apagógico na tradição e sobretudo em Aristóteles (Anal. pr. I, 6, 28 b 21; I, 23, 41 a 23ss), Cf. Lorenz, K. "Beweis". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Op. cit. Bd. 1, p. 884. "Eine methodisch besondere Rolle spielen die *indirekten* (= apagogischen) Beweise (ἀπαγωγὴ εἰς τὸ ἄδύνατον) eines Satzes A, bei denen aus der Annahme des kontradiktorischen Gegenteils von A, also der Negation $\neg A$, ein Widerspruch, d.h. irgendeine falsche Aussage (Falsum, ἄδύνατον), logisch gefolgert wird. Wenn der zu beweisende Satz A nicht selbst schon eine Negation ist, so hängt die Gültigkeit des indirekten Beweise von der Gültigkeit des tertium non datur $A \vee \neg A$ (A oder nicht-A) ab, die nicht allgemein, sondern nur für wertdefinite (entscheidbar wahre oder falsche) Aussagen gesichert ist. Den indirekten Beweise stehen die übrigen unproblematischen *direkten* (= ostensiven, δεκτικῶς) Beweise gegenüber". Cf. Wolff, C. *Philosophia rationalis sive logica*. Bd. 1. Nachdr. d. Ausg. Frankfurt u. Leipzig 1740. repr. Hildesheim [u.a.]: Olms, 1983. § 556: "Demonstratio apagogica seu indirecta est, qua, posito contrario eius, quod probari debet, tanquam vero colligitur; quod propositioni verae, vel notioni subiecti contradicit". Sobre a origem do termo na tradição, Cf. também Grandjean, A. *Critique et réflexion*. Op. cit. pp. 139-41. Mais à frente discutiremos a fonte mais provável deste e dos demais modos de prova em Kant: Meier.

O modo apagógico de prova, contudo, apenas é permitido nas ciências onde é impossível introduzir *subrepticamente* <unterzuschieben> o subjetivo de nossas representações no objetivo, ou seja, no conhecimento do que está no objeto. Mas onde este último é dominante deve acontecer frequentemente que o contrário de uma dada proposição ou contradiga apenas as condições subjetivas do pensar, mas não o objeto, ou que ambas as proposições se contradigam somente sob uma condição subjetiva, que se toma falsamente como objetiva, e como a condição é falsa, podem ambas ser falsas, sem que da falsidade de uma se possa concluir a verdade da outra (A 791/ B 819).

Como veremos, nas proposições da metafísica, relativas a objetos que ultrapassam os limites da experiência possível, há um *vitium subreptionis* e, pois, uma ilusão transcendental (ou seja, o subjetivo do conhecimento é tomado por objetivo, as condições de possibilidade de constituição do objeto da experiência são tomadas como condição de possibilidade da coisa em si mesma) de modo que o método apagógico não pode ser aplicado: da falsidade de uma proposição *não se infere* a veracidade da proposição contrária e vice-versa. “Hier nun kann es, was synthetische Sätze betrifft, gar nicht erlaubt werden, seine Behauptungen dadurch zu rechtfertigen, daß man das Gegenteil widerlegt” (A 792/B 820). O melhor exemplo são as ideias cosmológicas: pelo fato de tese e antítese nos quatro conflitos antinômicos da razão pura não serem proposições contraditórias, mas *contrárias* entre si, da falsidade de uma não pode se inferir a verdade da outra, já que ambas podem ser falsas ou verdadeiras ao mesmo tempo. Nas antinomias, pois, o modo apagógico não pode ser aplicado - ao menos não para provar a *verdade* de determinada proposição, da tese ou antítese⁹⁰¹.

Na metafísica e, de modo geral, na filosofia pura⁹⁰² o modo apagógico de prova não tem como função, portanto, fundar a *verdade* de determinada proposição a partir da refutação de uma outra. Não obstante, Kant atribui ao modo indireto de prova uma utilidade crítica, a saber, provar, por meio das mesmas refutações ou retorsões, que determinada proposição é falsa e, portanto, outras proposições são *em geral possíveis*. A utilidade do modo apagógico ou indireto é meramente negativa, no sentido de fundar a possibilidade de algo a partir de uma refutação que se baseia no contraditório de certa

⁹⁰¹ Como veremos no capítulo 10, Sob a pressuposição “equivocada”, resultante da ilusão transcendental, de que o mundo é um todo existente em si mesmo, isto é, que fenômenos são coisas em si mesmas, a prova apagógica de todos os confrontos antinômicos das ideias cosmológicas seria “bem-fundada”, e não “sofística”, como é efetivamente o caso em virtude da ilusão transcendental ou falso pressuposto de fundo.

⁹⁰² Kant admite o uso do modo apagógico de prova em outras ciências. Na matemática, por esta construir o conceito do seu objeto e, assim, o subjetivo coincidir imediatamente com o objetivo, valem as provas apagógicas. Da mesma forma, na ciência (empírica) da natureza, por esta ter à mão intuições empíricas para demonstrar a realidade objetiva de seus conceitos e veracidade de suas proposições, “pode-se, de fato, impedir toda subrepcão através da comparação de observações”. A 792/B 820.

proposição⁹⁰³. No interior da *démarche crítica*, portanto, o modo apagógico de prova tem validade meramente *negativa*, na medida em que pode ser empregado no uso polêmico da razão apoiado em hipóteses transcendentais: contra seus adversários, o filósofo pode utilizar o *modus tollens* para denunciar a falsidade da proposição contrária, *sem, contudo, inferir através disso a veracidade de sua própria*. Nessa medida, o modo apagógico de prova na filosofia transcendental apresenta uma restrição em relação à sua aplicabilidade nas outras ciências: pelo fato do *vitium subreptionis*, o filósofo transcendental *não pode inferir indiretamente verdades, apenas denunciar falsidades* e, assim, *defender possibilidades*⁹⁰⁴.

Nesse sentido, as refutações apagógicas em assuntos da razão pura nada mais são do que 1) ou a "mera representação do conflito da posição contraposta com as condições subjetivas da compreensibilidade <*Begreiflichkeit*> por meio da nossa razão", o que nada diz sobre a possibilidade mesma do objeto, mas apenas de seu conhecimento e *Einsicht*. É o caso dos Paralogismos e do Ideal da Razão Pura: "como, por exemplo, a necessidade incondicionada na existência de um ser não pode ser compreendida por nós de modo algum, resistindo *subjetivamente* – com direito – a cada prova especulativa de um ser supremo necessário, mas também – sem direito – à possibilidade de tal ser originário *em si mesmo*" (A 792/B 820) A refutação do oposto e defesa da própria posição pressupõe aqui um conceito de objeto não assumido pelo partido contrário (fenômeno e coisa-em-si); ou 2) os dois partidos, o que afirma e o que nega, colocam como fundamento de suas afirmações, por meio de uma "ilusão transcendental", um "conceito impossível de objeto", mais especificamente um objeto que deve ser ao mesmo tempo condicionado (valendo o princípio *non entis nulla sunt praedicata*, isto é, do nada não há predicados) - ou seja, tanto o partido que afirma como o que nega *estão errados*, de modo que por meio da refutação do contrário não se obtém a verdade da proposição que se pretende demonstrar, mas apenas a defesa contra provas falaciosas

⁹⁰³ Cf. Rx 2178 AA 16: 260: „Aus der Folge laßt sich zwar auf einen Grund schließen, aber ohne ihn zu bestimmen; aber aus dem Inbegrif aller Folgen allein auf einen bestimmten Grund, daß dieser der wahre Grund sey. Diese allheit laßt sich nicht apodictisch erkennen. Durch den Satz des Widerspruchs kan ich positiv die Moglichkeit der Erkenntnis (nicht der Sachen), negativ die Unmöglichkeit der Erkenntnis und sachen, indirect die nothwendigkeit der Erkenntnis und sachen schließen. Als negativ princip ist es allgemein, als positiv so wohl direct als indirect nicht zum *criterio* der Warheit hinreichend“.

⁹⁰⁴ Com efeito, em consonância com o que foi dito, na Log. Kant opera um *glissement terminologique* (Grandjean, A. *Critique et réflexion*. Op. cit. p. 142), na medida em que reserva apenas ao *modus tollens* a designação de modo apagógico de prova, deixando ao *modus ponens* o título de “positiven und directen Schlußart” (Log AA 09: 52). Porém, e aqui Grandjean se cala, Kant é claro na passagem que o modo apagógico de prova *modus tollens* nas outras ciências, como a Geometria, pode inferir verdades, o que não é permitido na filosofia transcendental.

contrárias. É o caso dos 4 conflitos antinômicos da razão pura⁹⁰⁵. Para determinarmos de forma mais precisa essa utilidade do modo indireto de prova como refutação ou *defesa* no uso polêmico da razão, façamos um resumo dos resultados que obtivemos até aqui.

Kant distingue basicamente duas formas legítimas de prova legítima na filosofia transcendental, ou seja, na “filosofia da razão pura”, aquela filosofia sujeito à ilusão transcendental e cujas provas têm de ser a priori: a) uma *prova ostensiva*, obtida através de uma dedução metafísica ou transcendental; b) uma *refutação* ou *retorsão* da posição contrária que não implica a prova da verdade, mas apenas a prova da impossibilidade da demonstração ou prova contrária (A 792/B 820). Algo como, pois, uma prova *positiva* ou *direta* e uma prova *negativa* ou *indireta*⁹⁰⁶.

As espécies possíveis de prova em filosofia discutidas por Kant correspondem a uma classificação que se encontra no § 196 dos *Auszüge aus der Vernunftlehre* de Meier. Aqui são opostas 2 modalidades de demonstração (*Demonstration* ou *demonstratio*) da verdade de algo e 2 modalidades de refutação (*Widerlegung* ou *refutatio*), ou seja, da demonstração da falsidade de algo:

Durch eine Demonstration suchen wir entweder gewiss zu werden, dass etwas wahr, oder dass etwas falsch sei (...). In dem ersten Falle kann man eine Wahrheit auf eine zweifache Art *demonstrieren*: 1) *unmittelbarer Weise* (*demonstratio directa, ostensiva*), wenn wir die Wahrheit aus ihren Kennzeichen herleiten; 2) *mittelbarer Weise* (*demonstratio indirecta, apogogica, deductio ad absurdum*), wenn wir die Unrichtigkeit ihres Gegentheils demonstrieren, und daraus ihre Wahrheit schliessen. Eben so kann man demonstrieren, dass etwas falsch sei, oder es *widerlegen* (*refutatio*), a) *mittelbarer Weise* (*refutatio mediata*), wenn wir die Wahrheit seines Gegentheils demonstrieren; b) *unmittelbarer Weise* (*refutatio immediata*), wenn wir die Unrichtigkeit desselben aus ihren Kennzeichen herleiten. Man kann aber beweisen, dass etwas falsch sei: a) wenn wir beweisen, dass es unmöglich und ungegründet, b) dass es andern unleugbaren Wahrheiten zuwider sei, und c) dass aus ihm was Falsches folge⁹⁰⁷.

⁹⁰⁵ Kant dá o exemplo do 1º confronto antinômico: "Assim, por exemplo, se se pressupõe que o mundo sensível é dado *em si mesmo* no que diz respeito à sua totalidade, então é falso que ele tenha de ser *ou* infinito segundo o espaço, *ou* finito e limitado, pois ambos são falsos. Pois fenômenos (como meras representações) que, todavia, fossem dados *em si mesmos* (como objetos), são algo impossível, e a infinitude desse todo imaginário, embora incondicionada, contradiria contudo (já que tudo é condicionado nos fenômenos) a determinação incondicionada da quantidade que é pressuposta no conceito". A 793/B 821.

⁹⁰⁶ Com a interpretação que faz do modo apagógico de prova uma modalidade válida de prova como retorsão enquanto defesa da possibilidade de certas proposições evita-se contradizer o próprio Kant como faz A. Grandjean: “[L]es preuves transcendentales ont bien une structure apagogique (em *modus tollens*), et ce même si Kant doit ici se contredire” (Grandjean, A. *Critique et réflexion*. Op. cit. p. 148). O modo apagógico de prova não é o único modo de “provar” a filosofia transcendental em sua “circularidade reflexionante”, mas apenas um instrumento de prova a ser empregado em circunstâncias específicas. Evita-se, ademais, conclusões exageradas e sem apoio textual relativamente ao “transcendental ser sem por quê” (Idem. pp.178ss). A atenção ao método jurídico de prova kantiano faz ver na dedução um modo de prova *ostensivo* que parte, sim, de *facta* para justificá-los e assinalar-lhes o âmbito de validade, sem que seja necessário perguntar-lhes o “por quê” ou o *Grund des Grundes*. Procurar extrair de Kant uma resposta a essa questão implica uma violência não justificada, como veremos no próximo capítulo (9.4).

⁹⁰⁷ Meier, G. F. *Auszug aus der Vernunftlehre*. Op. cit.

Numa reflexão dos anos 1770 Kant discute esse parágrafo do *Auszug aus der Vernunftlehre* de Meier à luz da antinomia da razão pura⁹⁰⁸. Ora, a demonstração ou prova apagógica é válida se se trata de *contradictorie opposita*, ou seja, A e Não-A (a oposição analítica de que Kant fala na Antinomia), mas é *inválida* se se tem uma oposição de contrários ou simplesmente de elementos sem relação opositiva entre si, ou seja, A e B (a oposição dialética de que Kant fala na Antinomia). Neste último caso, onde uma “falsa ideia” serve de fundamento, a saber, que o mundo dos sentidos é ou finito ou infinito, as partes fazem bem se se limitam a “*refutar*” a posição adversária sem tentar, por meio disso, demonstrar a sua própria posição: cada parte “atesta” o erro *<des Irrthums überführt>* sem querer por meio disso demonstrar sua proposição. Ou seja, ao invés de demonstração ou prova da *verdade* de algo, o modo apagógico de prova (entendida como prova indireta) é tornado por Kant uma mera forma de *refutatio*, de prova da *falsidade* de determinado conhecimento.

[F]indet nur statt [Adickes: bei der *demonstratio indirecta*], wo wirklich die Satze *contradictorie opposita* seyn. (*s A und non A*, nicht aber *A und B*, welches nicht *A* ist. Denn da kan es ein Mittleres geben: Daß beydes nämlich unmöglich ist.). *Wenn von zween (g widersprechenden) ein ieder den Satz des andern widerlegen, aber keiner den seinigen direct beweisen kan: so haben beyde ihre Sache gut gemacht; sie haben sich beyde des Irrthums überführt, aber keiner hat seinen Satz dadurch bewiesen.* Denn es liegt *eine falsche Idee* zum Grunde, die, wenn sie angenommen wird, nothwendig widerspruch erzeugt. *e.g.* Die Sinnenwelt (als absolutes Ganze) ist entweder unendlich oder endlich; beydes ist falsch, weil es kein absolutes Ganze als Gegenstand der sinne und keine Erscheinung, die absolut und an sich selbst stattfindet, giebt (Rx 2731 AA 16: 489-90. 1776-1779?; (1775-1777?) grifo meu.).

Em uma reflexão provavelmente do final da década de 1770 Kant equipara a *refutatio* a uma espécie de prova ou procedimento pertencente à ciência jurídica: a *retorsão* ou *defesa*⁹⁰⁹, ligando-as diretamente à admissão de hipóteses transcendentais. A utilização de hipóteses com o fim de refutação ou retorsão visa „assegurar as proposições

⁹⁰⁸ Cf. abaixo Cap. 10.

⁹⁰⁹ Sobre o sentido eminentemente jurídico da retorsão, Cf. Retorsion. In: Zedler, J. H. *Großen vollständigen Universal-Lexicon*. Op. cit. Bd 31. p. 848: „Retorsion, retorsio, retorsio Injuriarum, die abgedrungene Ehren-Rettung, die Heimschiebung, Zurückgebung der Schmah-Worte, die Widerscheltung, Gegenschimpfung, oder eine Defension und Vertheidigung, welche entweder mit Worten oder in Schrifften geschieht, und wodurch ein Geschmaheter dem Schmah-Worte wieder in seinen Busen zurück schiebet, oder in den Hals, daraus sie gefahren und ausgespien worden, einzuschlucken, anheim giebt. Daher Retorsionis Jus, Retorsio Juris, oder Retorquendi Jus, das Retorsions-Recht, das Wiedervergeltungs-Rechts, oder das Recht, einer Provinz, Staat und Orte, oder derselben Einwohnern und Unterthanen, dergleichen wiederfahren zu lassen, was sie unsern Unterthanen gethan haben“. Este sentido corriqueiro de *retorsio* como „Retorsion-Recht“ ou „Wiedervergeltungs-Recht“ é empregado por Kant na RL no sentido de um direito à guerra ou à retaliação de uma agressão. Cf. MdS AA 06: 346.

racionais práticas contra usurpações da especulação dogmática”⁹¹⁰. Numa outra reflexão possivelmente de meados da década de 1770 Kant inclui a prova por *refutatio* no rol de tarefas da legislação da razão, assim como faz na Disciplina (A 742-743/B 770-771). A filosofia é definida como caminho para a sabedoria e como legislação da filosofia. À legislação da razão cabe mostrar a impossibilidade de provar “sinteticamente impossibilidades dos objetos da razão pura”, ou seja, colocar <setzen> “coisas” de modo provável. A falsa probabilidade deve ser “*limitada por meio de retorsão*”, pois a razão sempre irá “com suas presunções ultrapassar os limites das experiência”. Assim, cabe ao filósofo, por meio de retorsões, “impedir que a filosofia atrapalhe os fins supremos para vergonha da razão sadia”:

Die philosophie der Weg zur Weisheit.

Von dem *probabilismus* der reinen Vernunft. e.g. in Wesen von gantz anderer Art als denen der [W] Sinnenwelt.

Erklärung einer solchen Scheinbarkeit.

Man kan nicht synthetisch unmöglichkeiten der obiecte der reinen Vernunft beweisen, also Dinge *probabiliter* setzen. *Diese falsche probabilitaet durch retorsion einzuschränken*. So lange man in der Welt noch denken wird, so wird iederzeit die Vernunft mit ihren Muthmaßungen die Schranken der Erfahrungen überschreiten, [aber die Philosophie muß dagegen wohl gewafne] und es wird keine Möglichkeit seyn, diese Anmaßung, die in der Natur selbst liegt, abzuschaffen. Aber dagegen muß die Philosophie auf ihrer Hut seyn, zu verhindern, daß sie nicht zum Schaden der gesunden Vernunft die höchsten Absichten Verwirre.

Die Vernunftkunst und die *Gesetzgebung der Vernunft* sind im Werthe sehr unterschieden. In der ersten ist die mathematic das Vornemste; im Zweyten ist viel philosophisches, welches zur Geschicklichkeit des Verstandes gehort. (Rx 1667. AA 16: 71 (1776-1783) (1773-1775) (1764-1768)).

Pelo fato de não ser possível provar sinteticamente a impossibilidade (e tampouco a possibilidade) dos objetos da razão pura, isto é, Deus, alma e mundo, a retorsão ou refutação tem, pois, uma utilidade indiretamente prática, a saber, de provar a falsidade de proposições dogmáticas contrárias aos objetos da razão pura e, assim, “blindá-la”. Através da prova da ilegitimidade das provas dogmáticas contrárias aos objetos da razão pura, permite-se que sua possibilidade ou mesmo realidade objetiva seja “provada” ou “postulada” alhures, a saber, no uso *prático* da razão, livre de “usurpações da especulação dogmática”. Essa “defesa” da razão pertence, como Kant deixa claro na

⁹¹⁰ “Alle metaphysische axiomen, die nicht apprehendent (*exemplar*) sind, heissen petitionen und sind *hypotheses* der reinen Vernunft, welche an sich selbst keinen Grund haben. Denn alle hypothesen sind physiologisch, nemlich das *datum* ihrer Möglichkeit ist gegeben, aber nur die Annehmung desselben *in casu* wird postulirt. Dennoch kann ich transcendente hypothesen machen, um ebenso schwindelnden etwas entgegenzusetzen, damit *petitiones* denen petitionen die Waage halten. z.E. Vielleicht [ist] sind die reine Geistige Naturen das einzige wahre in der Welt. Dieses gehöret alles zu den negativen Mitteln, die practische Vernunftsätze gegen die usurpationen der dogmatischen speculation zu sichern; es sind *retorsionen oder refutationen* nach analogie“. Rx 4928 AA 18: 30-1. 1776-1778:

passagem, à *legislação* da razão na metafísica e, pois, à *Crítica*. Vejamos essa passagem da *Metaphysik Mrongovius*:

In keiner Wissenschaft ist der negative Nutzen so groß als in der Metaphysic, denn in keiner sind die Irrthümer so groß und gefährlich. In keiner Wissenschaft ist also Critic so nöthig als hier, denn hier hat alles negativen Nutzen. Wir können zeigen, daß solche Principien, mit welchen der Gegner wieder mich argumentirt, und den Glauben an Gott und eine andre Welt wankend machen will, gar nicht in der Vernunft gegründet sind - also das Unvermögen der Vernunft, der Religion was anzuhaben (V-Met/Mrongovius AA 29: 780).

Nessa dupla utilidade da *Crítica* – limitar e libertar – respousa a dupla função, negativa e positiva, de sua legislação e de seu uso polêmico⁹¹¹. A retorsão ou refutação tem uma proximidade patente com o método cético. Ambos têm de colocar em dúvida as proposições em confronto, e nenhuma posição prévia, baseada em algum interesse especulativo, pode aqui ter lugar. Ambas possuem um valor ao mesmo tempo negativo e positivo: colocar em dúvida ou refutar (negativo) com vistas à verdade ou à posição do objeto defendido em outro âmbito onde ele cobra validade (positivo):

Die sceptische Methode ist die beste und einzige, die Einwürfe durch retorsion zurückzutreiben. Entspringt Daraus denn ein allgemeiner Zweifel? Nein, sondern die Anmaßungen der reinen Vernunft in Ansehung der Bedingungen der Möglichkeit aller Dinge werden dadurch zurückgetrieben. Dadurch bekommen alle Urtheile der Gesunden Vernunft in Ansehung der Welt und des practischen ihr großes ansehen. Die gesunde Vernunft oder die practische Wird sich niemals überreden lassen, daß kein Gott sey, wenn nur nicht die subtile ihr den Rang abzugewinnen trachtet (Rx 4469 AA 17: 562 (1772))⁹¹²

Percebe-se que desde muito cedo Kant identificou a utilidade do embate polêmico ou cético à descoberta da fonte do erro, para, com isso, atenuar as pretensões da razão e ao mesmo tempo permitir seu uso prático, com o qual satisfaz os fins supremos do homem. Confirma-se, pois, a suspeita, avançada no capítulo 5, de uma proximidade sistemática e genética entre método polêmico e método cético na formulação da filosofia crítica.

A despeito da permissão crítica ao uso de provas apagógicas negativas, Kant é enfático ao ressaltar que o uso da retorsão em assuntos da razão pura, assim como o das hipóteses transcendental, deve ser limitado: como já dito, tão logo o adversário

⁹¹¹ Kant dá um exemplo do uso polêmico da retorsão na discussão opondo proponentes e adversários do espaço e tempo absolutos: Rx 3892 AA 17: 330. 1766-88. “Ob es ein *spatium absolutum* oder *tempus absolutum* gebe, würde so viel sagen wollen, ob man zwischen zwey Dingen im Raume alles [andere] dazwischen liegende vernichten könne und doch die bestimmte leere Lücke bleiben würde, und ob, wenn [zwischen dem Anfang] ein gantzes Jahr Bewegungen und veränderungen überhaupt aufhöreten, nicht das folgende Anheben könne, so daß ein leeres zwischen Jahr verlaufen wäre. Wir lösen diese Schwierigkeiten nicht auf, sondern antworten unsern Gegnern durch die *retorsion*, weil ihre Auffassung eben diese Schwierigkeiten hat“.

⁹¹² Cf. também Rx 5028. AA 18: 65-66 (1776). „(...) Itzt ist iedem Gedanken durch die sceptische Methode freyes Thor erofnet, und es dient selbst sein Einwurf mit der retorsion dazu, um die Schranken des Verstandes besser zu bestimmen (...)“.

abandone sua soberba dogmática, o filósofo crítico abandona suas retorsões. Com efeito, o risco entrevisto por Kant é o de um *Mißbrauch* do modo apagógico – ora, o uso não-crítico do modo apagógico, ou seja, aquele que infere verdades, não apenas constata falsidades, é uma das causas do dogmatismo, tanto do cético como do racionalista. Utilizado sem a cautela crítica, ele é um *Blendwerk* que ilude o "sofista dogmático" embevecido pela suposta *Gründlichkeit* de suas provas; ora, tantas são as “provas rigorosas” com as quais um "espectador" vê que "ein jeder in seiner Reihe bald Sieger ist, bald unterliegt", que há boas razões para "das Objekt des Streits selbst skeptisch zu bezweifeln" (A 794/B 822). Após serem desmascarados tanto o ceticismo como o racionalismo dogmático por meio de retorsões, exige-se um modo de prova que justifica de forma *direta* o título de posse e instaura a possibilidade de paz. Kant elucida o que dissemos com uma imagem político-jurídica: a retorsão é um instrumento de *guerra*⁹¹³, a ser abandonado tão logo instaurado o estado civil de paz. Dessa maneira, as retorsões, como as hipóteses transcendentais, são recursos *temporários, não peremptórios*. Numa perspectiva jurídica, as hipóteses transcendentais lembram a autorização putativa, baseada na *lex permissiva* da razão prática, para o uso da violência no estado de natureza (para forçar a entrada de outrem no estado civil) ou a tolerância temporária de injustiças, como a de uma tomada de posse ilegítima, com vistas a um estado peremptório de justiça⁹¹⁴.

Retornando à *KrV*, para qualquer prova conclusiva exige-se uma dedução transcendental, ou seja, um dispositivo direto de prova que demonstra *peremptoriamente* a realidade objetiva de determinado conceito a partir das condições de possibilidade do objeto do mesmo, e, assim, a legitimidade do conhecimento que se pode extrair dele. Apenas no momento em que todas as pretensões puderem ser transcendentemente deduzidas e, pois, peremptoriamente asseguradas, poderá também existir um efetivo estado civil e, assim, a paz perpétua na filosofia. Dessa forma, Kant

⁹¹³ „Ehe ein Krieg anfängt, sind Mißhelligkeiten. Einer sieht einige Actus des andern als Laesion an, da satisfacirt sich ein Staat selbst, wenn er dasselbe thut. Das sind Represalien, es geschieht zur Ersetzung des Schadens. Retorsion ist, wenn ich mich bloß räche. Jus in bellum und ad bellum”. V-NR/Feyerabend AA 27: 1393. Cf. Achenwall, A. *Iuris naturalis pars posterior*. Op. cit. § 261.

⁹¹⁴ „Das Erlaubnisgesetz würde so lauten: der Unrechtmäßige Besitz einer Sache (oder Rechts) im gesetzlosen Zustande (statu naturali) kann so lange als putativer Besitz fortdauern als dieser währt (weil in ihm selbst diejenige rechtliche Autorität fehlt die zur Verurtheilung desselben als eines unrechtmäßigen Besitzes erfordert wird) die Besitznehmung solcher Art aber muß ein Überschritt aus jenem Zustande (der Völker) in den Zustand eines herrschenden Völkerrechts (welcher nach dem Vernunftgesetz exeundum esse e statu naturali eben so für Staaten im Verhältnis gegen einander als für einzelne Menschen nothwendig ist) fernerhin aufhören“. VAZef AA 23: 157. Cf. também MdS AA 06: 247. Brandt, R. „Das Erlaubnisgesetz in den *Metaphysischen Anfangsgründe der Rechtslehre*“. Op. cit.

conclui, a razão deixa de lado suas presunções especulativas e se dirige ao seu “próprio terreno”: a *moral*.

Cada qual deve estabelecer a sua causa mediante uma prova legítima, conduzida pela dedução transcendental dos argumentos, isto é, diretamente, para que se veja o que as suas pretensões racionais podem alegar em seu favor. Com efeito, se o adversário se apoia em razões subjetivas é certamente fácil contradizê-lo, mas sem vantagem para o dogmático que, da mesma forma, está ligado aos motivos subjetivos do juízo e semelhantemente pode ser levado à parede pelo adversário. Mas se ambas as partes procederem diretamente, então, ou por si próprias observarão a dificuldade e mesmo impossibilidade de encontrar o título que apóia as suas afirmações e só poderão no fim de contas invocar a prescrição <Verjährung – culpa, crime> , ou a crítica descobrirá facilmente a aparência dogmática e forçará a razão pura a abandonar as suas pretensões exageradas no uso especulativo e a retirar-se para dentro dos limites do seu próprio terreno, isto é, dos *princípios práticos* (A 794/ B 822. Grifos nossos).

Confirma-se, dessa maneira, a representação da Disciplina como a legislação negativa que prepara ou possibilita a positiva. A legislação ou uso positivo das ideias da razão ocorre, como se sabe, numa perspectiva estritamente *moral*, como ampliação do uso (positivo) da razão com vistas à destinação final do homem. Por exemplo, a doutrina dos postulados da *KpV* indica como se dá a admissão da realidade objetiva dos objetos das ideias a partir de uma necessidade subjetiva da razão *prática*, a saber, para a promoção e realização do objeto completo da razão prática pura, o sumo bem, a junção completa de virtude e felicidade; numa perspectiva estritamente prática, os objetos das ideias transcendentais (alma, Deus e a liberdade como causalidade positiva num mundo inteligível) são reabilitados também de uma perspectiva especulativa (*KpV* AA 05: 132ss). Como afirma Kant na mesma *KpV*, a limitação especulativa da razão pura tem como contraparte sua ampliação prática, com o que a razão é trazido a uma “Verhältnis der Gleichheit” que a aproxima da “Vollendung” de seu “fim”:

A limitação especulativa da razão pura e a sua ampliação prática trazem-na pela primeira vez àquela *relação de igualdade*, em que a razão em geral pode ser usada conforme a fins <zweckmäßig> e este exemplo prova, melhor do que qualquer outro, que o caminho para a *sabedoria*, se ele deve ser assegurado e não intransitável ou desorientador, tem de passar, para nós homens, inevitavelmente pela ciência, quanto a qual, porém, só se pode convencer de que ela conduza àquele fim <Ziel>, após a acabamento desta ciência (*KpV* AA 05: 141).

Resta agora investigar como Kant fundamenta o modo direto de prova na Analítica Transcendental, mais especificamente na Analítica dos Conceitos, e o modo indireto de prova na Dialética Transcendental, com especial ênfase na Antinomia da Razão Pura. Apenas após todas essas etapas é que se pode avaliar a contento a forma como a razão “concorda consigo mesma” (A 516/B 544) e chega a essa “relação de igualdade” entre seus usos, teórico e prático, e entre os aspectos de sua legislação, negativo e positivo. A

forma como isso ocorre é ilustrada – como não poderia deixar de ser – com metáforas e estruturas conceituais provindas da jurisprudência.

9. DEDUÇÃO JURÍDICA NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Neste capítulo investigaremos o procedimento dedutivo da segunda edição da *KrV* à luz do modelo jurídico de dedução cujas fontes e contornos metodológicos mais gerais foram o tema do capítulo 3. Com esse propósito bem preciso pretendemos justificar as limitações de nossa investigação: nossa proposta de interpretar a dedução no interior da constituição jurídica da *KrV* não tem como objetivo direto concorrer com outras interpretações consolidadas na literatura sobre a dedução metafísica (sua pertinência, completude, etc.)⁹¹⁵ e a dedução transcendental (a respeito da dedução transcendental A e as diferenças entre as duas redações, a divisão do argumento, o objetivo ou o sucesso de cada dedução, das categorias e das ideias transcendentais, etc.)⁹¹⁶ das categorias e das ideias transcendentais. Se assim pretendéssemos, as falhas e lacunas de nossa interpretação saltariam imediatamente aos olhos. Em lugar disso, limitamo-nos a retomar o resultado de nossa investigação sobre as fontes e o modelo jurídico de dedução e aplicá-lo à *KrV*, mais precisamente à estrutura metodológica das dedução das categorias e das ideias transcendentais. Tal resultado, que será confirmado e melhor fundamento nesse capítulo, pode ser resumido da seguinte forma: a dedução na *KrV* não segue um modelo lógico-matemático de matriz geométrica, segundo o qual uma cadeia silogística infere conclusões válidas a partir de outras proposições tomadas ou demonstradas como válidas, mas sim um modelo *jurídico* de dedução, segundo o qual direitos ou competências são legitimados ou justificados a partir de argumentos

⁹¹⁵ Para um panorama da questão, cf. Brandt, R. *The Table of Judgments: Critique of Pure Reason A 67-76; B 92-101*. Atascadero. Ridgeview Publishing Company. 1995. Caimi, M. „Einige Bemerkungen über die Metaphysische Deduktion in der Kritik der reinen Vernunft“. *Kant-Studien* 91, 2000. Idem. „Zur metaphysischen Deduktion der Ideen in der Kritik der reinen Vernunft“. In: *Methodus*, 7, 2013. Longuenesse, B. *Kant and the Capacity to Judge – Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason*. Princeton: Princeton University Press, 1998. Malter, R. „Der Ursprung der Metaphysik in der reinen Vernunft. Systematische Überlegungen zu Kants Ideenlehre“, in: Kopper, J und Marx, W (Hrsg): *200 Jahre Kritik der reinen Vernunft*. Hildesheim, Gerstenberg, 1981. Reich, K. *Die Vollständigkeit der Kantischen Urteilstafel*. In: *Gesammelte Schriften*. Hamburg: Felix Meiner. 2001. Wolff, M. *Die Vollständigkeit der kantischen Urteilstafel*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1995.

⁹¹⁶ Dentre a volumosa bibliografia, cf. Allison, H. *Kant's Transcendental Idealism. An Interpretation and Defense. Revised and Enlarged Edition*. New Haven & London: Yale University Press, 2004. Baum, M. *Deduktion und Beweis in Kants Transzendentalphilosophie*. Op. cit. Idem. *Die Transzendente Deduktion in Kants Kritiken. Interpretationen zur kritischen Philosophie*. Köln, Uni. Diss., 1975. Caimi, M. „Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion“. In: Gerhardt, V. (Hrsg). *Kant und die Berliner Aufklärung. Akten des Kant-Kongresses Berlin*. Bd. 1. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2001. pp. 48 - 65. Idem. Caimi, M. *Kant's B Deduction*. Op. cit. Klemme, H. *Kants Philosophie des Subjektes*. Op. cit.. Henrich, D. *Identität und Objektivität*. Op. cit. Idem. „The Proof Structure of Kant's Transcendental Deduction“. In: *Review of Metaphysics* 22, 1969. Longuenesse, B. *Kant and the Capacity to Judge*. Op. cit. Vleeschauwer, H.J. *La Déduction Transcendentale dans l'Oeuvre de Kant*. Op. cit.

jurídicos e de dados históricos, fatuais ou simplesmente genéticos. Procuraremos identificar essa estrutura jurídica nas duas deduções mencionadas.

Para Kant, o uso de determinados conceitos carece de *justificação*. Nesse sentido, a dedução tem como objetivo justamente justificar o direito ou competência (autorização) para o uso de determinado conceito com vistas a determinado fim ou em determinado âmbito – por exemplo, o uso imanente das categorias ou o uso constitutivo das ideias. Nesse sentido, como já vimos Kant identifica por varias vezes o uso de um conceito com um “título” (p.ex., A 501/ B 529; A 740/B 767). Com efeito, “título” detinha à época o sentido de legitimação ou autorização para a posse (e, por conseguinte, uso) de determinado objeto ou coisa adquirida através de compra, venda, doação, troca, etc⁹¹⁷. O próprio Kant na *Doutrina do Direito* toma *Rechtsgrund* como sinônimo de *titulus* (MdS AA 06: 260) ou *titulus possessionis* (MdS AA 06: 251-2)⁹¹⁸, isto é, uma autorização para um uso de algo cuja aquisição foi provada, pois, como legítima. Como, contudo, avaliar se um título é legítimo? Para tanto entra em cena a dedução. Segundo Kant, da mesma maneira que títulos jurídicos carecem de uma dedução para que sua legitimidade seja aferida e demonstrada, assim também a utilização de certos conceitos exige uma prova direta de sua realidade objetiva e, por meio disso, da *legitimidade* mesma da autorização da sua aquisição e, pois, de seu uso. Como por várias vezes Kant escreve, tal tarefa legitimatória em torno da posse de conceitos é central para o projeto crítico em seu todo. Nos *Fortschritte*, por exemplo, Kant é bem claro a respeito. Contra os céticos radicais, que contestam a competência da razão em obter conhecimentos a priori, a dedução contribui para a “genauen und ausführlichen Kritik” justamente por provar os *Rechtsame*, isto é, os *Befugnisse* “*der Vernunft zu Bestimmungen a priori*”:

Contra esse mal [scil. o ceticismo radical] nenhum remédio existe a não ser o de submeter a própria razão pura, isto é, a faculdade de conhecer algo a priori em geral, a uma crítica minuciosa e completa, de modo a discernir-se a possibilidade de uma extensão real do conhecimento por meio desta mesma [faculdade] em relação ao sensível e ao suprasensível ou então, quando isto não for aqui possível, a limitação de tal extensão em relação ao suprasensível; e, no que diz respeito a este último, como fim da metafísica, que seja garantida a *posse* da qual ela é capaz não por meio de provas, que tão frequentemente se mostram

⁹¹⁷ “Possessionis titulus ist in denen Rechten so viel, als der Titel, unter welchem jemand zu dem Besitze einer gewissen Sache gelanget, z.B, Kauff oder Verkauf, Schenkung, Pfand, Tausch, u.s.w“. Zedler, J. H. *Großen vollständigen Universal-Lexicon*. Op. cit. Bd 28. p. 1767. Cf. Achenwall, G. e Pütter, J. S. *Anfangsgründe des Naturrechts. Elementa Iuris Naturae*. herausgegeben und übersetzt von Jan Schröder, Frankfurt a.M. und Leipzig: Insel Verlag, 1995. § 299: Die Rechtmäßigkeit der Erwerbungsart heißt Titel <*Iustitia modi adquiriendi vocatur titulus*>“.

⁹¹⁸ „Die erste Besitznehmung hat also einen Rechtsgrund (*titulus possessionis*) für sich, welcher der ursprünglich gemeinsame Besitz ist, (...)“. MdS AA 06: 251-2.

enganadoras, mas por meio de uma *dedução das autorizações da razão* a determinações a priori (FM AA 20: 310-20. Grifo meu).

Kant realiza nessa passagem uma ampliação sub-reptícia do escopo de uma dedução para o projeto crítico interpretado à luz da ideia de uma legislação negativa e positiva. A dedução tem como objetivo não apenas legitimar o título a priori dos conceitos puros do entendimento, mas *também* por meio disso certificar todas as “determinações a priori” da razão, inclusive, pois, a “posse da razão com vistas ao suprassensível”. Portanto, aparentemente é expandida a todos os afazeres da crítica a competência da dedução em geral como um procedimento legitimatório da posse de certos conceitos ou usos da razão, sejam eles especulativos ou práticos. Nesse sentido, pretendemos nesse capítulo expor sistematicamente a forma como, à luz do sentido originalmente jurídico de dedução, Kant discute a legitimidade do uso dos conceitos puros do entendimento, as *categorias*, e dos conceitos da razão pura, as *ideias transcendentais*. Em cada um deles se reproduz o modelo de dedução como *Feststellung* do fato do qual surge um *ius controversum* (*quid facti* - dedução metafísica) e *Rechtsprüfung* da legitimidade dos direitos e autorizações que decorrem do fato detectado (*quid iuris* – dedução *transcendental*). Procuraremos mostrar através de nossa análise como o procedimento dedutivo, em consonância com seu sentido jurídico, auxilia na determinação do momento negativo e positivo da legislação da razão, conforme já mencionado acima. É sabido como na *KpV* Kant ressalta a “höchst Notwendigkeit” da dedução das categorias não apenas para a determinação da possibilidade de um conhecimento a priori especulativo da natureza, mas também – e mesmo sobretudo – para a moral e a teologia. Ora, pela dedução das categorias como *conceitos originalmente adquiridos* e não (como em Platão) inatos ou (como em Epicuro) empiricamente adquiridos, evitam-se “überschwängliche Anmaßungen mit Theorien des Übersinnlichen” e a redução de sua validade e uso possíveis aos objetos e determinações dos sentidos (KpV AA 05: 141)⁹¹⁹. Kant insinua aqui uma ideia que discutiremos à frente: como conceitos não inatos ou derivadamente, mas sim *originalmente adquiridos*, as categorias - e, a partir delas, as ideias da razão como conceitos inferidos - permitem um uso prático legítimo.

⁹¹⁹ “A partir dessas advertências o leitor da crítica da razão especulativa ficará perfeitamente convencido sobre o quanto aquela difícil dedução das categorias foi proveitosa e de máxima necessidade para a teologia e a moral. Pois unicamente por isso pode-se evitar considerá-las, com Platão, como inatas, quando elas são colocadas no entendimento puro, e evitar fundar sobre elas presunções transcendentais com teorias do suprassensível, das quais não se vê fim, fazendo com isso da teologia uma lanterna mágica de quimeras; e também evitar, quando forem consideradas como adquiridas, que se limite, com Epicuro, todo e qualquer uso dessas categorias, mesmo do ponto de vista prático, meramente aos objetos e fundamentos de determinação dos sentidos”. KpV AA 05: 141.

Interpretadas à luz da constituição jurídica da *KrV*, a dedução metafísica e a transcendental revelam-se de modo decerto indireto, porém decisivo, como elementos centrais à legislação positiva da razão.

9.1. Dedução metafísica e transcendental na *KrV*

Cumpra aqui uma definição ainda prévia, a ser aprofundada ao longo do capítulo, sobre o que seriam os contornos e objetivos das deduções metafísica e transcendental das categorias e das ideias transcendentais. No prefácio da primeira edição da *KrV* Kant define a dedução transcendental das categorias como uma “investigação” fulcral “para o escrutínio <Ergründung> da faculdade que chamamos de entendimento e ao mesmo tempo para a determinação das regras e limites de seu uso” (A xvi), uma investigação, enfim, de suma importância para o “fim principal” da *KrV* (A xvii). No prefácio aos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* Kant torna mais claro o que seria este fim principal da *Crítica* e o papel das categorias em relação a ele. Kant responde aqui a um resenhista que lhe objetara que “ohne eine ganz klare und genugthuende Deduction der Kategorien das System der Kritik der reinen Vernunft in seinem Fundamente wanke” (MAN AA 04: 474). Tal clareza e “consumação” <Vollendung> não teria sido atingida, já que a dedução transcendental das categorias da primeira edição da *KrV* seria a parte “am meisten dunkel” da obra. Kant responde ao crítico afirmando que, na realidade, clareza e perfeição completas na dedução seriam meritórias, não necessárias *per se* para fundamentar com “convicção apodíptica” a proposição sobre a qual “todo o sistema da crítica” seria erigido, a saber, “daß der ganze speculative Gebrauch unserer Vernunft niemals weiter als auf Gegenstände möglicher Erfahrung reiche”. Para tanto, segundo Kant, sua defeituosa exposição da dedução teria bastado. Esta teria atingido seu objetivo ao conseguir “provar” “daß gedachte Kategorien nichts anders als bloße Formen der Urtheile sind, so fern sie auf Anschauungen (die bei uns immer nur sinnlich sind) angewandt werden, dadurch aber allererst Objecte bekommen und Erkenntnisse werden: weil dieses schon hinreicht, das ganze System der eigentlichen Kritik darauf mit völliger Sicherheit zu gründen” (idem). A dedução metafísica das categorias, por sua vez, é explicitamente mencionada por Kant apenas na edição B. Ela consistiria em “[den] Ursprung der Kategorien a priori überhaupt durch ihre völlige Zusammentreffung mit den

allgemeinen logischen Funktionen des Denkens dar[zutun]” (B 159). Como se vê por estas definições, a dedução metafísica, ao provar que as categorias “nichts anders als bloße Formen der Urtheile” sind, seria um componente central no objetivo a ser atingido pela dedução transcendental e *a fortiori* pela *KrV*. Já por ocasião da discussão das ideias transcendentais, Kant menciona a impossibilidade de uma dedução transcendental ou “objetiva” das ideias⁹²⁰ quanto a seu uso constitutivo da experiência, “so wie wir sie von den Kategorien liefern konnten” (A 336/B 393), admitindo ao mesmo tempo, porém, uma “dedução transcendental de todas as ideias da razão especulativa (...) como princípios regulativos” (A 671/B 699). Quanto a uma possível “dedução metafísica” ou “subjética” das ideias, Kant insinua algo parecido ao referir-se a uma “subjektive Ableitung derselben aus der Natur unserer Vernunft” (A 336/B 393) que mostra a “transzendente (subjektive) Realität der reinen Vernunftbegriffe”, ou seja, prova ou demonstra como elas repousam numa “notwendigen Vernunftschluß” (A 339/B 397), assim como as categorias repousavam, como sua *Ursprung*, nas funções lógicas do juízo como funções do pensamento. Nos *Prolegomena* Kant é mais claro: „die Vernunft [enthält] in sich den Grund zu Ideen [...]. Die letzteren sind ebensowohl in der Natur der Vernunft als die ersteren [scil. die Kategorien] in der Natur des Verstandes gelegen” (Prol AA 04: 328). Dada a função das ideias transcendentais, sobretudo as de alma, Deus e liberdade, para a “realização da destinação do homem” e para a possibilidade da consecução plena do uso prático da razão, ou seja, para a efetivação da legislação positiva da razão, é de se esperar que também esta “dedução” das ideias a partir da “natureza da razão” desempenhe um papel tão ou mesmo mais importante que a das categorias. Estas perguntas de fundo obterão uma resposta apenas após o desenrolar da nossa argumentação; por ora indaguemo-nos o seguinte: como conciliar todas as essas passagens sobre o papel e características das deduções metafísica e transcendental com o que chamamos de modelo jurídico de dedução?

No capítulo 3 vimos como Kant assumiu em sua filosofia prioritariamente não o sentido lógico-matemático, mas sim o jurídico de dedução. A partir de um estudo das fontes dessa noção jurídica de dedução obtivemos um modelo jurídico segundo o qual direitos ou competências são legitimados ou justificados a partir de argumentos jurídicos e de dados históricos, fatuais ou simplesmente genéticos. Na dedução trata-se, segundo Kant, da *quid iuris* ou *quaestio iuris* do uso de determinado conceito, ao lado

⁹²⁰ Discutiremos na seção 9.4 abaixo a identificação entre, por um lado, dedução transcendental e dedução objetiva e, por outro, dedução metafísica e dedução subjética.

da questão da *quid facti* ou *quaestio facti* de sua posse e modo pelo qual ele foi faticamente adquirido⁹²¹ – em outros termos, trata-se por um lado da *Rechtsprüfung* e por outro da *Feststellung* do *Tatbestand*⁹²² de uma posse qualquer:

Quaestio facti é aquela da forma pela qual primeiramente tomamos posse de um conceito; *quaestio iuris*, aquela sobre com que direito o possuímos e o utilizamos (Rx 5636. AA 18: 267. 1780-1783).

Em outras palavras, uma dedução jurídica assume *tanto* “circunstâncias históricas” (*res facti, quid facti, quaestio facti*) como “pontos jurídicos” (*quid iuris, quaestio iuris*) para justificar determinado direito ou competência. Que Kant utilize vários termos para designar as mesmas ideias (*res facti, quid facti; quid iuris*, etc.) explica-se, de resto, pela relativa liberdade terminológica adotada pelos autores dos *Deduktionsschriften*, em especial Pütter. Porém, o que verdadeiramente nos interessa aqui é que, como o próprio Pütter ressalta, não é possível numa dedução jurídica desprezar ou desconsiderar o *res facti*. Enquanto escritos “worinn zu einem juristischen Endzweck etwas vorgetragen wird”, as deduções *sempre e em todos os casos* “enthalten Geschichts-Umstände (*res facti*)”⁹²³, ou seja, uma dedução não diz respeito exclusivamente à determinação do que é de direito, *quid ius*, mas implica ou pressupõe a definição ou menção dos *facta* que, como “condições históricas”, determinam a existência do próprio *ius controversum*. Por sua vez, no capítulo 8 vimos como Kant admite em filosofia transcendental apenas modos diretos de prova. Dito de outra forma, para fundar a validade de certa proposição ou justificar a legitimidade do uso de determinado conceito não é permitido pura e simplesmente refutar a proposição contrária ou rebater aquele que questiona a legitimidade de um conceito; esse modo apagógico de prova não serve para fundar nenhuma pretensão, mas antes, na medida em que assume a forma de retorsões, apenas deslegitimar pretensões contrárias, deixando intocada, no entanto, a pretensão que se pretende defender ou justificar. Para fazê-lo é necessário em todos os casos voltar-se às “fontes” das quais determinado conceito ou conhecimento é extraído (A 789/B 817; V-Lo/Pöhlitz AA 24: 561), ou ainda, conduzir uma “durch transzendente Deduktion der Beweisgründe geführte[n] rechtliche[n] Beweis, d.i. direkt [führen]” (A 794/B 822).

⁹²¹ „Quaestio facti, ist, wann man nach den Umständen der Sache fraget, ob sich ein Ding also verhalte oder nicht. Quaestio Juris, eine Rechts-Frage ist, wenn man nach Untersuchung der Umstände fraget, was in einem Fall recht sey oder nicht“. Oberländer, S. *Lex. juridicum Romano-Teutonicum*. Nürnberg, 1723. p. 583.

⁹²² Cf. Kaulbach, F. “Die Rechtsphilosophische Version der Transzendentalen Deduktion”. Op. cit. p. 35, n. 39.

⁹²³ Pütter, J. S. *Anleitung zur juristischen Praxi*. Op. cit. § 77.

Também aqui, como vimos, essa ideia kantiana encontra respaldo no conceito jurídico de dedução. Esta pode bastar-se numa defesa da correção e legitimidade da própria pretensão jurídica avançada, sem ser preciso rebater as pretensões contrárias⁹²⁴; ora, como forma de decidir determinado *ius controversum*, a remissão da pretensão jurídica à sua origem fatural (*res facti*) e a discussão direta dos pontos jurídicos em apoio à posição assumida (*quaestio iuris*) bastam para fundar a legitimidade do direito ou competência (*Gerechtsame*) do título jurídico de posse em litígio. É justamente este o procedimento kantiano em suas deduções.

Uma remissão a D. Henrich nos auxilia a elucidar de forma mais clara nossa interpretação naquilo que a ele se assemelha e dele se distingue. O que Henrich entende pelo procedimento jurídico de dedução pode ser resumido da seguinte forma: a *quaestio iuris* diz respeito ao título jurídico de uma posse, seja de coisas, seja de pretensões de legitimação, seja, enfim, de funções e privilégios; pela dedução, ou melhor, através de um “transzendente Herleitung” busca-se chegar à origem ou fonte do conhecimento daquilo cuja pretensão ou posse é posta em questão. “In diesem Sinne ist die Antwort auf eine *quaestio iuris* des Erkennens eine Deduktion aus dem Ursprung einer Erkenntnis als der Bedingung ihrer Möglichkeit”⁹²⁵. A “origem de um conhecimento” buscada pela “transzendente Herleitung” é interpretada por Henrich à luz dos *facta* dos juristas. Trata-se, como veremos abaixo, de certas “atividades” das faculdades de conhecimento que devem ser tomadas como um *dado*⁹²⁶. Como resultado, “die Deduktion rechtfertigt im Rekurs auf seinen Ursprung die Rechtmäßigkeit eines Anspruches, sei es auf eine Erkenntnis, sei es auf einen Besitz”. Como o ensejo para a dedução é a colocação em litígio de um título jurídico, ela visa prioritariamente não o aumento, mas a justificação de um conhecimento. Com efeito, onde não é possível uma prova <*Beweis*> ainda pode sê-lo uma dedução (KrV A 233/ B 286)⁹²⁷. Neste sentido, a

⁹²⁴ Idem. §§ 124-126.

⁹²⁵ Henrich, D. „Die Deduktion des Sittengesetzes“. Op. cit. p. 78.

⁹²⁶ Henrich, D. „Kant’s Notion of a deduction and the Methodological Background of the First Critique”. p. 37

⁹²⁷ Idem. pp. 76-81. Vleeschauwer e Vaihinger discutem a oposição entre “beweisen” e “erklären” como aquilo que está em jogo em uma dedução. Kant utiliza os dois termos de forma aparentemente intercambiável. Além deles, Kant utiliza “begrifflich machen”, “darthun”, “einsehen”, “rechtfertigen” (para as referências, Cf. Vleeschauwer, H. J. *La Déduction Transcendentale dans l’Oeuvre de Kant*. Bd 1. Op. cit. p. 147. n. 3). Para Vaihinger, Kant deveria ter distinguido os dois termos, reservando apenas o primeiro à dedução (Vaihinger, H. *Commentar*. Bd. 1. Op. cit. pp. 398-9). Com efeito, Kant não é muito preciso; no entanto, para além da terminologia, devemos atentar ao objetivo de Kant em cada dedução e à forma como cada uma é conduzida considerando os elementos à sua mão. Se se entende “Beweis” no sentido de “Demonstration”, então claro está que Kant não busca isto com uma dedução, conforme a Disciplina da razão em seu uso dogmático bem mostra; se, pelo contrário, se entende “Beweis” no sentido

dedução é, ademais, uma espécie de *Surrogat* de prova lógico-matemática: “So ist also die Deduktion für einen Rechtsanspruch ebenso zwingend wie ein Beweis für einen Satz. Die Deduktion leistet, was auch der Beweis zu leisten hat: Durch beide wird von Sätzen dargetan, daß ihre Annahme unabweisbar ist”⁹²⁸.

Como é sabido, Henrich expande a validade do modelo jurídico de dedução em atuação na dedução transcendental das categorias a todas as deduções realizadas na obra crítica, incluindo aqui a dedução da lei moral⁹²⁹. Para justificar sua assunção, no entanto, Henrich precisa realizar a já mencionada distinção entre “dedução” e “prova”, pela qual a dedução ganha seu sentido jurídico em sentido estrito, e diferenciar ademais uma “dedução forte” de uma “fraca”.

Deduktionen nach der starken Form leiten Prinzipien der Erkenntnis aus ihren Ursprüngen in der Vernunft ab, ohne dass zuvor diese Prinzipien und Erkenntnisse selber schon in irgendeiner Form glaubhaft oder auch nur bekannt sein müssten. Eine schwache Deduktion geht von einer gegebenen Erkenntnis aus, die man entweder als bekannt oder sogar als unbestritten in Ansatz bringen kann. Sie stellt deren Ursprung in der Vernunft selber dar⁹³⁰.

Ao passo que na dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento das duas edições da *KrV* Kant realizaria uma “dedução forte” no sentido mais estrito e rigoroso possível⁹³¹, pelas demais deduções deve-se entender, antes, um sentido mais fraco, a saber, uma “normale Vorstellung der Rechtsfertigung von Erkenntnisansprüchen aus Ursprungserkenntnis”⁹³². Haveria ainda diferenças na própria noção de uma “dedução fraca”. A dedução “mais fraca” seria aquela que remete determinado conhecimento à sua origem somente para a defesa <*Verteidigung*> de outros conhecimentos, e não, portanto, para a legitimação de algo⁹³³. Nos *Prolegomena*, por exemplo, quando Kant menciona uma dedução transcendental dos conceitos de espaço e tempo (Prol AA 04: 285; Cf. *KrV* B 120-1), seria esse sentido mais fraco que Kant teria em vista, na medida

de uma “justificativa” da validade de certo conceito em determinado contexto (experiência possível, moral, etc), então é legítimo dizer que uma dedução fornece uma “prova”, como acreditamos ter até agora mostrado.

⁹²⁸ Henrich, D. „Die Deduktion des Sittengesetzes“. Op. cit. p. 79.

⁹²⁹ Além destas, Henrich menciona: „Andere transzendente Deduktionen gelten der Ideen (B 697-8), dem reinen ästhetischen Urteil (KU AA 05: 279), der Idee der Zweckmäßigkeit in der Natur (KU AA 05: 181-6), der Erwerbung durch Vertrag (MdS AA 06: 272), etc“. Henrich, D. „Die Deduktion des Sittengesetzes“. Op. cit. p. 81. n. 18.

⁹³⁰ Idem. p. 82.

⁹³¹ Idem. p. 83. Henrich diz mesmo que a dedução das categorias em A e B realizam mais do que pode pretender uma dedução jurídica, a saber, não apenas justificar legitimidade, mas também reivindicar *completude*.

⁹³² Idem. Ib.

⁹³³ Idem. p. 80.

em que tal dedução se limitaria a “defender” a possibilidade da matemática pura⁹³⁴. Aqui “dedução” não poderia ser “a legitimação de uma pretensão <Anmaßung>”, mas, antes, apenas “macht verständlich, was außer Zweifel steht. So sichert sie es gegen Mißbrauch und erlaubt eine Aufklärung über Ursprünge von Erkenntnis in ihrem ganzen Zusammenhang”⁹³⁵. Segundo Henrich, essa concepção “fraca” dos *Prolegomena* de dedução como “clarificação” pode ter influenciado Kant na redação da *Fundamentação* e da *KpV* e no problema de uma dedução da lei moral (ou do conceito de liberdade) segundo um sentido “fraco” de dedução⁹³⁶.

Ainda que a favor de Henrich pese o fato louvável de ele ter sido o primeiro comentador a seriamente chamar a atenção ao aspecto jurídico da dedução em Kant, contra suas formulações pode ser dito o que Aichele lhe objetou: faltou-lhe uma análise mais detida dos *Deduktionsschriften*⁹³⁷. E acrescentemos: faltou a Henrich igualmente uma investigação mais detida da ciência jurídica à época de Kant. Com base no modelo jurídico de dedução e na investigação mais aprofundada dos modelos jurídicos de prova adotados por Kant, não nos parece necessário ou mesmo acertado realizar uma distinção entre dedução fortes e fracas. A definição da peculiaridade de uma “dedução forte” como aquela cuja “origem”, isto é, os “Prinzipien und Erkenntnisse selber” não “schon in irgendeiner Form glaubhaft oder auch nur bekannt sein müssten”, não faz sentido no interior do modelo jurídico de dedução dos *Deduktionsschriften*. Ora, é parte constituinte da dedução a *Feststellung* do *quid facti* ou *res facti*, de modo que toda e qualquer dedução parte de uma “origem” que precisa ser “bekannt”, ou melhor, *festgestellt*. Ademais, o que Henrich define como a marca da versão mais fraca da

⁹³⁴ „Also liegen doch wirklich der Mathematik reine Anschauungen a priori zum Grunde, welche ihre synthetische und apodiktisch geltende Sätze möglich machen; und daher erklärt unsere transscendentale Deduction der Begriffe im Raum und Zeit zugleich die Möglichkeit einer reinen Mathematik, die ohne eine solche Deduction, und ohne daß wir annehmen, ‚alles, was unsern Sinnen gegeben werden mag (den äußeren im Raume, dem inneren in der Zeit), werde von uns nur angeschauet, wie es uns erscheint, nicht wie es an sich selbst ist‘ zwar eingeräumt, aber keineswegs eingesehen werden könnte“. Prol AA 04: 285.

⁹³⁵ Idem. p. 81.

⁹³⁶ Idem. p. 86. Segundo Henrich, haveria uma diferença central entre a dedução transcendental das categorias e a dedução na GMS. Nesta, „wird der Terminus 'Deduktion' im normalen Sinne [gebraucht]“, sem as „implicações“ de uma dedução transcendental, ie, uma dedução em sentido „forte“ (Idem. p. 83). Na GMS Kant retoma o sentido „fraco“, ou seja, „intermediário“ de dedução. A „hipótese da ideia de liberdade“ é remetida à sua origem na razão de modo a defender os princípios morais. „Ist aber die Idee der Freiheit als notwendig erwiesen, so ist damit eo ipso eine transzendente Rechtfertigung für das Sittengesetz erreicht“. Idem. p. 84.

⁹³⁷ “Es muß (...) darauf hingewiesen werden, daß Henrichs Beobachtung bezüglich des Begriffsgebrauchs zwar durchaus zutrifft, seine – allerdings ganz auf die Interpretation des kantischen Verfahrens gerichteten – Überlegungen aber nicht recht geeignet sind, um einen einigermaßen präzisen Begriff einer juristischen Deduktion herauszuarbeiten“. Aichele, A. „Metaphysisches oder logisches Systemprinzip“. Op. cit. p. 126. n. 72.

dedução, a saber, a ideia de uma *Verteidigung*, é prevista em toda dedução que contenha *rationes decidendi* e *rationes dubitandi* sem que ela seja denominada “mais fraca”; ela seria então uma dedução servindo como *rechtliches Bedenken* imparcial⁹³⁸; uma defesa, por fim, como veremos no próximo capítulo, é também possível *lá onde não é possível uma dedução completa*, isto é, uma prova *direta* de pretensões, como no caso em que apenas se procura desqualificar os argumentos do adversário, sem pretender-se, por meio disso, legitimar os próprios⁹³⁹.

Explicitemos, pois, nosso próprio modelo de uma dedução que utilizaremos ao longo deste capítulo como esquema interpretativo para a elucidação da estrutura e propósito do procedimento dedutivo kantiano⁹⁴⁰. Basicamente assumimos que o procedimento dedutivo kantiano assume duas etapas: primeiro a dedução *metafísica* prova a “validade em geral” *<Gültigkeit überhaupt>* de determinado direito ou conceito, ou ainda, a “realidade transcendental (*subjektiva*)” (A 339/B 397. Grifo nosso), como validade (subjektiva) em geral, a partir da prova da *origem* (B 159) do dado assumido como um *Faktum (res facti)*; já a dedução *transcendental* deve provar a validade e

⁹³⁸ Cf. acima Cap. 3.

⁹³⁹ Acreditamos que M. Wolff não atenta para essa diferença entre defesa interna à dedução em prol da prova *direta* de uma pretensão e uma defesa que se caracteriza como retorsão e, assim, *não como dedução de algo* (para Kant sempre uma prova *direta*), mas apenas como refutação de um adversário não para prol da prova direta de uma pretensão, ou seja, uma „prova“ *indireta* que não funda pretensão alguma, mas apenas a defesa: "Die Rechtsfertigungsaufgabe des Deduktionsabschnitts der zweiten Kritik ist damit klar umrissen: Sie besteht darin, den mit dem Geltungsanspruch des praktischen Grundgesetzes verbundenen Gebrauch der Begriffe der Freiheit und der reinen willensbestimmenden Vernunft als zulässiger Begriffe zu vertheidigen" (KpV AA 05 46. 14-15; u. 48. 26-29). Das Ziel dieser Verteidigung besteht in der Abwehr des Einwandes, mit diesen Begriffen werde durch die Aufstellung des moralischen Gesetzes ein transzendenter Vernunftgebrauch gemacht“ Wolff, M. "Warum das Faktum der Vernunft ein Faktum ist“. Op. cit. S. 543.

⁹⁴⁰ Ao menos em nota, mencionemos um autor que se aproxima da nossa proposta interpretativa, mas que está sujeito a algumas objeções em virtude da já citada falta de um estudo mais detido das fontes jurídicas, Ishikawa argumenta que os escritos jurídicos de justificação de pretensões receberam o título "dedução" por uma abreviação de "deductio ad absurdum": nos escritos a legitimidade de uma posse era demonstrada através da prova da impossibilidade da posição oposta (como, segundo Ishikawa, na Vernunftlehre de Reimar. *Vernunftlehre*, § 319). Daí a Dedução Transcendental apresentar duas posições ("empirista" e "racionalista") opostas contraditoriamente (Cf. A 92-93/ B 124-125 - "entweder-oder"), e não contrariamente como nas Antinomias, que, por isso mesmo, não recebem o nome "dedução" (Ishikawa, F. "Zum Gerichtshof-Modell der Kategorien-Deduktion". Op. cit. pp. 18-19). Contudo, Ishikawa afirma que o "Weder-noch-denken" antinômico aparece também na dedução, após uma análise da *quid facti* das categorias: as representações objetivas não seriam nem empíricas e nem puramente apriori, ie, nem originadas dos próprios objetos e nem resultado da atividade racional, nem empíricas nem inatas. Na verdade, elas são "originariamente adquiridas", o "Dritte" que Ishikawa procurava na Analítica dos Conceitos. Em "Grundmotive des Gerichtshof-Modells der Kategorien-Deduktion" Ishikawa extrai da análise dos *Deduktionsschriften* três indicações para a interpretação da dedução em Kant: 1) A *quaestio facti* (na verdade a *species facti*) pertence ao sentido amplo de dedução. Este é o momento da dedução metafísica; 2) *Erörterung* e *Deduktion* devem ser tidas por sinônimos (como na *Erörterung* metafísica e transcendental de espaço e tempo); 3) A exposição do caso jurídico deve ser feita segundo o modelo de "vel-vel", ou seja, "weder-noch" ou "entweder-oder", não como uma "Zwei-Glieder-Opposition", assim como na Antinomia. Nossas reservas à interpretação de Ishikawa se tornarão claras ao longo de sua argumentação.

realidade *objetivas*⁹⁴¹, ou seja, provar não a “validade subjetiva em geral” de determinado direito ou conceito como algo existente, mas sim o seu âmbito de validade *específico*, ou seja, a legitimidade do “título” de posse de determinado conceito em um âmbito específico (por exemplo, a experiência sensível). Esse esquema interpretativo será utilizado na sequência para interpretar tanto a dedução das categorias como a dedução das ideias transcendentais. A estes dois momentos, o metafísico e o transcendental, correspondem, segundo o modelo jurídico de dedução, a *Geschicht-Erzählung* e a discussão do *Rechts-Punkt*, ou ainda, a *quid facti* e a *quid iuris*. *Estes dois momentos compõem a dedução jurídica descrita por Pütter, assim como a dedução metafísica e a dedução transcendental compõem, ambas, o procedimento kantiano de prova direta de inspiração jurídica*⁹⁴². Conjuntamente, os dois momentos da dedução jurídica podem até mesmo caracterizar a investigação crítica como um todo enquanto a investigação *feststellend* e *prüfend* sobre os *facta* pelos quais chegamos ao conhecimento, ou seja, para retomar um contexto conceitual já empregado, as duas principais atribuições de um juiz:

Eine Untersuchung des facti, wie wir zur Erkenntniß kommen, ob aus Erfahrung oder durch pure Vernunft. – Locke hat hierin viel geleistet, und dieses kann auch so Nutzen haben, ist aber doch nicht so sehr nöthig und auch wohl kaum möglich – besser fragt man, wie viel sind Reine Vernunft Begriffe, was haben sie für Bedeutung, d.h. auf welche Gegenstände können sie gehn, wie können sie gebraucht werden, und in welchen Gränzen müssen sie sich halten? Das ist eine Critic der Reinen Vernunft. Wir sehen hier, mit welchem Recht wir uns der Begriffe ohne Erfahrung bedienen, ob wir dieses nicht unrechtmäßig thun. Durch Critic gelange ich nicht zur Gewißheit der Fragen, insoferne sie dogmatisch beantwortet werden sollen, sondern dessen, was die Vernunft in Ansehung aller Metaphysischen Fragen ausrichten kann. Eine solche Critic ist noch nie herausgegeben als vom H. Professor Kant Riga 1781. (V-Met/Mron AA 29: 781-2)

9.2. *Res facti* da *KrV*

9.2.1. Será que há um *Faktum* na *KrV*

Antes de prosseguir precisamos corrigir um erro feito comumente (ensejado, é bem verdade, pelas próprias opções terminológicas utilizadas por Kant) ao se interpretar

⁹⁴¹ Para a distinção entre a prova de validade e realidade objetiva na dedução transcendental das categorias, cf. próxima seção. – Allison, H. *Kant's Transcendental Idealism*. Op. cit. Caimi, M. “Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion”. Op. cit.

⁹⁴² Contra Proops, que crê que apenas o *quid iuris* ou a dedução transcendental pertencem ao “modelo jurídico” de prova em Kant. Para ele, a dedução metafísica no sentido de uma *Ableitung* seria um resíduo do sentido “antigo”, lógico-matemático de dedução Cf. Proops, I. „Kant's Legal Metaphor and the Nature of a Deduction”. Op. cit. p. 216. Contra Proops podemos objetar o mesmo que contra Henrich: falta-lhe um estudo mais detido das fontes jurídicas, pelo qual se percebe que a *quid facti* pertence à dedução jurídica e que esta tem também uma estrutura silogística sem, contudo, confundir-se ou reduzir-se a ela.

a referência de à *quaestio facti* no início do parágrafo 13 da Analítica Transcendental. Aqui Kant retoma uma antiga ideia jurídica, já presente nos *Digesta*⁹⁴³, opondo a *quid iuris*, a pergunta sobre o que é de direito, à *quid facti*, ou seja, àquela que “diz respeito ao fato <*Tatsache*>” (A 84/B 116). Que haja um *quid iuris* ou uma *quaestio iuris* na *Crítica* é algo que permanece fora de discussão, inclusive para os contemporâneos de Kant, como Maïmon⁹⁴⁴. Contudo, e quanto à *quaestio* ou *quid facti*? Ora, por *quaestio facti* ou questão sobre o fato se deve entender não apenas aquela respondida pelo “berühmter Locke” e sua “physiologische Ableitung” dos conceitos puros do entendimento (A 86-7/B 119), como o próprio Kant parece sugerir neste momento da *KrV*. A passagem da Lição de metafísica Mrongovius acima citada aponta claramente para o nosso objetivo aqui. Com a determinação dos *facti* ali aludida não se trata *apenas* de uma investigação *empírica* sobre como chegamos à posse de determinados conceitos, ou seja, o que Locke propôs com seu *historical plain method*, um exame meramente “psicológico” que deve ser decerto excluído de toda reflexão transcendental sobre os fundamentos primeiros da possibilidade dos conhecimentos a priori; pelo contrário, pode-se também entender a investigação do *facti* como uma investigação que se confunde com a *Crítica da Razão Pura* enquanto pergunta sobre a *origem, extensão e limites legítimos do uso dos conceitos da razão*. Uma investigação, pois, não empírica, mas *transcendental* – ou, para utilizar o termo preciso de Kant, “metafísica”, relativo a uma dedução metafísica que investiga a *origem* não-empírica do conhecimento para, *assim*, determinar-lhe a extensão e os limites⁹⁴⁵. Kant exprime a ideia de um investigação “metafísica” sobre a origem não-empírica dos “Gründe der Möglichkeit” “assumidos”:

Wir können von unseren Vorstellungen eine psychologische Deduction versuchen da wir sie als Wirkungen betrachten die ihre Ursache im Gemüthe in Verbindung mit andern Dingen haben betrachten oder auch eine transscendentale da wenn wir Gründe haben anzunehmen sie

⁹⁴³ D. 1. 5. 16: “Ulpianus libro sexto disputationum. Idem erit, si eadem Arescusa primo duo pepererat, postea geminos ediderat: dicendum est enim non posse dici utrumque ingenuum nasci, sed eum qui posterior nascitur. quaestio ergo facti potius est, non iuris”.

⁹⁴⁴ Sabe-se como Maïmon pretendeu ter respondido à *quid iuris* de forma mais „consequente“ do que Kant, atrelando a ela, inclusive, as perguntas cruciais da metafísica: “Wollen wir die Sache genauer betrachten, so werden wir finden, daß die Frage *quid iuris*? mit der wichtigen Frage die alle Philosophen von jeher beschäftigt hat, nämlich die Erklärung der Gemeinschaft zwischen Seele und Körper, oder auch mit dieser, die Erklärung von Entstehung der Welt (ihrer Materie nach) von einem Intelligenz; einerlei ist“. Maïmon, S. *Versuch über die Transszendentalphilosophie*. p. 62. Como se percebe, trata-se, na realidade, de uma completa reformulação do que Kant entendia por *quid iuris*. Cf. Frank, M. „Unendliche Annäherung“. Op. cit. pp. 114-132. Bondeli, M. *Apperzeption und Erfahrung*. Op. cit.

⁹⁴⁵ „Es sind also so viel categorien als Momente des Verstandes beym Urtheilen. Wir haben durch diese Tabelle den Vortheil, daß wir den Ursprung derselben einsehen. - Die Logic handelt von Verknüpfungen der Begriffe, die Metaphysic vom Ursprunge derselben“. V-Lo/Mron AA 29: 802.

seyen nicht empirischen Ursprungs wir blos die Gründe der Möglichkeit aufsuchen wie sie *a priori* doch objective Realität haben (Brief an Kosmann AA 11: 81-2).

A *quaestio facti* assim interpretada seria a determinação da origem do *Faktum* não-empírico surgido do “*dado*” ou “*pressuposto*” transcendental assumido na investigação crítica (“realidade subjetiva” – *quaestio facti*), que, embora aceito, carece de justificativa ou legitimação (“realidade objetiva”, *quaestio iuris*). Defendemos que é neste último sentido “metafísico” que a *quaestio facti* ou *res facti* da dedução (e *a fortiori* da *Crítica*) deve ser entendida de modo a ser aproximada da função da dedução metafísica como prova da *origem* de determinados conceitos⁹⁴⁶. Assim como nas deduções de Pütter, a dedução em seu conjunto pressupõe a investigação sobre o fato a partir do qual se pode formular o *ius controversum* e a *quid iuris* da posição assumida. A partir da determinação do *facto* de uma posse qualquer (dedução metafísica) se coloca a questão de sua legitimidade (dedução transcendental) ou, dito nos termos aos quais voltaremos adiante, a partir da determinação do *Faktum* do entendimento humano discursivo (composto por conceitos e intuições), ou ainda, do *Faktum* da lei moral como lei da liberdade, coloca-se a questão sobre seu *quid iuris*.

Para fundamentarmos essa interpretação propomos tomar a definição da *quaestio facti* ou *res facti* num sentido mais literal, a saber, como a determinação do que seja o fato, *facto*, *Faktum* ou *Tatsache* do qual parte a questão sobre seu direito (*quid iuris*, *quaestio iuris*). Numa perspectiva etimológica, no século XVIII *Tatsache* era um neologismo de origem jurídica tomado como o correspondente alemão para *factum* ou *res facti*⁹⁴⁷, empregado inicialmente em 1756 numa tradução de Spalding e

⁹⁴⁶ Essa interpretação é próxima à de Alois Riehl. *Der philosophische Kritizismus. Bd. I.* Op. cit. pp. 340ss. Riehl considera o „conhecimento a priori“ um *factum* que deve ser dividido em outros dois, a saber, o *Tatsache* ou *Faktum* das formas puras da intuição e o *Tatsache* ou *Faktum* dos conceitos puros a priori, e divide o procedimento kantiano de prova em 2 etapas: “[W]ie die Gültigkeit einer formalen Anschauung und wie die der reinen Begriffe bewiesen wird? Kant selbst hat beide Fragen bestimmt gesondert; er nennt die Untersuchung der Thatsache die metaphysische Erörterung und metaphysische Deduction, die Demonstration der Gültigkeit den transcendentalen Beweis“. Idem. p. 402. Contudo, Riehl prefere se apoiar na metáfora química de uma *Zergliederung* como *Analytik* das nossas faculdades de conhecimento e despreza o elemento jurídico patente da ideia de *Faktum* e *Deduktion*, perdendo, com isso, todo o contexto e as interconexões da moldagem jurídica da crítica aqui latentes. Cf. Idem. pp. 403ss.

⁹⁴⁷ "THATSACHE, f. res facti, factum. 'das wörtlein thatsache ist noch so jung. ich weisz mich der zeit ganz wohl zu erinnern, da es noch in niemands munde war. aber aus wessen munde oder feder es zuerst gekommen, das weisz ich nicht (nach Heynatz 2, 467 hat zuerst J. J. Spalding in der übersetzung eines Buttlerschen werkes vom j. 1756 das wort thatsache für res facti, nicht gerade für factum gebraucht). noch weniger weisz ich, wie es gekommen sein mag, dasz dieses neue wörtlein ganz wider das gewöhnliche schicksal neuer wörter in kurzer zeit ein so gewaltiges glück gemacht hat; noch, wodurch es eine so allgemeine aufnahme verdient hat, da man in gewissen schriften kein blatt umschlagen kann, ohne auf eine thatsache zu stossen“ [Lessing "Über das Wörtlein Tatsache". In: *Werke*. Hildesheim and New York: Georg Olms Verlag, 1970. XVII: 45]"; Grimm, J. *Deutsches Wörterbuch*. Bd 21. p. 322.

popularizado em debates teológicos⁹⁴⁸; curiosamente, um sinônimo de *Tatsache* era o termo reabilitado por Fichte, *Tathandlung*⁹⁴⁹, uma palavra mais antiga, porém relativamente fora de uso⁹⁵⁰. Tomada neste sentido preciso, *Tatsache* ou *Factum* teria o sentido de *Tat*, ou seja, não de algum dado bruto, mas sim uma *ação (livre) imputada*. Certamente consciente desse contexto etimológico e conceitual, Kant parece utilizar os termos *Faktum*, *res facti*, *factum* e *Tatsache* de forma virtualmente intercambiável⁹⁵¹. Nesse contexto, é bem significativa a “retificação” e “ampliação” que Kant crê ter realizado no “significado usual” da palavra *Tatsache* na *Crítica do Juízo*, recusando-se a “limitá-lo à experiência efetiva”⁹⁵². Com efeito, neste momento da obra Kant toma *res facti* e *Tatsachen* como sinônimos, definindo-os como os “objetos de conceitos cuja realidade objetiva pode ser provada (seja por meio da razão pura ou por meio da experiência e, no primeiro caso, por meio de dados <*Datis*> teóricos ou práticos, em todos os casos, porém, através de uma intuição que lhes corresponda)”, ou seja, os objetos matemáticos, os objetos dos conceitos do entendimento e até a *liberdade* (KU AA 05: 468). A própria ideia de liberdade, “cuja realidade, como um tipo específico de

⁹⁴⁸ „Vor Spaldings Wortprägung entspricht dem Englischen matter of fact bzw. fact im Deutschen das auch späterhin stets geläufige, im 16. Jh. aus dem Lateinischen eingebürgerte Fremdwort Faktum; zunächst vornehmlich in juristischem Kontext gebräuchlich, findet sich Faktum seit dem 18. Jh. auch in Wendungen wie «historisches Faktum». In der lateinischen Literatur vermag factum schon in frühester Zeit substantivische Funktion zu übernehmen: als 'Tat in neutralem Sinne, sehr oft aber auch im Sinne eines Delikts, gelegentlich auch als 'Ereignis'“. Halbfass, W. „Tatsache“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 10. Op. cit. pp. 910-911.

⁹⁴⁹ "Die Thatsache, plur. die -n, ein von einigen Neuern versuchtes Wort, das Lat. Factum, eine geschehene Sache, eine gewirkte Veränderung außer sich zu bezeichnen. Das sind Thatsachen, sind wirklich geschehene Dinge, Begebenheiten. Die herrlichste Offenbarung Gottes erscheint dir jeden Morgen als Thatsache, Herd. Andere gebrauchen dafür Thathandlung. Beyde Wörter sind nicht nur unschicklich und wider die Analogie zusammen gesetzt, sondern auch der Mißdeutung unterworfen, indem ein Oberdeutscher sich bey Thathandlung und Thatsache bey dem ersten Anblicke vermuthlich nichts anders als eine Gewaltthätigkeit, eine Thätlichkeit gedenken wird, welches das erstere daselbst wirklich bedeutet". Adelung, J. C. "Thatsache". In: *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*. Bd 4. Op. cit. p. 567.

⁹⁵⁰ Dierse, U. „Tathandlung“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 10. Op. cit. p. 908. Franks, P. "Freedom, Tatsache and Tathandlung in the Development of Fichte's Jena Wissenschaftslehre". In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 1997. Vol. 79. pp. 318ss.

⁹⁵¹ Não concordamos, assim, com M. Wolff, para quem *Tatsache* seria distinto de *Faktum* ou *Tat*. “Hauptsächlich handelt es sich um zwei Meinungen, von denen die eine das Wort ‚Factum‘ im Sinne von ‚Tatsache‘ versteht, während die andere an eine alte juristische Terminologie erinnert, nach der einer der beiden Hauptverhandlungsgegenstände eines strafgerichtlichen Prozesses als factum bezeichnet wird, factum im Sinne des lateinischen Wortes für ‚Tat‘, die feststellbare und zurechenbare Handlung, auf die sich eine Anklage beziehen kann, wohingegen der andere Verhandlungsgegenstand das Recht (ius) ist, nach dem die Tat zu beurteilen und im Falle ihrer Rechtswidrigkeit zu ahnden ist“. Wolff, M. "Warum das Faktum der Vernunft ein Faktum ist“. Op. cit. p. 511. De uma perspectiva etimológica e sistemática, trata-se de uma falsa oposição em Kant.

⁹⁵² „Ich erweitere hier, wie mich dünkt, mit Recht, den Begriff einer Thatsache über die gewöhnliche Bedeutung dieses Worts. Denn es ist nicht nöthig, ja nicht einmal thunlich, diesen Ausdruck bloß auf die wirkliche Erfahrung einzuschränken, wenn von dem Verhältnisse der Dinge zu unseren Erkenntnißvermögen die Rede ist, da eine bloß mögliche Erfahrung schon hinreichend ist, um von ihnen bloß als Gegenständen einer bestimmten Erkenntnißart zu reden“. KU AA 05: 468.

causalidade (...), é provada por meio da lei prática da razão prática pura" (idem), é designada por Kant, em vários momentos de sua produção filosófica, como um *Tatsache* (KU AA 05: 468), *res facti* (KU AA 05: 468; VATL AA 23: 377-378)⁹⁵³ ou um *Faktum* (KpV AA 05: 06; 31, etc)⁹⁵⁴. Nesse contexto preciso, portanto, *Tatsache*, *facta*, *res facti*, *Faktum* podem ser tomados por sinônimos.

De modo a compreender o que Kant entende por essa constelação conceitual, cabe consultar alguma das diversas Lições de filosofia prática, nas quais *Faktum* é definido via de regra como „eine Handlung die unter einem Gesetz, eigentlich unter einem moralischen Gesetz steht“ (V-Mo/Mron II AA 29: 641), um sinônimo, portanto, de *Tat* como uma ação imputável como pertencente a um autor, e não, pois, como algum *factum brutum*⁹⁵⁵. Ao passo que esta definição, à qual nos voltaremos mais adiante, concorda mais facilmente com a ideia da liberdade como um *Faktum*, *Tatsache*, *Tat*, *facta*, ou *res facti*, ou seja, uma ação livre (“realidade” da liberdade) “provada por meio da lei prática da razão pura” (KU AA 05: 468), isto é, imputada sob a lei moral como de autoria de um determinado agente, no caso dos outros *facta* mencionados acima, os demais objetos para conceitos cuja realidade objetiva (...) pode ser provada” (idem), a situação é mais complicada. Se o *Faktum* da razão prática no sentido de um *Tat* da liberdade pode ser considerado tanto a “atividade da razão” como o “resultado” da atividade, isto é, tanto o ato de autodeterminação como a ação livre produzida na efetividade a partir desse ato de autoatividade⁹⁵⁶ – em outras palavras, tanto o “sujeito” como o “objeto” –, como considerar tanto os objetos como os conceitos matemáticos,

⁹⁵³ „Wenn gefragt wird warum wir die qualification einer Maxime zur allgemeinen Gesetzgebung zur Bedingung unserer Befugnis annehmen sollen so läßt sich davon kein Grund weiter angeben: es ist *res facti* daß dieses Gesetz in uns und zwar das Oberste ist. Es kan nur gezeigt werden daß weil es ein Gesetz der Freyheit überhaupt ist die Vernunft als princip aller Gesetze ohne alles princip seyn würde“. VATL AA 23: 377-378

⁹⁵⁴ Cumpre notar aqui que não entraremos nos detalhes da doutrina do *Faktum* da razão, se se trata prioritariamente da própria lei moral, da consciência da lei moral, etc. Pretendemos apenas abordar seu papel metodológico como base da questão do quid iuris, assim como ocorre nas deduções da *KrV*, deixando em aberto, porém, uma possível interpretação mais detalhada a seu respeito.

⁹⁵⁵ „That heißt eine Handlung, sofern sie unter Gesetzen der Verbindlichkeit steht“ (MdS AA 06: 223). „Wenn etwas als eine freye Handlung, die nach moralischen Gesetzen nicht necessitirt ist, angesehen werden kan, so ist es ein *factum*“. Rx 6783 AA 19: 159. (1772?;1764-1768?). Cf. Willaschek, M. *Praktische Vernunft: Handlungstheorie und Moralbegründung bei Kant*. Stuttgart [u.a.] : Metzler, 1992. pp. 179ss. Idem. „Die Tat der Vernunft. Zur Bedeutung der Kantischen These vom ‘Factum der Vernunft’“. In: *Akten des VII. Internationalen Kant-Kongresses Mainz 1990*, hrsg. von G. Funke, Bd. II.1, Bonn 1991, pp. 456–466. Como escreve Wolff, „es ist ein Verdienst Marcus Willascheks, dass er in seinem Buch *Praktische Vernunft* (...) auf Kants Gebrauch des Ausdrucks „Factum“ im Sinne von „Tat“ hingewiesen hat“. Wolff, M. „Warum das Faktum der Vernunft ein Faktum ist“. Op. cit. p. 537. n. 44. Para mais passagens em que *Tat* e *Faktum* são tomados como sinônimos, Cf. MpVT AA 08: 255; RGV AA 06: 31..

⁹⁵⁶ Como sabido, esta dificuldade é percebida por outros comentadores, como Willaschek, mas que já se faz notar no *Tathandlung* de Fichte. Voltaremos a esse ponto mais adiante, em 9.3.

empíricos e os puros (do entendimento e da razão) como *facta* e, assim, “ações que se encontram sob uma lei” e “objetos” destas mesmas ações? E mais: como relacionar tais *facta*, entendidos como *res facti*, com a dedução metafísica e com a transcendental na obra crítica, mais especificamente na *KrV*?

Os intérpretes divergem na resposta a esta indagação. Há aqueles, como J. Timmermann, que negam a existência de qualquer *facta* sobre o qual a *KrV* repouse⁹⁵⁷. Esse juízo equivocado é resultado de uma compreensão reducionista do que seja um *facto*. Timmermann interpreta o *facto* seja no sentido estrito do *Faktum* da razão da *KpV*, isto é, “either the ‘deed of reason’ or the ‘product’ of such a deed”, seja no sentido, utilizado por Kant sobretudo nos *Prolegomena*, de um conhecimento a priori assumido como verdadeiro e efetivo, como o das matemáticas ou da física (Prol AA 04: 274), ou mesmo a pressuposição do *Faktum* da experiência possível (cf. A 737/B 765)⁹⁵⁸. Como acabamos de ver, o uso kantiano de *Faktum* é mais amplo do que isso, englobando inclusive outros “deeds” que não os da razão por ocasião da imputação sob a lei moral e não se deixando confundir com um mero “fato” ou *factum brutum* sem mais assumido.

A. Aichele interpreta o fato ou *species facti* da dedução metafísica como a premissa menor empírica do silogismo dedutivo de matriz jurídica.

Das Deduktionsverfahren besteht folglich darin zu zeigen, daß eine empirisch gewonnene Aussage [premissa menor; species facti], die aus ebensolchen Begriffen besteht – d.h. der jeweilige Untersatz – extensional im Antezedens des Obersatzes enthalten ist, der selbst kein empirischer Satz ist. Da eine entsprechende Beschreibung bereits vorliegen muß, damit die Rechtsfrage überhaupt gestellt werden kann, hat sich die Deduktion mit einer Untersuchung der Fallbeschreibung zu befassen⁹⁵⁹.

Aichele se apega em demasia ao aspecto puramente silogístico do procedimento dedutivo, já discutido por nós no capítulo 3. Ao passo que numa dedução jurídica *stricto sensu* a ação a ser tomada como faticamente dada deve, realmente, ser uma ação

⁹⁵⁷ Cf. Timmermann, J. " Reversal or retreat? Kant's deductions of freedom and morality". In: Reath, A & Timmermann, J (Hrsg.), *Kant's Critique of Practical Reason: A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 82. n. 15.

⁹⁵⁸ Sobre essa possível interpretação do „Faktum synthetischer Urteile a priori“, Cf. Bondeli, M. *Apperzeption und Erfahrung*. Op. cit. pp. 198-206. Entendemos que com a pressuposição do *Faktum* de um conhecimento sintético a priori efetivo (matemática, ciência pura da natureza) e do objeto da experiência possível se reproduz a aporia, notada por Timmermann e por outros comentadores, da compreensão do *Faktum der Vernunft* como uma atividade e, ao mesmo tempo, o resultado desta atividade. Ora, também por ocasião do conhecimento a priori ocorre esse duplo sentido de *Faktum*: tanto o resultado (experiência possível, conhecimento sintético a priori) como a atividade que o produz (faculdades de conhecimento, discursividade) se confundem *no que diz respeito ao Beweisgang*. Ora, o resultado não é compreendido sem que a atividade que o produz, assim como a atividade não é compreendida apenas “potencialmente”, sem seu resultado efetivo. Voltaremos a isso mais adiante, por ocasião da discussão do “círculo da imputação”. Cf. abaixo 9.3.

⁹⁵⁹ Aichele, A. „Metaphysisches oder logisches Systemprinzip“. Op. cit. p. 129.

empírica ocorrida na espaço e tempo, no modelo jurídico “transcendental” da dedução adotado por Kant esta ação fática considerada como *Faktum* não pode ser algo empiricamente dado, do contrário como seria possível a partir dela uma dedução transcendental que pretende provar, justamente, a necessidade estrita dos conceitos puros do entendimento como conceitos que tornam primeiramente possível - *e de forma a priori* - a experiência possível?

Para M. Wolff, com o adjetivo “metafísico” da dedução metafísica, isto é, a dedução das categorias a partir das formas lógicas do juízo, Kant sinaliza tratar-se de uma *assunção* dogmática de algo dado (a saber, que o entendimento humano é discursivo) que permaneceria dogmática e, pois, ilegítima não fosse a dedução transcendental que a justifica:

[Die metaphysische Deduktion] beruht jedenfalls auf einer Beweismethode, die in ihren Grundzügen dem dogmatischen Verfahren, wie Kant es beschreibt, entspricht. Ausgangspunkt des Beweises ist (...) die ‘Zwei-Stämme’-Lehre. Mit ihr wird ein bestimmter Begriff des Verstandes als gegeben vorausgesetzt. Dieser Begriff des (reinen) Verstandes als eines diskursiven, nicht-sinnlichen Vermögens ist traditionell und insofern ein gutes Beispiel für Vorstellungen, die ‘die Vernunft längst im Gebrauch hat’. Aus diesem Begriff wird dann durch eine Reihe von Schlüssen die These von den vier Einheitsfunktionen des Verstandes hergeleitet, aus deren ‘Darstellung’ zuletzt die ‘reine Erkenntnis folgen soll, daß die Daten der Urteils- und Kategorientafel apriorische Daten sind. Der zu dieser reinen Erkenntnis verhelfende Beweis würde sich in Kants Augen freilich von Beweisen des metaphysischen Dogmatismus durch nichts unterscheiden, würde nicht im Anschluß an das Leitfadenskapitel ein transzendentes Verfahren durchgeführt werden, das den Gebrauch, den die metaphysische Deduktion vom Begriff des Verstandes macht, rechtfertigt⁹⁶⁰.

Mais adiante Wolff é mais claro: em seu procedimento dedutivo Kant pressupõe “dogmaticamente” que o entendimento humano é discursivo e que temos as duas formas puras da sensibilidade, espaço e tempo⁹⁶¹ - estes seriam “dados”, não passíveis de uma “weiterer Beweis”. Com efeito, como argumentaremos na próxima subseção, a nosso ver Wolff acerta nas suas assunções, mas se equivoca ao interpretar esse “dado transcendental” à luz meramente de uma *Ableitung* de carácter lógico. Ainda que compreensível do ponto de vista sistemático, a ideia de uma *res facti* permanece inexplicável sem que se assuma um conceito jurídico, não lógico-matemático de dedução. Ora, esse “fato” ou “dado” assumido não é um axioma dogmaticamente

⁹⁶⁰ Wolff, M. *Die Vollständigkeit der kantischen Urteilstafel*. Op. cit. p. 118

⁹⁶¹ “Die Auslegung des ersten Leitadenabschnittes hatte ja gezeigt, daß die in der Urteilstafel aufgezählten zwölf Verstandesfunktionen aus einer bestimmten, an die ‘Zwei-Stämme-Lehre’ gebundenen Annahme über die Eigentümlichkeit des menschlichen Verstandes, ein ‘diskursiver Verstand’ zu sein, hergeleitet werden. Die ‘metaphysische Deduktion’ konnte für diese Annahme keine weitere Begründung geben, sondern mußte sie als Prämisse ‘dogmatische voraussetzen. Wir hatten uns klargemacht, daß es Aufgabe der ‘transzendentalen Deduktion’ ist, eben diese zunächst nur dogmatisch eingeführte Prämisse weiter zu fundieren“ – Falta a página!

pressuposto pela investigação e que é meramente “provado” por uma “eine Reihe von Schlüssen”, mas o momento histórico ou *genético* que estabelece o fato do qual parte o “transzendentales Verfahren” que deve justificá-lo.

Vleeschauwer defende uma posição próxima à de Wolff, com a vantagem, porém, de aludir explicitamente à compreensão jurídica do procedimento dedutivo e procurar interpretar as etapas dedutivas, metafísica e transcendental, à luz do jargão jurídico:

Kant explique le concept de la déduction au moyen d’une analogie avec la science du droit. Les juristes distinguent la quaestion de fait, établissant la matérialité d’un fait, de la quaestion de droit, qui subordonne le fait à un principe de droit, et appellent déduction l’exposition de la ‘quaestio iuris’ (...). La ‘quaestio facti’ ou la matérialité des catégories ne peut consister que dans la démonstration de l’existence des fonctions à priori, intellectuelles. La déduction métaphysique vient de la fournir. La justification ou l’appréciation de ce fait au moyen d’un principe, s’appelant la déduction transcendente, doit avoir pour tâche de subordonner les catégories à un principe supérieur, qui en démontre l’apriorité⁹⁶²

A dedução metafísica deve estabelecer a *quaestio facti* e a dedução transcendental, partindo deste “*fait*”, coloca a *quaestio iuris*, justificando ou “apreciando” o fato posto anteriormente. Vleeschauwer, no entanto, considera “inútil” todo esse procedimento explicitamente descrito por Kant. Ora, segundo ele, “justifier l’existence d’un à priori intellectuel après l’avoir constaté paraît être, en effet, inutile”⁹⁶³. Mesmo admitindo, pelo contrário, que a *quaestio iuris* deve justificar não a mera “existência”, mas o “papel” específico do “a priori intelectual”, Vleeschauwer reivindica que, então, a dedução metafísica na realidade não cumpre sua função de “descobrir” tal a priori, na medida em que apenas indica uma via para investigar quais são as categorias, sem determinar que elas realmente existem. Para rebater o primeiro argumento de Vleeschauwer sobre a “inutilidade” da dedução metafísica, basta notar que ele desconhece por completo a função da *res facti* numa dedução jurídica: ora, sem a determinação do fato jurídico não é possível questão de direito alguma. Quanto à segunda objeção, sobre a não descoberta das categorias, Vleeschauwer parece confundir a constatação ou *Feststellung* de que de *facto* o entendimento tem conceitos puros (dedução metafísica) com a prova ou *Rechtsprüfung* de que eles não são vazios, ou seja, que esses conceitos puros têm um uso legítimo no âmbito da experiência possível (dedução transcendental). Também aqui o modelo jurídico dedutivo auxilia na compreensão da argumentação kantiana em sua dedução.

⁹⁶² Vleeschauwer, H. J. *La déduction transcendente dans l’oeuvre de Kant. Vol 2*. Op. cit. p. 144.

⁹⁶³ Idem. p. 145.

Como já vimos acima, D. Henrich é quem mais se aproxima de uma interpretação coerente da *quaestio facti* à luz do problema de uma dedução jurídica. Segundo ele, as faculdades de conhecimento do homem possuíam “operações fundamentais” possibilitadoras do conhecimento que, em virtude de seu caráter originário, devem ser tomadas no sentido jurídico de *facta*:

Operations that are *facta* (therefore actions in the juridical sense) imply factual elements that cannot be explained by virtue of actions we can always perform. Most of the origins from which Kant's deductions are derived exhibit clearly this additional factual element. The features shared by the unity of apperception, the consciousness of space and time as such, and the moral law as a fact of reason illustrate this common feature of the principles according to which Kant's deductions have been designed.⁹⁶⁴

Um pouco antes, no entanto, Henrich equipara a *quaestio facti* ou *species facti* a uma “fisiologia da razão” à la Locke. Como já mencionado, a *quaestio facti* da dedução transcendental é na realidade a dedução metafísica, não um dado empírico, mas sim um *Faktum* ou dado “transcendental”. Como já discutido acima, falta a Henrich um conceito mais completo da dedução jurídica histórica.

Até aqui discutimos apenas *que* há um *facto* ou *Faktum* na KrV a ser analisado nas deduções. Resta ainda precisar *qual* *facto* ou *Faktum* seria este. Antes fazê-lo de forma detalhada na próxima subseção, indiquemos na sequência o caminho que iremos seguir adiante.

Relembremos que Kant define um *Factum* como „eine Handlung die unter einem Gesetz, eigentlich unter einem moralischen Gesetz steht“ (V-Mo/ Mrongovius II AA 29: 641). Além de uma leve torção conceitual, a saber, compreender por “lei” não apenas a lei moral, mas uma *regra ou lei em geral*, é necessário ainda um retorno à década de 1770 para compreendermos como é possível na filosofia especulativa kantiana um *Faktum* tomado no sentido acima. Na carta a Marcos Herz de fevereiro de 1772 em que formula pela primeira vez o problema de fundo da dedução transcendental (“auf welchem Grunde beruhet die Beziehung desjenigen, was man in uns Vorstellung nennt, auf den Gegenstand?” AA 10: 131), Kant se pergunta sobre a relação entre a “atividade interna” que produz as representações intelectuais, os conceitos, e os objetos, as representações sensíveis aos quais aquelas se referem:

wenn solche *intellectuale* Vorstellungen auf unsrer innern Thätigkeit beruhen, woher kommt die Übereinstimmung die sie mit Gegenständen haben sollen, die doch dadurch nicht etwa hervorgebracht werden und die *axiomata* der reinen Vernunft über diese Gegenstände, woher

⁹⁶⁴ Henrich, D. „Kant's Notion of a deduction“. Op. cit. p. 37

stimmen sie mit diesen überein, ohne daß diese Übereinstimmung von der Erfahrung hat dürfen Hilfe entlehnen (AA 10: 131).

Como já vimos, dois anos antes, na *Dissertatio*, Kant havia admitido um uso real do intelecto, ou seja, aquele uso por meio do qual os conceitos primitivos das coisas e das relações e os axiomas seriam dados pelo intelecto puro segundo sua *origem* mesma (MSI AA 02: 394). Na carta a Herz, contudo, Kant parece excluir a possibilidade, ainda bem clara na *Dissertatio*, que deste uso real surgissem *apenas* conceitos de objetos inteligíveis ou suprassensíveis, em uma palavra, númenos⁹⁶⁵. Na realidade, como todo o contexto da carta mostra, Kant parece conceder também a possibilidade de que o intelecto (ou entendimento) produza originária e “realmente” conceitos que se refiram a coisas *empíricas*, a partir, justamente, de uma “atividade interna”:

Allein im Verhältnisse der *qualitaeten*, wie mein Verstand gänzlich *a priori* sich selbst Begriffe von Dingen bilden soll, mit denen nothwendig die Sachen einstimmen sollen, wie er *reale* Grundsätze über ihre Möglichkeit entwerfen soll, *mit denen die Erfahrung getreu einstimmen muß und die doch von ihr unabhängig sind* diese Frage hinterläßt immer eine Dunkelheit in Ansehung unsres Verstandesvermögens woher ihm diese Einstimmung mit den Dingen selbst komme (AA 10: 131. Grifos meus).

Os conceitos puros do entendimento não seriam nem abstraídos dos sentidos nem reduzidos à “receptividade das representações pelos sentidos“, mas, antes, teriam “sua fonte na natureza da alma” (AA 10: 130). Definidos como tendo sua “fonte” ou “origem” em uma produção “gänzlich a priori” na “natureza da alma”, pressume-se que aqui Kant esteja definindo os conceitos puros do entendimento como resultado daquela ‘*acquisitio originaria*’ mencionada dois anos antes na *Dissertatio*. Transpondo esta ideia à carta de Herz, os conceitos que se referem a objetos empíricos e que, não obstante, são produzidos pelo entendimento puro de forma inteiramente a priori seriam aqueles extraídos das “*leis* ínsitas às capacidades de conhecimento”:

Da man demnach in der Metaphysik keine empirische Grundsätzen antrifft: so sind die in ihr vorkommenden Begriffe nicht in den Sinnen zu suchen, sondern in der Natur selber des reinen Verstandes, nicht als angeborene Begriffe, sondern als solche, die aus den der Erkenntniskraft eingepflanzten Gesetzen (dadurch, daß man auf ihre Handlungen bei Gelegenheit der Erfahrung achtet) abgezogen und folglich erworben sind (MSI AA 02: 395).

⁹⁶⁵ Trata-se, decerto, de um tema controverso na bibliografia secundária. Para isso, cf. Mensch, J. “The Key to all Metaphysics Kant’s Letter to Herz, 1772”. In: Kantian Review, Volume 12, Issue 02, 2007, pp. 109 – 127. Beck e Vleeschauwer, por exemplo, argumentam que Kant ainda tem em vista os *noumena*, não as categorias. Beck, L. W. “Two ways of Reading Kant’s Letter to Herz: Comments on Carl, W. ‘Kant’s First Draft of the Deduction of the Categories’”. Förster, E (Hrg). *Kant’s Transcendental Deductions*. Op. cit. p. 23; Vleeschauwer, H.J. *L’Évolution de la pensée kantienne*. Op. cit. p. 59. Caimi e Mensch, entretanto, interpretam as referências de Kant às “intellektuelle Vorstellungen” ou “Verstandesvorstellungen” como prenúncio das futuras categorias. Caimi, M. “Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion”. Op. cit. pp. 52-53. Mensch, J. “The Key to all Metaphysics”. Op. cit. pp. 116-7.

Poder-se-ia argumentar que, na passagem, Kant esteja na realidade atribuindo à ideia de *acquisitio originaria* ligada ao uso real do intelecto exclusivamente a origem dos *noumena*, e não de demais conceitos, dentre eles os futuros conceitos puros do entendimento. Contudo, uma passagem do *Streitsschrift gegen Eberhard* retifica esse juízo e sugere que Kant admite *também* um uso “real” crítico do entendimento na produção das categorias a ser identificado, com modificações, na carta a Herz e na própria *KrV*⁹⁶⁶. O jargão jurídico sobre aquisições originárias e derivadas é aqui empregado para designar a forma como o entendimento obtém seus conceitos puros. Segundo Kant, as representações pertencentes à intuição e ao entendimento puros são “supostas pela *Crítica*” como “originariamente adquiridas” (“como se expressa o doutrinário de direito natural <*Lehrer des Naturrechts*>”) e não “implantadas” ou simplesmente “inatas”. Inatos seriam, na verdade, os “fundamentos” <*Gründe*> para tais representações, a saber – como veremos na próxima subseção –, sensibilidade e entendimento:

Die Kritik erlaubt schlechterdings keine anerschaffene oder angeborene Vorstellungen; alle insgesamt, sie mögen zur Anschauung oder zu Verstandesbegriffen gehören, nimmt sie als erworben an. Es giebt aber auch eine ursprüngliche Erwerbung (wie die Lehrer des Naturrechts sich ausdrücken), folglich auch dessen, was vorher gar noch nicht existirt, mithin keiner Sache vor dieser Handlung angehört hat. Dergleichen ist, wie die Kritik behauptet, erstlich die Form der Dinge im Raum und der Zeit, zweitens die synthetische Einheit des Mannigfaltigen in Begriffen; denn keine von beiden nimmt unser Erkenntnißvermögen von den Objecten, als in ihnen an sich selbst gegeben, her, sondern bringt sie aus sich selbst *a priori* zu Stande. Es muß aber doch ein Grund dazu im Subjecte sein, der es möglich macht, daß die gedachten Vorstellungen so und nicht anders entstehen und noch dazu auf Objecte, die noch nicht gegeben sind, bezogen werden können, und dieser Grund wenigstens ist angeboren (ÜE AA 08: 221-222).

Os conceitos puros do entendimento (como “unidade sintética do diverso em conceitos”⁹⁶⁷) e as intuições puras de espaço e tempo são representações originariamente adquiridas, ou seja, “produzidas” pelas nossas faculdades de conhecimento de forma *a priori* a partir de determinados *fundamentos inatos*, entendidos como capacidades originárias de nosso *Gemüt*, nos quais, como veremos na próxima seção, aquelas representações encontram seu *Grund* ou “origem primeira”.

⁹⁶⁶ Cf. Caimi, M. “Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion”. Op. cit. Oberhausen, M. *Das neue Apriori: Kants Lehre von einer ‚ursprünglichen Erwerbung‘ apriorischer Vorstellungen*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1997.

⁹⁶⁷ Kant equipara por inúmeras vezes as categorias a regras da “síntese de intuições possíveis, que não podem ser dadas *a priori*” (A 719/B 747), da “síntese da intuição empírica” (A 722/B 750; A 723/B 751), ou ainda, da “síntese de sensações possíveis, na medida em que elas pertencem à unidade da apercepção (em uma experiência possível)” (A 723/B 751), confundindo-se com o próprio entendimento como a faculdade de produzir a “unidade do diverso na intuição sob regras” como, pois, “faculdade de regras” (A 132/B 171). Voltaremos a isto abaixo.

Nessa perspectiva, as categorias e as representações de espaço e tempo são, para utilizar os termos da carta a Herz, o resultado de uma “atividade interna” ou, segundo a *Dissertatio*, “abstraídas” ou “extraídas” das “leis ínsitas das faculdades de conhecimento” implicadas nestes *Gründe* e, assim, *originalmente adquiridas*. Os fundamentos do *Gemüt* como base da unidade sintética em conceitos e da forma das coisas no espaço e no tempo seriam, pelo contrário, *inatos*, algo pressuposto, dado; dito de outra forma, seriam o *Grund* da própria “atividade interna” ou “leis ínsitas das faculdades de conhecimento”.

O jargão jurídico utilizado por Kant nessas passagens nos permite juntar, de forma ainda imprecisa, as pontas que havíamos deixado desatadas. A prova ou “constatação” da produção das categorias pelo entendimento seria o correspondente à dedução metafísica, por meio da qual se explica como ocorre a aquisição originária do título de posse dos conceitos a partir de uma ação do entendimento enquanto *Grund* inato ou *Ursprung*⁹⁶⁸. *Que* temos estes conceitos é um *Faktum*, resultado de uma “atividade interna” ou atividade originária do entendimento *dada* ou *pressuposta* através da qual chegamos a eles – assim como na razão prática, o *Faktum* seria tanto a atividade como o resultado dessa atividade. A dedução metafísica como *quaestio facti* teria como objetivo, pois, retrair o título de posse até sua origem e “enumerar” os elementos implícito no *facto*⁹⁶⁹, ou seja, contar a *Geschichts-Erzählung a partir da qual* se coloca o problema da dedução transcendental como *quid iuris* do fato constatado, ou

⁹⁶⁸ „Die Begriffe, die 1770 als bloße Ergebnisse eines nicht näher erläuterten realen Verstandesgebrauchs vorgestellt wurde, erscheinen 1781 als die reinen Verstandesbegriffe, deren Ursprung a priori in der ‚metaphysischen Deduktion‘ bewiesen wurde. Letzte ist nichts Anderes, als der Beweis dafür, dass die dem Verstand eigene Tätigkeit (das Urteilen) aus sich selbst heraus Begriffe a priori hervorbringt“. Caimi, M. „Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion“. Op. cit. p. 53. Michael Oberhausen liga a ideia de aquisição originária à dedução: "Rückt der Begriff der *acquisitio originaria* durch eine unmittelbare Verbindung mit dem ebenfalls juristischen Begriff der Deduktion das zentrale Problem des Objektbezugs ursprünglich erworbener Vorstellungen ins Blickfeld: So wie es im juristischen Fall einer Erwerbung um das Besitzrecht an einer Sache geht, die *quaestio facti* der Art der Erwerbung also mit einer *quaestio iuris* nach dem Rechtsanspruch auf die erworbene Sache verbunden ist, so ist auch im erkenntnistheoretischen Fall der Erwerbung einer Vorstellung die Frage nach der Gültigkeit dieser Vorstellung zu stellen". Oberhausen, M. *Das neue Apriori*. Op. cit. p. 128. Contudo, Oberhausen não se detém nos detalhes dessa relação nem em um sentido sistemático nem genético, o que, a nosso ver, é uma lacuna em seu livro, de resto muito inventivo e informativo: ora, como interpretar a doutrina da aquisição originária das representações intelectuais como o “novo a priori” sem uma análise mais aprofundada das relações “privatrechtliche” implícitas no conceito de aquisição? A respeito disto Caimi também se cala. O único que busca fazê-lo é Seeberg, U. No entanto, Seeberg interpreta a ideia de aquisição originária das categorias na *KrV* à luz da argumentação kantiana avançada na *Doutrina do Direito*. Já discutimos na Introdução a esse trabalho que a distância temporal e conceitual entre as duas obras impede qualquer interpretação bem sucedida da *KrV* à luz de conceitos extraídos da *Doutrina do Direito*.

⁹⁶⁹ „Indagationes variorum facti sunt QUAESTIONES FACTI“. Baumgarten, A. *Initia philosophiae practicae*. Op. cit. § 128. “Bei der Erforschung der Tatmomente geht es um die *quaestio facti*“. Trad. Hruschka, J. „Die species facti“. Op. cit. p. 207.

seja, da legitimidade do uso desses conceitos como constituição de possibilidade da experiência.

9.2.2. Qual *Faktum* há na *KrV*?

De modo a determinar mais precisamente qual seria o dado ou pressuposto e os *facta* de que partem as deduções da *KrV* cumpre retornar à passagem do *Streitsschrift gegen Eberhard* onde Kant elucida as representações puras de entendimento e sensibilidade como originalmente adquiridas. Os fundamentos inatos do conhecimento são identificados àquelas “zwei Grundquellen des Gemüts” que Kant menciona logo no início da *Lógica Transcendental*, “deren die erste ist, die Vorstellungen zu empfangen (...), die zweite das Vermögen, durch diese Vorstellungen einen Gegenstand zu erkennen” (A 51/B 75), a saber, respectivamente *receptividade* e *espontaneidade*:

Der Grund der Möglichkeit der sinnlichen Anschauung ist (...) die bloße eigenthümliche *Receptivität* des Gemüths, wenn es von etwas (in der Empfindung) afficirt wird, seiner subjectiven Beschaffenheit gemäß eine Vorstellung zu bekommen. Dieser erste formale Grund z.B. der Möglichkeit einer Raumesanschauung ist allein *angeboren*, nicht die Raumvorstellung selbst. Denn es bedarf immer Eindrücke, um das Erkenntnißvermögen zuerst zu der Vorstellung eines Objects (die jederzeit eine eigene Handlung ist) zu bestimmen. So entspringt die formale Anschauung, die man *Raum* nennt, als *ursprünglich erworbene Vorstellung* (der Form äußerer Gegenstände überhaupt), deren Grund gleichwohl (als bloße Receptivität) angeboren ist, und deren Erwerbung lange vor dem bestimmten *Begriffe von Dingen*, die dieser Form gemäß sind, vorhergeht; die Erwerbung der letzteren ist *acquisitio derivativa*, indem sie schon *allgemeine transscendentale Verstandesbegriffe* voraussetzt, die eben so wohl nicht angeboren, sondern erworben sind, deren *acquisitio* aber wie jene des Raumes, eben so wohl *originaria* ist und nichts Angebornes, als die subjectiven Bedingungen der *Spontaneität* des Denkens (*Gemäßheit mit der Einheit der Apperception*) voraussetzt. Über diese Bedeutung des Grundes der Möglichkeit einer reinen sinnlichen Anschauung kann niemand zweifelhaft sein als der, welcher die Kritik etwa mit Hülfe eines Wörterbuchs durchstreift, aber nicht durchdacht hat (ÜE AA 08: 222-3. Grifos nossos).

Espontaneidade e receptividade. Estes são os fundamentos inatos do conhecimento dos quais são originariamente adquiridas respectivamente as intuições puras (formais) de espaço e tempo e os conceitos puros do entendimento e da razão, por meio “jederzeit eine eigene Handlung”, e derivativamente adquiridos os demais conceitos de coisas que “são conformes” a estes últimos. Juntos, os fundamentos inatos definem aquela marca característica do conhecimento humano: a sua *discursividade*. No capítulo sobre a Disciplina já vimos que essa era a marca que definia a peculiaridade das provas transcendentais. Agora cumpre elucidá-la como aquele dado ou pressuposto do qual parte a dedução para, a partir dele, definir as categorias como *facta*.

Na carta a Herz onde a questão tratada na dedução dos conceitos puros do entendimento é primeiramente formulada, Kant define a posição do problema para a dedução como decorrente de um dado ineludível e inexplicável: a *especificidade do conhecimento humano entendido como a espontaneidade e receptividade de nossas faculdades de conhecimento*⁹⁷⁰.

Enthält die Vorstellung nur die Art, wie das *subiect von dem Gegenstande afficirt wird*, so ist leicht einzusehen, wie er diesem als eine Wirkung seiner Ursache gemäß sey und wie diese Bestimmung unsres Gemüths etwas vorstellen d.i. einen Gegenstand haben könne (...) wenn das, was in uns Vorstellung heißt, in Ansehung des *object activ* wäre, d.i. wenn dadurch selbst der Gegenstand hervorgebracht würde, wie man sich die Göttliche Erkenntnisse als die Urbilder der Sachen vorstellt, so würde auch die *Conformitaet* derselben mit den *objecten* verstanden werden können. Es ist also die Möglichkeit so wohl des *intellectus archetypi*, auf dessen Anschauung die Sachen selbst sich gründen, als des *intellectus ectypi*, der die *data* seiner logischen Behandlung aus der sinnlichen Anschauung der Sachen schöpft, zum wenigsten verständlich. *Allein unser Verstand ist durch seine Vorstellungen weder die Ursache des Gegenstandes, (außer in der Moral von den guten Zwecken) noch der Gegenstand die Ursache der Verstandesvorstellungen (in sensu reali)*. Die reine Verstandesbegriffe müssen also nicht von den Empfindungen der Sinne *abstrahirt* seyn, noch die Empfänglichkeit der Vorstellungen durch Sinne ausdrücken, sondern in der Natur der Seele zwar ihre Quellen haben, aber doch weder in so ferne sie vom *Object* gewirkt werden, noch das *object* selbst hervorbringen (AA 10: 130. Grifos nossos).

Sob a pressuposição de que *ou* o sujeito é inteiramente passivo, isto é, de que a representação contém “apenas o modo como o sujeito é afetado pelo objeto”, *ou* que o sujeito é inteiramente ativo, isto é, de que “objeto é produzido pela própria representação”, então seria possível compreender sem dificuldade como há a correspondência entre representação e objeto empírico. Porém, “nosso entendimento não é, por suas representações, causa do objeto (...), nem o objeto é causa das representações do entendimento (*in sensu reali*)” (AA 10: 130), ou seja, não somos nem inteiramente passivos nem inteiramente ativos, não possuímos nem apenas sensibilidade nem apenas entendimento, mas *ambos*. É apenas sob a dupla e aparentemente paradoxal pressuposição de uma concomitante *passividade e atividade* das nossas faculdades de conhecimento é que a referência das representações intelectuais a objetos (discursividade) se torna problemática e um fato a ser levado em conta e “deduzido”⁹⁷¹.

⁹⁷⁰ Cf. V-Met Pölitiz AA 28: 606. Aqui Kant define receptividade e espontaneidade como os dois lados das nossas faculdades de conhecimento.

⁹⁷¹ W. Busch identifica no mesmo ano da carta a Herz, 1772, a primeira formulação de um conceito crítico de liberdade, que consistiria em tomar o homem como um ser natural e racional, ou seja, como um agente que produz efeitos no mundo sensível cuja causa, contudo, não pode ser atribuída a estímulos que provêm deste mesmo mundo sensível. Em suma, trata-se, grosso modo, da questão liberdade como espontaneidade e oposta ao determinismo natural de que trata a terceira antinomia da *KrV* e da solução kantiana a partir da noção de “caráter inteligível”. Busch, W. *Die Entstehung der kritischen Rechtsphilosophie*. Op. cit. pp. 70ss. Com efeito, é digno de nota que no mesmo ano em que Kant teria formulado o problema da liberdade humana à luz de tal clivagem, a “constatação” da oposição entre receptividade e espontaneidade para a *produção do conhecimento objetivo* tenha igualmente se imposto.

Na passagem Kant admite ainda que a especificidade do intelecto humano pode ser definida como a de um *intellectus ectypi*, que extrai os *data* do conhecimento não de si próprio, de alguma capacidade espontânea que produziria os próprios objetos conhecidos, mas sim de alhures, a saber, da sensibilidade. Justamente neste ponto o intelecto humano se oporia ao *intellectus archetypi*, o intelecto divino, que produziria por si só seu objeto na intuição. Por que assim o seja, isto é, por que temos este determinado intelecto, isto é algo que, dada a *concomitante passividade e atividade* das nossas faculdades de conhecimento e portanto a discursividade de nosso entendimento, não é possível compreender. Essa ideia, enunciada em 1772, é mantida por Kant na *KrV*.

Para Kant, a *peculiaridade* <*Eigentümlichkeit*> do entendimento humano, a saber, ser apenas e tão-somente capaz de sintetizar um diverso dado alhures com vistas à constituição de um objeto, pode ser mais bem compreendida comparando-o com a representação (logicamente) possível de um entendimento divino, que constituiria seu objeto de forma imediata e autosubsistente. Como Kant escreve no § 21 da dedução B, intitulado “observação”, as categorias só têm sentido como instrumentos cognitivos para um entendimento discursivo, ou seja, para aquele que não constitui por si só seu objeto, mas que precisa receber os *data* de alhures, da sensibilidade.

Na prova acima [da primeira parte da dedução B⁹⁷²], *eu só não pude fazer abstração de uma coisa*, a saber, que o diverso tem de ser *dado* para a intuição antes da síntese do entendimento e independentemente dela; como isso acontece, porém, permanece aqui indeterminado. Se eu quisesse pensar um *entendimento que intuisse por si mesmo* (como, digamos, um entendimento divino que não se representasse objetos dados, mas tivesse os próprios objetos dados ou produzidos através da sua representação), então as categorias não teriam *absolutamente nenhum significado* em relação a tais conhecimentos. Elas são apenas regras para um entendimento cuja faculdade consiste inteiramente no *pensar*, i.e. na ação de trazer à unidade da aprecepção a síntese do diverso, que lhe foi dado de outra parte na intuição (*KrV* B 145. Grifos nossos).

Com efeito, a oposição entre o entendimento *discursivo* humano e o entendimento *intuitivo* divino é suscitada com o objetivo de marcar a diferença específica das faculdades humanas de conhecimento. Trata-se do “pressuposto transcendental” a que está submetido todo e qualquer intelecto cujas faculdades de conhecimento são receptivas e espontâneas, isto é, que opera com fontes *separadas* de conhecimento (sensibilidade e entendimento), como é o caso do homem. A este nada resta senão conformar-se às limitações advindas da clivagem entre sensibilidade e entendimento e

⁹⁷² Sobre as duas partes ou duas etapas do argumento da dedução B, cf. abaixo 9.4.2.

da atividades sintética decorrentes desta. Essa especificidade do conhecimento foi a única coisa que Kant diz não ter sido possível *abstrair*.

No sinuoso parágrafo 77 da *Crítica da Faculdade de Julgar*, Kant se demora nas distinções entre o entendimento humano e o entendimento divino. A oposição entre um *intellectus archetypus* e um *intellectus ectypus* se assemelha à distinção, realizada na Estética Transcendental da *KrV*, entre um *intuitus originarius* e um *intuitus derivativus*⁹⁷³. Segundo Kant, ao passo que o entendimento discursivo humano, o *intellectus ectypus*, carece de um particular dado (o diverso da intuição) de modo a determiná-lo segundo conceitos universais e assim conhecê-lo, um entendimento intuitivo divino, o *intellectus archetypus*, segundo a representação que dele pode ser feita *por contraste*, ou seja, *negativamente*, apenas de forma analógica⁹⁷⁴ ou indireta⁹⁷⁵, seria um entendimento que partiria do universal, isto é, de um todo dado de forma imediata, até o particular, um singular que seria imediatamente conhecido como uma determinada limitação do todo (KU AA 05: 405-406). Sem entrarmos nos detalhes da questão - o que apenas nos atrapalharia neste momento -, notemos apenas como a representação desse intelecto intuitivo serve, de acordo com Kant, para “marcar” *<anmerken>* a peculiaridade do entendimento humano e, assim, a “contingência de sua constituição” *<Zufälligkeit der Beschaffenheit (...) unseres Verstandes>* (KU AA 05: 406). Essa *peculiaridade* do entendimento humano, como o próprio Kant ressalta na passagem da *KrV* citada acima, é “a *única coisa que não pôde ser abstraída*” na dedução. Sobre o motivo, a razão, o porquê de apenas pelas categorias produzir-se a unidade da apercepção, não é possível fornecer um fundamento *<Grund>* além daquele dado pelas funções de julgar.

⁹⁷³ “Também não é necessário que limitemos o modo de intuir no espaço e no tempo à sensibilidade do ser humano; pode ser que todo ser pensante finito tivesse necessariamente de coincidir nisso com o ser humano (por mais que não possamos decidi-lo), mas ela não cessa de ser sensibilidade, em virtude dessa validade universal, justamente porque não é uma intuição originária (*intuitus originarius*), mas derivada (*intuitus derivativus*), e portanto não é uma intuição intelectual – a qual parece pertencer, justamente pelas razões aduzidas, a um ser originário *<Urwesen>*, mas jamais a um ser dependente *<abhängigen Wesen>* tanto segundo sua existência como segundo sua intuição (que determina a sua existência em relação a objetos dados)”. (B 72).

⁹⁷⁴ „Das göttliche Erkenntnißvermögen ist nicht discursiv, so fern es dem intuitiven entgegengesetzt ist. Der göttliche Verstand muß den Grund aller Dinge enthalten, und ist der Urgrund der Möglichkeit der Gegenstände, in so fern können wir ihn nennen intellectus archetypus. Gott erkennt die Dinge wie sie sind, Menschen aber nur, wie sie erscheinen. Unsere Erkenntniß von Gott ist nicht so, wie er sich selbst erkennt, nicht durch conceptus archetypos sondern ectypos, d.h. nach der Analogie. Wir können nicht einmal ein einziges Ding in der Welt so erkennen, wie er es erkennt“. V-Met Pölitz AA 28: 607.

⁹⁷⁵ „Unsere Anschauung aber dieser göttlichen Ideen (denn eine Anschauung *a priori* mußten wir doch haben, wenn wir uns das Vermögen synthetischer Sätze *a priori* in der reinen Mathematik begreiflich machen wollten) sei uns nur indirect, als der Nachbilder (*ectypa*), gleichsam der Schattenbilder aller Dinge, die wir *a priori* synthetisch erkennen“. VAVT AA 08: 391.

Von der Eigenthümlichkeit unsers Verstandes aber, nur vermittelt der Kategorien und nur gerade durch diese Art und Zahl derselben Einheit der Apperception a priori zu Stande zu bringen, *läßt sich eben so wenig ferner ein Grund angeben, als warum wir gerade diese und keine andere Functionen zu Urtheilen haben, oder warum Zeit und Raum die einzigen Formen unserer möglichen Anschauung sind* (B 145-6. Grifos nossos).

Assim como não é possível dar um *weiterer Grund* sobre por quê espaço e tempo são as únicas formas de nossa intuição, tampouco há um *weiterer Grund* sobre o por quê das categorias para além de sua “Zusammentreffung” com as formas lógicas de julgar enquanto formas do *pensar discursivo*⁹⁷⁶. Chegar a esses dados últimos, aos *angeborene* (e “ohne weiteres”) *Gründe* do conhecimento discursivo possível, é o que basta para que se coloque o problema da legitimidade da posse das categorias como representações originalmente adquiridas, isto é, como condições de possibilidade da experiência possível e, pois, do conhecimento sintético a priori de objetos empíricos. Segundo Kant, ir além da constatação deste *Tatbestand* “*não é algo necessário*”. Assim como na impossibilidade de explicar a absoluta necessidade da liberdade, sendo possível apenas a constatação de que temos a consciência de sermos livres (Cf. p.ex. GMS AA 04: 457), também aqui falta a explicação (“wie”) e basta a constatação (“dass”) que temos estes e apenas estes fundamentos inatos do conhecimento. Kant exprime essa mesma ideia numa carta a Herz de 1789:

Wie aber eine solche sinnliche Anschauung (als Raum und Zeit) Form unserer Sinnlichkeit oder solche Functionen des Verstandes, als deren die Logik aus ihm entwickelt, selbst möglich sey, oder wie es zugehe, daß eine Form mit der Andern zu einem möglichen Erkenntnis zusammenstimme, das ist uns schlechterdings unmöglich weiter zu erklären, weil wir sonst noch eine andere Anschauungsart, als die uns eigen ist und einen anderen Verstand, mit dem wir unseren Verstand vergleichen könnten und deren jeder die Dinge an sich selbst bestimmt darstellte, haben müßten: wir können aber allen Verstand nur durch unseren Verstand und so auch alle Anschauung nur durch die unsrige beurtheilen. Aber diese Frage zu beantworten ist auch gar nicht nöthig (Brief an M. Herz vom 26.5.1789 AA 11: 51. Grifos meus)⁹⁷⁷.

⁹⁷⁶ Nas Reflexionen im Handexemplar der Kritik der reinen Vernunft Kant escreve que “die Unbegreiflichkeit der Categorien kommt daher, weil die synthetische Einheit der Apperception nicht eingesehen werden kann” (AA 23: 27).

⁹⁷⁷ Cf. também os Prolegomena: „Wie aber diese eigenthümliche Eigenschaft unsrer Sinnlichkeit selbst, oder die unseres Verstandes und der ihm und allem Denken zum Grunde liegenden nothwendigen Apperception möglich sei, läßt sich nicht weiter auflösen und beantworten, weil wir ihrer zu aller Beantwortung und zu allem Denken der Gegenstände immer wieder nöthig haben“ (Prol AA 04: 318). Criticando a ânsia heideggeriana de identificar alguma “raiz comum” do conhecimento humano, que abriria a possibilidade para a própria autocompreensão da finitude do homem, Henrich argumenta que tal exigência de uma “explicação” da “finitude” na imaginação ou algum *weiterer Grund* não encontra eco no próprio Kant – ora, bastaria a *constatação* de que nossas faculdades de conhecimentos são assim. O problema da raiz comum corresponde à temática do racionalismo tradicional concernente à *vis repraesentativa universi* na qual unificam-se todos os poderes e capacidades do ânimo. De acordo com Henrich, para Kant isso não se tratava de um problema propriamente dito, ou melhor, tratava-se de um problema sem solução possível. Cf. Henrich, D. “On the unity of subjectivity”. In: *The Unity of Reason. Essays on Kant's Philosophy*. Velkley, R (Org). Cambridge & London: Harvard University Press, 1994. pp. 20ss.

Com efeito, assim como não há a necessidade de explicar a possibilidade da liberdade ou seu *Grund* (“wie”) em seres finitos e imperfeitos para que, a despeito disso, fundemos legitimamente um *Rechtsgrund* a partir da consciência de que (“dass”) somos livres⁹⁷⁸, também à luz da discursividade (espontaneidade e receptividade) do conhecimento humano basta *constatar* a derivação das categorias como regras de síntese de um diverso dado alhures a partir das funções de julgar como funções do pensamento discursivo (A 70/B 95). Ora, tal constatação, como já vimos, é tarefa da dedução *metafísica*⁹⁷⁹. Este é, pois, o *Faktum* ou a *res facti* da qual deve partir a dedução transcendental para avaliar se os conceitos daí resultantes são “legítimos”, ou seja, se dessa necessidade subjetiva (“dass”) decorre uma necessidade objetiva.

9.3. Círculo ou dialética do *Faktum* – Uma inconsistência do transcendental ou nova marca jurídica na base da *KrV*?

A interpretação *jurídica* da dedução à luz da posição necessária de um *res facti* a partir do qual se coloca a *quaestio iuris* tem uma serventia adicional que não deve ser desprezada. Ora, sabe-se como a recepção imediata pós-kantiana do criticismo denunciou a “irracionalidade do transcendental” ou do *Faktum* da *KrV*. Maïmon, por exemplo, interpreta a *quid iuris* como uma exigência de explicação e não de validação – ele procura a razão, a *ratio* ou *Grund* do transcendental, o “direito do direito mesmo”, sobre o qual Kant teria se silenciado⁹⁸⁰. Para Reinhold, por sua vez, o “Fundament der

⁹⁷⁸ „Der Rechtsanspruch aber selbst der gemeinen Menschenvernunft auf Freiheit des Willens gründet sich auf das Bewußtsein und die zugestandene Voraussetzung der Unabhängigkeit der Vernunft von bloß subjectiv bestimmenden Ursachen, die insgesamt das ausmachen, was bloß zur Empfindung, mithin unter die allgemeine Benennung der Sinnlichkeit gehört“ (GMS AA 04: 457).

⁹⁷⁹ M. Frank chega a uma conclusão semelhante, porém limitativa do *Faktum* da *KrV* à luz do problema jurídico. Ele reconhece apenas a “unidade da aprecepção” como *Faktum*; contudo, como vimos, trata-se aqui apenas de um lado da questão. “Im 18. Jahrhundert, wieder (aber diesmal in einem modifizierten Sinne) nach Christian Wolff, erfolgten juristische Deduktionen gewöhnlich unter Verweis auf eine Tatsache, ein Faktum oder ein Datum - so wurde, z.B. der Nachweis der Rechtmäßigkeit eines Besitzes oder einer Erbschaft 'deduziert' unter Rückgriff auf die Tatsache einer Kaufurkunde oder eines letzten Willens (eines Testaments). Bei Kant tritt an die Stelle eines solchen empirischen Faktum (in der Deduktion des kategorischen Imperativs) 'das Faktum der Vernunft' und in der theoretischen Philosophie die Tatsache der Apperzeption. (Die Apperzeption ist ein Faktum, denn sie wird durch den 'empirischen Satz: Ich denke' ausgedrückt: KrV B 422ff)”. Frank, M. *Unendliche Annäherung*. Op. cit. p. 159.

⁹⁸⁰ “Comprenant le *quid iuris* comme demande d'*explication* par une raison suffisante, et non comme exigence de *validation*, Maïmon exige en quelque sorte le droit du droit lui-même, c'est-à-dire la *raison* et du fait de la possibilité de l'expérience et du fait qu'est le transcendental” Grandjean, A. *Critique et réflexion*. Op. cit. p. 179. Neste sentido, podemos entender que Maïmon expressou pela primeira vez a insatisfação do sistema idealista pós-kantiano em relação à „moderação“ do modo kantiano de prova. O sistema idealista pós-kantiano, ao radicalizar a ideia de um *Rechtsgrund* da certeza filosófica na autoconsciência, acaba por retomar as exigências principistas do modelo lógico-matemático de

Kritik der r.V”, a saber, a “Möglichkeit der Erfahrung und von der Natur und Wirklichkeit synthetischer Urtheile a priori”, “ist weder allgemein (...) noch auch fest genug”⁹⁸¹. Neste contexto preciso, a filosofia pós-kantiana de Schulze a Hegel e as recepções fenomenológicas mais recentes como a de Heidegger podem ser caracterizadas como uma grande tentativa de fugir do ou ao menos tematizar o ceticismo do qual, segundo esses autores, o criticismo não pôde escapar ao recusar a pergunta sobre o *Grund des Grundes*: a filosofia crítica, ao refletir sobre seus fundamentos e negar-se a fundamentar seu fundamento, atingiria um “dogmatismo” que reacende a objeção cética⁹⁸². No fundamento do transcendental haveria aquele “irracional” assumido e não *explicado*, seja as formas lógicas do juízo (Hegel⁹⁸³), a

demonstração em lugar da reivindicação jurídica mais moderada de mera legitimação de pretensões ligada à concepção de dedução jurídica. Segundo Bubner, o “fracasso” do idealismo pós-kantiano deu lugar à *linguagem* como princípio sistemático supremo e aqui retornou a noção de “argumentos transcendentais” e reforcou o papel da praxis jurídica nas questões disputadas de demonstração <*strittige Beweisfragen*>. Cf. Bübner, R. “Selbstbezüglichkeit als Struktur transzendentaler Argumente”. Op. cit. p. 309.

⁹⁸¹ Reinhold, K. L. *Ueber das Fundament des philosophischen Wissens*. Jena, 1791. pp. 129-130. Cf. também: “A experiência é, portanto, a verdadeira e última razão <*Grund*>, o fundamento <*Fundament*>, sobre o qual está construído o magnífico edifício doutrinário da *Crítica da razão pura*. A representação das percepções em uma conexão legal e necessariamente determinada, admitida como um *factum* <*Faktum*>, do qual Kant pôde bem pressupor que ele seria concedido a ele, é a base <*Basis*> do sistema kantiano”. Reinhold, K. L. *Über das Verhältnis der Theorie des Vorstellungsvermögens zur Kritik der reinen Vernunft*. In: *Beiträge zur Berichtigung bisheriger Missverständnisse der Philosophen – erster Band*. Hamburg: Meiner, 2003, p. 193. (Trad. Gaspar, F. P. A distância do olhar – Síntese e Liberdade nadoutrina da ciência de Fichte. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015. p. 58). Notemos que J. S. Beck interpreta o *Faktum* da KrV como o “Factum des Bewusstseins” que não precisa de uma “prova” <*Beweis*>, isto é, o *Faktum* de que nossas representações subjetivas têm referência a um objeto: “Dass wir aber Vorstellungen haben, die wir auf Objecte beziehen, und die von Empfindungen, als ledigleich subjectiven Vorstellungen, verschieden sind: das ist ein Factum des Bewusstseyns, das keines Beweises bedarf”. Beck, J. S. *Eläuternden Auszug aus den kritischen Schriften*. Bd 1. Op. cit. (não numerado).

⁹⁸² Cf. Grandjean, A. *Critique et réflexion*. Op. cit. p. 25. Bondeli, M. *Apperzeption und Erfahrung*. Op. cit. Bondeli reconstrói de forma mais rigorosa e menos enviesada que Grandjean toda a polêmica dos críticos de primeira hora de Kant, especialmente Schulze, Maïmon, Reinhold e Fichte, a respeito da suposta circularidade da filosofia transcendental, mais especificamente em torno do “princípio” da crítica da razão e sobre o princípio da prova, segundo eles conduzida na dedução transcendental, dos conhecimentos sintéticos a priori a partir da pressuposição da efetividade da experiência possível.

⁹⁸³ “In der sonst gewöhnlichen Abhandlung der Logik kommen mancherlei *Eintheilungen* und *Arten* von Begriffen vor. Es fällt sogleich die Inkonsequenz daran in die Augen, daß die Arten so eingeführt werden: *Es giebt* der Quantität, Qualität u. s. f. nach folgende Begriffe. *Es giebt*, drückt keine andere Berechtigung aus, als die, daß man solche Arten *vorfindet* und sie sich nach der *Erfahrung* zeigen. Man erhält auf diese Weise eine *empirische Logik*, – eine sonderbare Wissenschaft, eine *irrationelle Erkenntniß* des *Rationellen* (...). Die kantische Philosophie begeht hierin eine weitere Inkonsequenz, sie *entlehnt* für die *transcendentale Logik* die Kategorien als sogenannte *Stammbegriffe* aus der subjektiven Logik, in welcher sie empirisch aufgenommen werden. Da sie Letzteres zugiebt, so ist nicht abzusehen, warum die *transcendentale Logik* sich zum Entlehnen aus solcher Wissenschaft entschließt, und nicht gleich selbst empirisch zugreift“. Hegel, G. W. F. *Wissenschaft der Logik; Bd. 2 Die subjektive Logik* (1816). In: *Gesammelte Werke*. Hrsg. von Friedrich Hogemann. Hamburg: Meiner, 1981. pp. 42-43. “Die vielheit der Kategorien aber auf irgendeine Weise wieder als einen Fund, zum Beyspiel aus den Urtheilen, aufnehmen, und sich dieselben so gefallen lassen, ist in der That als eine Schmach der Wissenschaft anzusehen; wo sollte noch der Verstand eine Nothwendigketi aufzuzeigen

apercepção como autoatividade e autoposição livre (Fichte⁹⁸⁴) ou a “raiz comum de sensibilidade e entendimento” (Heidegger⁹⁸⁵).

Ora, para responder a estas objeções à coerência de princípio do criticismo não é preciso postular alguma espécie de “faticidade reflexionante do transcendental”, que, além de não encontrar apoio conceitual e terminológico algum em Kant ou na filosofia da época, acaba repondo e até radicalizando as aporias do kantismo sob uma indesejável chave metafísica de um “habitar no mundo” de raízes neoheideggerianas⁹⁸⁶; pelo contrário, basta compreender a *Crítica* segundo sua constituição *jurídica*, fazendo justiça, assim, às metáforas e às influências metodológicas mais caras a Kant. Contra os autores (como Hegel e talvez Heidegger) que acusavam o irracionalismo do *Tatsache* posto no base do sistema, poder-se-ia objetar que não se trata de um *factum brutum*, mas de um *factum* imputado. Já contra aqueles (como Reinhold, Maïmon e Fichte) que procuravam um princípio supremo *evidente* para toda filosofia transcendental, poder-se-ia objetar que a dedução kantiana não é lógico-matemática e, portanto, o *Faktum* assumido não deve servir como axioma ou proposição autoevidente, mas sim como *res facti* da *quid iuris*, como a “condição genética”, num sentido “transcendental” e pois não empírico, da legitimidade de todo conhecimento objetivo. Em todos os casos bastaria responder, sob a perspectiva jurídica da *KrV*, que no fundamento do questionamento transcendental reside a constatação de um *Grund*, para o qual não faz

vermögen, wenn er diß an ihm selbst, der reinen Nothwendigkeit, nicht vermag“. Hegel, G. W. F. *Phänomenologia des Geistes*. Hamburg: Meiner, 1980. p. 135. Cf. Reich, K. *Die Vollständigkeit der Kantischen Urteilstafel*. Op. cit.

⁹⁸⁴ P.ex. “Nur durch dieses Medium des SittenGesetzes erblicke ich *mich*, und erblicke ich mich dadurch, so erblicke ich mich nothwendig, als selbstthätig; (...). Die intellectuelle Anschauung ist der einzige feste Standpunkt für alle Philosophie. Von ihm aus lässt sich alles, was im Bewusstseyn vorkommt, erklären; aber auch nur von ihm aus. Ohne SelbstBewusstseyn ist überhaupt kein Bewusstseyn; das SelbstBewusstseyn ist aber nur möglich auf die angezeigte Weise: ich bin nur thätig“. Fichte, J. G. *Zweite Einleitung in die Wissenschaftslehre*. In: *Fichtes Werke*, hrsg. von I. H. Fichte, Berlin: de Gruyter 1971, Bd. I, p. 466; 219.

⁹⁸⁵ P.ex: “[D]ie transzendente Einbildungskraft ist nicht nur ein äußeres Band, das zwei Enden zusammenknüpft. Sie ist ursprünglich einigend, d.h. sie als eigenes Vermögen bildet die Einheit der beiden anderen, die selbst zu ihr einen wesenhaften strukturalen Bezug haben“. Heidegger, M. *Kant und das Problem der Metaphysik*. Frankfurt. Vittorio Klostermann. 1991. p. 137. Essa raiz comum seria marca da „finitude“ fundamental do homem, ie, do “metaphysische Urfaktum”, que “darin bestehet, daß das Endlichste in seiner Endlichkeit zwar bekannt, aber gleichwohl nicht begriffen ist”. Idem. p. 233.

⁹⁸⁶ Referimo-nos explicitamente a Grandjean, cujo *Fragestellung* (como, de resto, o de virtualmente quase toda pesquisa sobre Kant em língua francesa) é explícita e implicitamente a interpretação de Heidegger sobre Kant. Talvez não por acaso, Grandjean se cala completamente sobre a moldagem e as metáforas jurídicas da *Crítica*, pelas quais o *Grund* da *Crítica* se deixa explicar mais facilmente, preferindo as metáforas da “moradia” da “voz divina”, etc., como imagens do “caráter sistemático da finitude” (Grandjean, A. *Critique et réflexion*. Op. cit. p. 273). Estas são pequenas, porém significativas amostras de que a interpretação de Grandjean, de resto inventiva, se explica pela perversa influência de Heidegger na *Kant-Forschung* francesa.

sentido buscar um outro *Grund*⁹⁸⁷, mas, em conformidade à modéstia dos juristas, apenas resta assumi-lo e a partir dele colocar os problemas que valem a pena e podem ser respondidos.

Podemos formular o que expomos acima de outra forma e, com isso, responder a uma outra possível objeção ao procedimento kantiano de prova derivada ou ao menos relacionada à anterior. Em vez de alguma espécie de dialética da finitude do homem ou um *petitio principii*, a inexplicabilidade do que seja os *facta* teórico e prático do criticismo repousa num problema histórica e *juridicamente* bem definido, a saber, o da *circularidade da constituição do caso jurídico*⁹⁸⁸.

Tal círculo se caracteriza basicamente pelo seguinte: de forma a definir *como* determinado evento particular constitui-se como uma ação que pode ser qualificada como juridicamente relevante ou, como vimos acima, um *Faktum*, é preciso, antes, considerar a lei que define, justamente, *que* determinado evento empírico *é* uma ação juridicamente relevante ou um *Faktum*. Ora, um ato se define como ato no momento em que é subsumido sob uma lei, ele deixa de ser uma ação (um evento físico) para tornar-se um ato (um evento também prático-moral, jurídico) quando subsumido sob uma lei; contudo, para determinar qual lei aplicar no caso em questão, é preciso que o ato já esteja constituído como um ato, isto é, como uma ação subsumida sob uma lei. Para analisarmos em maior detalhe como tal círculo é constituído em Kant, cumpre primeiramente citar uma *Reflexion* em que Kant sintetiza o problema da determinação circular de um *Faktum* e a decisão sobre sua legitimidade como um procedimento judicial realizado por um juiz:

Der Richter soll 1. als inqvirent analytisch verfahren, um [zuerst] aus allen *momentis in facto* eine Idee vom *Facto* zu bekommen. Da aber vieles in demselben in Ansehung des strittigen Rechts gleichgültig seyn kann, wenigstens iuridisch, so muß er alle *varia Facti* mit dem *iure (cuiusvis partis) controverso* vergleichen, um die *momenta Facti* aus denselben zu wählen. Also muß er doch das *ius praetensum* vorher erwägen, um *a priori* zu bestimmen, was dazu erforderlich ist (...). Dieses muß vorher allgemein beym Richter ausgemacht seyn, und die parten müssen entweder darüber an die Gesetzgebungscommission appelliren oder nun sich einlassen, nach allen diesen *momentis in iure* die *momenta in facto* beyzubringen.

2. als Richter muß er synthetisch verfahren: nach der *iustitia distributiva* diejenige *praestanda*⁹⁸⁹ anzeigen, die ein jeder der Streitenden nach dem Rechte des andern [hatten] leisten oder davor satisfaction leisten muß (Rx 3357. AA 16: 797)⁹⁹⁰.

⁹⁸⁷ Cf. acima 9.2.2.

⁹⁸⁸ Hruschka, J. “Die species facti”. Op. cit. Aichele, A. “Enthymematik und Wahrscheinlichkeit”. Op. cit.

⁹⁸⁹ Na MdS Kant define *praestatio* como uma classe de objeto exterior ao meu arbítrio: “die Willkür eines anderen zu einer bestimmten That (praestatio)” (MdS AA 06: 247), isto é, como a “Leistung” de um arbítrio alheio que me é devida como uma posse determinada (MdS AA 06: 248), pertencente, pois, ao direito pessoal. “Der Besitz der Willkür eines Anderen, als Vermögen sie durch die meine nach Freiheitsgesetzen zu einer gewissen That zu bestimmen”. MdS AA 06: 271.

Como bem mostrou H. Kiefner, nestas e em outras Reflexões, como a 454⁹⁹¹, curiosamente nenhuma delas pertencentes às *Reflexionen* de filosofia prática ou direito natural, mas sim respectivamente às de lógica e antropologia, Kant mostra um conhecimento digno de nota da “Eigenart zivilistischen Denkens”. Segundo Kiefner, este consistiria basicamente em duas etapas: primeiro, o juiz deve proceder analiticamente como *Inquirent* para a *Feststellung* do *Sachverhalt* (*quaestio facti*); segundo, ele deve proceder sinteticamente para tomar uma decisão e fundamentar seu veredito (*quaestio iuris*). Vejamos com maior detalhe esse procedimento.

A *quaestio facti* não é estabelecida imediatamente a partir do “Kenntnis der Fülle der von den Parteien vorgetragenen Tatsachen”⁹⁹². É necessário antes que a) o juiz considere o *jus praetensum* e para tanto avaliar se os elementos apresentados pelas partes configuram-se como um caso que esteja “unter Gesetzen”, isto é, avaliar se “die konkrete Rechtsfolge, die mit dem Klagebegehren geltend machen wird, abstrakt im Gesetz (...) vorgesehen ist”⁹⁹³. Definido assim o *jus praetensum*, b) o juiz parte então para os pressupostos pelos quais a lei aplica-se ao caso em questão. Estes pressupostos seriam os *momenta in iure*, que consistuem o fato juridicamente relevante ao qual o processo deve ater-se. Sob esse fato juridicamente relevante subsumem-se todos os elementos concretos que compõem, em conjunto, os *momenta in facto*⁹⁹⁴. Portanto, para cada *momentum in facto* corresponde um *momentum in iure*. “Gelingt diese Subsumtion, dann steht dem Kläger (Widerkläger) das konkrete *ius praetensum* zu; fehlt es an einem *momentum in facto*, ist die Klage (Widerklage) abzuweisen”⁹⁹⁵. Ao serem comparados com os *momenta in iure*, os *momenta in facto* que compõem a *quaestio facti* recebem seu caráter *essencial*, isto é, deixam de ser juridicamente

⁹⁹⁰ Kiefner estipula como *terminus a quo* 1781 e como *terminus ad quem* 1783-5 em virtude de menções de Kant a mudanças no novo código processual da Prússia realizadas somente em 1781. Kiefner, H. „Ius Praetensum“. Op. cit. Cf. também Marcos, M. H. *La Crítica de la razón pura como proceso civil*. Op. cit. pp. 435ss.

⁹⁹¹ „(...) Es geht hier [bei der Frage nach den Wundern – D.K.T] so wie mit einer Rechts Sache vor Gericht. Die erste Frage ist: ob es überhaupt eine Rechtssache sey, d.i. unter Gesetzen stehe und wie fern. 2. Das Factum durch einstimmung der Zeugen. 3. Die Zusammenstimmung des Richters mit sich selbst in Ansehung der praeiudicata und postjudicanda [...]“. Rx 454 AA 15: 186-188 (1785-1787).

⁹⁹² Kiefner, H. „Ius Praetensum“. Op. cit. pp. 300-1.

⁹⁹³ Idem. p. 302.

⁹⁹⁴ “Diese Voraussetzungen sind die ‘momenta in iure’, die zusammen den gesetzlichen Tatbestand bilden, an dessen Vorliegen die Rechtsfolgeanordnung geknüpft ist. Unter den Tatbestand ist dann der konkrete Sachverhalt zu subsumieren, der sich auf den ‘momenta in facto’ zusammensetzt”. Idem. p. 302.

⁹⁹⁵ Idem. p. 303. O *momentum in iure* tem „den (rechts)logischen Vorrang vor dem *momentum in facto*“. O juiz tem função limitada: cabe às partes apresentar os „notwendige Tatsachen“ e ao juiz, eventualmente, „Belehrung (...) über die *momenta in iure* und den richterlichen Hinweis auf lückenhaft Tatsachenvortrag“. Idem. pp. 305-6.

indiferentes justamente ao coincidirem com os *momenta in iure*. Estes, por sua vez, constituem em seu conjunto, e de acordo com a *iustitia distributiva*, a “systematische Einheit des rechtlichen Tatbestands”⁹⁹⁶. A determinação dos *momenta in facto* a partir dos *momenta in iure* se mostra, pois, como o “Schritt der richterlichen Vermittlung zwischen Empirie und Recht auf der untersten Stufe”, ou ainda, o “Anwendungsmoment” como *casus datae legis*. Este implica, assim, dois momentos a) definição da regra ou lei e b) determinação (a priori) do caso sob a regra. “Insoweit ist der rechtliche Verstand in Bewegung, die Vermittlung zwischen Empirie und Rechtsregel durch Tatbestands- und Sachverhaltsbildung vorbereitend”⁹⁹⁷. No momento sintético da aplicação ou mediação entre empiria (elementos empíricos que compõe o caso) e direito (elementos jurídicos que configuram o caso como um caso jurídico determinado), e, assim, da decisão do juiz “segundo a justiça distributiva”, “sieht Kant de Übergang zwischen positivem und Naturrecht”⁹⁹⁸.

Como se vê, assim como ocorre nas deduções jurídicas expostas por Pütter, a sentença do juiz (*quid iuris*) pressupõe que a definição do fato esteja já estabelecida (*quid facti*). Contudo, justamente na determinação do ponto de partida do caso jurídico, a saber, na determinação da *quaestio facti* ou da “Idee vom Facto”, insinua-se um círculo. A determinação da *quaestio facti* como questão sobre um evento juridicamente relevante, isto é, como *factum*, pressupõe a *quaestio iuris*, a qual, porém, só é formulada no momento em que o *facto* se constitui como *facto*. Kiefner não menciona a circularidade envolvida nesta “Vermittlung zwischen Empirie und Rechtsregel durch Tatbestands- und Sachverhaltsbildung” realizada pela *casus datae legis* implicada na decisão judicial. Quem o faz no interior de uma interpretação de Kant é J. Hruschka. Vejamos a formulação aguda desse círculo com auxílio de uma passagem da *Metafísica dos Costumes Vigilantius*, na qual Kant reproduz com termos diversos porém análogos a mesma ideia exposta na Reflexão citada acima:

Es beruht also die quaestio facti auf der indagatione momentorum in facto. Diese würde auch, sowie ein error et ignorantia in Ansehung derselben, essentialis seyn, und essentialia betreffen, indem essentialia facti und momenta in facto einerley sind, und das Gegentheil oder die extraessentialia alles dasjenige betreffen, was die quaestionem in facto selbst nicht angeht, und dabey nicht als momentum angesehen werden kann.

⁹⁹⁶ Idem. p. 313.

⁹⁹⁷ Idem. p. 314.

⁹⁹⁸ Idem. p. 317. Outras passagens: „Letzten Endes erweist sich damit dann auch die Idealisierung des Faktischen in Gestalt des Sachverhalts als systematisierende Tätigkeit des Richters“; [im vermittelnden Richterspruch] sieht Kant den Übergang zwischen positivem und Naturrecht im vermittelnden Richterspruch sieht“. Idem. p. 317.

Hieraus entspringt nun die *species facti*, oder die *enumeratio omnium momentorum in facto*, sowie in *delictis* das *corpus delicti* oder 1) die Gewißheit der Existenz eines *delicti* und 2) die äußeren Zeichen, die es darthun, daß ein *delictum* geschehen sey. Jedoch ist der Begriff der *species facti* weiter als der Begriff des *corpus delicti*.

Bey Ausmittlung der *circumstantiarum in facto* ist es, um die *momenta in facto* zu finden, schon nöthig, auf das Gesetz Rücksicht zu nehmen, da, wenngleich hier das Gesetz noch nicht imputirt wird, es doch zur völligeren Bestimmung des *facti* selbst beyträgt (V-MS/Vigi AA 27: 563)⁹⁹⁹.

Como esclarece Hruschka, Kant defende à semelhança de Baumgarten¹⁰⁰⁰ que a *quaestio facti* somente pode ser respondida pela *species facti*, entendida não no sentido de “espécie” (*genus*), mas sim como a “imagem” (*imago*) do ato, ou seja, como a descrição ou apresentação de um ato, dito mais precisamente, dos elementos ou *momenta*¹⁰⁰¹ essenciais que definem um ato *como um ato*¹⁰⁰². Na *species facti* trata-se, segundo Kant, de um sinônimo do próprio *factum*¹⁰⁰³: ora, sem que antes se determine quais são os momentos essenciais que definem o ato como efetivamente um ato (ie, o que caracteriza essencialmente determinada ação física, empírica como um ato prático-moral, jurídico), não é possível determinar se tal ato ocorreu, permanecendo, assim, indefinida a *quaestio facti*¹⁰⁰⁴. A *species facti*, assim, é a própria descrição do ato e, com isso, do caso jurídico¹⁰⁰⁵. Contudo, a pergunta que se faz é: como sabemos quais são os *momenta in facto*, quais são os momentos essenciais do ato?, ou, como determinar os

⁹⁹⁹ Cf. também V-PP/Powalski AA 27: 156; V-Mo/Collins AA 27: 288-9.

¹⁰⁰⁰ Baumgarten, A. G. *Initiae philosophiae practicae*. Op. cit. § 128.

¹⁰⁰¹ Sobre o uso de *momenta* cabe uma observação aparentemente colateral, mas que se revela apoio à nossa interpretação. No comentário à Rx. 40 (AA 14: 122-8), Adickes escreve que Kant emprega *Moment* em sete sentidos distintos, grande parte deles no âmbito da ciência natural (como, p.ex., *Moment der Acceleration* – MAN AA 04: 551ss). Os que nos interessam, contudo, são aqueles pertencentes à jurisprudência, mais precisamente os que podem ser transpostos à designação do *Faktum* como *momenta in facto*. Além dos *momenta in facto* acima descritos, Kant menciona na RL os “Momente (attendenda) da aquisição originária” de um objeto externo do arbítrio, a saber, a apreensão do objeto, a declaração da posse e, por fim, a aprovação do ato “eines äußerlich allgemein gesetzgebenden Willens (in der Idee)” (MdS AA 06: 258-9) – trata-se, pois, dos *momenta in facto* da ação (física) de tomada de posse originária que a definem essencialmente como um ato (prático-moral, jurídico) de tomada de posse. Podemos transpor esse esquema conceitual à Analítica Transcendental, onde Kant fala de uma “vollständigen Tafel der Momente des Denkens” (A 71/B 96) e de uma “transzendentalen Tafel aller Momente des Denkens in den Urteilen” (A 73/B 98), justamente na determinação da tarefa da dedução metafísica dos conceitos puros do entendimento como “originalmente adquiridos”, a saber, a constatação da “Ursprung der Kategorien a priori überhaupt durch ihre völlige Zusammentreffung mit den allgemeinen logischen Funktionen des Denkens” (B 159). A *quaestio facti* da legitimidade do uso das categorias como conceitos originalmente adquiridos é a sua origem como funções de ligação de um múltiplo e os *momenta facti* são as funções lógicas do juízo expostas como uma tábua das “funções do pensamento” (A 70/B 95). Veremos isso abaixo.

¹⁰⁰² Idem. § 128. Hruschka, J. “Die species facti”. Op. cit. pp. 204-207. Hruschka remete a Darjes o primeiro emprego do conceito *species facti*.

¹⁰⁰³ “Facta schlechthin nennt man auch die species facti”. V-PP Powalski AA 27: 156.

¹⁰⁰⁴ Hruschka, J. “Die species facti”. Op. cit. p. 208.

¹⁰⁰⁵ “Species facti” meint die Besprechung dieser Tatsachen. Die species facti ist die sprachliche Darstellung der Tat und der maßgeblichen Tatumstände, sie ist die Beschreibung des Rechtsfalles“. Idem. p. 209.

momenta que compõem a “Idee vom *Facto*”? Segundo a Reflexão 3357, a *quaestio facti* é essencial apenas quando se refere aos *momenta facti*, aos quais, por sua vez, devem corresponder os *momenta iuris*; já segundo a passagem de Vigilantius, antes de determinar os *momenta in facto* é preciso “auf das Gesetz Rücksicht zu nehmen, wenngleich hier das Gesetz noch nicht imputiert wird”. Em outras palavras, a essencialidade do ato, o que o faz deixar de ser “ação” para ser “ato”, de ser algo meramente físico para ser também algo *jurídico*, é sua subsunção sob a lei, a qual, para ser determinada (qual lei específica aplicar ao caso? *casus datae legis*) requer que o ato já esteja constituído como ato. Ora, se o que está em questão é a determinação do caso no qual a lei é aplicada (fato), como pressupor que a lei a ser aplicada precise ser definida *antes* de determinar o caso através da aplicação da lei?¹⁰⁰⁶. Colocado em termos de um silogismo de imputação *modus ponens*, como o próprio Kant faz¹⁰⁰⁷, para a premissa maior (lei) é essencial o que se refere ao caso concreto da premissa menor (fato), e para o caso concreto da premissa menor (fato) é essencial o que se refere à premissa maior (lei)¹⁰⁰⁸. O círculo, pois, se impõe.

É possível dizer que um círculo semelhante está presente na determinação do *Faktum* da *KrV* e da prova kantiana na dedução. Segundo os *Prolegomena* e a *Disciplina*, é preciso pressupor a experiência para que o mecanismo transcendental de prova tenha sucesso, o qual, por sua vez, deveria justamente provar aquela como inicialmente possível (Prol AA 04: 274; A 737/B 765); segundo a própria dedução na *KrV*, é preciso pressupor espontaneidade e receptividade como condições objetivas do conhecimento para que estas sejam justificadas como condições objetivas do conhecimento. O *Faktum* (objeto da experiência possível, atividades das faculdades de conhecimento) pressupõe, para ser determinado, as leis que ele mesmo deve, paradoxalmente, determinar enquanto leis aplicadas ao caso. Escapar ao círculo não é

¹⁰⁰⁶ “Das Gesetz ist schon bei der enumeratio momentorum in facti, d.i., bei der species facti und damit vor aller applicatio legis ad factum zu berücksichtigen“. Idem. p. 213.

¹⁰⁰⁷ “Factum ist eine Handlung die unter einem Gesetz, eigentlich unter einem moralischen Gesetz steht. Imputatio moralis ist subsumtion eines facti unter ein moralisches Gesetz. Gesetz ist maior Propositio, factum ist minor propositio, d.i. subsumtio quod certum factum sit casus datae legis. Conclusio ist die Handlung, muß auch das factum legis tragen. Imputatio ist application des Gesetzes aufs factum”. Mo/Mron II AA 29: 641. Cf. também V-MS/Vigi AA 27: 562.

¹⁰⁰⁸ Idem. Quem desenvolve de forma mais completa o paradoxo da circularidade do caso jurídico em Kant e em Baumgarten segundo termos silogísticos é Aichele, A. „Metaphysisches oder logisches Systemprinzip“. Op. cit.

simples¹⁰⁰⁹. O próprio Kant alude no início da *Analítica dos Princípios*, na introdução sobre “a faculdade transcendental de julgar em geral”, explicitamente à circularidade da determinação do caso sob leis pressuposta pela ideia de *casus datae legis*: “Se o entendimento em geral é definido como a faculdade das regras, a faculdade de julgar é, então, a faculdade de *subsumir* sob regras, i.e. de distinguir se algo está sob uma dada regra (*casus datae legis*) ou não” (A 132/B 171). Kant afirma que exigir uma prescrição de uma regra para determinar a aplicação da regra redundaria em um *regressus ad infinitum*; resta, pois, assumir tal faticidade da aplicação da regra e apelar a um talento natural que não pode ser ensinado, apenas exercitado. O exemplo que Kant utiliza para ilustrar a circularidade na determinação ilustrativo: um juiz pode conhecer com perfeição todas as leis e ao mesmo tempo faltar-lhe por completo o talento em aplicar tais leis aos casos concretos e, assim, acrescentemos, determinar um *factum*.

Agora, se ela [a lógica geral – D.K.T.] pretendesse mostrar em termos gerais como se deve subsumir sob tais regras, i.e. distinguir se algo está sob elas ou não, isso não poderia, por seu turno, ocorrer de outro modo senão por meio de uma regra. Justamente por ser uma regra, contudo, esta última exige novamente uma instrução da faculdade de julgar; e assim se mostra que, embora o entendimento possa ser ensinado e abastecido por meio de regras, a faculdade de julgar é um talento especial que certamente não pode ser ensinado, mas tem de ser exercitado. Este é, por isso, também o que há de específico na chamada inteligência inata, cuja falta não pode ser suprida por escola alguma; pois, ainda que esta possa encher um entendimento limitado de regras, emprestadas ao discernimento de outrem, e como que enxertá-las nele, a faculdade de servir-se corretamente delas tem de pertencer ao próprio aluno, e nenhuma regra que se lhe prescrevesse com esse objetivo estaria garantida, na falta de tal dom natural, contra um mau uso. Um médico, pois, ou um juiz, ou um estudioso da política, podem ter regras de patologia, regras jurídicas ou políticas na cabeça, até o grau em que possam tornar-se professores rigorosos no assunto; mas podem facilmente perder-se na aplicação das mesmas, seja porque lhes falta algo na faculdade natural de julgar (mesmo não lhes faltando no entendimento), sendo-lhes até possível compreender o universal *in abstracto*, mas não distinguir se um caso se subsume sob ele *in concreto* (A 133-4/B 172-3).

A *Unbegreiflichkeit* do talento natural na aplicação da lei ao caso equivale, na ordem conceitual, à *Unbegreiflichkeit* da dupla relação empírica-normativa na determinação mesma do *Faktum*¹⁰¹⁰. Não seria sem interesse prosseguir na análise e tentar procurar algum fundamento adicional ou ulterior para a circularidade da determinação do caso

¹⁰⁰⁹ Hruschka aproxima o círculo ao círculo hermenêutico, não ao vicioso. Hruschka, J. “Die species facti”. Op. cit. Aichele vê no círculo da imputação um reflexo do problema do singular na lógica da Hochauflärung. Aichele, A. “Enthymematik und Wahrscheinlichkeit”.

¹⁰¹⁰ Essa aparente contradição entre exigir um conhecimento empírico para determinação do normativo é aludida na *Metaphysik der Sitten* Vigilantius: „Eine juris peritia scheint eine contradiction zu seyn, da der Begriff des Rechts allein aus der Vernunft erkannt werden kann, sich aber nicht erfahren läßt. Sie kann sich daher auch nicht auf Kenntniß der Gesetze einschränken, muß sie vielmehr voraussetzen: außerdem aber ist für einen praktischen Juristen erforderlich, mit der Rechtstheorie eine Kenntniß von der Anwendung der Gesetze zu verbinden: diese beruht auf der Geschicklichkeit, den casum datae legis und inwiefern der casus unter dem Gesetz begriffen sey, zu unterscheiden. Diese wird nur durch häufige Anwendung der Theorie auf die so unendliche Verschiedenheit der Fälle erlangt, und dies ist ein empirisches Experiment“. V-MS/Vigilantius AA 27: 534.

sob a lei e, pois, do *Faktum* da *KrV*; contudo, assim como o procedimento jurídico assumido por Kant se limita apenas a constatar certos fatos e não a explicar-lhes o último fundamento, podemos nos contentar com o mesmo aqui.

9.4. Dedução metafísica e transcendental das categorias

Como vimos até aqui, o procedimento dedutivo dos conceitos puros do entendimento consiste basicamente em dois momentos. Partindo-se da especificidade das faculdades de conhecimento discursivo do homem e dos dois *Gründe* que o definem (espontaneidade e receptividade), a dedução metafísica das categorias deve inicialmente elucidar a *quid facti* da aquisição originária das categorias, ou seja, sua enumeração completa e segundo uma ordenação sistemática. Kant realiza essa “descoberta de todos os conceitos puros do entendimento” (A 66/B 91) ao referir a faculdade transcendental dos conceitos à faculdade lógica de ajuizar entendida como “função do pensamento” *<Funktion des Denkens>* (A 70/B 95). Na sequência, na dedução transcendental, que decide o *quid iuris* do título de posse de tais conceitos como funções do pensamento, é necessário provar que tais conceitos não são “vazios” e sem “significado” (A 90/B 123), ou seja, possuem referência necessária a objetos e, pois, têm validade e realidade objetivas. Voltemo-nos agora ao argumento de cada um desses momentos da Analítica dos Conceitos, renunciando, entretanto, como já alertado no início do capítulo, a uma análise mais detida e rigorosa de cada passo do argumento avançado por Kant.

9.4.1. Dedução metafísica dos conceitos puros do entendimento

Para a formulação e resolução da *quid facti* da dedução Kant assume como “dado”, pressuposto ou *Grund* a clivagem dos dois fundamentos inatos do conhecimento, a saber, a divisão dos *Stämme der menschlichen Erkenntnis* em sensibilidade ou receptividade e entendimento ou espontaneidade¹⁰¹¹. A sensibilidade é

¹⁰¹¹ „Auf welche Art und durch welche Mittel sich auch immer eine Erkenntniß auf Gegenstände beziehen mag, so ist doch diejenige, wodurch sie sich auf dieselbe unmittelbar bezieht, und worauf alles Denken als Mittel abzweckt, die Anschauung. Diese findet aber nur statt, sofern uns der Gegenstand gegeben wird; dieses aber ist wiederum uns Menschen wenigstens nur dadurch möglich, daß er das Gemüth auf gewisse Weise afficire. Die Fähigkeit (Receptivität), Vorstellungen durch die Art, wie wir von Gegenständen afficirt werden, zu bekommen, heißt Sinnlichkeit. Vermittelst der Sinnlichkeit also werden uns Gegenstände gegeben, und sie allein liefert uns Anschauungen; durch den Verstand aber werden sie gedacht, und von ihm entspringen Begriffe. Alles Denken aber muß sich, es sei geradezu (*directe*), oder

a receptividade de receber <empfangen> representações que nos afetam, ao passo que o entendimento é a espontaneidade de produzir ou “pensar o objeto da intuição sensível” (A 51/ B 75). Na produção do conhecimento objetivo “keine dieser Eigenschaften ist der anderen vorzuziehen. Ohne Sinnlichkeit würde uns kein Gegenstand gegeben, und ohne Verstand keiner gedacht werden. Gedanken ohne Inhalt sind leer, Anschauungen ohne Begriffe sind blind” (idem). Essas duas faculdades de conhecimento e a relação entre elas definem assim a especificidade do conhecimento discursivo humano¹⁰¹². Desta divisão de tarefas das faculdades de conhecimento na produção do conhecimento surge a divisão da Doutrina Transcendental dos Elementos em Estética (sensibilidade) e Lógica (espontaneidade) transcendentais¹⁰¹³. Como nos indica a própria denominação desse momento da *KrV*, Doutrina Transcendental dos *Elementos*, trata-se aqui da exposição, análise e exame do elemento “espontâneo” e do elemento “receptivo” das nossas faculdades de conhecimento. Dessa maneira, assim como a Estética Transcendental mostrou e “deduziu” (Prol AA 04: 285; Cf. KrV B 120-1) o tempo e espaço como as únicas formas puras da intuição, isto é, como o único meio legítimo pelo qual objetos podem ser-nos dados na sensibilidade (receptividade), cumpre agora à Analítica Transcendental e mais precisamente à Analítica dos Conceitos mostrar de que maneira os objetos podem ser pensados por meio das ações (função, síntese, ligação) do entendimento, ou seja, como o diverso da intuição deve ser trazido a uma unidade sob conceitos (espontaneidade, *actus* da apercepção). Posto em outros termos, a Doutrina Transcendental dos Elementos deve expor de que maneira se organizam e se apresentam os elementos pertencentes aos dois *Grundquellen des Gemüts* (A 50/B 74).

Com efeito, a Analítica Transcendental, momento da Lógica Transcendental que lida com as condições negativas da verdade (A 60/B 84), se caracteriza als „Zergliederung unseres gesamten Erkenntnisses a priori in die Elemente der *reinen* Verstandeserkenntnis“ (A 64/B 89). Daqui decorre que os conceitos a serem deduzidos na analítica *transcendental* dos conceitos devem ser definidos como 1) puros, não empíricos; 2) pertencentes ao pensamento e ao entendimento, não à intuição; 3)

im Umschweife (*indirecte*), mittelst gewisser Merkmale, zuletzt auf Anschauungen, mithin bei uns auf Sinnlichkeit beziehen, weil uns auf andere Weise kein Gegenstand gegeben werden kann“ A 19/B 33.

¹⁰¹² „Was (...) den Menschen betrifft, so besteht ein jedes Erkenntniß desselben aus Begriff und Anschauung. Jedes von diesen beyden ist zwar Vorstellung, aber noch nicht Erkenntniß. Etwas sich durch Begriffe, d.i. im Allgemeinen vorstellen, heißt denken, und das Vermögen zu denken, der Verstand. Die unmittelbare Vorstellung des Einzelnen ist die Anschauung. Das Erkenntniß durch Begriffe heißt discursiv, das in der Anschauung intuitiv“. FM AA 20: 325.

¹⁰¹³ „Daher unterscheiden wir die Wissenschaft der Regeln der Sinnlichkeit überhaupt, d.i. Ästhetik, von der Wissenschaft der Verstandesregeln überhaupt, d.i. der Logik“. A 52/ B76.

elementares, não derivados; 4) e, por fim, como completamente enumerados, de modo que eles compõem „das ganze Feld des reinen Verstand gänzlich", fornecendo, assim, uma "Idee des Ganzen" (A 64/ B 89). Com cada ponto Kant marca a especificidade das categorias 1) como conceitos do entendimento *puro*, e não empírico; como 2) pertencentes ao entendimento e não à sensibilidade, isto é, como elementos da faculdade da *espontaneidade*; 3) como conceitos *originalmente adquiridos*, e não inatos ou derivados; 4) e, finalmente, como os componentes *elementares* da faculdade espontânea de conceitos, a partir dos quais um sistema do conhecimento especulativo a priori pode ser erigido. Nesse contexto, a dedução metafísica tem como objetivo retrair e constatar a *origem* das categorias nas e como *ações ou atividades originárias do entendimento* entendido como faculdade de pensar, ou seja, como a faculdade da espontaneidade. Para tanto, cumpre na dedução metafísica averiguar quais são as ações fundamentais do entendimento em seu uso lógico e, mais importante, em seu uso (para utilizar os termos da *Dissertatio* (MSI AA 02: 393) e, como veremos, da Dialética Transcendental relativamente ao uso da razão que dá origem às ideias transcendentais (A 305/ B 362)) *real*¹⁰¹⁴, por meio do qual o entendimento é, ele mesmo, *fonte* de representações ou conceitos enquanto, pois, *facta*.

Na 1ª seção do capítulo sobre o “fio condutor” da descoberta de todos os conceitos puros do entendimento, “Sobre o uso lógico do entendimento em geral”, Kant inicia a primeira tarefa ou momento da dedução metafísica das categorias, a saber, a determinação das *ações fundamentais do entendimento em seu uso lógico*¹⁰¹⁵. Nela Kant define o entendimento de forma não apenas negativa, isto é, como uma “faculdade de conhecimento não-sensível”, ou seja, não como “faculdade da intuição” (A 68-9/B 92), mas, digamos, “positiva”, a saber, como uma faculdade de conhecimento por *conceitos*. Trata-se, pois, da definição do entendimento humano como entendimento *discursivo*.

¹⁰¹⁴ Sobre isso e, de modo geral, sobre a dedução metafísica como a exposição das *Urhandlungen* do entendimento, cf. Caimi, M. "Einige Bemerkungen über die Metaphysische Deduktion". Op. cit. Como veremos abaixo (9.5.2), Kant insinua haver um “conceito mais geral” de entendimento que engloba seu uso lógico e seu uso real, a saber, o entendimento como “Vermögen der Einheit der Erscheinungen vermittelt der Regel” (A 302/B 359). Poderíamos dizer, pois, que o entendimento como a capacidade de produzir unidade nos fenômenos a partir de regras seria o conceito já “acabado” do entendimento, englobando seus usos lógico e real, definido para proveito da analogia com os usos lógico e real da razão. Esse conceito “mais geral” de razão e entendimento será importante para nós apenas na discussão sobre a dedução metafísica e transcendental.

¹⁰¹⁵ Ao dividir o argumento da dedução metafísica em basicamente 2 etapas ou tarefas, a saber, a constatação das ações fundamentais do uso lógico e do uso real do entendimento, nos distanciamos de, p.ex, Horstmann, R. P. “Die metaphysische Deduktion in Kants ‘Kritik der reinen Vernunft’”. In: Tuschling, B. (Hg). *Probleme der 'Kritik der reinen Vernunft'. Kant-Tagung Marburg 1981*. Op. cit, e nos aproximamos de Caimi, M. “Einige Bemerkungen”. Op. cit.

“Es giebt aber außer der Anschauung keine andere Art zu erkennen, als durch Begriffe. Also ist die Erkenntniß eines jeden, wenigstens des menschlichen Verstandes eine Erkenntniß durch Begriffe, nicht intuitiv, sondern discursiv“ (A 69/ B 92-3). Kant prossegue na definição precisa deste “dado” do qual parte a aquisição originária das categorias e, pois, o *Faktum* de cuja *quid iuris* se trata na dedução transcendental. Ao passo que as intuições, ou seja, a receptividade, repousam em afecções, isto é, os objetos “afetam” o sujeito que, assim, os “recebe” como representações singulares, os conceitos repousam em *funções*. Estas seriam “die Einheit der Handlung, verschiedene Vorstellungen unter einer gemeinschaftlichen zu ordnen“ (A 69/B 93). Essa representação geral, comum ou universal é justamente o *conceito*¹⁰¹⁶. Disso decorre que o ato de ordenar representações sob representações mais gerais, próprio à função, é uma marca da espontaneidade: “Begriffe gründen sich also auf der Spontaneität des Denkens, wie sinnliche Anschauung auf der Receptivität der Eindrücke” (A 68/B 93).

Definida positivamente a especificidade (lógica) da faculdade espontânea de conhecimento como a *unidade da ação* de unir dadas representações sob representações mais gerais, ou seja, como uma faculdade de *conceitos*, Kant continua a exposição do

¹⁰¹⁶ Infelizmente não poderemos aqui nos prolongar na distinção entre conceito como representação universal (*representatio discursiva* ou *representatio per notas communes*) e intuição como representação singular (*representatio singularis*). Cf. Codato, L. “Lógica Formal e Transcendental: Kant e a questão das relações entre intuição e conceito no juízo”. In: *Analytica*. Vol. 10. n. 2. 2006. Prien, B. *Kants Logik der Begriffe: die Begriffslehre der formalen und transzendentalen Logik Kants*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 2006. pp. 51-2. O pensamento (discursivo) é justamente definido como o conhecimento por conceitos, isto é, *cognitio discursiva* – Cf. Log AA 09: 91 “Alle Erkenntnisse, das heißt: alle mit Bewußtsein auf ein Object bezogene Vorstellungen sind entweder Anschauungen oder Begriffe. Die Anschauung ist eine einzelne Vorstellung (*repraesentatio singularis*), der Begriff eine allgemeine (*repraesentatio per notas communes*) oder reflectirte Vorstellung (*repraesentatio discursiva*). Die Erkenntniß durch Begriffe heißt das Denken (*cognitio discursiva*)“. Cf. também A 320/B 376-7. Ao passo que a intuição nos fornece um objeto singular, apresenta ao sujeito uma coisa singular dada no espaço e no tempo, o conceito representa de modo “universal” seu objeto, ou seja, pensa-o através da representação de algo geral, válido para muitos, referindo-se indiretamente, a saber, através de notas características, ao objeto intuído no espaço e tempo. Na Estética Transcendental Kant precisa a peculiaridade do conceito, opondo-o aqui ao espaço como forma pura da intuição (A 25/ B 39-40). O conceito, em oposição à representação pura do espaço como uma das formas puras da sensibilidade, é definido a partir de uma relação dupla e de proporção inversa: como representação ou nota característica, ele está contido *em* uma multiplicidade de objetos, os quais, em virtude disso, estão contidos *sob* o conceito, agora considerado como uma representação universal. De resto, a cláusula restritiva imposta por Kant, a saber, que não se pode pensar um conceito como contendo em si um número infinito de representações, ressalta o seu caráter universal de representação válida para muitas coisas: para além das formas puras da intuição, apenas um objeto completamente determinado, ou seja, uma coisa singular que contivesse em si o todo da realidade, poderia ter em si e não sob si um número infinito de representações - tratar-se aqui do “ideal transcendental” (A 571-3/B 599-601) que, em oposição à forma pura da intuição, diz respeito à condição transcendental de possibilidade do “conteúdo” e não da “forma” das representações. De maneira irônica, o caráter do conceito como representação universal - i.e, como representação válida para muitas outras - depende dessa limitação que lhe é inerente, a saber, a de ser uma representação que em si, em seu “conteúdo”, contém um número restrito e finito de outras representações. Ou seja, mesmo na definição de conceito e intuição reproduz-se a clivagem radical entre receptividade e espontaneidade.

uso lógico do entendimento atribuindo ao entendimento um único papel (da perspectiva de seu uso lógico) em relação aos seus conceitos, a saber, o de *judgar*. Ora, por fundar-se na afecção, a intuição se refere imediatamente a um objeto; o conceito, por fundar-se numa função, refere-se apenas mediatamente a um objeto, a saber, através de uma outra representação geral. "Das Urteil ist also die mittelbare Erkenntnis eines Gegenstandes, mithin die Vorstellung einer Vorstellung desselben" (A 68/B 94). Dessa forma, os juízos são "funções da unidade sob nossas representações", ou seja, ações de unificação de diversas representações (singulares ou universais) sob outras mais gerais. Como podemos remeter <*zurückführen*> todas as ações de unidade do entendimento a juízos, é permitido então definir o "entendimento como uma capacidade de julgar" (A 69/B 94). Na sequência Kant retoma a definição, ainda negativa, que fizera na introdução à Lógica Transcendental do entendimento como um poder de pensar, ou seja, que não pode intuir (A 51/B 76), e elucida "positivamente" o que seria o pensamento como marca definitiva do entendimento sob uma perspectiva lógica. Ora, se entendimento é julgar e julgar é conhecer por conceitos, então "Denken ist das Erkenntnis durch Begriffe" (A 69/B 94). Dessa forma, se se descobrem todas as funções do entendimento segundo seu uso lógico, como Kant busca fazer na segunda seção do capítulo sobre o fio condutor da descoberta de todos os conceitos do entendimento (A 70-76 /B 95-102), então se descobrem todas as funções de unidade em juízos, ou seja, todas as ações fundamentais e originárias que determinam a relação *lógica* entre conceitos e, *a fortiori*, definem o pensamento como conhecimento por conceitos. Sabe-se quais são essas "funções lógicas do entendimento em juízos"¹⁰¹⁷. Trata-se da "Tafel" em que as "funções do pensamento" são apresentadas como uma "*tábua das funções (ações originárias) do entendimento*" <*Tafel der Funktionen (Urhandlungen) des Verstandes*>¹⁰¹⁸ em abstração de todo conteúdo, ou seja, *de toda relação com a sensibilidade ou receptividade*. As funções lógicas do juízo são, pois, as ações fundamentais do uso *lógico*, ainda abstrato do entendimento.

Com isso se encerra a primeira tarefa da dedução metafísica¹⁰¹⁹, aquela relativa ao uso *lógico* do entendimento. Realizar a exposição das funções do pensamento enquanto conceitos *puros* do entendimento, ou seja, em sua relação ainda indefinida

¹⁰¹⁷ A saber, 1) quantidade, 2) qualidade, 3) relação e 4) modalidade, divididas, respectivamente, em 1a) universal, 1b) particular, 1c) singular; 2a) afirmativo, 2b) negativo, 2c) infinito; 3a) categórico, 3b) hipotético; 3c) disjuntivo; e 4a) problemático, 4b) assertórico, 4c) apodítico. A 70/B 95.

¹⁰¹⁸ Cf. Caimi, M. „Einige Bemerkungen“. Op. cit. p. 267.

¹⁰¹⁹ Idem. Ib.

com um diverso qualquer, é tarefa da 3ª seção do capítulo, aquela não sobre o uso lógico do entendimento, como ocorreu até aqui, mas sobre o uso *real* do entendimento. Neste momento da dedução metafísica, após definidas as ações fundamentais do entendimento em seu uso lógico, resta cumprir a segunda tarefa fundamental, a saber, determinar as *ações fundamentais do entendimento em seu uso real*¹⁰²⁰, das quais surgem as categorias como conceitos originalmente adquiridos.

Em oposição ao uso lógico do entendimento, que se limitava a ordenar representações sob outras mais universais, o uso real do entendimento deve receber um diverso da sensibilidade “um zu den reinen Verstandesbegriffen einen Stoff zu geben”, isto é, um conteúdo, “ohne den sie (...) völlig leer sein würde” (A 77/ B 102). Para que isso ocorra, porém, uma *nova ação* do entendimento é exigida. “Die Spontaneität unseres Denkes erfordert es, dass dieses Mannigfaltiges zuerst auf gewisse Weise durchgegangen, aufgenommen, und verbunden werde, um daraus eine Erkenntnis zu machen. Diese Handlung nenne ich Synthesis” (idem). A *síntese* do entendimento é, pois, aquela *ação* que “verschiedene Vorstellungen zu einander hinzuzutun, und ihre Mannigfaltigkeit in einer Erkenntnis zu begreifen” (A 77/ B 103). A síntese do entendimento seria o correlato “transcendental” ou real daquela função lógica como ação de ordenar diferentes representações sob outras mais gerais. A função é a ação fundamental do uso *lógico* do entendimento e a síntese é uma ação fundamental do uso *real(-transcendental)* deste mesmo entendimento, por meio da qual “er uns die Erkenntnis in eigentlicher Bedeutung verschaffet” (A 78/B 103).

Neste momento da argumentação kantiana ocorre a conclusão da 2ª tarefa da dedução metafísica como investigação sobre o *quid facti* das categorias como conceitos originalmente adquiridos a partir do *Grund* do elemento espontâneo da faculdade de conhecimento humana. Com efeito, como Kant escreve no § 26 da versão B da dedução transcendental, “in der metaphysische Deduktion [wird] der Ursprung der Kategorien a priori überhaupt durch ihre völlige Zusammentreffung mit den allgemeinen logischen Funktionen des Denken dargetan” (B 159). As categorias têm sua origem ou são „originalmente adquiridas“ a partir da *mesma ação* que de um ponto de vista *lógico* dá origem a conceitos como representações universais a partir de um determinado “conjunto” de outras representações, e que de um ponto de vista *real(-transcendental)*

¹⁰²⁰ Idem. p. 264.

dá origem a conceitos puros elementares como representações que se referem a priori a uma outra espécie de “conjunto”, a saber, o diverso da sensibilidade.

Dieselbe Funktion, welche den verschiedenen Vorstellungen in einem Urtheile Einheit gibt, die gibt sich auch der bloßen Synthesis verschiedener Vorstellungen in einer Anschauung Einheit, welche, allgemein ausgedrückt, der reine Verstandesbegriff heißt (A 79/B 104).

Ora, *o mesmo entendimento*, a *mesma espontaneidade* que produz a unidade de conceitos segundo a forma de um juízo (uso lógico) produz também a unidade do diverso na intuição em geral e, assim, um “conteúdo transcendental” (A 79/B 105) para suas representações (uso real). Essas duas atividades são realizadas e *geleistet* “durch dieselben Handlungen” (A 79/B 104-5), o que garante a homologia entre juízo e categorias, função e síntese, uso lógico e uso real do entendimento. Para que saibamos qual seria essa ação unificadora “anterior” à função e à síntese devemos esperar a dedução transcendental e a exposição da *apercepção transcendental* como ato originário de produção de unidade nas representações, como veremos à frente (Cf. B 131-132). Para Kant, no entanto, basta na dedução metafísica assinalar que juízos e categorias, uso lógico e real do entendimento, baseiam-se *numa e mesma ação originária do entendimento*. Com isso surgem tantos conceitos puros do entendimento, ou seja, conceitos originariamente adquiridos a partir do *Grund* do entendimento como faculdade de pensar sob conceitos, quantas eram as funções lógicas enquanto ações originárias do uso lógico do entendimento. Trata-se, aqui, da conhecida tábua das categorias (A 80/B 106)¹⁰²¹, com a qual se cumpre a segunda e mais importante tarefa da dedução metafísica, a saber, *a determinação das categorias como as formas elementares de julgar, isto é, pensar sobre objetos*. Constata-se aqui o fato de que as categorias são a única forma de pensar objetos para um entendimento discursivo, isto é, que deve unificar um diverso dado alhures¹⁰²²; é tarefa da dedução transcendental examinar juridicamente a legitimidade desta pretensão aqui apenas enunciada e “fundamentada” em sua origem.

¹⁰²¹ A saber, 1) quantidade, 2) qualidade, 3) relação, 4) modalidade, divididas respectivamente em 1a) unidade, 1b) pluralidade, 1c) totalidade; 2a) realidade, 2b) negação, 2c) limitação; 3a) inerência e subsistência, 3b) causalidade e dependência, 3c) comunidade; 4a) possibilidade – impossibilidade; 4b) existência – não-existência; 4c) necessidade – contingência. A 80/B 106.

¹⁰²² „Der Verstand ist das Vermögen zu Urtheilen und selbst alle unsre Begriffe sind nur zum Behuf möglicher Urtheile. Urtheilen ist die Handlung des Verstandes; alle reinen Verstandesbegriffe werden also im Grunde nichts andres seyn, als Bestimmungen a priori wie wir über Gegenstände Urtheilen (...). Wenn ich mir nun ein Ding so denke, daß das Mannigfaltige der Anschauung in einem Bewustseyn des Objects gedacht wird, so heißt diese Handlung ein reiner Verstandesbegriff und diese reine Verstandsbegriffe nennt man Kategorien“. V-Met/Schön AA 28: 480.

As categorias são assim o *Faktum* de que deve partir agora a dedução transcendental. Elas são conceitos originalmente adquiridos a partir de “atividades originárias” do entendimento como faculdade (espontânea) de pensar. Elas podem caracterizar-se como um *Faktum* na medida em que são o *resultado* de uma atividade do entendimento e, ao mesmo tempo, essa *própria atividade*, a saber, a função (lógica) ou síntese (transcendental) como *Urhandlungen* ou *Acta der Spontaneität* (B 132). Como *resultado* da atividade, podemos dizer que as categorias são as representações puras do entendimento resultantes desta ação originária; como a *própria atividade*, podemos dizer que as categorias são as próprias regras da “síntese de intuições possíveis, que não podem ser dadas a priori” (A 719/B 747), da “síntese da intuição empírica” (A 722/B 750; A 723/B 751), ou ainda, da “síntese de sensações possíveis, na medida em que elas pertencem à unidade da apercepção (em uma experiência possível)” (A 723/B 751), confundindo-se com o próprio entendimento como conhecimento por conceitos. A mesma dubiedade presente na determinação precisa do *Faktum* da razão prática como atividade (“deed”) ou resultado da atividade (“product of such deed”) se encontra também aqui, na determinação do *Faktum* da razão especulativa com respeito aos conceitos puros do entendimento.

9.4.2. Dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento

Constatado que as categorias são conceitos originariamente adquiridos pelo entendimento (*quid facti*), cumpre agora avaliar a legitimidade da pretensão por elas levada, a saber, referirem-se de forma a priori a um objeto, ou seja, examinar se elas constituem a unidade de um diverso empírico dado na intuição de espaço e tempo e, por meio disso, são as condições de possibilidade da experiência (*quid iuris*). Assim formulada, a questão das categorias como conceitos do entendimento puro possibilitadores da experiência possível se coloca, decerto, como um *ius controversum* a ser examinado e provado¹⁰²³. No final do § 14, no acréscimo feito à edição B, Kant expõe como Locke e Hume trataram a possibilidade de conceitos a priori

¹⁰²³ Henrich divide o *ius controversum* (sem usar esse termo) da dedução transcendental em 2 contestações: a) não haveria princípios a priori, isto é, princípios anteriores à experiência; b) se estes existissem, não seriam porém esclarecidos a partir da autoconsciência. Henrich, D. *Identität und Objektivität*. Op. cit. p. 16. Segundo Henrich, a reconstrução do argumento da dedução transcendental como resposta de Kant às objeções segue, assim, a ordem das questões postas acima: começa com uma análise da objetividade e passa então a uma análise da identidade da autoconsciência. Tal divisão corresponde, por sua vez, à bipartição do argumento da Dedução B, à qual voltaremos adiante.

possibilitadores da experiência. Locke teria de “reine Begriffe des Verstandes in der Erfahrung [antraff]” e “sie von der Erfahrung abgeleitet”, de modo que, embora admitindo um conhecimento pelos conceitos puros, perdeu de vista os limites de sua validade, empreendendo assim „Versuche zu Erkenntnis (…), die weit über die Erfahrungsgrenze hinausgehen” (B 127); Hume, por sua vez, embora tenha reconhecido que a prova da origem a priori dos conceitos do entendimento seria necessária para a limitação do conhecimento à esfera da experiência possível, não conseguiu “erklären, wie es möglich sei, daß der Verstand Begriffe, die an sich im Verstande nicht verbunden sind, doch als im Gegenstande notwendig verbunden denken müsse, und darauf nicht verfiel, daß vielleicht der Verstand durch diese Begriffe selbst Urheber der Erfahrung (...) sein könne” (idem), rejeitando, assim, que houvesse conceitos puros a priori que possibilitassem a experiência. Ou seja, Locke abriu possibilidade à “Schwärmerei” de ampliar o conhecimento para além da experiência e Hume entregou-se inteiramente ao “Skeptizismus” de negar a possibilidade de um conhecimento a priori em geral. À luz desse *ius controversum* sobre a legitimidade das categorias como conceitos a priori (contra Locke) que primeiramente permitem a experiência possível (contra Hume) Kant, para utilizar os termos dos *Fortschritte*, contesta a posição “empirista” e toma (provisoriamente) a posição “racionalista”¹⁰²⁴, favorável às categorias, e busca “die menschliche Vernunft zwischen diese beiden Klippen [Schwärmerei und Skeptizismus] glücklich durchbringen, ihr bestimmte Grenzen anweisen, und dennoch das ganze Feld ihrer zweckmäßigen Tätigkeit für sie geöffnet erhalten könne” (B 128).

Ora, a dedução metafísica não bastaria aqui para rebater Locke e Hume e, assim, resolver a *quid iuris*? Kant crê que não. Para compreendermos isso é necessário retornar ao § 13. Em oposição aos conceitos de espaço e de tempo, cuja „dedução transcendental” esclareceu e determinou „ihre objektive Gültigkeit” (A 87/B 119-20), no caso das categorias ou mais precisamente do lado espontâneo de nossas faculdades de conhecimento “zeigt sich hier eine Schwierigkeit, die wir im Felde der Sinnlichkeit nicht antrafen, wie nämlich *subjektive Bedingungen des Denkens* sollten *objektive Gültigkeit* abgeben, d.i. Bedingungen der Möglichkeit aller Erkenntnis der Gegenstände abgeben: denn ohne Funktionen des Verstandes können allerdings Erscheinungen in der

¹⁰²⁴ „Ob sie [die Erkenntnis] aber auch allein von der Erfahrung, als dem obersten Erkenntnißgrunde, abzuleiten sey, dies ist eine *quaestio iuris*, deren bejahende Beantwortung den Empirismus der Transscendentalphilosophie, die Verneinung den Rationalismus derselben einführen würde”. FM AA 20: 275. Cf. Brandt, R. *Die Bestimmung des Menschen bei Kant*. Op. cit. p. 275.

Anschauung gegeben werden". (A 89-90/B 122). Mostrar a validade subjetiva das categorias como condições subjetivas necessária do pensamento discursivo (dedução metafísica) não basta para provar a validade e realidade objetiva das mesmas, isto é, sua referência a um objeto da experiência (dedução transcendental). De resto, trata-se aqui da mesma interrogação levantada na carta a Herz: ora, dado que somos passivos e ativos, ou seja, dado que temos um entendimento discursivo cujas atividades originárias servem não para produzir por si mesmas o objeto, mas meramente sintetizar um diverso dado alhures para assim constituírem a objetividade do conhecimento, como pode ocorrer que as condições subjetivas do pensamento (conceitos, juízos) detenham validade objetiva, isto é, referência a um objeto? Ora, *que* haja objetos de uma experiência possível e conceitos por meio dos quais os conceituamos (que haja, por exemplo, o conceito de causa e objetos na experiência que conheço como causas de outros objetos) não é prova de que eles hajam conceitos *puros* como condição de possibilidade de tais *objetos*. Mesmo admitindo uma síntese a priori do entendimento (isto é, algo subjetivamente necessário), não se prova com isso que essa síntese *precede* toda a experiência como sua *condição de possibilidade* (isto é, que seja constitutivo da objetividade)¹⁰²⁵; ora, é plenamente possível que essa atividade sintética a priori se resume a reconhecer regularidades e constituir unidades entre elementos dispersos da experiência, isto é, que tal síntese seja na realidade empiricamente condicionada, como defende o argumento de Hume que Kant tacitamente evoca no § 13 (A 90-2/ B 122-4). Em outras palavras, a simples constatação de que há conceitos a priori do entendimento não é prova de que esses conceitos “also [nicht] ganz leer, nichtig und ohne Bedeutung wäre[n]” (A 90/B 123), o que equivale a dizer que a dedução metafísica não basta para fundar a possibilidade da experiência, o *quid facti* não é suficiente para responder ao *quid iuris*.

Posto tudo isso, resta a pergunta: qual seria mais precisamente o objetivo da dedução transcendental e como Kant procura atingí-lo?¹⁰²⁶ Enquanto que a dedução metafísica constatou serem as categorias conceitos originalmente produzidos pelo entendimento que dão unidade à síntese de “diversas representações” em uma intuição (A 79/ B 104-5), a dedução transcendental têm de examinar e legitimar, pois, a pretensão de que as categorias se referem a objetos de forma a priori (A 85/B 117), ou

¹⁰²⁵ Cf. Henrich, D. *Objektivität und Identität*. Op. cit. pp. 23ss.

¹⁰²⁶ Sobre a dificuldade de definir o objetivo “inhaltlich” preciso da dedução transcendental, Cf. Caimi, M. “Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion”. Op. cit.

ainda, que elas tenham de ser “conhecidas como as condições de possibilidade da experiência” (A 94/B 126), ou ainda, que elas não sejam conceitos vazios e sem significado (A 90/B 123). Para tanto, Kant cumpre duas etapas argumentativas. Primeiro ele precisa mostrar como as categorias e a regra de síntese do entendimento nelas implicada são a *única forma* de produzir a unidade de um *diverso sensível qualquer de uma intuição em geral*, ou seja, que elas são a única forma de fundar a objetividade em um entendimento discursivo, que não produz por si só seu objeto¹⁰²⁷. Apenas cumprida essa primeira etapa argumentativa é possível passar à etapa adicional, pela qual a dedução atinge seu objetivo completo, a saber, provar que elas são a *única forma* de produzir a unidade do *diverso empírico dado pelas duas formas puras da sensibilidade no homem* (seja de espaço e tempo como formas da intuição, seja de espaço e tempo como intuições mesmas que contêm um diverso - B 160-1) e, *assim*, de constituir a priori a experiência possível como um conjunto ordenado de percepções (B 163). A essas duas etapas corresponderia a partição do argumento da dedução B em duas partes e em dois objetivos diferentes, embora complementares: a prova da validade objetiva (e não mais apenas subjetiva) das categorias do § 15 ao § 20, e a prova da realidade objetiva das categorias do § 21 ao § 27¹⁰²⁸.

Na primeira parte da dedução B Kant prova como todo diverso dado na sensibilidade somente é considerado como *um* diverso („Mannigfaltige Einer Anschauung“¹⁰²⁹ - B 144) e, assim, constitui-se como um objeto em geral na medida em que está sujeito à unidade sintética da apercepção, por meio da qual este diverso é representado como pertencente a *uma* consciência, como pertencente a *um* sujeito. O

¹⁰²⁷ Nesse sentido as categorias são a condição mesma da objetividade, isto é, são regras da síntese de um *objeto em geral*. “Sie sind Begriffe von einem Gegenstande überhaupt, dadurch dessen Anschauung in Ansehung einer der *logischen Funktionen zu Urteilen als bestimmt* angesehen wird” (B 128). As categorias determinam qual dos conceitos utilizados em um juízo (por exemplo, substância e acidente) cumpre uma determinada função (p.ex., que um corpo, dado numa intuição empírica qualquer, deve ser considerado como sujeito/substância, não acidente) (B 129). Cf. Henrich, D. *Objektivität und Identität*. Op. cit. pp. 25-34.

¹⁰²⁸ Cf. Caimi, M. “Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion”. Op. cit., Allison, H. *Kant’s Transcendental Idealism*. Op. cit., Henrich, D. „The Proof Structure of Kant’s Transcendental Deduction”. Op. cit, etc. Carl resume de forma sintética as duas etapas da dedução B: “[D]er Gedankengang, der mit § 20 endet, soll zeigen, daß die Kategorien für alles, worauf sich gegebene Anschauungen beziehen, gelten sollen (vgl. B 143), während die zweite Überlegung den Nachweis der Gültigkeit der Kategorien für alle Gegenstände der Erfahrung in Raum und Zeit erbringen soll (vgl. B 160f)“. Carl, W. „Die transzendente Deduktion in der zweiten Auflage“. In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Op. cit. pp. 189-190. Para a discussão na bibliografia secundária sobre a divisão do argumento da dedução B, Cf., entre outros, Carl, W. “Die transzendente Deduktion in der zweiten Auflage”. Op. cit. pp. 208-211.

¹⁰²⁹ Segundo Henrich, a maiúscula em „Einer“, algo não comum no alemão, sinalizaria ao fato de que na primeira etapa da dedução-B Kant coloca o acento na unidade originária do entendimento. Cf. Henrich, D. „The Proof Structure of Kant’s Transcendental Deduction“. Op. cit.

pano de fundo do argumento de Kant, como não poderia deixar de ser, é o da dualidade entre sensibilidade e entendimento, receptividade e espontaneidade. No § 15 Kant introduz o conceito de ligação <Verbindung> do diverso numa intuição qualquer como aquilo que não pode ser produto dos sentidos e, pois, como marca característica da espontaneidade do entendimento. A ligação ou *conjunctio* de um diverso em geral (ou de „mancherlei Begriffe“ – B 130) é um „Actus der Spontaneität der Vorstellungskraft“ ou um „Actus seiner [des Subjekts] Selbstätigkeit“ (B 130), por conseguinte do entendimento (B 129-130). Trata-se aqui do início da resposta à indagação deixada em aberto na dedução metafísica a respeito de um conceito “superior” daquelas ações fundamentais do entendimento que dão origem tanto ao juízo (função) como às categorias como conceitos originalmente adquiridos (síntese). Contudo, para além da ligação Kant concede a existência de um conceito ainda “mais alto” das atividades fundamentais do entendimento. Ora, o conceito de ligação implica o de unidade, na medida em que é a própria representação de uma unidade sintética do diverso (B 130-1); com efeito, todo diverso que é representado como *um* diverso traz consigo, como sua condição, o conceito de unidade. A representação dessa unidade não pode surgir, entretanto, da representação mesma da ligação, uma vez que é a própria representação da unidade (qualitativa, como “Einheit der Zusammenfassung des Mannigfaltige der Erkenntnisse” (B 114)) que torna “allererst möglich” (B 131) o conceito de *Verbindung*.

No § 16 Kant explicita qual seria o “Grund der Einheit” tanto dos conceitos num juízo (função) como do diverso numa intuição (síntese) e, assim, o *Grund* “der Möglichkeit des Verstandes” (B 131), a saber, a “*reine Apperzeption*” ou “*die ursprüngliche Apperzeption*” (B 132). A apercepção transcendental seria a garantia da aproriedade da unidade pressuposta e copresente em toda ação originária e fundamental do entendimento em seu uso lógico e transcendental. As representações intuitivas são conceitualizadas como unas, isto é, o diverso dado numa intuição em geral é representado como uno (“ein gegebenes Mannigfaltige *Einer* Anschauung” - B 144) na medida em que é unificado pela apercepção transcendental e, assim, torna-se *minha* representação (“Das: Ich denke, muß alle meine Vorstellungen begleiten können” – B 131). Com efeito, apenas ao unificar-se o diverso da intuição é que um objeto em geral pode ser-me representado. Dessa admissão irrestrita da autoconsciência como poder unificador que enseja a objetividade das representações decorre a elucidação do entendimento como “das Vermögen, a priori zu verbinden, und das Mannigfaltige

gegebenen Vorstellungen unter Einheit der Apperzeption zu bringen, welcher Grundsatz der oberste im ganzen menschlichen Erkenntnis ist” (B 135).

Daqui se percebe mais claramente a estratégia de Kant nesse primeiro momento da dedução transcendental. Da discursividade do entendimento humano decorre a exigência (de que não “se pode abstrair”. B 145) de que o objeto constitua-se para ele apenas na medida em que *antes* um diverso lhe seja dado alhures (intuição em geral) e por ele unificado num conceito de objeto. Ora, “ein Verstand, in welchen durch das Selbstbewußtsein zugleich alles Mannigfaltige gegeben würde, würde *anschauen*“ (B 135), e não *denken*, como o humano. Da especificidade de nosso entendimento decorre, pois, „der oberste Grundsatz aller Anschauung in Beziehung auf den Verstand“, a saber, “dass alles Mannigfaltiges der Anschauung unter Bedingungen der ursprünglich-synthetischen Einheit der Apperzeption stehe” (B 136), como enuncia o § 17. A unidade sintética originária da apercepção é portanto o princípio não de todo entendimento possível, como o intuitivo, mas apenas de um entendimento discursivo, ou seja, aquele entendimento “durch dessen reine Apperzeption in der Vorstellung: Ich bin, noch gar nichts Mannigfaltiges gegeben ist” (B 138). Para o homem não basta a unidade sintética da apercepção para a constituição de um objeto – é preciso, ademais, um diverso que lhe seja dado de alhures, de um faculdade receptiva.

O § 18 discute, por sua vez, a distinção entre unidade objetiva (transcendental) e subjetiva (empírica) da apercepção, por meio da qual Kant pode incluir, no § 19, a produção da forma lógica de todos os juízos como tarefa ou *Leistung* da apercepção, mais especificamente da unidade objetiva. Por meio dessa extensão da influência da *Leistung* da apercepção transcendental até o juízo, ou seja, até as funções que caracterizam a atividade originária do uso lógico do entendimento, Kant chega à conclusão da primeira etapa da dedução B, enunciada ao final do § 20 com a prova de que “das Mannigfaltige in einer gegebenen Anschauung notwendig unter Kategorien [steht]” (B 143).

A segunda etapa da dedução transcendental B é explicitamente exposta no § 21. Aqui Kant escreve que até então mostrou-se apenas como “ein Mannigfaltiges, das in einer Anschauung, die ich die meinige nenne, enthalten ist, wird durch die Synthesis des Verstandes, als zur *notwendigen* Einheit des Selbstbewußtseins gehörig vorgestellt, und dieses geschieht durch die Kategorien“ (B 144), ou seja, mostrou-se como as categorias são a condição da unidade de um diverso numa intuição sensível *em geral* e, assim, da objetividade num entendimento discursivo que recebe seu *Stoff* de outro lugar. Trata-se,

segundo Kant, apenas do “Anfang einer Deduktion der reinen Verstandesbegriffe”. A partir daqui não é mais permitido considerar “die Kategorien unabhängig von Sinnlichkeit”, pelo quê “von der Art, wie das Mannigfaltige zu einer empirischen Anschauung gegeben werden, [abstrahiert werden muß]” (idem), mas, antes, levar-se-à em conta „[die] Art, wie in der Sinnlichkeit die empirische Anschauung gegeben wird“ (B 144-5). Assim, com a prova de que „ihre [der Kategorien] Gültigkeit a priori in Ansehung aller Gegenstände *unserer Sinne*“ (B 145. Grifo meu), „[wird] die Absicht der Deduktion allererst völlllig erreicht werden“ (idem). Para tanto, será preciso especificar o modo de síntese em operação no momento de constituição de um objeto da experiência possível.

Na segunda etapa da dedução transcendental B trata-se, portanto, de restringir o uso das categorias aos objetos de uma experiência possível (§§ 22-23)¹⁰³⁰, na medida em que a síntese de um diverso recebido contida nas categorias diz respeito apenas a uma síntese de um diverso dado *no espaço e no tempo*. Justamente no interior desse objetivo preciso se compreende a introdução da síntese transcendental da imaginação no § 24 (B 151) como síntese figurativa (*synthesis speciosa*) do diverso de uma intuição sensível¹⁰³¹ e da discussão sobre as relações entre a apercepção e autoconhecimento empírico no final do § 24 e no § 25 (B 153-159). O momento final da segunda etapa da dedução transcendental ocorre no § 26 com a prova de que o diverso da intuição *empírica* é unificado sob as categorias e, com isso, a percepção é unicamente possível através delas – ou seja, que pelas categorias os objetos são conhecidos a priori não apenas “der Form ihrer Anschauung, sondern den Gesetzen ihrer Verbindung nach” (B 159). Aqui Kant precisa subordinar às categorias e à apercepção transcendental não só a síntese figurativa, mas também a síntese de apreensão (B 160), por meio da qual se mostra como espaço e tempo sujeitam-se às categorias não mais apenas enquanto “formas da intuição sensível, mas enquanto intuições mesmas (que contêm um diverso)” (B 160). Com isso Kant pretende ter provado que “alle Synthesis, wodurch selbst Wahrnehmung möglich wird, unter den Kategorien, und, da Erfahrung

¹⁰³⁰ Como escreve Caimi contra Henrich, na segunda parte da dedução trata-se de uma “Beschränkung des gültigen Anwendungsbereichs der Kategorien” e não de sua “Erweiterung”. Caimi, M. “Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion”. Op. cit. p. 62. Para Caimi, de resto, é possível compreender a divisão do argumento da dedução em 2 partes apenas sob a assunção de que o objetivo da dedução é provar que as categorias não são conceitos vazios, o que se realiza apenas a partir da restrição conduzida na segunda parte do argumento geral da dedução B.

¹⁰³¹ “[D]ie transzendentalen Synthesis der *Einbildungskraft* [ist] eine Wirkung des Verstandes auf die Sinnlichkeit und die erste Anwendung desselben (zugleich der Grund aller übrigen) auf Gegenstände der uns möglichen Anschauung“. B 152.

Erkenntnis durch verknüpfte Wahrnehmungen ist, so sind die Kategorien Bedingungen der Möglichkeit der Erfahrung, und gelten also a priori auch von allen Gegenständen der Erfahrung“ (B 161).

Com isso Kant chega à conclusão de sua dedução transcendental. À moda dos juristas, ele acresce, no § 27, um resumo ou “Resultat dieser Deduktion der Verstandesbegriffe” sob a forma de um silogismo:

Wir können uns keinen Gegenstand *denken*, ohne durch Kategorien; wir können keinen gedachten Gegenstand *erkennen*, ohne durch Anschauungen, die jenen Begriffen entsprechen. Nun sind alle unsere Anschauungen sinnlich, und diese Erkenntniß, so fern der Gegenstand derselben gegeben ist, ist empirisch. Empirische Erkenntniß aber ist Erfahrung. *Folglich ist uns keine Erkenntniß a priori möglich, als lediglich von Gegenständen möglicher Erfahrung* (B 165-6).

Kant pretende ter assim solucionado a *quid iuris* da validade a priori das categorias. Legitima-se, assim, a pretensão levantada através da dedução metafísica a respeito do uso das categorias na *experiência possível*, restringindo-se, através disso, a alçada de sua validade ou correção *<Rechtsmäßigkeit>* justamente a esse âmbito preciso da experiência. Kant expressa isso, de forma porém positiva, numa nota ao cabo da passagem acima citada. Por meio desse resultado prova-se apenas que no “Erkennen dessen, was wir uns denken, das Bestimmen des Objekts”, as categorias carecem da “intuição”. No “pensamento”, contudo, elas não estão “durch die Bedingungen unserer sinnlich Anschauung (...) eingeschränkt, sondern ein unbegrenztes Feld haben” (B 166). Ou seja, fora de sua relação com a sensibilidade e, assim, como meras formas de pensamento, as categorias teriam *significado*, mas *não um uso transcendental*¹⁰³². Para que seja legitimado e justificado um uso das categorias, além do seu uso imanente e constitutivo da experiência, talvez agora por ocasião de sua “libertação” pela razão nas ideias transcendentais¹⁰³³, são necessárias novas deduções que permitam ou neguem tais possibilidade. Coloca-se uma diferente *quaestio iuris* em toda nova questão sobre

¹⁰³² „Es kann daher rathsam sein, sich also auszudrücken: die reinen Kategorien ohne formale Bedingungen der Sinnlichkeit haben bloß transscendentale Bedeutung, sind aber von keinem transscendentalem Gebrauche, weil dieser an sich selbst unmöglich ist, indem ihnen alle Bedingungen irgend eines Gebrauchs (in Urtheilen) abgehen, nämlich die formalen Bedingungen der Subsumtion irgend eines angeblichen Gegenstandes unter diese Begriffe. Da sie also (als bloß reine Kategorien) nicht von empirischem Gebrauche sein sollen und von transscendentalem nicht sein können, so sind sie von gar keinem Gebrauche, wenn man sie von aller Sinnlichkeit absondert, d.i. sie können auf gar keinen angeblichen Gegenstand angewandt werden; vielmehr sind sie bloß die reine Form des Verstandesgebrauchs in Ansehung der Gegenstände überhaupt und des Denkens, ohne doch durch sie allein irgend ein Object denken oder bestimmen zu können“ (B 305).

¹⁰³³ „Wir müssen Erstlich bemerken, daß nur der Verstand es sei, aus welchem reine und transzendente Begriffe entspringen könne, daß die Vernunft eigentlich gar keinen Begriff erzeuge, sondern allenfalls nur den Verstandesbegriff, von den unvermeidlichen Einschränkungen einer möglichen Erfahrung frei mache“ (A 408-9/B 435). Veremos esse ponto mais detalhadamente no próximo capítulo.

legitimidades ou justificativas de diferentes usos das categorias, contanto que por elas se entendam não conceitos “inatos”, como acreditavam Platão (KpV AA 05: 141; AA 10: 131) e Leibniz (V-Met/Mrong AA 29: 763) ou “empíricos”, como defendiam Epicuro (KpV AA 05: 141) ou Locke (A 86/B 119; B 127), mas sim “originalmente adquiridos”, por meio do que se evitam os extremos da *Schwärmerei* e do *Skeptizismus*.

9.5. Dedução metafísica e transcendental das ideias

Conforme defendemos no início do capítulo, um modelo jurídico de dedução a ser empregado de forma unificada na *Crítica* deve também ser aplicado para elucidar se e como Kant justifica ou legitima a competência ou autorização, o *titulus* ou *Rechtsame* das *ideias transcendentais* da razão, designando-lhes ou negando-lhes âmbitos de validades determinados. Restaria a Kant provar *diretamente* que as ideias têm uma a) validade em geral (dedução metafísica) e, no campo da experiência possível, uma b) validade específica como princípios regulativos (dedução transcendental das ideias como princípios regulativos) e, no campo prático-moral, como possibilitadoras da c) ação moral em geral (“dedução” da liberdade) e do d) objeto completo da lei moral, o sumo bem (Deus e alma como postulados). Trata-se da atribuição do âmbito de validade específico aos conceitos da razão, conforme a função judicial da *Crítica*. Em todos esses casos, a compreensão das categorias e, com elas, das ideias como conceitos originariamente adquiridos, papel da dedução metafísica, é o que garante contra a *Schwärmerei* de “überschwengliche Anmaßungen mit Theorien des Übersinnlichen” (KpV AA 05: 141) e o *Skeptizismus* de uma “Hoffnungslosigkeit” (A 407/B 434) relativa à possibilidade de uma “praktische Erweiterung” da razão pura (KpV AA 05: 141). Dos pontos elencados acima, nesta seção só poderemos nos voltar aos pontos a) e b), relativos a provas diretas (portanto não indiretas, relativa às retorsões) teóricas da validade das ideias.

Ao longo da Dialética Transcendental Kant, apoiando-se na distinção entre razão e entendimento, deve realizar uma dedução *metafísica* das ideias e argumentar contra a possibilidade de uma dedução *transcendental* relativamente ao uso constitutivo, porém a favor de um uso regulativo das mesmas. Nesse contexto, a dedução metafísica das ideias transcendental ganha uma importância não desprezível. Kant deve deduzir metafisicamente as ideias para demonstrar que elas não são *em si* dialéticas, enganadoras, mas que, antes, elas “surtem da natureza da razão” e, enquanto tais, detêm

uma pretensão *em geral* legítima. Não é exagerado dizer que, se não fosse possível deduzí-las metafisicamente, tampouco seria possível defender um uso *qualquer* das ideias, dentre eles o *prático*¹⁰³⁴. O erro dos partidários da metafísica, que pretendem conhecer o objeto das ideias, surge apenas na "aplicação" ou "interpretação" da pretensão legítima levantada pelas ideias, a saber, que elas possam constituir um *objeto* especulativamente. Aqui reside o *Mißbrauch* ocasionado pela ilusão transcendental contra o qual Kant chama a atenção e ao qual nos voltaremos no próximo capítulo.

9.5.1. Semelhanças e diferenças entre razão e entendimento – a busca de um princípio para a dedução metafísica das ideias

Uma das grandes inovações da Dialética Transcendental em relação à *Dissertatio* e, de modo geral, aos escritos pré-Crítico é, sem dúvida, a *definição e delimitação precisa dos conceitos de razão e entendimento*¹⁰³⁵. Na introdução à Dialética Transcendental Kant apresenta as marcas distintivas e as similiaridades entre razão e entendimento a partir da comparação dos usos lógico, transcendental e “geral” de ambas as faculdades. Na similaridade entre ambos funda-se a possibilidade de uma dedução metafísica dos conceitos racionais, na distinção, por sua vez, a peculiaridade das ideias como “conceitos inferidos” e não “refletidos” (A 310/ B 366-7) e a impossibilidade de deduzi-las transcendentalmente, ou seja, a impossibilidade de solucionar favoravelmente à razão o *quid iuris* do uso constitutivo das ideias na experiência possível. Segundo a Reflexão 2853 as ideias são conceitos *naturalmente* inferidos pela razão:

Begriffe sind entweder gegeben oder gemacht; jene vel a posterior vel a priori. Diese entweder [willkürlich oder natürlich] durch Vernunft geschlossene Begriffe: ideen. oder willkürlich gedichte (Rx 2853 AA 16: 547. (1771-1775)).

¹⁰³⁴ Cf. Licht dos Santos, P. “Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura”. In: *Studia Kantiana*, 6/7, 2008. pp. 135-179.

¹⁰³⁵ Michelle Grier argumenta que a distinção entre razão e entendimento “is *clearly prefigured* in Kant’s early thought” e menciona a DfS AA 02: 58-59. “This distinction”, ela prossegue, between the two ‘capacities’ is further elaborated and deepened in the period between the Inaugural Dissertation and the publication of the Critique” (Grier, M. *Kant’s Doctrine of Transcendental Illusion*. Cambridge [u.a.] : Cambridge University Press, 2001. pp. 109-110). Ainda que, decerto, algumas passagens pré-críticas “prefigured” a distinção crítica entre razão e entendimento (no âmbito especulativo), em vários outros momentos Kant usa os dois termos de forma intercambiável e sem rigor conceitual, de modo que até a KrV não é possível falar com segurança de razão e entendimento como duas “capacities” independentes e conceitualmente determinadas. Cf. Baum, M. „Kritischer Rationalismus“. Op. cit.

Ao contrário dos conceitos empíricos, dados a posteriori, e do conceitos puros do entendimento, que são conceitos refletidos e dados a priori¹⁰³⁶, as ideias transcendentais são “für Kant natürlich geschlossene Begriffe, deren Existenz auf die besondere Naturanlage der Vernunft zurückgeführt wird: natürlich (a priori) gemachte Vernunftbegriffe”¹⁰³⁷. Sob esse fundamento discutiremos a peculiaridade da razão como faculdade de conhecimento e a especificidade de uma dedução subjetiva ou metafísica das ideias.

Na introdução à Dialética Transcendental Kant distingue implicitamente três conceitos ou três usos distintos de "razão": *lógico* como faculdade de inferir mediatamente que abstrai de todo conteúdo do conhecimento; *real* ou *transcendental*, pelo qual a razão é, ela mesma, uma fonte de conceitos e princípios (A 299/B 355); e, por fim, de modo mais críptico, o "conceito *geral* da faculdade da razão" (A 302/B 359) como a unidade das regras do entendimento sob *princípios*, ie, o conceito "superior" de razão, acima do sentido lógico e do real, englobando os demais, como “faculdade de princípios”, da mesma maneira como o conceito “superior” de entendimento é o de "unidade do diverso na intuição sob regras" como, pois, “faculdade de regras” (A 132/B 171)¹⁰³⁸.

O uso lógico da razão consiste na razão como "das Vermögen mittelbar zu schliessen". As inferências a partir de uma única premissa, como a relação de subalternação¹⁰³⁹, são inferências imediatas e caracterizam-se como inferências do *entendimento*; já inferências a partir de duas ou mais premissas, como um silogismo categórico, hipotético ou disjuntivo, são inferências mediatas e caracterizam-se como inferências da *razão*, ou seja, a razão como uma faculdade lógica <*Vernunft als ein logisches Vermögen*> (A 303-304/ B 359-360). O uso *real* da razão, por sua vez, não elucidável meramente pela definição lógica da razão, designa a razão como uma faculdade transcendental <*transzendentes Vermögen*> (A 299/B 355-356), ou seja,

¹⁰³⁶ Cf. Longuenesse, B. *Kant and the Capacity to Judge*. Op. cit.

¹⁰³⁷ Klimmek, N. *Kants System der transzendentalen Ideen*. New York [u.a.]: de Gruyter, 2005. p. 10. Cf. também Seebohm, T. M. „Reine Logik, systematische Konstruktion des Prinzip der Vernunft“. In: Fulda, H. & Stolzenberg, J. (Hrsg). *Architektonik und System in der Philosophie Kants*. Op. cit. pp. 209-210. Contra Seebohm, para quem as ideias são conceitos „erroneamente“ inferidos, argumentamos que a dedução metafísica justifica a correção da inferência pela razão, ao passo que é a impossibilidade de uma dedução transcendental das ideias como princípios constitutivos, não apenas regulativos da experiência, que fundamenta a possibilidade do erro quanto ao (*Mißgebrauch*) das ideias.

¹⁰³⁸ "Da nun hier eine Einteilung der Vernunft in ein logisches und transzendentes Vermögen vorkommt, so muß ein *höherer Begriff* von dieser Erkenntnisquelle gesucht werden, welcher beide Begriffe unter sich befaßt, indessen wir nach der Analogie mit den Verstandesbegriffen erwarten können" (A 299/B 355-6. Grifos meus).

¹⁰³⁹ Kant a denomina *iudicia subalternata*. Vgl. p.ex. V-Lo/Philippi AA 24: 469.

como fonte de conceitos próprios (A 305/ B 362), assim como o entendimento é fonte de conceitos puros, as categorias. Por meio do seu uso real a razão não constitui a unidade sintética de *objetos*¹⁰⁴⁰, mas, antes, produz originariamente *conceitos* ou *princípios*, assim como o entendimento produz originariamente os seus. Podemos entender melhor isso referindo-nos ao conceito geral de razão, onde novamente a analogia com o entendimento é útil. Se este é a "Vermögen der Einheit der Erscheinungen vermittelt der Regel", então a razão é "das Vermögen der Einheit der Verstandesregeln unter Prinzipien" (A 302/ B 359). A razão não se refere "primeiramente" <*zunächst*> à experiência ou a algum objeto dos sentidos, mas ao *entendimento* e às suas *regras*, para dar aos "mannigfaltigen Erkenntnisse derselben Einheit a priori durch Begriffe" que se chama *Vernunftseinheit* (idem). Este é, pois, o "allgemeine Begriff von dem Vernunftvermögen"¹⁰⁴¹. Especulativamente, por meio de seus princípios, a razão não se refere ou produz objetos de forma direta, mas sempre atua na experiência *pelo intermédio do entendimento*. Talvez assim se possa entender que Kant, logo no início do capítulo sobre as ideias cosmológicas, afirme que "die Vernunft eigentlich gar keinen Begriff erzeuge, sondern allenfalls nur den Verstandesbegriff, von den unvermeidlichen Einschränkungen einer möglichen Erfahrung, frei mache" (A 409/B 435). O conceito de uma unidade racional e total da experiência, liberta das "Einschränkungen" às quais o entendimento e sua unidade estavam sujeitos, é, pois, o conceito superior da razão como "fonte de conhecimentos" do qual, a partir da analogia com as atividades do entendimento, se pode esperar encontrar um princípio para deduzir as ideias da razão como conceitos puros inferidos dos do entendimento:

wir [können] nach der Analogie mit den Verstandesbegriffen erwarten (...), daß der logische Begriff zugleich den Schlüssel zum transzendentalen, und die Tafel der Funktionen der ersteren zugleich die Stammleiter der Vernunftbegriffe an die Hand geben werde (A 299/ B 356).

Na noção de *Stammleiter* está implícita a ideia de *Leitfaden* (A 76/B 102) como fio condutor da dedução metafísica das ideias. Em ambos a "Tafel der Funktionen" (A 70/B 95) serve como *roten Faden* da dedução. É, pois, na acepção da razão como "faculdade de princípios" ou da "unbedingte synthetische Einheit aller Bedingungen überhaupt",

¹⁰⁴⁰ Sobre essa distinção, de resto uma modificação central ao criticismo em relação à doutrina do uso real do intelecto na *Dissertatio* como produtor de objetos, de noumena, Cf. Caimi, M. „Zur metaphysischen Deduktion“. Op. cit.

¹⁰⁴¹ „Vernunft ist das Vermögen der absoluten Einheit unserer Erkenntnisse“. FM AA 20: 471.

que compreende seu sentido lógico e real-transcendental, que deve ser buscado o princípio da dedução metafísica ou subjetiva das ideias¹⁰⁴².

Sob esse pano de fundo conceitual sobre os usos da razão compreende-se melhor a distinção entre os conceitos da razão como conceitos inferidos e os conceitos do entendimento como conceitos refletidos. Os conceitos do entendimento não contêm nada senão a "Einheit der Reflexion über die Erscheinungen" na medida em que ela deve necessariamente pertencer a uma "possível consciência empírica", e, pois, tais conceitos apresentam o "Stoff zum Schließen". Por fornecerem a matéria das inferências, eles são conceitos que apresentam uma unidade sempre condicionada, um princípio apenas comparativo, nunca um "schlechthin Prinzip". (A 299ss/ B 356ss). Já a razão, justamente a "faculdade de princípios", apresenta conceitos que, por sua vez, *contêm* um incondicionado que diz respeito a algo "a que pertence toda experiência", mas que, enquanto tal, nunca pode encontrar um objeto "congruente" nela; trata-se de algo a que a razão chega nas suas inferências a partir da experiência, ou seja, a partir do entendimento e de suas regras condicionadas, mas que, ele mesmo, não pode nunca ser um membro da síntese empírica. Como se tornará mais claro adiante, os conceitos da razão designam o todo da experiência, um objeto não condicionado empiricamente. "Vernunftbegriffe dienen zum *Begreifen*, wie Verstandesbegriffe zum *Verstehen* (der Wahrnehmungen)" (A 311/ B 367). As ideias transcendentais precisam ser portanto deduzidas enquanto tais, isto é, enquanto princípios subjetivos, originados da "natureza da razão", para a compreensão do todo da experiência. Qual uso legítimo que se pode fazer desses princípios (se um uso imanente, regulativo, no interior do Boden da experiência ou não, etc.) é objeto da dedução transcendental.

9.5.2 Derivação subjetiva ou dedução metafísica? Alguns esclarecimentos conceituais

À luz desta confrontação entre razão e entendimento por meio da qual se percebem semelhanças e diferenças essenciais, Kant se coloca o problema da validade objetiva dos conceitos da razão, as ideias transcendentais. Se esses conceitos racionais têm um objeto que, ao contrário do das categorias, nunca pode ser dado numa

¹⁰⁴² Cf. Caimi, M. „Zur metaphysischen Deduktion“. Op. cit. „Die Erklärung der Vernunft als ‚Vermögen der Prinzipien‘ umfasst also sowohl die logische Tätigkeit der Vernunft, durch die sie mittelbare Schlüsse hervorbringt, als auch die Erzeugung von Ideen auf Grund von Prosyllogismen“.

experiência possível, como pensar aquela que seria sua realidade objetiva? A interrogação é colocada por Kant sob a forma de uma proposição condicional:

Haben dergleichen Begriffe (...) objektive Gültigkeit, so können sie conceptus ratiocinati (richtig geschlossene Begriffe) heißen; wo nicht, so sind sie wenigstens durch einen Schein des Schließens erschlichen, und mögen conceptus ratiocinantes (vernünfteln Begriffe) genannt werden (A 311/ B 368).

Essa investigação é propriamente o tema do segundo livro da Dialética Transcendental, a saber, sobre as inferências da razão pura. A resposta completa a essa interrogação deverá esperar toda a Dialética, incluindo o seu apêndice¹⁰⁴³, mas para formulá-la mais precisamente é necessário considerar com maior atenção o primeiro livro da Dialética Transcendental, aquele sobre os conceitos da razão pura. Aqui Kant deve mostrar que as ideias transcendentais, apesar de não possuírem realidade objetiva como princípios constitutivos da experiência, isto é, apesar de não constituírem um objeto na experiência sensível, têm, não obstante, uma origem "legítima", ou seja, "ihre Realität haben und keinesweges bloße Hirngespinnste sind" (A 314/ B 371). O papel da dedução metafísica seria, pois, o de mostrar como as ideias têm "ihre Realität" como conceitos "corretamente inferidos" das formas lógicas do juízo e, assim, resultado de uma ação originária de aquisição por parte da razão¹⁰⁴⁴. Há um *Bedürfnis* lógico de concebê-los e pensá-los, e metafísico de conferir-lhes realidade objetiva. O verdadeiro erro da metafísica consiste não em simplesmente *pensar* tais conceitos e conceder-lhes certa *subjektive Realität*, mas antes em procurar *conhecer* os objetos deles, atribuir-lhes *objektive Realität* – portanto, não em *pensar* a unidade incondicionada presente nas ideias, mas em pretender *constituir* um *objeto* por meio delas, fundar nelas um "gründlichen Titel" do campo da especulação (A 501/B 529). Cabe à Crítica revelar a origem legítima das ideias e a ilusão de fundo que as torna enganosas *devido* a um certo "abuso".

Contudo, em que consiste e como conceber tal dedução metafísica? É possível colocar a questão a partir do confronto com uma outra dedução que Kant diz ser

¹⁰⁴³ Segundo Malzkorn, Kant dá uma resposta a esse condicional ["*Haben (...), so (...)*"] apenas no Apêndice à Dialética Transcendental, quando admite uma "dedução transcendental das ideias como princípios regulativos" (A 670/B 698), não constitutivos da experiência. Malzkorn, W. *Kants Kosmologie-Kritik: eine formale Analyse der Antinomienlehre*. Op. cit. S. 58. Acreditamos, contudo, que a resposta de Kant se dá em duas etapas: 1) primeiro, as ideias devem ser deduzidas metafisicamente, deve-se demonstrar que eles não são *bloße Hirngespinnste*, ie, que eles apresentam pretensões em geral legítimas; 2) segundo, a "validade transcendental subjetiva" das ideias deve ser deduzida transcendentalmente como princípios regulativos, não constitutivos da experiência – onde Malzkorn acredita estar a "Beantwortung" à pergunta sobre a realidade objetivas das ideias.

¹⁰⁴⁴ Oberhausen, M. *Das neue Apriori*. Op. cit. pp. 223ss; Caimi, M. „Einige Bemerkungen“. Op. cit.

possível em relação às ideias. Em uma passagem do início da 2ª parte do Apêndice à Dialética Transcendental, Vor der Endabsicht der natürlichen Dialektik der menschlichen Vernunft, Kant menciona a necessidade de „deduzir“ as ideias transcendentais de modo a provar que elas não são “meros produtos vazios do pensamento”:

Sollen sie aber im mindesten einige, wenn auch nur unbestimmte, objektive Gültigkeit haben, und nicht bloß leere Gedankendinge (entia rationis ratiocinantis) vorstellen, so muß durchaus eine Deduktion derselben möglich sein, die man mit den Kategorien vornehmen kann. Das ist die Vollendung des kritischen Geschäftes der reinen Vernunft, und dieses wollen wir jetzt übernehmen (A 669/70/B 697-698).

Kant não apenas sugere a possibilidade como afirma de fato ter feito, neste mesmo apêndice, “a dedução transcendental de todas as ideias da razão especulativa (...) como princípios regulativos” (A 671/B 699). Essas passagens apresentam grandes dificuldades interpretativas. Como Kant propõe agora uma "dedução" das ideias, considerando que no terceiro capítulo do primeiro livro da Dialética Transcendental, do System der transzendentalen Ideen, Kant escreve que nenhuma dedução objetiva era possível em relação às ideias, mas estas permitiriam uma "*subjektive Ableitung* [...] aus der Natur unserer Vernunft", realizada justamente naquele capítulo ?

Von diesen transzendentalen Ideen ist eigentlich keine objektive Deduktion möglich, so wie wir sie von den Kategorien liefern konnten. Denn in der Tat haben sie keine Beziehung auf irgend ein Objekt, was ihnen kongruent gegeben werden könnte, eben darum, weil sie nur Ideen sind. Aber *eine subjektive Ableitung derselben aus der Natur unserer Vernunft* konnten wird unternehmen, und die ist im gegenwärtigen Hauptstücke auch geleistet worden (A 336/B 393 Grifos meus.)

Kant parece não considerar como idênticos os procedimentos de, por um lado, deduzir subjetiva ou metafisicamente as ideias da "Natur der Vernunft", e, por outro, de demonstrar que elas têm uma “realidade objetiva, ainda que indeterminada” (A 663/B 691), isto é, que há um uso legítimo das ideias como "größte systematische Einheit im empirischen Gebrauche unserer Vernunft" (A 670/B 698), conforme nos mostra a sequência do capítulo do Apêndice à Dialética. Uma forma de resolver esse problema seria opôr a dedução subjetiva ou metafísica das ideias em geral e a "dedução transcendental de todas as ideias da razão especulativa *não* como princípios *constitutivos* da ampliação de nosso conhecimento para mais objetos do que a experiência pode dar”, num sentido próximo ao de uma "objektive Deduktion" (A

336/B 393)¹⁰⁴⁵, “mas como princípios *regulativos* da unidade sistemática do diverso do conhecimento empírico em geral” (A 671/B 699). Haveria, pois, 3 deduções possíveis das ideias implícitas nestas passagens: a) uma dedução metafísica ou subjetiva que assegura a origem das ideias a partir da natureza da razão e lhes assegura certa (*subjektive*) *Realität*, b) uma dedução transcendental das ideias como princípios *regulativos* da unidade sistemática do uso empírico do entendimento, pela qual elas obtêm “validade objetiva, ainda que indeterminada”; e c) uma dedução transcendental ou “objetiva” (A 336/B 393) das ideias como princípios *constitutivos* da experiência, como Kant realizou na Analítica relativamente aos conceitos puros do entendimento. Das três deduções Kant admite serem possíveis apenas a primeira e a segunda¹⁰⁴⁶.

No entanto, com isso não se resolve a pergunta de fundo: ora, que as ideias não são *leere Gedankendinge* ou *bloße Hirngespinnste* já não estaria provado pela dedução subjetiva ou metafísica realizada no 1o livro da Dialética? Que elas sejam “conceitos problemáticos” (A 339/ B 397), mas não apenas “possíveis” no sentido de não serem contraditórios¹⁰⁴⁷, como também “necessários subjetivamente” na medida em que são assentados na natureza mesma da razão – não é justamente este o papel da dedução metafísica? Em vários momentos Kant toma a prova da legitimidade do uso regulativo das ideias por equivalente à prova de que elas não são “bloße Hirngespinnste” (p.ex: A 569-70/B 597-8), de modo que resta a indagação sobre a função precisa da dedução metafísica ou subjetiva das ideias¹⁰⁴⁸.

9.5.3 Sobre a derivação subjetiva ou dedução metafísica das ideias – a determinação da legitimidade em geral e indiscriminada das pretensões das ideias

No terceiro capítulo do primeiro livro da Dialética, *System der transzendentalen Ideen*, Kant é explícito em ter realizado a “subjektive Ableitung” das ideias. Seria esta

¹⁰⁴⁵ R. Malter fala neste contexto de uma “quasi-objektive” ou “analog-objektive Ideendeduktion”. Malter, R. “Der Ursprung der Metaphysik in der reinen Vernunft. Systematische Überlegungen zu Kants Ideenlehre”. pp. 189-204.

¹⁰⁴⁶ Licht não parece distinguir os três tipos possíveis de dedução das ideias. Cf. Licht dos Santos, P. “Algumas observações sobre a Dialética Transcendental”. Op. cit. Esp. p. 140.

¹⁰⁴⁷ „*Nihil* ist das, was sich selbst widerspricht, und wovon auch so gar der Begriff unmöglich ist; dieses wird auch *nihil negativum* genannt. *Ens imaginarium* ist ein bloßes Hirngespinnst, wovon aber doch der Gedanke möglich ist. Was sich nicht widerspricht, ist logisch möglich; das heißt, der Begriff ist zwar möglich, aber es ist keine Realität da. Von dem Begriff heißt es also: er hat keine objective Realität“ Met. Pölitz PM 23.

¹⁰⁴⁸ Caimi não menciona a questão aqui formulada e diferencia, ademais, dois procedimentos dedutivos no interior do apêndice, a saber, do uso lógico e do uso transcendental do conceito de unidade sistemática da natureza. Cf. Caimi, M. “Über eine wenig beachtete Deduktion der transzendentalen Ideen”. In: Kant-Studien, 86, 1995.

correspondente à dedução metafísica das categorias da qual Kant fala na 2ª edição da *KrV*? A maioria dos comentadores não exita em responder afirmativamente a essa indagação, ainda que muito se questione o sucesso de Kant nesta tarefa sistemática¹⁰⁴⁹. De modo a corroborar essa interpretação, façamos primeiro três observações relativas aos paralelos entre as deduções metafísicas das categorias e das ideias quanto a aspectos a) terminológicos, de b) conteúdo e de c) objetivos.

Primeiro quanto ao aspecto (a) *terminológico*. Por dedução metafísica das categorias Kant entende também uma dedução subjetiva das mesmas, conforme insinua o prefácio A¹⁰⁵⁰. Aqui Kant menciona os já muitas vezes discutidos “dois lados” da “Dedução dos conceitos puros do entendimento”: um subjetivo e outro objetivo (A xvi)¹⁰⁵¹. O “objetivo” diria respeito aos “objetos do entendimento puro” e deveria “die objektive Gültigkeit seiner Begriffe a priori dartun und begreiflich machen”, ao passo que o “subjetivo” “geht darauf aus, den reinen Verstand selbst, nach seiner Möglichkeit und den Erkenntniskräften auf denen er selbst beruht, mithin ihn in subjektiver Beziehung zu betrachten” (A xvi-xvii). Este último “lado” da dedução seria, mais precisamente, a “subjektive Deduktion” (A xvii). Ora, por “subjetiva” não se deve entender o sentido de uma investigação sobre as “psychologischen Bedingungen der Verstandeserkenntnis”¹⁰⁵², mas sim, como Mellin nos indica, uma investigação sobre a *origem* das categorias na natureza das nossas faculdades de conhecimento¹⁰⁵³, ou seja, a

¹⁰⁴⁹ Assim como ocorreu por ocasião da discussão sobre a dedução metafísica das categorias, não pretendemos aqui expor os problemas e supostas insuficiências do argumento kantiano. Nosso objetivo consiste somente em analisar em que medida a dedução das ideias tem um papel metodológico preciso na constituição jurídica da crítica. Sobre as inúmeras críticas que a dedução metafísica das ideias recebeu na tradição da *Kant-Forschung*, Cf. Caimi, M. “Zur metaphysischen Deduktion”. Op. cit. Dentre os autores que questionam o sucesso da dedução metafísica das ideias, cf. Malzkorn, W. *Kants Kosmologie-Kritik*. Op. cit. Schmucker, J. *Das Weltproblem in Kants Kritik der reinen Vernunft*. Op. cit. pp. 53ss. Dentre os autores que afirmam o sucesso da dedução metafísica das ideias, Cf. além de Caimi, Licht, P. “Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: Op. cit. Gier, M. *Kant's Doctrine of Transcendental*. Op. cit. pp. 132-139. Já Nikolai Klimmek toma um caminho intermediário. O autor nega que Kant tenha realizado uma *dedução metafísica* das ideias já que elas seriam “natürlich (a priori) gemachte Vernunftsbegriffe” e apenas conceitos *gegebene* seriam dedutíveis. Klimmek, N. *Kants System der transzendentalen Ideen*. Op. cit. pp. 7ss. esp. p. 11. Haveria, contudo, uma “dedução”, no sentido de derivação <Ableitung>, subjetiva a partir das formas lógicas do juízo, o que coincide com o sentido de dedução metafísica das categorias, o que, contudo, não é notado pelo autor. Idem. pp. 12-17.

¹⁰⁵⁰ Aqui seguimos Moledo, F. „Über die Bedeutung der objektiven und der subjektiven Deduktion der Kategorien“. Manuskript.

¹⁰⁵¹ Cf. Henrich, D. “The Proof Structure of Kant's Transcendental Deduction”. In: *Review of Metaphysics* 22, 1969.

¹⁰⁵² Erdmann, B. *Kants Criticismus in der ersten und zweiten Auflage der Kritik der reinen Vernunft*. Op. cit. p. 23.

¹⁰⁵³ „Es kommt noch eine Eintheilung der Deductionen in der Kritik der reinen Vernunft vor, nemlich die in die objective und in die subjective Deduction. Die objective Deduction bestehet nemlich darin, daß gezeigt wird, ein Begriff oder synthetischer Satz habe wirklich ein Object oder einen Gegenstand, durch den er in concreto dargestellt wird, so daß er nicht ein bloß leerer Gedanke bleibt. Die subjective

res facti ou *quaestio facti* da posse dos conceitos puros na natureza ou *Grund* de nossas faculdades de conhecimento. Com efeito, na passagem do Sistema das Ideias já citada Kant opõe a “dedução objetiva” <*objektive Deduktion*> à “dedução” ou “derivação subjetiva” <*subjektive Ableitung*> das ideias “a partir da natureza de nossa razão” (A 336/B 393), isto é, a prova da “(subjektive) Realität der reinen Vernunftbegriffe” (A 339/B 397). A dedução ou derivação *subjetiva* tem como função portanto mostrar que determinado conceito ou princípio é derivado, encontra sua origem no sujeito ou na “natureza da razão”, para que então se possa provar, por uma dedução transcendental ou *objetiva*, que esse conceito ou princípio se refere a um objeto, que ele tem também validade *objetiva*.

Segundo, quanto ao aspecto (b) *de conteúdo*. A “derivação subjetiva” das ideias cumpre a mesma função exercida pela dedução metafísica. Essa mostra a “transzendente (subjektive) Realität der reinen Vernunftbegriffe” (A 339/B 397), ou seja, prova ou demonstra como eles repousam numa “notwendigen Vernunftschluß”, ou ainda, que são “produzidos na razão segundo suas *leis originárias*” <*in der Vernunft nach ihren ursprünglichen Gesetzen erzeugt worden*> (A 338/B 396). Há segundo Kant uma “natürliche Beziehung” entre o “transzendente Gebrauch unserer Erkenntnis, sowohl in Schlüssen, als Urteilen” com o “logische” (A 333/B 390), ou seja, uma relação de paralelismo entre o uso lógico e o uso real da razão, assegurado pela origem comum de ambos numa ação fundamental de unidade das representações exercida pelo sujeito.

Como vimos, a dedução metafísica das categorias é a prova <*darum*> da “Ursprung der Kategorien a priori überhaupt durch ihre völlige Zusammentreffung mit den allgemeinen logischen Funktionen des Denkens” (B 159), ou seja, a prova de que as categorias têm uma origem na “natureza da razão humana” (Cf. A 336/ B 393; A 669/B 697) antes mesmo de se provar que elas possuem realidade objetiva, referência a um objeto qualquer. É a prova, pois, de que as categorias são conceitos originalmente adquiridos a partir de sua produção pelas ações fundamentais do entendimento. O paralelo entre entendimento e razão quanto ao procedimento dedutivo metafísico é explicitado por Kant em vários momentos da Dialética Transcendental e em outros contextos. Logo no início do segundo capítulo do primeiro livro da Dialética Kant faz

Deduction bestehet hingegen darin, daß der Begriff oder Satz aus der Natur unsrer Vernunft abgeleitet wird“. Mellin, G. S. A. *Enzyklopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie*. Op. cit, pp. 41ss.

referência à analogia que existe entre as ideias e as categorias no que diz respeito à sua origem como “meras formas lógicas”:

Die transzendente Analytik gibt uns ein Beispiel, wie die bloße logische Form unserer Erkenntnis den Ursprung von reinen Begriffen a priori enthalten könne (...). Die Form der Urteile (in einen Begriff von der Synthesis der Anschauungen verwandelt) brachte Kategorien hervor, welche allen Verstandesgebrauch in der Erfahrung leiten. Eben so können wir erwarten, daß die Form der Vernunftschlüsse, wenn man sie auf die synthetische Einheit der Anschauungen, nach Maßgebung der Kategorien, anwendet, den Ursprung besonderer Begriffe a priori enthalten werde, welche wir die reine Vernunftbegriffe, oder transzendente Ideen nennen können (A 321/B 377-378).

A Analítica Transcendental mostrou como a „mera forma lógica de nosso conhecimento“ (ou seja, as funções) podem conter a “origem” de conceitos puros a priori, a saber, as categorias como conceitos originalmente adquiridos pelas atividades fundamentais do entendimento, ou seja, a partir da “natureza do entendimento”. Nos *Prolegomena* Kant refere-se a algo semelhante ao afirmar que “die Vernunft [enthält] in sich den Grund zu Ideen [...]. Die letzteren sind ebensowohl in der Natur der Vernunft als die ersteren [scil. die Kategorien] in der Natur des Verstandes gelegen” (Prol AA 04: 328). Ao passo que na Analítica Transcendental Kant escreve que a mesma função que dá unidade às diversas representações no juízo é a que também dá unidade às diversas representações na intuição, na Dialética Kant afirma com expressões similares que “a mesma função” <*dieselbe Funktion*> que determina a “Beziehung, die unsere Vorstellungen haben können” (A 333/B 390-1) é a que confere a “unbedingte synthetische Einheit aller Bedingungen überhaupt” (A 334/B 391). Ou seja, mostra-se “wie die Vernunft lediglich durch den synthetischen Gebrauch eben derselben Funktion, deren sie sich zum kategorischen Vernunftschlusse bedient, notwendiger Weise auf den Begriff der absoluten Einheit des denkenden Subjekts“ (A 335/B 392) e assim por diante para as demais formas de silogismo. Isso significa: „ebenso wie der logische Gebrauch des Verstandes (die logische Aussage von Urteilen) uns den Leitfaden zur Entdeckung der reinen Verstandesbegriffe in ihrem vollständigen System lieferte, ebenso dürfen wir erwarten, dass der logische Gebrauch der Vernunft uns die Aufstellung eines vollständigen Verzeichnisses der reinen Vernunftbegriffe ermöglicht“¹⁰⁵⁴.

Terceiro, por fim, quanto aos (c) *objetivos* a dedução subjetiva das ideias concorda com a dedução metafísica das categorias. O objetivo da dedução das ideias, assim como das categorias (B 109-110; 159), é determinar sua *origem* <*Ursprung*>,

¹⁰⁵⁴ Cf. Caimi, M. „Zur metaphysischen Deduktion“. Op. cit.

precisar seu *número* <Zahl> e estipular a *conexão sistemática* <systematischen Zusammenhang> entre elas (A 338/B 396)¹⁰⁵⁵.

Com a dedução metafísica das ideias Kant deseja provar, de uma perspectiva *especulativa*¹⁰⁵⁶, que as ideias transcendentais não são *bloÙe Hirngespinnste* (A 314/ B 371), mas apresentam de forma sistemática objetos dos quais temos um conceito possível, porém problemático (A 339/ B 397), e, além disso, produzidos por “leis originárias” da razão (A 338/B 396). Kant constata, pois, as ideias como um *Faktum* originalmente adquirido, à semelhança das categorias. Pretende-se provar com isso que as ideias apresentam ao “oberste Gerichtshof aller Rechte und Ansprüche unserer Spekulation” (A 669/B 697) uma *pretensão jurídica em geral legítima porque (subjektiva, transzendentalmente) necessária*, restando apenas determinar em qual âmbito essa pretensão pode ser concretizada de modo (especificamente) legítimo e em qual âmbito de aplicação a mesma pretensão entra em conflito com outras pretensões legítimas e assim se torna inválida. Kant retoma esse raciocínio na passagem da segunda parte do Anhang zur transzendentalen Dialektik que citamos mais acima: *as ideias não são em si mesmas dialéticas*, elas não são conceitos em si vazios de objetos, mas, antes, apenas o seu *Mißbrauch* pode fazer com que delas surja um “trüglicher Schein”. Com efeito, „dieser oberste Gerichtshof aller Rechte und Ansprüche unserer Spekulation kann unmöglich selbst ursprüngliche Täuschungen und Blendwerke enthalten“ (A 669/B 697).

No que diz respeito ao encadeamento argumentativo, a dedução metafísica ou subjetiva das ideias como prova da legitimidade em geral das ideias é realizada em duas etapas¹⁰⁵⁷. Em primeiro lugar Kant estabelece as três formas pela qual pode ocorrer a relação entre representações como relações entre *possíveis juízos* no uso lógico da razão (A 333-4/B 390-1). Ora, o “Allgemeine aller Beziehung” que nossas representações <Vorstellungen> podem ter num juízo é: a) referência ao sujeito; b) referência ao

¹⁰⁵⁵ Caimi inclui na conexão sistemática o objetivo de determinar o número das ideias: „Eigentlich hat eine solche Deduktion zwei Aufgaben, nämlich erstens soll sie den Ursprung der Ideen in der reinen Vernunft ans Licht bringen; zweitens soll sie auf Grund dieses apriorischen Ursprungs das vollständige Verzeichnis der Ideen vorlegen. Wenn wir den Ursprung der Ideen in den drei Formen des Vernunftschlusses erklärt haben, so wird mit einem Schlag auch die zweite Aufgabe gelöst; denn es gibt nur drei Arten des Verhältnisses vom Bedingten zu seiner Bedingung, welche in den Vordersätzen der Vernunftschlüsse zum Ausdruck kommen; dementsprechend werden nur drei die Ideen sein, die sich aus den Formen des Syllogismen ableiten lassen“. Idem.

¹⁰⁵⁶ Numa perspectiva moral poderia argumentar-se pela utilidade e “Würde” delas no interior da vida prática

¹⁰⁵⁷ Cf. Malter, R. “Der Ursprung der Metaphysik in der reinen Vernunft. Systematische Überlegungen zu Kants Ideenlehre”, Op. cit. pp. 169-210, aqui p. 185. Cf. Caimi, M. „Zur metaphysischen Deduktion“. Op. cit.

Objekt, seja como fenômeno seja como objeto <*Gegenstand*> do pensamento em geral; e se se liga ambas, c) referência a todas as coisas em geral (A 333-334/ B 390-391). Trata-se de uma preparação para a definição dos três objetos das ideias transcendentais (alma, mundo e Deus). Em segundo lugar, Kant precisa mostrar como a mesma função que realiza a unidade sintética condicionada (no uso empírico do entendimento) é a que realiza a incondicionada (no uso puro ou real da razão). Já que se trata de conceitos da razão pura, isto é, de um princípio indireto de síntese de um diverso dado aos conceitos puros do entendimento, aplicando essas três relações à "unidade sintética das representações" e concebendo essa unidade como uma unidade sintética incondicional, "werden alle transzendente Ideen sich unter *drei Klassen* bringen lassen, davon die *erste* die absolute (unbedingte) *Einheit* des *denkenden Subjekts*, die *zweite* die absolute *Einheit der Reihe der Bedingungen der Erscheinung*, die *dritte* die absolute *Einheit der Bedingung aller Gegenstände des Denkens überhaupt* enthält" (A 334/ B 391)¹⁰⁵⁸. O sujeito pensante é objeto da psicologia; o conjunto de todos fenômenos <*Inbegriff aller Erscheinungen*>, o mundo, é objeto da cosmologia; e "das Ding" que contém a condição suprema da possibilidade de todo o que é pensado (das Wesen aller Wesen) é o objeto da teologia (A 334/ B 391). A cada uma dessas disciplinas corresponde uma ideia da razão pura, respectivamente para a doutrina transcendental da alma (*psychologia rationalis*), para a ciência transcendental do mundo (*cosmologia rationalis*) e finalmente para o conhecimento transcendental de Deus (*Theologia transcendentalis*). O esboço dessas ciências não é realizado pelo entendimento na progressão de suas séries empíricas, "sondern ist lediglich ein reines und echtes *Produkt* oder *Problem* der reinen Vernunft" (A 335/ B 392)¹⁰⁵⁹.

É de se notar que neste momento da Dialética Transcendental Kant ainda não ressalta o caráter *enganador* dessas ciências da razão ou das inferências por meio das quais a razão chega a seus objetos. Ele só o fará no segundo livro da Dialética, sobre justamente as inferências *dialéticas* da razão (A 339-40/B 397-8). Como veremos no

¹⁰⁵⁸ Caimi resume da seguinte forma o argumento de Malter, com o qual concordamos: „Rudolf Malter hat in diesem Vorgang zwei Schritte unterschieden; beim ersten Schritt wird festgelegt, dass die Prämissen und die Schlusssätze im Syllogismus Urteile sind; das aber heißt, sie bestehen aus Vorstellungen, die durch die in B 391 erwähnten drei Arten der Relation miteinander verknüpft sind. Beim zweiten Schritt der metaphysischen Deduktion wird auf diese Verhältnisse das Vernunftprinzip angewandt, das Prinzip nämlich, die unbedingte synthetische Einheit aller Bedingungen zu finden. Daraus ergibt sich das „System der transzendentalen Ideen“. Caimi, M. „Zur metaphysischen Deduktion der Ideen“. Op. cit.

¹⁰⁵⁹ Sobre como se dá a dedução metafísica a partir de prossiologismos em relação a cada uma dessas classes de ideias transcendentais, Cf. Caimi, M. „Zur metaphysischen Deduktion“. Op. cit.

próximo capítulo, Kant nota no primeiro livro da Dialética que apenas segundo seu “resultado” (a saber, as ciências ilusórias da razão que hipostasiam o objeto das ideias, atribuindo-lhe realidade objetiva sob uma perspectiva especulativa) as ideias racionais devem ser chamadas de *vernünftelnde Schlüsse*; contudo, em virtude de sua origem, elas são *Vernunftschlüsse* e, enquanto tais, não são “erdichtet, oder zufällig entstanden, sondern aus der Natur der Vernunft entsprungen” (A 339/B 398). As ideias não são *per se* conceitos fantasiosos, mas apenas em relação ao uso que delas se faz: se constitutivo ou regulativo¹⁰⁶⁰. Neste sentido preciso deve-se entender, ademais, a dedução transcendental das ideias como princípios regulativos. Elas são máximas, princípios subjetivos de condução do entendimento na investigação da natureza, nunca princípios constitutivos desta mesma natureza. Justamente aqui repousa o erro crucial da metafísica: tomar a “validade subjetiva” das ideias por uma “validade objetiva”, confundir a “dedução subjetiva” com uma “dedução objetiva”, e, na perspectiva do Apêndice, não distinguir uma possível dedução transcendental das ideias como princípios regulativos e uma absolutamente impossível dedução transcendental das ideias como princípios constitutivos (A 671/B 699). Os princípios da razão no uso especulativo “parecem ser transcendentais”, isto é, embora “sejam meras ideias para a observância <*Befolgung*> do uso empírico da razão”, eles são tomados por “princípios sintéticos a priori” da ampliação de tal uso. Que, porém, como Kant escreve no Apêndice, elas tenham uma realidade objetiva “indireta” (A 663/B 691) ou uma “validade” ou “realidade objetiva indeterminada” <*unbestimmte, objektive Gültigkeit*> (A 669/B 697; Cf. também A 663/B 691), sem que seja possível “realizar uma dedução transcendental das mesmas” (A 663-4/B 691-2)¹⁰⁶¹, ou seja, sem que seja possível demonstrar que um objeto lhes corresponde, isto é algo a ser “provado” ou demonstrado

¹⁰⁶⁰ „Nur die trügerische Zuschreibung des Daseins zu ihrem Gegenstand beraubt sie ihrer [der Ideen] Legitimität“ Idem. Neste sentido preciso deve-se entender a dedução transcendental dos princípios regulativos. Em adição à dedução metafísica ou subjetiva, cujo objetivo é meramente o de demonstrar a origem das ideias na “natureza da razão”, ou seja, como conceitos “bem inferidos”, independente do uso que delas se irá fazer, a dedução transcendental da qual trata o Apêndice busca apenas demonstrar que, no uso empírico da razão, as ideias têm uma função legítima e justificada, a saber, como princípios regulativos da mais alta unidade sistemática de ordenação dos fenômenos. Ou seja, esta dedução diz respeito a um uso específico da razão, o empírico, e decerto como princípio regulativo, não constitutivo da experiência.

¹⁰⁶¹ “Die Ideen der reinen Vernunft verstatten zwar keine Deduktion von der Art, als die Kategorien”. A 669/B 697.

no Apêndice à Dialética, após, portanto, a dedução metafísica que constatou a realidade (transcendental) subjetiva das ideias¹⁰⁶².

Dito nos termos do nosso modelo de dedução, no primeiro livro da Dialética Transcendental Kant se limita a deduzir metafisicamente as ideias, retratar sua *res facti* na natureza da razão e definir as ideias transcendentais como conceitos originalmente adquiridos pela razão através das mesmas funções lógicas pelas quais o entendimento chega às categorias. A prova de que esta realidade subjetiva das ideias não pode ser tomada por uma realidade objetiva é conduzida no livro sobre as inferências dialéticas da razão pura. No quadro mais geral da *Crítica*, a dedução metafísica das ideias *em geral* é mais primordial por não dizer respeito a um uso específico (constitutivo, regulativo, prático); pelo contrário, ela justifica de forma *direta* a possibilidade inicial de um uso *em geral* de tais conceitos, dentre eles o uso *prático*, mas também o *regulativo*. De qual uso legítimo das ideias se trata é papel de deduções transcendentais específicas decidir, isto é, de um *quid iuris* específico em cada caso; ademais, uma defesa *indireta* de um uso específico das ideias, o *prático*, é papel do uso polêmico da razão, pelo qual ela lança mão de hipóteses, retorsões, provas apagógicas negativas, etc, para defender a possibilidade das ideias contra tentativas (cético-dogmáticas) de provar ou demonstrar a impossibilidade das ideias.

Que Kant conceda na *KpV* uma extensão legítima para além da experiência possível das ideias transcendentais da razão e, por conseguinte, da razão especulativa, ela não ocorre, entretanto, numa perspectiva teórica, onde tal extensão tem sempre sentido negativo, mas, antes, numa perspectiva *prática*, por onde elas ganham, através da razão prática, “realidade objetiva” (*KpV* AA 05: 134ss). Mas tal extensão não ocorre de um só golpe e apenas a partir da razão prática. Antes, é necessária toda a “blindagem” crítica dos usos das ideias realizada até aqui e que encontrará seu prosseguimento no restante da Dialética Transcendental, sobretudo com a discussão do conceito de *liberdade* como o “erkennbaren Übersinnlichen” (FM AA 20: 311) que serve de “Schlußstein von dem ganzen Gebäude eines Systems der reinen, selbst der speculativen Vernunft” (*KpV* AA 05: 03-4). Decerto, no interior do tribunal da razão e seus mecanismos jurídicos de decisão deixa-se entrever uma grande variedade de formas de se examinar a legitimidade das ideias e de assinalar-lhes esferas precisas de validade, sempre com vistas à promoção e proteção das legislações negativa e positiva

¹⁰⁶² Sobre a dedução transcendental das ideias como princípios regulativos no apêndice, Cf. Caimi, M. „Über eine wenig beachtete Deduktion der transzendentalen Ideen“. Op. cit.

da razão pura. A prova da realidade prática objetiva do conceito de liberdade a partir do *Faktum* da lei moral e, com base nisso, das demais ideias transcendentais (Deus e Alma) como postulados para a realização do objeto completo da razão prática pura, carece de uma não desprezível preparação jurídica anterior, conforme nos lembra o prefácio da *KpV*, a saber, a prova da não-contradição e da pensabilidade deste mesmo conceito de liberdade em seu “sentido absoluto” como liberdade transcendental¹⁰⁶³, salvando assim a razão do “Abgrund des Scepticisms”¹⁰⁶⁴. Justamente essa proteção crítico-judicial é função da dedução das ideias e, como veremos na sequência, do restante da Dialética.

¹⁰⁶³ Cf. Klemme, H. „Freiheit oder Fatalismus?“. Op. cit.

¹⁰⁶⁴ “Mit diesem Vermögen steht auch die transscendentale Freiheit nunmehr fest, und zwar in derjenigen absoluten Bedeutung genommen, worin die speculative Vernunft beim Gebrauche des Begriffs der Causalität sie bedurfte, um sich wider die Antinomie zu retten, darin sie unvermeidlich geräth, wenn sie in der Reihe der Causalverbindung sich das Unbedingte denken will, welchen Begriff sie aber nur problematisch, als nicht unmöglich zu denken, aufstellen konnte, ohne ihm seine objective Realität zu sichern, sondern allein um nicht durch vorgebliche Unmöglichkeit dessen, was sie doch wenigstens als denkbar gelten lassen muß, in ihrem Wesen angefochten und in einen Abgrund des Scepticisms gestürzt zu werden“. *KpV AA 05: 03*.

10. O TRIBUNAL DA RAZÃO NA DIALÉTICA TRANSCENDENTAL

No princípio metodológico da Dialética Transzendental encontramos aquela forma de proceder ou de "objetar" que Kant denomina "crítica" em oposição às objeções "dogmática" e "cética", a saber, a que ataca não uma proposição oposta (dogmática) ou as duas proposições contrapostas (cética) para mostrar sua falsidade apoiando-se em um suposto "discernimento" <*Einsicht*> da "natureza do objeto" ou de sua impossibilidade, mas, antes, a objeção que se dirige à *demonstração* mesma dessas proposições e, com isso, prova seu não-fundado¹⁰⁶⁵ (A 388-9). Como vimos no capítulo sobre a Disciplina, é justamente este o modo de prova crítico: aquele que se dirige não ao objeto, mas às condições e limites do conhecimento do objeto. Trata-se de provar não que as proposições dos partidos em confronto estão "erradas", mas, antes, que ambos baseiam seus argumentos em uma "grundlose Voraussetzung" (A 485/B 513) unicamente sob a qual "cada uma dessas proposições pode ser válida" (A 503/B 531) e que, descoberta e invalidada, torna também, *neste específico campo de validade*, inválidos os argumentos que nela se apoiam, carecendo, assim, de uma nova decisão do tribunal da crítica que possa reassignar um novo e inapelável campo de validade de cada pretensão avançada.

Com efeito, na Dialética Transcendental é onde Kant expõe o *Kampfplatz der Metaphysik* e o modo de apaziguá-lo diante do tribunal da razão. A Dialética Transcendental contém, "dem Inhalte nach", a crítica da Kant à metafísica tradicional, mais especificamente às três disciplinas da *metaphysica specialis*, a *Seelenlehre*, *Kosmologie* und *rationale Theologie*. Essas três disciplinas são colocadas diante do tribunal da razão e julgadas em suas pretensões especulativas desmesuradas que se apoiam numa *illusão transcendental*. Com efeito, as posições filosóficas mencionadas por Kant ao longo da Dialética (espiritualismo e materialismo; epicurismo e platonismo; empirismo e racionalismo; ceticismo e dogmatismo, atomística e monadologia), as

¹⁰⁶⁵ "Alle Einwürfe können in *dogmatische*, *kritische* und *skeptische* eingeteilt werden. Der dogmatische Einwurf ist, der wider einen Satz, der kritische, der wider den Beweis eines Satzes gerichtet ist. Der erstere bedarf einer Einsicht in die Beschaffenheit der Natur des Gegenstandes, um das Gegenteil von demjenigen behaupten zu können, was der Satz von diesem Gegenstande vorgibt, er ist daher selbst dogmatisch und gibt vor, die Beschaffenheit, von der die Rede, ist, besser zu kennen, als der Gegenteil. Der kritische Einwurf, weil er den Satz in seinem Werte oder Unwerte unangetastet läßt, und nur den Beweis anführt, bedarf gar nicht den Gegenstand besser zu kennen, oder sich einer besseren Kenntnis desselben anzumaßen; er zeigt nur, daß die Behauptung *grundlos*, nicht, daß sie unrichtig sei. Der skeptische stellt Satz und Gegensatz wechselseitig gegeneinander, als Einwürfe von gleicher Erheblichkeit, einen jeden derselben wechselweise als Dogma und den anderen als dessen Einwurf, ist also auf zwei entgegengesetzten Seiten dem Scheine nach dogmatisch, um alles Urteil über den Gegenstand gänzlich zu vernichten". A 388.

quais discutiremos ao longo do capítulo, são todas identificáveis ao longo da história da filosofia¹⁰⁶⁶; porém, o mais importante para Kant é provar que todas essas posições filosóficas – e os erros em que cada uma delas incorre – não são circunstanciais ou artificiais, mas, antes, fundam-se na *própria razão* e encontram nela seu fundamento, digamos, *transcendental*¹⁰⁶⁷. Nesse sentido preciso é que devemos entender a Dialética *Transcendental*. Esta é concebida não como uma simples “ars sophistica, disputatoria” ou “Disputirkunst” (Log AA 09: 17), ou seja, uma mera “sophistische dialectic” entendida como “Kunst des Scheins”, mas uma verdadeira “Wissenschaft der Auflösung des Scheins” que ataca as “fontes da ilusão”¹⁰⁶⁸ a que a razão humana está naturalmente sujeita e que explica por que a metafísica, a despeito de toda incerteza que a cerca, é a ciência do maior interesse ao homem. Mesmo após a Analítica Transcendental ter “convencido suficientemente” que o conhecimento humano não pode nunca ir além da experiência possível, a necessidade de uma tal Dialética é justificada pelo fato de que “doch des Redens kein Ende wird, wenn man nicht hinter die wahre Ursache des Scheins kommt” (A 703/B 732)¹⁰⁶⁹. A revelação da ilusão e o assinalamento definitivo dos limites de cada jurisdição da razão, especulativa e prática, é o objetivo da Dialética. Com isso virá, enfim, o estado civil na metafísica e a paz perpétua na filosofia.

¹⁰⁶⁶ Cf. Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Op. cit. pp. 159-169. Kreimendahl menciona os autores que procuraram recuperar as raízes históricas dos conflitos antinômicos da razão: Vaihinger, Cassirer, Robinson, Wundt, Vleeschauer, etc., mas sobretudo Heimsoeth (Heimsoeth, H. *Atom, Seele, Monade*. Op. cit). Kreimendahl critica Heimsoeth por este ter apresentado os tópicos metafísicos abordados nas antinomias segundo uma “geistgeschichtlicher Manier” e não procura investigá-los em suas “manifestações filológicas” - ie, falta nele o “Kärnerarbeit der empirischen Ermittlung” (Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Op. cit. pp. 162-163. n. 43). Apesar dos seus problemas, a tese de Heimsoeth sobre o “historische Verankerung” das antinomias é correta. Kreimendahl argumenta, por fim, que os temas filosóficos tratados nas antinomias são apresentados em sua “pureza sistemática”, daí a ausência de referências históricas precisas no texto da antinomia.

¹⁰⁶⁷ Sobre isso, o capítulo a respeito da História da Razão Pura é ilustrativo.

¹⁰⁶⁸ „Die sophistische dialectic ist eine Kunst des Scheins. Die philosophische eine Wissenschaft der auflösung des Scheins und hat einen [Erdmann = pro]paedevtischen Theil, der das Criterium der Warheit enthält, und einen sceptischen, der die Qvellen des Scheins anzeigt und die Warheit gegen ihn sicher“. Rx 4952 AA 18: 39 (1778).

¹⁰⁶⁹ Na Reflexão 2649 Kant fala de uma “prova e dedução” do “título” da ilusão como sua „solução e esclarecimento“. Esse procedimento estaria ligado a uma refutação, digamos, “saudável” da ilusão, respeitando, assim, os “direitos da razão humana comum”: “Wenn der Schein nicht aufgeloset und erklärt ist (g sein titel geprüft und deducirt ist), so ist der Irrthum nicht aus dem Grunde geheilt. Denn der Schein kan noch in andern fällen betriegen, und man weiß auch nicht, ob die Wiederlegung nicht selbst auf dem Schein beruhe. Es müssen die subiectiven Ursachen entwikelte werden, die leichtlich vor objective gehalten werden, ungeacht einer sonst hellsehenden Vernunft. Wiederlegen muß immer mit einer satisfaction gegen die Rechte der gemeinen Menschenvernunft angestellt werden. Nicht argumentum ab odio, damit die Gemüther in ansehung der Warheit nicht getrennet werden“. Rx 2649. AA 16: 449 1780-83? (1778-1779?).

Neste significado preciso é possível, ademais, entender a Dialética como *disciplina* ou como *crítica*¹⁰⁷⁰, no sentido discutido no capítulo 8 de uma doutrina negativa de evitar o erro e delimitar usos da razão, cujo fim é descobrir e regular o *abuso* ou *Mißbrauch* dos princípios da razão, ao mesmo tempo em que o revela como necessário e assentado numa ilusão transcendental¹⁰⁷¹. Kant enfatiza que o conflito em torno dos objetos da razão pura pode ser resolvido atendo-se à "causa" ou "fonte" do erro que leva o homem a (numa perspectiva especulativa) inferir a efetividade e a atribuir realidade objetiva às ideias. Como já vimos no capítulo 9, estas não são e não podem ser *por si mesmas ou originalmente* dialéticas, mas apenas em função do *Mißbrauch* que delas se faz:

Die Ideen der reinen Vernunft können nimmermehr an sich selbst dialektisch sein, sondern ihr bloßer Mißbrauch muß es allein machen, daß uns von ihnen ein trüglicher Schein entspringt; denn sie sind uns durch die Natur unserer Vernunft aufgegeben, und dieser *oberste Gerichtshof aller Rechte und Ansprüche unserer Spekulation* kann unmöglich selbst ursprüngliche Täuschungen und Blendwerke enthalten. Vermutlich werden sie also ihre *gute und zweckmäßige Bestimmung* in der Naturanlage unserer Vernunft haben (A 669/B 697. Grifos meus).

O *zweckmäßige Bestimmung* das ideias da razão repousa em sua função de possibilitadoras do uso moral completo da razão. O tribunal da razão, pois, tem como tarefa primeira examinar criticamente as proposições e argumentos avançados pró e contra as ideias; o filósofo crítica atua como um juiz que investiga determinado *Rechtsfall* e, como objetivo final, indica se e como torna-se possível o uso moral da razão. Isso implica ao mesmo tempo revelar a ilusão, rejeitar a objetividade constitutiva das ideias sob a perspectiva da experiência possível e argumentar contra o não-fundado

¹⁰⁷⁰ „Analytic (g gehört zur doctrin; dialectic zur Critic). Momente des Verstandes und Vernunft (unbestimmt in ansehung der objecten)“. Rx 1675 AA 16: 74.

¹⁰⁷¹ Heimsoeth vê nesse sentido preciso de „dialética” o “sentido profundo” de Crítica: "Dialektik als 'Kritik' des Mißbrauchs von an sich notwendigen Grundsätzen, des Mißbrauchs in Erschließungs- und Erweiterungsansprüchen der Metaphysik, und wie derselbe nicht durch Philosophenwillkür, sondern jeweils durch eine Weise des 'transzendentalen Scheins' (gespeist dieser aus tief verborgenen Quellen der Vernunft selbst) bedingt ist - diese Kritik wird alle drei Themenbereiche ausführlich zu durchforschen haben" (Heimsoeth, H. *Transzendente Dialektik*. Op. cit. Bd 1. p. 25). Para Heimsoeth, "der Dialektik-Teil des Werkes ist es (...) recht eigentlich, wegen dessen das ganze Unternehmen den titel *Kritik* der reinen Vernunft erhielt, während transzendente Ästhetik und Analytik, die ihm vorausgehen, eine positive 'Doktrin' bezüglich unserer in 'Grundsätzen' fundierten Erkenntnis auf dem Boden der Erfahrung geben" (Idem. pp. 1-2). „Mit transzendentaler Dialektik bezeichnet Kant eine aller vorausgegangenen Philosophie gegenüber neue und nur seiner Vernunftkritik eigene Theorie und Aufgabe" (Idem. S. 3). Como se sabe, é esta a visão dos intérpretes que veem no problema da antinomia o „systeminitiiierende Impuls der Transzendentalphilosophie“. Sobre isso cf. Röttges, H. *Dialektik als Grund der Kritik: Grundlegung einer Neuinterpretation der Kritik der reinen Vernunft durch Nachweis der Dialektik von Bedeutung und Gebrauch als Voraussetzung der Analytik*. Königstein/Ts.: Hain, 1981. p. 9: „[D]ie nicht bloß logische, sondern transzendente Dialektik ist zumindest insofern Voraussetzung der Kritik überhaupt und damit der Analytik in besonderen, als sie allererst den Anstoß bedeutet für alle Kritik“.

daqueles que extrapolam ilegitimamente as suas legítimas pretensões ao conhecimento empírico e procuram assim negar a possibilidade em geral das ideias. Ao mesmo tempo em que limita (uso negativo), o tribunal expande (ao menos potencialmente) o uso legítimo das ideias (uso positivo). Para atingir esse objetivo Kant deve satisfazer duas condições:

Em *primeiro lugar*, já tendo mostrado, por meio de uma dedução metafísica ou subjetiva que as ideias não são “bloße Hirngespinnste”, Kant deve descobrir do “falso pressuposto” de que partem ambas as partes em conflito e que torna as inferências racionais inferências *dialéticas* e *enganadoras*, impedindo assim que as partes fundamentem suas asserções. O “Dritte” cético ou *juiz crítico* adota o ponto de vista que investiga e esclarece o erro comum no tribunal da razão.

Em *segundo lugar*, Kant deve desabilitar a posição dogmática que infere a impossibilidade *em geral* das ideias a partir da impossibilidade de um conhecimento especulativo-constitutivo das mesmas – ou seja, Kant deve limitar a expansão ilegítima da pretensão legítima dos adversários da metafísica a um conhecimento empírico. Entendemos melhor esse ponto levando em consideração o que expomos no capítulo 8 sobre a Disciplina, ou seja, a impossibilidade de uma prova ostensiva e de uma prova apagógica, ao mesmo tempo em que se admite a refutação ou retorsão. A partir da Disciplina da Razão Pura conclui-se que Kant afasta no conflito antinômico da razão (e, de modo geral, de toda Dialética Transcendental) a possibilidade de provas ostensivas e apagógicas. A exclusão da prova ostensiva radica na peculiaridade das ideias da razão: ao contrário dos conceitos puros do entendimento, elas não podem ser transcendentalmente deduzidas, ou seja, não é possível provar diretamente sua realidade objetiva (e tampouco o reverso: sua impossibilidade), mediante uma prova ostensiva, mas apenas sua “realidade (subjetiva) transcendental”. Em virtude da ilusão transcendental tampouco é possível uma prova apagógica, já que estas são permitidas apenas onde o subjetivo do conhecimento não pode ser tomado por objetivo. Resta aos partidários da metafísica a refutação ou retorsão de seus adversários, admitir a sua própria falta de provas ao mesmo tempo em que se refura a extrapolação das pretensões opostas. Somente assim se pode fundar a possibilidade da legislação positiva da razão¹⁰⁷².

¹⁰⁷² Pissis ressalta a necessidade de identificar também na Dialética, e não apenas na Analítica e na Estética, o caráter positivo do afazer crítico. Assim como o autor, acreditamos que o aspecto positivo da Dialética consiste na prova da possibilidade de um uso regulativo das ideias e também de um uso prático,

10.1. Ilusão transcendental e a dialética transcendental

10.1.1. Ilusão transcendental, *vitium subreptionis* e o conflito entre leis no tribunal da razão

Expôr a ilusão transcendental subrepticamente presente em toda inferência dialética da razão é pressuposto de qualquer investigação sobre a Dialética Transcendental. Já discutimos anteriormente como a ideia de um “pressuposto equivocado” ou “preconceito fundamental” é mencionada por Kant em escritos Pré-Críticos; no entanto, apenas na *KrV* ela assume a forma de uma ilusão transcendental na qual o conhecimento humano incorre natural e inevitavelmente. E mais: Kant designa a razão pura como “a sede da ilusão transcendental” *<Sitze des transzendentalen Scheins>* (A 298/B 355). É justamente essa ilusão transcendental que ocasiona o abuso das ideias que faz com que conceitos “corretamente inferidos” tornem-se “conceitos sofisticos”, que a validade subjetiva das ideias torne-se subrepticamente uma ilegítima validade objetiva. A peculiaridade da ilusão transcendental é que o abuso por ela provocado não é contingente, artificial ou evitável, mas antes, como veremos, necessário, natural e inevitável.

Com efeito, Kant define a Dialética como *Logik des Schein* em oposição a uma lógica da *Wahrscheinlichkeit*: esta é a verdade, mas conhecida por meio de fundamentos insuficientes *<durch unzureichende Gründe erkannt>*. Aqui o conhecimento é defeituoso *<mangelhaft>*, mas não enganoso *<truglich>*. Tampouco se deve confundir *Schein* e *Erscheinung*. Este é a “Wahrheit empirischer Erkenntnis”, e não erro, engano ou verossimilhança. Tanto *Wahrheit* e como *Schein* não estão nos objetos, na medida em que este é intuído, mas no juízo sobre ele. Portanto, verdade e erro - e assim a ilusão - apenas são encontrados no juízo, isto é, na relação do objeto com nosso entendimento, e não no próprio objeto. Como Kant escreve no início do Apêndice à Dialética Transcendental, o erro relativo às ideias surge não delas mesmas, mas do juízo relativo a elas, em outras palavras, do *uso* que delas se faz - um uso *imane*nte, como princípio regulativo da experiência, é justificado, ao passo que seu uso *transcendente*, como

permitida pelas limitações e refutações aos dogmatismos, empírico e racionalista, realizadas no capítulo e complementadas na Doutrina Transcendental do Método. Contudo, não cremos ser possível discutir esse duplo caráter, positivo e negativo, como faz o autor, sem consideração da disciplina da razão pura e sem ater-se à noção de uma legislação da razão. Pissis, J. *Kants transzendente Dialektik: zu ihrer systematischen Bedeutung*. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2012.

princípio constitutivo da experiência, é injustificado e leva ao erro. Trata-se do abuso das ideias ao qual já nos referimos. Como ficará claro na sequência, o erro de base é um *Fehler der Subreption* ou uma “subrepção transcendental” que faz com que tomemos as condições subjetivas de nosso conhecimento por objetivas, isto é, as condições que regulam a constituição da objetividade de um objeto da experiência possível (fenômeno) são confundidas com as condições de constituição de um objeto em si (númeno). Esse erro de subrepção é atribuído ao um “Mangel der *Urteilkraft*, niemals aber dem Verstand oder der Vernunft” (A 643/B 671). Portanto, justamente nessa falha ou falta do juízo, ocasionado por uma ilusão transcendental, que se assenta o erro central da metafísica.

No entanto, pelo quê exatamente se explica a ilusão e, com ela, o erro do *Mißbrauch* das Ideias? Ora, o erro se opõe à verdade, entendida como concordância completa de um conhecimento com as leis do entendimento ou com as leis da sensibilidade. Ou seja, a causa do erro não reside *no* entendimento ou *na* sensibilidade, mas alhures, em alguma interferência indevida, uma *Verleitung* que leva à ilusão. Para ilustrar esse pensamento Kant emprega até um argumento, digamos, “naturalista” e “teleológico”, do qual ele lança mão também em outros escritos (p.ex. GMS AA 04: 395-6): nenhuma força da natureza (num sentido de “*Naturanlage*”, de algo natural, e não necessariamente de um produto específico da natureza) pode desviar-se, discordar de suas próprias leis sem que a presença de algum *Einfluss* externo a ela a desvie de seu “percurso”:

In einem Erkenntnis, das mit den Verstandesgesetzen durchgängig zusammenstimmt, ist kein Irrtum. In einer Vorstellung der Sinne ist (weil sie gar kein Urteil enthält) auch kein Irrtum. Keine Kraft der Natur kann aber von selbst von ihren eigenen Gesetzen abweichen. Daher würden weder der Verstand für sich allein (ohne Einfluß einer andern Ursache), noch die Sinne für sich, irre (A 293/ B 350).

Portanto, *por si só* nem entendimento nem sensibilidades erram. O primeiro pois, se age segundo suas próprias leis, o efeito (juízo) necessariamente concorda com estas, o que consiste no *formal da verdade* (como diz Kant, a “concordância com as leis do entendimento”). Já no caso da sensibilidade não há, nela mesma, juízo, portanto nem falsidade nem verdade. Ou seja, o erro surge quando há uma *influência indevida*, *não notada* <*unbemerker Einfluß*> da sensibilidade no entendimento, por meio da qual os fundamentos *subjetivos* do juízo “confluem”, “confundem-se” <*zusammenfließen*> com os *objetivos* desviando-o de sua “destinação” ou “determinação” <*von ihrer Bestimmung abweichend machen*>:

Weil wir nun außer diesen beiden Erkenntnisquellen keine andere haben, so folgt: daß der Irrtum nur durch den *unbemerkten Einfluß* der Sinnlichkeit auf den Verstand bewirkt werde, wodurch es geschieht, daß die subjektiven Gründe des Urteils mit den objektiven zusammenfließen, und diese von ihrer Bestimmung abweichend machen (A 294/ B 350-351. Grifos meus).

A sensibilidade é fonte do conhecimento real <*realer Erkenntnis*> e, ao mesmo tempo, na medida em que influi na ação do entendimento <*Verstandeshandlung*>, fundamento do erro <*Grund des Irrtums*>¹⁰⁷³. Dessa interferência subreptícia da sensibilidade na ação do entendimento surge o *vitium subreptionis* ou *Fehler der Erschleichung*, conceituado por Kant de modo geral como um *Vertauschung des Intellektuellen und des Sinnlichen*¹⁰⁷⁴.

O registro em que Kant parece mover-se aqui é o da *Dissertatio*. A influência indevida aqui é, entretanto, entre leis da sensibilidade e do entendimento, não da sensibilidade sobre as leis da *razão*, de que se trata na Dialética. Contudo, na Lógica Blomberg, de 1771, Kant discute o *vitium subreptionis* como a confusão entre conceitos de experiência e conceitos da *razão*:

Wir müssen uns hauptsächlich bemühen, Erfahrungs-Begriffe von Vernunft-Begriffen zu unterscheiden. Was nicht in die Sinne fällt, gehet nicht vor die Erfahrung. Aus der *Vermischung der Erfahrungs- und Vernunft-Begriffen* entstehet das *vitium Subreptionis*, davon *in der Metaphysica die Rede ist*. Recht, und Unrecht sind keine Erfahrungs, sonderen reine Vernunft Begriffe, sie wären aber Erfahrungs-Begriffe, wenn das Unrecht wäre, was nicht gewöhnlich ist, was die Menschen nicht thuen (V-Lo/Blomberg AA 24: 254 (1771) Hervorh. d. Verf.).

A argumentação da Dialética precisa ser entendida à luz dessa passagem da Lógica Blomberg: a ilusão transcendental, "davon in der Metaphysica die Rede ist", surge de um *vitium subreptionis* que diz respeito à confusão entre conceitos da razão e conceitos da experiência, ou ainda, entre leis da razão e leis da sensibilidade ou – se entendidas na sua conjunção com o entendimento, isto é, como princípios de constituição da experiência – leis do entendimento. Outra forma de compreender essa passagem e dirimir algumas incoerências aparentes é interpretando os conceitos e as inferências da razão não como se elas dissessem respeito a conceitos propriamente da razão, mas,

¹⁰⁷³ "Gefahr des Irrtums entsteht, wenn 'subjektive Gründe' sinnlich-anschaulicher Gegebenheit und Vorstellungsweise (...) die Sachauffassung, also die 'objektiven' Gründe des Urteils unvermerkt beeinflussen". Heimsoeth, H. *Transzendente Dialektik*. Bd. 1. Op. cit. p. 9.

¹⁰⁷⁴ Para as relações entre ilusão transcendental e *vitium subreptionis*, Cf.. Birken-Bertsch, H. *Subreption und Dialektik bei Kant*. Op. cit. De modo geral o conceito de *vitium subreptionis* ou *Fehler der Erschleichung* é mais amplo do que o de ilusão transcendental, servindo para outros âmbitos da filosofia kantiana (Idem. pp. 122-141), ainda que, sob a perspectiva de seu significado sistemático, a ilusão transcendental assumia precedência no período crítico; sob a perspectiva genética, por sua vez, é o conceito de *Fehler der Erschleichung* que precede o de ilusão transcendental, como mencionaremos na sequência.

inversamente, a conceitos do entendimento. Como já aludido, no início do capítulo sobre a antinomia Kant explicita que a razão não produz propriamente nenhum conceito, limitando-se, em lugar disso, a "libertar" os conceitos do entendimento das "inevitáveis limitações de uma experiência sensível":

[Wir] müssen Erstlich bemerken, daß nur der Verstand es sei, aus welchem reine und transzendente Begriffe entspringen könne, daß die Vernunft eigentlich gar keinen Begriff erzeuge, sondern allenfalls nur den *Verstandesbegriff*, von den unvermeidlichen Einschränkungen einer möglichen Erfahrung *frei mache*" (A 408-9/B 435).

Dessa forma compreende-se que Kant ainda possa falar aqui de conflito entre leis do entendimento e leis da sensibilidade, na medida em que a razão "liberta" as leis do entendimento de seus limites, digamos, "constitucionais", no interior dos quais tais leis do entendimento vale como leis da sensibilidade – isto é, como leis da experiência. Ao contrário do que ocorria na *Dissertatio*, onde Kant menciona pela primeira vez o conflito das leis do intelecto e as leis da sensibilidade, a distinção entre razão e entendimento realizada após a *Dissertatio* permite compreender o modo como Kant soluciona o conflito enquanto um conflito de jurisprudências distintas a ser mediado pela razão¹⁰⁷⁵. Voltaremos a isso por ocasião da discussão da antinomia.

Passando por cima dessa dificuldade terminológica, podemos dizer que o *vitium subreptionis* "rouba os direitos" <*das Recht beraubt*> (Rx 241. AA 15: 92) da razão ou do entendimento por ocasião da tentativa de atribuir aos conceitos e princípios destes um âmbito de validade específico. É justamente esse "roubo dos direitos" que deve ser resolvido pelo tribunal da razão na Dialética Transcendental.

Sobre o modo de corrigir essa influência indevida e, assim, resolver o conflito entre leis da razão e leis da sensibilidade, Kant usa a imagem de um corpo em movimento que é desviado de sua rota e recomenda considerar o juízo errôneo como uma "diagonal entre 2 forças que determinam o juízo de acordo com 2 direções diferentes que, por assim dizer, circunscrevem um ângulo" (A 294-5/ B 351). Isso corre por meio da "*transzendente Überlegung*, wodurch (wie schon angezeigt worden) jeder Vorstellung ihre Stelle in der ihr angemessenen Erkenntniskraft angewiesen, mithin auch der Einfluß der letzteren auf jene unterschieden wird" (A 295/ B 351. Grifos

¹⁰⁷⁵ M. Baum, após citar a passagem da *KrV* sobre a razão libertar os conceitos do entendimento, escreve: „Aus dieser Abhängigkeit der Vernunftbegriffe von den Verstandesbegriffen folgt schon die kritische Umkehrung des platonisierenden Idealismus und seine Reduktion auf die Rolle der Formgebung bei der Konstitution einer Erkenntnis, deren Gegenstand in einer sinnlichen Anschauung gegeben werden können muss, um für sie Wahrheit beanspruchen zu können". Baum, M. „Kants kritischer Rationalismus“ Op. cit. p. 196.

nosso). Assim como no Apêndice à Analítica Transcendental, o capítulo sobre a Anfibolia, a reflexão transcendental, como o meio de determinar a qual faculdade de conhecimento pertence certa representação, se ao “entendimento puro” ou à “sensibilidade”, é necessária para evitar a “Verwechselung des reinen Verstandesobjekts mit der Erscheinung” (A 270/B 326), ou seja, para “controlar” a ilusão e, assim, evitar a confusão entre as jurisdições no interior da legislação da razão. Permanece como pano de fundo um conceito não sem razão ligado à jurisprudência, a saber, a *tópica transcendental*. Esta é “eine Lehre, die vor *Erschleichungen des reinen Verstandes und daraus entspringenden Blendwerken* gründlich bewahren würde, indem sie jederzeit unterschiede, welcher Erkenntnißkraft die Begriffe eigentlich angehören” (A 268/B 324). Ao assinalar o lugar transcendental dos conceitos de cada faculdade de conhecimento e proteger contra o vício de subrepção que leva à confusão entre sensibilidade e entendimento e razão, isto é, designar o âmbito de validade original e específico de cada pretensão avançada no tribunal da razão, a *tópica* serve à tarefa judicial do tribunal como um meio à disposição do juiz crítico¹⁰⁷⁶.

Kant define a ilusão transcendental a partir de sua contraposição com a ilusão empírica. Esta consiste num desvio do correto uso empírico das regras do entendimento através de uma influência indevida da imaginação. A ilusão transcendental, por sua vez, diz respeito a proposições cujo uso não é tomado como restrito à experiência e que, pois, a despeito de todas as “advertências da Crítica” <*Warnungen der Kritik*>, procuram ir além do uso empírico das categorias e nos enganar com um “Blendwerke einer Erweiterung des *reinen Verstandes*” (A 295/ B 352). Ou seja, ao invés de mero desvio pontual em relação ao correto uso empírico do entendimento, a ilusão transcendental é o desvio do uso empírico *em geral* dos conceitos e princípios do entendimento e, enquanto tal, tem um fundamento transcendental. Decerto, na discussão em torno da oposição entre ilusão transcendental e ilusão empírica está pressuposta a distinção entre princípios da experiência possível, cuja “Bestimmung” é constituir e

¹⁰⁷⁶ A *tópica* nada mais é do que uma “recensão de todos os títulos e argumentos sob os quais os objetos são considerados”. Ou seja, “como podemos considerar uma coisa a partir de diferentes pontos de vista”. Cf. V-Lo/Busolt AA 24: 681: “Die Topica des Aristoteles waren nichts anders, als eine Rezension aller Titteln und argumentae worunter die Gegenstände betrachtet werden können; wie wir z.E. eine Sache aus verschiedenen Gesichtspunkten betrachten können”. Cf. também V-Lo/Pölit AA 24: 596-597. A descrição da *tópica* como a ciência de ver e considerar os objetos sob pontos de vista diversos permanece em conexão com a solução da antinomia e, decerto, com o princípio metodológico do método cético. Na *tópica* transcendental, cuja origem jurídica é patente, como pretendemos ter indicado no capítulo 4 sobre a *Quellengeschichte* do conceito de antinomia, infelizmente não poderemos nos aprofundar. Sobre isso, Cf. Leitner, H. *Systematische Topik: Methode und Argumentation in Kants kritischer Philosophie* Würzburg: Königshausen & Neumann, 1994.

regular as intuições sensíveis numa concatenação de sentido empírico, e "princípios metafísicos", que procuram constituir objetos para além da experiência possível. Esses princípios do "entendimento puro" ou da "razão" fazem um uso não-esquemático das categorias como puras formas de pensamento numa ilusória ampliação do nosso saber até o suprasensível, perdendo, com a ausência de referência da intuição sensível, toda "Probierstein" da verdade.

Para elucidar o *Mißbrauch* dos princípios do entendimento envolvido Kant recorre a uma série de elucidações conceituais envolvendo termos como imanente, transcendente e transcendental¹⁰⁷⁷. Kant distingue por um lado princípios *imanes* e *transcendentes* do entendimento e, por outro, um uso *empírico* e um uso *transcendental* dos conceitos do entendimento. O abuso dos conceitos do entendimento consiste em tomar o uso empírico das categoria por um uso *transcendental*. Em oposição ao uso empírico, que "sich ganz und gar in den Schranken möglicher Erfahrung hält" (A 295-6/B 352) o uso transcendental das categorias é definido por Kant como um uso que "über die Erfahrungsgrenze hinausreichen" e, portanto, identificado, curiosamente, com um abuso das categorias (A 296/B 352)¹⁰⁷⁸. Um tal (ab)uso transcendental das categorias é, segundo Kant, „ein bloßer Fehler der nicht gehörig durch Kritik gezügelten Urteilskraft“ (A 296/B 352) e não deve ser confundido com o que Kant chama de um *princípio transcendente*. Um princípio transcendente „nimmt die Schranke der Erfahrung weg, „ja gar [gebietet] sie zu überschreiten“. Ao passo, porém, que o (ab)uso transcendental do entendimento apenas „auf die Grenze des Bodens, worauf allein dem

¹⁰⁷⁷ Hinske argumenta que neste momento da *KrV* Kant assume implicitamente um sentido "antigo", isto é, pré-Crítico de transcendental, pertencente à tradição wolffiana de uma *cosmologia transcendentalis*. O "significado antigo" (pré-*KrV*) e o "propriamente kantiano" (*KrV*) de filosofia transcendental convivem lado a lado na filosofia Crítica de forma mais ou menos conscientes, daí as *Schwankungen* do termo ao longo da obra crítica, como por exemplo nas modificações empreendidas por Kant na Introdução à *KrV* entre A e B (A 11-2/ B 25). Cf. Hinske, N. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Op. cit. pp. 27-39. É possível ainda compreender as *Schwankungen* de Kant aqui à luz da "patchwork theory" de Kemp Smith, Adickes, Erdmann, Vaihinger *et alia*, segundo a qual "sich in der *KrV* Passagen finden, bei denen es sich tatsächlich um alte Schriftstücke Kants handelt, die er bei der Niederschrift der *KrV* in diese eingebaut habe" (Buchenau, S; Hogan, D & Schönecker, D. *Kants Begriff transzendentaler und praktischer Freiheit: eine entwicklungsgeschichtliche Studie*. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2005. p. 97. Cf. Kemp Smith, N. A. *Commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. Op. cit. pp. xix-xxv). Trata-se aqui de duas formas de evitar juízos sobre "contradições" ou "incoerências" do texto kantiano ao procurar compreendê-lo de forma histórica e genética.

¹⁰⁷⁸ "Curiosamente" pois este sentido de "transcendental" não é o mesmo da definição clássica de "transcendental" em B 25. Podemos entender essa *Schwankung* no sentido à luz do que Hinske defende (cf. nota anterior). Ou ainda, é possível uma tentativa de compreender o que Kant quis dizer com um "abuso transcendental" das categorias. Heimsoeth dá como exemplo de "abuso" transcendental o princípio de razão suficiente entendido como princípio ontológico de causalidade, ou seja, quando se aplica o princípio de causalidade para além do "solo da experiência". Heimsoeth, H. *Transzendente Dialektik*. Bd. 1. Op. cit. p. 12.

reinen Verstande sein Spiel erlaubt ist, nicht genug Acht hat“, tais princípios transcendentos pretendem „alle jene Grenzpfähle niederreißen und [maßen] sich einen ganz neuen Boden, der überall keine Demarkation erkennt, [an]“ (A 296/B 352). Para compreender mais apropriadamente o que foi dito até aqui, cumpre lançar um breve olhar ao Apêndice à Analítica Transcendental. Aqui Kant escreve que o uso transcendental de um conceito „em um princípio qualquer“ refere-se a „coisas em geral e em si mesmas“, não a fenômenos (B 298) e nessa medida pressupõe um „conceito de coisas em geral“. Um tal uso transcendental do *entendimiento* é um „simples erro“ de não simplesmente *pensar* o „objeto transcendental“ como um algo=X, mas antes procurar conferir-lhe um „significado positivo“ e determiná-lo positivamente como númeno, como coisa em si mesma (Cf. A 270-1/B 326-7)¹⁰⁷⁹. Um tal erro da „faculdade de julgar“ pode, segundo Kant, ser facilmente corrigido por meio de uma „crítica desse entendimento puro“¹⁰⁸⁰. Com um princípio transcendente ocorre algo totalmente diferente. Tais princípios não são o resultado de um „descuido“ da faculdade de julgar, mas estão, antes, enraizados na natureza da razão humana. A correção do abuso transcendental das categorias mostra-se, portanto, como uma tarefa mais simples do que a correção do abuso transcendental das categorias tornadas ideias, a partir das quais surgem tais princípios. O uso transcendental-especulativo da razão pura, ou ainda, dos conceitos puros da razão (A 319/B 376) deve ser submetido portanto a uma rigorosa crítica. Diferentemente do abuso das categorias, o abuso das ideias é ocasionado por uma *ilusão transcendental*, que não „aufhört, ob man ihn schon aufdeckt und seine Wichtigkeit durch die transzendente Kritik deutlich eingesehen hat“, como, p.ex., a ilusão envolvida na proposição: „o mundo precisa ter um começo segundo o tempo“ (A 297/B 352). O fundamento para tanto é:

daß in unserer [d.h. menschlichen, endlichen] Vernunft (subjektiv als ein menschliches Erkenntnisvermögen betrachtet) Grundregeln und Maximen ihres Gebrauchs liegen, welche

¹⁰⁷⁹ M. Willaschek resume da seguinte forma os possíveis sentidos de „objeto transcendental“ assumidos por Kant „(1) die durch die reinen (unschematisierten) Kategorien bestimmte Struktur eines „Gegenstandes überhaupt“, (2) das für alle Erscheinungen identische „Etwas = x“ und (3) den für unterschiedliche jeweils spezifischen, uns aber unbekannten transzendentalen „Grund“. Willaschek, M. „Phänomena/Noumena und die Amphibolie der Reflexionsbegriffe“. In: Mohr, G & Willaschek, M (Hrsg.). *Kants Kritik der reinen Vernunft*, Op. cit. S. 334.

¹⁰⁸⁰ „Die Kritik dieses reinen Verstandes erlaubt es also nicht, sich ein neues Feld von Gegenständen außer denen, die ihm als Erscheinungen vorkommen können, zu schaffen und in intelligibele Welten, sogar nicht einmal in ihren Begriff auszuschweifen. Der Fehler, welcher hiezu auf die allerscheinbarste Art verleitet und allerdings entschuldigt, obgleich nicht gerechtfertigt werden kann, liegt darin: daß der Gebrauch des Verstandes wider seine Bestimmung transcendental gemacht, und die Gegenstände, d.i. mögliche Anschauungen, sich nach Begriffen, nicht aber Begriffe sich nach möglichen Anschauungen (als auf denen allein ihre objective Gültigkeit beruht) richten müssen“. B 345.

gänzlich das Ansehen objektiver Grundsätze haben, und wodurch es geschieht, daß die subjektive Notwendigkeit einer gewissen Verknüpfung unserer Begriffe, zu Gunsten des Verstandes, für eine objektive Notwendigkeit, der Bestimmung der Dinge an sich selbst, gehalten wird (idem)

Com a utilização da contraposição entre subjetivo e objetivo somos remetidos a dois contextos diversos. Podemos entendê-la primeiramente sob a perspectiva da distinção entre dedução metafísica e dedução transcendental tomada como a oposição entre dedução subjetiva e dedução objetiva, isto é, uma dedução que prova a realidade (transcendental) subjetiva e uma dedução que prova a realidade objetiva das ideias como princípios constitutivos da experiência. Além desse contexto, já discutido, podemos também considerar o da oposição entre máxima e lei, princípio subjetivo e princípio objetivo. Ora, o uso dos termos “máxima” e “regras fundamentais”, e não “leis”, tem por objetivo marcar o aspecto essencialmente subjetivo dos princípios aqui envolvidos. Utilizando termos que remetem diretamente à filosofia moral, Kant afirma que os princípios subjetivos são tornados subreptícia e indevidamente *objetivos*, no sentido de *constitutivos* dos objetos mesmos. Em outras palavras, máximas (princípios de validade subjetiva, particular) são erroneamente tomadas por *leis* (princípios de validade objetiva, universal). Trata-se da ilusão de tomar regras e máximas subjetivas por princípios objetivos, constitutivos de objetos - em outras palavras, tomar princípios subjetivos de constituição ou regulação dos fenômenos por princípios de constituição das coisas-em-si mesmas. A necessidade *subjetiva* de tais princípios (ora, sem as formas puras da sensibilidade, as categorias e os princípios do entendimento não haveria experiência possível) é indevidamente transmutada na necessidade *objetiva* de que os objetos dos quais os fenômenos são, justamente, fenômenos ou aparências também sejam, em si mesmos, constituídos a partir de tais condições subjetivas. Dito de forma mais simples, a ilusão de que as coisas em si estão sujeitas às condições espaço-temporais e que, em sinal inverso, as condições espaço-temporais são as únicas às quais todas as coisas possíveis estão sujeitas¹⁰⁸¹. Trata-se de uma ilusão <Illusion> inevitável, assim como a ilusão empírica que atinge o astrônomo ao observar a lua e vê-la maior do que ela é, ainda que ele não se deixe enganar por essa ilusão.

Diferentemente da ilusão lógica e assim como a ilusão empírica, tal ilusão descrita é decerto inevitável. Isto não significa, porém, que ela seja inevitavelmente

¹⁰⁸¹ "Der 'Schein transzendentaler Urteile' (...) beruht also auf einer unwillkürlichen 'Unterschiebung' (subreptio, alter Terminus der Logik); Maximen des Vernunftgebrauchs werden für Prinzipien von gegenständlich-ontologischer Aussagekraft genommen". Heimsoeth, H. *Transzendente Dialektik*. Bd. 1. Op. cit. p. 14

enganosa. O objetivo da Dialética Transcendental é apenas "descobrir" <aufdecken> a ilusão e ao mesmo tempo impedir <verhüten> que ela engane (A 297/ B 354). Que ela deixe de ser uma ilusão não é possível,

denn wir haben es mit einer *natürlichen* und unvermeidlichen *Illusion* zu tun, die selbst auf subjektiven Grundsätzen beruht, und sie als objektive unterschiebt, anstatt daß die logische Dialektik in Auflösung der Trugschlüsse es nur mit einem Fehler, in Befolgung der Grundsätze, oder mit einem gekünstelten Scheine, in Nachahmung derselben, zu tun hat. Es gibt also eine natürliche und unvermeidliche Dialektik der reinen Vernunft, nicht eine, in die sich etwa ein Stümper, durch Mangel an Kenntnissen, selbst verwickelt, oder die irgend ein Sophist, um vernünftige Leute zu verwirren, künstlich ersonnen hat, sondern die der menschlichen Vernunft unhintertreiblich anhängt, und selbst, nachdem wir ihr Blendwerk aufgedeckt haben, dennoch nicht aufhören wird, ihr vorzugaukeln, und sie unablässig in augenblickliche Verirrungen zu stoßen, die jederzeit gehoben zu werden bedürfen (A 297-8/B 354)

Esta ilusão *transcendental*, diferentemente da lógica, não repousa num mero erro <Fehler> de desatenção, mas numa subreção transcendental¹⁰⁸², que não cessa no momento em que é descoberta, mas, por repousar na natureza da razão humana, deixa suas marcas em cada inferência que a razão realiza. A razão humana é naturalmente conduzida a confundir fenômenos e coisa-em-si, condições subjetivas de constituição de um objeto da experiência possível e condições objetivas da constituição de uma coisa em si. Nesta ilusão transcendental repousa a causa profunda da existência do "Kampfplatz dieser endlosen Streitigkeiten" que marca a metafísica e também das "perguntas" que "die menschliche Vernunft belästigt", pois elas ultrapassam em muito as capacidades da razão em respondê-las. A Dialética Transcendental que daí surge não é, portanto, uma "sofística artificial" ensejada por um simples desejo de conflito e tampouco o resultado de alguma insuficiência lógico-cognitiva do homem, mas tem seu fundamento e *ratio fiendi* na própria razão.

Mesmo após a Analítica ter deduzido diretamente as pretensões da razão a um conhecimento da experiência possível e, assim, delimitado *ex negativo* o âmbito de validade de seus princípios constitutivos, Kant admite, pois, a inevitabilidade de uma Dialética Transcendental como investigação sobre a origem e extensão da ilusão transcendental. Esta passagem da Log. Jäsche explicita o que dissemos:

Um Irrthümer zu vermeiden, muß man die Quelle derselben, den Schein, zu entdecken und zu erklären suchen. Das haben aber die wenigsten Philosophen gethan. Sie haben nur die Irrthümer selbst zu widerlegen gesucht, ohne den Schein anzugeben, woraus sie entspringen. Diese Aufdeckung und Auflösung des Scheines ist aber ein weit größeres Verdienst um die Wahrheit als die directe Widerlegung der Irrthümer selbst, wodurch man die Quelle derselben

¹⁰⁸² Cf. Birken-Bertsch, H. *Subreption und Dialektik bei Kant*. Op. cit. p. 162.

nicht verstopfen und es nicht verhüten kann, daß nicht der nämliche Schein, weil man ihn nicht kennt, in andern Fällen wiederum zu Irrthümern verleite (Log. Jäsche AA 09: 56).

A Dialética não tem como objetivo, portanto, denunciar a “falsidade intrínseca” à metafísica¹⁰⁸³ e seu *Kampfplatz*, mas corrigir o “abuso” dos princípios da razão, mostrar a ilusão em que ele repousa, o erro que os combatadores cometem e formas de solucionar o conflito. Para tanto, o “juiz crítico” deve entrar em cena, investigar o conflito, revelar a ilusão em que cada parte incorre e assinalar a cada uma delas o âmbito de validade de suas asserções.

10.1.2. As inferências dialéticas da razão – o surgimento da ilusão e do erro

Vimos no capítulo anterior como a dedução metafísica ou subjetiva demonstra que as ideias são conceitos “corretamente inferidos”, ou seja, ela assegura ao menos a “Realität subjektive, ie, tranzendentale” das ideias - ela mostra que as ideias surgem da “natureza da razão”, sem ainda, contudo, demonstrar qual uso delas é “justificado”, isto é, sem provar sua “realidade objetiva”, ou ainda, que a elas corresponde um objeto - em outras palavras, sem deduzi-las *transcendentalmente*. Essa *subjektive Realität* é erroneamente transformada, no momento de seu uso ou abuso, numa falsa, errônea e sofisticada *objektive Realität* por meio de uma ilusão natural e inevitável – e justamente *aqui*, e não no momento mesmo de “produção” das ideias, é que repousa o erro central da *metaphysica specialis*. Com efeito, “wenigstens die *transzendentale (subjektive) Realität* der reinen Vernunftbegriffe” repousa no fato de que “wir durch einen notwendigen Vernunftschluß auf solche Ideen gebracht werden” (A 339/ B 397). Decerto, “dergleichen Schlüsse sind in Ansehung ihres Resultas also eher *vernünftelnde*, als Vernunftschlüsse zu nennen”; contudo, “weil sich doch nicht erdichtet oder zufällig entstanden, sondern aus der Natur der Vernunft entsprungen” (A 339/B 397), elas não são *em si* dialéticas. De resto, elas não são “Sophistifikationen” dos homens, mas da própria razão pura (*idem*).

Kant distingue três classes ou formas <*Arten; Klassen*> de inferências racionais dialéticas, ou seja, de inferências sofisticadas que tornam as ideias da razão enganosas: 1) infere-se do conceito transcendental de sujeito, que não contém nenhum diverso, a sua unidade absoluta – por meio de um *Paralogismo* transcendental se constitui uma suposta *psicologia racional* como ciência racional da natureza pensante; 2) infere-se do

¹⁰⁸³ Ver Licht dos Santos, P. “Algumas observações sobre a Dialética Transcendental”. Op. cit. p. 139.

conceito de uma unidade sintética incondicional (ou seja, de um incondicionado na série condicionada dos fenômenos) a correção <*Richtigkeit*> da unidade contraposta, da qual, porém, tampouco se tem um conceito, ou seja, essa inferência parte do conceito transcendental da totalidade absoluta da série de condições para um fenômeno dado para formular uma *cosmologia racional* como ciência racional do mundo. "Den Zustand der Vernunft bei diesen dialektischen Schlüssen, werde ich die *Antinomie* der reinen Vernunft nennen" (A 340/ B 398); 3) por fim, infere-se da totalidade das condições do pensamento de um objeto a unidade sintética absoluta de todas as condições de possibilidade das coisas em geral, ie, o ser dos seres, cujo conceito não conheço - *Ideal* da razão pura, no qual se funda a *teologia racional* como ciência racional do "ser de todos os seres". É, pois, no momento em que se faz do princípio racional um princípio constitutivo e por meio disso se busca conhecer o objeto da ideia e, assim, formular uma ciência racional dele, é que as ideias se tornam *enganadoras* e as inferências pelas quais a elas se chegam *sofísticas*. Em virtude de falta de espaço, na sequência nos limitaremos a discutir a "forma de tribunal" nos paralogismos, segundo a edição B, e então na antinomia, onde a "nomotética" da razão se mostra em sua forma mais completa, deixando de lado o Ideal Transcendental.

10.2. Os paralogismos da razão pura

O capítulo sobre os Paralogismos realiza a desconstrução da psicologia racional como disciplina metafísica, isto é, como uma disciplina que contém princípios sintéticos a priori sobre a natureza da alma. O erro cometido pelo psicólogo racional consiste basicamente de partir de uma proposição empírica indeterminada, o "eu penso", e, por meio de uma inferência silogística, aspirar a uma ampliação do conhecimento sintético a priori a respeito da substância pensante¹⁰⁸⁴. O paralogismo lógico consiste na falsidade de uma inferência racional segundo sua forma, independente de seu conteúdo. Já o paralogismo transcendental, no qual incorre a psicologia racional, tem um "transzendentaler Grund: der Form nach falsch zu schliessen". Esse paralogismo

¹⁰⁸⁴ "Die rationale Psychologie wird im ersten Hauptstück der transzendentalen Dialektik als eine Disziplin vorgestellt, die aus dem empirisch unbestimmten Satz 'Ich denke' mittels eines syllogistischen Schlusses zu einer Erweiterung unserer Selbsterkenntnis beitragen will. Im Ausgang vom reinen Selbstbewußtsein sollen das Wesen und die Natur unserer Seele als derjenigen Substanz, die Träger dieses Selbstbewußtseins und Gegenstand des inneren Sinnes ist, bewiesen werden. Gemäß der Interpretation der syllogistischen Beweismethode in der Wolffschule soll diese auf eine Erweiterung unserer Erkenntnis, also auf synthetische Urteile a priori, führen". Klemme, H. *Kants Philosophie des Subjekts*. Op. cit. p. 293.

encontra seu fundamento na "Natur der Menschenvernunft" e, com efeito, produz uma "unvermeidliche, obzwar nicht unauflösliche *Illusion*" (A 341/ B 399) - a saber, considerar o sujeito último do juízo categórico como uma substância existente por si mesma.

Em termos gerais, o paralogismo consiste em tomar o Eu penso, o sujeito lógico ou transcendental (psicologia racional) ou o sujeito como objeto do sentido interno (psicologia empírica), como um objeto transcendental, uma substância à qual se atribuem predicados (transcendentais) como imaterialidade, incorruptibilidade, personalidade, etc., e, por fim, imortalidade (A 345/B 403). Em poucas palavras, toma-se o meramente lógico ou empírico por metafísico, por algo existente à parte de toda determinação material: "Die logische Erörterung des Denkens überhaupt wird fälschlich für eine metaphysische Bestimmung des Objekts gehalten" (B 409).

Limitemo-nos à psicologia racional. Nessa "angebliche Wissenschaft" domina um paralogismo, ie, um *falso silogismo* que infere a substancialidade do Eu a partir do sujeito lógico ou transcendental do pensamento, do qual, contudo, não se pode ter um conceito e o qual "não dá a conhecer nenhum objeto, portanto tampouco a si mesmo como objeto" (B 407). O paralogismo que "herrscht in dem Verfahren der rationalen Psychologie" é o seguinte:

Was nicht anders als Subjekt gedacht werden kann, existiert auch nicht anders als Subjekt, und ist also Substanz; Nun kann ein denkendes Wesen, bloß als ein solches betrachtet, nicht anders als Subjekt gedacht werden. Also existiert es auch nur als ein solches, d.i. als Substanz (B 410).

O silogismo é inválido porque o sujeito não é considerado da mesma forma na premissa maior e na menor. Na premissa menor considera-se o Eu como mero pensamento (o eu lógico) e na premissa maior como coisa (eu substancial):

Im Obersatz [Was nicht anders als Subjekt gedacht werden kann, existiert auch nicht anders als Subjekt, und ist also Substanz] wird von von einem Wesen geredet, das überhaupt in jeder Absicht, folglich auch so wie es in der Anschauung gegeben werden mag, gedacht werden kann. Im Untersatz [Nun kann ein denkendes Wesen, bloß als ein solches betrachtet, nicht anders als Subjekt gedacht werden] aber ist nur von demselben die Rede, so es sich selbst, als Subjekt, nur relativ auf das Denken und die Einheit des Bewußtseins, nicht aber zugleich in Beziehung auf die Anschauung, wodurch die als Objekt zum Denken gegeben wird, betrachtet. Also wird per *Sophisma figurae dictionis*, mithin durch einen Trufschluß die Konklusion [Also existiert es auch nur als ein solches, d.i. als Substanz] gefolgert (B 411)¹⁰⁸⁵.

¹⁰⁸⁵ "Here it is clearly the case that a transcendently motivated subreption occurs, although not one with an empirical conclusion. But there is in this fallacy a move in the premisses from a transcendental to an empirical meaning (and so a kind of per sophisma figurae dictionis), involving an ambiguity which Kant describes accurately: 'Thought' is taken in the two premisses in totally different senses: in the major premiss, as relating to an object in general and therefore to an object as it may be given in intuition; in the minor premiss, only as it consists in relation to self-consciousness' (B 411 n.). That is, in my self-

No Eu como pensamento falta a condição essencial para conceituar algo como uma substância, a saber, uma “beharrliche Anschauung” (B 412-3). Sem esta não há realidade objetiva e, pois, nenhuma substancialidade¹⁰⁸⁶. O que ocorre é que a unidade da consciência, que serve de fundamento às categorias, é tomada por intuição do sujeito como *Objekt* e, assim, a categoria de substância é falaciosamente aplicada a ele (B 421-422).

Nos paralogismos, pois, assim como na Antinomia da Razão Pura (Cf. A 499/B 528), existe uma falácia lógica que, ela sim, tem aqui caráter transcendental: o *sophisma figurae dictionis*, uma das classes de sofismas ou falácias que consiste em tomar os conceitos do termo médio em sentidos diversos¹⁰⁸⁷. Tanto no paralogismo lógico como no transcendental as premissas são verdadeiras e o equívoco surge na interpretação do conceito que serve de conceito-médio, tomado subrepticamente em dois sentidos diferentes; porém, ao passo que no paralogismo lógico assentado numa ilusão lógica evitável a simples atenção à “Begriffslehre” pode desvelar o erro, no paralogismo transcendental a confusão dos termos é baseada numa ilusão transcendental e, pois, inevitável, somente detectável no quadro de uma lógica transcendental, não geral. Os significados transcendental e empírico do “Eu penso” são confundidos sem que seja possível possa evitar tal confusão¹⁰⁸⁸. Percebe-se, assim, que o erro em que se baseia o paralogismo é o da *interpretação* dos termos envolvidos. O sentido dos conceitos

consciousness whenever I consider myself merely as thinking, I can't help but represent myself as subject. Yet that doesn't mean I really am substance, for to be such I would have to be representable only as subject no matter how I am ‘thought’, i.e., represented (this is the transcendental major premiss), and thus no matter how any beings might intuit me”. Ameriks, K. *Kant's Theory of Mind: an analysis of the paralogisms of pure reason*. New ed., reprinted. Oxford : Clarendon Press, 2007. p. 70.

¹⁰⁸⁶ “Nun haben wir aber in der inneren Anschauung gar nichts Beharrliches, denn das Ich ist nur das Bewußtsein meines Denkens; also fehlt es uns auch, wenn wir bloß beim Denken stehen bleiben, an der notwendigen Bedingung, den Begriff der Substanz, d.i eines für sich bestehenden Subjekts, auf sich selbst als denkend Wesen anzuwenden, und die damit verbundene Einfachheit der Substanz fällt mit der objektiven Realität dieses Begriffs gänzlich weg” B 413 .

¹⁰⁸⁷ “Trugschluß – Paralogismus – Sophisma / Ein Vernunftschluß, welcher der Form nach falsch ist, ob er gleich den Schein eines richtigen Schlusses für sich hat, heißt ein Trugschluß (*fallacia*). Ein solcher Schluß ist ein Paralogismus, in so fern man sich selbst dadurch hintergeht, ein Sophisma, sofern man Andre dadurch mit Absicht zu hintergehen sucht. Anmerkung. Die Alten beschäftigten sich sehr mit der Kunst, dergleichen Sophismen zu machen. Daher sind viele von der Art aufgekommen; z.B. das *Sophisma figurae dictionis*, worin der *medius terminus* in verschiedener Bedeutung genommen wird – *fallacia a dicto secundum quid ad dictum simpliciter*, *sophisma heterozeteseos*, *elenchi*, *ignorationis* u.dgl.m“. Log AA 09: 134-135. Cf. também V-Lo/Pölitz AA 24: 595: “Daher sind verschiedene [Sophismen] aufgekommen z.E. *sophisma figurae dictionis* wo der terminus medius in verschiedener Bedeutung genommen wird”.

¹⁰⁸⁸ . “Die Falschheit des Schlusses beruht auf einem transzendentalen Grund, der Form nach falsch zu schließen, den nur die transzendente Logik erkennen kann. Die Äquivokation besteht nämlich darin, daß in der Major des Schlusses von der Kategorie ein transzendentaler, im Mittelsatz und in der Konklusion aber ein empirischer Gebrauch gemacht wird”. Klemme. H. *Kants Philosophie des Subjekts*. Op. cit. p. 295.

empregados não é unitário e aquele que comete a falácia não toma consciência desse erro interpretativo¹⁰⁸⁹ que repousa, como já dito, numa ilusão natural e inevitável. Como veremos com mais detalhes na discussão sobre a antinomia da razão pura, somente um “terceiro imparcial”, o “juiz” ou a razão crítica, pode revelar o equívoco interpretativo. Ao contrário da Antinomia, porém, em que o erro ocorre tanto na tese quanto na antítese, ou seja, o *sophisma figurae dictionis* é cometido pelas *duas* partes (A 499-500/B 527-8)¹⁰⁹⁰, no Paralogismo Transcendental o erro ocorre apenas do lado do defensor da substancialidade da alma. Isso se explica, como Kant escreve por diversas vezes, pois a ilusão transcendental é aqui (e, de resto, no Ideal da Razão Pura) unilateral, enquanto que na Antinomia ela é *bilateral*:

Es ist aber merkwürdig, daß der transzendente Paralogism einen bloß *einseitigen Schein*, in Ansehung der Idee von dem Subjekte unseres Denkens, bewirkte, und zur Behauptung des Gegenteils sich nicht der mindeste Schein aus Vernunft (A 406/ B 433. Hervorh. d. Verf.).

Ao passo que na Antinomia, como veremos, “können beide streitende Teile mit Recht, als solche, die ihre Foderung auf keinen gründlichen Titel gründen, abgewiesen werden“ (A 501/B 529), no Paralogismo pode ser rejeitada, *sob a perspectiva especulativa*, apenas a pretensão ou título do psicólogo racionalista, que crê *conhecer* a natureza da alma ou demonstrar sua imortalidade a partir de imaginárias características o Eu penso. A sua “ilusão dialética” repousa na “confusão” entre o significado transcendental e o empírico do pensamento (B 412-3) ou na “troca” de uma ideia da razão com o conceito indeterminado de um ser pensante em geral, apenas conceitualizável como uma “proposição empírica”, como “objeto pensado enquanto fenômeno” (B 428):

Der dialektische Schein in der rationalen Psychologie beruht auf der *Verwechselung einer Idee der Vernunft* (einer reinen Intelligenz) *mit dem in allen Stücken unbestimmten Begriffe eines denkenden Wesens überhaupt* (...). Folglich verwechsle ich die mögliche *Abstraktion* von meiner empirisch bestimmten Existenz mit dem vermeinten Bewußtsein einer *abgesondert* möglichen Existenz meines denkenden Selbst, und glaube das Substantiale in mir als das transzendente Subjekt zu *erkennen*, indem ich bloß die Einheit des Bewußtseins, welche allem Bestimmen, als der bloßen Form der Erkenntnis, zum Grunde liegt, in Gedanken habe (B 427. Hervorh. d. Verf.).

De modo mais preciso, o erro ou ilusão repousa na pretensão de *conhecer* o Eu como um ser pensante espiritual, *determiná-lo* como uma substância simples, e não como uma

¹⁰⁸⁹ "(...) ein solcher Schluß ist ein Paralogismus, in so fern man sich selbst dadurch hintergeht, ein Sophisma, sofern man Andre dadurch mit Absicht zu hintergehen sucht (...)". Log AA 09: 134-135.

¹⁰⁹⁰ Como vimos no capítulo 3, na doutrina retórica clássica a antinomia era comumente considerada um Paralogismo ou Anfibolia "duplicado". Cf. Refl 5552 AA 18: 218.

mera função lógica de espontaneidade na ligação do diverso de uma intuição possível. Assim representado, o sujeito da (auto)consciência não é nunca um fenômeno, já que para determiná-lo dessa maneira seria necessária uma intuição correspondente¹⁰⁹¹. No puro pensamento eu me represento não como sou ou como apareço <erscheine>, mas antes me penso como um *Objekt überhaupt*, abstraído de toda forma de intuição (B 429). Ao me pensar como objeto em geral não me represento como "Subjekt der Gedanken" ou "Grund des Denken", ou seja, me represento *antes de toda experiência* ou me penso *fora de toda relação categorial* (como substância ou causa), o que seria exigido caso pretendesse me *conhecer* como Eu pensante (idem). Em outras palavras, ao me representar como ser pensante me represento *fora dos limites da experiência possível* e, pois, *do conhecimento humano possível* (B 428).

Nos Paralogismos da Razão Pura procura-se deslegitimar as pretensões da psicologia racional em conhecer o Eu pensante como uma substância simples e imortal. Contudo, como a dedução metafísica ou subjetiva havia mostrado, o conceito de um "incondicionado da síntese categórica em um sujeito" (A 323/B 379) como a "*unidade absoluta* (incondicionada) do *sujeito pensante*" (A 334/B 391) não é um conceito impossível ou um mero *Hirngespinnst*, mas, antes, um conceito racional que não podemos evitar conceber. Com efeito, o tribunal da crítica deslegitima apenas a pretensão de *conhecer* essa ideia, de atribuir-lhe realidade objetiva numa perspectiva especulativa. Que ela possa ser "possível" e, pois, que ela seja potencialmente legítima em outros usos da razão, isto é algo que o tribunal deve conceder aos seus partidários. Estes, porém, com o novo uso permitido da ideia de alma, têm de renunciar à presunção de justificar ou fundar uma psicologia racional. Trata-se aqui da já discutida função ao mesmo tempo *negativa* e *positiva* da Crítica como tribunal.

Essa delimitação negativa/positiva que a crítica como tribunal impõe à psicologia racional mostra-se de forma clara nas passagens do capítulo dos paralogismos em que a estrutura de tribunal está implicitamente presente. Kant identifica os partidários de posições filosóficas antagônicas relativamente à existência ou não da alma como uma substância simples e os denomina, respectivamente,

¹⁰⁹¹ „Das Denken, für sich genommen, ist bloß die *logische Funktion*, mithin lauter Spontaneität der Verbindung des Mannigfaltigen einer bloß möglichen Anschauung, und stellt das Subjekt des Bewußtseins *keinesweges als Erscheinung* dar, bloß darum, weil es gar keine Rücksicht auf die Art der Anschauung nimmt, ob sie sinnlich oder intellektuell sei" B 428.

racionalistas (B 415-418)¹⁰⁹² ou defensores do espiritualismo (B 420)¹⁰⁹³ e materialistas. Na medida em que os racionalistas ou espiritualistas pretendem conhecer (especulativamente) a natureza da alma como "ein für sich bestehendes Wesen" (B 417)¹⁰⁹⁴ e os materialistas negam toda e qualquer possibilidade de um ser absolutamente simples e admitem, pelo contrário, tudo como matéria e, pois, como um composto não divisível (não simples), ambos são equivocados em suas pretensões. Tanto espiritualistas como materialistas partem de um *pressuposto equivocado*, a saber, *que fenômenos sejam coisas em si mesmas*:

Wenn aber der Psycholog Erscheinungen für Dinge an sich selbst nimmt, so mag er als Materialist einzig und allein Materie, oder als Spiritualist blos denkende Wesen (nämlich nach der Form unsers innern Sinnes), oder als Dualist beide als für sich existirende Dinge in seinen Lehrbegriff aufnehmen: so ist er doch immer durch Mißverstand hingehalten über die Art zu vernünfteln, wie dasjenige an sich selbst existiren möge, was doch kein Ding an sich, sondern nur die Erscheinung eines Dinges überhaupt ist (A 380).

As consequências do erro do espiritualista são diferentes das do materialista. Ao passo que a pretensão do espiritualista em conhecer a natureza da alma como uma coisa simples e, pois, imortal é equivocada por ser especulativamente indemonstrável, o materialista se equivoca ao afirmar que não é possível em absoluto algo como uma substância simples pois esta é especulativamente não conhecível¹⁰⁹⁵. Ambos, pois,

¹⁰⁹² "Wenn aber der *Rationalist* aus dem bloßen Denkungsvermögen, ohne irgend eine beharrliche Anschauung, dadurch ein Gegenstand gegeben würde, ein für sich bestehendes Wesen zu machen kühn genug ist, bloß weil die Einheit der Apperzeption im Denken ihm keine Erklärung aus dem Zusammengesetzten erlaubt, statt daß er besser tun würde, zu gestehen, er wisse die Möglichkeit einer denkenden Natur nicht zu erklären, warum soll der *Materialist*, ob er gleich eben so wenig zum Behuf seiner Möglichkeiten Erfahrung anführen kann, nicht zu gleicher Kühnheit berechtigt sein, sich seines Grundsatzes, mit Beibehaltung der formalen Einheit des ersteren, zum entgegengesetzten Gebrauche zu bedienen?". B 417-418n.

¹⁰⁹³ „Also, wenn der *Materialism* zur Erklärungsart meines Daseins untauglich ist, so ist der *Spiritualism* zu derselben eben sowohl unzureichend, und die Schlußfolge ist, daß wir auf keine Art, welche es auch sei, von der Beschaffenheit unserer Seele, die die Möglichkeit ihrer abgesonderten Existenz überhaupt betrifft, irgend etwas erkennen können" B 420.

¹⁰⁹⁴ Cf. também: "So erklärt der *dogmatische Spiritualist* die durch allen Wechsel der Zustände unverändert bestehende Einheit der Person aus der Einheit der denkenden Substanz, die er in dem Ich unmittelbar wahrzunehmen glaubt, das Interesse, was wir an Dingen nehmen, die sich allererst nach unserem Tode zutragen sollen, aus dem Bewußtsein der immateriellen Natur unseres denkenden Subjects etc. und überhebt sich aller Naturuntersuchung der Ursache dieser unserer inneren Erscheinungen aus physischen Erklärungsgründen, indem er gleichsam durch den *Machtspruch einer transscendenten Vernunft* die immanenten Erkenntnißquellen der Erfahrung zum Behuf seiner Gemächlichkeit, aber mit Einbuße aller Einsicht vorbeigeht". B 718. Grifos meus.

¹⁰⁹⁵ Em B Kant baseia seu argumento sobre a possibilidade de um "ser simples", ainda que não no mundo sensível, a partir da simplicidade da "unidade absoluta da apercepção". Ora, já que no espaço não pode haver nada simples, "folgt daraus die Unmöglichkeit einer Erklärung meiner, als bloß denkenden Subjekts, Beschaffenheit aus Gründen des Materialisms", o que torna este "zur Erklärungsart meines Daseins [als einfachen Selbstbewußtseins] untauglich" (B 420). Nos *Fortschritte* Kant é mais explícito na rejeição do materialismo a partir do fato da unidade da apercepção: "Daß er nicht ganz und gar blos Körper sey, läßt sich, wenn diese Erscheinung als Sache an sich selbst betrachtet wird, strenge beweisen, weil die Einheit des Bewußtseyns, die in jedem Erkenntniß (mithin auch in dem seiner selbst) nothwendig

afirmam mais do que lhes é permitido, mas em âmbitos diferentes: o espiritualista afirma algo não legítimo no âmbito *especulativo* e o materialista algo ilegítimo que (como ficará mais claro adiante) traz implicações no âmbito *moral*. O erro comum é tomar fenômenos e coisas em si mesmas como sinônimos e, como consequência, ambos devem ser rejeitados: “Daß aber der Metaphysiker dadurch weder in Ansehung des Materialisms noch Spiritualisms etwas gewinnen oder verlieren könne davon kann man völlig gewiß seyn” (Vorarbeit zu Aus Sömmering: Über das Organ der Seele AA 13: 404).

Com efeito, a psicologia racional não deve ser considerada como uma *Doutrina*, ie, uma *ciência racional* que determina a existência do Eu pensante como uma substância e, assim, produz o autoconhecimento do Eu, mas antes como uma *Disciplina* que impede, por um lado, o triunfo de um "*materialismo sem alma*", mas que, por outro, não se entrega a um "*espiritualismo sem fundamento*", abrindo-se, em lugar da pretensão a um conhecimento especulativo da alma, ao "frutífero uso prático" dessa ideia:

Es gibt also keine rationale Psychologie als *Doktrin*, die uns einen Zusatz zu unserer Selbsterkenntnis verschaffte, sondern nur als *Disziplin*, welche der spekulativen Vernunft in diesem Felde unüberschreitbare Grenzen setzt, einerseits um sich nicht dem *seelenlosen Materialism* in den Schoß zu werfen, andererseits sich nicht in dem, für uns im Leben, *grundlosen Spiritualism* herumschwärmend zu verlieren, sondern uns vielmehr erinnert, diese Weigerung unserer Vernunft, den neugierigen über dieses Leben hinausreichenden Fragen befriedigende Antwort zu geben, als einen Wink derselben anzusehen, unser Selbsterkenntnis von der fruchtlosen überschwenglichen Spekulation zum *fruchtbaren praktischen Gebrauche* anzuwenden, welches, wenn es gleich auch nur immer auf Gegenstände der Erfahrung gerichtet ist, seine Prinzipien doch höher hernimmt, und das Verhalten so bestimmt, als ob unsere Bestimmung unendlich weit über die Erfahrung, mithin über dieses Leben hinaus reiche (B 421. Hervorh. d. Verf).

A *Strenge der Kritik* como disciplina é demonstrada no momento em que se desautorizam as pretensões da razão especulativa em conhecer a alma e, *por meio disso*, também as provas de impossibilidade do objeto mesmo desse conhecimento negado. Ou seja, as supostas provas do *conhecimento* assim como da *impossibilidade de conceber* a alma são rejeitadas pelo tribunal da crítica, para proveito do “höchste Interesse der Menschheit” no qual se estriba a legislação *positiva* da razão.

angetroffen werden muß, es unmöglich macht, daß Vorstellungen, unter viele Subjecte vertheilt, Einheit des Gedankens ausmachen sollten; daher kann der Materialism nie zum Erklärungsprinzip der Natur unsrer Seele gebraucht werden" (FM AA 20: 308). Na Metaphysik Vigilantius Kant é bem claro a respeito da possibilidade de uma "geistiges Leben" contra a posição materialista: "*Indeß scheint es sich doch behaupten zu lassen, daß man ein geistiges Leben, d.i. ein lebendes princip ohne Verbindung mit dem Körper, annehmen könne*" V-Met/Vigilantius AA 29: 1034.

So verschwindet denn ein über die Grenzen möglicher Erfahrung hinaus versuchtes und doch zum höchsten Interesse der Menschheit gehöriges Erkenntnis, so weit es der spekulativen Philosophie verdankt werden soll, in getäuschte Erwartung; wobei gleichwohl die *Strenge der Kritik* dadurch, daß sie *zugleich die Unmöglichkeit beweiset, von einem Gegenstande der Erfahrung über die Erfahrungsgrenze hinaus etwas dogmatisch auszumachen, der Vernunft bei diesem ihrem Interesse den ihr nicht unwichtigen Dienst tut, sie eben sowohl wider alle mögliche Behauptungen des Gegenteils in Sicherheit zu stellen*; welches nicht anders geschehen kann, als so, daß man entweder seinen Satz apodiktisch beweiset, oder, wenn dieses nicht gelingt, die Quellen dieses Unvermögens aufsucht, welche, wenn sie in den notwendigen Schranken unserer Vernunft liegen, alsdenn jeden Gegner gerade demselben Gesetze der Entsagung aller Ansprüche auf dogmatische Behauptung unterwerfen müssen (B 423-424 Grifo meu).

Kant utiliza aqui os preceitos exposto no capítulo sobre a Disciplina da razão pura em relação ao método "polêmico", a saber, a demonstração da impossibilidade de demonstração da proposição contrária. Na ausência de uma prova apodíptica (direta) de uma proposição, surge a "Aufsuchung der Quelle dieses Unvermögens", "welche in den notwendigen Schranken unserer Vernunft liegen" e, com isso, a renúncia a afirmações dogmáticas (do espiritualismo ou do materialismo, de um racionalismo dogmático ou de um ceticismo dogmático em relação à moral). A limitação realizada no tribunal é relativa às pretensões (dogmáticas) de cada partido, à delimitação precisa âmbito de aplicação legítima das leis envolvidas.

Kant prepara assim a abertura para o uso prático da ideia de alma como um postulado necessário para a realização da lei moral – ora, a Crítica como disciplina ou legislação negativa prepara o terreno para a realização da legislação positiva da razão. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se nega a possibilidade de conhecimento especulativo sobre a natureza da alma há a autorização ou competência <*Befugnis*>, "ja gar die Notwendigkeit, der Annahme eines künftigen Lebens, nach Grundsätzen des mit dem spekulativen verbundenen praktischen Vernunftsgebrauchs", a qual não é em nada prejudicada pela prova da impossibilidade da prova especulativa. Pelo contrário, através da "Abstellung jener dogmatischen Anmaßungen" as provas sobre uma vida futura ganham em "Klarheit und ungekünstelter Überzeugung", ao colocar a razão em seu "*eigentümliches Gebiet*, nämlich, die Ordnung der Zwecke" als "praktisches Vermögen an sich selbst" (A B 424-425). A atividade judiciária do tribunal designa, pois, o "eigentümliches Gebiet" da razão em seu uso prático, a "ordem de fins" que não podem ser conhecidos teoricamente, e ao mesmo tempo o "eigentümliches Gebiet" da razão em seu uso especulativo, como o saber que não deve ir além do solo da experiência. O que Kant realiza aqui é uma clara delimitação de jurisdições.

Como já implícito na ideia de uma psicologia racional como "*disciplina*" (B 421), a legislação *negativa* refletida na deslegitimação das pretensões especulativas da psicologia racional pelo tribunal da *Crítica* encontra como sua contraparte uma legislação *positiva*. Segundo Kant, "gesetz, es fände" ocasião para, segundo não a experiência mas as "Gesetzen des reinen Vernunftgebrauchs", pressupor-nos como *legisladores* a priori em relação à nossa própria existência <*In Ansehung unseres eigenen Daseins als gesetzgebend*> e como *determinantes* dessa existência <*diese Existenz auch selbst bestimmend*>, se descobriria então assim uma espontaneidade por meio da qual nossa *Wirklichkeit* fosse determinável <*bestimmtbar*> sem precisarmos das condições da intuição empírica (B 430) - uma "inneren Vermögen in Beziehung auf eine intelligibele (freilich nur gedachte) Welt" (B 431). Essa faculdade nos seria revelada <*offenbart*> pela *Bewußtsein des moralischen Gesetzes*, e não auxiliaria em nada a psicologia racional como disciplina especulativa metafísica. Com essas palavras, escritas certamente após a redação da *GMS* e provavelmente pouco antes da *KpV*¹⁰⁹⁶, Kant prepara o terreno para a discussão a ser realizada no *Canon* e mesmo nas suas obras de filosofia prática, às quais, contudo, não podemos aqui nos voltar.

10.3. A antinomia da razão pura

Como sabido e já discutido, por diversas vezes Kant ressalta a importância sistemática e genética das antinomias¹⁰⁹⁷. Segundo uma certa interpretação do surgimento da filosofia crítica, o "escândalo" do conflito da razão consigo mesma teria sido o que levou Kant à formulação madura do idealismo transcendental e, no limite, à ideia mesma de uma crítica da razão; ao mesmo tempo, numa perspectiva sistemática, a antinomia proporcionaria uma "demonstração indireta" sobre o idealismo transcendental como a única forma de suprimir o conflito da razão consigo mesma e, assim, forneceria a "confirmação doutrinal" do "experimento da razão consigo mesma" acerca da idealidade de espaço e tempo e o caráter fenomênico dos objetos dos sentidos (A 506-7/B 534-5). Além disso, entretanto, acrescentemos: a antinomia tem como função

¹⁰⁹⁶ Klemme, H. „The origin and aim of Kant's Critique of Practical Reason“. In: Reath, A. & Timmermann, J. (Hrsg.) *Kant's Critique of Practical Reason. A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. pp. 13-4.

¹⁰⁹⁷ Para um curto apanhado do entrelaçamento do significado *entwicklungsgeschichte* e sistemático das antinomias, Cf. Kreimendahl, L. "Die Antinomie der reinen Vernunft, 1. und 2. Abschnitt (A 405/B 432-A 461/B 489). In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Op. cit. pp. 414-5.

central salvaguardar a possibilidade daquele conceito central para a legislação positiva da razão, a saber, o conceito de *liberdade* como um “erkennbaren Übersinnlichen”:

São duas as dobradiças em torno das quais ela [a crítica-da-razão] gira: em primeiro lugar, a doutrina da idealidade do espaço e do tempo (...); em segundo lugar, a doutrina da realidade do conceito de liberdade, como conceito de um supra-sensível cognoscível no qual a metafísica é entretanto somente prático-dogmática. Mas ambas as dobradiças estão como que fixadas no batente do conceito racional do incondicionado na totalidade de todas as condições, em que deve ser removida a aparência que suscita uma antinomia da razão pura mediante a confusão dos fenômenos com coisas em si, e nessa dialética mesma contém a indicação para a transição do sensível para o supra-sensível (FM AA 20: 311)¹⁰⁹⁸.

Nesse sentido preciso, relativo à completude da *Vernunftkritik*, a antinomia da razão pura, mais especificamente o 3º conflito antinômico relativo à possibilidade da liberdade transcendental, recebe uma importância sistemática mais ampla do que apenas uma prova indireta do idealismo transcendental. Em vários momentos da produção kantiana reaparece a ideia da liberdade como um “erkennbaren Übersinnlichen” ou uma ideia da razão que tem certa realidade objetiva na experiência, seja como um incondicionado de alguma forma *dado* na série empírica das condições (A 561/B 589), seja como uma “ideia da razão prática” que “jederzeit wirklich, ob zwar nur zum Teil, in concreto gegeben werden” kann (A 328/B 385) e que, em sentido “prático”, é dada “na experiência”, como Kant escreve no Canon (A 801-802/ B 829-830) e no início da solução da 3ª antinomia (A 533-534/B 561-562), seja, ainda, como um *Tatsache, res facti* (KU AA 05: 468). Em todo caso, à prova da possibilidade de “conceber” a liberdade como algo real na experiência (um *res facti*, a consciência de algo) e, com isso, provar diretamente, através de uma dedução, a pretensão levantada por tal conceito, é necessário proceder uma etapa fundamental: uma “defesa” ou refutação das proposições especulativas em contrário, que ocorre com o objetivo de „die Unmöglichkeit eines Unmöglichkeitsbeweises der Idee der Freiheit in ihrem praktischen Gebrauche nachzuweisen“¹⁰⁹⁹. Como vimos, trata-se da estratégia do uso polêmico da razão, que procura, através de retorsões e defesas, provar a impossibilidade de uma prova teórica da impossibilidade da liberdade. Tal etapa probatória central para o projeto crítico relativo ao duplo aspecto, negativo e positivo, da legislação da razão ocorre, num nível argumentativo mais básico, no capítulo da Antinomia.

É certo, ademais, que a relevância sistemática dada por Kant à antinomia implica que a solução por ele proposta recebe uma preparação teórica mais vagarosa do que o

¹⁰⁹⁸ Trad. Licht dos Santos, P. “Algumas observações sobre a Dialética Transcendental”. Op. cit. p. 157.

¹⁰⁹⁹ Klemme, H. “Freiheit oder Fatalismus”. Op. cit. p. 26 (Manuscrito).

que ocorrera no Paralogismo. Pelo fato de na antinomia da razão pura haver não uma ilusão transcendental *unilateral*, como era o caso do paralogismo transcendental, que atingia apenas o “espiritualista” defensor do pneumatismo, mas uma ilusão transcendental “*bilateral*”, que ataca tanto os “platônicos” como os “epicuristas” (A 471/B 499) e revela o verdadeiro embaraço da razão quanto à correta aplicabilidade de sua legislação¹¹⁰⁰, a descoberta do erro e sua solução são mais complexas e exigem mais etapas para serem formuladas.

Mantendo-nos no interior da estrutura do tribunal da razão, distinguem-se 4 etapas de resolução do conflito, após, decerto, ter-se “provado” de modo geral o bem-fundado da pretensão de cada parte pela dedução metafísica, que determina que o conflito não é entre *Blendwerke*: (a) dar liberdade às partes de colocar seus argumentos, ou seja, a *antitética* da razão pura (8.4.1); (b) examinar ceticamente, como um “Dritte” ou juiz imparcial, o conflito, mediante a aplicação do método *cético* (8.4.2); (c) a partir de uma “interpretação” dos termos empregados, descobrir e revelar o “pressuposto equivocado” em que as partes baseavam seus argumentos (8.4.3); (d) delimitar a validade das proposições de tese e antítese, já que ambas não são “Blendwerke”, o que implica determinar o “sentido” no qual a “razão concorda consigo mesma” <*der Sinn, in welcher sie mit sich selbst zusammenstimmt*> (Cf. A 516-7/B 544-5), a saber, pela distinção entre princípio constitutivo e princípio regulativo da razão especulativa – ou seja, o *veredito* do tribunal, que delimita o âmbito de aplicação de cada uma das pretensões em jogo por meio de refutações e retorções, dissolvendo-se, assim, a aparente antinomia da razão consigo mesma (8.4.4)¹¹⁰¹. Percebamos que às 4 etapas correspondem as características atribuídas por Kant à razão como juíza: exame e revelação do erro (*prüfende Vernunft*) e decisão e veredito (*richtende Vernunft*), e como condição prévia do exame e da decisão permanece a liberdade do conflito como condição mesma da “Existenz der Vernunft” (A 738/B 766). Através desse procedimento propriamente crítico, o tribunal consegue limitar e ao mesmo tempo validar as pretensões dos partidários da metafísica e de seus adversários. Em outras

¹¹⁰⁰ A antitética, o conflito da razão consigo mesma, não surge e, portanto, não pode ser resolvida nos Paralogismos e no Ideal da Razão Pura, pois aqui falta o “gemeinsames Vorurteil” que ataca as posições em conflito na antinomias, a saber, tomar fenômenos por coisas em si mesmas.. “Denn der Gegenstand der Frage [bei der Psychologie und der Theologie] ist hier von allem Fremdartigen, das seiner Natur widerspricht, frei, und der Verstand hat es nur mit Sachen an sich selbst und nicht mit Erscheinungen zu tun. Es würde also hier freilich ein wahrer Widerstreit anzutreffen sein, wenn nur die reine Vernunft auf der verneinenden Seite etwas zu sagen hätte” A 741/B 769.

¹¹⁰¹ Dito de modo esquemático, a 1ª etapa é realizada na 2ª seção da Antinomia, a 2ª etapa nas 3ª a 5ª seções, a 3ª etapa na 6ª e 7ª seções e, por fim, a 4ª etapa na 8ª e 9ª seções.

palavras, faz-se aqui também presente a legislação negativa e positiva da razão discutida de forma explícita na Doutrina Transcendental do Método.

De modo a compreendermos apropriadamente o movimento do argumento kantiano é necessário adentrar, com mais vagar do que no caso do Paralogismo, o difícil e sinuoso capítulo sobre a antinomia da razão pura.

10.3.1. A antitética da razão pura – o livre jogo dos argumentos da razão pura

Como já dito no capítulo 4, antinomia é o confronto de leis no interior de uma legislação. Sendo assim, cumpre determinar, antes de mais nada, quais leis estão em conflito. Seriam as leis do entendimento e as da sensibilidade, as leis do entendimento e as leis da razão, ou, finalmente, as leis da razão e leis da sensibilidade? No início do capítulo mencionamos os aparentes paradoxos de Kant a esse respeito. Com efeito, Kant é dúbio e vacila na determinação precisa das leis envolvidas aqui; porém, *der Sache nach*, somente pode ser um conflito entre as leis *da razão como legisladora*¹¹⁰². O fato é que Kant ao longo do capítulo sobre a Antinomia parece progressivamente determinar as leis de que trata na antinomia. Logo na introdução da Dialética, como já vimos, Kant fala de “leis da sensibilidade” e “leis do entendimento” (A 293-4/B 350-1), antes de expor o uso real da razão, ou seja, antes de elucidar como a razão produz conceitos e princípios; ao final do capítulo da antinomia, após já ter exposto a limitação de validade dos princípios da razão e os da experiência possível, o conflito é determinado mais precisamente como um conflito de leis da razão no momento em que esta ou determina a si mesma ou determina o uso empírico do entendimento (Cf. A 558/ B 586)¹¹⁰³. Como quer que seja, a antinomia é definida “Widerstreit der Gesetze der reinen Vernunft” (A

¹¹⁰² Podemos também entender a vacilação de Kant a partir da indeterminação mesma do sentido de “razão” na *Crítica da Razão Pura*. Segundo a interpretação de Reinhard Brandt, a *Crítica da Razão Pura* de 1781 e 1787 deve ser entendida não tanto como uma “Crítica da Razão Pura”, quanto como uma “Crítica do Entendimento Puro”, ou ainda, “Crítica da Razão Especulativa Pura”. Brandt, R. *Die Bestimmung der Menschen bei Kant*. Op. cit. p. 498. Em todo caso, o conflito antinômico na legislação da razão é tanto no sentido especulativo como prático de razão. Ora, a razão precisa, enquanto faculdade de conhecimento, responder a todas as perguntas que lhe são postas; ao mesmo tempo, há um conflito de leis que impossibilita o uso prático da razão. Abordaremos ambos os pontos na sequência do capítulo.

¹¹⁰³ Outras referências de Kant às leis em conflito são: a) *Gesetze der Sinnlichkeit* - 2ª antinomia, observação à antítese (A 441/ B 469); 4ª antinomia, observação à tese (em conexão com uma referência ao “uso empírico possível do entendimento”) (A 458/ B 486). b) *Erfahrungsgesetze* (A 484/ B 512), num contexto em que Kant menciona a anfíbolia dos dogmáticos que tomam o objeto da ideia por um objeto da experiência possível, submetido às “leis da experiência”. c) *empirische Gesetze* (A 495/ B 523), no capítulo sobre o idealismo transcendental como chave para resolução da dialética cosmológica. d) *Gesetz der Teilbarkeit des Raumes* (A 525/ B 553), por ocasião da solução da ideia de totalidade da divisão de um todo dado na intuição.

407/B 434) e a antitética é a investigação sobre tal conflito das leis da razão pura. Kant define a antitética não como a afirmação dogmática contrária a um conjunto de doutrinas dogmáticas, isto é, uma tética, mas como “Widerstreit der dem Scheine nach dogmatischen Erkenntnisse” (*thesis cum antithesi*), sem que se atribua a algum desses conhecimentos uma “vorzüglichen Anspruch auf Beifall” (A 421/B 448). Já estão referidos aqui o método cético e a imparcialidade, discutidos na sequência, além daquela que no início do capítulo definimos como a peculiaridade do modo crítico de objetar, ou seja, aquele que se dirige à *prova* mesma dessas proposições e, com isso, prova seu não-fundado. A especificidade da antitética, porém, reside alhures. Ora, não seria possível uma antitética nos paralogismos e no ideal da razão pura. Estes têm por objeto “einseitigen Behauptungen” da razão, a antitética, por seu turno, “betrachtet allgemeine Erkenntnisse der Vernunft nur nach dem Widerstreite derselben unter einander und den Ursachen desselben” (A 421/B 448). Na antinomia a razão vê argumentos convincentes *em ambos os lados*. É função da antitética, assim, analisar o *conflito* entre conhecimentos da razão e, ademais, procurar a *causa* do mesmo. Portanto, a antitética é a “Untersuchung über die Antinomie der reinen Vernunft, die Ursachen und das Resultat derselben”, ou seja, do estado de (aparente) contradição da razão consigo mesmo, de suas causas e consequências. A antitética, de modo a cumprir a função de descoberta das causas do erro, deve receber o aporte do método cético, como veremos.

Quando a razão ousa ir além dos limites da experiência surgem “vernünftelnnde Lehrsätze” que não têm esperança de encontrar “Bestätigung” na experiência e tampouco devem temer “Widerlegung” (A 421/B 449). Esses Lehrsätze, embora não sejam em si isentos de “Widersprüche”, encontram na “Natur der Vernunft” as condições de sua “Notwendigkeit”, embora seu contrário encontre fundamentos tão necessários e válidos a seu lado. Nesse confronto de “teoremas sofisticos” da razão não há esperança de encontrar confirmação, mas tampouco o temor de serem refutados – àqueles que tentam refutar a possibilidade em geral dos objetos da razão cabe o modo polêmico de objetar.

Kant enumera algumas características de um “dialektischer Lehrsatz der reinen Vernunft”: 1) em oposição a uma simples proposição sofisticada, ele não trata de uma questão arbitrária ou circunstancial, mas, antes, uma questão “auf die jede menschliche Vernunft in ihrem Fortgange *notwendig* stoßen muß” (A 421-2/B 450); e 2) ele e seu contrário trazem consigo não uma “ilusão artificial” que sumiria tão logo se tivesse

discernimento dela <*Einsicht*>, mas, antes, uma “ilusão natural e inevitável” que “ilude mas não engana” <*täuscht, obschon nicht betrügt*> mesmo depois de que já não se deixou mais ludibriar por ela <*durch ihn hintergangen*> - ou seja, uma ilusão que pode se tornar inofensiva <*unschädlich*>, mas nunca ser extirpada <*vertilgt*>. As perguntas de que se trata nos conflitos antinômicos são necessárias para a razão e as proposições que procuram respondê-las e formulá-las repousam numa ilusão natural e inevitável, que não pode ser debelada, mas apenas debilitada. Dito em outras palavras, a cosmologia, parte da *metaphysica specialis*, é uma ciência ilusória porém *necessária* para a razão.

Com efeito, a “*dialektische Lehre*” não diz respeito à “unidade do entendimento em conceitos da experiência”, mas à “unidade da *razão* em ideias”. As condições destas devem “congruir” <*congruieren*> a) primeiro, como “síntese segundo regras”, com o entendimento e b) ao mesmo tempo, como “unidade absoluta”, com a razão. No primeiro caso elas são “muito pequenas” para a razão, no segundo, “muito grandes” para o entendimento “*woraus denn ein Widerstreit entspringen muß*” (A 422/B 450).

Percebe-se como aqui Kant formula o conflito ainda como um conflito entre razão e entendimento. Ora, o conflito “tem de surgir” quando a síntese proposta pelas ideias ou é muito grande para o entendimento, ao concordar com as condições da razão (incondicionado), ou muito pequena para a razão, ao concordar com as condições do entendimento (condicionado). A ideia transcendental implica uma incondicionalidade absoluta da unidade sintética do entendimento. Essa ideia produz uma “unidade da razão” nos fenômenos por meio da extensão incondicionada da síntese empírica. O uso objetivo das ideias, nesse contexto, é sempre *transcendente*, já que na experiência não há nada incondicionado, não há nada que seja “congruente” à ideia. Contudo, mesmo nesta impossibilidade a razão nunca deixa de se referir ao entendimento: a unidade da razão <*Vernunftseinheit*> nos fenômenos é a unidade sintética das categorias levada ao absolutamente incondicional <*Schlechterhinunbedingten*>. A razão “deixa tudo ao entendimento”, na medida em que este se refere aos objetos da intuição, “ou melhor, às sínteses da imaginação”. Nesse sentido preciso é possível denominar a *Vernunftseinheit* uma *Verstandeseinheit*. “So bezieht sich demnach die Vernunft *nur auf den Verstandesgebrauch*” (Cf. A 326/B 383). Dito de forma mais precisa, ao invés de um conflito da razão e do entendimento o que se tem é um conflito de *jurisprudências distintas da própria razão* no interior de sua legislação no *campo dos fenômenos*: por um lado se exige uma unidade incondicionada e por outro uma unidade condicionada.

Solucionar esse conflito de pretensões igualmente justificadas e convincentes e aparentemente contraditórias é a finalidade da Antinomia.

Antes que a filosofia crítica possa desvelar o conflito como ilusório, o cenário que se tem é o de um verdadeiro “Kampfplatz” em que ambas as partes não podem justificar a legitimidade de suas pretensões e, dessa forma, têm de recorrer à violência:

Diese vernünfteln Behauptungen eröffnen also einen dialektischen Kampfplatz, wo jeder Teil die Oberhand behält, der die Erlaubnis hat, den Angriff zu tun, und derjenige gewiß unterliegt, der bloß verteidigungsweise zu verfahren genötigt ist (A 422-3/B 450).

Como discutido na Disciplina da Razão Pura, nesse *Kampfplatz* dialético ainda não mediado pela *Crítica* via de regra ganha o conflito quem ataca por último. Que este seja o defensor da “boa causa” <*gute Sache*>, é algo absolutamente fortuito. Na falta de um juiz competente, ou seja, sem uma pedra de toque da verdade¹¹⁰⁴, este é o único modo de resolução do conflito – pela violência e arbitrariedade. Como Kant menciona no prefácio A e no capítulo da Disciplina da Razão Pura, trata-se do estado de natureza da filosofia em que não há um juiz imparcial para investigar e decidir o conflito (A ix; A 747/B 775; A 751-2/B 779-80). O juiz crítico deve se portar como um “unparteiische Kampfrichter”, a quem pouco importa se as partes lutam pela “gute ou schlimme Sache” (A 423/B 451), como ficará mais claro na 3ª seção da Antinomia. Como já vimos na 2ª parte de nosso trabalho, o *método cético* é aquele apropriado à atividade de juiz. Ele consiste em incentivar o conflito de afirmações não para decidir em favor de uma ou outra parte, mas para investigar a “causa” ou “objeto” do conflito e, assim, avaliar se ele é real ou fantasioso:

Diese Methode, einem Streit der Behauptungen zuzusehen, oder vielmehr ihn selbst zu veranlassen, nicht, um endlich zum Vorurtheil des einen oder des andern Theils zu entscheiden, sondern, um zu untersuchen, ob der Gegenstand desselben nicht vielleicht ein bloßes Blendwerk sei (...) dieses Verfahren (...) kann man *skeptische Methode* nennen“ (A 423-4/B 451).

Ao contrário do ceticismo, que se limita a uma ignorância artificial e científica e, assim, anula toda possibilidade de conhecimento, o método cético não adota a dúvida pela dúvida, mas como caminho para a verdade. O cético mitigado (o que propõe apenas um método cético na busca pela verdade) age como um “*sábio legislador*” que retira ensinamentos dos embaraços do juiz, ou seja, aquele legislador que das indeterminações

¹¹⁰⁴ “Die transscendentale philosophie in ihrem Theile von den Sätzen derselben ist dialectisch, weil, da sie ohne Critik keinen andern Probestein der Wahrheit bei sich führen, sie problematisch, mithin auch mit Beybehaltung ihrer Gegentheile müssen betrachtet werden, und können nur nach der Uebereinstimmung mit dem canon dogmatisch werden“. Rx 5004 AA 18: 57 (1778).

na lei reveladas pela dificuldade de interpretar ou decidir um caso difícil extrai preceitos para melhorar tais leis por ele mesmo promulgadas

Denn die skeptische Methode geht auf Gewißheit, dadurch, daß sie in einem solchen, auf beiden Seiten redlichgemeinten und mit Verstande geführten Streite, den Punkt des Mißverständnisses zu entdecken sucht, um, wie weise Gesetzgeber tun, aus der Verlegenheit der Richter bei Rechtshändeln für sich selbst Belehrung, von dem Mangelhaften und nicht genau Bestimmten in ihren Gesetzen, zu ziehen (A 424/B 451-2).

Dessa maneira, por revelar, em sua aplicação, as insuficiências das leis da legislação da razão, em outras palavras, por revelar os limites de validade de tais leis, a antinomia presta-se em nossa “sabedoria limitada” como a melhor forma de “provar” a *nomotética*, ou seja, os aspectos negativos e positivos da legislação da razão. A antinomia mostra à razão os *Fehlritte* no seu conhecimento especulativo e, pois, leva-a a dirigir a atenção aos “momentos na determinação de seus princípios”.

Die Antinomie, die sich in der Anwendung der Gesetze offenbaret, ist bei unserer eingeschränkten Weisheit der beste Prüfungsversuch der *Nomothetik*, um die Vernunft, die in abstrakter Spekulation ihre Fehlritte nicht leicht gewahr wird, dadurch auf die Momente in Bestimmung ihrer Grundsätze aufmerksam zu machen (A 424/B 452).

Com efeito, como Kant repetidas vezes nota, não fosse a suposta contradição da razão pura consigo mesma a ilusão transcendental que conduz ao abuso dos princípios da razão ficaria “para sempre escondida” (Prol AA 04: 340). O juiz do tribunal apenas pode encontrar os pontos a melhorar na legislação da razão no caso de uma antinomia no interior desta. Com a antinomia surge a necessidade e mesmo urgência de delimitação dos limites de validade dos princípios da razão.

O método cético, que é referido por Kant ao proceder de um juiz, é o único modo de investigar essa falha “hereditária” (A 406/B 433) da legislação da razão. “Diese skeptische Methode ist aber nur der Transzendentalphilosophie allein wesentlich eigen“. Os motivos para tanto são dois. Por um lado, a filosofia transcendental, como filosofia da razão pura, está sujeita a uma ilusão transcendental ou a uma subreção transcendental, ou seja, a uma confusão entre condições subjetivas e objetivas; por outro lado, a filosofia transcendental, ao contrário das matemática e da física, não pode apresentar seu objeto in concreto, numa intuição empírica ou pura que serve como “letzten Mittel der Entscheidung des Zwistes” (A 425/B 453). Dessa maneira, a “razão transcendental” não tem outra “pedra de toque” senão a “unificação de suas afirmações” entre si por meio de um “*conflito livre e desimpedido*” das mesmas:

Die transzendente Vernunft also verstattet keinen anderen Proberstein, als den Versuch der Vereinigung ihrer Behauptungen unter sich selbst, und mithin zuvor des freien und ungehinderten Wettstreits derselben unter einander, und diesen wollen wir anjetzt anstellen (A 425/B 453).

Os quatro conflitos antinômicos relativos às ideias cosmológicas são bem conhecidos e uma discussão pormenorizada sobre cada um deles infelizmente extrapola os limites do presente trabalho. Limitemo-nos a apresentar tese e antítese de cada um deles e, na sequência, a estrutura argumentativa presente em todos, que será posteriormente desvelada como inválida por Kant:

Erster Widerstreit der transzendentalen Ideen

Thesis: „Die Welt hat einen Anfang in der Zeit und ist dem Raum nach auch in Grenzen eingeschlossen“ (A 426/B 454).

Antithesis: „Die Welt hat keinen Anfang und keine Grenzen im Raume, sondern ist sowohl in Ansehung der Zeit als des Raums unendlich“ (A 427/B 455).

Zweiter Widerstreit der transzendentalen Ideen

Thesis: „Eine jede zusammengesetzte Substanz in der Welt besteht aus einfachen Theilen, und es existirt überall nichts als das Einfache, oder das, was aus diesem zusammengesetzt ist“ (A 434/B 462).

Antithesis: „Kein zusammengesetztes Ding in der Welt besteht aus einfachen Theilen, und es existirt überall nichts Einfaches in derselben“ (A 435/B 463).

Dritter Widerstreit der transzendentalen Ideen

Thesis: „Die Causalität nach Gesetzen der Natur ist nicht die einzige, aus welcher die Erscheinungen der Welt insgesamt abgeleitet werden können. Es ist noch eine Causalität durch Freiheit zu Erklärung derselben anzunehmen nothwendig“ (A 444/B 472).

Antithesis: „Es ist keine Freiheit, sondern alles in der Welt geschieht lediglich nach Gesetzen der Natur“ (A 445/B 473).

Vierter Widerstreit der transzendentalen Ideen

Thesis: „Zu der Welt gehört etwas, das entweder als ihr Theil, oder ihre Ursache ein schlechthin nothwendiges Wesen ist“ (A 452/B 480).

Antithesis: „Es existirt überall kein schlechthin nothwendiges Wesen weder in der Welt, noch außer der Welt als ihre Ursache“ (A 453/B 481).

Cada conflito antinômico da razão pura apresenta uma estrutura argumentativa análoga. A demonstração de tese e antítese é uma *reductio ad absurdum*, própria ao modo apagógico de prova indireta *modo tollens*: assume-se a posição reversa e procura-se extrair uma consequência falsa para, assim, inferir a verdade da própria posição¹¹⁰⁵. No caso das observações à tese e antítese ocorre algo diverso: nas observações da tese ocorre uma defesa da posição da própria tese a partir de argumentos ontológicos (cf. A 456/B 484. 4º conflito) ou transcendentais (Cf. A 448/B 476. 3ª antinomia), ou seja, procura-se inutilmente uma prova *direta*, ao passo que nas observações da antítese ocorre a tentativa de refutar essa pretensa defesa a partir de novas provas apagógicas *modo tollens*, que inferem a veracidade da própria antítese a partir da prova da falsidade das consequências dos argumentos avançados na observação da tese¹¹⁰⁶.

10.3.2. Método cético – a determinação das partes em conflito e o papel do juiz imparcial

A antitética apresenta as “brilhantes presunções da razão que estende seu âmbito para além dos limites da experiência apenas numa fórmula seca, que contém meramente o fundamento de suas pretensões jurídicas [ou legítimas]” (A 462-3/B 490-1), e isto à parte todo elemento empírico. Nessa extensão do uso da razão para além do empírico revela-se a “dignidade” da filosofia, que a eleva para cima das demais ciências – ela busca fornecer respostas às perguntas da razão humana que tocam diretamente seus “fins últimos” – poder-se-ia dizer, a dignidade que funda a legislação positiva da razão.

A razão não pode considerar de forma indiferente o conflito e tampouco propor uma paz artificial, uma trégua. Resta-lhe buscar a “origem da desunião” da razão consigo mesma” e avaliar se não se trata de um “mal-entendido” (ie, um falso pressuposto assumido pelas partes em conflito) que, caso descoberto e sanado, pode dar oportunidade a um “governo <Regiment>¹¹⁰⁷ duradouro e tranquilo da razão sobre entendimento e sentidos (A 464-5/B 492-3)– isto é, um “governo da razão” que resolva o conflito entre as leis no interior de sua legislação e instaure uma paz “processual”. É necessário, pois, que o juiz imparcial (mas não “indiferente”) venha arbitrar o conflito.

¹¹⁰⁵ Toda demonstração de tese e antítese inicia com a expressão: “denn man setze” (P.ex. A 427/B 455), “man nehme an” ou “denn, nehmet an” (A 434/B 462). A exceção é a tese do quarto conflito antinômico.

¹¹⁰⁶ Cf. Gillespie, M. A. “Philosophy and Rhetoric in Kant's Third Antinomy”. In: *Political Science Reviewer*, vol. 30, 2001. pp. 7-33. Kreimendahl, L. „Die Antinomie der reinen Vernunft”. Op. cit. pp. 424ss.

¹¹⁰⁷ No *Großen vollständigen Universal-Lexicon Regiment* é tomado por sinônimo de *Regierung*. Cf. Zedler, J. H. “Regierung”. In: *Großen vollständigen Universal-Lexicon*. Bd. 30, p. 1793.

Kant coloca uma questão prévia que não diz respeito à solução da antinomia, mas apenas à determinação mais precisa das partes envolvidas: ora, na ausência de um “*vorzügliche Einsicht des Gegenstandes*”, de que lado tomar partido ou por qual lado lutar? Se aqui falta a “*logische Proberstein*” da verdade, então é ao “*simples interesse*” que devemos indagar, à preferência pela “*zelotische Hitze des einen*” ou pela “*kalte Behauptungen des andern Teils*” (A 465/B 493). Por que motivo e com base em qual interesse se pode defender a existência da liberdade ou, pelo contrário, a impossibilidade de uma causa não causada? Tal investigação, decerto, não resolve nada em relação ao *jus controversium*, mas tem a utilidade de entender por que motivo os participantes preferem um lado a outro, auxiliando a qualificar ou definir as partes que se batem diante do tribunal da razão.

Pela comparação dos princípios <*Vergleichung der Prinzipien*> que cada partido assume percebe-se que as 4 antíteses apresentam princípios do *empirismo puro* ou *epicurismo* e as quatro teses, do *dogmatismo da razão pura* (A 466/B 494) ou *platonismo* (A 471/B 499)¹¹⁰⁸. Trata-se, se se deseja, da oposição filosófica vivida pelo próprio Kant e descrita na Log. Blomberg de início da década de 1770, como já vimos. Aqui Kant menciona o cético como o *Dritte* que põe em dúvida as duas posições em proveito da “verdade” (Cf. V-Lo/Blomberg AA 24: 207). Antes do exame cético, porém, é possível se colocar a pergunta – como o próprio Kant talvez tenha se posto – a respeito de qual interesse cada posição filosófica ideal assume explícita ou subrepticamente. É justamente essa a posição autoconsciente de Kant no desenvolvimento de sua filosofia como o “*Mittelweg*” e a posição sistemática da filosofia crítica como o tribunal e a razão como a juíza dos confrontos metafísicos da tradição, exemplificada sob os “tipos ideais” descritos acima.

Há um interesse *prático* envolvido (A 466/B 494). As teses apresentam “*Grundsteine der Moral und Religion*”, a saber, que o mundo tem um início, que meu ser pensante é simples e, portanto, não perecível, que minhas ações são livres e independentes da coerção da natureza e, por fim, que o mundo provém de um ser originário do qual depende sua unidade e conformidade a fins. Além dele, há interesse *especulativo* (A 466/B 494). Admitindo as ideias, as teses permitem apreender os eventos condicionados da natureza como iniciados no incondicionado, satisfazendo,

¹¹⁰⁸ Cf. também B 470, onde Kant menciona o conflito entre “atomística” e “monadologia” no segundo conflito cosmológico da razão pura. Sobre o “epicurismo” e uma possível explicação mecanicista do surgimento do mundo e desenvolvimento das formações naturais, Cf. cap. 5 acima.

assim, a exigência especulativo-teórica de completude da razão, a qual permanece insatisfeita pelo empirismo da antítese, que deve sempre perguntar por uma condição mais longínqua do condicionado dado. Por fim, não pode ser desconsiderado o interesse de *popularidade*. Ora, o “entendimento comum” não encontra a menor dificuldade na ideia de um início incondicionado de toda síntese, até mesmo sente “comodidade” <*Gemächlichkeit*> com o conceito de um absolutamente primeiro onde pode “assentar os pés” e achar impulso para seguir seus “passos” (A 467/B 495).

Em todos os interesses acima o dogmatismo leva vantagem. Mais especificamente no campo do interesse prático, o empirismo parece retirar toda força e influência da moral e da religião: ora, se o mundo não tem um começo, se nosso ser pensante não é simples, se não somos livres e, por fim, se não há nenhuma causa do mundo originária, então as ideias e princípios morais <*moralische Ideen und Grundsätze*> perdem sua validade <*Gültigkeit*> (A 468/B 496). Por outro lado, porém, o empirismo apresenta certas vantagens. Ora, para ele o entendimento está sempre em seu “*eigentümlichen Boden*”, a saber, no “*Felde von lauter möglichen Erfahrungen*”. O empirismo propõe uma ampliação sem fim do conhecimento da experiência – a ele não é permitido abandonar o solo sensível, a observação e investigação das leis da natureza e buscar, no “*Gebiete da idealisierenden Vernunft*”, um termo à sua investigação com “*transzendenten Begriffen*”. Ao empirista não é permitido, pois, assumir um “*absolutes Erste*” como admitem as teses (a saber, que há um início do mundo entendido como um evento natural determinado; que nos objetos da natureza, ou seja, no extenso, exista algo não possível de ser apresentado in concreto, ou seja, um simples; que exista na natureza uma faculdade de agir independente de leis naturais, ou seja, a liberdade; e que haja uma causa da natureza fora dela, isto é, um ser supremo).

A utilidade do empirismo entendido em sua vertente “moderada” e “comedida” (“*Mäßigung in Ansprüchen*”; “*Bescheidenheit in Behauptungen*”) (A 470/B 498) é reconduzir a razão à sua *Bestimmung prática*, alertando para sua incapacidade em estender seu conhecimento especulativo para além da experiência, além de sua confusão entre *Einsicht* e *Wissen*, por um lado, e *Glaube* por outro (A 470-1/B 498-9). Para além, pois, de sua guerra contra a religião e a desconfiança contra a moral pura, o empirismo pode auxiliar com seus princípios a demarcação de territórios da razão: experiência para o saber e crença para a moral. Ademais, o empirismo denuncia a “razão preguiçosa” <*faule Vernunft*>, que, crendo ter atingido o conhecimento derradeiro ao “conhecer” o

objeto das ideias, se coloca em estado de repouso¹¹⁰⁹. Nesse sentido é possível estabelecer um paralelo entre o empirismo comedido e o ceticismo comedido, ao qual Kant atribui em outros momentos as mesmas características, como discutimos no capítulo 6.

Assim como o ceticismo, o empirismo pode tornar-se *dogmático*, arriscando afirmações para além da “Sphäre seiner anschauenden Erkenntnisse” e incorrendo, ele mesmo, no erro de “imodéstia” <*Unbescheidenheit*> (A 471/B 499). Contra o empirismo dogmático, como será discutido na 4ª etapa da resolução do conflito antinômico, cabem as refutações e retorsões do uso polêmico da razão. Esse excesso do empirismo é tão ou mais repreensível do que o do dogmatismo da razão pura, já que por ele causa-se um “prejuízo irreparável” ao interesse prático da razão. Ou seja, assim como o ceticismo, o empirismo pode degenerar-se num empirismo *dogmático* que, tal como o dogmatismo da razão pura, vai além do campo que é de sua competência – com a grave especificidade de negar ao invés de afirmar (erroneamente, que seja) o interesse prático. A crítica como autodisciplina da razão se volta a *todas as formas de dogmatismo*. Decerto, é próprio de um “ser reflexivo e investigador” <*nachdenkenden und forschenden*> dedicar-se, de modo completamente *imparcial* <*alle Parteilichkeit gänzlich auszuziehen*>, ao “exame da própria razão”, submetendo publicamente suas “observações” à avaliação dos outros (A 475/B 503). Percebe-se aqui aquilo que Kant na década de 1760 designava como postura zetética ou “forschend” e que é amplamente louvada por ele ao longo desta mesma década e da de 1770, convergindo, por fim, na (auto)compreensão da Crítica como autodisciplina da razão.

A necessidade de encontrar uma solução pacífica e definitiva ao conflito, ao invés de deixá-lo indecيدido, repousa na “peculiaridade” da filosofia transcendental como filosofia da razão pura discutida na 4ª seção da Antinomia da Razão Pura, a saber, que “absolutamente nenhuma pergunta que diz respeito a um objeto da razão pura é irresolúvel para essa mesma razão humana” (A 477/B 505). Aqui encontramos uma prova inconteste da influência para a *KrV* da discussão sobre a codificação, completude e ausência de lacuna da legislação exposta no capítulo 4. Ora, assim como é necessário que haja uma “regra” que decida em todos os casos o correto e incorreto, “weil es

¹¹⁰⁹ Trata-se aqui do „primeiro erro“ que surge da confusão entre princípios constitutivos e princípios regulativos relativamente às ideias: „Der erste Fehler, der daraus entspringt, daß man die Idee eines höchsten Wesens nicht bloß regulativ, sondern (welches der Natur einer Idee zuwider ist) constitutiv braucht, ist die faule Vernunft (*ignava ratio*). Man kann jeden Grundsatz so nennen, welcher macht, daß man seine Naturuntersuchung, wo es auch sei, für schlechthin vollendet ansieht, und die Vernunft sich also zur Ruhe begiebt, als ob sie ihr Geschäfte völlig ausgerichtet habe“. A 689-90/ B 717-8.

unsere Verbindlichkeit betrifft, und wir zu dem, *was wir nicht wissen können*, auch keine Verbindlichkeit haben” (A 476/B 504), também a filosofia transcendental tem de poder responder todas as questões que dizem respeito a objetos da razão pura. E, decerto, é a própria razão que deve respondê-las, “wie bei Recht und Unrecht”.

O pretexto de que os objetos das ideias cosmológicas extrapolam os “Schranken unserer Vernunft” não é válido para se eximir da “Verbindlichkeit einer wenigstens kritischen Auflösung der vorgelegten Vernunftfragen” (A 481/B 509). Tampouco é permitido deixar de responder uma pergunta sob o pretexto de ela ser “schlechthin ungewiß”. Mesmo na doutrina da alma, como escreve Kant, “keine Antwort sei auch eine Antwort” (A 478/ B 506). As ideias transcendentais dizem respeito a objetos que residem em “unseren Gedanken”, a causa da incerteza que os envolve deve ser procurada “in unserer Idee selbst”. A resolução dos *Aufgaben* não é dada na experiência, mas na razão. Por este exato motivo eles precisam ser resolvidos. A solução dogmática não deve ser rejeitada por ser insuficiente, mas por ser *impossível*. Por sua vez, a solução crítica, capaz de certeza completa, considera a questão não de forma “objetiva”, mas segundo os “Fundamente der Erkenntnis”, sobre os quais ela é fundada. A solução crítica repousa, pois, na especificidade da *Crítica* como investigação ou “(auto)exame do sujeito”, sobre os “fundamentos do conhecimento” e suas fontes, limites e extensão. Pela atenção aos fundamentos do conhecimento humano “evita-se a anfibia” que consiste em fazer da ideia uma “suposta representação de algo dado empiricamente, portanto um objeto a ser conhecido pelas leis da experiência” (A 484/B 512). Dito de outra forma, a atenção aos fundamentos do conhecimento humano como “kritische Auflösung” possibilita a distinção entre duas espécies de objetos, fenômenos e coisas-em-si, a partir da qual se deixa resolver a aparente antinomia da razão consigo mesma.

A definição precisa do “objeto” a que cada partido recorre, tese e antítese, “dogmáticos” e “empiristas”, passa pela “apresentação cética” das perguntas cosmológicas, tema da 5ª seção da Antinomia. Essa “apresentação cética” é a que toma a experiência sensível como padrão de medida da adequação ou “pensabilidade” do objeto das ideias (A 489/B 517). Para ela o objeto da ideia é sempre ou “muito grande” ou “muito pequeno”: muito grande por exigir que a série empírica avance “indefinidamente” (antítese) ou muito pequena por exigir que a série empírica se interrompa num incondicionado (tese) (A 487-9/B 515-7). Decerto, sob essa perspectiva, o dogmatismo (entendido em sua vertente “originária” ou em sua vertente

empirista) leva à contradição nas questões cosmológicas, onde tanto a afirmação como a contra-afirmação são *Sinnleeres (Nonsens)*. Em casos como estes, há a exigência de “investigar *criticamente* nossas perguntas” e ver se elas não “repousam em uma pressuposição não-fundada” <*grundlose Voraussetzung*> (A 485/B 513). A condição para o abandono do proceder dogmático e adoção do crítico passa pelo exercício do “modo cético” de tratar as questões da razão pura: ele serve para “livrar-nos sem grande esforço do fardo dogmático” e colocar em seu lugar a “austera Crítica” que é o “verdadeiro catártico” contra os devaneios e pedantismo:

Das ist der große Nutzen, den die skeptische Art hat, die Fragen zu behandeln, welche reine Vernunft an reine Vernunft tut, und wodurch man eines großen dogmatischen Wustes mit wenig Aufwand überhoben sein kann, um an dessen Statt eine nüchterne Kritik zu setzen, die als ein wahres Kathartikon, den Wahn zusamt seinem Gefolge, der Vielwisserei, glücklich abführen wird (A 486/B 514).

O procedimento crítico escorado no modo cético de tratar questões é, assim, a tarefa da “prüfende Vernunft”, que de modo imparcial investiga os argumentos apresentados antes de pode emitir seu veredito sobre o conflito. Após ter sido feito o exame cético das posições em conflito, identificado-as em seus “tipos ideais” na tradição filosófica, discutido os interesses que cada uma desperta e ressaltado a necessidade de avaliar imparcialmente o “objeto” do conflito sob uma outra perspectiva, Kant confirma ter-se chegado “wenigstens auf den gegründeten *Verdacht* daß die kosmologischen Ideen, und mit ihnen alle unter einander in Streit gesetzte vernünftelnnde Behauptungen, vielleicht einen leeren und bloß eingebildeten Begriff, von der Art, wie uns der Gegenstand dieser Ideen gegeben wird, zum Grund liegen haben” (A 490/B 518). A partir dessa “suspeita” a argumentação kantiana procede à 2ª etapa do processo judicial: identificar o erro ou a “grundlose Voraussetzung” em que cada parte supostamente funda suas pretensões.

10.3.3. Solução do conflito – a descoberta do “pressuposto equivocado” e idealismo transcendental

Na sexta e sétima seção do capítulo sobre a Antinomia, Der transzendente Idealismus als der Schlüssel zu Auflösung der kosmologischen Dialektik e Kritische Entscheidung des kosmologischen Streits der Vernunft mit sich selbst, respectivamente, Kant expõe a “chave para solução da dialética cosmológica”: a doutrina do *idealismo transcendental*. Segundo ela apenas fenômenos, ou seja, objetos conforme estes nos são dados no espaço e no tempo, podem ser considerados “reais” ou “existentes”. Só

possuem “significado” empírico conceitos de objetos de uma experiência possível, na medida em que uma percepção lhes corresponde imediatamente ou num progresso empírico possível. A númenos ou coisas em si mesmas, isto é, objetos conforme eles são ou possam vir a ser fora de nossa experiência possível, ou seja, à parte de espaço e tempo, não pode ser atribuído significado e, assim, nenhuma realidade objetiva em sentido *empírico* (especulativo).

Kant opõe ao *idealismo transcendental* o *realismo transcendental*. Ao passo que aquele defende que é fenômeno tudo o que é intuíto no espaço e no tempo, portanto todos os objetos de uma experiência possível a nós (isto é, conhecemos apenas representações que, “fora de nossos pensamentos”, não têm “an sich gegründete Existenz”), para o realismo transcendental as modificações da nossa sensibilidade são “an sich subsistierende Dinge” e, portanto, ele faz das representações “Sachen an sich selbst” (A 491/B 519). Kant não se prolonga na explicação do idealismo transcendental pois ele já teria sido “suficientemente provado” <*hinreichend bewiesen*> na Estética Transcendental. Seu objetivo na Dialética Transcendental é mais preciso: argumentar contra a possibilidade de resolução do conflito da razão consigo mesma – que, conforme a seção anterior, *deve* ser resolvido – sob a pressuposição do realismo transcendental. Ora, dado que, como mostrou a Estética Transcendental, só é real e, pois, um fenômenos o que pode ser objeto da percepção presente ou dada num possível progresso empírico (A 493/B 521), então as coisas em si, que existem por si mesmas e sem referência aos nossos sentidos ou à experiência possível (A 494/B 522), não têm realidade e não pode ser dadas no progresso empírico das percepções possíveis segundo leis da experiência – elas são, antes, “representações” que não “se encontram em lugar algum” (A 494/B 522).

O argumento sofístico ou falacioso em que se repousa a antinomia e que desmonta o realismo transcendental é revelado na sétima seção da antinomia: Se o condicionado é dado, então é dada a série completa de todas as suas condições; ora, objetos dos sentidos nos são dados, então, é dada a série completa de todas as suas condições. Nessa inferência da razão, que “coloca a razão inevitavelmente em contradição consigo mesma”, a premissa maior parece natural e evidente, mas é *enganosa*. Porém, antes de revelar o Trügliche desse argumento sofístico, é necessário realizar uma determinação conceitual. Basicamente, se o condicionado é fenômeno, a série de todas as suas condições (como fenômenos) é *dada como um problema ou tarefa* <*aufgegeben*>, e não dadas *pura e simplesmente* <*gegeben*>. Por outro lado, se se

assume o condicionado como coisa em si, então a série de todas as suas condições (como coisas em si) é de fato *gegeben*, não *aufgegeben*. Domina aqui, pois, o mesmo erro lógico tornado transcendental que era cometido no paralogismo transcendental: o *sophisma figurae dictionis*¹¹¹⁰. Este consiste basicamente no seguinte: na premissa maior condicionado e série de condições são tomados como coisas em si e na premissa menor como fenômenos. Na premissa maior vale a lógica geral e a exigência lógica segundo a qual se é dada a conclusão (condicionado) é também e ao mesmo tempo dada o conjunto de suas premissas (série de condições); na premissa menor vale a lógica transcendental e o princípio transcendental segundo o qual se é dado um objeto (condicionado) o conjunto de suas sínteses empíricas (série de condições) não é ao mesmo tempo dado, *gegeben*, mas sim dado como tarefa ou problema, *aufgegeben*. Somente na premissa menor, portanto, vale a noção de regresso pois são válidas as circunstâncias espaço-temporais.

Esse engano é uma “ganz natürliche Täuschung der gemeinen Vernunft“. Na premissa maior pressupomos inadvertidamente que, quando algo é dado como condicionado, também são dadas suas condições e sua série – esta é a exigência lógica, isto é, assumir a completude das premissas para uma determinada conclusão (A 498/B 526; A 500/B 528). Ou seja, a relação entre condição e condicionado é aqui posta fora de qualquer relação temporal. “Sie [scil. condição e condicionado] werden an sich, als *zugleich* gegeben, vorausgesetzt” (A 500/B 528). Da mesma forma, é natural e inevitável tomar os fenômenos na premissa menor como coisas em si, como ocorre na premissa maior. Após o esclarecimento conceitual realizado anteriormente fica claro que na premissa maior a síntese do condicionado com a série completa de suas condições prescinde de toda condição temporal e sequer pode ser considerada um regresso; ao mesmo tempo, na premissa menor a síntese do condicionado com a série completa de suas condições é necessariamente temporal e regressiva, de modo que, ao contrário do que ocorre na premissa maior, a totalidade absoluta das sínteses e da série *não pode ser pressuposta como dada, mas apenas como dada como problema ou tarefa*.

Os termos jurídicos que Kant emprega para esclarecer o erro e a ilegitimidade do procedimento não nos fazem esquecer de que aqui se trata do procedimento próprio ao

¹¹¹⁰ „Hieraus erhellt, daß der Obersatz des kosmologischen Vernunftschlusses das Bedingte in transzendentaler Bedeutung einer reinen Kategorie, der Untersatz aber in empirischer Bedeutung eines auf bloße Erscheinungen angewandten Verstandesbegriffs nehmen, folglich derjenige dialektische Betrug darin angetroffen werden, den man *Sophisma figurae dictionis* nennt“ A 499/B 527-8.

tribunal da razão. O juiz aponta que os argumentos das duas posições padeciam de um erro comum a ambas, de modo que ambas *podem ser com direito refutadas* por não “fundamentar sua pretensão em um título sólido” *<ihre Foderung auf keinen gründlichen Titel gründen>*. No entanto, com isso não se termina a querela, na medida em que não se provou ainda se ambas ou apenas uma delas é incorreta *<Unrecht haben>* na “coisa mesma que afirma (na conclusão) *<in der Sache selbst, die er behauptet (im Schlußsatze)>*”, ainda que não fundada em argumentos firmes *<tüchtige Beweisgründe>*. É natural pensar que uma das partes têm razão e que o direito está a seu lado. Se assim o fosse, como determinar com clareza qual está certa? É impossível, pela falta de um título legítimo, apontar qual lado está com a razão “e o conflito perdura como antes, mesmo que as partes tenham sido trazidas à paz pelo *tribunal da razão*” (A 501/B 529). Dado que as duas partes argumentam muito bem e se refutam com igual competência, nada resta senão mostram que ambas “brigam por nada” e que uma “transzendentaler Schein” as impede de ver que ambas podem ter razão ou ambas podem estar equivocadas. Esse “caminho da conciliação” *<Weg der Beilegung>* Kant irá apresentar na sequência.

O caminho da conciliação passa pela invalidação da “condição ilícita” *<unstatthafte Bedingung>* sob a qual as partes baseiam seus argumentos e que torna inválidas suas afirmações. A revelação do pressuposto falso ou “condição ilícita pressuposta” desmonta as afirmações contrapostas uma vez que cai a única condição sob a qual ambas podem ser válidas. Dessa maneira, *ambas podem ser assim falsas e/ou verdadeiras ao mesmo tempo*.

Wenn zwei einander entgegengesetzte Urteil eine unstatthafte Bedingung voraussetzen, so fallen sie, unerachtet ihres Widerstreits (der gleichwohl kein eigentlicher Widerspruch ist), alle beide weg, weil die Bedingung wegfällt, unter der allein dieser Sätze gelten sollte (A 502-3/B 531).

Neste momento de revelação do pressuposto equivocado Kant recorre à representação de um “Dritte” sob cujo ponto de vista a condição se revela „unstatthaft”¹¹¹¹: Como já discutimos no capítulo 7, o *Dritte* é o juiz que “interpreta” a lei e o objeto de controversia (*res controversa*) revelando, assim, o erro em que as partes incorriam ao evocar a lei para fundar suas pretensões. Com a revelação do erro (confusão entre coisas em si e fenômeno na inferência cosmológica) o juiz esclarece as partes e sugere um

¹¹¹¹ “Wenn jemand sagte, ein jeder Körper riecht entweder gut, oder er riecht nicht gut, so findet ein Drittes statt, nämlich, daß er gar nicht rieche (ausdufte) und so können beide widerstreitende Sätze falsch sein“ (A 503/B 531).

modo de conciliação do conflito. Para exemplificar esse procedimento de conciliação Kant recorre a termos lógicos. Há uma distinção entre oposição analítica (oposição de contraditórios; *contradictorie opposita*) e oposição dialética (oposição de contrários; *contrarie opposita*)¹¹¹². Na oposição analítica, composta por proposições contraditoriamente opostas entre si, uma proposição deve ser verdadeira e a outra falsa; na oposição dialética, composta por proposições contrariamente opostas entre si, é possível, porém, que ambas as proposições sejam ou falsas ou verdadeiras. Kant esclarece esse ponto com auxílio dos juízos infinitos¹¹¹³. Na oposição analítica de juízos afirmativos a falsidade de um implica forçosamente a “posição” <Setzung> do contraposto, e a verdade, sua “retirada” <Aufhebung>; já no caso da oposição dialética entre um juízo afirmativo ou negativo e um infinito, a negação do juízo afirmativo ou negativo não implica uma “posição” ou “retirada” de algo¹¹¹⁴. Ou seja, não é afirmada imediata e forçosamente a realidade ou não realidade de algo¹¹¹⁵. O exemplo de Kant é ilustrativo. Se faço a oposição (analítica) “o mundo é infinito no espaço” ou “o mundo é não-infinito no espaço”, então, se a primeira proposição for falsa, a segunda tem que ser verdadeira. Isso não significa, no entanto, que por meio disso “würde ich nur eine unendliche Welt aufheben” e um outro, a saber, o finito “posto”. Por seu turno, se faço da oposição (dialética) “o mundo é finito no espaço” ou “o mundo é infinito no espaço”, então ambas as proposições podem ser *falsas*. Com efeito, se considero as proposições “o mundo é infinito segundo sua grandeza <Größe>” e “o mundo é finito segundo sua grandeza <Größe>” como contraditoriamente opostas, então pressuponho que o mundo (“toda a série de fenômenos”) é uma “coisa em si mesma”, “pois ele permanece”

¹¹¹² „Verstandesschlüsse *per judicia contradictorie opposita*. In Verstandesschlüssen durch Urtheile, die einander contradictorisch entgegengesetzt sind und als solche die ächte, reine Opposition ausmachen, wird die Wahrheit des einen der contradictorisch entgegengesetzten Urtheile aus der Falschheit des andern gefolgert und umgekehrt. Denn die ächte Opposition, die hier stattfindet, enthält nicht mehr noch weniger als was zur Entgegensetzung gehört. Dem Princip des ausschließenden Dritten zufolge können daher nicht beide widersprechende Urtheile wahr, aber auch [auch] eben so wenig können sie beide falsch sein. Wenn daher das eine wahr ist, so ist das andre falsch und umgekehrt. *b.* Verstandesschlüsse *per judicia contrarie opposita*. Conträre oder widerstreitende Urtheile (*judicia contrarie opposita*) sind Urtheile, von denen das eine allgemein bejahend, das andre allgemein verneinend ist. Da nun eines derselben mehr aussagt, als das andre, und in dem Überflüssigen, das es außer der bloßen Verneinung des andern noch mehr aussagt, die Falschheit liegen kann: so können sie zwar nicht beide wahr, aber sie können beide falsch sein. In Ansehung dieser Urtheile gilt daher nur der Schluß von der Wahrheit des einen auf die Falschheit des andern, aber nicht umgekehrt“ Log AA 09: 116-7.

¹¹¹³ Cf. Ishikawa, F. *Kants Denken von einem Dritten*. Op. cit.

¹¹¹⁴ “Position ist die Setzung eines bestimmten Sachverhaltes, Negation die Aufhebung der Setzung eines Sachverhaltes”. Engelhard, K. *Das Einfache und die Materie: Untersuchungen zu Kants Antinomie der Teilung*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 2005. p. 328.

¹¹¹⁵ Cf. p.ex. Rx 3034. AA 16: 626 (1760-1769): “*omnes propositiones vel sunt positionis aut remotionis absolutae* (Es ist ein Gott, es ist nicht) *vel relativae: praedicati ad subiectum (alias logicae)*”.

mesmo eu removendo o regresso finito ou infinito da série de fenômenos. Se eu inversamente “retiro essa pressuposição ou essa ilusão transcendental”, então a oposição se torna uma oposição dialética, em que ambas as proposições podem ser falsas. Ora, dado que o mundo não existe em si, isto é, independentemente da série regressiva da síntese empírica, então trata-se, de fato, de uma oposição dialética: o mundo não é nem infinito nem finito, nem um todo ou uma grandeza em si finito nem um todo ou uma grandeza em si infinito¹¹¹⁶.

Como condição da resolução exposta cima é necessário, pois, admitir a verdade do *idealismo transcendental*, provado “diretamente” pela Estética, ou seja, provado segundo uma *prova direta ou ostensiva*¹¹¹⁷. O idealismo transcendental, assim, tem de ser pressuposto como única forma de solucionar a antinomia. Da *necessidade* de que os conflitos da razão *sejam solucionados*, assentada na “peculiaridade” da filosofia transcendental como filosofia da razão pura discutida acima, decorre, portanto, a *necessidade do idealismo transcendental*. Nesse sentido, Kant escreve que a antinomia

¹¹¹⁶ O mesmo vale para todas as demais ideias cosmológicas. “Die Reihe der Bedingungen ist nur in der regressiven Synthesis selbst, nicht aber in sich in der Erscheinung, als einem eigenen vor allem Regressus gegebenen Dinge, anzutreffen”. Na sequência Kant dá exemplos das outras ideias transcendentais (A 505/B 533). Ou seja, o mesmo raciocínio se aplica à “série de representações subordinadas” que somente é concebível como um “regresso dinâmico”. Sobre essa resolução kantiana e a relação com o juízo infinito, cf. Ishiwaka, F. *Kants Denken von einem Dritten*. Op. cit.

¹¹¹⁷ Já mencionamos no capítulo anterior que Kant admite algo semelhante a uma dedução de espaço e tempo como formas puras da sensibilidade. Vejamos as passagens mais significativas a esse respeito: “Transzendente Erörterung der Begriffe von Raum und Zeit” (B 40-1; B 48-9) – Ie, sie macht die “Erklärung der Möglichkeit der Geometrie als einer synthetischen Erkenntnis a priori begreiflich” (B 41) ou “Deduktion der Begriffe im Raum und Zeit” (Prol AA 04: 285). „Also liegen doch wirklich der Mathematik reine Anschauungen *a priori* zum Grunde, welche ihre synthetische und apodiktisch geltende Sätze möglich machen; und daher erklärt unsere transscendentale Deduction der Begriffe im Raum und Zeit zugleich die Möglichkeit einer reinen Mathematik, die ohne eine solche Deduction, und ohne daß wir annehmen, »alles, was unsern Sinnen gegeben werden mag (den äußeren im Raume, dem inneren in der Zeit), werde von uns nur angeschauet, wie es uns erscheint, nicht wie es an sich selbst ist,« zwar eingeräumt, aber keineswegs eingesehen werden könnte“ (Prol AA 04: 285). No *Streitsschrift* Kant aproxima *Deduktion* de „Erörterung der Nachforschung der Elemente unserer Erkenntniß *a priori* und des Grundes ihrer Gültigkeit in Ansehung der Objecte vor aller Erfahrung, mithin der Deduction ihrer objectiven Realität (als langwierigen und schweren Bemühungen) mit guter Manier auszuweichen und wo möglich durch einen Federzug die Kritik zu vernichten, zugleich aber für einen unbegrenzten Dogmatismus der reinen Vernunft Platz zu machen. Denn bekanntlich fängt die Kritik des reinen Verstandes von dieser Nachforschung an, welche die Auflösung der allgemeinen Frage zum Zwecke hat: wie sind synthetische Sätze *a priori* möglich? und nur nach einer mühevollen Erörterung aller dazu erforderlichen Be|dingungen kann sie zu dem entscheidenden Schlußsatze gelangen: daß keinem Begriffe seine objective Realität anders gesichert werden könne, als so fern er in einer ihm correspondirenden Anschauung (die für uns jederzeit sinnlich ist) dargestellt werden kann, mithin über die Grenze der Sinnlichkeit, folglich auch der möglichen Erfahrung hinaus es schlechterdings keine Erkenntniß, d.i. keine Begriffe, von denen man sicher ist, daß sie nicht leer sind, geben könne (ÜE AA 08: 188-9). Idem em A xvi-ii. Nos *Forschriffe* lê-se: „Zum Beweise des erstern Satzes [nämlich: „daß die Vernunft, als Vermögen der Erkenntniß der Dinge *a priori*, sich auf Gegenstände der Sinne erstreckt“] gehört auch die *Erörterung*, wie von Gegenständen der Sinne ein Erkenntniß *a priori* möglich sey, weil wir ohne das nicht recht sicher seyn würden, ob die Urtheile über jene Gegenstände auch in der That Erkenntnisse seyen; was aber die Beschaffenheit derselben, Urtheile *a priori* zu seyn, betrifft, so kündigt sie die von selbst durch das Bewußtseyn ihrer Nothwendigkeit an“ (FM AA 20: 273).

é uma *prova indireta*, ou seja, apagógica, da verdade do idealismo transcendental, para além da prova direta realizada na Estética¹¹¹⁸. Através disso a antinomia ganha uma “utilidade crítica e doutrinal, ainda que não dogmática”:

So wird demnach die Antinomie der reinen Vernunft bei ihren kosmologischen Ideen gehoben, dadurch, daß gezeigt wird, sie sei bloß dialektisch und ein Widerstreit eines Scheins, der daher entspringt, daß man die Idee der absoluten Totalität, welche nur als eine Bedingung der Dinge an sich selbst gilt, auf Erscheinungen angewandt hat (A 506/B 534).

Ainda sobre a prova indireta, é lícito afirmar que as provas de tese e antítese em cada conflito cosmológico da razão são todas apagógicas e, enquanto tais, *gründlich* caso na premissa maior e menor os termos fossem tomados num mesmo sentido. *Porém*, tais provas são inválidas dada a pressuposição equivocada de que fenômenos são coisas em si, ou ainda, dada a *subreção transcendental*. Fosse o mundo um “todo existente em si”, isto é, um “transzendentes Objekt”, então as afirmações de tese e antítese seriam opostas contraditoriamente entre si e seria válida a demonstração apagógica da falsidade das premissas pela falsidade das consequências e, pois, da verdade da proposição que lhe é oposta contraditoriamente. Em outras palavras, *sob a pressuposição do realismo transcendental*, o modo apagógico de prova seria em princípio válido e, assim, tanto tese e antítese poderiam arrogar-se uma prova rigorosa de suas premissas¹¹¹⁹.

Percebe-se aqui a necessidade de entender em quê consiste o modo argumentativo exposto por Kant na Disciplina da Razão Pura. Como consequência certifica-se, ademais, da utilidade do método cético: uma “*Berechtigung unserer Urteil*”. Numa ideia que também pode ser considerada não apenas de significado não apenas sistemático como também genético, Kant escreve que ao investigar ceticamente as proposições racionalistas-dogmáticas e empiristas-dogmáticas chega-se à “*Entdeckung der wahren Beschaffenheit der Dinge, als Gegenstände der Sinne*”:

¹¹¹⁸ Essa prova apagógica ou indireta do idealismo transcendental seria da seguinte forma: se se supor que o mundo é um “todo existente em si”, então ele é ou finito ou infinito. Porém, como a tese e a antítese mostraram, não é possível afirmar nem um nem outro. Logo é falso que o mundo (“*der Inbegriff aller Erscheinungen*”) seja um todo em si existente e, portanto, que o mundo é composto por fenômenos, por coisas que não são nada fora de nossas representações. Há aqui o *modus operandi* da prova apagógica *modus tollens*: nega-se a premissa da qual decorre uma ou mais consequências falsas e, com isso, se afirma o contraditório da premissa negada. Como já vimos no capítulo 8, a prova apagógica é apenas acessória; para fundar o “*gründliche Titel*” da admissão do idealismo transcendental é necessária a prova direta conduzida na Estética Transcendental.

¹¹¹⁹ É sabido que H. Allison interpreta o capítulo da Antinomia à luz exclusivamente da prova indireta do idealismo transcendental e, assim, refutação do realismo transcendental. Vgl. Allison, H. *Kant's Transcendental Idealism*. Op. cit. pp. 35ss. Acreditamos, contudo, que interpretar sob essa única chave o capítulo das Antinomias significa reduzi-lo sobremaneira e, decerto, esquecer por completo o momento “positivo” da legislação da razão.

Die Transzendente Dialektik tut also keinesweges dem Skeptizismus einigen Vorschub, wohl aber der skeptischen Methode, welche an ihr ein Beispiel ihres großen Nutzens aufweisen kann, wenn man die Argumente der Vernunft in ihrer größten Freiheit gegen einander auftreten läßt, die, ob sie gleich zuletzt nicht dasjenige, was man suchte, dennoch jederzeit etwas Nützliches und zur Berechtigung unserer Urteil Dienliches, liefern werden (A 507/B 535).

Vê-se que as provas das 4 antinomias não são “Blendwerke”, mas antes “rigorosas”, sob a pressuposição, decerto, de que fenômenos ou o “Sinnenwelt” são coisas em si. Dito de outra forma, as provas apagógicas de tese e antítese são rigorosas sob o ponto de vista estritamente lógico-formal; na perspectiva da *Crítica*, porém, elas são *sofísticas*. Apenas a *Crítica* pode desvelar o modo apagógico como o “eigentliche Blendwerk, womit die Bewunderer der Gründlichkeit unserer dogmatischen Vernünftler jederzeit hingehalten worden” (A 793/B 821). Donde, de resto, a utilidade do método cético como forma de desvelar o equívoco, a despeito do caráter aparentemente “rigoroso” das provas. Kant acresce que esse comentário é de “importância”. Com efeito, muitos comentadores veem aqui o esclarecimento tácito do suposto caminho do *Werdegang* da filosofia crítica: a “descoberta” do conflito (método cético, antinomia) e então investigação e “descoberta da verdadeira constituição das coisas como objetos dos sentidos” (idealismo transcendental, Estética). “Der Widerstreit der daraus gezogenen Sätze entdeckt aber, daß in der Voraussetzung eine Falschheit liege, und bringt uns dadurch zu einer Entdeckung der wahren Beschaffenheit der Dinge, als Gegenstände der Sinne” (A 507/B 535). À parte as por nós anteriormente já discutidas conclusões genéticas sobre o *Werdegang* da filosofia crítica, ressaltemos aqui apenas a importância conferida por Kant à ilusão e ao desmascaramento do método apagógico utilizado por dogmáticos de todos os espectros da filosofia.

10.3.4. O “sentido” no qual a “razão concorda consigo mesma”

Apesar de aparentemente ter-se encerrado o conflito da razão consigo mesma a partir da revelação do pressuposto equivocado em que as partes apoiavam seus argumentos sofísticos, resta, não obstante, o “Streit der Vernunft mit sich selbst (...) völlig endigen”, na medida em que ele é suprimido não apenas “durch kritische Auflösung der Schein” que a desunia ou a colocava em desacordo consigo mesma <entzweien>, mas *também* ao definir-se o “Sinn” no qual ela concorda consigo mesma <zusammenstimmet> e cuja má-interpretação <Mißdeutung> ocasionou todo o conflito. Resta, enfim, determinar a „Gültigkeit des Vernunftsprinzips“ como uma „Regel der Fortsetzung und Größe einer möglichen Erfahrung“ em cada um dos 4 conflitos

antinômicos, validade esta que persiste após ter sido „hinlänglich dargetan“ a sua “Ungültigkeit als eines konstitutiven Grundsatzes der Erscheinungen an sich selbst“ (A 516/B 544). Dessa maneira faz-se de um princípio dialético um doutrinal, cujo “sentido subjetivo” Kant enfatiza ainda ser necessário determinar. Trata-se da distinção entre princípio constitutivo e princípio regulativo como uso legítimo das ideias e determinação precisa deste último. Aqui o veredito do tribunal deve ter como consequência a demarcação precisa do âmbito de validade de cada uso que pode ser feito das ideias.

Pelo “princípio cosmológico da totalidade“ não é “dado” <gegeben> um “Maximum da série de condições” no mundo sensível, mas apenas é “dado como problema ou tarefa” <aufgegeben>. Contudo, tal princípio geral tem uma “gute Gültigkeit” não como *Axiom* para pensar a totalidade no objeto como real ou efetiva, mas como um “*Problem für den Verstand*”, ou seja, “für das Subjekt”, para ele, em conformidade à completude na ideia, dar início e prosseguir na série progressiva de condições de um dado condicionado.

Der Grundsatz der Vernunft also ist eigentlich nur eine *Regel*, welche in der Reihe der Bedingungen gegebener Erscheinungen einen Regressus gebietet¹¹²⁰, dem es niemals erlaubt ist, bei einem Schlechthinunbedingten stehen zu bleiben (A 509/B 537).

O comando de prosseguir indefinidamente na série empírica das condições (“Grundsatz der größtmöglichen Fortsetzung und Erweiterung der Erfahrung”) como “Principium der Vernunft” não é um “princípio da possibilidade da experiência”, ou seja, um princípio constitutivo, mas um *princípio regulativo da razão*. Ele consiste não em “antecipar” o que é “em si *dado no objeto* <Objekt> *antes* de todo regresso” (sentido em que este objeto seria tomado como coisa em si e, pois, o princípio como constitutivo), mas em “postular” o que deve ocorrer no regresso, como este deve ser compreendido e de que maneira o objeto pode ser dado como tarefa ou problema <aufgegeben>. Com efeito, confundir esses dois sentidos possíveis do princípio cosmológico de totalidade é resultado de uma “*transzendente Subreption*”, por meio da qual se confere realidade objetiva a uma regra de validade meramente subjetiva, descuidando da distinção entre princípio regulativo e constitutivo (A 509/B 537).

O princípio cosmológico da totalidade entendido como “regra da razão pura” nada diz sobre o que seja o objeto, mas, sim, sobre como deve progredir a série empírica

¹¹²⁰ Kant toma nesse contexto “gebietet” como sinônimo de “aufgegeben”.

para que se obtenha o “conceito completo do objeto”, o “incondicionado”, que, contudo, nunca pode ser atingido.

Die Vernunftidee wird also nur der regressiven Synthesis in der Reihe der Bedingungen eine Regel vorschreiben, nach welcher sie vom Bedingten, vermittelt aller einander untergeordneten Bedingungen, zum Unbedingt fortgeht, obgleich dieses niemals erreicht wird (A 510/B 538).

É preciso determinar o que seja a síntese de uma série que nunca se completa. Kant opõe aqui o *progressus in infinitum* e *progressus in indefinitum*. Ao contrário do progresso *in infinitum*, no progresso *in indefinitum* “bedarf die Vernunft niemals absolute Totalität der Reihe, weil sie solche nicht als Bedingung und wie gegeben (datum) vorausgesetzt, sondern nur als was Bedingtes, das nur angeblich (dabile) ist, und ohne Ende hinzugesetzt wird“ (A 512/B 540). A totalidade, pois, é considerada ou como “dada” (*datum*), portanto, como coisa em si, ou pressuposta como algo possível de ser dada, dada como problema (*dabile*), portanto, como fenômeno.

Como base para a distinção entre ideias cosmológicas matemáticas e ideias cosmológicas dinâmicas (1º e 2º confronto antinômicos, por um lado, e 3º e 4º confrontos antinômicos, por outro) e entre as duas possíveis formas de conciliar o conflito da razão consigo mesma, é preciso considerar se o “todo” <*Ganze*> é dado na intuição empírica; se sim, então o regresso é *ins Unendliche* (caso das antinomias matemáticas); se, porém, só *um* membro da série empírica é dado numa intuição empírica determinada, a partir do qual o regresso à “absoluten Totalität” deve ocorrer, então esse regresso é um “Rückgang in unbestimmte Weite <*in indefinitum*>” (caso das antinomias dinâmicas). Por exemplo, a divisão da matéria é “ins Unendliche”, pois um corpo a ser dividido é um “Todo” dado na intuição empírica e o regresso até suas partes mais ínfimas ocorre infinitamente; já na série de causas de um determinado evento o regresso é “in unbestimmte Weite” (A 513/B 541), uma vez que apenas o evento determinado é dado na intuição empírica e não toda a série de suas causas, as quais não são dadas, na intuição empírica presente, “antes” do regresso mesmo. Em nenhum desses casos a série das condições é considerada como dada (infinita ou indefinidamente) *no objeto* (A 514/B 542). Isto é, as condições do condicionado e o incondicionado buscado não são coisas em si, mas *fenômenos*. A questão reformulada pelo juiz que avalia o conflito é pois esta: não se trata de decidir se a série em si que é infinita ou finita, mas apenas como conceber o regresso empírico e até onde prosseguir com ele.

Entendemos melhor desta maneira a distinção entre princípio constitutivo e princípio regulativo. Ao passo que o princípio constitutivo procura determinar, conhecer o incondicionado e o conjunto de suas condições como um objeto ou algo dado no objeto antes do regresso mesmo, o fundamento do princípio regulativo é: “no regresso empírico não pode ser encontrada *nenhuma experiência de um limite absoluto*, portanto, de nenhuma condição que, enquanto tal, seja *empiricamente absolutamente incondicionada*” (A 517/B 545). A questão, portanto, é saber se na regressão empírica se pode chegar a uma condição que seja *absolutamente incondicionada, porém não empiricamente dada*. Nos dois primeiros conflitos antinômicos Kant nega essa possibilidade. Tanto na limitação do mundo no espaço e no tempo como na partição indefinida da matéria o membro incondicionado faz parte da série mesma como membro empírico e, portanto, não incondicionado. Dito de outra forma, nas antinomias matemáticas as condições da série são *homogêneas*. A condição deve ser sempre uma parte da série, por esta constituir um composto de partes para um todo <*Zusammenhang der Teile zu einem Ganzen*> (1º antinomia) ou a decomposição de um todo em suas partes <*Zerfällung eines Ganzen in seine Teile*> (2ª antinomia). Nos 3º e 4º conflitos antinômicos, por sua vez, é possível que o membro incondicionado se encontre como problema <*aufgegeben*> na série empírica mesma (3ª antinomia) ou fora dela (4ª antinomia), mas *nunca como membro empiricamente dado*. Dito de outra forma, nas antinomias dinâmicas as condições são *heterogêneas*. Não se trata da “possibilidade de um todo incondicional a partir de partes dadas” ou de uma “parte incondicional para um todo dado”, mas da “derivação de um estado a partir de sua causa” <*Ableitung eines Zustandes von seiner Ursache*> (3ª antinomia) ou da “derivação da existência contingente de uma substância mesma a partir da necessária” <*des zufälligen Daseins der Substanz selbst von der notwendigen*> (4ª antinomia); nestas, pois, a “Bedingung nicht eben notwendig mit dem Bedingten eine empirische Reihe ausmachen dürfte” (A 560/B 588). Pelo fato de *nunca poderem* chegar a um membro absolutamente incondicionado, os conflitos antinômicos matemáticos opõem afirmações que são ambas *falsas*; por seu turno, pelo fato de *muito bem poderem* chegar a um membro absolutamente incondicionado, os conflitos antinômicos dinâmicos opõem afirmações que podem ser ambas *verdadeiras*.

Estas últimas, dessa forma,

eröffnet uns eine ganz neue Aussicht in Ansehung des *Streitshandeln*, darin die Vernunft verflochten ist, und welcher, da er vorher, als auf beiderseitige falsche Voraussetzung gebautet,

abgewiesen worden, jetzt, da vielleicht in der dynamischen Antinomie eine solche Voraussetzung stattfindet, die mit der Prätension der Vernunft zusammen bestehen kann, aus diesem Gesichtspunkte, und, da der Richter den Mangel der Rechtsgründe, die man beiderseits verkannt hatte, ergänzt, zu beider Teile Genugtuung verglichen werden kann, welches sich bei dem Streite in der mathematischen Antinomie nicht tun ließ (A 529-30/B 557-8. Hervorh. d. Verf).

Ora, na conexão matemática das séries de fenômenos somente há condições sensíveis, ao passo que série dinâmica as condições sensíveis “aditem” <zulässt> uma “condição heterogênea”, a saber, uma condição que não é parte da série, mas, antes, “als bloß intelligibile, außer der Reihe liegt” (A 530/B 558), “satisfazendo a razão” ou ainda a “pretensão da razão” de admitir “um incondicionado aos fenômenos”, sem “confundir” a série dos fenômenos ou interrompê-la, contrariando os “Verstandesgrundsätze” (A 531/B 559). Dito de outras forma – e talvez até paradoxalmente -, nas antinomias dinâmicas, ao contrário das matemáticas, *o incondicionado pode ser admitido e este pode “coexistir” com a pretensão do entendimento*, o que abre um novo caminho para a solução da antinomia. Notemos as metáforas jurídicas: aqui o “juiz” pode suprir a falta de “fundamento jurídico” ou “título” (legitimação do uso de determinado conceito) e “satisfazer ambos os lados”, *admitindo o incondicionado ao lado do condicionado*. É de responsabilidade do juiz a conciliação do conflito através da designação dos “títulos” precisos de cada partido.

No caso do terceiro conflito antinômico, o que opõe liberdade e determinismo, Kant afirma que ambas as afirmações, de tese e antítese, podem ser verdadeiras. Dessa maneira, ao admitir condicionado e incondicionado como membros não-excludentes na explicação ou concepção de determinado evento (a ação livre no mundo sensível), chega-se ao objetivo da resolução da antinomia: provar que *não há um conflito entre as leis da liberdade e as leis da natureza no interior da legislação da razão*. Uma não “afeta” a outra, ou seja, o âmbito de validade de cada uma “existe” de forma independente, não há um “entrecruzamento” de jurisdições. Os limites, no entanto, são claros: podemos “chegar” à causa inteligível, mas não “ir além dela”. Sei *que* determinada ação é livre em função dela, mas não sei *por que* ela é livre, no sentido de ter um *Einsicht* na causa de tal ação – tentar respondê-lo “ultrapassa em muito todas as capacidades da razão” (A 557/B 585). Seria o mesmo que perguntar “woher der transzendente Gegenstand unserer äußeren sinnlichen Anschauung gerade nur Anschauung im Raume und nicht irgend eine andere gebe” (idem). Esses limites não importam em relação à tarefa <Aufgabe> posta no início: se liberdade e necessidade natural em uma e mesma ação se contradizem. E para esse problema forneceu-se uma

resposta – ora, a lei da segunda não afeta a primeira e, por conseguinte, ambas podem “ocorrer” <stattfinden> independente uma da outra. Não há contradição entre as leis da razão.

Daß nun diese Antinomie auf einem bloßen Scheine beruhe, und, daß Natur der Kausalität aus Freiheit wenigstens nicht widerstreite, das war das einzige, was wir leisten konnten, und woran es uns auch einzig und allein gelegen war (A 558/B 586).

No caso do 4o conflito antinômico da razão, sobre a existência ou não de uma causa necessária do mundo, resta uma “saída” para a “scheinbar Antinomie”, a saber, admitir-se não há “von der ganzen Reihe, auch eine nichtempirische Bedingung, d.i ein unbedingtnotwendiges Wesen” (A 560/B 588). Esta condição não-empírica não seria um membro da série, mas, antes, würde “die ganze Sinnenwelt in ihrem durch alle Glieder gehenden empirischbedingten Dasein lassen” (A 561/B 589). Em oposição à 3a antinomia, onde a condição não-empírica, como causa ou *substantia phaenomenon*, “pertencia à série das condições” e apenas sua causalidade era tida por inteligível, na 4a antinomia “das notwendige Wesen ganz außer der Reihe der Sinnenwelt (als *ens extramundanum*) und bloß intelligibel gedacht werden müßte” (A 561/B 589), de modo que ele não é submetido às “Gesetze der Zufälligkeit und Abhängigkeit” dos fenômenos. A conciliação ocorre ao se considerar o princípio cosmológico da totalidade como “princípio regulativo da razão”. Esta não está numa encruzilhada ao tentar conciliar a exigência de que tudo no mundo sensível tenha existência condicionada empiricamente com a pretensão de que toda a série empírica “possa ser fundada” em “algum ser inteligível” que seria, justamente, “livre” de todas as condições empíricas e assim “Grund der Möglichkeit aller dieser Erscheinungen”. Ambas as proposições podem ser verdadeiras, cada uma tem validade num determinado âmbito da legislação da razão.

Assim como no caso da 3a antinomia, não se pretende, com a conciliação do conflito, afirmar um conhecimento dessa *ens extramundanum* e tampouco “das unbedingtnotwendige Dasein eines Wesens zu beweisen” ou mesmo “fundar nisto” a possibilidade de uma condição inteligível do mundo sensível,

sondern nur eben so, wie wir die Vernunft einschränken, daß sie nicht den Faden der empirischen Bedingungen verlasse, und sich in *transzendente* und keiner Darstellung in concreto fähige Erklärungsgründe verlaufe also auch, andererseits, das Gesetz des bloß empirischen Verstandesgebrauchs dahin einzuschränken, daß es nicht über die Möglichkeit der Dinge überhaupt entscheide, und das Intelligibele, ob es gleich von uns zur Erklärung der Erscheinungen nicht zu gebrauchen ist, darum *nicht für unmöglich erkläre* (A 562/B 590. Grifos nossos).

Há aqui claramente a legislação negativa e positiva da razão. Por um lado é preciso “limitar a razão” para que ela não “se perca em fundamentos transcendentais de explicação” e, ao mesmo tempo, limitar a “lei do uso meramente empírico do entendimento” de modo a que ela não “decida” sobre a “possibilidade das coisas em gerais”. Com isso, abre-se a possibilidade de uma legislação positiva da razão sob uma perspectiva prática, a única onde os princípios da razão pura podem obter um sentido imanente e constitutivo (Cf. KpV AA 05: 135)¹¹²¹. Kant refere-se a isso de forma inequívoca na resolução da quarta antinomia:

Der empirische Gebrauch der Vernunft (in Ansehung der Bedingungen des Daseins in der Sinnenwelt) wird durch die Einräumung eines bloß intelligibelen Wesens nicht afficirt, sondern geht nach dem Princip der durchgängigen Zufälligkeit von empirischen Bedingungen zu höheren, die immer eben sowohl empirisch sind. Eben so wenig schließt aber auch dieser regulative Grundsatz die Annahme einer intelligibelen Ursache, die nicht in der Reihe ist, aus, wenn es um den reinen Gebrauch der Vernunft (in Ansehung der Zwecke) zu thun ist (A 564/B 592).

A resolução dos conflitos antinômicos da razão se dá, portanto, não pela anulação completa das afirmações envolvidas, mas, antes, através de uma limitação de âmbitos de validade das leis. Ademais, por fim, tal limitação se dá por meio de uma *refutatio* ou *retorsio*: prova-se a impossibilidade de provar a impossibilidade de um ser supremo, ou ainda, defende-se a proposição sobre a possibilidade de um ser supremo a partir da demonstração da impossibilidade de demonstrar a não-possibilidade do inteligível. Ou seja, não há uma “wahrer Widerspruch” e ambas, tese e antítese, “*können zusammen bestehen*” e, assim “*beiderseits wahr sein können*”.

Como Kant escreve: a tese e a antítese do 3o e do 4o conflitos antinômicos da razão *podem* ser ao mesmo tempo verdadeiras. Ora, na perspectiva especulativa aqui assumida, *poder* não implica *ser*. É necessário algo a mais para provar a verdade das teses de ambos os conflitos. O que Kant realiza aqui é apenas a “blindagem” crítica na qual até aqui insistimos. A prova da verdade e, pois, realidade objetiva da liberdade e demais conceitos de objetos suprassensíveis relacionados deve vir de outro lugar, mais precisamente daquele âmbito que é o próprio à razão: a *moral*.

¹¹²¹ “Aqui elas [scil. as ideias transcendentais] se tornam *imanentes* e *constitutivas*, porque são fundamentos da possibilidade de *tornar efetivo* o *objeto necessário* da razão prática pura (o sumo bem), visto que sem isso elas são *transcendentes* e meros princípios *regulativos* da razão especulativa, que lhe impõem não admitir um novo objeto para além da experiência, mas apenas apenas aproximar da completude o seu uso na experiência”. KpV AA 05: 135.

Conclusão

Após transcorridas as investigações histórica, genética e sistemática podemos finalmente obter um quadro mais completo e detalhado sobre a metafórica jurídica da *KrV*. O tribunal da razão na *KrV* tem como função primordial avaliar e julgar os títulos dos conceitos do entendimento e da razão e com isso solucionar os conflitos entre as pretensões avançadas pelos variados usos possíveis dos mesmos. Para tanto, a *KrV* lança mão de noções e conceitos historicamente bem definidos, provindos não por acaso da jurisprudência; neste contexto, o direito e a ciência jurídica da época se mostram como instrumentos valiosos para responder a um problema metodológico gestando ao longo do desenvolvimento da filosofia crítica e que reflete, em seus traços principais, um anseio da tradição filosófica por um caminho intermediário em meio aos embates entre escolas e doutrinas opostas entre si – ou, segundo a imagética jurídica de Kant, a instauração de um “estado civil” em filosofia a ser continuamente assegurado pelo tribunal da razão e que, em última análise, permite a realização da legislação da razão pura em seu aspecto negativo e, sobretudo, *positivo* como permissão e possibilitação do único uso da razão pura que lhe resta, a saber, o uso prático. Nesse sentido, o início do capítulo sobre o Canon da razão pura é emblemático:

Sie [scil. die Vernunft] tritt den Weg der bloßen Speculation an, um sich ihnen [scil. den Gegenständen, die ein großes Interesse für die Vernunft bei sich führen] zu nähern; aber diese fliehen vor ihr. Vermuthlich wird auf dem einzigen Wege, der ihr noch übrig ist, nämlich dem des *praktischen Gebrauchs*, besseres Glück für sie zu hoffen sein (A 796/B 824. Hervorh. d. Verf.).

Dando uma vez mais razão ao agudo dinamismo de seu pensamento, Kant decerto modificou posteriormente a forma como formulou e solucionou os problemas da legislação positiva da razão pura, do exame e decisão sobre títulos de conceitos e dos conflitos entre princípios. O lugar sistemático e contornos precisos dos usos especulativos e práticos da razão, suas relações com o entendimento e as demais faculdades do ânimo, etc. foram objeto de intensas reflexões e significativas modificações por parte de Kant *também ao longo do período crítico*, como dão mostra as dificuldades de conciliar as formulações do capítulo do Canon da razão pura com os escritos posteriores de Kant sobre filosofia prática, além, decerto, do prefácio e as

introduções à *KU*¹¹²². Infelizmente uma análise mais detida de todo esse desenvolvimento conceitual de Kant pós-*KrV* foge ao escopo do presente trabalho, cujo eixo central residiu, como facilmente se percebeu, na filosofia kantiana *até a e na KrV*. Em todo caso, para todos os efeitos do tema aqui selecionado, essa delimitação temporal e conceitual não traz prejuízos à investigação aqui avançada: mesmo após a *KrV* a metafórica jurídica de Kant retém, com modificações, o mesmo sentido metodológico e conserva, intocado, o mesmo ponto de apoio histórico-genético aqui apresentados. Para além da contínua presença no período crítico do par conceitual investigado no presente trabalho, a dedução e a antinomia, Kant atém-se na *KU*, para citar um único exemplo, à ideia de uma “legislação” do entendimento na filosofia teórica e uma “legislação” da razão na filosofia prática (*KU* AA 05: 174-5)¹¹²³. É fato, no entanto, que a continuidade da imagética jurídica não implica a continuidade estrita dos elementos sistemáticos por ela ilustrados. Mencionemos também a mero título de exemplo que Kant na *KU* concede a legislação da razão em sentido próprio apenas na *filosofia prática*, não na teórica. Ademais, segundo o relato de Kant na *KU*, o papel da *KrV* no sistema da filosofia transcendental teria sido não o de expôr a legislação da razão em sentido

¹¹²² Como já mencionado no capítulo 10, segundo interpretação de Reinhard Brandt a compreensão de Kant sobre o lugar sistemático da *Crítica da Razão Pura* modificou-se de 1781 a 1787. Em 1787 Kant entendia a *KrV* não mais como, de fato, uma “Crítica da Razão Pura”, mas antes como uma “Crítica do Entendimento Puro”, ou ainda, “Crítica da Razão Especulativa Pura”: “Em 1781 ocorreu um falso título, pois a faculdade legisladora então referida não é a razão pura, mas sim o entendimento puro”. Brandt, R. *Die Bestimmung der Menschen bei Kant*. Op. cit. p. 498. Ainda segundo Brandt, a “retificação” do estatuto da obra inauguradora da filosofia crítica abriria espaço para uma “quarta” crítica, que, então, seria a legítima “Crítica da Razão Pura”, e faria as vezes de uma “Crítica das faculdades puras do conhecimento em geral”, incluindo aí o entendimento (faculdade do conhecimento), razão (faculdade do desejo) e o Juízo (sentimento de prazer e desprazer). Dentre outras coisas, argumenta Brandt, essa “quarta crítica” seria responsável pela verdadeira unidade da razão através da (tentativa de) dissolução das dicotomias em que se enreda a filosofia kantiana (sensibilidade/entendimento; natureza/liberdade; etc.) a partir da projeção de uma razão teleologicamente unificada no supra-sensível (Idem. pp. 514-5). Desse modo, essa “quarta crítica” colocaria como seu objeto a *natureza teleológica da razão humana*, suprimindo as lacunas deixadas em aberto pela “crítica da faculdade de juízo teleológica” da *Crítica do Juízo*: “A nova crítica é pressuposta como unidade sintética das três críticas (...). A *Crítica da Razão Pura* fala de uma ‘teleologia rationis humanae’ (A 839); o tema é retomado na *Crítica da Razão Prática* sob o título ‘Da proporção, sabiamente adequada à destinação <Bestimmung> prática do homem, de suas faculdades de conhecimento’ (KpV AA 05: 146), e a *Crítica do Juízo* determina a aptidão do ânimo humano como parte da natureza (KU AA 05: 409: ‘à qual nós mesmos co-pertencemos’) como conforme a fins <Zweckmäßig> para nossa destinação moral. Aqui entra, ao lado da necessidade teórico-formal das três faculdades, uma necessidade final. Às tarefas de uma quarta crítica a ser levada a cabo deveria pertencer a reflexão sobre a relação entre destinação teórica e prática, formal e final, na completa ‘ratio humana’” (Idem. p. 519). O grande problema da interpretação de Brandt é, como já mencionado, a sua desistência em ligar a constituição jurídica da razão a esse contexto.

¹¹²³ “Die Gesetzgebung durch Naturbegriffe geschieht durch den Verstand und ist theoretisch. Die Gesetzgebung durch den Freiheitsbegriff geschieht von der Vernunft und ist bloß praktisch”. KU AA 05: 174.

estrito, mas sim o de indicar como a legislação do entendimento e a legislação da razão podem *coexistir* no *Boden der Erfahrung*

Verstand und Vernunft haben also zwei verschiedene Gesetzgebungen auf einem und demselben Boden der Erfahrung, ohne daß eine der anderen Eintrag thun darf. Denn so wenig der Naturbegriff auf die Gesetzgebung durch den Freiheitsbegriff Einfluß hat, eben so wenig stört dieser die Gesetzgebung der Natur. – Die Möglichkeit, das Zusammenbestehen beider Gesetzgebungen und der dazu gehörigen Vermögen in demselben Subject sich wenigstens ohne Widerspruch zu denken, bewies die Kritik der reinen Vernunft, indem sie die Einwürfe dawider durch Aufdeckung des dialektischen Scheins in denselben vernichtete (KU AA 05: 175).

A despeito de suas modificações e desenvolvimentos ulteriores a filosofia crítica se revela, ao fim e ao cabo, como uma defesa da filosofia como “Weisheit”, ou seja, como a ciência dos fins verdadeiros do homem e da razão contidos na ideia de uma legislação positiva da razão e do filósofo como legislador da razão (A 839/B 867). A “relação de equilíbrio” proposta pela concepção crítica de limitação e ampliação, a saber, limitação das pretensões especulativas do conhecimento humano em prol de sua ampliação prática, coaduna-se com o ensinamento socrático, inúmeras vezes evocado por Kant¹¹²⁴, de assumir a ignorância “especulativa” de nossa razão para dessa forma dirigí-la a seu terreno próprio: o da *moral*. A esse intuito socrático Kant liga, como vimos ao longo do trabalho, Hume e Rousseau. Hume por mostrar um ceticismo mitigado que nos faz duvidar de nossas convicções especulativas mais arraigadas e, com isso, fomentar a condução prática da vida; e Rousseau por mostrar como a ampliação autônoma e emancipada do saber, da consciência política e religiosa deve ser precedida por uma disciplina de contenção e de prevenção de erros. Talvez mais do que todos os outros autores clássicos apresentados no presente trabalho, Hume, Rousseau e a figura histórica de Sócrates se mostram como cruciais para a compreensão desse objetivo “de fundo” da *KrV*.

O fato é que toda essa constelação conceitual é ilustrada por Kant com auxílio de metáforas *jurídicas*. A legislação e o tribunal da razão dão o tom jurídico a essas ideias kantianas e lhes proporcionam um quadro unificado e sistemático. Não nos parece mero acaso que Kant tenha elucidado seu objetivo de permitir o uso moral da razão, de determinação da destinação do homem e definição da filosofia como ciência da *teleologia rationis humanae* com auxílio de uma disciplina não teórica como a matemática, a física ou a lógica, mas prática: o *direito*.

¹¹²⁴ P.ex. “Critick der Wissenschaft und Organon der Weisheit (g welche mehr aufs entbehren als erwerben ankommt. Socrates) (Rx 4457. AA 17: 558 (1772)). Ainda sobre Sócrates, cf. Cap. 6. acima.

Bibliografia

Bibliografia Primária

1) Kant

1.1.) Edições em alemão

Kant, I. *Gesammelte Schriften: herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften*. 29 vols. Berlin: Walter de Gruyter, 1900-

_____. *Logik Hechsel* in: *Logik Vorlesung*, Hrsg. von Tillmann Pinder. Hamburg: Meiner, 1998.

_____. *Logik Bauch* in: *Logik Vorlesung*, Hrsg. von Tillmann Pinder. Hamburg: Meiner, 1998.

_____. *Über die Form und die Prinzipien der Sinnen- und Geisteswelt. Lat.-deutsch*. Hamburg: Meiner, 1958.

Kant-Index. hrsg. von Norbert Hinske: Bd. 30.1-3: Section 2, Indices zum Ethikcorpus, Stellenindex und Konkordanz zum "Naturrecht Feyerabend". Heinrich P. Delfosse; Norbert Hinske; Gianluca Sadun Bordoni. Stuttgart- Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 2012-4.

_____. hrsg. von Norbert Hinske. Bd. 3.1, Stellenindex und Konkordanz zur "Logik Blomberg" Stuttgart- Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1989.

_____. hrsg. von Delfosse, H & Hinske, N. Bd. 24: Section 2, Indices zum Ethikcorpus. Stellenindex und Konkordanz zu den „Bemerkungen zu den Beobachtungen über das Gefühl des Schönen und Erhabenen“ mit einem Index und einer Konkordanz zu den „Beobachtungen“ selbst als Anhang. Stuttgart-Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 2007.

1.1.) Traduções consultadas

Kant, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *A Metafísica dos Costumes*. Petrópolis, Vozes, 2013.

_____. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

- _____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Crítica da Razão Prática*. Petrópolis, Vozes, 2016.
- _____. *Crítica da Razão Pura*. Petrópolis, Vozes, 2012.
- _____. *Escritos Pré-Críticos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Discurso Editorial e Barcarolla, 2009.
- _____. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- _____. *Os Progressos da Metafísica*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- _____. *Pensamientos sobre la verdadera estimacion de las fuerzas vivas*. Tradução, introdução e comentários por Arana, J. Bern [u.a.]: Peter Lang, 1988.
- _____. *Prolegômenos a toda a Metafísica Futura*. Lisboa. Edições 70, 2003.
- _____. *Remarques touchant les Observations sur le Sentiment du Beau et du Sublime*. Paris: Vrin, 1994.

2) Outras fontes

- Achenwall, G. *Ius naturae in usum auditorum. Pars prior*. Göttingen, 1773.
- _____. *Prolegomena iuris naturalis*. Göttingen, 1773.
- Achenwall, G. e Pütter, J. S. *Anfangsgründe des Naturrechts. Elementa Iuris Naturae*. herausgegeben und übersetzt von Jan Schröder, Frankfurt a.M. und Leipzig: Insel Verlag, 1995.
- Adelung, J. C. *Grammatisch-Kritisches Wörterbuch der Hochdeutschen Mundart*. 1. Aufl. Leipzig 1774–1786, 5 Bde.; 2. Aufl. Leipzig 1793–1801, 4 Bde., Supplementband 1818.
- [Anonymus] *Ad. C. Herrenium. De ratione dicendi*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.
- Aristoteles. *Rhetorik*. Übers. und erl. von Christof Rapp. Werke in deutscher Übersetzung. Begr. von Ernst Grumach. Hrsg. von Hellmut Flashar. Bd. IV. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2002.
- Bacon, F. *Parasceve ad Historiam Naturalem et Experimentalem*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd 1.
- _____. *Instauratio Magna. The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd. 1.

- _____. *Novum Organum. The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd. 1. Bacon, F. *Historia Ventorum*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd. 3.
- _____. *Valerius Terminus: of the Interpretation of Nature*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd. 6.
- _____. *The Advancement of Learning*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd. 6.
- _____. *Maxims of the Law*. In: *The Works of Francis Bacon*. Gesamtausgabe von Spedding 1857-1874. Bd. 15.
- _____. *Neues Organon*. Hrsg. u. mit e. Einl. von Wolfgang Krohn. Übersetzung von Rudolf Hoffmann. Hamburg: Meiner, 1999.
- Bayle, P. "Commentaire philosophique, sur ces paroles de l'evangile selon S. Luc, Chap. XIV. Vers 23. Première Partie". In: *Oeuvres diverses de Mr. Pierre Bayle*. La Haye, 1737. Bd. 2.
- _____. "Catus". *Dictionnaire historique et critique. Cinquième édition, revue, corrigée et augmentée. Avec la vie de l'auteur par Mr. Des Maizeaux*. 4 Volumes. Amsterdam, Leiden, La Haye, Utrecht, 1740.
- Baumgarten, A. G. *Initia Philosophiae Practicae*. Halle, 1760.
- _____. *Acroasis logica in Christianum L. B. De Wolff*, Halle, 1761, Nachdruck Hildesheim: Georg Olms, 1973.
- _____. *Ästhetik*. Lateinisch-deutsch. Hamburg: Felix Meiner, 2007.
- Beck, J. S. *Erläuternden Auszug aus den kritischen Schriften*. 3 Bände. Riga. 1793-6.
- Berg, F. „Rezension zu Johann Georg Heinrich Feder, Über Raum und Caussalität zur Prüfung der Kantischen Philosophie“. In: *Wirzburger Gelehrter Anzeigen für das Jahr 1787*, Stück 83, 17. Oktober 1787. p. 814. Neudruck: Landau, A (Hrsgs). *Rezensionen zur Kantischen Philosophie 1781-1787*. Bebra: Landau, 1991.
- Brucker, J. J; *Historia critica philosophiae*. Leipzig, 1743.
- Cicero, M. T. *Topica. Die Kunst, richtig zu argumentieren. Übers. und erl. von Karl Bayer*. Darmstadt: Wiss. Buchges., 1993.
- _____. *De inventione. Über die Auffindung des Stoffes*. Hrsg. und übers. von Theodor Nüßlein. Darmstadt: Wiss. Buchges., 1998.
- Cocceji, S. *Novum Systema Justitiae naturalis et romanae*. Halle, 1750.
- Crusius, C. A. *Entwurf der nothwendigen Vernunft-Wahrheiten*. Leipzig, 1766.
- _____. *Anweisung, vernünftig zu leben*. Leipzig, 1767.

- Descartes, R. *Regulae ad directionem ingenii. Regeln zur Ausrichtung der Erkenntniskraft*. Hamburg: Meiner, 2011.
- _____. *Discours de la méthode: französisch-deutsch* Übers. und hrsg. von Christian Wohlers. Hamburg: Meiner, 2011
- Deutsches Fremdwörterbuch Völlig neubearbeitet im Institut für deutsche Sprache*. Bd. 4. Gerhard Strauß (Leitung), Elke Donalies, Heidrun Kämper-Jensen, Isolde Nortmeyer, Joachim Schildt, Rosemarie Schnerrer, Oda Vietze. Berlin & New York: de Gruyter, 1996.
- Dilthey, W. "Das allgemeine Landrecht". In: *Gesammelte Schriften. Bd. XII. Zur preußischen Geschichte*. Göttingen: Vandenhoeck u. Ruprecht, 1985.
- Ersch, J. S & Gruber, J. G. (Hrsg). *Allgemeine Encyclopädie der Wissenschaft und Künste*. Leipzig, 1832.
- Friedrich II. *Dissertation sur les raisons d'établir ou d'abroger les loix*. Frankfurt u. Leipzig: 1752
- Garve, C. [„Rezension zu der Kritik der reinen Vernunft“]. In: Allgemeine deutsche Bibliothek, Anhang zum 37.-52. Band, Abteilung 2, Berlin u. Stettin, 1783. p. 839. Neudruck: Landau, A (Hrsg). *Rezensionen zur Kantischen Philosophie 1781-1787*. Bebra: Landau, 1991.
- Goclenius, R. *Lexicon philosophicum quo tanquam clave philosophiae fores aperiuntur*. 2., reprogr. Nachdr. der Ausg. Frankfurt 1613 und Marburg 1615. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1980.
- Grotius, H. *De jure belli ac pacis libri tres. Drei Bücher vom Recht des Krieges und des Friedens. Paris 1625. Nebst einer Vorrede von Christian Thomasius zur ersten dt. Ausg. des Grotius vom Jahre 1707*. Neuer dt. Text und Einl. von Walter Schätzel. Tübingen: Mohr, 1950.
- Hamann, J. G. *Schriften zur Sprache*. Frankfurt: Suhrkamp, 1967.
- Hegel, G.W.F. *Enzyklopädie der Philosophischen Wissenschaften*. Hamburg: Meiner, 1969.
- _____. *Wissenschaft der Logik; Bd. 2 Die subjektive Logik (1816)*. In: *Gesammelte Werke. Hrsg. von Friedrich Hogemann*. Hamburg: Meiner, 1981.
- _____. *Phänomenologia des Geistes*. Hamburg: Meiner, 1980.
- Heidegger, M. *Kant und das Problem der Metaphysik*. Frankfurt. Vittorio Klostermann. 1991.
- _____. *Der Satz vom Grund*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1997.

- Hellfeld, J. A. *Repertorium reale practicum Iuris privati Imperii Romano-Germanici*. Bd 2. Jena, 1755.
- Herder, J. G. *Verstand und Erfahrung. Eine Metakritik der Kritik der reinen Vernunft I*. Leipzig: 1799.
- _____. *Kalligone*. In: *Sämmtliche Werke zur Philosophie und Geschichte*. Bd 15. Stuttgart und Tübingen. 1819.
- Hermagoras. *Fragments et Témoignages*. Paris: Les Belles Lettres, 2012.
- Hermogenes. *On issues. Strategies of argument in later Greek Rhetorik*. Übers. u. erl. von Malcolm Heath. Oxford: Claredon Press, 1995.
- Hert, J. K. *De Collisione Legum*. Gissae, 1688.
- Holzschuher, C-S. *Deduktion-Bibliothek von Teutschland*. Bd. 1, Frankfurt u. Leipzig 1778.
- Hufeland, G. *Abriß der Wissenschaftskunde und Methodologie der Rechtsgelehrsamkeit*, Jena. 1797.
- Hume, D. *Philosophische Versuche*. Hamburg und Leipzig, 1755. repr. In: Klemme, H (Hrsg.). *Reception of the Scottish enlightenment in Germany: six significant translations, 1755 – 1782*. Vol. 1. Bristol: Thoemmes Press, 2000.
- _____. *A Treatise of Human Nature*. Oxford: Clarendon Press, 1896.
- Lambert, J. H. *Neues Organon oder Gedanken über die Erforschung und Bezeichnung des Wahren und dessen Unterscheidung von Irrthum und Schein*. Bd II Leipzig, 1764.
- Leibniz, G. W. *Sämmtliche Schriften und Briefe*. hg. von der Deutschen Akademie der Wissenschaften, Berlin-Darmstadt, 1923.
- _____. *Die philosophischen Schriften*, hrsg. von Carl I. Gerhardt. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1885; ripr. facs.: Hildesheim, Georg Olms, 1965.
- _____. *The Art of Controversies* Dascal, M (Hrsg). Dordrecht: Springer, 2006.
- _____. *Opuscules et fragments inédits de Leibniz : extraits des manuscrits de la Bibliothèque royale de Hanovre*. Couturat, L. (Hrsg). Paris, 1903.
- _____. *Frühe Schriften zum Naturrecht: lateinisch-deutsch*. Hrsg., mit einer Einl. und Anm. vers. sowie unter Mitw. von Hans Zimmermann übers. von Hubertus Busche. Hamburg: Meiner, 2003.
- _____. *Nouveaux essais sur l'entendement humain*. Paris: Flammarion, 1921.

- Außer wenn ausdrücklich anders angegeben, erfolgt die Zitierung von Leibniz' Schriften und Fragmenten nach der oder *Die philosophischen Schriften* hrsg. von Carl I. Gerhardt (GP).
- Krug, W. T.. *Allgemeines Handwörterbuch der philosophischen Wissenschaften, nebst ihrer Literatur und Geschichte*. Bd 1. Leibzip, 1832.
- Locke, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. London: 1824. Maïmon, S. "Baco und Kant: Schreiben des H.S. Maimon an den Herausgeber dieses Journals". In: *Berlinisches Journal für Aufklärung*. 1788-90. 1790.
- Meier, G. F. *Vernunftlehre*. Halle, 1752.
- _____. *Auszug aus der Vernunftlehre*, Halle, 1752.
- _____. *Beyträge zu der Lehre von den Vorurtheilen des menschlichen Geschlechts. Contributi alla dottrina di pregiudizi del genere umano: Kritische Ausgabe - Edizione critica*. Delfosse, H. Hinske, N. Rumore, P (Hrsg). Pisa & Stuttgart-Bad Cannstatt: ETS & Frommann-Holzboog, 2006.
- _____. *Beweis, daß die Menschliche Seele ewig lebt*. Zweite Auflage. Halle: 1754.
- Mellin, G. S. A. *Encyclopädische Wörterbuch der Kritischen Philosophie*. 6. Bände. Leipzig, 1797–1803.
- _____. *Kunstsprache der kritischen Philosophie*. Jena, 1798.
- Nettelblatt, D. "De optima iurisprudentiam practicam docendi methodo". In: *Sammlung kleiner juristischer Abhandlungen*, Halle, 1792.
- _____. *Versuch einer Anleitung zu der ganzen Practischen Rechtsgelahrheit*. Halle, 1767.
- Oberländer, S. *Lex. juridicum Romano-Teutonicum*. Nürnberg, 1723.
- Pufendorf, S. *Gesammelte Werke. Bd. 4. De jure naturae et gentium*. Hrsg. von Frank Böhling u. Schmidt-Biggemann, W. Berlin: Akademie Verlag., 1998.
- Pütter, J. S. *Anleitung zur juristischen Praxi, wie in Teutschland sowohl gerichtliche als außergerichtliche Rechtshändel oder andere Canzley- Reichs- und Staats-Sachen schriftlich oder mündlich verhandelt und in Archiven beygelegt werden*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1789.
- _____. *Unpartheyisches rechtliches Bedenken über die zwischen der Krone Böhmen und den Herren von Zedtwitz wegen Mittelbarkeit oder Unmittelbarkeit der Herrschaft Asch*. Göttingen, 1772.
- _____. *Auserlesene Rechts-Fälle aus allen Theilen der in Teutschland üblichen Rechtsgelehrsamkeit in Deductionen, rechtlichen Bedenken, Relationen und*

- Urtheilen theils in der Göttingischen Juristen-Facultät, theils in eigenem Namen ausgearbeitet. Bd 1-3. Göttingen, 1760-1785.*
- _____. *Kurzer Begriff von der ganzen Zedtwitzischen Sache die von der Krone Böhmens bestrittene Reichsunmittelbarkeit betreffend. Göttingen, 1772.*
- Quintilian, M. F. *Ausbildung des Redners. Zwölf Bücher = M. Fabii Quintiliani Institutionis oratoriaes libre XII. Hrsg. u. übers. von Helmut Rahn. Bd. I u. II. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2006.*
- Reimarus, H. S. *Die Vernunftlehre, als eine Anweisung zum richtigen Gebrauch der Vernunft (...) Hamburg. Erste Auflage, 1756.*
- _____. *Ueber das Fundament des philosophischen Wissens. Jena, 1791.*
- Reinhold, K. L. *Über das Verhältnis der Theorie des Vorstellungsvermögens zur Kritik der reinen Vernunft. In: Beiträge zur Berichtigung bisheriger Missverständnisse der Philosophen – erster Band. Hamburg: Meiner, 2003.*
- Reuß, J. A. *Deductions- und Urkunden-Sammlung: ein Beytrag zur Teutschen Staatskanzlei. Ulm, 1785.*
- Schmid, C. C. E. *Wörterbuch zum leichtern Gebrauch der Kantischen Schriften. (1798). Neu hrsg., eingel. und mit einem Personenreg. vers. von Norbert Hinske Darmstadt: Wiss. Buchges., 2005.*
- Smith, A. *Theorie der moralischen Empfindungen. Braunschweig: 1771. Trad. Christian Gunther Rautenberg. rep. In: Klemme, H. (Org). Reception of the Scottish Enlightenment in Germany: Six Significant Translations, 1755-1782. Bd 4. Bristol: Thoemmes Press, 2000.*
- _____. *Theorie der ethischen Gefühle. Über. mit Ein. Anm. und. Reg von Eckstein, W. Hamburg: Meiner, 1926.*
- _____. *The Theory of Moral Sentiments. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith. Bd I. Indianapolis: Liberty Fund, 1984. Rep. Oxford: Clarendon Press, 1976.*
- Sulzer, J. G. “Gedanken über einige Eigenschaften der Seele, in sofern sie mit den Eigenschaften der Materie eine Ähnlichkeit haben, zur Prüfung des Systems des Materialismus”. In: *Vermischte philosophischen Schriften. Leipzig, 1773.*
- Svares, C. G. *Vorträge über Recht und Staat. Conrad, H. & Kleinheyder, G. (Hrg). Köln und Opladen: Westdeutscher Verlag, 1960.*

- Thomasius, C. *Einleitung zur Hoff-Philosophie*. Berlin und Leipzig 1712. repr. Band 2 der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 1994.
- _____. *Drey Bücher der Göttlichen Rechtsgelehrtheit*. Halle, 1709. repr. Band 4 der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 2001
- _____. *Ausübung der Sittenlehre (1710)*. Halle: 1726. repr. Band 9 der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 1998.
- _____. *Einleitung zu der Vernunft-Lehre*. Halle 1691. Repr. Band 8. der Ausgewählten Werke von Christian Thomasius. Hildesheim [u.a]: Georg Olms Verlag, 1998.
- Trübners deutsches Wörterbuch*. hrsg. von Alfred Götze. Berlin [u.a.] : de Gruyter, 1939.
- Walch, J. G. *Philosophisches Lexicon*, Leipzig. 1740.
- Wolff, C. *Elementa matheseos universae. (Conspectus commentationis de methodo mathematica)*. Bd. 1. Hildesheim: Olms, 1968.
- _____. *Jus naturae methodo scientifica pertractatum. Pars tertia*. Frankfurt, Leipzig und Halle 1740. 2. Repr. Hildesheim: Georg Olms, 2003.
- _____. *Vernünfftige Gedanken von der Menschen Thun und Lassen*. Frankfurt und Leipzig, 1736. repr. Hildesheim [u.a]: Olms, 1976.
- _____. *Philosophia rationalis sive logica*. Bd. 1. Nachdr. d. Ausg. Frankfurt u. Leipzig 1740. repr. Hildesheim [u.a]: Olms, 1983.
- _____. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen (Discursus praeliminaris de philosophia in genere)*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2006.
- _____. *De differentia intellectus systematici & non systematici. / Über den Unterschied zwischen dem systematischen und dem nicht-systematischen Verstand*, übers., ein. und hrsg. von Michael Albrecht, in: *Aufklärung* 23, 2011.
- Zedler, J. H. *Großen vollständigen Universal-Lexicon*. 30 Bände. Halle, 1731-1754.

Bibliografia Secundária

- Adickes, E. „Die Bewegenden Kräfte in Kants philosophischer Entwicklung und die beiden Polen seines System“. In: *Kant-Studien*, 1, 1897.
- _____. *Kants Systematik als Systembildener Factor*. Berlin: Mayer & Müller, 1887.
- _____. "Einleitung". In: *Immanuel Kants Kritik der reinen Vernunft mit einer Einleitung und Anmerkung*. Berlin, 1889.
- _____. *Kant als Naturforscher*. Bd. I-II. Berlin: de Gruyter, 1924-5.
- Aichele, A. „Sive vox naturae sive vox rationis sive vox Dei? Die metaphysische Begründung des Naturrechtsprinzips bei Heinrich Köhler, mit einer abschließenden Bemerkung zu Alexander Gottlieb Baumgarten. In: *Jahrbuch für Recht und Ethik*, 12, 2004. pp. 115-135.
- _____. "Die Ungewißheit des Gewissens. Alexander Gottlieb Baumgartens forensische Aufklärung der Aufklärungsethik". in: *Jahrbuch für Recht und Ethik* 13, 2005.
- _____. „Metaphysisches oder logisches Systemprinzip. Die Dynamik des Unbedingten und seine Deduktion in Schellings Naturphilosophie von 1799“. In: Danz, C. & Stolzenberg, H. (Hg). *System und Systemkritik um 1800*. Hamburg: Meiner, 2011.
- _____. "Enthymematik und Wahrscheinlichkeit. Die epistemologische Rechtfertigung singulärer Urteile in Universaljurisprudenz und Logik der deutschen Aufklärung: Christian Wolff und Alexander Gottlieb Baumgarten“. In: *Rechtstheorie*: Vol. 42, Sonderheft – Rechtsrhetorik, 2011. pp. 495-513.
- Albrecht, M. *Eklektik: Eine Begriffsgeschichte mit Hinweisen auf die Philosophie- und Wissenschaftsgeschichte*. Stuttgart- Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1994.
- Allison, H. *Kant's Transcendental Idealism. An Interpretation and Defense. Revised and Enlarged Edition*. New Haven & London: Yale University Press, 2004.
- _____. "Is The *Critique of Judgment* 'Post-Critical'? In: Sedgwick, S. (Ed). *The Reception of Kant's Critical Philosophy. Fichte, Schelling, and Hegel*. Cambridge. Cambridge University Press. 2000
- Ameriks, K. *Kant's Theory of Mind: an analysis of the paralogisms of pure reason*. New ed., reprinted. Oxford : Clarendon Press, 2007.
- Arana, J. *Ciencia y Metafisica en el Kant Precritico*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1982.
- Arndt, H. W. *Methodo scientifica pertractatum. Mos geometricus und Kalkülbegriff in der philosophischen Theorienbildung des 17. und 18. Jahrhunderts*. Berlin, New York: De Gruyter, 1971.

- Arnoldt, E. "Kants Jugend und die fünf ersten Jahren seiner Privatdozentur". Idem. *Gesammelte Schriften*. Bd. III. Berlin: Cassirer, 1908.
- _____. "Die äussere Entstehung und die Abfassungszeit der Kritik der reinen Vernunft". In: *Gesammelte Schriften*. Bd. IV. Teil I. Berlin: Cassirer, 1908.
- _____. „Möglichst vollständiges Verzeichnis aller von Kant gehaltenen oder auch nur angekündigten Vorlesungen nebst darauf bezüglichen Notizen und Bemerkungen“. In: *Gesammelte Schriften*, Bd. V. Berlin: Cassirer, 1908.
- Bachleitner, N. "Die Rezeption von Henry Homes Elementos of Criticism in Deutschland 1763-1793". In: *arcadia* 20. 1985.
- Bagnall, R. S. et alli. *The Encyclopedia of Ancient History, First Edition*. Huebner, London [u.a.]: Wiley-Blackwell, 2012.
- Ballestrem, K. G. *Adam Smith*. München: Beck, 2001.
- Bar, C. & Dopffel, P. H. (Hrsg). *Deutsches Internationales Privatrecht im 16. und 17. Jahrhundert: Materialien, Übersetzungen, Anmerkungen*.Tübingen: Mohr, 2001.
- Bärthlein, K. "Die Vorbereitung der Kantischen Rechts- und Staatsphilosophie in der Schulphilosophie". In: Oberer, H. & Seel, G (Hrsg). *Kant. Analysen - Probleme - Kritik*. Würzburg: Königshausen u. Neumann, 1988.
- Bauch, B. *Geschichte der Philosophie V. Immanuel Kant*. Berlin & Leipzig, 1916.
- _____. „Das Rechtsproblem in der Kantischen Philosophie“ In: *Zeitschrift für Rechtsphilosophie*, 3, 1921.
- Baum, M. *Die Transzendente Deduktion in Kants Kritiken. Interpretationen zur kritischen Philosophie*. Köln, Uni. Diss., 1975.
- _____. *Deduktion und Beweis in Kants Transzendentalphilosophie. Untersuchungen zur Kritik der reinen Vernunft*. Königstein/Ts.: Hain bei Athenäum, 1986.
- _____. "Kritischer Rationalismus. Zur Entwicklung des Vernunftbegriffs nach 1770". In: Fulda, H.F & Horstmann, R-P (Hrsg): *Vernunftbegriffe in der Moderne*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1994.
- _____. "Systemform und Selbsterkenntnis der Vernunft bei Kant". In: Fulda, H. & Stolzenberg, J. (Hrsg). *Architektur und System in der Philosophie Kants*. Hamburg: Meiner, 2001.
- Baumgarten, H. M. "Die friedensstiftende Funktion der Vernunft. Eine Skizze". In: In: Kato, Y. e Schönrich, G. (hrsgs). *Kant in der Diskussion der Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.

- Beck, L. W. „Kant's Theory of Definition“. In: *The Philosophical Review*. Vol. 65, No. 2, 1956.
- _____. *A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago, Ill. [u.a.]: Univ. of Chicago Press, 1966.
- _____. "Antinomies of Pure Reason". In: Wiener, P. P (Hrsg): *Dictionary of the History of Ideas*. Bd. 1. New York : Scribner, 1973.
- _____. "Two ways of Reading Kant's Letter to Herz: Comments on Carl, W. 'Kant's First Draft of the Deduction of the Categories'". In: Förster, E (Hrg). *Kant's Transcendental Deductions*. Stanford: Stanford University Press, 1989.
- Birken-Bertsch, H. *Subreption und Dialektik bei Kant Der Begriff des Fehlers der Erschleichung in der Philosophie des 18. Jahrhunderts*. Stuttgart- Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 2006.
- Blumenberg, H. *Paradigmen zu einer Metaphorologie*. Frankfurt: Suhrkamp, 2013.
- Bobbio, N. "Des Critères pour résoudre les antinomies". In: *Dialectica*. Vol. 18. Issue 1-4. pp. 237-258.
- Bondeli, M. *Apperzeption und Erfahrung: Kants transzendente Deduktion im Spannungsfeld der frühen Rezeption und Kritik*. Basel: Schwabe Basel, 2006.
- Bordoni, G. S; Delfosse, H. P. & Hinske, N. "Einleitung. Die Grundlegung zur Metaphysik der Sitten, das Naturrecht Feyerabend und die Moral Mrongovius II – drei Variationen eines und desselben Gedankens“. In: *Kant-Index*. Bd 30.1. *Kant-Index*. hrsg. von Norbert Hinske: Bd. 30.1. Section 2, Indices zum Ethikcorpus, Stellenindex und Konkordanz zum "Naturrecht Feyerabend". Heinrich P. Delfosse; Norbert Hinske; Gianluca Sadun Bordoni. Stuttgart- Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2012.
- Brandt, R. *Eigentumstheorien von Grotius bis Kant*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog. 1974.
- _____. „Rezension zu Christian Ritter, *Der Rechtsgedanke Kants*“. In: *Philosophischen Rundschau*, 20, 1974. 43-50.
- _____. "Einführung". In: Brandt, R (Org). *Rechtsphilosophie und Aufklärung: Symposium Wolfenbüttel 1981*. Berlin: De Gruyter, 1981.
- _____. „Das Erlaubnisgesetz in den *Metaphysischen Anfangsgründe der Rechtslehre*“. In: Idem (Hrg). *Rechtsphilosophie der Aufklärung*. Berlin & New York: De Gruyter, 1982.

- _____. *Die Interpretation philosophischer Werke*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1984.
- _____. „Einführung“ In: Brandt, R. & Klemme, H. (Hrsg.). *David Hume in Deutschland*. Marburg, 1989.
- _____. „Rezension zu Lothar Kreimendahl, *Kant - Der Durchbruch von 1769*, Köln 1990. In: *Kant-Studien* 83, 1992, 100-111.
- _____. *The Table of Judgments: Critique of Pure Reason A 67-76; B 92-101*. Atascadero. Ridgeview Publishing Company. 1995.
- _____. "Kant in Königsberg". in: Brandt, R. und Euler, W. (Hrsg.) *Studien zur Entwicklung preußischer Universitäten; Wolfenbütteler Forschungen Bd. 88*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1999.
- _____. *Universität zwischen Selbst- und Fremdbestimmung: Kants ‚Streit der Fakultäten‘*. Berlin: Akademie Verlag, 2003.
- _____. "Philosophical Methods". In: Haakonssen, K (Hrsg.). *The Cambridge History of Eighteenth-Century Philosophy. Bd 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- _____. *Die Bestimmung der Menschen bei Kant*. Hamburg: Meiner, 2007.
- _____. *Immanuel Kant – Was bleibt?* Hamburg: Meiner, 2010.
- Bübner, R. "Selbstbezüglichkeit als Struktur transzendentaler Argumente". In: Böhler, D & Kuhlmann, W (Hrsg.). *Kommunikation und Reflexion. Zur Diskussion der Transzendentalpragmatik. Antworten auf Karl-Otto Apel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982.
- Buchenau, S; Hogan, D & Schönecker, D. *Kants Begriff transzendentaler und praktischer Freiheit: eine entwicklungsgeschichtliche Studie*. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2005.
- Busch, W. *Die Entstehung der kritischen Rechtsphilosophie Kants*. Berlin/New York: De Gruyter, 1979.
- Busolt, G. *Griechische Staatskunde. 2. Hälfte: Darstellung einzelner Staaten und der zwischenstaatlichen Beziehungen. Register*, München: C.H. Beck, 1976.
- Caimi, M. "Über eine wenig beachtete Deduktion der transzendentalen Ideen". In: *Kant-Studien*, 86, 1995, pp. 308-320.
- _____. „Einige Bemerkungen über die Metaphysische Deduktion in der Kritik der reinen Vernunft“. *Kant-Studien* 91, 2000. pp. 257 - 282.

- _____. „Zum Problem des Zieles einer transzendentalen Deduktion“. In: Gerhardt, V. (Hrsg.). *Kant und die Berliner Aufklärung. Akten des Kant-Kongresses Berlin*. Bd. 1. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2001. pp. 48 – 65.
- _____. „Application of the Doctrine of Methode in the critical examination of reason“. In: *Studia Kantiana* 13, 2012.
- _____. „Zur metaphysischen Deduktion der Ideen in der Kritik der reinen Vernunft“. In: *Methodus*, 7, 2013.
- _____. *Kant's B Deduction*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2014.
- Campo, M. *La Genesi del Criticismo Kantiano*. Varese : Ed. Magenta, 1959.
- Capozzi, M. „Kant on Mathematical Definition“. In: Chiara, Maria Luisa Dalla (ed.). *Italian Studies in the Philosophy of Science*. Dordrecht: Springer, 1981.
- _____. *Kant e la Logica. Vol I*. Napoli. Bibliopolis. 2002.
- Carl, W. „Die transzendente Deduktion in der zweiten Auflage“. In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Berlin: Akademie Verlag, 1998.
- Cassirer, E. *Kants Leben und Lehre*. Berlin: 1921.
- _____. *Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit. Bd II*. Reprint der 3. Aufl. New Haven/Conn., 1922. Darmstadt: Wiss. Buchges., 1974.
- Ciafardone, R (Hrsg). *Die Philosophie der deutschen Aufklärung*. Stuttgart: Reclam, 1983.
- _____. *La Critica della Ragion Pura di Kant. Introduzione alla lettura*. Roma: Carocci editori. 2007
- Codato, L. „Lógica Formal e Transcendental: Kant e a questão das relações entre intuição e conceito no juízo“. In: *Analytica*. Vol. 10. n. 2. 2006.
- Cohen, H. *Ethik des reinen Willens*. Berlin, 1907.
- Couturat, L. *La Logique de Leibniz : d'après des documents inédits*. Paris, 1901.
- Derrida, J. *Du Droit à la Philosophie*. Paris: Galilée. 1990.
- _____. *Force de Loi*. Paris: Galilée, 1994.
- Dierste, U & Pinomma, L. „Gericht (Gottes)“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd 3. *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Dierse, U. „Tathandlung“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 10. *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.

- Doublet, R. D. *Die Vernunft als Rechtsinstanz. Kritik der reinen Vernunft als Reflexionsprozeß der Vernunft* Paderborn & Oslo: Verlag Ferdinand Schöningh & Solum Forlag A/S. 1989.
- Eckstein, W. "Einleitung": In: Smith, A. *Theorie der ethischen Gefühle*. Über. mit Ein. Anm. und. Reg von Eckstein, W. Hamburg: Meiner, 1926.
- Eisler, R. *Wörterbuch der philosophischen Begriffe*. Berlin: Mittler, 1927
- Engelhard, K. *Das Einfache und die Materie: Untersuchungen zu Kants Antinomie der Teilung* Berlin [u.a.] : de Gruyter, 2005.
- Engfer, H-J. *Philosophie als Analysis. Studien zur Entwicklung philosophischer Analysiskonzeptionen unter dem Einfluß mathematischer Methodenmodelle im 17. und frühen 18. Jahrhundert*. Stuttgart-Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1982.
- Erdmann, B. *Martin Knutzen und seine Zeit: ein Beitrag zur Geschichte der Wolfischen Schule und insbesondere zur Entwicklungsgeschichte Kants*. Leipzig, 1876.
- _____. *Kants Criticismus in der ersten und zweiten Auflage der KrV*. Leipzig, 1878.
- _____. "Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie". In: *Reflexionen Kants zur kritischen Philosophie. aus Kants handschriftlichen Aufzeichnungen. Hrsg. von Benno Erdmann. Neudr. der Ausg. Leibzig 1882/1884. Neu hrsg, und mit einer Einl. vers. von Norbert Hinske*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1992.
- _____. „Kant und Hume um 1762“. In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 1, 1888. pp. 62-77; 216-230.
- _____. "Einleitung zu der Kritik der reinen Vernunft" in: Immanuel Kant. Akademieausgabe Bd 4. 1911
- Ertl, W. *David Hume und die Dissertation von 1770: eine Untersuchung zur Entwicklungsgeschichte der Philosophie Immanuel Kants*. Frankfurt am Main [u.a.]: Lang, 1999.
- Eucken, R. *Geschichte der philosophischen Terminologie*. Leipzig, 1879.
- _____. „Über Bilder und Gleichnisse bei Kant". In: *Beiträge zur Einführung in die Geschichte der Philosophie*. Leipzig: Verlag der Dürr'schen Buchhandlung, 1906. Zuerst erschienen in der Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik. Bd 83. 1883.
- Euler, W. „Immanuel Kants Amtstätigkeit. Aufgaben und Probleme einer Gesamtdokumentation“. In: Brandt, R. & Stark, W (Hrg). *Autographen, Dokumente*

- und Berichte. Zu Edition, Amtsgeschäften und Werk Immanuel Kants. Kant-Forschungen V.* Hamburg: Meiner, 1994.
- Falkenburg, B. *Kants Kosmologie. die wissenschaftliche Revolution der Naturphilosophie im 18. Jahrhundert.* Frankfurt am Main: Klostermann, 2000.
- Franks, P. "Freedom, Tatsache and Tathandlung in the Development of Fichte's Jena Wissenschaftslehre". In *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 1997. Vol. 79.
- Faulkenburg, L. "The Great Light of 1769 - A Humeian Awakening ?. Comments of Lothar Kreimendal's account of Hume's influence on Kant". In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 77, 1995.
- Fang, J. *Das Antinomienproblem im Entstehungsgang der Transzendentalphilosophie.* In: *Kant-Interpretation.* Münster, 1967.
- Felipe, D. L. *Post Medieval Ars Disputandi.* University of Texas doctoral dissertation, 1991. Disponível em: <https://disputatioproject.files.wordpress.com/2011/01/post-medieval-ars-disputandi.pdf>.
- Ferrari, J. *Les Sources Françaises de la Philosophie de Kant.* Paris: Klincksieck. 1979.
- Fischer, K. *Kants Leben und die Grundlagen seiner Lehre.* Mannheim: Verlagsbuchhandlung Friedrich Bassermann, 1860
- _____. *Geschichte der neuern Philosophie. Bd III. Kant's Vernunftkritik und deren Entstehung.* 2. rev. Aufl. Heidelberg: Verlagsbuchhandlung von Friedrich Bassermann. 1869.
- _____. „Clavis Kantiana“. Übers. und einl. von Schmid, A. In: Busche, H. (Hrsg). *Kant als Bezugspunkt philosophischen Denkens : Festschrift für Peter Baumanns zum 75. Geburtstag.* Würzburg : Königshausen & Neumann, 2010.
- Fleischacker, S "Philosophy in Moral Practice: Kant and Adam Smith". In: *Kant-Studien*, 82, 1991. S. 249-269.
- Forster, M. *Kant and the Skepticism.* Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.
- Frank, M. „Unendliche Annäherung“: *die Anfänge der philosophischen Frühromantik.* Frankfurt a/M.: Suhrkamp, 1997.
- Gerhardt, V. "Die Disziplin der reinen Vernunft, 2. bis 4. Abschnit (A 738/ B 766 - A 794/ B 822). Die Selbstdisziplin der Vernunft". In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen.* Berlin: Akademie Verlag, 1998.

- Gillespie, M. A. "Philosophy and Rhetoric in Kant's Third Antinomy". In: *Political Science Reviewer*, vol. 30, 2001.
- Goetschel, W. *Constituting Critique. Kant's Writing as Critical Praxis*. Durham & London: Duke University Press, 1994.
- Goldschmidt, V. "Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos". In: Idem. *A Religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1970.
- Grier, M. *Kant's Doctrine of Transcendental Illusion*. Cambridge [u.a.] : Cambridge University Press, 2001.
- Grandjean, A. *Critique et réflexion: essai sur le discours kantien*. Paris: Vrin, 2009.
- Grua, G. *La Justice Humaine selon Leibniz*. Paris: PUF, 1956,
- Gueroult, M. "Lógica, Arquitetônica e Estruturas Constitutivas dos Sistemas Filosóficos". In: *Trans/Form/Ação*, N. 30. 2007. pp. 235-246.
- Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Halbfass, W. „Tatsache“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 10. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Heimsoeth, H. *Atom, Seele, Monade. Historische Ursprünge und Hintergründe von Kants Antinomie der Teilung*. Mainz/Wiesbaden, 1960.
- _____. *Transzendente Dialektik. Ein Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft. 4 Bände*. Berlin: De Gruyter, 1971.
- Henrich, D. "Die Beweisstruktur der transzendentalen Deduktion der reinen Verstandesbegriffe - eine Diskussion mit Dieter Henrich". In: Tuschling, B. (Hg). *Probleme der 'Kritik der reinen Vernunft'. Kant-Tagung Marburg 1981*. Berlin & New York: De Gruyter, 1984.
- _____. „Über Kants Entwicklungsgeschichte“. In: *Philosophische Rundschau*, 13. 1965.
- _____. "Kants Denken 1762/3. Über den Ursprung der Unterscheidung analytischer und syntetischer Urteile". In: Gueroult, M. et alli (Hrsg.). *Studien zu Kants philosophischer Entwicklung*. Hildesheim: Olms, 1967.
- _____. "The Proof Structure of Kant's Transcendental Deduction". In: *Review of Metaphysics* 22, 1969.
- _____. „Die Deduktion des Sittengesetzes". In: Schwan, A (Hrg). *Denken im Schatten des Nihilismus. Festschrift für Wilhelm Weischedel zum 70. Geburtstag*. Darmstadt: WBG, 1975.

- _____. *Identität und Objektivität. Eine Untersuchung über Kants transzendente Deduktion*. Heidelberg: Karl Winter Verlag, 1976.
- _____. „Kant's Notion of a deduction and the Methodological Background of the First Critique". In: Förster, E (Hrsg). *Kant's Transcendental Deductions*. Stanford: Stanford University Press, 1989.
- _____. "On the unity of subjectivity". In: *The Unity of Reason. Essays on Kant's Philosophy*. Velkley, R (Org). Cambridge & London: Harvard University Press, 1994.
- _____. "Systemform und Abschlussgedanke. Methode und Metaphysik als Problem in Kants Denken". In: Gerhardt, V. (Hrsg). *Kant und die Berliner Aufklärung. Akten des Kant-Kongresses Berlin*. Bd. 1. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2001.
- Herberger, M. „Quaestio iuris/quaestio facti“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd 7. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Hermann, G. *Johan Nikolaus Hert und die deutsche Statutenlehre*. Berlin: De Gruyter, 1963.
- Hinske, N. „Kants Begriff der Antinomie und die Etappen seiner Ausarbeitung“. In: *Kant-Studien* 56, 1965.
- _____. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Stuttgart: Kohlhammer, 1970.
- _____. "Kants Begriff der Antithetik und seine Herkunft aus der protestantischen Kontroverstheologie des 17. und 18. Jahrhunderts. Über eine unbemerkt gebliebene Quelle der Kantischen Antinomienlehre". In: *Archiv für Begriffsgeschichte*, 16. 1972. S. 48-59.
- _____. "Kants neue Terminologie und ihre alten Quellen. Möglichkeiten und Grenzen der elektronischen Datenverarbeitung im Felde der Begriffsgeschichte“. In: *Kant-Studien*, 65, 1974. pp. 68-85.
- _____. "Reimar zwischen Wolff und Kant. Zur Quellen- und Wirkungsgeschichte der Vernunftlehre von Hermann Samuel Reimar". In: Boronski L. & Walter, W. *Logik im Zeitalter der Aufklärung. Studien zur 'Vernunftlehre' von Hermann Samuel Reimar*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht. 1980.
- _____. „Die tragenden Grundideen der deutschen Aufklärung. Versuch einer Typologie". In: Ciafardone, R. (Hrsg). *Die Philosophie der deutschen Aufklärung*. Stuttgart: Reclam, 1990.
- _____. "Einleitung zur Neuausgabe". In: *Reflexionen Kants zur kritischen Philosophie. aus Kants handschriftlichen Aufzeichnungen*. Hrsg. von Benno Erdmann. Neudr.

- der Ausg. Leibzig 1882/1884. Neu hrsg, und mit einer Einl. vers. von Norbert Hinske. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1992.
- _____. "Prolegomena zu einer Entwicklungsgeschichte des Kantschen Denkens. Erwiderung auf Lothar Kreimendahl". In: Theis, R & Weber, C. (Hrsg). *De Christian Wolff à Louis Lavelle. Metaphysique et Histoire de la Philosophie. Recueil en hommage à Jean École à l'occasion de son 75e anniversaire*. Hildesheim, Zürich & New York: Georg Olms Verlag, 1995.
- _____. *Zwischen Aufklärung und Vernunftkritik. Studien zum Kantischen Logikcorpus*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1998.
- _____. „La tardía impaciencia de Kant. Un epílogo para los Prolegómenos de Kant“. In; Immanuel Kant. *Prolegómenos a toda metafísica futura que haya de poder presentarse como ciencia*. Madrid: Istmo, 1999.
- _____. „Kants Auflösung der Freiheitsantinomie oder Der unantastbare Kern des Gewissens“. In: Yousefi, H. R (Hrsg.). *Interkulturelle Orientierung: Grundlegung des Toleranz-DIALOGS. 1. Methoden und Konzeptionen*. Nordhausen: Bautz, 2004.
- _____. „Einleitung“ zu Schmid, C.C.E. *Wörterbuch zum leichern Gebrauch der Kantischen Schriften* von. 4., unveränd. Aufl., Darmstadt : Wiss. Buchges., 2005.
- _____. „Che cosa significa e a qual fine si pratica la storia delle fonti? Alcuni osservazioni di storia delle fonti sulla antinomia kantiana della libertà", In: Studi Kantiani, 19, 2006.
- _____. "Die Rolle des Methodenproblems im Denken Kants. Zum Zusammenhang von dogmatischer, polemischer, skeptischer und kritischer Methode". In: Fischer, N. (Hrsg). *Kants Grundlegung einer kritischen Metaphysik*. Hamburg: Meiner, 2010.
- Hirata, T. „Kants Modellwechsel im Hinblick auf die *Kritik der reinen Vernunft*. Vom Gerichtshofmodell zum Polizeimodell“. In: Gerhardt, V; Horstmann, R-P & Schumacher, R (Hrg). *Kant und die Berliner Aufklärung*. Akten des IX. Internationalen Kant-Kongresses. Berlin: De Gruyter, 2000.
- Höffe, O. „Eine republikanische Vernunft. Zur Kritik des Solipsismus-Vorwurf“. In: Kato, Y & Schönrich, G (orgs). *Kant in der Diskussion der Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.
- _____. „*Kritik der reinen Vernunft*. Eine kosmo-politische Lektüre“. In: Idem. *Königliche Völker. Zu Kants Kosmopolitischer Rechts- und Frieden Theorie*. Frankfurt: Suhrkamp, 2001.

- _____. *Kants Kritik der reinen Vernunft. Die Grundlegung der Moderne Philosophie*. München: C.H Beck, 2003.
- _____. „Universaler Kosmopolitismus. Über die Einheit der Philosophie Kants“. In: Ottmann, H [org]. *Kants Lehre von Staat und Frieden*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2009.
- _____. *Kants Kritik der praktischen Vernunft: eine Philosophie der Freiheit*. München: Beck, 2012.
- Hoffmann, T. S. "Kant und das Naturrechtsdenken". Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie, vol. 87, 2001.
- Horstmann, R. P. "Die metaphysische Deduktion in Kants 'Kritik der reinen Vernunft'". In: In: Tuschling, B. (Hg). *Probleme der 'Kritik der reinen Vernunft'. Kant-Tagung Marburg 1981*. Berlin & New York: De Gruyter, 1984.
- Hruschka, J. „Die Konkurrenz von Goldener Regel und Prinzip der Verallgemeinerung in der juristischen Diskussion des 17./18. Jahrhunderts als geschichtliche Wurzel von Kants kategorischem Imperativ“. In: Juristen Zeitung, 42. Jahrg., Nr. 20, 1987. pp. 941-952.
- _____. „Die species facti und der Zirkel bei der Konstitution des Rechtsfalles in der Methodenlehre des 18. Jahrhunderts“. In: Schröder, Jan (Hrsg.): *Theorie der Interpretation vom Humanismus bis zur Romantik - Rechtswissenschaft, Philosophie*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2001.
- Ishikawa, F. *Kants Denken von einem Dritten. Das Gerichtshof-Modell und das unendliche Urteil in der Antinomie*. Frankfurt am Main [u.a]: Peter Lang, 1990.
- _____. "Das Gerichtshof-Modell des Gewissens". In: Aufklärung, 1992.
- _____. "Zum Gerichtshof-Modell der Kategorien-Deduktion". In: Croitoru, R (Hrg.). *The Critical Philosophy and the Function of Cognition. Proceedings of the Fifth International Symposion of the Romanian Kant Society*. Bucharest: Diogene, 1995.
- _____. „Grundmotive des Gerichtshof-Modells der Kategorien-Deduktion Kants". In: Mohrs, T. Roser, A & Salehi, D (Hrsg). *Die Wiederkehr des Idealismus? Festschrift für Willheim Lütterfelds zum 60. Geburtstag*. Frankfurt: Peter Lang, 2003.
- Jaspers, K. *Die Größen Philosophen. Erster Band*. München: R. Piper & Co. Verlag. 1957.
- Kalinowski, G. "La Logique Juridique de Leibniz: Conception et Contenu". In: Studia Leibnitiana, Bd. 9, H. 2, 1977.

- Kaulbach, F. *Philosophie als Wissenschaft. Eine Anleitung zum Studium von Kants Kritik der reinen Vernunft in Vorlesungen*. Hildesheim: H.A. Gertenberg, 1981.
- _____. *Studien zur späten Rechtsphilosophie Kants und ihrer transzendentalen Methode*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1982.
- _____. *Immanuel Kant*. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 1982.
- _____. *Philosophie des Perspektivismus. 1. Teil. Wahrheit und Perspektive bei Kant, Hegel und Nietzsche*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1990.
- Kelsen, H. *Vergeltung und Kausalität. Eine soziologische Untersuchung*. W. P. van Stockum & Zoon: The Hague, 1941.
- _____. *Reine Rechtslehre*. Wien: Österreichische Staatsdruckerei Wien, 1992.
- Kemp Smith, N. *A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. 2. ed., rev. and enl., reprinted - Atlantic Highlands, NJ : Humanities Press Internat., 1993.
- Kersting, W. *Wohlgeordnete Freiheit. Immanuel Kants Rechts- und Staatsphilosophie. 3. Erweiterte und Bearbeitete Auflage*. Paderborn: Mentis Verlag, 2007.
- Kiefner, H. „Ius Praetensum. Preußisches Zivil- und Zivilprozeßrecht, richterliche Methode und Naturrecht im Spiegel einer Reflexion Kants zur Logik“. In: Kaulbach, F & Krawietz, W. (Hrg). *Recht und Gesellschaft*. Berlin: Dunker & Humblot, 1978.
- Kim, S-H. *Bacon und Kant. Ein erkenntnistheoretischer Vergleich zwischen dem Novum Organum und der Kritik der reinen Vernunft*. Berlin & New York: De Gruyter, 2008.
- Kleingeld, P. *Kant and Cosmopolitanism. The Philosophical Ideal of World Citizenship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013
- Klemme, H. (Hrsg). *Die Schule Immanuel Kants*. Hamburg: Meiner, 1994.
- _____. *Kants Philosophie des Subjekts: systematische und entwicklungsgeschichtliche Untersuchungen zum Verhältnis von Selbstbewußtsein und Selbsterkenntnis*. Hamburg: Meiner, 1996.
- _____. „Review of ‚Clemens Schwaiger, *Kategorische und andere Imperative. Zur Entwicklung von Kants praktischer Philosophie bis 1785*. Stuttgart-Bad Cannstatt 1999‘. In: *Journal of the History of Philosophy* 38, 2000.
- _____. Klemme, H. „Introduction“ to *Philosophische Versuche*. In: Klemme, H (Hrsg.). *Reception of the Scottish enlightenment in Germany: six significant translations, 1755 – 1782*. Vol. 1. Bristol: Thoemmes Press, 2000.

- _____. "Introduction" to *Theorie der moralischen Empfindungen*. In: Klemme, H (Hrsg.). *Reception of the Scottish enlightenment in Germany: six significant translations, 1755 – 1782*. Vol. 4. Bristol: Thoemmes Press, 2000.
- _____. „Perspektiven der Interpretation". In: Schönecker, D. & Zwenger, T. (Hrsg.). *Kant verstehen. Understanding Kant. Über die Interpretation philosophischer Texte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2001.
- _____. „The origin and aim of Kant's Critique of Practical Reason". In: Reath, A. & Timmermann, J. (Hrsg.). *Kant's Critique of Practical Reason. A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010
- _____. „Die Aufhebung von ‚Humes Zweifel‘". In: Holger Lyre und Oliver Schliemann (Hrsg.): *Kants Prolegomena. Ein kooperativer Kommentar*. Frankfurt a.M. 2012.
- _____. „Der Transzendente Idealismus und die Rechtslehre. Überlegungen zum Zusammenhang von Pflicht, Recht und Ethik bei Kant“, in: Euler, W. & Tuschling, B. *Kants Rechtslehre*, Berlin, 2013.
- _____. „Ist the Categorical Imperative the Highest Principle of *both* Pure Practical and Theoretical Reason ?“. In: *Kantian Review*. Vol 19. Issue 1. 2014. pp. 119-126.
- _____. „Freiheit oder Fatalismus? Kants positive und negative Deduktion der Idee der Freiheit in der Grundlegung (und seine Kritik an Christian Garves Antithetik von Freiheit und Notwendigkeit)“. In: Puls, H (Hrsg.). *Kants Rechtsfertigung des Sittengesetzes in Grundlegung III: Deduktion oder Faktum?*. Berlin: De Gruyter, 2014.
- Klimmek, N. *Kants System der transzendentalen Ideen*. New York [u.a.]: de Gruyter, 2005.
- Köhnke, K. C. *Entstehung und Aufstieg des Neukantianismus: die deutsche Universitätsphilosophie zwischen Idealismus und Positivismus*. Frankfurt an Main: Suhrkamp, 1993.
- Koselleck, R. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp an Main, 1995.
- Krause, J. P. *Immanuel Kant und Adam Smith. Präsenz, Wirkung und Geltung der 'Theory of Moral Sentiments' in Kants Werk*. Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades der Philosophischen Fakultät der Universität zu Köln. 1997.
- Krawietz, W. "Juristische Logik". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* Bd 5. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.

- Kreimendahl, L. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Köln : Dinter, 1990.
- _____. "Die Antinomie der reinen Vernunft, 1. und 2. Abschnitt (A 405/B 432-A 461/B 489). In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Berlin: Akademie Verlag, 1998.
- Krohn, W. "Das Labyrinth der Natur. Bacons Philosophie der Forschung betrachtet in ihren Metaphern". In: Sandkühler, H. J. (Hrsg.). *Interaktionen zwischen Philosophie und empirischen Wissenschaften. Philosophie- und Wissenschaftsgeschichte zwischen Francis Bacon und Ernst Cassirer*. Frankfurt [u.a]: Peter Lang, 1995;
- _____. "Die 'Neue Wissenschaft' der Renaissance". In: Böhme, G. & van den Daele, W. & Krohn, W. *Experimentelle Philosophie. Ursprünge autonomer Wissenschaftsentwicklung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.
- _____. *Francis Bacon*. München: C.H. Beck. 2006.
- Kuehn, M. *Scottish Common Sense in Germany. 1768-1800. A contribution to the history of critical philosophy*. Kingston [u.a.] : McGill Queens Univ. Press, 1987.
- Kutschera, F. v. „Antinomie“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 1. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Küstners, G-W. *Kants Rechtsphilosophie*. Darmstadt: WBG, 1988.
- La Rocca, C. "Instruzione per costruire. L' Dottrina del metodo nella prima *Critica*". In: *Soggetto e mondo. Studi su Kant*. Venezia: Marsilio, 2003.
- Lehmann, G. "Voraussetzungen und Grenzer systematischer Kantinterpretation". In: *Kant-Studien*, 49, 1958.
- _____. „Kritizismus und kritisches Motiv in der Entwicklung der kantischen Philosophie“. In: *Kant-Studien*, 1957. pp. 25-54.
- Leitner, H. *Systematische Topik: Methode und Argumentation in Kants kritischer Philosophie* Würzburg: Königshausen & Neumann, 1994.
- Licht dos Santos, P.R. "O conceito de mundo e conceito na Dissertação de 1770" Primeira e segunda partes. In: *Analytica*, vols 11 e 12. 2007 e 2008.
- _____. "Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura". In: *Studia Kantiana*, 6/7, 2008. pp. 135-179.
- Lisser, K. *El Concepto del Derecho en Kant*. México: Centro de Estudios Filosóficos, Universidad Autónoma de México, 1959.
- Longo, M. „All’origine della nozione kantiana di ‚idea‘: il confronto con Johann Jakob Brucker“. In: *Philosophical Readings*, N. 3. 2011.

- Longuenesse, B. *Kant and the Capacity to Judge – Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- Lorenz, K. „Deduktion“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 2. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- _____. „Beweis“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 1. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Ludwig, B. „Einleitung“. In: Immanuel Kant. *Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*. Hrsg. Ludwig, B. Hamburg: Meiner, 2009.
- Lyotard, J-F. *L'Enthousiasme: La Critique Kantienne de l'Histoire*. Paris: Galilée. 1995.
- MacFie, A. L e Raphael, D. D. "Introduction". In: *The Theory of Moral Sentiments. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*. Bd I. Indianapolis: Liberty Fund, 1984. Rep. Oxford: Clarendon Press, 1976
- Malter, R. „Der Ursprung der Metaphysik in der reinen Vernunft. Systematische Überlegungen zu Kants Ideenlehre“, in: Kopper, J und Marx, W (Hrsg): *200 Jahre Kritik der reinen Vernunft*. Hildesheim, Gerstenberg, 1981.
- Malzkorn, W. *Kants Kosmologie-Kritik: Eine formale Analyse der Antinomienlehre*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 1999.
- Marcos, M. H. „Sobre el carácter jurídico de la razón crítica“. In: *Daimon*, 4, 1992. pp. 55-71.
- _____. *La Crítica de la razón pura como proceso civil. Sobre la interpretación jurídica de la filosofía trascendental de I.Kant*, Salamanca: Universidad de Salamanca, Colección Vitor (Tesis doctorales en microficha), 1994.
- _____. „La Formacion del Criticismo Juridico de Kant“. In: *Revista de Estudios Políticos (Madrid)*, 89, 1995. pp. 243-280.
- Martin, J. *Antike Rhetorik. Technik und Methode*. München: C.H. Beck, 1974
- Marty, F. *La naissance de la métaphysique chez Kant: une étude sur la notion kantienne d'analogie*. Paris: Beauchesne, 1997.
- Meier, H. G. „Begriffsgeschichte“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 1. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Mensch, J. „The Key to all Metaphysics Kant's Letter to Herz, 1772“. In: *Kantian Review*, Volume 12, Issue 02, 2007, pp 109 – 127.
- Menzer, A. *Die Stellung der Mathematik in Kants vorkritischer Philosophie*. Halle a. S: Hofbuchdruckerei C. A. Kaeramerer & Co, 1911.

- Moledo, F. „Über die Bedeutung der objektiven und der subjektiven Deduktion der Kategorien“. Manuskript.
- Mollowitz, G. „Kants Platoauffassung“. In: Kant-Studien, 30. 1935.
- Nancy, J-L. „Lapsus iudicii“. In: Communications, 26, 1977.
- Oberhausen, M. *Das neue Apriori: Kants Lehre von einer ‚ursprünglichen Erwerbung‘ apriorischer Vorstellungen*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1997.
- Oesterreich, P. L. „Vom Vernunftgerichtshof zum Weltgericht. Gerichtliche Metaphorik bei Kant und Hegel“. In: Bowman, B. (Hrg). *Darstellung und Erkenntnis*. Paderborn: Mentis Verlag, 2007.
- Onckel, A. *Adam Smith und Immanuel Kant. Der Einklang und das Wechselverhältnis ihrer Lehren über Sitte, Staat und Wirtschaft*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1877.
- O'Neill, O. *Constructions of Reason. Explorations of Kant's Practical Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Orth, E. W. „Kants Politikbegriff zwischen Existenzmetaphysik und kritischer Philosophie“. In: Kant-Studien, 64. 1973.
- . „Der Terminus Phänomenologie bei Kant und Lambert und seine Verbindbarkeit mit Husserls Phänomenologiebegriff“. In: Archiv für Begriffsgeschichte, 1982.
- Patillon, M. *La théorie du discours chez Hermogène le Rhéteur*. Paris: Les Belles Lettres, 1988.
- Paulsen, F. *Versuch einer Entwicklungsgeschichte der Kantischen Erkenntnistheorie*. Leipzig, 1875.
- Perelmann, Ch. *Les Antinomies en Droit*. Bruxelles: Établissements Émile Bruylant, 1965
- Pérez-Ramos, A. "Bacon's Legacy". In: Peltonen, M (Hrsg). *The Cambridge Companion to Bacon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Petrocchi, I. *Lockes Nachlaßschrift Of the Conduct of the Understanding und Ihr Einfluß auf Kant*. Frankfurt: Peter Lang, 2004.
- Pietsch, L-H. *Die Topik der Kritik. Die Auseinandersetzung um die kantische Philosophie (1781-1788) und ihre Metaphern*. Berlin & New York: De Gruyter 2010.
- Pievatolo, M.C. „The Tribunal of Reason: Kant and the Juridical Nature of Pure Reason“. In: Ratio Juris, 12, 1999. pp. 311-327.

- Pissis, J. *Kants transzendente Dialektik: zu ihrer systematischen Bedeutung*. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2012.
- Prien, B. *Kants Logik der Begriffe: die Begriffslehre der formalen und transzendentalen Logik Kants*. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2006.
- Proops, I. „Kant's Legal Metaphor and the Nature of a Deduction". *Journal of the History of Philosophy*. Vol 41. N. 2. 2003. pp. 209-229.
- Pozzo, R; Sgarbi, M (Hrsg). *Eine Typologie der Formen der Begriffsgeschichte*. Hamburg: Meiner, 2010.
- Pozzo, R. *Kant und das Problem einer Einleitung in die Logik. ein Beitrag zur Rekonstruktion der historischen Hintergründe von Kants Logik-Kolleg*. Frankfurt am Main [u.a]: Lang, 1989.
- Rauscher, F. „Review Essay: A New Resource for Kant's Political Philosophy“. In: *Kantian Review* 17, 2, 2012. pp. 357-365.
- Reich, K. "Über das Verhältnis der Dissertation und der Kritik der reinen Vernunft und die Entstehung der kantischen Raumlehre“, *Einleitung zu Immanuel Kant. Über die Form und die Prinzipien der Sinnen- und Geisteswelt. Lat.-deutsch*. Hamburg: Meiner, 1958.
- _____. *Die Vollständigkeit der Kantischen Urteilstafel*. In: *Gesammelte Schriften*. Hamburg: Felix Meiner. 2001.
- Ricoeur, P. *La Métaphore Vive*. Paris: Seuil, 1975.
- Riedel, M. *Urteilkraft und Vernunft. Kants ursprüngliche Fragestellung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.
- Riehl, A. *Geschichte und Methode des philosophischen Kritizismus*. Bd I-II. Leipzig, 1876.
- Risse, W. *Logik der Neuzeit. Bd I 1500-1640*. Stuttgart -Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1964.
- Ritter, C. *Der Rechtsgedanke Kants nach den frühen Quellen*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1971.
- Rivero, G. *Zur Bedeutung des Begriffs Ontologie bei Kant. Eine entwicklungsgeschichtliche Untersuchung*. Berlin [u.a]: de Gruyter, 2014.
- Robinson, L. "Contributions a l'histoire de l'evolution philosophique de Kant". In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, T. 31, No. 2, 1924, pp. 269-353.

- Röd, W. *Geometrischer Geist und Naturrecht: methodengeschichtliche Untersuchungen zur Staatsphilosophie im 17. und 18. Jahrhundert*. München: Verlag der Bayer Akademie der Wissenschaft, 1970.
- Rohr, P. „Die Disziplin der reinen Vernunft, 1. Abschnitt (A 707/B 735-A738/B 766)“. In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Berlin: Akademie Verlag, 1998.
- Rosenkranz, F. *Geschichte der Kant'schen Philosophie*. Leipzig, 1840.
- Rosikat, K. A. *Kants Kritik der reinen Vernunft und seine Stellung zur Poesie*. Königsberg, 1901.
- Rossi, P. *I filosofi e le macchine. 1400-1700*. Milano: Feltrinelli. 2009.
- Röttgers, K. *Kritik und Praxis: zur Geschichte des Kritikbegriffs von Kant bis Marx*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 1975.
- Röttges, H. *Dialektik als Grund der Kritik: Grundlegung einer Neuinterpretation der Kritik der reinen Vernunft durch Nachweis der Dialektik von Bedeutung und Gebrauch als Voraussetzung der Analytik*. Königstein/Ts.: Hain, 1981.
- Rumore, P. „Logica e Metodo. La presenza di Georg Friedrich Meier nella ‘Disciplina della Ragion Pura’“. In: *Studi Kantiani*, 24, 2011.
- Sala, G. „Der ‚reale Verstandesgebrauch‘ in der Inauguraldissertation Kants von 1770“. In: *Kant-Studien* 69, 1978.
- Saner, H. *Kants Weg vom Krieg zum Frieden. Widerstreit und Freiheit: Wege zu Kants politischem Denken*. München: R. Piper & Co. Verlag, 1967.
- Santos, L.R. *Metáforas da Razão ou Economia Poética do Pensar Kantiano*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.
- _____. „Da Linguagem Jurídica da Filosofia Crítica à Arqueologia da Razão Prática“. In: Santos, L. R. & André, J. G. (Hrg). *Filosofia Kantiana do Direito e da Política. Seminário Internacional*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.
- _____. “‘Uso polêmico da razão’ ou ‘paz perpétua em filosofia’?. Sobre o pensamento antinômico e o princípio de antagonismo em Kant“. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 37, p. 93-116, 2014
- Santos, R. *Moralität und Erziehung bei Immanuel Kant*. Diss. Kassel. Kassel: Kassel Univ. Press, 2007.
- Santozki, U. *Die Bedeutung antiker Theorien für die Genese und Systematik von Kants Philosophie : eine Analyse der drei Kritiken*. Inauguraldissertation. Fachbereich

- Gesellschaftswissenschaften und Philosophie an der Philipps-Universität Marburg, 2004.
- Sauter, J. *Die Philosophischen Grundlagen des Naturrechts. Untersuchungen zur Geschichte der Rechts- und Staatslehre*. Frankfurt: Verlag Sauer u. Auvermann, 1966.
- Scattola, M. *La nascita delle scienze dello Stato. August Ludwig Schölzer (1735-1809) e le discipline politiche del Settecento tedesco*. Milano: Franco Angeli, 1994.
- _____. "Models in History of Natural Law". In: *Ius commune* 28, 2001.
- _____. *Dalla virtù alla scienza. La fondazione e la trasformazione della disciplina politica nell'età moderna*. Milano: Franco Angeli, 2003.
- _____. "Dialectics, topology and practical philosophy in early modern times". In: Chang, H & Dascal, M (Hrsg). *Traditions of Controversy*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2007.
- _____. "Die Naturrechtslehre Alexander Gottlieb Baumgarten und das Problem des Prinzips". In: *Aufklärung* 20, 2008.
- _____. "Scientia Iuris and Ius Naturae. The Jurisprudence of the Holy Roman Empire in the Seventeenth and Eighteenth Centuries". In: Canale, D., Grossi, P., Hofmann, H., Riley, P. (Hrsgs). *A History of the Philosophy of Law in the Civil Law World, 1600–1900*. New York: Springer, 2009.
- Schmidt, G. "Ist Wissen Macht? Über die Aktualität von Bacons 'Instauratio Magna'". In: *Kant-Studien*, 58, 1967.
- Schmidt-Biggemann, W. *Topica Universalis. Eine Modellgeschichte humanistischer und barocker Wissenschaft*. Hamburg: Meiner, 1983.
- Schmucker, J. "Was entzündete in Kant das große Licht von 1769?". In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 58, 1976.
- _____. *Die Ontotheologie des vorkritischen Kant*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 1980.
- _____. *Das Weltproblem in Kants Kritik der reinen Vernunft : Kommentar und Strukturanalyse des ersten Buches und des zweiten Hauptstücks des zweiten Buches der transzendentalen Dialektik*. Bonn: Bouvier, 1990.
- Schneider, H-P. *Justitia Universalis. Quellenstudien zur Geschichte des 'christlichen Naturrechts' bei Gottfried Wilhelm Leibniz*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1967.
- Schneiders, W. *Aufklärung und Vorurteilstheorie. Studien zur Geschichte der Vorurteilstheorie*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1983.

- _____. "Vernünftiger Zweifel und wahre Eklektik. Zur Entstehung des modernen Kritikbegriffes". *Studia Leibnitiana*, Bd. 17, H. 2, 1985, pp. 143-161.
- _____. *Hoffnung auf Vernunft: Aufklärungsphilosophie in Deutschland*. Hamburg: Meiner, 1990.
- Schönecker, D. „Textvergessenheit in der Philosophiegeschichte". In: Schönecker, D. & Zwenger, T. (Hrsg). *Kant verstehen. Understanding Kant. Über die Interpretation philosophischer Texte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2001.
- Schonfeld, M. *The Philosophy of the Young Kant: The Precritical Project*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- Schröder, J. *Wissenschaftstheorie und Lehre der 'praktischen Jurisprudenz' auf deutschen Universitäten an der Wende zum 19. Jahrhundert*. Frankfurt an Main: Klostermann, 1979.
- _____. *Recht als Wissenschaft. Geschichte der juristischen Methode vom Humanismus bis zur historischen Schule (1500-1850)*. München: Beck, 2001
- Schwaiger, C. *Kategorische und andere Imperative. Zur Entwicklung von Kants praktischer Philosophie bis 1785*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1995.
- _____. "Die Vorlesungsnachschriften zu Kants praktischer Philosophie in der Akademie-Ausgabe". In: *Kant-Studien*, 91, 2000.
- _____. *Alexander Gottlieb Baumgarten - Ein intellektuelles Porträt*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2011.
- Seba, J-R. *Le Partage de L'Empirique et du Transcendantal. Essai sur la Normativité de la Raison: Kant, Hegel, Husserl*. Bruxelles: Éditions Ousia, 2006.
- Seeberg, U. *Ursprung, Umfang und Grenzen der Erkenntnis. Eine Untersuchung Kants transzendentaler Deduktion der Kategorien*. Hamburg: Philo & Philo Fine Arts. 2006.
- _____. „Kants Vernunftkritik als Gerichtsprozeß". In: Bowman, B. (Hg). *Darstellung und Erkenntnis*. Paderborn: Mentis Verlag, 2007.
- Seeböhm, T. M. „Reine Logik, systematische Konstruktion des Prinzip der Vernunft". In: Fulda, H. & Stolzenberg, J. (Hrsg). *Architektonik und System in der Philosophie Kants*. Hamburg: Meiner, 2001.
- Shell, S. M. *The Rights of Reason. A Study of Kant's Philosophy and Politics*. Buffalo & London & Toronto: University of Toronto Press. 1980.

- Simon, J. *Kant: die fremde Vernunft und die Sprache der Philosophie*. Berlin [u.a.]: de Gruyter, 2003.
- Solari, G. *L'idea individuale e l'idea sociale nel diritto privato. Parte I. L'idea individuale*. Milano, Torino & Roma: Fratelli Bocca Editori, 1911.
- _____. *Studi storici di filosofia del diritto*. Torino: G. Giappichelli Editore, 1949.
- Sommer, M. *Die Selbsterhaltung der Vernunft*. Stuttgart-Bad Cannstatt : Frommann-Holzboog, 1977.
- Stentzler, F. *Die Verfassung der Vernunft*. Berlin: publica, 1994.
- Sterzenbach, G. „Die Welt als Tribunal. Der Gerichtshof als Metapher in Philosophie und schöner Literatur“. In: *Kritisch Justiz*, 31, 1988.
- Stroux, J. "Summum ius summa iniuria". In: ders. *Römische Rechtswissenschaft und Rhetorik*. Potsdam: Stichnote, 1949.
- Stuhlmann-Laeisz, R. *Kants Logik. Eine Interpretation auf der Grundlage von Vorlesungen, veröffentlichten Werken und Nachlaß*. Berlin/New York: Walter de Gruyter. 1976.
- Suzuki, M. „A palavra como invenção. Heurística e linguagem em Kant“. In: *Studia Kantiana*, 6/7, 2008.
- _____. *O Gênio Romântico*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- Tarbet, D. W. „The Fabric of Metaphor in Kant's *Critique of Pure Reason*“. In: *Journal of the History of Philosophy*, 6, 1968. pp. 257-270.
- Tarello, G. *Storia della cultura giuridica moderna. I. Assolutismo e codificazione del diritto*. Bologna: Il Mulino, 1976.
- Tedesco, S. „A.G. Baumgartens Ästhetik im Kontext der Aufklärung: Metaphysik, Rhetorik, Anthropologie“. *Aufklärung*, 20, 2008. pp. 5-18.
- _____. *L'estetica di Baumgarten*. Centro Internazionale Studi di Estetica. Palermo, 2000.
- Terra, R. „História e Direito em 1784. Comentário sobre a interpretação da 'Escola Semântica de Campinas'“. *Studia Kantiana*, v. 12, p. 175-194, 2012.
- Teubner, G. "De Collisione Discursuum". In: *Cardozo Law Review*. Vol. 17. 901-918.
- Timmermann, J. " Reversal or retreat? Kant's deductions of freedom and morality". In: Reath, A & Timmermann, J (Hrsg.), *Kant's Critique of Practical Reason: A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 82. n. 15.

- Tomasoni, F. Christian *Thomasius. Geist und kulturelle Identität an der Schwelle zur europäischen Aufklärung*. Münster & New York & München & Berlin: Waxmann, 2009.
- Tonelli, G. *Elementi metodologici e metafisici in Kant dal 1745 al 1768. Saggio di sociologia della conoscenza*. Turin: Edizioni di 'Filosofia', 1959.
- _____. „Die Wiederaufleben der deutsch-aristotelischen Terminologie bei Kant während der Entstehung der 'Kritik der reinen Vernunft'“. In: Archiv für Begriffsgeschichte, 9, 1964. pp. 233-242.
- _____. "Kant und die antiken Skeptiker". In: Heimsoeth, H. et alli (Hrsg.). *Studien zu Kants philosophischer Entwicklung*. Hildesheim: Georg Olms, 1967.
- _____. *Kant's Critique of Pure Reason Within the Tradition of Modern Logic*. Ed. Chandler, D. H. Hildesheim, Zürich & New York: Georg Olms Verlag, 1994.
- _____. "La Disputa sul Metodo Matematico". In: *Da Leibniz a Kant: saggi sul pensiero del Settecento*. Napoli: Prismi, 1988.
- Trendelenburg, A. "Friedrich der Grosse und sein Grosskanzler Samuel von Cocceji. Beitrag zur Geschichte der ersten Justizreform and des Naturrechts". In: *Kleine Schriften. Bd I*. Leipzig: 1871.
- Trevisan, D. K. "O problema da linguagem no discurso filosófico kantiano como questão político-jurídica". *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 20, pp. 81-100, 2012.
- _____. „Estética como ‚ciência do sensível‘ em Baumgarten e Kant“. In: *ArteFilosofia*, 17, 2014.
- Twellmann, M. "Der (Anti-)Juridismus der reinen Vernunft. Zur Rechtsmetaphorik bei Kant". *Weimar Beiträge*, 55, 2009.
- Vaihinger, H. *Commentar zu Kants "Kritik der reinen Vernunft". Bd I*. Stuttgart: Verlag von W. Spemann. 1881.
- _____. "Kant als Metaphysiker?". In: *Kant-Studien*, 7, 1902.
- _____. *Die Philosophie des Als-ob : System der theoretischen, praktischen und religiösen Fiktionen der Menschheit auf Grund eines idealistischen Positivismus; mit einem Anhang über Kant und Nietzsche*. Neudr. d. 9./10. Aufl., Leipzig, 1927. Aalen: Scientia-Verl., 1986.
- Velkley, R. *Freedom and the End of Reason. On the moral foundations of Kant's critical philosophy*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1989.
- Vickers, B. *Francis Bacon and Renaissance Prose*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

- Vleeschauwer, H.J. *La Déduction Transcendentale dans l'Oeuvre de Kant. Tomes I-III*. New York & London: Garland Publishing, Inc, 1976. Reeimpressão de Antwerpen: De Sikkel, 1934.
- _____. "Les Antinomies Kantiennes et la 'Clavis universalis' d'Arthur Collier". In: *Mind*, 47, 1938.
- _____. *L'Évolution de la pensée kantienne*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1939.
- _____. "Le sens de la méthode dans le Discours de Descartes et la Critique de Kant". In: Gueroult, M. et alli (Hrsg.). *Studien zu Kants philosophischer Entwicklung*. Hildesheim: Olms, 1967.
- Vuillemin, J. *Physique et métaphysique kantiennes*. Paris: PUF, 1955.
- Waldenfels, B. "Akroamatisch/eromatisch". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 1. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Warda, A. *Immanuel Kants Bücher*, Berlin, 1922.
- Weber, L. *Das Distinktionsverfahren im mittelalterlichen Denken und Kants skeptische Methode*. Meisenheim am Glan: Verlag Anton Hain. 1976.
- Weijers, O. „The various kinds of disputation in the faculty of arts, theology and law (c. 1200-1400)“. In: Gindhart, M. & Kundert, U. (Hrsg.). *Disputatio 1200 - 1800 : Form, Funktion und Wirkung eines Leitmediums universitärer Wissenskultur*. Berlin. [u.a]: De Gruyter, 2010.
- Weill, H, "Judicial Reform in Eighteenth Century Prussia. Samuel von Cocceji and the Unification of the Courts". *The American Journal of Legal History*, Vol. 4, No. 3. 1960. pp. 226-240.
- Weiss, A. *Widersprüche im Recht. Unter besonderer Berücksichtigung europarechtsbedingter Widersprüche im deutschen Zivilrecht*. München: Herbert Utz Verlag, 2011.
- Willaschek, M. „Die Tat der Vernunft. Zur Bedeutung der Kantischen These vom 'Factum der Vernunft'“. In: *Akten des VII. Internationalen Kant-Kongresses Mainz 1990*, hrsg. von G. Funke, Bd. II.1, Bonn 1991, pp. 456–466.
- _____. *Praktische Vernunft: Handlungstheorie und Moralbegründung bei Kant*. Stuttgart [u.a.] : Metzler, 1992.
- _____. „Phaenomena/Noumena und die Amphibolie der Reflexionsbegriffe“. In: Mohr, G. & Willaschek, M (Hrsg.). *Kritik der reinen Vernunft. Klassiker Auslegen*. Berlin: Akademie Verlag, 1998.

- Winter, A. „Seele als Problem in der Transzendentalphilosophie Kants“. In: Kremer, K. (Hrsg). *Seele: Ihre Wirklichkeit, ihr Verhältnis zum Leib und zur menschlichen Person*. Leiden & Köln: E. J. Brill, 1984.
- _____. „Selbstdenken - Antinomien - Schranken. Zum Einfluss des späten Locke auf die Philosophie Kants“. In: *Aufklärung*, 1, 1986. 27-66.
- _____. „polemische Methode“ In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* Bd. 5. Darmstadt: Wiss. Buchges., 2001.
- Wolff, M. *Die Vollständigkeit der kantischen Urteilstafel*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1995.
- _____. "Warum das Faktum der Vernunft ein Faktum ist. Auflösung einiger Verständnisschwierigkeiten in Kants Grundlegung der Moral". In: *Deutsche Zeitschrift für Philosophie* 57, 4. 2009. 511–549.
- Wolff-Metternich, B-S. *Die Überwindung des mathematischen Erkenntnisideals : Kants Grenzbestimmung von Mathematik und Philosophie*. Berlin [u.a.] : de Gruyter, 1995.
- Wundt, M. *Die deutsche Schulphilosophie im Zeitalter der Aufklärung*. Tübingen, 1945. repr. Hildesheim [u.a.]: Georg Olms Verlag, 1964.
- Zammito, J. *Kant, Herder, and the Birth of Anthropology*. Chicago: Chicago University Press, 2002.
- Zilsel, E. *The Social Origins of Modern Science*. Dordrecht & Boston & London: Kluwer Academic Publishers, 2003.

Der Gerichtshof der Vernunft: Eine historische und systematische Untersuchung über die juristischen Metaphern der Kritik der reinen Vernunft

Zusammenfassung

Die vorliegende Arbeit ist eine historische, entstehungsgeschichtliche und systematische Untersuchung über die juristischen Metaphern der *Kritik der reinen Vernunft* (KrV), die in dem Bild des *Gerichtshofes der Kritik als des Gerichtshofes der Vernunft* beinhalten sind. Daraus ergibt sich jedoch eine thematische Einschränkung. Die Auseinandersetzung mit inhaltlichen Fragen der KrV gehört nicht zum Schwerpunkt dieser Untersuchung, obwohl man gewiss der textimmanenten Erläuterung einiger Stellen der KrV nicht ausweichen kann. Das Ziel besteht vielmehr darin, zu erforschen, wie die juristische Terminologie und die Rechtswissenschaft überhaupt auf den *methodologischen* Aufbau der KrV und auf ihren Werdegang einen entscheidenden Einfluss ausgeübt haben. Die zahlreichen juristischen Metaphern, die in strategischen Stellen der KrV vorkommen, weisen alle, vielleicht indirekt und noch interpretationsbedürftig, auf den „juristischen methodologischen Ursprung“ des Kritizismus Kants hin. Im Laufe der Untersuchung werden die Begriffe erläutert, die uns als Richtlinien gelten, nämlich der *Gerichtshof* und die *Gesetzgebung der Vernunft* (Kap. 2 und 8), die *Deduktion* (Kap. 3 und 9) und die *Antinomie* (Kap. 4 und 10); jedem von ihnen entspricht die spezifische Entwicklung eines *kritischen Motives*, jeweils der *Nomothetik der Vernunft* (Kap. 7), der *skeptischen Einstellung eines Richters* (Kap. 6) und der *unparteiischen Prüfung* der entgegengesetzten philosophischen bzw. methodologischen Meinungen bzw. Stellungen (Kap. 5). Was den letzten Punkt betrifft, gesteht man, dass die leitenden bzw. operativen Begriffe der vorliegenden Untersuchung keine strenge Entsprechung bei der werkgenetisch orientierten Analyse der kritischen Philosophie finden – hier wäre stattdessen über eine begriffliche oder thematischen Überdeterminierung zutreffender zu sagen. Die vorliegende Arbeit artikuliert sich daher um drei Achsen (historisch, genetisch und systematisch) und auf drei Fundamenten (Gerichtshof und Gesetzgebung, Deduktion und Antinomie). Die daraus zu formulierende und zu begründende These lautet: Die KrV und die kritische Philosophie stützen sich auf die Darstellung einer *negativen und positiven Gesetzgebung der Vernunft*, welche an der zweifachen Funktion der Disziplin der reinen

Vernunft als einem quasi-Synonym von Kritik ersichtlich wird und mit der sich die methodologische Rolle des aus der Jurisprudenz stammenden *Deduktions-* und *Antinomiebegriffs* verbinden lassen. Dieser Grundgedanke der Kritik, der in der vorkritischen und kritischen Periode zahlreiche Änderungen und Umformulierungen erfährt, lässt sich anhand von Begriffen und methodologischen Mitteln, die Kant aus der Rechtswissenschaft genommen hat, verteidigen und bestimmen. Aus der dreifachen Interpretationsperspektive erklärt sich übrigens das scheinbare Ungleichgewicht der Kapitel der vorliegenden Arbeit. Während es bei dem ersten Teil (Kap. 2-4) darum geht, die Quellen und die Geschichte einiger juristischen Begriffe und Motive der *KrV* in die Philosophie- und Rechtsgeschichte zurückzuverfolgen, ist das Ziel des dritten Teiles (Kap. 8-10), eine eher textorientierte, doch auf die systematische Perspektive bezogene und historisch begründete Analyse von bestimmten Abschnitten der *KrV* durchzuführen. Im Zwischenspiel beabsichtigt der zweite Teil (Kap. 5-7), die Entstehung der juristischen Verfassung der *KrV* im Laufe des Werdegangs der kritischen Philosophie zu untersuchen. Dabei geht es darum, den Ursprung und die Entfaltung solcher kritischen Motive zu bestimmen, die eine Brücken- bzw. Übersetzungsfunktion zwischen dem historischen und dem systematischen Teil der vorliegenden Arbeit ausfüllen. Im ersten Kapitel, das gewissermaßen außer der oben beschriebenen Aufteilung steht, werden einige Schwerpunkte unserer Interpretation erläutert, nämlich, wie die kantischen Metaphern zu deuten sind, was die Grenzen einer Interpretation sind, die auf der bildlichen Gestaltung des kantischen Diskurses beruht usw. Außerdem wird ein erster Überblick zu den juristischen Metaphern der kantischen Philosophie dargeboten.

Im ersten Teil der vorliegenden Arbeit wird daher eine Quellen- und Begriffsgeschichte der wesentlichen Begriffe zum Verständnis der juridischen Verfassung der *KrV* dargestellt. Das 2. Kapitel handelt von den juridischen Metaphern und vor allem von der Idee eines Gerichtshofes der Vernunft in der Philosophie der Neuzeit und in der Aufklärung, einer „von Rechtsproblemen und rechtlichen Strukturen“ durchdrungenen Epoche. In diesem Zusammenhang werden die Philosophie von F. Bacon und ihre juridische Metaphorik über das Gerichtsverfahren, dem der Mensch die Natur unterwerfen muss, sowie das Anliegen der Frühaufklärung, für die philosophischen Streitigkeiten einen Mittelweg zu finden, vor allem durch Leibniz und seine Idee einer „Waage der Gerechtigkeit“ als Ausdruck des *judice controversiarum*, diskutiert. Im 3. Kapitel wird der Versuch unternommen, den von Kant aufgenommenen

und angewandten Deduktionsbegriff darzustellen. Aus dem von J. S. Pütter im Rahmen einer praktischen Jurisprudenz entwickelten juristischen Deduktionsbegriff wird ein methodologisches Modell zur Deutung von Aufbau und Zweck der Deduktion in der *KrV* sowie zum besseren Verständnis von Kants Zurückweisung des logisch-mathematischen Deduktionsbegriffs und des axiomatisch-deduktiven Systems erschlossen. Das 4. Kapitel hat schließlich die Quellen- bzw. Begriffsgeschichte des Begriffs „Antinomie“ – von der antiken Rhetorik bis zu seinem Umschwung in der frühen neuzeitlichen Rechtswissenschaft und im späteren Zeitalter der Kodifikationen – zum Thema. Auch in diesem Kontext zeigt sich die Philosophie von Leibniz als leitend für die Untersuchung, sofern sie auf die Idee einer Nomothetik als Wissenschaft der Gesetzgebung und auf den Anspruch auf Widerspruchlosigkeit und Abwesenheit von Lücken in einer Gesamtheit von Normen hinweist. Kant nimmt diese Konzeption von G. Achenwall und A. G. Baumgarten und den Begriff eines *completissimum ius* auf, wodurch sein Vernunftbegriff und vor allem die Idee einer Gesetzgebung der Vernunft stark geprägt wird.

Im zweiten Teil der vorliegenden Arbeit wird ein Rekonstruktionsversuch der Entstehungsgeschichte der kritischen Philosophie unternommen, der das Erkennen und Darstellung des Werdegangs von *einigen kritischen Motiven* zum Ziel hat, genauer von denjenigen Motiven, die die juristische Verfassung der Kritik betreffen, nämlich die Vorstellung eines *Richters*, der über die Rechtsansprüche der Vernunft entscheidet, die Idee eines Gerichtshofes und vor allem die Gesetzgebung der Vernunft, die die letzte umfassen. Das Interesse beschränkt sich somit auf diejenigen Motive, die jener von der Erstlingsschrift bis zum Opus Postumum die kantische Philosophie prägenden *Vermittlungstendenz* gewissermaßen eine juristische Bedeutung verleihen. Mit dieser Einschränkung wird auf eine umfassende und anspruchsvolle Darstellung der Um- und Durchbrüche der Denkentwicklung Kants und des systematischen Aufbaus der kritischen Philosophie verzichtet. Es soll hiermit also keine Konkurrenz mit anderen Interpretationen der Entstehungsgeschichte der kritischen Philosophie beansprucht werden, sie soll lediglich von einem anderen Standpunkt aus dargestellt werden. Drei verschiedene Momente bzw. *Etappen der Problematik des Gerichtshofes und Gesetzgebung der Vernunft* werden im Laufe des Werdegangs der kantischen Philosophie erkenntlich. Im 5. Kapitel wird dargestellt, wie Kant in den 1740er und 1750er Jahren versucht, gegnerische philosophische Positionen, die er in der philosophischen Tradition anerkannte und die ähnliche methodologische Fehler

begangen, zu vermitteln und in Einklang zu bringen. Der Konflikt sollte dann von dem vermittelnden Philosophen beigelegt werden, der einen Mittelweg sucht. Im 6. Kapitel wird gezeigt, dass in den 1760er und Anfang der 1770er Jahren die Zuspitzung der skeptischen Züge des Denkens Kants und deren systematische Ausgestaltung durch Hume zu der Vorstellung eines „unparteiischen Richters“ bei dem Erkenntnisprozess und der Entscheidung über die Möglichkeit der Metaphysik als Wissenschaft geführt haben. Im 7. Kapitel wird schließlich dargestellt, wie um die Mitte der 1770er Jahren Kant zu der Idee eines Gerichtshofes und einer Gesetzgebung der Vernunft durch eine vermutlich von A. Smith inspirierte begriffliche Übertragung des „Gerichtshofes des Gewissens“ gelangte, in dem sich die Vorstellungen von streitenden Parteien und einem nicht nur unparteiischen, sondern auch *idealen* Richter finden. Ein solcher unparteiische und ideale Richter wäre auf der Grundlage einer einwandfreien Gesetzgebung in der Lage, fehlerfrei und absolut gerecht zu urteilen. In diesem Zusammenhang entstand die Idee einer *Nomothetik* oder „Gesetzgebungswissenschaft“, nachdem alle die vorherigen Etappen durchgelaufen worden waren. Es ist dann kein Zufall, dass etwa zur gleichen Zeit, in der die Begriffe von „Antinomie“ und „Deduktion“ zum ersten Mal in Kants Terminologie auftauchen, Kant beginnt, die Transzendentalphilosophie als eine Nomothetik, den Philosophen als "Gesetzgeber" und die Philosophie als die Gesetzgebung der menschlichen Vernunft zu erklären.

Beim dritten Teil der vorliegenden Arbeit wird schließlich der eigentlich systematische Moment der Interpretation der juristischen Verfassung der *KrV* erreicht. Von den in den vorherigen Teilen durchgeführten historischen und entwicklungsgeschichtlichen Untersuchungen ausgehend wird hierbei der Versuch unternommen, die *KrV* systematisch als Gerichtshof und Gesetzgebung der Vernunft auszulegen. Im 8. Kapitel wird dargestellt, wie im Disziplin-Kapitel der negative und positive Charakter der Gesetzgebung der Vernunft sowie die prüfende und richterliche Vernunft methodologisch zum Vorschein kommen. Die Disziplin der reinen Vernunft im dogmatischen Gebrauch begründet systematisch die Zurückweisung der Nachahmung der mathematischen Methode in der Philosophie und setzt die Grenzen, die von einem direkten und ostensiven Beweis in der Transzendentalphilosophie beachtet werden müssen. Die Disziplin der reinen Vernunft in Ansehung ihres polemischen Gebrauchs, ihrer Hypothesen und ihrer Beweise legt ihrerseits die weiteren Beweismittel dar, die der Vernunft zur Verteidigung ihrer Sätze zur Verfügung stehen. Daraus entsteht ein umfassenderes Bild über die Art und Weise, wie die Vernunft ihre

negative und positive Gesetzgebung durchsetzen kann. Im 9. Kapitel wird das juristische Deduktionsmodell der *KrV* entwickelt. Gemäß des historischen Begriffs der juristischen Deduktion gilt die metaphysische Deduktion als Feststellung der *quaestio facti* der ursprünglichen Erwerbung der Kategorien und der Ideen. Die transzendente Deduktion gilt hingegen als Formulierung und Entscheidung der *quaestio iuris* über die Rechtfertigung gewisser Gebräuche der Verstandes- und Vernunftbegriffe. Das juristische Deduktionsmodell erweist sich daher als ein komplexes Verfahren der Rechtfertigung, das die Gültigkeit der Sätze der Transzendentalphilosophie gesetzten Grenzen respektiert und folglich auf eine andere Weise den doppelten Charakter der Gesetzgebung der reinen Vernunft aufweist. Im 10. und letzten Kapitel werden die Transzendente Dialektik und insbesondere die Antinomie der reinen Vernunft angesichts der *completissima* Gesetzgebung der Vernunft dargestellt. Im Kontext der doppelten Gesetzgebung der Vernunft lassen sich die Ansprüche der reinen Vernunft hinsichtlich ihrer Gegenstände (Gott, Seele und Welt) mit den Ansprüchen auf einen immanenten Gebrauch der transzendentalen Sätze in der Erfahrung vereinigen. Anstelle einer pauschalen Ablehnung der Ansprüche der reinen Vernunft ermöglicht das von der Gesetzgebung der Vernunft vorgesehene, rechtfertigende und polemische Verfahren das Zusammenbestehen oder das „Verhältnis der Gleichheit“ der verschiedenen Vernunftgebräuche, unter denen vor allem des *praktisch-moralischen Vernunftgebrauches*.